

# FONTES, ENREDOS E ACERVOS:

CULTURA MATERIAL  
ESCOLAR EM PESQUISA(S)

## Organizadores:

Gizele de Souza

Cecia Aline Garcia

Andréa Bezerra Cordeiro

Marcus Levy Bencostta

NEPIE - UFPR  
CURITIBA-2024

*Gizele de Souza  
Gecia Aline Garcia  
Andréa Bezerra Cordeiro  
Marcus Levy Bencostta*

*Fontes, enredos e acervos:  
Cultura Material Escolar em Pesquisa(s)*

*Projeto  
Grupos de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material  
Escolar*

NEPIE/UFPR 2024



Universidade Federal do Paraná  
Reitoria  
Reitor **Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca**  
Vice-Reitora **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Graciela Inês Bolzón de Muniz**

Setor de Educação  
Diretor **Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Ferraz**  
Vice-Diretora **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Silva Veloso**

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil  
Coordenadora **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gizele de Souza**  
Vice- Coordenadora **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marynelma Camargo Garanhani**

**Coordenação Editorial**  
Coleção História, Infâncias e Materialidades  
Gizele de Souza - UFPR

Conselho Editorial  
**Adriana Aparecida Dragone Silveira** – UFPR/Brasil  
**Andréa Cordeiro Bezerra** – UFPR/Brasil  
**Angela Maria Scalabrin Coutinho** – UFPR/Brasil  
**Anna Bondioli** – UNIPV/Itália  
**Antonio Gariboldi** – UNIMORE/Itália  
**Bianca Cristina Correa** – USP-Ribeirão Preto/Brasil  
**Donatella Savio** – UNIPV/Itália  
**Elena Mignosi** – UNIPA/Itália  
**Eliane Teresinha Peres** – UFPel/Brasil  
**Fabiana Silva Fernandes** – FCC/Brasil  
**Fernanda de Lourdes Almeida Leal** – UFCG/Brasil  
**Francesca Davida Pizzigoni** – INDIRE/Itália  
**Geysa Spitz Alcoforado de Abreu** – UDESC/Brasil  
**Heloísa Helena Pimenta Rocha** – UNICAMP/Brasil  
**Isabel de Oliveira e Silva** – UFMG/Brasil  
**Juarez José Tuchinski dos Anjos** – UNB/Brasil  
**Juri Meda** – UNIMC/Itália  
**Mônica Correia Baptista** – UFMG/Brasil  
**Natalia Fernandes** – UMINHO/Portugal  
**Patrícia Corsino** – UFRJ/Brasil  
**Silvia Helena Vieira Cruz** – UFC/Brasil  
**Susana Sosenski** – UNAM/México  
**Vera Lucia Gaspar da Silva** – UDESC/Brasil

*Copyright © 2024 by NEPIE/UFPR*

**Coordenação Editorial**

Gizele de Souza

**Projeto Gráfico e Editoração**

Diorama Design e Gecia Aline Garcia

**Capa**

Diorama Estúdio

**Revisão Técnica**

Virgínia Lourençon da Silva

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

F683 Fontes, enredos e acervos : cultura material escolar em pesquisa(s) / Organizadores: Gizele de Souza et al.; revisão técnica Virgínia Lourençon da Silva. – Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5458-280-3.

1. Cultura material – Bibliografia. 2. Cultura material – História 3. Educação – História. I. Souza, Gizele de (Organizador). II. Garcia, Gecia Aline (Organizador). III. Cordeiro, Andréa Bezerra (Organizador). IV. Bencostta, Marcus Levy (Organizador). V. Universidade Federal do Paraná.

CDD: 370

Bibliotecária: Tania de Barros Baggio CRB-9/760

Direitos dessa edição reservados ao NEPIE/UFPR

## *Autores dos textos*



*Andréa Bezerra Cordeiro  
Andréia Monteiro Carvalho  
Adriana Mileski  
Antônio Cleonaldo Bento da Silva  
Alessandra Giacomiti  
Carolina Ribeiro Cardoso  
Carla de Oliveira  
César Augusto Castro  
Chris de Azevedo Ramil  
Eliane Peres  
Etienne Baldez Louzada Barbosa  
Fátima Branco Godinho de Castro  
Franciele Ferreira França  
Francesca Davida Pizzigon  
Gizele de Souza  
Gecia Aline Garcia  
Giane Lucélia Grotti  
Isabela Ribeiro Espindola  
Ione Ribeiro Valle  
João Paulo Gama Oliveira  
Joseane Cruz Monks  
Juarez José Tuchinski dos Anjos  
Juliana Calixto Bartsch  
Júlia Naomi Kanazawa  
Leziany Silveira Daniel  
Luana de Jesus Santos  
Mara Francieli Motin  
Maria do Carmo Martins  
Marcus Levy Bencostta  
Maria Irinilda da Silva Bezerra  
Mariana Batista da Silva  
Mateus de Araújo Souza  
Natalia Fortunato  
Rochele Allgayer  
Roberlayne de Oliveira Borges Roballo  
Rosa Fátima de Souza Chaloba  
Samuel Luís Velázquez Castellanos  
Solange Aparecida de Oliveira Hoeller  
Vania Grim Thies  
Vânia Mara Pereira Machado  
Virgínia Lourençon da Silva*

## Sumário

Apresentação .....	9
<i>Gizele de Souza</i>	
<i>Gecia Aline Garcia</i>	
<i>Andréa Bezerra Cordeiro</i>	
<i>Marcus Levy Bencostta</i>	
Prefácio .....	14
Os objetos escolares como fontes para a história da cultura material da escola .....	14
<i>Juri Meda</i>	
<b>1º Eixo – Do gesto artesão à escrita da história: entre acervos e manuais</b>	
As potencialidades do acervo do Crefal para a pesquisa sobre recursos audiovisuais para a educação na América Latina .....	25
<i>Rosa Fátima de Souza Chaloba</i>	
<i>Isabela Ribeiro Espindola</i>	
O acervo do CEDUC da FE/UnB: possibilidades para a história da cultura material escolar .....	49
<i>Etienne Baldez</i>	
<i>Juarez José Tuchinski dos Anjos</i>	
A indústria de cadernos escolares no Rio Grande do Sul (1920-1970) .....	72
<i>Chris de Azevedo Ramil</i>	
<i>Eliane Peres</i>	
Os recibos comerciais e as suas possibilidades interpretativas para a pesquisa em cultura material escolar .....	96
<i>Virgínia Lourençon da Silva</i>	
<i>Gecia Aline Garcia</i>	
<i>Gizele de Souza</i>	
Explorando os acervos de congregações religiosas: possibilidades e desafios para a história da educação .....	124
<i>Mara Francieli Motin</i>	

Manuais de práticas da enosa, artefatos preservados no Centro de Memória Etec Cônego José Bento: breve descrição e suas potencialidades como fonte de estudos e pesquisas em cultura material escolar ..... 143  
*Júlia Naomi Kanazawa*

Os manuais da coleção atualidades pedagógicas presentes na formação de professores do Paraná e de Santa Catarina/Brasil (1930-1940) ..... 163  
*Roberlayne de Oliveira Borges Roballo*  
*Leziany Silveira Daniel*

Manuais pedagógicos como objeto e fonte de pesquisa histórica: possibilidades de investigação ..... 190  
*Carolina Ribeiro Cardoso*  
*Natália Fortunato*

## **2º Eixo – Vestígios da infância e memórias docentes**

Creche: Infância e experiência educativa - aproximações teóricas-metodológicas por intermédio da cultura material ..... 215  
*Carla de Oliveira*  
*Maria do Carmo Martins*

Os boletins da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná (1951 a 1953): Fontes e referências para a história da educação nos jardins de infância paranaenses ..... 240  
*Alessandra Giacomiti*

Coleções para a infância: enredos e possibilidades para se pensar história da educação e cultura material escolar ..... 257  
*Juliana Calixto Bartsch*

Ofereço-te este como recompensa de tua aplicação: santinhos de incentivo ao bom aluno (1950-1960) ..... 275  
*Joseane Cruz Monks*  
*Vania Grim Thies*

Livros de registros como materialidades da indisciplina, do horror, das visitas, das inspeções, dos elogios: memória docente (Santa Catarina – 1950-1999) ..... 296  
*Solange Aparecida de Oliveira Hoeller*  
*Ione Ribeiro Valle*

Cultura material da escola de educação infantil menino Jesus como patrimônio histórico educativo: possibilidades e contribuições para a pesquisa em história e historiografia da educação rio-branquense ..... 318  
*Mariana Batista da Silva*  
*Giane Lucélia Grotti*

### 3º Eixo – Para dar a ver: imprensa e fotografias na História da Educação

A fotografia como fonte para a reconstrução do museu histórico escolar: o caso do Instituto de Educação do Paraná ..... 339  
*Rochele Allgayer*  
*Francesca Davida Pizzigoni*

“Da luz do saber e do labor das oficinas depende a felicidade da família, da sociedade e da pátria”: as fotografias da oficina de marcenaria da escola de artes e ofícios dos ferroviários (1933-1940) ..... 366  
*Fátima Branco Godinho de Castro*  
*Vânia Mara Pereira Machado*

As fotografias como fonte de pesquisa para entender o processo de escolarização nas escolas de colônias de São José dos Pinhais ..... 386  
*Adriana Mileski*

“La escuela nueva en acción”: a materialidade escolar para a nova educação na América Latina em revistas para professores no primeiro terço do século XX ..... 410  
*Andréa Bezerra Cordeiro*  
*Franciele F. França*

Cultura escolar: o olhar dos jornais impressos para as instituições de educação ..... 432  
*Maria Irinilda da Silva Bezerra*  
*Antônio Cleonaldo Bento da Silva*

Nas linhas do jornal estudantil <i>O necydalus</i> (1909-1911): pistas da cultura material escolar nos escritos de alunos do ateneu sergipense .....	457
<i>Luana de Jesus Santos</i>	
<i>João Paulo Gama Oliveira</i>	
A cultura material escolar no Lyceu Maranhense pela imprensa local (1838-1886) .....	485
<i>Mateus de Araújo Souza</i>	
<i>Cesar Augusto Castro</i>	
Entre a produção e a aquisição do uniforme escolar secundarista: a família, o mercado e a escola (1893-1930) .....	508
<i>Andréia Monteiro Carvalho</i>	
<i>Samuel Luis Velázquez Castellanos</i>	
Sobre os organizadores .....	533

## Apresentação

Gizele de Souza<sup>1</sup>  
Gecia Aline Garcia<sup>2</sup>  
Andréa Bezerra Cordeiro<sup>3</sup>  
Marcus Levy Bencostta<sup>4</sup>

*As coisas estão no mundo, mas eu preciso aprender... (Paulinho da Viola)*

---

Este livro nos apresenta um dos resultados do que pode acontecer quando pesquisadores de diferentes partes do país insistem em estar em interlocução, seguindo diligentemente na trilha da pesquisa em rede sobre história e cultura material. Reunimos aqui escritas sobre pesquisas que tem em seu coração as perguntas que só a cultura material escolar ajuda a responder. São alguns resultados de trabalhos realizados tanto por investigadores (as) muito experientes - que para além das análises realizadas nos textos, ajudam a construir bons parâmetros metodológicos e boas formas de socializar resultados -, até pesquisas que se somam para renovar o campo com novas experiências e perguntas sobre os velhos objetos.

O livro resulta também do apoio de pesquisa recebido pela PRPPG-UFPR que, através de edital voltado ao apoio para grupos de pesquisa, tornou possível continuarmos com o trabalho já iniciado em 2020 com a primeira fase do Projeto “Grupos de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escolar” – fontes e acervos para a História da Educação, liderado pela Professora Gizele de Souza e pelos professores Andréa Bezerra Cordeiro e Marcus Levy

---

1 - UFPR. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: gizelesouza@uol.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3383060643884789>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6487-4300>.

2 - UFPR. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: gecia.garcia@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8992617314992914>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8934-3741>.

3 - UFPR. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: andreacordeiroufpr@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0023333537142389>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6963-5261>.

4 - UFPR. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: marcus@ufpr.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2831847079827819>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3387-7901>.

Bencostta. Deste projeto em suas diferentes edições resultaram o livro *A Téia das Coisas* (2021), um Dossiê Temático na Revista Brasileira de História da Educação (2023), Ciclo de Debates no percurso dos três anos, a exposição “Infâncias em Percursos de Pesquisa” que foi parte das comemorações dos 15 anos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE), da Universidade Federal do Paraná, realizada em novembro de 2023, um vídeo institucional do projeto (2024) e este livro que está em suas mãos.

São três as sessões, que dão a ler as pesquisas aqui comunicadas. A primeira sessão denominada *Do gesto artesão à escrita da história: entre acervos e manuais* presta sua homenagem à delicadeza da historiadora Arlette Farge em sua relação com os arquivos, e nela se inspira, reunindo debates sobre os espaços onde produzimos nossas fontes e nosso pensamento. A sessão é aberta pela potente escrita de Rosa Fátima de Souza Chaloba e Isabela Ribeiro Espindola discutindo o acervo do Centro Regional de Educação Fundamental para a América Latina (Crefal) para uma história transnacional dos recursos audiovisuais na educação. Segue-se a escrita que vem do Centro-Oeste do país pelas mãos de Etienne Baldez e Juarez José Tuchinski dos Anjos, que tematizam as possibilidades de pesquisa nas lides da cultura material oferecidas pelo Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (CEDUC/FE/UnB). Do Rio Grande do Sul é trazida a pesquisa de Chris de Azevedo Ramil e Eliane Peres num mergulho investigativo nas múltiplas possibilidades do universo da produção de cadernos escolares neste Estado. Virginia Lourençon da Silva, Gecia Aline Garcia e Gizele de Souza partilham alguns resultados de suas pesquisas a partir da análise de recibos comerciais e as suas possibilidades interpretativas para a pesquisa em cultura material escolar. Explorando os acervos de congregações religiosas, Mara Francieli Motin discorre sobre possibilidades e desafios destes espaços para a história da educação. Os artefatos preservados no Centro de Memória Cônego José Bento são motivo da pesquisa sobre a memória das escolas técnicas agrícolas na escrita de Júlia Naomi Kanazawa. O tema dos manuais pedagógicos se faz presente, encerrando a primeira sessão com dois textos, o primeiro de autoria de Roberlayne de

Oliveira Borges Roballo e Leziany Silveira Daniel, que analisam a presença da Coleção Atualidades Pedagógicas na formação de professores no arco entre os anos de 1930 e 1940; e o último que é fruto da pesquisa de Carolina Ribeiro Cardoso e Natalia Fortunato que refletem sobre as possibilidades dos manuais como objetos e fontes de pesquisa histórica.

Na segunda sessão, a qual chamamos de *Vestígios da infância e memórias docentes*, estão os textos que apostam na cultura material como possibilidade de produção de sentidos mesmo em campos em que as fontes indicam, nas palavras de Egle Becchi (2002), um “panorama lacunar”, como é o caso da história das infância e das memórias docentes. São estudos como o de Carla de Oliveira e Maria do Carmo Martins que tomam como ponto focal debater, teórica e metodologicamente, a infância e suas experiências educativas pelo prisma da cultura material. Alessandra Giacomiti contribui com o debate ao escrever sobre a história da educação nos Jardins de Infância paranaenses a partir dos Boletins da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná na década de 1950. O texto de Juliana Calixto propõe pensarmos diferentes possibilidades de pesquisa a partir da análise simbólica e material de coleções de livros para a infância. Adentrando o território da preocupação histórica com o governo da infância e as questões da disciplina na escola Joseane Cruz Monks e Vania Grim Thies analisam uma coleção com 30 premiações escolares em forma de “santinho” oferecidas às crianças ditas bem comportadas na escola entre as décadas de 1950 e 1960. Ainda pensando as formas materiais de disciplinação na escola Solange Aparecida de Oliveira Hoeller e Ione Ribeiro Valle buscaram saber como os registros de premiações, ocorrências, elogios que eram formalizados em diferentes “livros” se localiza na memória de professores e professoras aposentadas. E encerrando esta sessão Mariana Batista da Silva e Giane Lucélia Grotti analisam a cultura material da Escola de Educação Infantil Menino Jesus, no Acre, tomando esse acervo como patrimônio histórico educativo rico em possibilidades para a pesquisa em história e historiografia da educação no norte do país.

*Para dar a ver: imprensa e fotografias na História da Educação* é a sessão que encerra este livro e nos apresenta um universo de perguntas e

análises que tomarão as fotografias e a poderosa influência da imprensa na circulação de imaginários sobre a escola e a educação e na produção de representações e necessidades de consumo vinculadas à escola. Rochele Allgayer e Francesca Davida Pizzigoni discutem a fotografia como fonte e possibilidade de aprofundamento sobre os usos e preservação das coleções históricas educacionais, a partir do acervo de imagens do Instituto de Educação do Paraná. A fotografia segue como fonte essencial nos textos de – Fátima Branco Godinho de Castro e Vânia Mara Pereira Machado, que tomam as fotografias produzidas por Arthur Wischral na oficina de marcenaria da Escola de Artes e Ofícios dos Ferroviários da Viação Paraná-Santa Catarina, na perspectiva de entender o projeto educacional de formação para o trabalho infantil ensejados nos anos iniciais da República. As escolas de colônias de São José dos Pinhais também tiveram seus processos de implantação registrados em fotografias e Adriana Mileski nos apresenta suas reflexões a partir destas imagens. Na discussão sobre a imprensa em sua relação com a educação e a materialidade Andréa Bezerra Cordeiro e Franciele França apresentam um panorama da divulgação de ideias sobre a materialidade escolar necessária para a realização de uma educação nova na América Latina através da análise de revistas para professores no início do século XX. O olhar dos jornais impressos para as instituições de educação de Cruzeiro do Sul, no Acre, entre as décadas de 1930 e 1940 são o mote da pesquisa de Maria Irinilda da Silva Bezerra e Antônio Cleonaldo Bento da Silva. Os jornais estudantis também compõe nossa obra a partir da contribuição de Luana de Jesus Santos e João Paulo Gama Oliveira que apresentam indícios da cultura material escolar a partir d’*O NECYDALUS*, periódico produzido pelos alunos do Atheneu Sergipense na primeira década do Século XX. Mateus de Araújo Souza e Cesar Augusto Castro investigam as ações do poder provincial no século XIX com a implantação do ensino secundário no Lyceu Maranhense, a partir do que se publicava nos periódicos *O Publicador Oficial* (1831-1841) e o *Publicador Maranhense* (1842-1886), voltando suas perguntas especialmente à materialidade que compôs este estabelecimento e suas relações com as ideias educativas em movimento no período. Por fim, nosso livro se fecha

com a potente análise de Andréia Monteiro Carvalho e Samuel Luis Velázquez Castellanos que elaboram o entrecruzamento de diversas questões políticas e educacionais no Maranhão, em especial a frequência e permanência dos estudantes na escola a partir do mote dos uniformes escolares, num exercício historiográfico riquíssimo.

Dessa reunião de autores e autoras falando de diferentes lugares do país fica o desejo de entender melhor o mundo a partir das coisas. Fica também o registro do esforço coletivo em produzir pesquisa em rede, o agradecimento pelo profissionalismo e dedicação refletido em todos os textos que compõem este livro, e o desejo de contribuirmos para o campo da pesquisa em História da Educação unindo às reflexões e estudos de cada leitor e leitora novos temas, abordagens e narrativas.

*Os organizadores, verão de 2024.*

## *Prefácio*

### *Os objetos escolares como fontes para a história da cultura material da escola*

*Juri Meda<sup>1</sup>*



#### *1. Premissa*

Os objetos que fazem parte do patrimônio educativo preservado nas coleções das escolas históricas ou expostos nos museus da escola são simples relíquias do passado ou podem constituir fontes para a pesquisa histórico-educativa? Em que medida? Eles merecem ser expostos em uma vitrine para serem observados ou devem, ao contrário, ser analisados e estudados? De que maneira? Por que um historiador deveria estudar tais objetos? Com que propósito?

Parto dessas questões porque acredito que nos últimos anos ainda não houve clareza suficiente sobre as complexas questões epistemológicas e metodológicas subjacentes a elas, embora importantes avanços tenham sido feitos graças ao empenho daqueles que decidiram dedicar seus estudos ao desenvolvimento da cultura material da escola ao longo do tempo e suas implicações nas práticas educativas relacionadas a ela.

Para responder a essas perguntas, é necessário refletir, cuidadosamente, sobre o uso que os historiadores – especialmente aqueles especializados no estudo da era moderna e contemporânea – fazem das fontes materiais. Enquanto os paleontólogos e arqueólogos estão acostumados a utilizar, em suas pesquisas, fósseis, restos naturais e humanos, joias e artefatos (também chamados de “fontes mudas”), quanto mais o período investigado

---

1 - UNIMC. Macerata, Itália. E-mail: [juri.meda@unimc.it](mailto:juri.meda@unimc.it). Currículo: <https://docenti.unimc.it/juri.meda>. Identificador ORCID: 0000-0003-0054-3622.

pelos historiadores se insere no contexto da contemporaneidade, mais o espectro das fontes utilizadas se reduz (restringindo-se às fontes escritas e impressas e – embora ainda em pequena parte – também às fontes orais e iconográficas) e as fontes materiais não são substancialmente consideradas. Se esta é a tendência predominante, por que então um historiador da educação – área sempre caracterizada por uma forte polarização temporal na contemporaneidade – deveria estudar tais objetos? E ainda mais: quais são as potencialidades heurísticas desses objetos e de que forma podem efetivamente integrar as outras fontes disponíveis para o historiador, fornecendo elementos adicionais?

Consideramos que responder a esta pergunta seja fundamental para eliminar possíveis mal-entendidos, que já no passado recente provocaram na comunidade científica uma recepção morna aos estudos sobre a cultura material da escola. Dos mais céticos, frequentemente surge a seguinte crítica: por que um historiador deveria desperdiçar energia em projetos de conservação do patrimônio histórico-educativo, transformando-se em arquivista, catalogador e/ou museólogo, em vez de continuar suas pesquisas utilizando as fontes escritas e impressas conservadas nos arquivos e bibliotecas já disponíveis? O papel do historiador, de fato, seria interpretar as fontes e não as localizar, conservá-las ou catalogá-las. No entanto, a questão que o historiador deve se colocar neste ponto é para que tipo de estudos as fontes escritas e impressas conservadas nos arquivos e bibliotecas, já disponíveis, são funcionais e como, eventualmente, as fontes conservadas nos arquivos, nas bibliotecas históricas e nos museus das escolas poderiam ampliar o espectro heurístico da história da educação.

A esta questão, podemos responder que os documentos, livros e objetos conservados ao interno dos inexplorados depósitos do chamado “patrimônio histórico-educativo” podem fornecer informações fundamentais para o estudo das práticas educativas reais realizadas em sala de aula, assim como dos costumes e hábitos em uso nas escolas em uma determinada época, ou seja, daqueles objetos historiográficos colocados no centro do debate histórico-educativo, a partir da conhecida definição de “cultura escolar”

formulada por Dominique Julia por volta da metade dos anos noventa do século passado (JULIA, 1995a)<sup>2</sup>.

É conhecido, por exemplo, como o estudo sistemático das minuciosas crônicas escolares, conservadas nos registros escolares nos arquivos das escolas, forneceria uma contribuição determinante para o estudo das metodologias didáticas, efetivamente utilizadas em sala de aula, pelos professores e sua conformidade com o estabelecido de acordo com as prescrições ministeriais, assim como dos costumes educacionais, práticas disciplinares e hábitos em voga entre os alunos em seu cotidiano escolar. Há anos que nos queixamos da falta de informação relativa a circulação de livros didáticos e de livros de leitura nos arquivos editoriais, úteis para definir a sua real difusão e impacto educativo, sem considerar que tais informações também poderiam ser deduzidas das listas anuais de adoções mantidas nos arquivos escolares, ou seja, da posse de bibliotecas escolares ou, pelo menos - no caso de devoluções imprudentes ou renovações substanciais -, da análise de seus inventários patrimoniais. Interessantes pesquisas foram realizadas no passado em alguns depósitos escolares, no entanto, o que realmente permitiria a legitimidade definitiva desse tipo de fontes seria a coleta e sistematização dos dados conservados dentro de uma amostra de depósitos, estatisticamente significativa. Essas fontes, portanto, poderiam expressar todo o seu potencial na medida em que fôssemos capazes de retirá-las do simples aproveitamento local<sup>3</sup> e proceder à sua catalogação sistemática, capaz de permitir a elaboração de estatísticas baseadas em dados incontestáveis e definir tendências gerais sobre questões específicas (como, por exemplo, o índice de adesão dos professores aos programas didáticos governamentais em um determinado período histórico, em geral ou em referência a uma disciplina específica).

---

2 - As reflexões propostas por Julia neste artigo tiveram um amplo eco dentro da comunidade científica internacional e exerceram sobre seus membros uma profunda influência, como também é testemunhado pela sua tradução para o espanhol e para o português (JULIA, 1995b).

3 - Sobre a relação dialética existente entre o microcosmo e o macrocosmo escolar e sobre o valor heurístico da dimensão local na história da educação, consulte: MONTINO, 2011 (especificamente, ver: A história da escola e das instituições educacionais numa perspectiva local); BARAUSSE, GHIZZONI, MEDA, 2018.

Isto leva-nos ao cerne da questão: por que preservar este patrimônio? Pela sua historicidade manifesta, pelo seu elevado valor cultural, pelo seu teor evocativo intrínseco ou como fonte histórica? E se for fonte, para qual história?

Em 2007, dentro de uma coletânea, não a caso intitulada «A cultura material da escola», o historiador espanhol Agustín Escolano Benito ofereceu uma resposta exemplar a esta questão (ESCOLANO BENITO, 2007). Em seu ensaio introdutório, Escolano destacou como nos últimos anos a história da educação - seguindo a ampla influência exercida pela história cultural - tem tentado iniciar uma nova vertente historiográfica, dedicada ao estudo dos “objetos materiais da escola”, analisados em suas significações culturais e com o objetivo de compreender suas modalidades de uso, as relações entre eles, os atores do processo de aprendizagem e as práticas educativas concretamente implementadas nas escolas, bem como sua localização física nos espaços dedicados à aprendizagem escolar. Segundo Escolano, para não renunciar ao aspecto epistemológico de sua investigação, o historiador da educação não pode se limitar a propor uma descrição detalhada da evolução técnica e material dos objetos individuais usados na escola, mas deve necessariamente tentar entender a relação entre eles e seu contexto de produção e uso, buscando elaborar uma espécie de “arqueologia” dos objetos correlacionada com sua “genealogia”<sup>4</sup>.

Quando nos perguntamos qual é - concretamente - a utilidade do patrimônio histórico-educativo para o historiador da educação, devemos, portanto, nos perguntar para qual história da educação o patrimônio histórico-educativo pode ser uma fonte. Os objetos que fazem parte dele, de fato, podem talvez não ser úteis para uma história das ideias e teorias pedagógicas, mas - ao mesmo tempo - podem fornecer fontes de valor indispensável para uma história das práticas de ensino e das didáticas disciplinares, especialmente através da aplicação de métodos de análise quantitativa. Se esse ramo particular dos estudos da história da educação constitui uma perspectiva historiográfica inovadora e estimulante, não estando o patrimônio

---

4 - O estudioso espanhol recentemente abordou eficazmente esse tema no artigo: ESCOLANO, 2003.

histórico-educativo atualmente sujeito - como já destacamos anteriormente - a procedimentos específicos de conservação, ordenação e catalogação, o historiador da educação deve se esforçar pela proteção desse patrimônio, para que seja reconhecido como tal pelas autoridades competentes, e pela adoção de procedimentos sistemáticos de conservação, os únicos capazes de evitar os desastres do passado. Para ser ainda mais explícito, se no passado a tarefa do historiador da educação foi a de promover iniciativas extraordinárias para a conservação do patrimônio histórico-educativo (em muitos casos, resgatado do triturador em última hora), inclusive com a criação de museus escolares e centros de documentação e pesquisa específicos, hoje o desafio que o aguarda é sair de um regime de emergência perene, promovendo projetos sistemáticos de organização e catalogação dos documentos preservados nos arquivos, dos livros conservados nas bibliotecas e das coleções didáticas preservadas nos museus das escolas italianas e utilizando-os posteriormente como fontes para iniciar novas linhas de pesquisa<sup>5</sup>.

## *2. Os objetos escolares do passado como fontes materiais para a história da educação.*

Já observamos anteriormente como os historiadores tendem a usar pouco as fontes materiais em suas pesquisas, especialmente se estão relacionadas a um campo de estudo - como a história da educação - caracterizado por uma forte polarização temporal na contemporaneidade. Marc Bloch em sua *Apologia da História* (BLOCH, 1950) afirmou que a reconstrução histórica, para ser o mais preciso possível, deve seguir duas regras fundamentais: a interseção de fontes de natureza diferente e a hibridização das competências possuídas por estudiosos de diferentes origens (historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas, etc.).

---

5 - Nesse sentido, é fundamental fazer referência ao valioso trabalho realizado pela Comissão de Catalogação dos Bens Culturais da Escola, instituída em 2019 pela Sociedade Italiana para o Estudo do Patrimônio Histórico-Educativo e coordenada por Francesca Davida Pizzigoni, para o qual remetemos a: BRUNELLI, PIZZIGONI, 2023; BORRUSO, BRUNELLI, ORLANDO, PIZZIGONI, VIOLA, 2023.

O historiador da educação, se quiser utilizar eficazmente este tipo particular de fontes, deve seguir estas duas simples regras. Nesse sentido, as potencialidades heurísticas dos objetos escolares do passado e como podem integrar com eficiência outras fontes disponíveis para o historiador, fornecendo-lhe elementos adicionais, foram destacadas de forma decidida pela colega Marta Brunelli na apresentação feita pela primeira vez no âmbito da conferência internacional “Educação e Cultura Material” (Bordeaux, 29-30 de abril de 2014), sobre a produção industrial de material didático na Itália, do final do século XIX até a primeira metade do século XX, e posteriormente publicada nos anais (BRUNELLI, 2018)<sup>6</sup>. Neste trabalho, de fato, Brunelli estabeleceu as indicações de uso dos bens culturais da escola como fontes materiais para uma correta reconstrução histórica da cultura material da escola, em vez de como objetos totêmicos de um culto fetichista, como alertou Agustín Escolano Benito<sup>7</sup>. A questão não é de pouca importância, especialmente quando se considera que a deriva fetichista não é incomum na mais recente produção historiográfica ibero-americana (especialmente dentro das associações e redes envolvidas na preservação e valorização do patrimônio histórico-educativo), que - não levando em conta as coordenadas historiográficas e os fundamentos metodológicos elaborados pelos estudiosos mais autorizados que se dedicaram a este tema (como Agustín Escolano Benito, Antonio Viñao Frago e Pedro Luis Moreno Martínez) - tende, em alguns casos, a reconstruir com minúcia erudita a evolução histórica dos objetos didáticos individuais, perdendo de vista o contexto histórico geral e, portanto, não atribuindo essa evolução às complexas dinâmicas políticas, sociais e culturais de uma sociedade específica, aos conhecimentos pedagógicos difundidos nela, ao sistema escolar em vigor e até mesmo ao índice de desenvolvimento de seus aparatos industriais<sup>8</sup>.

---

6 - Veja também, da mesma autora, o mais recente: BRUNELLI, 2023.

7 - Esta mesma precaução foi posteriormente preconizada por outro importante historiador espanhol: VIÑAO FRAGO, 2011.

8 - Acreditamos ser oportuno aqui fazer referência à ideia formulada em 1986 pelo antropólogo Igor Kopytoff, segundo a qual - assim como os seres humanos - também os objetos têm sua própria “biografia”, capaz de revelar as características da sociedade em que foram criados (KOPYTOFF, 1986). Da mesma forma, se analisarmos todo o “ciclo de vida” de um objeto escolar - desde a concepção, passando pela criação de um protótipo, o patenteamento, a produção, a comercialização, o uso concreto em sala de aula e sua aceitação em termos pedagógicos - podemos revelar as características da escola dentro da qual foi adotado e usado para transmitir conteúdos de aprendizagem.

Escapando das taxonomias colecionistas, no mencionado trabalho, Brunelli demonstrou de forma lúcida como é possível realizar investigações históricas profundas sobre a produção industrial de material didático, recorrendo a um conjunto de fontes que incluem - além das canônicas (estatutos e balanços das empresas, catálogos comerciais, anuários industriais, etc.) - os próprios objetos didáticos, preservados nos museus e gabinetes científicos das escolas históricas, cuja presença em determinadas coleções científicas escolares permite remediar, empiricamente, a falta de dados estatísticos quantitativos confiáveis sobre sua fabricação e sua efetiva distribuição comercial e, indiretamente, também a disseminação das práticas didáticas, para as quais foram concebidas.

A investigação estratigráfica dos rótulos colocados nesses objetos, muitas vezes um sobre o outro com o claro objetivo de alterar as informações relacionadas à propriedade intelectual efetiva dos mesmos, permitiu verificar tentativas de plágio, falsificação e concorrência desleal realizadas por empresas comerciais e compreender ainda melhor os complexos mecanismos de distribuição e venda (além de apropriação) dos mesmos, muito além do que os catálogos comerciais e outras fontes foram capazes de documentar até aquele momento.

A análise objetiva dos objetos didáticos, portanto, assim como a verificação das datas de registro dos objetos individuais, nos inventários patrimoniais das escolas em busca de possíveis discrepâncias cronológicas, entre as datas de produção dos mesmos e aquelas de sua efetiva comercialização (para medir seu “ciclo de vida” e mostrar a longa duração das práticas didáticas a eles relacionadas), configuram-se como práticas metodológicas extremamente inovadoras, capazes de aumentar significativamente as capacidades heurísticas dos estudiosos envolvidos nesse tipo de investigação. No entanto, não se pode deixar de destacar como tais práticas garantiriam o alcance de resultados realmente impactantes em termos estatísticos dentro de um contexto que prevê - como já esperado também por Monica Ferrari (FERRARI, 2008) e agora possibilitado pelo trabalho já citado da Comissão de Trabalho sobre a catalogação de bens culturais escolares do SIPSE - a

catalogação sistemática com base em critérios únicos das coleções de objetos didáticos, preservados nas coleções escolares e sua plena acessibilidade, um resultado lamentavelmente ainda muito distante de ser alcançado, como as mencionadas investigações sobre o “estado de saúde” do patrimônio histórico-educativo italiano, claramente destacados. Como este livro demonstra, a comunidade científica brasileira também está se movendo na mesma direção - embora enfrentando mil dificuldades - e isso nos leva a olhar para o futuro da pesquisa neste campo de estudo com certo otimismo.

### 3. Conclusão

Nesta minha breve introdução, espero ter mostrado as possíveis aplicações historiográficas de fontes, até agora pouco utilizadas no campo histórico-educacional. No entanto, o uso dessas fontes em pesquisas históricas sobre educação tem premissas fundamentais.

Em primeiro lugar, é indispensável reconhecer o patrimônio histórico-educacional como um bem cultural e, como tal, submetê-lo a procedimentos de conservação regulares, exatamente como todas as outras categorias de bens culturais. Sem *corpos* de fontes orgânicas e estatisticamente significativas, de fato, as informações retiradas delas podem ser facilmente contestadas e consideradas não probatórias.

Em segundo lugar, é fundamental criar catálogos e repertórios baseados em critérios descritivos compartilhados e padronizados, que permitam aos estudiosos extrair informações estatísticas detalhadas sobre a popularidade e difusão nas escolas de determinados recursos didáticos e sobre os cronogramas dessa disseminação, a fim de elaborar linhas gerais de tendência.

Em terceiro lugar, a história da educação deve estar pronta para revisar seus horizontes epistemológicos, deslocando seu eixo historiográfico para a história da cultura material escolar, da produção industrial de objetos escolares e - ao mesmo tempo - para a história da didática e das práticas de ensino. Não é um desafio que os indivíduos possam vencer sozinhos.

É necessário o comprometimento de uma comunidade inteira, coesa e determinada a construir uma ponte para o futuro.

### *Referências:*

BARAUSSE, A.; GHIZZONI C.; MEDA, J. (org.). **Il campanile scolastico: ripensando la dimensione locale nella ricerca storico-educativa**. Rivista di Storia dell'Educazione, No. 1 (2018), pp. 7-309.

BLOCH, M. **Apologia della storia**, Torino: Einaudi, 1950.

BORRUSO, F.; BRUNELLI, M.; ORLANDO, M.; PIZZIGONI, F.D.; VIOLA, V. **La catalogazione del “bene culturale” della scuola**. In: ORTIZ GARCÍA, E.; GONZÁLEZ DE LA TORRE, J.A.; SÁIZ GÓMEZ, J.M.; NAYA GARMENDIA, L.M.; DÁVILA BALSERA, P. (org.), **Nuevas miradas sobre el patrimonio histórico-educativo. Audiencias, narrativas y objetos educativos**, Santander: Gobierno de Cantabria-SEPHE-CRIEME, 2023, pp. 689-708.

BRUNELLI, M. **Posibles metodologías de trabajo histórico sobre la cultura material de la escuela: entre el material didáctico y los catálogos de enseñanza**. In: GASPAR DA SILVA, V.L.; DE SOUZA, G.; CASTRO, C.A. (org.), **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**, São Luís: EDUFMA – Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2023, pp. 246-287.

BRUNELLI, M. **Pour une histoire de la production industrielle des matériels didactiques en Italie de la fin du XIX<sup>e</sup> à la première moitié du XX<sup>e</sup> siècle: premières indications et perspectives de recherche**. In : FIGEAC-MONTHUS, M. (org.), **Éducation et culture matérielle en France et en Europe du XVI<sup>e</sup> siècle à nos jours**, Paris: Honoré Champion, 2018, pp. 109-131.

BRUNELLI, M.; PIZZIGONI, F.D. **Il passaggio necessario: catalogare per valorizzare i beni culturali della scuola. Primi risultati del lavoro della Commissione tematica SIPSE**, Macerata: Eum, 2023.

ESCOLANO BENITO, A. (org.). **La cultura material de la escuela**, Berlanga de Duero: CEINCE, 2007.

ESCOLANO BENITO, A. **Las cosas como registro de la cultura empirica de la escuela**. *Formazione & Insegnamento*, Vol. XXI, No. 3 (2023), pp. 74-82.

FERRARI, M., **I beni culturali della scuola tra storia e pedagogia**. *Annali di storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche*, Vol. 15 (2008), pp. 21-26

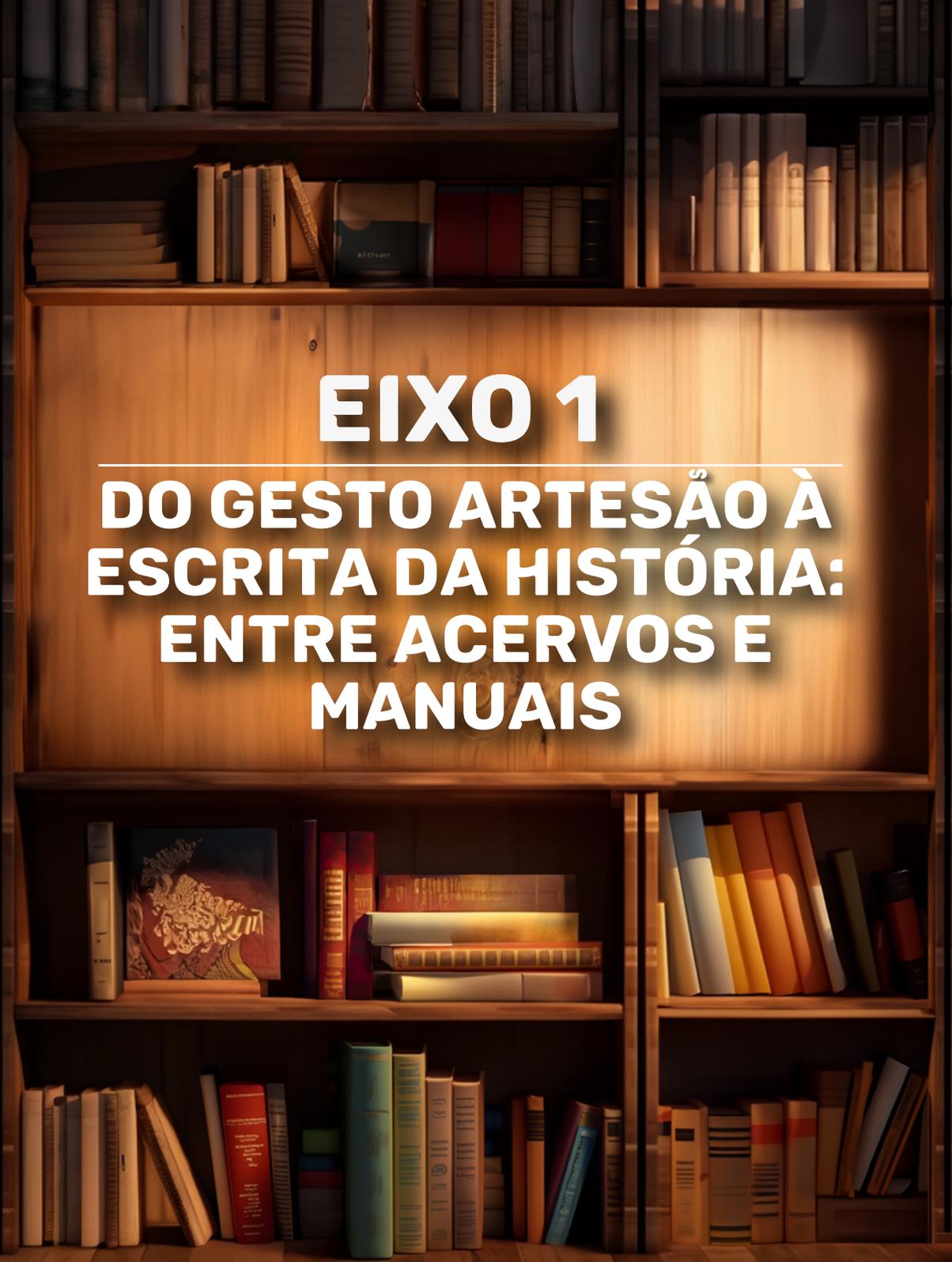
JULIA, D. **La culture scolaire comme objet historique.** In: NÓVOA, A.; DEPAEPE, M.; JOHANNINGMEIER, E.W. (org.), **The Colonial Experience in Education: Historical Issues and Perspectives**, Ghent: CSHP, 1995, pp. 353-382 («Paedagogica Historica» Supplementary Series, vol. I).

JULIA, D., **La cultura escolar como objeto histórico.** In: MENEGUS, M.; GONZÁLEZ, E. (org.), **Historia de las Universidades modernas en Hispanoamérica: métodos y fuentes**, Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995, pp. 131-153.

KOPYTOFF, I. **The Cultural Biography of Things: Commoditisation as Process.** In: APPADURAI, A. (org.), **The Social Life of Things. Commodities in Cultural Perspective**, Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 64-91.

MONTINO, D. (org.). **La storia dietro l'angolo: luoghi e percorsi della ricerca locale**, Millesimo-Savona: Istituto Internazionale di Studi Liguri / Sezione Valbormida – Società Savonese di Storia Patria, 2011.

VIÑAO FRAGO, A. **El patrimonio histórico-educativo: memoria, nostalgia y estudio.** Con-ciencia social: anuario de didáctica de la geografía, la historia y las ciencias sociales, Vol. 15 (2011), pp. 141-148.



# EIXO 1

---

## DO GESTO ARTESÃO À ESCRITA DA HISTÓRIA: ENTRE ACERVOS E MANUAIS

## *As potencialidades do acervo do Crefal para a pesquisa sobre recursos audiovisuais para a educação na América Latina*

*Rosa Fátima de Souza Chaloba<sup>1</sup>  
Isabela Ribeiro Espindola<sup>2</sup>*

### *Introdução*

O objetivo deste texto é discutir as potencialidades do acervo do Centro Regional de Educação Fundamental para a América Latina (Crefal) para uma história transnacional dos recursos audiovisuais na educação. Inicialmente, é apresentado o Crefal destacando as finalidades dessa instituição internacional voltada para a formação de educadores para a educação fundamental e a educação de adultos e para a produção de materiais educativos. Na sequência, é feita a descrição dos acervos assinalando como eles podem ser utilizados para a reconstituição da cultura material audiovisual na educação.

Os recursos audiovisuais como auxiliares do ensino tiveram um papel importante na história da cultura material escolar na segunda metade do século XX. Como bem assinalou Fiscarelli (2009), o termo audiovisual tornou-se de uso comum na educação a partir dos anos 50 do século XX, empregado para se referir a materiais que aliavam imagens e sons com finalidade educativa. Compreendia tanto os métodos e técnicas quanto os objetos que materializavam os recursos audiovisuais. Dizia respeito a tecnologias sofisticadas como programas de teleeducação e escolas radiofônicas para educação de adultos, quanto a tecnologias mais simplificadas como entelagem, figuras, fotografias e ilustrações.

---

1 - UNESP. São Paulo. Brasil. E-mail: rosa.souza@unesp.br. Lattes:<http://lattes.cnpq.br/6453276942134992>. Orcid: 0000-0002-8934-3741.

2 - UNESP. São Paulo. Brasil. Currículo Lattes, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1138052217745266>. E-mail para contato: isabela.espindola@unesp.br.

A disseminação dos recursos audiovisuais na educação ocorreu em âmbito internacional e esteve inicialmente vinculado ao movimento da Tecnologia Educacional. A esse respeito, Souza e Oliveira (2018) têm chamado a atenção para a relevância de se considerar a Tecnologia Educacional na investigação histórica da cultura material escolar.<sup>3</sup> Para as autoras, essa nova tendência pedagógica redefiniu o lugar dos artefatos, especialmente os meios audiovisuais, produzindo discursos e conhecimentos sobre esses materiais. Novos objetos de uso social e cultural, especialmente, aqueles associados aos meios de comunicação, ganharam centralidade nas políticas públicas de dotação de materiais didáticos, na formação de professores e no discurso pedagógico.

O termo tecnologia educacional é, também, um construto histórico que foi se transformando ao longo do tempo. Em um interessante texto sobre visões e conceitos sobre a tecnologia educacional, Juan Pons afirmou que esse campo de estudo iniciou nos Estados Unidos na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, com as iniciativas de treinamento de militares utilizando instrumentos audiovisuais. A disciplina Educação Audiovisual passou a constituir matéria do currículo na Universidade de Indiana, em 1946. “Como vemos, a utilização dos meios audiovisuais com uma finalidade formativa constitui o primeiro campo específico da tecnologia educativa. Na realidade, a pesquisa e o estudo das aplicações de meios e materiais ao ensino será uma linha constante de trabalho.” (PONS, 1998, p. 51). O termo passou por várias revisões de definição ao longo do tempo envolvendo sentidos centralizados nos artefatos e equipamentos audiovisuais até o sentido alargado com foco na aprendizagem. Segundo Pons, a Unesco, em 1984, acabou propondo uma dupla concepção para o termo:

Originalmente foi concebida para o uso para fins educativos dos meios nascidos da revolução das comunicações, como os meios audiovisuais, televisão, computadores e outros tipos de *hardware* e *software*.

Em um sentido novo e mais amplo, como o modo sistemático de conceber, aplicar e avaliar o conjunto de processos de ensino e

---

3 -Neste texto utilizamos tecnologia educacional com letra maiúscula quando se refere à tendência pedagógica assim denominada.

aprendizagem, levando em consideração, ao mesmo tempo, os recursos técnicos e humanos e as interações entre eles, como forma de obter uma educação mais efetiva. (grifos do autor. Apud PONS, 1998, p. 53).

Como se vê, as duas acepções demarcam o lugar dos audiovisuais e recursos técnicos implicados na Tecnologia Educacional. A partir dos anos 80 do século XX, consolidou-se os avanços da informática e o uso de computadores para fins educacionais. No final desse século, emergiram as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação - TICs, isto é, a “criação de novos materiais audiovisuais e informáticos” (Pons, p. 52). Na década de 1990, o termo Tecnologia da informação e da Comunicação – TIC – passou a ser amplamente utilizado para designar meios e suportes midiáticos. A explicação de Lobo e Maia para o termo é relevante:

Ele afirma que as TICs são recursos tecnológicos que podem ser computador, celular, televisão, e-mails, tablete, Youtube, internet, wifi, sites, etc. E quando ocorre a junção, eles integram uns aos outros e ocorre uma transferência de informações. (LOBO; MAIA, 2015)

Essa conjugação da tecnologia da informática com a tecnologia das comunicações tem modificado a cultura das sociedades do século XXI interferindo, como bem observou Kinski em como a pessoa vai agir, pensar e ter relações sociais e conhecimentos (KENSKI, 2015). As TICs podem assim ser consideradas um subdomínio da Tecnologia Educacional.

A produção da pesquisa sobre os recursos audiovisuais na educação no Brasil na perspectiva da cultura material escolar é recente e demanda maiores investimentos investigativos. A temática enseja variadas possibilidades de estudos: tanto o inventário dos chamados recursos audiovisuais quanto a provisão deles para as redes de ensino e seus usos. A relação com a Tecnologia Educacional e as TICs também é questão relevante, assim como com a produção, distribuição e consumo. Outros temas correlatos são também relevantes como a implantação dos Serviços de Audiovisuais nos órgãos educacionais, a produção de materiais didáticos, a produção de conhecimentos especializados, os intelectuais que produziram reflexões sobre o tema e a formação de professores.

Alguns materiais audiovisuais têm sido investigados como a fotografia (SOUZA, 2001; BENCOSTTA, 2011; ABDALA, 2013) o cinema educativo (ANTONOMACCI, 1993, MONTEIRO, 2006) e gravações radiofônicas (GILIOLI, 2008, COSTA, 2012, SALVADORI, 2010). Porém, ainda são poucos os estudos nacionais e internacionais que têm se dedicado à cultura material da educação referente à segunda metade do século XX, período que necessariamente demanda uma incursão sobre os recursos audiovisuais e a concepção pedagógica em torno da tecnologia educacional.

Assim, merece destaque a tese de doutorado de Fiscarelli (2009) sobre a construção dos saberes acerca da utilização de objetos no ensino, as pesquisas sobre as escolas radiofônicas que têm demonstrado a importância do rádio nas políticas para difusão da educação popular (PAIVA, 2009; ASSIS, 2013) e o estudo de Marta Rahe (2015) cuja análise dos objetos para o ensino das Línguas Vivas – Inglês e Frances, demonstrou como as coleções de discos, os slides, os *filmstrips* e os projetores de imagens foram relevantes para a renovação do ensino das disciplinas de línguas estrangeiras.

No âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educativas GEPCIE, grupo interunidades da Universidade Estadual Paulista – Unesp -, um conjunto de pesquisas encontram-se em desenvolvimento sobre o tema:

1. *A circulação dos recursos audiovisuais na educação na América Latina: contribuições do Programa Ponto IV*, coordenado pela Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba;
2. *As contribuições de Nélio Parra para a disseminação das técnicas audiovisuais na Educação (1963-1983)* - pesquisa de mestrado de Maria Eduarda Tognette;
3. *A atuação do Serviço de Recursos Audiovisuais do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo para a renovação do ensino (1959-1973)* - pesquisa de mestrado de Tarcísio dos Santos da Silva;

4. *O Departamento de Ajudas Audiovisuais do CREFAL: produção de materiais educativos inovadores para a educação fundamental na América Latina (1951 – 1960)* - projeto de Iniciação Científica de Isabela Ribeiro Espindola;
5. *Produção e circulação de saberes sobre recursos audiovisuais na educação (1962 – 1982)* - projeto de Iniciação Científica de Rutelaine Mauricio Pinheiro;
6. *A Inovação Educacional pelos Meios Audiovisuais na Revista do IMAVE (1965-1974)* - projeto de Iniciação Científica de Ana Júlia Quirino Francisco;
7. *A Circulação Internacional da Renovação Pedagógica pelos Meios Audiovisuais/Tecnologia Educacional: um estudo da secção “Noticiário” da Revista do IMAVE (1965-1974)* - projeto de Iniciação Científica de Giovanna de Oliveira;
8. *“Os Perigos da Televisão”: representações sobre a inovação educacional pelos recursos audiovisuais (1965-1974)* - projeto de Iniciação Científica de Julia Mariano Mendes Dias;
9. *A Renovação Pedagógica do Ensino Secundário / Ensino de 2º Grau: um estudo sobre materiais didáticos para o ensino de Ciências* - projeto de Iniciação Científica de Vitória Carolina Diniz Pereira.

Para a realização desses projetos de pesquisa estão sendo mobilizados diferentes fontes e acervos incluindo os arquivos históricos do Crefal, a Biblioteca Nacional de Lisboa - Portugal, Bibliotecas da USP e Unesp, Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Arquivo Histórico do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Inep, Museu Carlos Nobre do Colégio Estadual de Jaboticabal. Adentrar o universo dos meios audiovisuais significa prescrutar mudanças culturais que impactaram e continuam impactando a educação desde a segunda metade do século XX.

## *O Crefal: um Centro Internacional de formação de educadores e de produção e uso de materiais educativos*

Para se compreender a criação do Centro de Educação Fundamental para a América Latina (Crefal) em 1950 e sua instalação em 1951, é preciso ter em vista o contexto do pós II Guerra Mundial em que os interesses políticos de assegurar uma nova ordem mundial com garantia de manutenção da paz, resultou na criação de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).<sup>4</sup> Desde o início do seu funcionamento em 1946, a Unesco considerou o analfabetismo e os elevados índices de crianças sem escolas, os problemas centrais da educação nos países subdesenvolvidos, elegendo, assim, a “educação fundamental” como base do seu projeto educativo internacional.

Como bem assinalou Hipólito (2016), o termo educação fundamental foi empregado de modo amplo e flexível para designar áreas abrangentes de atuação desse organismo levando em conta os contextos de diferentes nações. Dessa maneira, entre as várias definições propostas pela Unesco, em 1950, ficou dessa forma estabelecido:

La educación fundamental es la instrucción mínima y general que tiene por objeto ayudar a los niños y a los adultos privados de las ventajas que ofrece la instrucción oficial a comprender los problemas que se plantean en su medio ambiente inmediato, así como sus derechos y deberes en calidad de ciudadanos, y a participar de un modo más eficaz en el progreso social y económico de su comunidad. (apud HIPÓLITO, 2016, p. 150).

---

4 - A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional fundada em 1945. O objetivo da ONU é o de unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios da justiça, dignidade humana e no bem-estar de todos. (Fonte: Site das Nações Unidas, disponível em: <https://unric.org/pt/historia-da-onu/>).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 com o objetivo com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros. (Fonte: Site do MEC, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>).

Com este escopo abrangente, a educação fundamental poderia envolver atividades diversas como campanhas de alfabetização, serviços de formação agrícola e sanitária, serviços de ampliação, cooperativas, agrupamentos coletivos com finalidade cultural. Incluía os sistemas de ensino primário e superior, assim como os centros coletivos, as bibliotecas, os museus e os meios de divulgação: palavra impressa, o cinema, a rádio.

Não por acaso, as populações rurais foram o alvo privilegiado das ações de educação fundamental promovidas pelas organizações internacionais. Ainda em meados do século XX, a maioria dos habitantes da América Latina viviam nas zonas rurais. Do campo provinha o sustento e o trabalho e a propriedade da terra continuava sendo a chave do poder político e econômico. As condições de vida e trabalho no campo se caracterizavam, de modo geral, como relações hierarquizadas, conflituosas e muito precárias. Muitos trabalhadores rurais viviam em condições de pobreza, não possuindo as comunidades rurais serviços básicos de saúde, habitação, educação e instituições de apoio econômico e social. Essa situação motivou o êxodo rural e a crescente migração do campo para a cidade favorecendo o processo de urbanização que, nas décadas de 1950 e 1960, se intensificou em decorrência também do crescimento industrial. De acordo com Merrick (2005, p. 285), em 1960, “a agricultura era a maior fonte de emprego em quinze dos vinte países da América Latina. Em 1970, em apenas nove países, principalmente na América Central e no Caribe, a maior parte da força de trabalho estava empregada na agricultura.” Dessa maneira, a questão do desenvolvimento, a melhoria das condições de vida nos países latino-americanos, a manutenção da paz e a contenção do comunismo no contexto da Guerra Fria, dependiam de políticas voltadas para o desenvolvimento das áreas rurais do continente.

Os programas de educação fundamental e de educação de base (como foi conhecido no Brasil) cumpriam, pois, finalidades políticas, isto é, visavam fixar o homem no campo, minimizar os conflitos pela terra e promover ações de melhoria das condições de vida da população rural. Tais ações fundamentavam-se numa concepção explícita de “civilizar o homem do campo” (HIPÓLITO, 2016, p. 143).

Hipólito afirma que a escolha do México para sediar o Centro proposto deveu-se à intervenção decisiva de atores políticos mexicanos com influência na Unesco, especialmente Jaime Torres Bodet, que ocupava na época o cargo de segundo secretário geral dessa instituição.<sup>5</sup> Além disso, o general Lázaro Cárdenas del Río, ex-presidente do México no período de 1934 a 1940, ofereceu em doação a Quinta Eréndira, situada na cidade de Pátzcuaro, estado de Michoacán, compreendendo uma propriedade com amplo espaço e instalações que poderiam ser adaptadas. Pátzcuaro oferecia boas condições de transporte e constituía um centro de riqueza agrária, além de possuir sítios arqueológicos e serviços turísticos. As negociações para a criação do Crefal envolveram a Unesco com uma dotação de U\$100.000,00 e igual quantia aportada pela Organização dos Estados Americanos (OEA). A instituição recebeu, também, apoio de outros organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) (HIPÓLITO, 2016).

Carmem Losada sintetizou as finalidades do Crefal e a concepção de educação fundamental assumida pelo órgão em seus primeiros anos de atuação:

El objetivo primordial del CREFAL ha sido y continua siendo el ‘entrenar maestros e instructores para todos los países de Iberoamerica en *educación fundamental*’; es decir, en hacer de ellos expertos en educación de base, en alfabetización, y sobre todo en cualquier forma de educación que permita adaptar mejor el individuo al medio social moderno, especialmente en los *medios rurales*. (grifos da autora. LOSADA, 1965, p. 13).

Embora o projeto inicial da Unesco fosse a criação de apenas um Centro Internacional nos moldes do Crefal, em 1952, foi instalado outro

---

5 -Jaime Torres Bodet nasceu na Cidade do México, em 17 de abril de 1902. Foi diplomata, escritor, ensaísta e poeta. Também foi Secretário de Educação Pública entre 1943 e 1946, promoveu a Campanha Nacional contra o Analfabetismo e criou o Instituto de Formação de Professores. Em 1948 foi nomeado Diretor Geral da Unesco, cargo em que permaneceu até 1952. (Fonte: Site do Gobierno de México, disponível em: <https://www.gob.mx/sep/acciones-y-programas/jaime-torres-bodet-114934>).

Centro semelhante, o *Arab States Fundamental Education Centre (ASFEC)*, localizado em Sirs-el-Layyan, próximo à cidade do Cairo, no Egito, com as mesmas finalidades e estrutura (HURBL, 1959).<sup>6</sup>

O Crefal iniciou suas atividades em 1951, tendo como primeiro diretor, Lucas Ortíz Benítez, renomado educador mexicano, que possuía longa experiência com Missões Rurais e com a organização das Escolas Regionais Campesinas. Além do diretor, o Centro constituiu um Conselho Consultivo integrado por educadores de vários países da América Latina, entre eles, o educador brasileiro Lourenço Filho. O Centro seguiu os objetivos propostos pela Unesco, isto é: 1) preparação de pessoal como *experts* em educação fundamental - que receberiam no final do curso o título de “especialistas em educação fundamental” e, 2) a elaboração e produção de materiais experimentais para o ensino da educação fundamental. Em decorrência dessas finalidades, o Centro foi estruturado em duas áreas primordiais: a de capacitação (formação) e a de produção de materiais educativos (HUGHES, 1963).

Hughes (1963) em um artigo de apresentação do Crefal, destacou a importância dos consultores e especialistas da ONU nos cursos oferecidos pelo Centro e a participação dos membros dos organismos internacionais em seu Conselho Consultivo. Além de especialistas da ONU e Unesco, para os cursos de capacitação, foram contratados professores de prestígio no México e no exterior. Os cursos foram planejados para atender estudantes provenientes de países da América Latina subsidiados por bolsas de estudos. Exigia-se pessoas maduras, com curso superior, na faixa etária de 25 a 40 anos de idade com experiência em trabalhos com educação de comunidades e com domínio do espanhol, o que favorecia a maioria dos países do continente, com exceção do Brasil. O plano de estudos de 18 meses de duração compreendia três fases: nove meses de formação teórica envolvendo disciplinas e conteúdo como antropologia social, psicologia social, pedagogia, investigação social e documental, sociologia, doutrina da educação fundamental, meios de comunicação, economia rural, problemas e métodos de alfabetização,

---

6 -Conferir os sites: <https://uia.org/s/or/en/1100004011> e <https://www.unesco.org/archives/multimedia/document-5727>.

questões de saúde, cooperativas, entre outros. Os estudantes recebiam, também, formação complementar em atividades realizadas em formato de oficinas e laboratórios a cargo do Departamento de Ajudas Audiovisuais: cinema, teatro, desenho, elaboração e uso de gravuras e impressão.

A segunda fase compreendia seis meses com trabalhos práticos realizados nas comunidades rurais e indígenas mexicanas. O intuito era levar os estudantes a experimentarem a vida e o trabalho de um educador fundamental em uma comunidade rural aplicando a teoria aprendida na primeira fase do curso, o que incluía a preparação de materiais, a realização de projetos educativos e de desenvolvimento da comunidade.

A terceira fase, de três meses, era dedicada à crítica e avaliação das atividades realizadas e à análise das possibilidades de aplicação prática nos países de origem, seguida da elaboração de relatórios e apresentação de seminários (HIPÓLITO, 2016).

A produção de materiais educativos consistia em uma atividade muito importante no Centro ancorada nos pressupostos da renovação pedagógica pela tecnologia educacional emergente e capitaneada, especialmente, pela modernização representada pelos recursos audiovisuais. O Departamento de Ajudas Audiovisuais foi montado com equipamentos modernos e equipe altamente qualificada para a produção de material escrito e audiovisual (quadros murais, diapositivas, gravações e filmes educativos). Todo o material produzido deveria ser adequado às comunidades e experimentado de modo a serem posteriormente, distribuídos e replicados.

No Brasil, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), levada a termo no período de 1952 a 1963, foi idealizada e desenvolvida com base nos pressupostos gerais de orientação da educação fundamental. A Campanha valeu-se dos recursos audiovisuais e professores e técnicos da CNER participaram de cursos de audiovisual promovidos pelo Ponto IV no Rio de Janeiro e no Crefal (BARREIRO, 2010, p. 50). Além de serem considerados materiais educativos modernos, os materiais audiovisuais foram tomados como facilitadores da transmissão de ideias, saberes e valores. Através dos filmes, das projeções, fotografias e ilustrações, acreditava-se ser possível

“educar” a população rural que possuía pouca ou nenhuma instrução formal. Ao mesmo tempo, nas escolas primárias rurais, tratava-se de melhor adaptá-las às necessidades da comunidade adotando também a renovação pedagógica. (CHALOPA; MORAES, 2022).

Ao longo de sua trajetória (até a atualidade), o Crefal passou por diferentes fases e mudou de nome atendendo as tendências da educação fundamental protagonizadas pela ONU e Unesco.<sup>7</sup> A primeira fase é a da educação fundamental (1951-1960); a segunda, da educação fundamental para o desenvolvimento da comunidade (1961-1970), a etapa seguinte foi a da alfabetização funcional (1969-1974). A quarta etapa é aquela que priorizou a educação de adultos e a alfabetização funcional no marco da Educação Permanente (1974-1978). Foi nesse período que o governo do México assumiu a instituição zelando pelo sua continuidade. A quinta etapa é relacionada à ênfase dada à educação de adultos e alfabetização funcional no marco da Educação Permanente e do Desenvolvimento Rural Integrado (1974-1992). A última fase, a atual, compreende a existência do Crefal como Organismo Internacional Autônomo, assim definido a partir de 1990, dedicado a educação de pessoas jovens e adultas. Treze países latino-americanos compõem o Conselho Administrativo do Centro (Argentina, Brasil, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e a presidência é exercida pelo Secretário da Educação Pública do México.

Não há muitos estudos sobre o Crefal. Na década de 1950 e 1960, especialistas da Unesco e dirigentes do Centro publicaram artigos divulgando a instituição e apresentando balanços de suas atividades (HUGHES, 1958, 1963; WOOLSEY, 1963, LOSADA, 1965). Na década de 1980, Guillermo Medina publicou um livro comemorativo dos 35 anos da instituição (MEDINA, 1986) e

---

7 -A partir de 1961, ocorreu um acordo em que o Crefal deveria se guiar pelo desenvolvimento da sociedade, alterando seu nome para: “Desarrollo de la Comunidad en la América Latina”. Em 1969, o Centro adotou outra orientação, dessa vez no contexto da educação de adultos, alterando seu nome para: “Centro Regional de Alfabetización Funcional para las Zonas Rurales de América Latina”. Em 1974, nova denominação: “Centro Regional de Educación de Adultos y Alfabetización Funcional para América Latina”. A última denominação, que permanece até a atualidade, foi estabelecida em 1990: “Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe”. Conferir: <https://crefal.org/antecedentes-historicos/>.

outros textos de cunho histórico como o da trajetória do Crefal (MEDINA,1982; 1985). Vale assinalar a tese de José Hipólito (2016) e os trabalhos de Jesús Balhen-Ardila publicados na *Revista Iberoamericana de Educação de Adultos* (BALHEN, 1995; 2004, 2007) e temáticas específicas relacionadas às atividades do Centro (HIPÓLITO, 2019; RANGEL, 2006, ORTIZ, 1985).

### *O acervo do CREFAL para o estudo dos recursos audiovisuais na educação na América Latina*

Os arquivos históricos do Crefal conservam a documentação desse Centro desde a sua fundação, em 1951, e se constituem em três áreas: Arquivo Histórico e Documental, Arquivo Fotográfico e Arquivo Audiovisual. A instituição possui também uma Biblioteca denominada Lucas Ortiz Benítez que reúne livros, revistas, teses, documentação de congressos internacionais e a produção editorial do Centro. Ressaltam-se os trabalhos de conclusão de curso (monografias) elaboradas pelos alunos – estudantes de diferentes países da América Latina tratando de temas diversificados.<sup>8</sup>

O **Arquivo Histórico Documental** conserva inúmeros materiais sobre a trajetória da instituição envolvendo os setores administrativos, de formação e de produção de materiais. O Crefal contou em suas instalações com várias oficinas, técnicos e equipamentos de produção de materiais educativos – textos, cartazes, fotografias, impressões gráficas, filmes e peças teatrais.

Dessa maneira, o Arquivo mantém documentos da Rama de Produção, denominado posteriormente de Departamento de Meios Audiovisuais. Constam relatórios, correspondências internas e externas, textos utilizados nas atividades formativas (oficinas) que contavam com a participação desse departamento, roteiros de filmes, inventários, entre outros.

As alterações na denominação do setor responsável pela produção de materiais educativos na trajetória do Crefal são reveladoras das mudanças no campo discursivo sobre os meios audiovisuais. Primeiramente foi

---

8 -Sobre essa produção ver a bibliografia comentada elaborada por Glória Guzmán Máximo: <https://biblioteca.crefal.org/>.

denominado *Rama de Producción de Materiales*, depois, *Departamento de Ayudas Audiovisuales*, em seguida, *Departamento de Comunicación y Tecnología Educativa*.

Na sequência deste texto, ressaltamos alguns exemplos referentes a essa documentação. Há no Arquivo várias correspondências do Crefal para Embaixadas, para a Unesco, para governos de países latino-americanos que mostram a intensa relação do órgão com outros países. Chama a atenção a correspondência solicitando catálogos de películas que constituem indícios interessantes sobre a circulação do cinema educativo. O Crefal mantinha também contatos com Centros de Audiovisuais dos Estados Unidos e de outros países dando a ver a rede de conexões em torno dos meios audiovisuais.

Relatórios e planos de funcionamento da área de produção de materiais educativos indiciam os cursos e as oficinas assistidas pelos alunos. Destaca-se a colaboração de professores estrangeiros ministrando cursos no Centro. Ainda em relação à formação em meios audiovisuais, é possível encontrar lista de alunos, processo de seleção / indicação de estudantes, programas, concessão de bolsas de estudos, bibliografia e materiais utilizados. Cabe ressaltar que a área de Produção de Materiais funcionava para atender as necessidades do Centro e também para orientar e capacitar técnicos e educadores para a produção de materiais audiovisuais de caráter educativo. As imagens abaixo retratam algumas dessas atividades de produção de materiais educativos.

**Figuras 1, 2 e 3 - Materiais Educativos do CREFAL**



**Fonte:** *Archivo Histórico del CREFAL.*

**Figuras 4, 5 e 6 - Oficina de Produção de Materiais Educativos**

**Fonte:** *Archivo Histórico del CREFAL.*

Por exemplo, o relatório apresentado pelo Departamento de Meios Audiovisuais em dezembro de 1963, registra detalhadamente as atividades que foram desenvolvidas pelo setor. Consta o Serviço de cinemateca – aquisição de películas e projeção de filmes, as oficinas de imprensa, de offset, fotografia, desenho, mimeógrafo. O Departamento de Meios Audiovisuais ofereceu durante o ano de 193 um curso de formação. Na primeira etapa tratou de conteúdos mais gerais, o que são os meios audiovisuais, descrição de cada um dos mais importantes, aspectos históricos, papel dos meios audiovisuais no desenvolvimento das comunidades e na educação de adultos, necessidades gerais dos centros de audiovisuais, utilização dos diversos meios audiovisuais. A segunda etapa discutiu a questão da distribuição de materiais audiovisuais, problemas de avaliação, teatro, rádio e televisão, técnicas audiovisuais, material de realismo pictórico e simbolismo pictórico. A terceira etapa do curso aprofundou a discussão sobre rádio e televisão, problemas de organização e administração de serviços audiovisuais em âmbito nacional e problemas de avaliação e investigação. O Departamento indicou referências de leituras obrigatórias para o curso, projetou filmes para os estudantes e distribuiu publicações produzidas pelo Crefal. Além disso, acompanhou atividades de campo realizadas pelos estudantes, promoveu visitas a projetos mexicanos e atividades culturais.<sup>9</sup> O Departamento era responsável pelo oferecimento de cursos teórico-práticos, produção de cartazes e ilustrações, preparação

9 -Departamento de Medios Audiovisuales. Informe Anual. Dic. 1963. Archivo Histórico Documental [63/421/C-16/E-1]

de films strip e periódico mural, além da produção de textos e boletins. Parte dessa produção – diavistas, fotografias, slides, cartazes, etc. encontram-se preservadas no Centro.

Muitos documentos do Crefal dizem respeito aos cursos ministrados. Dessa maneira, é possível obter informações sobre os conteúdos e materiais produzidos para e nessas atividades formativas. Segue, como exemplo, o programa do curso regular sobre meios audiovisuais ministrado em 1965:

Medios Audiovisuales – Programa para el curso regular de 1965

I-OBJETIVOS:

-Dar a los becarios una información amplia que se penetrem de la importancia del papel que los Medios de Información pueden desempeñar en un programa nacional de Desarrollo de la Comunidad.  
(...)

II-CONTENIDO:

- 1-Los Medios de Información como factores sociales y económicos en el Desarrollo de la Comunidad;
- 2-La transmisión de ideas.
- 3-Inventario de los Medios Audiovisuales y de Información.
- 4-Psicología de los Medios Audiovisuales.
  - 4.1-Clasificación
- 5-Las vivencias humanas.
- 6-Técnicas de los Medios Audiovisuales de Información.
  - 6.1-Material gráfico y no proyectable.
  - 6.2-Material proyectable fijo.
  - 6.3-Cinema Educativo.
  - 6.4-Televisão Educativa
  - 6.5-Rádio
  - 6.6-Museo y Exhibiciones.<sup>10</sup>

Nas paredes do complexo de edifícios onde funciona o Crefal encontram-se inúmeros quadros emoldurados contendo a fotografia de estudantes que concluíram variados cursos promovidos pelo Centro. Em um desses quadros, consta a turma *do Cursillo sobre los Materiales Audiovisuales en el Desarrollo de la Comunidad*, de 1960.

---

10 -Medios Audiovisuales – Programa para el Curso Regular – 1965. Arquivo Histórico Documental [65/30-35/C-46/E-6].

**Figura 7** - Quadro de estudantes do curso de Materiais Audiovisuais

**Fonte:** *Archivo Histórico do CREFAL, 1960.*

As apostilas existentes no acervo merecem especial atenção, pois, constituem preciosos vestígios da produção e circulação de conhecimentos sobre os meios audiovisuais na educação. É possível mapear os intelectuais (*experts*) envolvidos com a temática, assim como o conteúdo dos textos e as referências bibliográficas. É possível acompanhar as mudanças conceituais e as perspectivas teóricas em construção e consolidação. Tanto a ênfase no uso dos meios audiovisuais quanto a afirmação da Tecnologia Educacional e, posteriormente, o relevo dado à discussão sobre as teorias da comunicação.<sup>11</sup>

Os saberes construídos em torno dos meios audiovisuais na educação buscavam incentivar o uso desses meios destacando vantagens e contribuições para tornar o ensino mais atrativo e dinâmico. Inicialmente, na década de 1950, nota-se a tendência de apresentação dos meios audiovisuais – o que são e como funcionam. Posteriormente, condensa uma produção mais crítica que busca apontar vantagens e dificuldades. É o caso, por exemplo, da apostila “*Ventajas e Inconvenientes de los diversos Médios Auxiliares Visuales*” que expõe um quadro

---

11 -Vale registrar alguns exemplos de apostilas existentes no Arquivo Histórico Documental: “La diavista y su utilización en la enseñanza”, elaborada pelo Prof. Christian Bauyer, “Principios teóricos de fotografía y la película de banco y negro”, de Hagen Hsselbalch e uma apostila com título muito sugestivo, “Porque esta fracasando la tecnología educativa”. Ver, respectivamente: Arquivo Histórico Documental [53/40-470/C-5/E-2], [AHD/RPM/AS/DAS/1951/SIN FECHA], [77/60-63/C-57/E-6].

comparativo sobre vantagens e desvantagens do uso de diversificados recursos visuais como o quadro de giz, teatro, excursões, flanelógrafo, modelos, películas cinematográficas, episcopio, objetos e espécies, imagens, materiais auditivos. Em relação aos filmes, consta como vantagens da película cinematográfica: *“están próximas a la realidad, gracias al movimiento y el sonido”* e como desvantagem *“costo relativamente elevado de cada película.”*<sup>12</sup>

**Figura 8** - Quadro comparativo sobre vantagens e desvantagens do uso de diversificados recursos visuais

VENTAJAS E INCONVENIENTES DE LOS DIVERSOS MEDIOS AUXILIARES VISUALES	
CUADRO COMPARATIVO	
Ventajas:	Inconvenientes:
	<u>Episcopio</u>
1.- Barato	1.- Dos dimensiones solamente.
2.- Fácil de utilizar para una gran variedad de representaciones gráficas.	2.- No permite representar el movimiento.
3.- Puede utilizarse repetidamente después de borrar.	3.- Público limitado.
	4.- Para obtener los mejores resultados es preciso que la persona que lo utiliza tenga experiencia.
	5.- Pelvo de la tiza.
	6.- Difícil de encontrar en las regiones aisladas. (x)
	7.- Difícil de transportar en las regiones aisladas. (x)
N.B. Se han inventado nuevas técnicas que reducen al mínimo la desventaja núm. 4.	
x/ Estas afirmaciones representan la opinión de la mayoría; no obstante, existen opiniones divergentes sobre estos dos puntos.	
	<u>Teatro</u>
1.- Selectivo	1.- Limitado en el tiempo y en el espacio.
2.- Próximo a la realidad.	2.- El efecto máximo depende del valor de los actores, de la calidad de la producción, etc.
3.- Se adquiere experiencia - mediante la participación efectiva.	3.- No puede reproducirse.

**Fonte:** Archivo Histórico do CREFAL.

Os inventários, relatórios e listas de equipamentos são importantes indícios sobre a cultura material. Ressaltam-se correspondências, lista de materiais necessários, contatos com fornecedores, catálogos de divulgação

12 -Ventajas e Inconvenientes de los diversos Médios Auxiliares Visuales, Archivo Histórico Documental [69/421-422/C-30/E-2].

de equipamentos, manuais de máquinas fotográficas, listas de materiais necessários para a preparação de oficinas para os cursistas.

Essa diversificada documentação permite apreender não somente o funcionamento do Crefal e as atividades desenvolvidas pela instituição, mas também apreender aspectos da cultura material na educação, os equipamentos e técnicas utilizadas na produção de materiais educativos.

O Arquivo Fotográfico do Crefal conserva a memória visual do Centro. Há centenas de fotografias retratando atividades de formação, oficinas, produção de materiais, atividades realizadas em campo junto às comunidades, além do registro de eventos e comemorações realizados ao longo do tempo. Como consta no site da instituição: “Los más de noventa mil positivos y negativos resguardados incluyen imágenes utilizadas en la elaboración de materiales educativos que tuvieron una distribución en toda la región.”<sup>13</sup> O Arquivo Fotográfico está organizado em cinco fundos em conformidade com as técnicas de produção fotográfica: Fundo Branco e Preto 120 mm; Fundo Branco e Preto 35 mm, Fundo Colorido, Fundo Diavistas e Fundo Filmes.

**Figura 9** – Fotografia em campo



**Fonte:** *Archivo Histórico del CREFAL.*

---

<sup>13</sup> -Site: <https://biblioteca.crefal.org/>.

Os registros fotográficos são também reveladores das técnicas e equipamentos utilizados na produção de fotografias, diavistas e filmes. O Crefal produziu inúmeras diavistas. Algumas dessas produções estão *on line* no site do Centro e outras encontram-se na instituição. Esses materiais foram produzidos com diversos objetivos, alguns eram utilizados para estudo como formação de professores, outros eram utilizados como forma de ensino e mostrados para os estudantes das comunidades como recurso de ensino e muitos também foram feitos e guardados como documento histórico. Sendo assim, a observação de tais recursos compõem forte importância histórica, educacional e para a cultura material escolar. Os materiais audiovisuais como “Promotores de Salud” ou “Accion contra la tifoidea” eram usados para apoiar as campanhas de vacinação e as ações médicas nas comunidades. “Nunca es demasiado tarde”, “El primer paso”, “Saber es vivir” e “La decisión de José” para incentivar a participação das aulas e o estudo da leitura e escrita e assim por diante.

**Figura 10** - Reunião de professores rurais com habitantes da comunidade “purépecha”



**Fonte:** *Archivo Histórico del CREFAL (on line)*, [1951-1972].<sup>14</sup>

14 -Disponível em: [https://biblioteca.crefal.org/cgi-bin/koha/opac-search.pl?idx=&q=&limit=branch%3AAF&weight\\_search=1](https://biblioteca.crefal.org/cgi-bin/koha/opac-search.pl?idx=&q=&limit=branch%3AAF&weight_search=1).

Por exemplo, o vídeo intitulado “Inauguración del CREFAL 9 de mayo de 1951”, por Hagen Hasselbalch. A produção foi feita pelo “Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe” e foi publicada no México em 1951. O material possui cor. Nesse vídeo, é reproduzido uma gravação sem som do momento de inauguração do CREFAL, mostrando os discursos feitos por pessoas importantes como o presidente do México, Miguel Alemán. Também mostra pessoas levantando bandeiras com nomes de diversos países da América Latina de onde virão os estudantes e da comunidade local usando roupas enfeitadas, máscaras, chapéus enquanto dançam como uma forma de comemoração e homenagem pela inauguração. É o material que quer mostrar esse momento histórico.

O material intitulado “Tiempo de la esperanza” foi um documentário premiado da Academia Britânica de Cinema que discute sobre as cidades de Bangkok e Pátzcuaro. Publicado pelo “Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe” (CREFAL), em Pátzcuaro, Michoacán, México, em parceria com a Unesco. Foi um filme gravado simultaneamente em Pátzcuaro, México e Bangkok, Tailândia, em 1953. O material está em branco preto e mostra imagens históricas de ambas as comunidades.

O vídeo intitulado “Acción contra la tifoidea. Noticiero No. 1”, é um material breve em branco e preto sem som que apresenta imagens históricas de Michoacán em um ato de vacinação infantil contra a “tifoidea”. Mostrando a comunidade levando os filhos para vacinação, médicos e o ato de vacinar nas escolas. Esse material foi publicado em 1954 pelo “Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe”, em Pátzcuaro, Michoacán, México. O seu objetivo foi mostrar a importância da vacinação infantil.

O vídeo “La decisión de José”, é um trabalho de graduação do equatoriano V. Enrique Betancourth Viveros e foi publicado em Pátzcuaro, Michoacán, México, em 1958, pelo “Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe”. O narrador, conta a história de um camponês chamado José que vive em uma comunidade de

611 habitantes chamada “San Pedro Pareo” e não consegue melhorar seu modo de vida por conta de não saber ler e escrever. Ao longo do vídeo, ele vai melhorando cada parte da sua vida por conta das aulas do CREFAL, mostrando imagens dele conseguindo um empréstimo para investir em sua colheita, ajudando as pessoas da sua comunidade e tendo maiores oportunidades. O material está em branco e preto e com som.

A equipe do Crefal dedicou-se muito à produção de diavistas e filmes visando a formação dos estudantes e das comunidades. Esses materiais audiovisuais podem ser investigados tanto em relação ao conteúdo e finalidades quanto no que diz respeito às técnicas e equipamentos de produção. Esse material é inédito e encerra muitas possibilidades de investigação.

### *Considerações finais*

Como buscamos demonstrar neste texto, o Crefal possui um valioso acervo histórico documental, fotográfico, audiovisual e material para o estudo da trajetória dos meios audiovisuais na educação. É certo que o Centro se dedicou à educação fundamental, desenvolvimento das comunidades e educação de adultos, no entanto, o acervo relacionado à produção de materiais educativos abarca tecnologias, equipamentos, conhecimentos e processos formativos sobre meios audiovisuais na educação, tecnologia educativa, educação audiovisual e educação e comunicação.

Consistindo em um Centro internacional, o Crefal realizou suas atividades nessa perspectiva, isto é, recebia estudantes dos países da América Latina e contava com professores e técnicos de diferentes nacionalidades. Nesses termos, as atividades do Centro sempre tiveram a potencialidade de cruzar fronteiras e irradiar-se em dimensões transnacionais. Por isso, reafirmamos a potencialidade dos acervos do Centro para investigações acerca da produção e circulação dos meios audiovisuais na educação.

Para encerrar, vale lembrar as sábias palavras de José Saramago: “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.”

## Referências:

- ABDALA, R. D. **Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ANTONOMACCI, M. A. **Trabalho, cultura e educação: escola e cinema educativo nos anos 1920/1930**. Projeto História, 10, 147-165, 1993.
- ASSIS, M. **Escolas radiofônicas do Rio Grande do Norte: memória, narrativa e os retratos da época como uso didático**. Bolema, 2013 Aug;27(46):367–80. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0103-636X2013000300003>
- BALHEN Ardila, Jesús, “El CREFAL, baluarte imponderable en la historia de la educación de adultos durante las últimas cinco décadas”- en, *Revista Interamericana de Educación de Adultos*, Vol. 3, No. 1, CREFAL, Pátzcuaro, Michoacán, México, 1995, pp. 103-128 (disponível em: <https://www.yumpu.com/es/document/read/12848161/el-crefal-baluarte-imponderable-en-la-historia-de-la-educacion->). Acesso em 25 de Agosto de 2023.
- BALHEN Ardila, Jesús. **Las siete etapas características del quehacer académico institucional del CREFAL, primera y segunda etapas: educación fundamental y desarrollo de la comunidad**, CREFAL, Pátzcuaro, Michoacán, México, 2004.
- BALHEN Ardila, Jesús. **CREFAL: Cómo estaba organizado y qué se hacía al término de su V etapa**, CREFAL, México, 2007.
- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)**. [S. l.]: UNESP, 2010. ISBN 9788579831300. DOI <https://doi.org/10.7476/9788579831300>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q7zxx>. Acesso em: 21 maio 2023.
- BENCOSTTA, M. L. **Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba**. *História* (São Paulo) v.30 (1), p. 397-411, jan/jun 2011.
- COSTA, P. C. **Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas radiofônicos (1935-1950)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CHALOPA, R. F.; MORAES, A. I. D. . **200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação**. EDUCAÇÃO EM FOCO, v. 46, p. 1-20, 2022.
- DUARTE, Sérgio Guerra (1986). **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro;Antares; Nobel.

FISCARELLI, R. B. O.. **A construção do saber sobre a utilização de objetos no ensino brasileiro**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Ciências e Letras- Unesp, Araraquara, 2009.

GILIOLI, R.S. P. **Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette-Pinto**. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HIPÓLITO, José. **El CREFAL, una institución vertebradora de la política y la educación indígenas en Michoacán (1951-1970)**. 2016. Tese (Instituto de Investigaciones Históricas. Facultad de Historia. Programa Institucional de Doctorado en Historia) - UNIVERSIDAD MICHOCANA DE SAN NICOLÁS DE HIDALGO INSTITUTO DE INVESTIGACIONES HISTÓRICAS, [S. l.], 2016. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.dgb.umich.mx:8083/xmlui/handle/DGB\\_UMICH/2133](http://bibliotecavirtual.dgb.umich.mx:8083/xmlui/handle/DGB_UMICH/2133). Acesso em: 28 de Agosto de 2023.

HURBL, A. **QUALITIES WHICH STUDENTS DEVELOP AT ASFECEI**. Community Development Bulletin, Vol. 10, No. 3 (June, 1959), pp. 50-54 (5 pages). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44279141>. Acesso em 28 de Agosto de 2023.

HUGHES, Lloyd H. Crefal: **Training Centre for Community Development for Latin America**. **Crefal: Training Centre for Community Development for Latin America, International Review of Education**, ano 1963, v. 9, ed. 2, p. 226-235, 25 jul. 1963. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/3442299.pdf>. Acesso em: 25 de Agosto de 2023.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 3º edição. Campinas, SP. Papirus, 2003.

LOBO, A. S. M.; MAIA, L. C. G. **O Uso das TICs como Ferramentas de Ensino Aprendizagem no Ensino Superior**. Caderno de Geografia. Minas Gerais, v. 25, n. 44, p. 16-26, 2015.

LOSADA, Carmen Fernández. **El CREFAL (Centro Regional de Educación Fundamental para América Latina)**, **Revista de educación**, p. 13-14, 1965. Disponível em: <https://redined.educacion.gob.es/xmlui/handle/11162/77195>. Acesso em: 28 de Agosto de 2023.

MEDINA, Guillermo A: **Antecedentes, trayectoria, vocación, historia y acción prospectiva del CREFAL**, CREFAL, Pátzcuaro, Michoacán, México, 1982 y 1985.

MEDINA, Guillermo A: **Presencia y acción en América Latina y el Caribe**, CREFAL, Pátzcuaro, Mich., México, 1986.

MERRICK, T. A população da América Latina, 1930 – 1990. In: BETHELL, L. (org.). **A América Latina após 1930: economia e sociedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2005 (História da América latina, v. VI). Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/34> Acesso 23 de Agosto de 2023.

MONTEIRO, A. N. **O cinema educativo como inovação pedagógica na escola primária paulista: 1933-1944.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ORTIZ, Almada. **Informe de las prácticas profesionales realizadas en el centro regional de educación de adultos y alfabetización funcional para América Latina. (CREFAL).** [Tesis de Pregrado, UDEM]. Repositorio UDEM, 1985. Disponível em: <http://repositorio.udem.edu.mx/handle/61000/1935>. Acesso em 22 de Agosto de 2023.

PAIVA, M. M. de. (Org.). **Escolas Radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos (1959 - 1966).** Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

PONS, J. P. **Visões e conceitos sobre a tecnologia educacional.** In: SANCHO, J. M. (org.). **Para uma tecnologia educacional.** Porto Alegre: ArtMed, 1998, p.50-71.

RAHE, M. B. **Inovações incorporadas ou “modernidades abandonadas”? Uma investigação dos materiais didáticos para as aulas de Línguas Vivas em dois ginásios de Campo Grande, sul do Estado de Mato Grosso (1931 – 1961).** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

RANGEL, Guerra Alfonso . **La educación rural mexicana y la educación fundamental en el inicio del CREFAL.** *Revista Interamericana de Educación de Adultos [en línea]*. 2006, 28(2), 169-176[fecha de Consulta 21 de Mayo de 2023]. ISSN: 0188-8838. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=457545086008>.

SALVADORI, M. A. B. (2010). *Sonoras cenas escolares: histórias sobre educação, rádio e humor.* *Revista Brasileira de História da Educação*, 24, 167-191.

SOUZA, R. F.; OLIVEIRA, R. B. **A Tecnologia Educacional na investigação histórica da cultura material escolar.** In: GASPAR DA SILVA, V. L.; SOUZA, G.; CASTRO, C. (orgs.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica.* Vitória: EDUFES, 2018, p. 367-399. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil, v. 14).

SOUZA, R. F. **Fotografias Escolares: a leitura de imagens na história da escola primária.** *Educar em Revista*, Curitiba, v. 18, p. 75-102, 2001.

WOOLSEY, Wallace. **“CREFAL-UNESCO’s School for Community Development Leadership in Latin America.”** *Hispania*, vol. 46, no. 1, 1963, pp. 115–18. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/336951>. Accessed 22 May 2023.

## *O acervo do CEDUC da FE/UnB: possibilidades para a história da cultura material escolar*

*Etienne Baldez<sup>1</sup>*

*Juarez José Tuchinski dos Anjos<sup>2</sup>*



### *Introdução*

Neste capítulo temos por objetivo apresentar o acervo do Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (CEDUC/FE/UnB), destacando, em particular, algumas possibilidades de investigação para a história da cultura material escolar por meio da documentação por ele custodiada. Demarcamos que por cultura material escolar, entendemos, com Agustín Escolano Benito (2010, p. 14), a “cultura empírica das instituições educativas” e, mais especificamente, com Gizele de Souza e Eliane Peres (2011, p. 56), “o conjunto de artefatos materiais em circulação e uso nas escolas, mediados pela relação pedagógica, que é intrinsecamente humana, reveladora da dimensão social”.

Sobre o Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação (CEDUC/FE), relembramos que seu espaço foi instituído há quase três décadas, indicando, a princípio, uma relação com os objetivos do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (GTPA/DF): criação de “um Banco de Dados com a identificação e caracterização de grupos, instituições e pesquisadores que desenvolvem projetos de alfabetização no Distrito Federal e entorno” (CEDUC, 2016, p. 4). Acompanhando as redes em prol de constituição de acervo, considerando o debate em torno do Ano Internacional

---

1 - UnB, Brasília, DF, Brasil. E-mail: [blb.etienne@gmail.com](mailto:blb.etienne@gmail.com) . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9668942454887886>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6780-3148>

2 - UnB, Brasília, DF, Brasil. E-mail: [juarezdosanjos@yahoo.com.br](mailto:juarezdosanjos@yahoo.com.br) . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7560916850762011>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4677-5816>.

de Alfabetização (LIMA, 1990), nove professores da Faculdade de Educação criaram o Grupo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização (GEPa) que, com o intuito de disponibilizar suas pesquisas à comunidade acadêmica científica, pensou na constituição do Centro de Documentação sobre Alfabetização da Faculdade de Educação, ainda sem a caracterização de ser uma unidade dentro da Faculdade de Educação (CEDUC, 2016). No Plano de Ação do CEDOC/FE, nome primeiro do CEDUC, está delimitado que:

A exemplo de outras instituições de Ensino Superior, que já dispõem de Centros de Documentação com a disponibilidade de um Banco de Dados, a FE pretende superar suas deficiências no que se refere à documentação/informação, através o uso adequado dos recursos de um Banco de Dados, planejado especialmente para o uso da clientela a que se destina, com ações específicas, tais como: a identificação, a coleta, a geração/recuperação e o armazenamento de informações que possam reverter aquele quadro de carência. Com este objetivo, aliado ao interesse em revitalizar e dar continuidade às ações do antigo Centro de Documentação em Alfabetização, anteriormente idealizado como espaço para pensar as questões e propor as alternativas para a alfabetização do País, a Direção da FE ofereceu o apoio necessário e o incentivo oportuno à ampliação deste antigo Centro, transformando-o no *CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO - CEDOC/FE* (CEDUC, 1994/95, p. 3 – *grifos do documento*).

A Coordenação do CEDOC/FE ficou sob a responsabilidade da professora Iria Brzezinski<sup>3</sup>, sendo pontuado no seu Plano de Ação que a intenção era ser “[...] instância de referência das principais bases de dados sobre a educação, face à realidade da Educação Brasileira e face às experiências de outros

---

3-De 1994 até o ano de 1997, o CEDUC ficou sob a coordenação da Professora Iria Brzezinski, do Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF). Em novembro de 1994 foi publicado o CEDUC JORNAL – Jornal do Centro de Documentação em Educação da Faculdade de Educação, tendo como editora chefe a Professora Leda Maria Rangearo Fiorentini. De 1997 a 2003, ainda contando com a Professora Iria Brzezinski, formou-se uma equipe com a entrada das professoras Maria Alexandra Militão Rodrigues (MTC), Maria Luíza Pereira Angelim (MTC), Patrícia Lima Torres (TEF). De 2003 a 2014 o CEDUC esteve sob a coordenação da Professora Maria Abádia da Silva (TEF). De 2014 a 2016 a coordenação ficou com a Professora Maria Zélia Borba Rocha (PAD)<sup>2</sup>. De 2016 a 2019 o coordenador foi o Professor Juarez José Tuchinski dos Anjos. Em 2019 foi nomeada a Professora Etienne Baldez para a gestão do CEDUC, estando a frente até o atual momento (2023).

países [...]” (CEDUC, 1994/95, p. 1). No ano seguinte, tal missão institucional foi ampliada, através de reformulação proposta por Comissão instituída pela direção da Unidade, no sentido de conferir ao centro também a tarefa de preservação da memória documental da própria Faculdade de Educação (FE), dando suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, organizando-se em três setores: arquivo, setor de publicações e biblioteca, constituindo-se como um Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação (CEDU/FE) (RELATÓRIO, 1995, p. 1). Ainda em 1995, foi lançado o projeto “Faculdade de Educação da Universidade de Brasília: 30 anos de História”, tendo como dois de seus objetivos específicos a identificação e catalogação do acervo da FE, visando sua socialização e disponibilização para a pesquisa (BRZEZINSKI, 1995, p. 3).

Pouco mais de duas décadas após a lavra desses que podem ser considerados os documentos fundadores do CEDUC-FE, é preciso reconhecer que a concretização de seus objetivos esbarrou em alguns desafios, tais como: volumoso material bibliográfico que foi sendo doado e incorporado ao acervo do Centro, com poucos critérios seletivos; documentos oriundos tanto das práticas de pesquisa, ensino e extensão quanto de gestão, foram guardados sem maiores arranjos ou tratamentos arquivísticos; necessidade de um espaço maior que comportasse o acervo e que tornasse possível disponibilizá-lo para pesquisadores (as) e ampliá-lo com novos recebimentos; o acompanhamento de formação para as pessoas que são destinadas como profissionais no espaço (técnicos, bolsistas, gestores). Esse conjunto de situações, diagnosticadas pela direção da Faculdade de Educação (FE) em 2016, levaram a uma parcial descaracterização do CEDUC: nem base de dados (por carecer de organização dos materiais oriundos de pesquisas educacionais que os tornassem acessíveis aos pesquisadores), nem biblioteca setorial (algo então inexistente na configuração administrativa adotada pela UnB em seu Plano Orientador (UnB, 1962), o que desaconselhava, inclusive, qualquer tentativa de tratamento bibliográfico do acervo fora do âmbito da Biblioteca Central), nem arquivo histórico (em função da dispersão documental e falta de catalogação).

Diante dessa situação, buscando inspiração em experiências exitosas realizadas em outros Centros de Memória existentes no país, como os documentados no dossiê organizado por Maurilane Biccas e Maria Ângela Borges Salvadori (2005), e em intercâmbios com Centros Internacionais em eventos, como o ocorrido na cidade de Macerata (Itália), em 2017<sup>4</sup>, fomos convidados, pela direção da Faculdade de Educação, em diferentes momentos<sup>5</sup>, a assumir a gestão do CEDUC com a tarefa de proceder ao tratamento arquivístico do seu acervo, a fim de configurá-lo efetivamente como Centro de Documentação e Memória. Foi um trabalho lento e ainda em fase de finalização, no qual contamos com apoio financeiro dos gestores e conselho da FE, de estagiários de diferentes cursos da instituição, técnicos administrativos e de parte da equipe do Arquivo Central da Universidade. Hoje, com o processo já bastante adiantado, o CEDUC encontra-se em condições de receber pesquisadores e pesquisadoras interessados na investigação sobre a história da educação no Brasil e em Brasília e, no que enfocamos neste capítulo, a história da cultura material escolar.

No encaixo do objetivo anunciado, este artigo divide-se em duas partes. Na primeira, apresentaremos brevemente alguns pressupostos teóricos e metodológicos adotados no tratamento e arranjo do acervo do CEDUC, bem como a configuração que, a partir desse trabalho, ele acabou por adquirir. Na segunda parte, percorrendo alguns de seus fundos documentais, enfatizaremos as possibilidades de pesquisas sobre a história da cultura material escolar que eles anunciam. Ao final, encerramos com breves reflexões, a modo de conclusão.

---

4 - Trata-se do "III International Conference of School Material Culture – Production, Use and Circulation of School Furnishings and Teaching Aids between Europe and Latin América in XIX and XX Centuries", realizado entre 12 e 13 de setembro de 2017.

5 - De 2016 a 2019 no caso do autor e 2019 até o presente no caso da autora.

## *Do tratamento à constituição de fundos documentais: um itinerário no CEDUC*

Desde a década de 1990 tem sido frequente a criação de Centros de Documentação e Memória da Educação em diversas universidades brasileiras. Segundo Maurilane Biccas e Maria Ângela Salvadori (2005), tal movimento é decorrência do desenvolvimento do campo de pesquisa em história da educação no país. Entretanto, a criação e manutenção desses centros, particularmente no que diz respeito à gestão documental, exige uma atitude colaborativa entre diferentes especialistas e especialidades que, rompendo os limites dos campos disciplinares, coloquem-se a serviço de um objetivo comum: permitir “aos diferentes sujeitos envolvidos em suas atividades [...] a fluidez das memórias e o acesso às informações sob sua guarda e proteção” (BICCAS; SALVADORI, 2005, p. 154).

Se em História, como escreve Michel de Certeau, “[...] tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2002, p. 81), em um Centro de Documentação e Memória, a organização dos documentos por meio de um tratamento arquivístico adequado é, respeitadas as diferenças entre o Ofício do Historiador e o do Arquivista, o primeiro e fundamental passo para sua efetivação. Daí, a necessidade de, desde o início do trabalho do CEDUC, contarmos com orientações dos arquivistas da UnB, cuja expertise revelou-se fundamental para que procedêssemos ao arranjo documental.

Um segundo passo foi a organização de uma equipe de trabalho que, sob a coordenação dos pesquisadores responsáveis pelo centro e, sob a supervisão dos arquivistas, realizasse o tratamento arquivístico do material custodiado, estratégia adotada com sucesso já há mais de uma década no Centro de Memória da FEUSP, segundo relatam Carmem Moraes, Iomar Zaia e Marta Carvalho (2005). Um grupo de estagiários de cursos da graduação da UnB nesse caso, revelou-se ser a equipe ideal, já que, ao mesmo tempo em que efetuavam o trabalho de organização do acervo, adquiriam treinamento

e capacitação para tal trabalho, além de serem, em certa medida, educados para a valorização do patrimônio educacional da instituição onde estudavam.

Um terceiro passo foi a escolha do local ideal para o tratamento arquivístico e acondicionamento do acervo. Segundo Marilena Leite Paes, convém que seja em “[...] local elevado, com mínimo de umidade, em área isolada” e com temperatura controlada, por meio da “utilização ininterrupta de aparelhos de ar condicionado e desumidificadores, a fim de climatizar as áreas de armazenamento e filtrar as impurezas do ar” (PAES, 2005, p. 141). Convém, ainda, que o local seja destinado exclusivamente às atividades do Centro de Documentação e Memória. Com o apoio da equipe gestora da Unidade, obtivemos tal local apropriado, onde, desde então, o CEDUC encontra-se alocado.

O quarto passo foi o tratamento arquivístico propriamente dito, que se deu, em termos que poderíamos designar de básicos ou primários, em quatro etapas, para cada conjunto documental que foi preparado: 1) higienização; 2) arranjo; 3) acondicionamento; 4) catalogação.

O processo de *higienização*, explica Norma Cassares:

[...] se restringe à limpeza de superfície e, portanto, é mecânica, feita a seco. A técnica é aplicada com o objetivo de reduzir poeira, partículas sólidas, incrustações, resíduos de excrementos de insetos ou outros depósitos de superfície. Nesse processo não se usam solventes. A limpeza de superfície é uma etapa independente de qualquer tratamento mais intenso de conservação; é, porém, sempre a primeira etapa a ser realizada (CASSARES, 2000, p. 27).

Já o *arranjo*, etapa que consiste na classificação do acervo em fundos arquivísticos – segundo aconselha a experiência de Libânia Nacif Xavier e Ana Lúcia Fernandes (2005) à frente do PROEDES/UFRJ –, foi feita em regime de colaboração entre os pesquisadores responsáveis pelo centro e os arquivistas, a fim de garantir, desde o início, que o centro possa ser de estudos e documentação, dialogando tanto com as lógicas do historiador (pesquisador) quanto do arquivista (especialista nas técnicas de arranjo). Todavia, nessa colaboração, procuramos ter presente a recomendação

de Iomar Barbosa Zaia (2005, p. 168), no sentido de não “[...] organizar a documentação utilizando critérios próprios relacionados aos objetivos da pesquisa individual”, mas “por meio da compreensão de que a documentação não nasceu com o objetivo de pesquisa, mas sim para atender de funções e atividades da instituição com fins administrativos e jurídicos, só se tornando histórica depois de um longo prazo” (ZAIA, 2005, p. 168).

O *acondicionamento* da documentação, em seguida, sob orientação dos arquivistas, foi realizado levando-se em consideração as condições de conservação dos documentos, os diferentes tipos de materiais e de acondicionamentos possíveis, conforme alerta Norma Cassares (2000).

Por fim, a etapa final consistiu na *catalogação* da documentação. Conforme explica Marilena Leite Paes, “[...] o trabalho de um arquivo só se completa com a elaboração de instrumentos de pesquisa, que consistem na descrição e na localização dos documentos no acervo” (PAES, 2005, p. 126), que servem de base para as atividades dos pesquisadores interessados na documentação tratada arquivisticamente.

No decorrer do processo, algumas dificuldades foram encontradas. Nem sempre as lógicas do historiador e do arquivista coincidiam nas decisões sobre o arranjo do acervo, o que exigiu discussões, ponderações e concessões de ambas as partes. Muitas vezes, inclusive, precisaram prevalecer os interesses de pesquisa, que ao verem potencialidades na documentação encontrada no processo de arranjo, buscaram encontrar meios de incorporá-la ao acervo do Centro, mesmo que não ligadas diretamente às atividades fim da instituição (que era a lógica prevalente entre os arquivistas). Também houve significativa rotatividade entre os estagiários, o que exigia constantes recomeços e reaprendizados sobre as técnicas de tratamento arquivístico, que mais de uma vez, atrasaram a realização do trabalho. Por fim, em meados de 2018, por conta de restrições orçamentárias, o CEDUC ficou sem seus estagiários, o que paralisou o trabalho desde então. Seguiu-se a isso a pandemia da COVID-19, que deixou o centro fechado por quase dois anos. Só em 2022, o trabalho pode ser retomado, com uma equipe reduzida formada pela atual coordenadora e um técnico administrativo. Ainda assim, em meio a todos esses percalços e contratemplos, o trabalho foi sendo realizado e resultados importantes foram alcançados.

Atualmente, com base no trabalho de tratamento arquivístico, o CEDUC está composto por dez fundos documentais, organizados, por sua vez, em séries documentais. O primeiro fundo denomina-se *Arquivo Faculdade de Educação*. É composto por documentos produzidos nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da UnB e da FE. Organiza-se em diversas séries documentais, ordenadas de acordo com o manual de gestão documental da instituição (UnB, 2015). O segundo fundo foi batizado de *Produção Intelectual Discente*. É formado por monografias de graduação e especialização, teses e dissertações produzidas pelos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação da FE. Organiza-se em séries documentais por tipo de trabalho acadêmico e curso.

O terceiro fundo diz respeito à *Produção Intelectual Docente*. Integram esse fundo livros autorais, coletâneas e capítulos de livros de autoria de docentes da FE-UnB. Organiza-se em séries documentais de acordo com essa tipologia bibliográfica. O quarto fundo é denominado *Dossiês de Docentes da FE*. É composto por *curriculum vitae* de professores da Faculdade, ativos e aposentados, contendo informações sobre sua atuação profissional e intelectual na UnB. Organiza-se em séries documentais por Departamento e ordem alfabética. O quinto fundo é chamado de *Arquivos Pessoais e Profissionais Docentes*. É formado por documentos pessoais e profissionais de docentes aposentados da FE/UnB, relativos à sua atuação fora da instituição. Organiza-se em séries documentais por nome dos titulares da documentação.

O sexto fundo diz respeito à *Hemeroteca da UnB*. Integram esse fundo a coleção impressa da Revista Linhas Críticas (periódico científico corrente da FE/UnB), bem como jornais e revistas de informação da UnB e da FE, além de recortes de jornais com notícias sobre a instituição. Organiza-se em séries documentais classificadas por tipo documental. O sétimo fundo denomina-se *Imagens e Mídias*, sendo alocados nele fotografias e mídias diversas relativas às atividades da FE. Organiza-se em séries documentais por tipo documental e assunto.

O oitavo fundo foi nominado de *Documentos da Educação Brasileira*, composto por documentos diversos relativos à história da educação no Brasil.

Organiza-se em séries documentais por tipo documental e assunto. O nono fundo a se considerar é o de *Documentos da História da Educação no DF e Entorno*. Integram esse fundo documentos diversos relativos à história da educação em Brasília, nas antigas cidades satélites do DF e nas cidades ao redor da unidade federativa, pertencentes ao Estado de Goiás. É organizado em séries documentais por tipo documental e assunto. Por fim, temos o décimo fundo, *CEDUC-FE*. É formado por documentos produzidos ao longo dos anos pelo próprio centro de memória, em sua rotina administrativa. Organiza-se em séries documentais ordenadas de acordo com o Manual de Gestão Documental da UnB (2015).

Feita essa apresentação sumária do tratamento arquivístico e do acervo do CEDUC, procedemos, a seguir, a um recorte no referido acervo e alguns de seus fundos, destacando suas possibilidades para a pesquisa sobre a história da cultura material escolar.

### *As possibilidades para o estudo da cultura material escolar no acervo do CEDUC*

Quatro fundos documentais do CEDUC possuem documentos de interesse para o estudo da cultura material escolar. São eles: o *Fundo de Produção Intelectual Discente*, o *Fundo Documentos da Educação Brasileira*, o *Fundo Arquivo da Faculdade de Educação* e o *Fundo História da Educação no Distrito Federal e Entorno*.

Na busca por vestígios da materialidade escolar, um primeiro movimento nos levou a olhar para o *Fundo de Produção Intelectual Discente*, composto por monografias da graduação e de especialização, dissertações e teses. Debruçamo-nos, especificamente, para uma série em particular – as monografias de graduação e os memoriais acadêmicos dos discentes que abrem esses trabalhos –, identificando, assim como já fizeram Juarez dos Anjos e Gleicielen Souza (2021), vestígios que as marcas da cultura escolar deixam nas vidas dos sujeitos e que podem por nós ser apreendidas por meio dessa empiria. Os memoriais aqui são entendidos como egodocumentos, “[...]”

aqueles textos nos quais o sujeito fala ou se refere a si mesmo, nos quais o eu encontra refúgio e se converte em elemento de referência”, como pontua Antonio Viñao (2000, p. 11, *tradução nossa*).

Podemos dividir as memórias colhidas nesses documentos em dois motes analíticos: o primeiro concernente a relatos do processo de escolarização que essas e esses estudantes experienciaram enquanto crianças (no jardim de infância e escola primária, considerando o recorte de 1960 a 1980); e o outro que se volta para os relatos das alunas e alunos enquanto sujeitos que vivenciaram o espaço escolar durante a formação na graduação ou especialização, seja por meio de disciplina de estágio (obrigatório), ou do estágio remunerado, ou de outras atividades acadêmicas que possibilitaram essa inserção no espaço escolar (de 1980 a 2013).

O primeiro encontro que temos com a materialidade escolar se dá com livros, materiais e cartilhas de alfabetização, lembrados em alguns memoriais das monografias do curso de Pedagogia, tais como no de Paula Cristina Evangelista (2005), nascida em Brasília, que se lembra da pré-escola, da escola de 1º grau e que devido ao esforço da mãe “nunca faltaram os materiais e livros de que precisávamos” (ela e a irmã) (EVANGELISTA, 2005, p. 4). Por sua vez, Angela Maria Ribeiro (2006) informa que iniciou o Jardim de Infância em 1958, com cinco anos de idade, em Juiz de Fora, MG. Menciona mais a dificuldade de se adaptar, o sofrimento que foi, do que outra lembrança material e pedagógica. No entanto, quando adentra a primeira série, com seis anos de idade, menciona a cartilha que continua em sua lembrança: “A de abelha, E de elefante, I de Ivo, O de ovo e U de uva, que era a mesma em que estudou [sic] meus irmãos mais velhos” (RIBEIRO, 2006, p. 4). Em outro trabalho, uma estudante pontua:

Não me lembro muito bem qual era a minha idade na época, mas bem antes de ingressar na escola meus pais já me introduziram no mundo das letras. Recordo-me aquelas benditas cartilhas e como eu tinha que passar algumas horas do meu dia estudando-as. Era algo bem aborrecido, já que não podia compreender o significado daquelas letrinhas soltas na página. Tudo o que eu queria era só poder ter mais tempo para brincar. Bom, pelo menos pude aprender a escrever meu

nome antes de entrar na escola. Ah... também aprendi a escrever a palavra uva (SILVA, 2006, p. 3).

Outro testemunho: Adriana Rodrigues (2006) informa que nasceu em Santa Rita do Passa Quatro, em São Paulo e com sete anos foi para a primeira série. Ela relembra: “a professora era autoritária e maltratava muito os alunos. Atitude “normal” para o início dos anos 70. Ficava aterrorizada com aquela mulher, principalmente nos dias de leitura de cartilha “Caminho Suave”, que era, a meu ver, “caminho do terror”” (RODRIGUES, 2006, p. 4). Tem-se, nesses relatos, a possibilidade de compreender a história da escola pela retórica de adultos que revivem sua infância nesse espaço educativo formal, bem como as “marcas que a instituição escolar que viram deixou em suas vidas” (ANJOS, 2017, p. 9). Marcas que, nos relatos aqui elencados, demonstram a necessidade de brincar mais, o rigor da disciplina atrelada ao processo de escolarização e alfabetização, o sentimento de gratidão para com a família que não deixou faltar tal recurso escolar e a continuidade da cartilha no processo de alfabetização de gerações, passando de irmão para irmão.

Os memoriais permitem localizar, ainda, o nome da cartilha: Caminho Suave, de autoria de Branca Alves de Lima, cuja primeira edição foi em 1948 e que, como Luiz Carlos Cagliari (2009) discorre, de modo bem parecido com da aluna Adriana Rodrigues (2006) em seu memorial: “parecia que ia dar certo, mas não foi bem assim. A cartilha parecia um caminho suave, mas não era” (CAGLIARI, 2009, p. 28). Todavia, como nos lembram Eliane Peres, Monica Vahl e Vânia Thies (2016, p. 338), em trabalho que apontam que, no Hisales, há “uma quantidade considerável de livros da autora Branca Alves de Lima”, que existe um estudo que identifica uma circulação de 40 milhões de exemplares até a década de 1990, e que a cartilha, apesar de suas contradições, “é considerada o maior sucesso editorial no que tange à venda de livros para o ensino da leitura e da escrita no Brasil” (PERES; VAHL; THIES, 2016, p. 338).

Para além da cartilha Caminho Suave, os memoriais possibilitam pensar em outros títulos que estavam em circulação. Isso porque, nos

memoriais, como no da estudante Angela Maria Ribeiro (2006), que fez a primeira série em 1959, aparece a relação com a letra I de Ivo, e que Ivo viu a uva, que também está posta em outras cartilhas, como a Cartilha Leituras Infantis, de Francisco Viana, que, segundo demonstra Angélica Oriani (2010, p. 19), teria circulado entre 1912 a 1949. Teria Angela Maria Ribeiro (2006) estudado, dez anos depois, com a cartilha de Francisco Viana? Ou, teria sido na cartilha de Anita Fonseca, O Livro de Lili? Como apontam Francisca Maciel, Ilsa Goulart e Juliano Rocha (2020), após análise de estudos levantados de 2000 a 2019, tal cartilha foi “[...] difundida pelas escolas de Minas Gerais em várias localidades, especialmente entre os anos de 1940 a 1970”, além, é claro, da Cartilha Caminhos Suave (MACIEL; GOULART; ROCHA, 2020, p. 54).

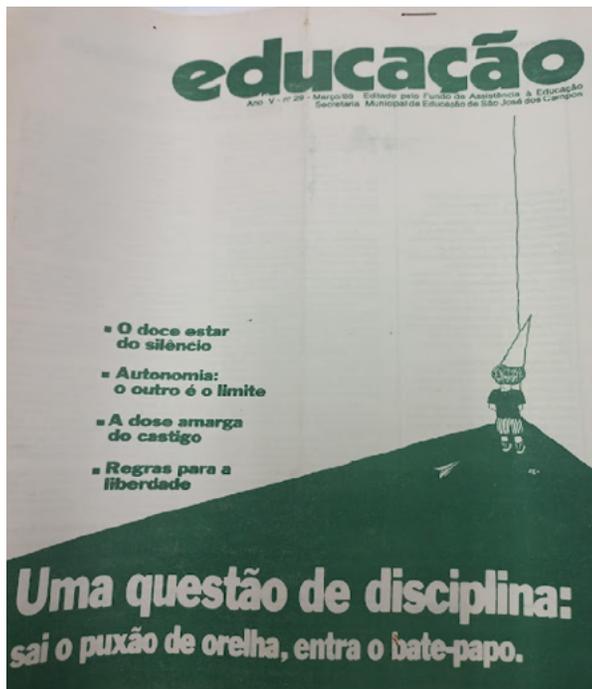
Ainda no Fundo de Produção Discente, um outro relato nos chama atenção, o de Joana dos Santos (2005, p. 5), que nasceu em 1965, na Bahia, mas em 1969 estava em Brasília, com os pais. Em 1971, com seis anos, foi matriculada no jardim de infância de manhã e na escolinha de alfabetização a tarde (“essas de fundo de quintal”). No jardim de infância se lembra das brincadeiras, “casa de boneca”, “parquinho”. Na escola de alfabetização, o foco estava nas “aulas de ler e escrever, e como estímulo à aprendizagem e à disciplina havia na parede, pendurada em um prego, uma peça de madeira chamada palmatória. Apesar do constrangimento das crianças, a “professora” não se constrangia em usá-la” (SANTOS, 2005, p. 5).

No relato de Joana dos Santos (2005), podemos também identificar e buscar pela materialidade que permite pensar nas práticas atreladas ao brincar em um jardim de infância em Brasília, na década de 1970, mas é para a palmatória que nosso olhar acaba se detendo. Identificar o uso da palmatória nas escolas no século XIX em determinadas províncias brasileiras, como no Paraná, não era tão impossível, apesar que, ao final do referido século, o uso de palmatória não era visto com naturalidade por alguns inspetores gerais, presidentes de província, regulamentos, principalmente quando se pretendia mostra-se como incentivadores de práticas civilizadas na educação, apesar de termos também, de outro lado, os defensores que viam nos castigos físicos uma ferramenta para o caminho civilizatório, a fim de obter o bom

comportamento (BARBOSA, 2016; BALDEZ, 2023). Todavia, pensar nesse uso da palmatória em Brasília, na década de 1970, ainda que em uma escola privada, nos faz lembrar do estudo de Milena Aragão (2012), no qual a autora identifica relatos de quem teve contato com a palmatória em escolas públicas de Aracaju/SE, na década de 1980.

E, atentando-se para a materialidade que circunda os castigos físicos e também os morais, voltamos o olhar para o *Fundo Documentos da Educação Brasileira* – com uma série diversa dos memoriais até aqui explorados –, especificamente para a capa do jornal da Secretaria de Educação de São José dos Campos, São Paulo, com o chapéu de burro, como é possível visualizar na imagem a seguir:

**Figura 1** - Capa da Revista Educação



**Fonte:** CEDUC, Fundo Documentos da Educação Brasileira, caixa 2

É possível identificarmos que não são as orelhas de burro, tão lembradas pelo educador Everardo Backheuser (1946, p. 23) junto a outros castigos – como a “santa-luzia” (palmatória), vara, puxão de orelha, etc. – que comparecem na imagem, mas o chapéu, que não deixa de ter a mesma representação, pois, como Cynthia Veiga (2009) nos auxilia a classificar, promove na criança um

[...] sentimento de vergonha [que] expressa um medo de degradação social, uma experiência de inferioridade e uma impotência total ante a ameaça do outro, [que] não se manifesta por gestos violentos e é sempre velado. Já o embaraço indica para uma situação de perturbação quando ocorre infração de alguma regra (VEIGA, 2009, p. 67-68).

No primeiro parágrafo que abre a revista há a seguinte demarcação: “foi-se a época da palmatória, aquele castigo escolar bárbaro que machucava as mãos e como todo “bom castigo”, também incomodava a alma” (EDUCAÇÃO, 1988, p. 4).

Nessa mesma direção de um posicionamento contra uso de castigos físicos e morais, o *Jornal Ciência Hoje*, que também faz parte do Fundo Documentos da Educação Brasileira, indicava livros, revistas, sobre experiências educacionais que permitissem pensar a educação como direito humano. O jornal informa que “a Associação de Educadores da América Latina e do Caribe (Aelac), criada há um ano, luta pelo reconhecimento da educação como direito humano e como projeto de identidade cultural, estimulando uma pedagogia que reafirma os interesses dos povos da América Latina e do Caribe” (JORNAL CIÊNCIA HOJE, 1991, p. 7). Os jornais e revistas dispostos no CEDUC/FE permitem localizar no debate em prol dos direitos humanos e do direito das crianças e adolescentes à educação, a representação de cultura material ligada aos castigos, por exemplo, como algo abominável. É possível então pensar em uma cultura escolar que favoreça a convivência entre as crianças, que não a deixe segregada na parede como na imagem, que seja atrelada à ideia de um sujeito que tem direitos. O que também permite pensar a pauta educativa na relação com o paradigma da proteção integral e prioridade absoluta, disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Outro acervo do CEDUC/FE utilizado neste estudo foi o *Fundo Arquivo da Faculdade de Educação*, especialmente a série da disciplina Oficina Vivencial que se sustenta, basicamente, com a troca das vivências dos estudantes até a entrada na Faculdade de Educação e com o registro, uns pelos outros, do que guardaram dos relatos que os colegas e a professora foram fazendo ao longo do semestre e o que agregaram das atividades que experienciaram naquele período. O próprio trabalho final que produzem é uma possibilidade de pensarmos a representação de uma cultura material escolar para trabalhos, resquícios das vivências deles ao longo da vida escolar e de como pensam que deveria ser o formato de uma disciplina diferente das outras na Universidade e que, sendo no curso de Pedagogia, poderia parecer com alguns cadernos enfeitados de planejamento de professoras, que possam ter passado pela sua vida. O conjunto de imagens a seguir permite uma rápida observação dessa materialidade de trabalhos finais e parte de seus conteúdos, da referida disciplina:

**Imagem 2 - Cadernos e registros visuais na disciplina Oficina Vivencial**



**Fonte:** CEDUC, Fundo Arquivo da Faculdade de Educação – Oficina Vivencial – caixa 1 a 10

O pesquisador pode acompanhar, nas muitas fotos que os trabalhos trazem das salas de aula e espaços da Faculdade de Educação, as mobílias e

objetos ali presentes e que caracterizam um espaço educativo, que demarcam a cultura escolar. Até mesmo pela representação de um dos estudantes de uma sala de aula na universidade que seria ideal, como no desenho. Outro movimento pode ser aquele que identifica a materialidade escolar pelos registros dos relatos, como no de Gabriel, registrado pela colega Adriana (2015), que trouxe uma camiseta do 3º ano da escola, ou da Ana Carolina, que deu uma foto para Adallyda colocar no seu trabalho, vestida com o uniforme da escola (camisa branca com detalhes azuis na gola e na manga). Foto essa que permite uma discussão sobre uniformes, também quando confrontada com a tradicional foto que vemos da professora da disciplina, logo abaixo, que cruza as mãos acima do que poderia ser um caderno ou um livro.

Atentando-se para esse recurso material tão presente nas escolas (o livro), ainda no Fundo Arquivo da Faculdade de Educação encontramos a publicação Quadro Negro (1994, p. 3), descrita como uma “comunicação dos professores do Distrito Federal” (SINPRO-DF).

### Imagem 3 - Nota sobre o livro didático – Quadro Negro



Fonte: CEDUC, Fundo Arquivo da Faculdade de Educação

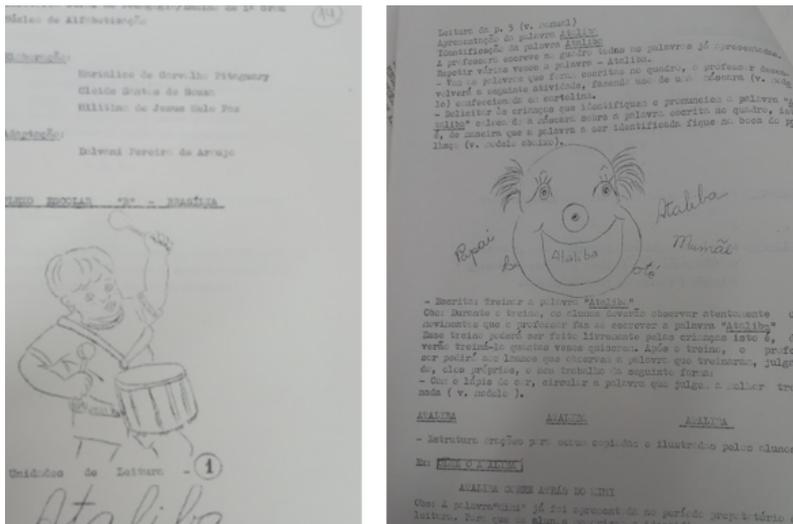
O periódico do Sindicato de Professores do Distrito Federal trata, nessa publicação, sobre 90% dos livros didáticos do primeiro grau, que foram analisados por vinte e três professores(as) universitários(as), no ano de 1991, e demarca que: “segundo o levantamento, o livro didático atual expressa a visão da escola e o papel do professor como repassadores de informações estratificadas, obsoletas e errôneas” (QUADRO NEGRO, 1994, p. 3). Além da crítica escrita, que permite apreendermos um debate sobre os livros didáticos e confrontar com outras fontes e documentos do período, a charge na publicação também possibilita a reflexão sobre uma organização que demonstra um espaço de sala de aula, por meio das carteiras escolares. Ainda que em período recente, quase trinta anos atrás, os jornais, revistas, informes, boletins encontrados no CEDUC/FE vão permitindo um acompanhamento por décadas específicas, mas que, em confronto com outras documentações, possibilitam construir uma interpretação histórica sobre a materialidade presente nas escolas, em determinados períodos.

Direcionando o olhar para outra parte do acervo do CEDUC/FE, o *Fundo de História da Educação do Distrito Federal e Entorno*, encontramos materiais pensados como guias para as professoras que trabalhavam com a alfabetização, com ficha de controle para registrar o acerto das crianças, de acordo com o número de palavras e das sílabas testadas, bem como sugestões de avaliação. Com esse direcionamento, localizamos a Cartilha Ataliba, elaborada pela professora Ivonilde Morrone<sup>6</sup> por volta de 1963/64, como material de uso para as professoras, como um manual, ainda em sua versão datilografada, para saberem como direcionar a prática com as crianças.

---

6 - Em biografia indicada pelo Museu da Educação do Distrito Federal, “a professora Ivonilde Morrone nasceu em Urutaí, Estado de Goiás. Estudou na Escola Normal de Brasília, especializou-se em alfabetização no primeiro curso de especialização no Rio de Janeiro, um curso no INEP com a professora Juraci Silveira, frequentou o curso pelo Programa de Assistência Brasileira-Americana ao Ensino Elemental, “PABAE”. Fez suficiência pela Faculdade de Filosofia de Goiânia; e um curso de especialização nos Estados Unidos da América, durante um ano. Em sua volta ao Brasil, fez o curso superior de Letras pela Universidade de Brasília. \r + A carreira profissional foi direcionada sempre à docência, é professora desde os 18 anos de idade, tendo experiências com as séries do primário, do ginásio, da Escola Normal, e experiências de direção e supervisão de ensino também. Atuou durante seis anos na Escola Paroquial de Santana em Anápolis, aos 21 anos ingressou no serviço público, atuando principalmente na área de alfabetização. Na década de 60, veio a Brasília por meio de um concurso público em nível nacional, na área do magistério. A partir daí a professora Ivonilde Morrone começou seus projetos na área de alfabetização de crianças no Distrito Federal” (MUDE, 22/05/2012).

### Imagem 4 - Cartilha Ataliba para Professoras



**Fonte:** CEDUC, Fundo de História da Educação do DF e Entorno

A sequência da cartilha segue a apresentação do menino Ataliba, depois sua irmã Nina, a mamãe, o papai, o gato Mimi, o cachorro Sapeco, etc., com as palavras trabalhadas por meio de textos curtos, com que ajudam na junção das sílabas. Segundo exposto por Daylaine Diniz (2012, p. 66), “[...] foi escolhido o nome Ataliba pela amplitude de sílabas que podem ser trabalhadas com esta palavra, substituindo letras, como por exemplo: “ta e “li”, daí trocavam-se as vogais “ti” e “la” e assim aparecendo várias sílabas e sons”.

No CEDUC/FE está o Guia que Ivonilde, junto com mais duas professoras (Gleice e Hilitina) formularam para as professoras e que foi impresso e distribuído pelo Núcleo de Alfabetização, da Diretoria Geral de Pedagogia, sendo esse discriminado para o Complexo Escolar B de Brasília. Segundo a autora, em entrevista fornecida ao Museu de História da Educação do DF (2012):

A cartilha “Ataliba” foi pautada no método eclético (ou misto, que estavam sendo muito valorizados na época), foi muito utilizada, mais de 200 mil crianças foram alfabetizadas com ela. Foi publicada 37 edições

com 5.000 exemplares cada uma. Além da cartilha “Ataliba” existiam outras cartilhas que eram utilizadas na época, funcionava como livre escolha. As professoras podiam escolher. A cartilha começava com o Ataliaba se apresentando: “eu me chamo Ataliba.” E a partir daí as crianças em roda também iam se apresentando, substituindo o nome Ataliba por meio da revelação de seu próprio nome, em um processo de comunicação envolvendo ativamente o grupo. Foi escolhido o nome Ataliba pela amplitude de sílabas que podem ser trabalhadas com esta palavra, substituindo letras, como por exemplo: “ta e “li”, daí trocavam-se as vogais “ti” e “la” e assim iam aparecendo várias sílabas e sons. Faziam-se as divisões silábicas e chegavam-se aos fonemas. Reconhecia-se também letra maiúscula e minúscula. Era trabalhado muito a linguagem oral, a escrita era trabalhada com o registro que as professoras faziam das criações dos alunos em forma de textos” (MORRONE, 2012, n.p.).

Tanto a leitura do material criado pelas referidas professoras para guiar o uso da cartilha Ataliba, quanto a explicação da professora Ivonilde Morrone permitem refletir sobre a complexidade não somente de formulação de uma cartilha, de orientação de seu uso, como também de como que tal recurso de alfabetização efetivamente circularia. Se as professoras da rede de ensino de Brasília poderiam escolher usar ou não, em quantas escolas foram utilizadas as cartilhas Ataliba? Uma das muitas perguntas que são possíveis de serem erigidas em estudos que tomem os fundos do CEDUC/FE. E isso, coadunando com o que Eliane Peres, Eduardo Arriada e Luis Artur Pereira (2018) reforçam:

Contudo, materiais didáticos ‘não aprovados’ também revelam aspectos das proposições, planos e iniciativas educacionais e pedagógicas de determinado tempo e de determinados grupos sociais e culturais. Assim, localizar a versão manuscrita de uma obra didática não publicada e estudá-la, revelando intencionalidades, pressupostos e concepções, é uma oportunidade ímpar para problematizar os sentidos históricos e sociais da educação e do ensino (PERES; ARRIADA; PEREIRA, 2018, p. 2).

Nesse sentido, o estudo de um manual ou um guia voltado às professoras para a alfabetização, ainda que em sua versão inicial, datilografado, desenhado a mão, indicado como passível de ser escolhido ou não pelas docentes e escolas, é um importante vestígio para a discussão sobre a cultura material escolar indicada e possivelmente utilizada. O que a cartilha Ataliba se difere das demais que circularam no mesmo período ou em que se assemelha? Até quando foi utilizada no Distrito Federal? Ana Caroline dos Santos (2020) pesquisou o Jardim de Infância anexo a Escola Normal de Brasília (ENB), na década de 1970, e encontrou ex alunas que enviaram seus cadernos e a cartilha Ataliba que utilizaram no período, o que instiga ainda mais que se desenvolvam estudos sobre esse material custodiado pelo CEDUC-FE.

### *Considerações Finais*

Neste capítulo, perseguimos o objetivo de apresentar o acervo do Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (CEDUC/FE/UnB), destacando, em particular, algumas possibilidades de investigação para a história da cultura material escolar por meio da documentação por ele custodiada.

Quanto ao acervo do Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação da UnB, após um processo de tratamento arquivístico a que seus documentos foram submetidos, emergiram dez fundos documentais, cujas diversas séries apresentam inúmeras possibilidades para o estudo não só da história da educação superior, como, também, da história da educação brasileira e no Distrito Federal e entorno.

No recorte que fizemos neste capítulo, pudemos evidenciar, em caráter exploratório, as potencialidades de quatro fundos documentais para o estudo da história da cultura material escolar. Foram não mais que apontamentos preliminares, com os quais esperamos ter despertado em outros pesquisadores o convite para debruçar-se sobre o CEDUC/FE/UnB, tomando-o, emprestando a expressão de Arlette Farge (1999), como um “lugar para a escrita da história da educação”, tanto em nível nacional como local.

## Referências

- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; SOUZA, Gleicielen Araújo. Egodocumentos como fontes para a história da escolarização oitocentista: levantamento em bibliotecas de Brasília. **Interfaces Científicas**. Aracaju, v. 10, n. 3, p. 361-376, 2021.
- ARAGÃO, Milena. “Do tempo de ontem ao tempo de hoje”. *Palmatória: entrelaçando memória e história*. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 17, n.26, p. 107-126, jan./jun., 2012.
- BACKHEUSER, Everardo. **O Professor**. Rio de Janeiro, Agir, 1946.
- BALDEZ, Etienne. **A inspeção no Paraná e sua teia de ações no processo de ensino (1854-1883)**. Curitiba: Appris, 2023.
- BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Por terra, por água, pela leitura: as conexões dos responsáveis pela inspeção e instrução pública no Paraná (1854-1890)** (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.
- BICCAS, Maurilane de Souza; SALVADORI, Maria Ângela Borges. Centros de Documentação e Memória da Educação: perspectivas de pesquisa para a História da Educação. **Horizontes**. Bragança Paulista, v. 23, n. 2, p. 147-156, jul./dez. 2005.
- BRZEZINSKI, Iria. **Projeto de Pesquisa: Faculdade de Educação da Universidade de Brasília: 30 anos de História**. Brasília, 1995, *mimeo*.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo, SP: Scipione, 2009.
- CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.
- CEDUC. Plano de Ação do CEDOC/FE. In: **Inventário Sumário do Fundo Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação (CEDUC/FE)**. Universidade de Brasília, Brasília, 1994/95.
- CEDUC. Projeto de Reestruturação do CEDUC, da Revista Linhas Críticas e do Centro de Memória Viva em Nundmep. In: **Inventário Sumário do Fundo Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação (CEDUC/FE)**. Universidade de Brasília: CEDUC/FE, Brasília, 2016.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DINIZ, Daylaine Soares. **A alfabetização de crianças nos primórdios de Brasília: uma história singular** (Graduação em Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. **Linhas**. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, jul./dez. 2010.

EVANGELISTA, Paula Cristina. **Formação continuada e em serviço dos professores dos anos iniciais da educação fundamental**: o caso de uma escola privada confessional de Brasília (Graduação em Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Lisboa: Teorema, 1999.

LIMA, Licínio. “Ano Internacional da Alfabetização 1990: alfabetismo funcional e pós-alfabetização.” Braga: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho. **Sep. da revista “Forum”**. Vol. 8, p. 133-138, Jul. 1990.

MACIEL, Francisca Isabel Pereira.; GOULART, Ilsa do Carmo Vieira.; ROCHA, Juliano Guerra. Os manuais para uso das cartilhas na História da Formação das Alfabetizadoras no Brasil. In: MACIEL, Francisca Isabel Pereira.; SANTOS, Sônia Maria dos.; ROCHA, Juliano Guerra (Orgs). **História da formação de Alfabetizadoras em Minas Gerais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 43-64.

MUDE. Ivonilde Farias Morrone. Entrevista concedida a Eva Waisros Pereira, Maria Alexandra Militão Rodrigues e Daylane Soares Diniz, no âmbito do Projeto “Educação Básica Pública do Distrito Federal – 1956/1964: origens de um projeto inovador.” **Museu de História da Educação do Distrito Federal**, UnB/FE, em 22/05/2012, Brasília, DF.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar Barbosa; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Centro de Memória da Educação (FEUSP): pesquisas e fontes documentais em História da Educação. **Horizontes**. Bragança Paulista, v. 23, n. 2, p. 101-112, jul./-dez. 2005.

MORRONE, Ivonilde Farias. Entrevista concedida a Eva Waisros Pereira, Maria Alexandra Militão Rodrigues e Daylane Soares Diniz, no âmbito do Projeto “Educação Básica Pública do Distrito Federal – 1956/1964: origens de um projeto inovador.” **Museu de História da Educação do Distrito Federal**, UnB/FE, em 22/05/2012, Brasília, DF.

ORIANI, Angélica Pall. **Série “Leituras Infantis” (1908-1919), de Francisco Vianna, e a história do ensino da leitura no Brasil**. (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

PERES, Eliane., ARRIADA, Eduardo; PEREIRA, Luís Arthur Borges. A “Artinha de Leitura” de João Simões Lopes Neto (1907): um projeto para o ensino da leitura e da escrita. *Revista Brasileira De História Da Educação*, 18, e003, p. 1-29, 2018.

PERES, Eliane Teresinha. VAHL, Mônica Maciel, & THIE, Vânia Grim. Aspectos editoriais da cartilha Caminho Suave e a participação da Editora Caminho Suave Limitada em programas federais do livro didático. **Revista Brasileira de História da Educação**. V. 16, n. 1, p., 335-372 jan./abr. 2016.

RIBEIRO, Angela Maria **Leitura e formação de leitores**. (Graduação em Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RODRIGUES, Adriana T. **Pedagogia crítico-social dos conteúdos**: desafios e possibilidades no cotidiano de uma escola privada do Distrito Federal – 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. (Graduação em Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANTOS, Ana Caroline Alves do Amaral dos. **O Jardim de Infância da Escola Normal de Brasília**: vestígios de uma prática (Graduação em Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, Joana D'Arc B. dos. **Filosofia na escola**: reflexão sobre uma experiência do pensar na sala de aula. (Graduação em Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SILVA, Ariana. **Identidade e representações docentes**: o professor por si mesmo. (Graduação em Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Gizele de; PERES, Eliane. Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, César Augusto (org.) **Cultura Material Escolar**: a escola e seus artefatos. São Luís: Edufma, 2011, p. 43-68.

UnB. **Manual de Gestão de Documentos**. Brasília: Editora da UnB, 2015.

UnB. **Plano orientador da Universidade de Brasília**. Brasília: EdUnB, 1962.

VEIGA, Cynthia Greive. Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, nº21, p. 61-92, 2009.

VIÑAO, Antonio. A modo de prólogo, refúgios del yo, refúgios de otros. In: MIGNOT, Ana Cristina *et al.* (Orgs.). **Refúgios do eu**: educação, história, escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 9-15.

XAVIER, Libânia Nacif; FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. Impasses e perspectivas na consolidação de um centro de documentação: o caso do PROEDES/UFRJ. **Horizontes**. Bragança Paulista, v. 23, n. 2, p. 127-134, jul./ dez. 2005.

ZAIA, Iomar Barbosa. O lugar do arquivo permanente dentro de um Centro de Memória Escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 10, p. 153-174, jul.-dez. 2005.

## *A indústria de cadernos escolares no Rio Grande do Sul (1920-1970)*

*Chris de Azevedo Ramil<sup>1</sup>  
Eliane Peres<sup>2</sup>*



### *Introdução*

Este estudo insere-se no campo da cultura material escolar e tem como objetivo discorrer sobre a “indústria” de cadernos escolares no contexto da escola primária gaúcha entre o início da década de 1920 até o final dos anos de 1970.

Os dados foram produzidos a partir do acervo de cadernos de alunos do centro de memória e pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares - Hisales<sup>3</sup>, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FaE/UFPel). A investigação integra as ações do projeto unificado - ênfase em pesquisa “Visualidade e materialidade nos acervos do Centro de memória e pesquisa Hisales”, cadastrado na UFPel, sob a coordenação da profa. Dra. Chris Ramil.

Como fonte de pesquisa, o caderno escolar tem inúmeras possibilidades de ser investigado e trata-se de um artefato muito relevante para os estudos na história da educação. Segundo Chartier (2007, p. 23), ele revela “as formas de introdução das gerações mais jovens em uma certa cultura escrita”.

---

1 - UFPel, Pelotas, RS, Brasil. E-mail: [chrisramil@gmail.com](mailto:chrisramil@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1250125725728029>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2338-0558>.

2 - UFPel, Pelotas, RS, Brasil. E-mail: [eteperes@gmail.com](mailto:eteperes@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5179048135412088>.

3 - Mais informações sobre o Hisales no *site* ([www.ufpel.edu.br/fae/hisales/](http://www.ufpel.edu.br/fae/hisales/)), nas rede sociais (*Facebook e Instagram*: @hisales.ufpel) e por *e-mail* ([grupohisales@gmail.com](mailto:grupohisales@gmail.com)).

Para Viñao Frago (2008, p. 16), o caderno escolar é “uma produção infantil, um espaço gráfico e um produto da cultura escolar”. Também deve-se considerar que

[...] não é mero suporte físico, pelo contrário é um dispositivo que gera efeitos na dinâmica da sala de aula, através da interação dos alunos e professores na realização da tarefa escolar, além de um instrumento fortemente normatizado e ritualizado que contempla em sua estrutura o ensinado, o conhecimento do aluno e a sua avaliação (PERES, 2012, p. 96).

No que tange ao conceito de caderno, para Rogério Fernandes, “a palavra *caderno* ou *quaderno* significava quatro ou cinco folhas de papel cosidas umas com as outras” (FERNANDES, 2008, p. 51). Afirma o autor, ainda, que “essas folhas andavam reunidas numa pasta, em maços diferenciados, formando o que se chamava ‘badameco’ (*vade-mécum*). O portifólio teria a ver, provavelmente, com esses maços de papéis relacionáveis com as diferentes matérias de estudo” (FERNANDES, 2008, p. 51).

Silvina Gvirtz, baseada em dicionários da língua espanhola, diz que:

La palabra “cuaderno” remite en los diccionarios a un conjunto de hojas de papel, cosidas, pegadas o plegadas unas con otras y que poseen una cobertura o tapa de cuero, cartón o algún otro material (Moliner, 1982). En el caso de las lenguas latinas, tanto en francés como en castellano o portugués, la palabra “cuaderno” tiene un mesmo origen. En la obra de Corominas, este término es derivado del latín “quaternus”, que es a su vez un derivado de “quattor”, palabra latina que significa cuatro. Desde el punto de vista etimológico, la palabra “cuaderno” se relaciona con el número de cuatro pliegos de hojas que tradicionalmente conformaban a este objeto (Corominas, 1976) (GVIRTZ, 1999, p. 30).

Viñao Frago (2008, p. 19) caracteriza caderno escolar, do ponto de vista de um conceito estrito, nos seguintes termos: “um conjunto de folhas encadernadas ou costuradas de antemão em forma de livro que formam uma unidade ou volume e que são utilizados com fins escolares (esse mesmo

caderno pode ser utilizado com outros fins; por exemplo, como caderno de contas ou diário pessoal”.

Diferentes autores definem caderno escolar de forma variada. Sintetizando, pode-se dizer que Hébrard (2001) denomina o caderno de suporte da escrita; Chartier (2002) caracteriza-o como dispositivo escritural; Mignot (2008), entre outras conceituações, designa-o de objeto-memória; para Gvirtz (1999, p. 14), trata-se de um dispositivo escolar e, portanto, “el cuaderno es considerado como un conjunto de prácticas discursivas escolares que se articulan de un determinado modo produciendo un efecto”.

Neste sentido, os cadernos escolares necessitam ser reconhecidos e salvaguardados, devido à sua relevância para a história da educação. Em geral, as pesquisas nestes suportes são dedicadas mais especialmente ao conteúdo, ao método didático-pedagógico e a temas específicos relacionados às disciplinas e séries escolares.

Entretanto, “trabalhar historiograficamente, ainda que seja esse o ofício mais direto dos historiadores profissionais, não pode ser interdito a profissionais das diversas áreas de estudo que almejem desenvolver uma leitura histórica dos seus campos específicos de saber” (BARROS, 2019, p. 9). Nota-se que ainda são poucas as investigações concentradas na visualidade das capas e contracapas<sup>4</sup> destes artefatos, assim como nos aspectos de produção gráfica e de sua materialidade.

Elementos como esses merecem receber mais atenção nas pesquisas vinculadas à história da educação e também em interlocução com outras áreas, como a história gráfica desses artefatos, que por sua evolução, nos dão muitos indícios de utilização dos materiais didáticos, recursos pedagógicos, contexto, indústria e mercado escolar etc.

Por isso, este trabalho trata da problematização dos cadernos escolares, que estão entre os suportes mais importantes da cultura material escolar

---

4 - Usa-se, nesta pesquisa, na identificação da parte de trás dos cadernos escolares, o conceito que Aratijo (1986) e Ribeiro (2007, p. 377) utilizam para a parte de trás do livro, que o encerra, compondo o invólucro da obra junto com a capa, que pode ser chamada de contracapa, quarta capa ou 4<sup>a</sup> de capa. Existem diferentes concepções das partes do livro entre esses e outros autores, por isso neste trabalho optou-se por adotar o termo “contracapa” como padrão no texto, visto que é um termo mais conhecido nos estudos de design editorial, além de outros pesquisadores da área gráfica que também utilizam esse termo - “contracapa”, com maior recorrência, em seus estudos.

e são estudados na perspectiva de sua produção e comercialização. Nesse sentido, foram identificadas casas comerciais, livrarias e gráficas gaúchas que produziam e comercializavam cadernos para uso escolar. Demonstra-se a importância e a força dessa indústria no contexto da institucionalização e expansão da escola primária no estado.

### *Os cadernos escolares do centro de memória e pesquisa Hisales*

Considerando o objetivo da pesquisa, utiliza-se os cadernos escolares como principal fonte histórica para esse estudo. Nesse sentido,

Para olhar o passado e apreendê-lo de alguma forma – mas, sobretudo, para compreendê-lo por dentro, permitindo-nos fazer interpretações adequadas sobre as relações humanas e sociais -, precisamos analisar atentamente os vestígios e tudo o mais que tal passado nos deixou. Esses vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas do passado em relação ao presente como de manifestar continuidades entre as duas temporalidades sob formas as mais diversas – são as chamadas “fontes históricas” (BARROS, 2019, p. 8).

No centro de memória e pesquisa Hisales, entre os vários acervos salvaguardados neste espaço, há um específico de cadernos escolares, composto atualmente por 2534 exemplares, da década de 1920 até os dias atuais<sup>5</sup>. Embora predominem os cadernos de alunos de cidades gaúchas, há exemplares de distintos estados do Brasil, sendo que alguns são inclusive de outros países (Portugal, Estados Unidos, Cabo Verde, por exemplo).

Optou-se, neste estudo, por um recorte temporal mais específico, compreendendo os cadernos da década de 1920 à década de 1970, período em que se observa uma maior quantidade de indústrias gaúchas envolvidas em sua produção, visto que a partir da década de 1980, nota-se maior evidência de empresas do eixo Rio de Janeiro-São Paulo,

---

5 - Dados de março de 2023.

como as da marca Melhoramentos, Tilibra<sup>6</sup>, Jandaia<sup>7</sup>, Caderbrás, entre outras, que naquele período “havia multiplicado os investimentos na modernização de seus parques gráficos para que pudessem desenvolver produtos de boa qualidade na disputa pelo consumidor” (MIGNOT; VEIGA, 2008, p. 230).

Totalizou-se, na pesquisa que originou o presente capítulo, 360 cadernos escolares no recorte temporal: 01 exemplar da década de 1920; 9 exemplares da década de 1930; 54 exemplares da década de 1940; 42 exemplares da década de 1950; 133 exemplares da década de 1960 e 128 exemplares da década de 1970.

Com isso, procurou-se, a partir desse *corpus* de análise, identificar aqueles que são de empresas gaúchas, os de empresas de outros estados e também os casos em que não estão identificadas, por não conterem informações a respeito ou por estarem com a capa e contracapa faltantes no artefato.

A pesquisa, de forma mais ampla, tem vários objetivos: identificação das empresas, produção no RS, comercialização no RS, fornecimento às escolas no estado, identidade visual das empresas. Neste trabalho, portanto, trata-se mais especificamente sobre a identificação das empresas gaúchas que produziam e comercializavam cadernos escolares.

Entre os procedimentos metodológicos, para o levantamento de dados necessários, foram realizadas algumas etapas. A análise dos cadernos escolares do acervo do Hisales (*corpus* de análise) foi primordial para a coleta de informações das indústrias (nome fantasia, razão social, proprietários, ramo de atuação, endereço, etc.), localizadas nas capas e contracapas. A digitalização e/ou fotografia das imagens também foi um procedimento relevante para a constituição do banco

---

6 - A Tilibra é “[...] a marca líder e a maior fabricante do setor de cadernos do Brasil [...] e “[...] considera fundamental seduzir o estudante-consumidor” (MIGNOT; VEIGA, 2008, p. 230-231).

7 - A Jandaia, fundada por imigrantes italianos em Caieira, no interior de São Paulo, foi a primeira fábrica a fabricar celulose no Brasil (MIGNOT; VEIGA, 2008, p. 231).

de dados, incluindo a capa, contracapa, marca da empresa e outros elementos peculiares<sup>8</sup>.

A coleta de informações sobre as empresas na internet foi indispensável para complementar os registros extraídos dos cadernos escolares. Essa busca se deu por: *Google*; Diário Oficial; Consulta CNPJ; Consulta INPI; Consulta Se Faz; periódicos; Biblioteca Nacional; Arquivos Históricos; Fototecas e museus; artigos; entre outros. Trata-se de uma etapa que requer muita atenção e demanda maior tempo de pesquisa.

Com o levantamento de dados, foi criado um banco de dados, reunindo tabelas, quadros, imagens das capas e contracapas dos cadernos escolares, entre outros aspectos. A partir disso, procedeu-se uma análise mais detalhada e os principais resultados encontrados até o momento são aqui apresentados.

### *Produção e comercialização de cadernos escolares no Rio Grande do Sul: as livrarias, casas editoriais e gráficas*

Em aspectos gerais, para contextualização das empresas gaúchas que atuavam no mercado de cadernos escolares em relação à industrialização brasileira, esta última pode ser compreendida por alguns períodos, conforme sua evolução, e estão entre eles: o colonial - de 1500 a 1808; a construção da nacionalidade – de 1808 a 1850; a estabilidade e o impulso desenvolvimentista – de 1850 a 1888; o trabalho livre e outra ordem institucional – de 1888 a 1914; a guerra de 14 e algumas repercussões; – de 1930 a 1945; o retorno da política no sentido liberal e crises institucionais que se intensificam com o regime militar – 1945 a 1964; sentido renovador da economia, com agravamento da crise social pela política repressiva, desnacionalização crescente, estatização de atividades e subjugação dos segmentos sociais - de 1964 a 1984 (IGLÉSIAS, 1998, p. 10).

---

8 - A coleta de dados das empresas em outros acervos do Hisales também está prevista, para outras fases da pesquisa, para conferir-se materiais como: documentos de escolas, cadernos de controle, livros de registros, livros de contratos, revistas, boletins e outros.

As empresas identificadas nas análises se situam entre os períodos mencionados, visto que a mais antiga iniciou os serviços em 1875 e a mais recente em 1973, cujos dados serão apresentados com maior detalhamento na continuidade do texto. Conforme Mendonça (1997, p. 5), trata-se de um longo processo, “em que a ação dos grupos sociais, com suas disputas, lutas e acordos, foi determinante para definir os passos dessa indústria que só deslanchou em pleno século XX, com mais de cem anos de atraso em relação à Europa e aos Estados Unidos”.

Segundo Iglésias (1998, p. 10), “pelo seu impacto na sociedade e na economia, a indústria tem merecido as atenções dos cientistas sociais. Dela trataram técnicos de diversas especialidades. A análise do historiador também é exigida, pois é a mais indicada para dar as linhas da dinâmica”. Neste sentido, esta pesquisa tem o propósito de contribuir com o reconhecimento da indústria de cadernos escolares, em especial a que se notabiliza no Rio Grande do Sul, dando maior visibilidade às empresas dedicadas a esta atividade-fim, pois é fato que se trata de um tema ainda pouco explorado pelos pesquisadores brasileiros.

Com o levantamento de dados realizados até o momento, foi possível encontrar informações sobre a identificação das empresas que compõem a indústria gráfica escolar gaúcha, bem como outros aspectos, que serão mostrados na sequência. Até o momento, foram identificadas 16 empresas gaúchas como produtoras dos cadernos escolares no RS, entre as décadas de 1920 e 1970.

Esses estabelecimentos variam quanto à identificação do ramo de atividade ao qual se dedicam, por vezes elencando mais de um ofício em seus enunciados que constam nas capas e contracapas dos cadernos escolares e também em outros materiais, como anúncios publicitários. Com isso, ao tratar-se de indústria de cadernos escolares, deve-se atentar para a diversidade de empreendimentos envolvidos neste setor, que muitas vezes se dedicavam à várias atividades e comercializavam produtos diversos, entre eles os de uso escolar. Estes locais se denominam como: Livraria, Editora, Papelaria, Gráfica, Fábrica de papéis, Fábrica de cadernos, Bazar, Casa de comércio, entre outros.

Segundo Arriada (2012, p. 5), em relação à constituição do campo editorial didático gaúcho, “antes, porém do estabelecimento e funcionamento de uma rede editorial voltada exclusivamente ou parcialmente para a edição de livros didáticos, na falta desse material para uso das escolas, algumas tipografias tentavam suprir essa necessidade”. A mesma questão se observa em relação à fabricação de cadernos escolares, que também é reflexo da institucionalização e expansão do processo de escolarização no RS.

Com isso, esses artefatos passaram a ser produzidos por empresas de pequeno porte e que nem sempre eram dedicadas exclusivamente ao mercado voltado à cultura material escolar. Entretanto, algumas destas continuaram a investir em cadernos escolares e ampliaram a estrutura de negócio, os recursos e a qualidade do material comercializado, no decorrer do tempo, visando atrair a clientela e garantir a obtenção de lucros.

Sendo assim, no Quadro 1, encontram-se esquematizadas algumas características, tais como nome fantasia, razão social e proprietário, cidade, período de atuação e ramo de atividade das 16 empresas destacadas até o momento, que estão organizadas por ordem cronológica de fundação. Vale registrar que alguns dos campos e datas não foram possíveis de serem preenchidos, pela falta de dados até esta fase da pesquisa, que continua em desenvolvimento.

**Quadro 1** – Identificação das empresas.

Identificação das empresas					
Nº	Nome fantasia	Razão social/ proprietário	Cidade	Período de atuação	Ramo de atividade
1.	<b>Xavier Irmão &amp; Companhia</b>	José Ignácio da Silva Xavier e Feliciano Ignácio Xavier (irmãos)	Pelotas/RS	1875 – [?]	Importadores e exportadores de mercadorias diversas.
2.	<b>Rotermund &amp; Cia. Ltda.</b>	Wilhelm Rotermund	São Leopoldo/ RS	1877 - dias atuais	Livraria, editora, gráfica, tipografia, encadernação, pautação, douração, editora, fábrica de livros em branco.

Identificação das empresas					
Nº	Nome fantasia	Razão social/ proprietário	Cidade	Período de atuação	Ramo de atividade
3.	<b>Livraria do Globo / Editora Globo (1956)</b>	Barcellos, Bertaso & Cia	Porto Alegre/RS (filiais em Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Rio de Janeiro e São Paulo)	1883 - 1986 (Venda da editora para a Rio Gráfica Editora – Roberto Marinho)	Livraria, papelaria, tipografia, gráfica, encadernação, pautação, editora, objetos para escritório.
4.	<b>Livraria Commercial</b>	Souza Lima & Meira / Meira & Comp.	Pelotas/RS (filial em Rio Grande/RS)	1885 – [?]	Especialidade em livros em branco, cadernos, cadernetas, livros para borradores, costaneiras, etc.
5.	<b>Livraria Selbach</b>	Selbach & Cia - José Rodrigues da Fonseca e Cia.	Porto Alegre/RS	1888 – [?]	Livraria, editora, objetos para escritório e utensílios escolares, objetos para culto católico, miudezas, artigos de bazar, máquinas de costura e pertences para as mesmas, fábrica de cartonagem, encadernação, pautação, fábricas de livros em branco e sinetes de borracha.
6.	<b>Krahe &amp; Cia.</b>	[?]	Porto Alegre/RS (filiais em outras cidades)	1900 – [?]	Fábrica de livros em branco, livros, papéis, artigos para escritório, pianos, brinquedos, objetos de arte e miudezas, pautação e encadernação.
7.	<b>Casa Economia do Povo</b>	Saulle Pagnoncelli e Filhos	Boa Vista do Erechim/RS	1917 – [?]	[?]

Identificação das empresas					
Nº	Nome fantasia	Razão social/ proprietário	Cidade	Período de atuação	Ramo de atividade
8.	<b>Casa Publicadora Concórdia</b>	24 fundadores (Sociedade Anônima Tipográfica) – presidente: pastor e professor Paul W. Schelp / diretor: Guilherme Goerl – Hoje: Editora Concórdia	Porto Alegre/RS	1923 - dias atuais	Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre. Série Concórdia (Consta em inglês que o caderno foi impresso com a permissão da Editora Concórdia ST Louis) – Casa Publicadora Concórdia, Rua S. Pedro 639, Porto Alegre.
9.	<b>Livraria Mundial</b>	Fonseca & Cia. Ltda. / Alberto Martins Ramos / A. C. Macedo Neto e Cia. Ltda. (hoje)	Pelotas/RS (filial em Rio Grande/RS)	1935 - dias atuais / 1979 (Livraria)	[?]
10.	<b>Gráfica Mary</b>	Filipini Nora & Cia Ltda / Gráfica Mary S. A. (1969)	Caxias do Sul/RS	1953 – [?]	Fábrica de artefatos de papel e papelão e tipografia, Cadernos escolares, embalagens e impressos em geral.
11.	<b>Livraria Irmãos Clebsch</b>	Livraria Irmãos Clebsch Ltda. / Posterior: Livraria Arthur Clebsch e Livraria Cultural (Willy Dahlk -1963)	Ijuí/RS	1951 - 1963	Livraria, papelaria, equipamento fotográfico, instrumentos musicais e eletrodomésticos, máquinas de escrever, somar e calcular, móveis de aço.
12.	<b>Gráfica Otomit</b>	Otomit S. A. Indústria e Comércio	Novo Hamburgo/RS	1966 – [?]	Gráfica, Cartonagem, fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado.
13.	<b>Credeal</b>	Adivo Crema, Pasqual Alban, Edi Déitos e Carlos José Alban	Serafina Corrêa/RS	1971 - dias atuais	Gráfica (blocos postais no início), foco na linha escolar, fábrica de cadernos. A partir de 2007, mix de produtos (mochilas, pastas e acessórios de escritório). Atualmente, 53 coleções.
14.	<b>Livraria Schapke</b>	Schapke S A / Livraria Editora e Artes Gráficas	Porto Alegre/RS	1973 – [?]	[?]

Identificação das empresas					
Nº	Nome fantasia	Razão social/ proprietário	Cidade	Período de atuação	Ramo de atividade
15.	<b>Gráfica Auxiliadora</b>	Rodolfo G. Sentinger	Porto Alegre/RS	[?] – c. 2003	[?]
16.	<b>Livraria Apolo Ltda.</b>	Nepomuceno Larrosa	Jaguarão/RS	[?] – [?]	Oficina, gráfica, livraria, tipografia, papelaria, encadernação, livros escolares, artigos de escritório, livros em branco, material fotográfico, brinquedos, artigos de esporte, miudezas, relógios 'Tissot', canetas Parker '51', etc.

**Fonte:** Dados da pesquisa das autoras (RAMIL; PERES, 2023).

Entre os dados apresentados acima, chama a atenção a quantidade e a variedade de atividades que eram exercidas pelas empresas, que faziam questão de anunciar as características de seu ramo de atividade também nos cadernos escolares, visto que essas informações foram encontradas em algumas capas e contracapas desses artefatos, que eram utilizados também como estratégia de divulgação comercial desses estabelecimentos.

Destaca-se, ainda, uma informação em especial e recorrente encontrada nas descrições de várias empresas: ao mencionarem que se dedicam à fabricação de livros em branco, deve-se esclarecer que esses eram os nomes dados para os cadernos naquele período.

Das 16 empresas acima mencionadas, foram localizadas imagens de sedes de 7 dessas que são exibidas no Quadro 2, a seguir<sup>9</sup>.

9 - Até o momento, **não foi possível confirmar se** tais prédios ainda existem, o que requer uma pesquisa mais detalhada a respeito de cada caso.

## Quadro 2 – Sedes das empresas.

Sedes das empresas		
<p><b>Livraria Selbach</b> Porto Alegre/RS</p>  <p><b>Fonte:</b> Facebook “Nossa Porto Alegre”.</p>	<p><b>Livraria Commercial</b> Pelotas/RS</p>  <p><b>Fonte:</b> Álbum de Pelotas, 1922.</p>	<p><b>Casa Economia do Povo</b> Erechim/RS</p>  <p><b>Fonte:</b> Arquivo Histórico Municipal Joarez Miguel Illa Font, s/d.</p>
<p><b>Casa Publicadora Concórdia</b> Porto Alegre/RS</p>  <p><b>Fonte:</b> Facebook “Igreja Evangélica Luterana do Brasil”, s/d.</p>	<p><b>Gráfica Mary</b> Caxias do Sul/RS</p>  <p><b>Fonte:</b> 1974-1975 / GER CID 025 / Studio Geremia / Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.</p>	<p><b>Gráfica Otomit</b> Novo Hamburgo/RS</p>  <p><b>Fonte:</b> Site “Mapio.Net” / Jorge Luís Stocker Jr., s/d.</p>
<p><b>Credeal</b> Serafina Corrêa/RS – ontem e hoje</p>  <p><b>Fonte:</b> Site “Credeal”, s/d.</p>		

**Fonte:** Esquema das autoras a partir dos dados localizados na internet (RAMIL; PERES, 2023).

Entre as imagens acima, vale destacar o caso da Credeal<sup>10</sup>, da qual se apresenta duas fotografias, sendo a da esquerda relativa ao período em que começava a atuar no ramo da produção de cadernos escolares (entre outras atividades gráficas), como uma pequena empresa instalada em um depósito/garagem. À direita, há uma fotografia dos dias atuais, pois a empresa ainda funciona e mostra, pelo tamanho da sede, o crescimento do negócio.

A Credeal foi fundada na cidade de Serafina Corrêa/RS em 1971, no início dos anos de 1980 passou a vender seus produtos em diversos estados do Brasil e, a partir de 1995, a empresa passou a exportar seus produtos para diversos países (CREDEAL, 2023). Atualmente, é considerada a 4<sup>a</sup> maior produtora de cadernos escolares do mundo, produzindo e vendendo estes artefatos e outros materiais didáticos, para todo o país e fora do Brasil também. Seu crescimento se deve “pelos investimentos feitos no parque gráfico, que lhe permitiram chegar ao mercado externo, tornando-se exportadora de cadernos para os Estados Unidos, Uruguai, Argentina, México, Honduras, Chile, Bolívia, Paraguai, Peru e o Oriente Médio” (MIGNOT; VEIGA, 2008, p. 231).

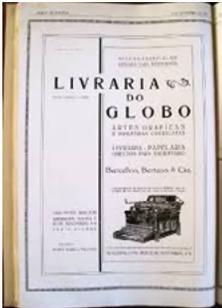
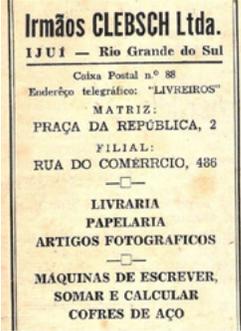
No âmbito desta pesquisa, também foram verificados alguns anúncios publicitários das referidas empresas, que divulgavam suas atividades, produção e venda de produtos em jornais, revistas, álbuns e almanaques, que circulavam na sociedade gaúcha naquele período. Por estes registros, foi possível compreender as especialidades e o interesse de mercado desses locais e de que forma se apresentavam à sua clientela. No Quadro 3, a seguir, constam alguns exemplos desses anúncios, que servem como uma amostra do que pode ser encontrado a respeito da indústria de cadernos escolares no RS. Pretende-se ampliar a investigação acerca desse tipo de material visando a publicização de tais serviços, em uma nova fase da pesquisa.

---

10 - Para saber mais sobre a Credeal: <https://www.credeal.com.br/>

**Quadro 3 – Anúncios publicitários das empresas.**

**Anúncios publicitários das empresas**

<p style="text-align: center;"><b>Livraria Commercial</b> Pelotas/RS</p>  <p style="text-align: center;"><b>Fonte:</b> Guia Geral do Rio Grande do Sul para 1920. Porto Alegre: Zimmemann &amp; Cia.</p>  <p style="text-align: center;"><b>Fonte:</b> Álbum do Bicentário de Pelotas, 1922.</p>  <p style="text-align: center;"><b>Fonte:</b> Almanach de Pelotas, 1922.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Livraria do Globo</b> Filial de Pelotas/RS</p>  <p style="text-align: center;"><b>Fonte:</b> Álbum do Bicentário de Pelotas, 1922.</p>  <p style="text-align: center;"><b>Fonte:</b> Almanach de Pelotas, 1923.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Irmãos Clebsch</b> Ijuí/RS</p>  <p style="text-align: center;"><b>Fonte:</b> Anuário Serra Post-Kalender, 1951.</p>
---	--	---

**Fonte:** Esquema das autoras a partir dos dados localizados na internet (RAMIL; PERES, 2023).

Pelo conteúdo dos anúncios publicitários mostrados acima, percebe-se que as informações impressas em alguns cadernos escolares são confirmadas. Nota-se que há o cuidado de sempre apresentar a matriz e as

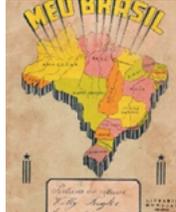
filiais do estabelecimento, assim como o interesse em registrar o máximo de características possíveis sobre a empresa, intensificando assim a divulgação de serviços e exibindo o seu diferencial no ramo da indústria gráfica à época.

Conforme mencionado anteriormente, as informações sobre as empresas que integram o rol da indústria de cadernos escolares no Rio Grande do Sul foram localizadas inicialmente nas capas e contracapas dos exemplares que integram o acervo do Hisales. Por isso, como referência desses exemplares, o Quadro 4, a seguir, reproduz 16 capas de cadernos escolares, sendo uma de cada empresa identificada. É importante registrar que há casos em que se repete o mesmo modelo de caderno em mais de um exemplar e também que há diferentes capas e contracapas em cadernos de uma mesma empresa.

Para este trabalho, buscou-se diversificar e exemplificar diferentes formas de divulgar a empresa e identificar o caderno escolar, bem como ilustrar as variações na identidade visual desses artefatos, com distintas composições gráficas. A ordem na qual são apresentadas as referidas capas corresponde à que se encontra no Quadro 1, organizado em ordem cronológica de fundação da empresa.

**Quadro 4** – Identidade visual das capas dos cadernos escolares.

Identidade visual das capas dos cadernos escolares			
<p><b>Xavier Irmão &amp; Cia.</b> Pelotas/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1942/1943</p>	<p><b>Rotermund</b> São Leopoldo/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1959</p>	<p><b>Livraria do Globo</b> Porto Alegre/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1952</p>	<p><b>Livraria Selbach</b> Porto Alegre/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1923</p>

Identidade visual das capas dos cadernos escolares			
<p><b>Krahe e Cia.</b> Porto Alegre/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1933</p>	<p><b>Livraria Commercial</b> Pelotas/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1940</p>	<p><b>Casa Publicadora Concórdia</b> Porto Alegre/RS</p>  <p>Ano de utilização: n/c</p>	<p><b>Livraria Mundial (Deluxe)</b> Pelotas/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1944</p>
<p><b>Casa Economia do Povo</b> Ijuí/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1941</p>	<p><b>Gráfica Auxiliadora</b> Porto Alegre/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1952</p>	<p><b>Gráfica Mary</b> Caxias do Sul/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1970</p>	<p><b>Livraria Irmãos Clebsch</b> Ijuí/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1954</p>
<p><b>Livraria Schapke</b> Porto Alegre/RS</p>  <p>Ano de utilização: n/c</p>	<p><b>Gráfica Otomit</b> Novo Hamburgo/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1971</p>	<p><b>Credeal</b> Serafina Corrêa/RS</p>  <p>Ano de utilização: 1975</p>	<p><b>Livraria Apolo</b> Jaguarão</p>  <p>Ano de utilização: 1956</p>

Fonte: Acervo Hisales.

Pelas imagens das capas acima, a partir de uma análise iconográfica e iconológica (RAMIL, 2018), é possível destacar uma série de características,

recorrências e variações entre os exemplares. Em relação à impressão dos dados, em algumas capas são aplicados adesivos impressos, como é o caso do caderno da Krahe & Cia, por exemplo, enquanto em outras a impressão é feita no próprio suporte. Em vários cadernos, observa-se o uso de clichês tipográficos<sup>11</sup>, tanto para os adornos e molduras, como para a informação textual, como mostrado no exemplo da Xavier Irmão & Cia.

Há variação na quantidade de cores, que vai de uma a várias em uma mesma capa, bem como se observa em alguns casos o recurso da ilustração. São representados elementos como escola, mapas do Brasil e do estado do RS, um carro da moda à época, assim como o brasão do país. Inclusive, há vários exemplares que evidenciam uma alusão ao nacionalismo, seja pelos elementos gráficos e slogans nas capas como também por hinos (Hino Nacional e Hino à Bandeira) impressos na contracapa, principalmente os que se situam entre as décadas de 1930 e 1960 (RAMIL; PERES, 2023).

Nota-se ainda que o destaque para o título da empresa que confecciona, produz, vende, revende ou distribui varia em cada caso, podendo em alguns cadernos dar-se mais destaque a outros tipos de informações, como por exemplo, o título ou linha ao qual pertence o exemplar, o código de registro, slogan, propaganda, entre outros. Observa-se também que as marcas de algumas empresas são modificadas no decorrer do tempo, o que também será foco de um estudo mais detalhado, futuramente.

Outrossim, algumas dessas empresas compram cadernos produzidos por outras fábricas para revender e imprimem ou registram um carimbo com seu título na capa, como é o caso dos exemplos da Livraria Mundial, que adquiriu o caderno “Meu Brasil” da marca Deluxe e imprimiu seu próprio nome no canto inferior direito, e da Livraria Apolo, que adquiriu o caderno “Patriota” da marca Melhoramentos e carimbou no canto superior direito

---

11 - Os clichês tipográficos eram matrizes gravadas em madeira ou metal utilizadas no processo tipográfico de impressão. Sistema que, se hoje é peça de museu, foi o método dominante na produção de impressos durante quase cinco séculos, desde que seus princípios foram estabelecidos pela Bíblia de Gutemberg. Eles funcionavam como complemento visual ao texto (também composto por blocos de letras soltas, encaixadas manualmente um a um e armazenadas em caixas [...]) (PIQUEIRA, 2013).

a sua informação. Já a Xavier Irmão & Companhia acrescentou junto ao seu nome a informação “Distribuidores”, o que reforça o exemplo da ação realizada pela empresa, ao distribuir os seus exemplares, a partir de um caderno de modelo padrão.

As cores impressas no fundo da capa e contracapa dos cadernos escolares variam, sendo que vários são lisos, mas também se encontra alguns com texturas geométricas, orgânicas ou abstratas. A gramatura da capa e das páginas também é diversificada, bem como a qualidade do papel do miolo<sup>12</sup> dos cadernos. A superfície das folhas se modifica de acordo com a especificidade de cada caderno e seu uso previsto, como no caso de apresentar pautas, pautas duplas, quadriculados, ou mesmo em branco, sendo que esses recursos gráficos servem de guia de orientação para registro, prática e exercício do conteúdo.

A maior parte dos exemplares está em encadernação do tipo canoa, ou seja, com grampos na lombada. Entretanto, há também no acervo alguns em formato de bloco, com união das páginas na margem superior, sendo que o primeiro data de 1950 e pertence à Gráfica Auxiliadora, enquanto o primeiro caderno com encadernação em espiral data de 1948 e pertence à Livraria do Globo. Entretanto, no período analisado ainda não predomina o espiral nos cadernos, que hoje em dia é o recurso mais recorrente entre esses suportes didáticos.

Ressalta-se também que, no recorte temporal analisado, os cadernos possuíam poucas folhas e era comum que o aluno usasse vários cadernos em um mesmo ano escolar, para uma mesma disciplina. Vale também registrar que há cadernos improvisados por famílias que não tinham condições financeiras de adquirir, sendo confeccionados com páginas feitas a partir do aproveitamento do papel de embalagem de alimentos, papel jornal, entre outros. Neste caso, por essas características artesanais, trata-se de artefatos que não integram o conjunto de empresas que representam a indústria

---

12 - Miolo é a parte interna do caderno, composto pelas páginas reunidas, podendo elas estarem costuradas, coladas, grampeadas ou com espiral em uma de suas margens, geralmente a esquerda. Para saber mais, ver Fonseca (2011).

de cadernos escolares no RS, mas que importa mencionar quando o foco é também a materialidade dos cadernos.

Há ainda alguns cadernos que se diferenciam nas medidas e tamanhos, sendo que predominam aqueles que se assemelham a um formato A5 vertical, mas também se constatou alguns em formato horizontal, o que ocorre especialmente naqueles que são destinados ao conteúdo de desenho.

Além disso, em vários dos exemplares, constam na sua capa e/ou na contracapa informações sobre: tipos de caderno, série/modelo/código, finalidade, pauta, papel, encadernação, páginas, pertencimento, slogan e propaganda, atividade-fim, entre outros. Tais características, que foram assim categorizados para sistematização nesta pesquisa, funcionam como estratégia de identificação e diferenciação dos cadernos escolares, assim como de organização da própria empresa, que classifica a sua linha de cadernos escolares de acordo com tais especificações, buscando também beneficiar o mercado escolar e o público-alvo, formado majoritariamente por alunos e professores. Alguns desses registros extraídos dos cadernos analisados são discriminados a seguir.

- **Tipo de caderno:**

“Caderno escolar”; “Caderno de música”; “Caderno de aritmética”; “Caderno de desenho”; “Caderno para sabatina”; “Bloco para cálculo”; “Bloco de cálculos”.

- **Série / modelo / código:**

**Por título:** “Caderno escolar”; “Caderno especial Fresteiro”; “Caderno escolar gaúcho”; “Meu Brasil”; “Caderno escolar “Flôr”; “Caderno escolar Brasil”; “Caderno escolar Piju”; “Caderno Cavalinho”; “Cultura”; “Desenhos Infantis / Álbuns para desenhos infantis coloridos – Série de 4 cadernos A-B-C-D – Organizados de forma a apresentar progressiva dificuldade na execução dos modelos”; “Desenho”; “Caderno escolar Palmeira”; “Caderno escolar especial”; “Colegial”; “Caderno escolar Imigrante”; “Caderno escolar Damé”, “Cadillac Modelo G – Limousine – 1908”, entre outros.

**Por código:** “Livro nº 230 1/2/32”; “Ref. 131”; “Caderno n. 10”; “Caderno escolar n. 20”; “Caderno n. 1”; “Bloco pautado n. 2”; “Caderno para sabatinas n. 61”; “Série Concórdia n. 2”; “Série Concórdia n. 5”; “SE. 15”; 17-B; “Modelo A”; “Bloco para cálculo n. 3”; “17”; “Espiral 15-A”; “N. 501”; “R-51-129”; “N. 70-E”; “19 A”; “18 A”; “14-A Quadriculado”; “R 35.242”; “R 46.270”; entre outros.

• **Finalidade:**

“Para fins didáticos”.

• **Pauta:**

“Pautado”; “Pauta simples”; “Pauta dupla”; “Pauta quadriculada”; “Quadriculado”.

• **Papel:**

“Este caderno é confeccionado em papel de linho”.

• **Encadernação:**

“Espiral”.

• **Páginas:**

“Este caderno contém 12 fôlhas”; “C/ 50 folhas”.

• **Pertencimento:**

“Pertence”; “Pertence a”; “Pertence ao aluno”; “Pertence a alun” (sem vogal); “Nome”; “Aluno”; “Grupo escolar / aluno / ano / número / data / professor”; “Matéria”; “Escola / Aluno / Ano / Nº / “De... 19...” / “Professor”; Espaço em branco com linhas para preenchimento.

• **Slogan / propaganda:**

“Esta casa vende tudo para as aulas”; “Fabricado especialmente para essa casa”; “Sempre o maior sortimento nos menores preços”; “O maior empório musical no sul do estado”; “A cultura é o alicerce da nação”; “Esta terra tem dono (Nosso estado)”; “Livros em branco - livros escolares - tudo para as aulas”; “Fabricado especialmente para esta casa - tudo para as aulas”; “Sempre o maior sentimento nos menores

preços”; “Premiada com medalha de ouro na exp. estadual e de prata na de São Luiz”; “Para obter um livro igual basta só indicar o N. 5291-A”, entre outros.

• **Atividade-fim:**

“Fábrica de livros em branco - Encadernação e pautação”; “Livraria e Bazar”; “Sessão de vendas por atacado e varejo – Escritório e oficinas gráficas”; “Tipografia, encadernação, pautação e fábrica de sinetes de borracha”; “Livraria – Tipografia – Encadernação – Pautação – Douraço – Casa Editora e Importadora – Fábrica de Livros em branco”; “Tipografia, Papelaria, Encadernação, Livros Escolares, Artigos de Escritório, Livros em branco, material fotográfico, brinquedos, artigos de esporte, miudezas, relógios ‘Tissot’, canetas Parker ‘51’, etc.”, entre outros.

Todos esses aspectos que compreendem a materialidade dos cadernos escolares dão indícios sobre a evolução dos recursos disponíveis e da tecnologia gráfica investida na produção desses artefatos, que também acompanham a expansão do mercado escolar, os protocolos educacionais e os métodos didático-pedagógicos, buscando contemplar as necessidades de disposição do conteúdo, conforme um determinado modelo de suporte, além de refletirem características do contexto social, político, econômico e cultural da época, entre outros.

Em relação às contracapas dos cadernos escolares, embora não sejam expostas suas imagens neste texto, elas também foram analisadas quanto à informação disponível. Entre os exemplares do período estudado, elas são pouco exploradas e, por isso, não há muitos cadernos com informação a ser destacada nesta parte do suporte. As características identificadas foram acrescentadas no banco de dados da investigação.

De lá para cá, então, ao refletirmos sobre a trajetória da indústria de cadernos escolares percebemos que há algumas modificações na relação entre o consumidor e o caderno, o que também acompanha a cultura da sociedade brasileira, que vai sendo transformada. Neste sentido, vale mencionar Mignot e Veiga (2008, p. 232), que afirmam que “a indústria caderneira no Brasil

tem sido um setor promissor que muito tem investido em recursos humanos e materiais e o resultado disto é a grande variedade de produtos que tem fabricado [...]”.

### *Considerações finais*

Os resultados aqui mostrados evidenciam a potencialidade do estudo sobre a indústria de cadernos escolares no Rio Grande do Sul, temática esta que corrobora com a revelação de inúmeros fatores, sejam eles de ordem história, tecnológica, industrial de produção gráfica, de mercado, de educação, enfim. Todos esses aspectos podem ser estudados por perspectivas mais específicas, a partir de novos recortes de investigação. Por isso, o assunto não se esgota por aqui e merece maior investimento, o que demanda mais tempo de investigação, que segue em desenvolvimento.

Por fim, como um dos principais resultados até esta etapa da pesquisa pode-se concluir que o Rio Grande do Sul foi um importante espaço de produção caderneira até, pelo menos, a década de 1970. Depois disso, a produção concentrou-se no centro do país, com exceção da indústria Credeal, considerada a 4ª maior produtora de cadernos escolares do mundo, de origem gaúcha e que continua, até os dias atuais, instalada na cidade de Serafina Côrrea/RS.

Pretende-se, com esta pesquisa, contribuir efetivamente com novos conhecimentos entre os estudos no campo da cultura material escolar, reconhecendo as empresas, sejam elas livrarias, gráficas, editoras, papelarias, fábricas de papéis, fábricas de caderno, bazares, casas de comércio, entre outras, que se dedicaram à confecção, impressão, produção, distribuição, e comercialização de cadernos escolares, especialmente no Rio Grande do Sul, este artefato que efetivamente se comporta como um objeto e fonte de pesquisa de suma relevância para a História da Educação.

## Referências

- ARAÚJO, Emmanuel. **A construção do livro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- ARRIADA, Eduardo. Livrarias e editoras no Rio Grande do Sul: o campo editorial do livro didático. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35, 2012, Porto de Galinhas/PE. **Anais [...]**. Porto de Galinhas/PE: ANPED, 2012, p. 1-17.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2019.
- CHARTIER, Anne-Marie. Exercícios escritos e cadernos de alunos: reflexões sobre práticas de longa duração. *In*: CHARTIER, Anne Marie. **Práticas de leitura e escrita**. História e atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- CHARTIER, Anne-Marie. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 3, p. 9-26, jan./jun. 2002.
- CREDEAL. **Conheça nossa história**. Credeal. Disponível em: <https://www.credeal.com.br/quemsomos>. Acesso em: 15 out. 2023.
- FERNANDES, Rogério. Um marco no território da criança: o caderno escolar. *In*: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista**: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: Uerj, 2008, p. 49-68.
- FONSECA, Joaquim. **Tipografia & design gráfico**. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- GVIRTZ, Silvina. **El discurso escolar a través de los cuadernos de clase**. Argentina (1930 -1970). Buenos Aires: Eudeba, 1999.
- HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX-XX). **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, p. 115-141, jan./jun. 2001.
- IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Cadernos à vista*: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; VEIGA, Roberta Lopes da. Um rio para estudante ver: engenhosidades na produção de cadernos escolares. **Revista História da Educação**, v. 12, n. 24, p. 225-247, jan./abril 2008.

PERES, Eliane. Um estudo da história da alfabetização através de cadernos escolares (1943-2010). **Cadernos de história da educação**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2012.

PIQUEIRA, Gustavo. **Clichês brasileiros**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

RAMIL, Chris de A. **A iconografia e a iconologia nos livros didáticos das Edições Tabajara**: um estudo das imagens na Coleção Guri (Rio Grande do Sul, década de 1960). 2018. 398 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas/UFPel, 2018.

RAMIL, Chris de Azevedo; PERES, Eliane. A visualidade do nacionalismo nos cadernos escolares: uma análise das capas (décadas de 1930 a 1950). *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - ASPHE, 28., UFRGS, Porto Alegre, 2023. **Caderno de Resumos [...]**. Porto Alegre: UFRGS/Asphe, 2023, p. 87-92.

RIBEIRO, Milton. **Planejamento visual gráfico**. Brasília: LGE Editora, 2007.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. *In*: MIGNOT, Ana Chrystina V. **Cadernos à vista**: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

## *Os recibos comerciais e as suas possibilidades interpretativas para a pesquisa em cultura material escolar*

*Virgínia Lourençon da Silva<sup>1</sup>*

*Gecia Aline Garcia<sup>2</sup>*

*Gizele de Souza<sup>3</sup>*

### *1. Primeiras considerações*

“Paradigma indiciário” é o nome dado por Carlo Ginzburg (1989) a um modelo epistemológico que leva em consideração os sinais e rastros produzidos pela cultura humana, mesmo aqueles que, aparentemente, apresentam ser insignificantes para a composição do enredo histórico. Ginzburg (1989) argumenta que esses sinais foram frequentemente negligenciados pela abordagem tradicional da história que tendia a se concentrar em eventos notórios e personalidades ilustres. Assim, o modelo epistemológico proposto pelo autor perpassa uma análise morfológica na qual envolve a interpretação dos sinais e dos rastros deixados pela humanidade como elementos importantes para compreender significados mais profundos. É indispensável sinalizar que uma análise morfológica não se restringe ao exame de abordagens e vestígios isolados, mas busca combinar elementos da história, antropologia, semiótica, entre outras disciplinas para compor um painel mais complexo e profundo do objeto estudado.

É na esteira do “paradigma indiciário” que interpretamos o estudo dos recibos comerciais como uma fonte valiosa para se compreender o cenário

---

1 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: [virginalourencon@gmail.com](mailto:virginalourencon@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2460907875720670>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4262-6866>.

2 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: [gecia.garcia@gmail.com](mailto:gecia.garcia@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8992617314992914>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8934-3741>.

3 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: [gizelesouza@ufpr.br](mailto:gizelesouza@ufpr.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3383060643884789>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6487-4300>.

material da instrução pública paranaense. O recibo possui marcas, sinais e indícios que oferecem maneiras de ampliar a compreensão da vida material da escola, incluindo pistas de práticas e experiências de pessoas que integram o circuito comercial no processo do provimento material escolar.

Diante desse quadro, esse estudo tem como problemática entender como os recibos escolares podem ser indiciários da trama política, social e pedagógica presentes na circulação e no consumo material mobilizado para o contexto escolar. O recorte espaço-temporal gira em torno do Paraná Republicano, entre os anos de 1904 a 1907, período em que são contratados fabricantes para a confecção de móveis para as escolas primárias do Paraná e ao Jardim de Infância de Curitiba.

Para compreender as condições materiais de funcionamento da instrução pública e para problematizar o recibo comercial enquanto uma fonte importante para a leitura da rede comercial e do impacto dos fornecedores nessa trama, alguns aportes teóricos foram mobilizados para esse estudo: Cynthia Greive Veiga (2018) sobre a discussão da escola enquanto um fenômeno econômico; Wiara Rosa Rios Alcântara (2018; 2021), Gecia Aline Garcia (2020), Gizele de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva (2019) para a compreensão da circulação, idealização e fabricação dos móveis destinados a escola - no contexto paulista, catarinense e paranaense – e para entender a as interações nos modos e sujeitos acionados para o abastecimento material da escola. Para a problematização teórica do trabalho do historiador nos arquivos públicos, operamos com as produções de Carlos Bacellar (2008), Arlette Farge (2010) e Michel de Certeau (2015).

O arcabouço teórico acerca da Cultura Material e Cultura Material Escolar engloba os estudos de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1998; 2003) sobre a compreensão de que a materialidade deve ser estudada “em situação”, ou seja, no contexto social e cultural que foi gerada. Para o exame da institucionalização da escola pública brasileira e o que foi assumido no momento como necessário para a sua dimensão material, trabalhamos com os livros organizados pelos autores César Augusto de Castro (2011), “Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC, RS, 1870-1925);

Vera Lucia Gaspar da Silva, Gizele de Souza e César Augusto Castro (2018), “Cultura Material Escolar em Perspectiva Histórica: escritas e possibilidades e, por fim, Andréa Bezerra Cordeiro, Gecia Aline Garcia, Ana Paula de Souza Kincheski e Júlia Naomi Kanazawa (2021) em “A Teia das Coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede”.

O texto foi organizado a partir da problematização do recibo enquanto evidência da trama política, pedagógica e comercial da escola que possibilita compreender as interações necessárias à constituição material do espaço educativo. Nesse sentido, na primeira parte, buscamos discutir as potencialidades interpretativas e metodológicas do recibo enquanto fonte para a pesquisa em história da educação e da cultura material escolar. Na sessão seguinte, realizamos o exercício interpretativo por meio de algumas exemplaridades, acionando e desmembrando as pistas e os sinais que essa tipologia de fonte pode oferecer.

## *2. Os recibos do Arquivo Público do Paraná como indícios de uma economia da cultura material escolar*

Os debates sobre a cultura material escolar na história da educação permitem a incursão nas ideias e práticas que foram constituindo a escola no decorrer do tempo. A ação de lançar lupa sobre os artefatos possibilitam o estudo das relações sociais envolvidas na idealização, normatização, fabricação das materialidades que se faziam presentes nas instituições educativas, uma vez que resultam da ação conjunta dos agentes diretamente e indiretamente envolvidos com o provimento escolar. Nesse sentido, a pesquisa sobre os objetos permite adentrar aquilo que Dominique Julia (2001) nomeou como a “caixa-preta” da escola, por meio de suas relações internas e além muro.

Uma proposta para o escrutínio desta “caixa-preta” se dá pela via interpretativa da escola como fenômeno econômico, ou seja, através da problematização, “nos seus diferentes tempos históricos, [das] ações dos sujeitos mais diretamente envolvidos com a dinâmica escolar para a

manutenção da vida escolar” (VEIGA, 2018, p.36 e 37). Cynthia Greive Veiga (2018) aposta nesse debate devido à configuração da cultura material escolar através da economia que dinamiza e produz as materialidades por meio da ação de indivíduos envolvidos na instrução pública, como os representantes estatais, comerciantes, marceneiros e professores. Para a realização do debate econômico, a autora toma como pressuposto a noção de economia elaborada pelo sociólogo Karl Polanyi (2012), que a compreende “como qualquer interação humana com o meio natural e social tendo em vista produzir “coisas” para viver, o que não pressupõe necessariamente escassez” (VEIGA, 2018, p.39)<sup>4</sup>.

Dentro do debate sobre a economia escolar, tal como defende Veiga (2018), é possível localizar o artigo publicado por Gizele de Souza e Vera Gaspar da Silva (2019), já que nele é debatido “relações diretas com sujeitos da própria comunidade, como aquelas nas quais o professor dirigia a encomenda de determinados objetos escolares a um artesão local” (SOUZA; SILVA, 2019, p.33). As relações que as autoras se detêm são aquelas que envolviam sujeitos pertencentes a uma mesma comunidade e que eram acionadas no final do século XIX e início do XX, nos estados de Santa Catarina e Paraná, para a confecção dos materiais necessários às escolas. Concomitante ao comércio em maior escala, no plano local, das relações cotidianas presentes na escola, havia um mercado menor que não deixava de ser importante para o provimento material.

É importante perceber, também, como a emergência da escola no cenário urbano contribui para o crescimento do comércio local. É esse comércio local que será responsável pelo fornecimento de itens básicos, de consumo imediato, necessários não só ao desenvolvimento das aulas, mas também ao funcionamento da estrutura, da burocracia ou de outras atividades escolares. (ALCÂNTARA, 2021, p.8).

---

4 - Para Cynthia Greive Veiga (2018) é importante que nos atentemos a essa noção de economia de Karl Polanyi, porque ela não se alinha às restrições da “perspectiva economicista, determinista, ou do *a priori* da lógica de mercado, mas no sentido substantivo da economia. Economia como atividade enraizada nas relações sociais porque diz das intenções necessárias para satisfazer nossas necessidades humanas” (VEIGA, 2018, p.60).

Os artigos de Wiara Rosa Rios Alcântara (2018; 2021) também corroboram com a perspectiva econômica da escola de Veiga (2018) por interpretar as vias comerciais locais, na cidade de São Paulo, para o suprimento de objetos para as escolas. Especificamente no texto publicado em 2018, intitulado “Produção e distribuição do mobiliário escolar: uma história econômica do investimento na escola pública paulista”, Alcântara discute a sistematização da obrigatoriedade escolar na província paulista e a conseqüente demanda de um mercado local para o arranjo material das escolas. Através do tensionamento entre as diferentes normas de aquisição e daquilo que era realizado pelos professores na constituição material, a autora apresenta modos diversos para a aquisição de objetos e mobiliário na segunda metade do século XIX.

Longe da tentativa de exaurir a literatura que se aproxima do debate sobre a economia escolar defendida por Cynthia Greive Veiga (2018), destaca-se os investimentos coletivos para a compreensão das relações envolvidas nas diferentes formas de prover materialmente as escolas. Isso demonstra os esforços para compreender as relações econômicas, embasadas nas interações sociais, que possibilitaram a aquisição de objetos, utensílios, mobílias, dentro do projeto instrucional que dá sentido à composição material que adentra o espaço escolar.

Quanto às documentações analisadas para a interpretação da economia escolar, algumas das autoras supracitadas se valeram de mensagens e relatórios de governo, leis, ofícios e notícias de jornal. Dentre essa variedade de fontes, destacamos neste capítulo a potencialidade das análises dos recibos de compra para uma história econômica da cultura material escolar, já que longe de ser uma lista de materiais, o recibo dá a ver relações e outros elementos ricos para serem interpretados.

De forma geral, um recibo remete a uma transação comercial já estabelecida entre duas partes: o fornecedor (comerciantes, artesãos, marceneiros) e o solicitante (professores, dirigentes da instrução pública, inspetores, instituições). Ele consubstancia um acordo de que determinado serviço foi demandado e será realizado no momento de seu registro em papel,

ou seja, de que as condições e termos envolvidos na prestação de serviços foram aceitas pelas partes envolvidas. As assinaturas ratificam o acordo firmado.

O recibo é reconhecido como tal através dos elementos específicos que ele possui, como é o caso de assinaturas, espaço para a inserção de quantidades e variação de itens ou serviços em lista, data de quando o acordo foi estabelecido. O ato de preenchê-lo permite a análise dele enquanto documento empírico, porque o transforma em contrato estabelecido entre fornecedor e solicitante. A ação de inscrever as demandas e assinar o recibo demonstra quem são os imbricados no contrato. Como sinais a posteriori, o recibo preenchido indica as ações de venda pelo fornecedor e de compra pelo solicitante. Há, portanto, uma relação não só comercial evidente, mas também de práticas culturais, nas quais se firmam orientações e representações entre os envolvidos no processo.

Neste perspectiva, o recibo é documento e, segundo Roger Chartier ao refletir sobre a leitura e escrita, sustenta que a operação de construção de sentido de um texto se dá “como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades”, bem como compreende que “as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores” (CHARTIER, 1991, p.178). O que se pode depreender disso é que o recibo – aqui objeto de estudo – não está revestido de “abstratos ideiais, separados de toda materialidade”, Chartier nos auxilia quando esclarece que contrários a uma definição puramente semântica do texto, “é preciso considerar que as formas produzem sentido” (CHARTIER, 1991, p.178).

A proposta de examinar o recibo como prática cultural implica considerar as “estratégias simbólicas que determinam posições e relações” (CHARTIER, 1991, p.184) dos sujeitos e instituições envolvidas. Nesse sentido, o recibo, por sua natureza, abarca o significante e o significado. Se o significante é o veículo do significado, pode-se aqui “traduzir” que o recibo – nas suas dimensões simbólicas e materiais - se ocupa tanto do mecanismo de veicular, propagar e negociar, como constituir-se – ele próprio - em signo,

em representação. E as representações do mundo social, conforme postulado por Roger Chartier (2002, p.17), “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”.

Ao analisar um recibo sob essa perspectiva, compreende-se como ele é simultaneamente “significante” (forma) e “significado” (conteúdo). O documento físico, que contém informações sobre uma transação comercial, remete-se ao “significante” e inclui elementos visuais, textuais e gráficos presentes no recibo, como a indicação do nome e preenchimento do endereço do vendedor, do comprador, a data da transação, a descrição dos produtos ou serviços, o valor total pago, entre outros detalhes a serem preenchidos.

Essa estrutura imagética do recibo também comporta o seu “significado”, já que a sua forma indica a relação comercial a ser estabelecida. O “significado” adquire ainda mais robustez quando cumpre com a sua função de documentar a transação entre vendedor e comprador após o seu preenchimento, como realizado entre representantes da instrução pública e comerciantes. Realizadas as inscrições nele, o recibo ganha significado social e econômico.

Nesse sentido, o recibo pode ser compreendido como ferramenta indiciária de uma economia da cultura material escolar por meio do estudo dos “significados” e “significantes”, bem como pela perspectiva econômica de Karl Polanyi (2012). Para este autor, a economia envolve também a dimensão relacional dos indivíduos na produção de meios materiais para a satisfação coletiva. A instrução era uma via a ser atendida pelo projeto republicano do início do século XX e, conseqüentemente, o estudo dos recibos permite reconhecer “a dimensão material [que] está nos objetos que entendemos como necessários para viver e a [dimensão] econômica no modo como agimos para obtê-los” (VEIGA, 2018, p.49).

A incursão sobre as formas de analisar o recibo comercial dentro do debate da economia da cultura material escolar surgiu da confluência das pesquisas, realizadas por nós, no Arquivo Público do Paraná e do acesso a recibos que possibilitaram adentrar as redes comerciais fornecedoras dos provimentos materiais das escolas primárias e jardins de infância, no início do

século XX. Os corredores e as salas geladas dos arquivos compõem a artesanaria do fazer histórico, embora essa não seja a única forma de acesso aos vestígios nomeados como fontes, o arquivo - da esfera do Poder Executivo (arquivos públicos municipais, estaduais e nacionais) - cruzaram reiteradamente as lentes do pesquisador na procura das evidências históricas. Por isso, Carlos Bacellar (2008, p. 43) orienta que na pesquisa em arquivos o pesquisador deve estar “ciente do evoluir histórico de toda a estrutura da administração pública ao longo do tempo”, posto que

...apesar de tudo, o historiador que se aventura nos arquivos, de qualquer época, deveria ter preocupações em conhecer o funcionamento da máquina administrativa para o período que pretende pesquisar. Estar ciente, por exemplo, das mudanças de nomenclatura e competências das repartições ao longo do tempo, em especial em momentos de mudança institucional profunda, como a independência, a instalação da Regência, a Proclamação da República ou o Estado Novo. As mudanças na administração se fazem sentir na documentação resultante da atuação de cada órgão (BACELLAR, 2008, p. 44).

Atentas a essa recomendação, procuramos conhecer mais a fundo o arquivo que tem sido caro às nossas pesquisas: o Departamento do Arquivo Público Paranaense (DEAP), localizado em Curitiba.

Embora Gizele de Souza, Juarez Tuchinski dos Anjos e Etienne Baldez Louzada Barbosa (2003) já tenham escrito um trabalho sobre a relevância da escrita desse acervo para a história da educação, nossa intenção é explorar uma documentação que ainda não foi objeto de estudo: os recibos comerciais. Para a investigação dessa tipologia documental e seguindo as recomendações de Bacellar, nos cabe conhecer a organização da esfera pública, no caso deste estudo, o Arquivo Público do Paraná e a localização desse material, em seu fundo documental.

A criação do Departamento de Arquivo Público do Paraná<sup>5</sup> é contemporânea à própria emancipação do estado, nesse sentido a lei nº 33

---

5 - Utilizamos a sigla DEAP neste capítulo como sinônimo de Arquivo Público do Paraná.

que cria o DEAP foi sancionada pelo primeiro presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 7 de abril de 1855. Além de reunir a documentação histórica e geográfica do Paraná, o DEAP tem como intuito salvaguardar os documentos e manuscritos produzidos pelo Poder Executivo do estado. Passados 168 anos, atualmente o Arquivo Público mantém sobre seu escopo, na seção de documentação permanente, “71 fundos públicos e 21 fundos privados, cujo recorte temporal abrange de 1697 à primeira década dos anos 2000” (DEAP, 2023, p. 11). O último Guia de Fundos do acervo do DEAP foi publicado em 2002. Dezoito anos depois, em 2020, foi publicado um novo guia atualizado devido a ampliação dos fundos. No quadro abaixo é possível identificar os códigos e os nomes dos fundos públicos e privados pertencentes ao DEAP e disponíveis para consulta<sup>6</sup>:

**Quadro 1 - Relação dos fundos públicos do arquivo público do Paraná**

Código de referência e título do Fundo	
1	PB 001 - Secretaria do Governo
2	PB 002 - Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública
3	PB 003 - Secretaria de Estado da Fazenda
4	PB 004 - Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS
5	PB 006 - Casa Civil
6	PB 007 - Sistema Nacional do Emprego
7	PB 008 - Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas
8	PB 009 - Secretaria do Interior e Justiça
9	PB 010 - Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública
10	PB 011 - Chefatura de Polícia
11	PB 012 - Secretaria da Agricultura

6 - Para uma consulta mais detalhada de cada fundo com “a área de identificação (contendo código de referência, título, data, nível de descrição, dimensão e suporte), área de contextualização (nome do produtor, história administrativa/biografia, história arquivística, procedência), área de conteúdo e estrutura (âmbito e conteúdo, sistema de arranjo), área de condições de acesso e uso (característica física e requisitos técnicos, instrumentos de pesquisa), **área de notas e área de controle da descrição** (notas e data da descrição)”, é possível consultar e baixar o Guia de Fundos do Deap por meio do seguinte link: [https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/202111/guia\\_de\\_fundos.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/202111/guia_de_fundos.pdf).

12	PB 013 - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio
13	PB 014 - Departamento Administrativo do Estado do Paraná
14	PB 015 - Câmara de Contribuintes do Estado do Paraná
15	PB 016 - Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística
16	PB 017 - Câmara de Propaganda e Expansão Comercial
17	PB 018 - Comissão Central de Sindicância
18	PB 019 - Congresso Legislativo do Estado
19	PB 020 - Tribunal de Contas do Estado do Paraná
20	PB 021 - Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia
21	PB 022 - Junta Comercial do Paraná
22	PB 023 - Departamento Administrativo do Oeste do Paraná
23	PB 024 - Secretaria de Educação e Cultura
24	PB 025 - Comissão Paranaense de Folclore
25	PB 026 - Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura
26	PB 028 - Corregedoria Geral da Justiça
27	PB 029 - Departamento das Municipalidades de Curitiba
28	PB 030 - Conselho Consultivo do Estado do Paraná
29	PB 031 - Secretaria da Saúde Pública
30	PB 032 - Departamento de Estradas de Rodagem
31	PB 033 - Secretaria do Trabalho e Assistência Social
32	PB 034 - Secretaria Geral do Estado
33	PB 035 - Secretaria de Estado dos Negócios do Governo
34	PB 036 - Secretaria da Segurança Pública
35	PB 037 - Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná
36	PB 038 - Secretaria de Obras Públicas e Colonização
37	PB 039 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
38	PB 041 - Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação
39	PB 042 - Secretaria de Viação e Obras Públicas
40	PB 043 - Colégio Estadual do Paraná
41	PB 044 - Departamento Estadual de Estatística
42	PB 045 - Poder Judiciário

43	PB 046 - 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual
44	PB 047 - Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas
45	PB 048 - Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Viação e Obras Públicas
46	PB 049 - Secretaria da Fazenda e Obras Públicas
47	PB 050 - Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias
48	PB 051 - Secretaria da Fazenda, Indústria e Comércio
49	PB 052 - Secretaria do Palácio do Governo
50	PB 053 - Secretaria da Fazenda e Indústria
51	PB 054 - Secretaria da Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas
52	PB 055 - Secretaria de Estado da Administração
53	PB 056 - Instituto de Criminalística
54	PB 057 - Instituto de Identificação
55	PB 058 - Conselho Penitenciário do Estado do Paraná
56	PB 059 - Departamento Penitenciário do Estado – DEPEN
57	PB 060 - Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas – IBPT
58	PB 061 - Conselho Regional de Desportos
59	PB 062 - Secretaria de Estado da Comunicação Social
60	PB 066/CO 009 - Capitania e Província de São Paulo
61	PB 067 - Fundação Instituto de Terras e Cartografia – ITC
62	PB 068 - Grupo de Trabalho Clóvis Moura
63	PB 069 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI
64	PB 070 - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER
65	PB 072 - Prefeitura Municipal de Morretes
66	PB 073 - Centro Cultural Teatro Guaíra
67	PB 074 - Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto
68	PB 075 – Portobrás
69	PB 076 - Banco Bamerindus
70	PB 077 - Banco de Desenvolvimento do Paraná -BADEP
71	PB 079 - Corpo de Bombeiros do Paraná

**Fonte:** DEAP, 2020.

**Quadro 2 - Relação dos fundos privados do arquivo público do Paraná**

Código de referência e título do Fundo	
1	PI 001 - Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda
2	PI 002 - Tobias de Macedo
3	PI 003 - Carlos Cavalcanti de Albuquerque
4	PI 004 - Dirceu Mendes
5	PI 005 - Arlindo Padilha
6	PI 006 Germano Bayer
7	PI 008 - Manoel de Alencar Guimarães
8	PI 009 - Escola Técnica de Plácido e Silva
9	PI 010 - Casa da Cultura de Cerro Azul
10	PI 011 - Clube Sorooptimista e União Cívica Feminina Paranaense
11	PI 014 - Ruy Christovam Wachowicz
12	PI 015 - Cecília Maria Westphalen
13	PI 016 - Ferragens Hauer
14	PI 017 - Luiz Franceschi
15	PI 018 - Edwino Donato Tempiski
16	PI 020 - Nicolau Chaiben
17	PI 021 - Roselys Roderjan
18	PI 026 - Moysés Wille Lupion de Troya
19	PI 038 - Associação dos Funcionários Públicos
20	PI 041 - Romario Martins
21	PI 042 - Pacifico Frederico Zattar

**Fonte:** DEAP, 2020.

Os recibos comerciais consultados pertencem às correspondências enviadas e recebidas pelas autoridades da gestão do ensino no exercício de suas funções. Assim, os recibos compõem parte dos relatórios de inspetores escolares e dos requerimentos enviados pelos professores. Esse tipo de documento foi encontrado nos fundos “BR APPR PB 001 – Secretária do Governo” e “BR APPR PB 002 - Secretaria do Interior, Justiça e Instrução

Pública” que são constituídos por códices e livros da administração provincial e posteriormente da República – denominados como APs.

No primeiro fundo é possível encontrar fontes correspondentes a “atos, leis, relatórios, correspondências expedidas e recebidas por diversas autoridades, documentos relacionados à escravidão, indígenas, colonização, terras públicas, segurança pública e saúde, etc” (DEAP, 2020, p. 15). O segundo fundo denominado “Secretaria do Interior, Justiça e Instrução pública”, também é constituído de livros “APs” que reúnem folhas datilografadas e manuscritas de “correspondências, atas, portarias, orçamentos, estatísticas, documentos relacionados à instrução pública, segurança pública, finanças, eleições e limites territoriais” (DEAP, 2020, p. 17).

Em relação às mudanças do funcionamento da estrutura administrativa, como advertiu Bacellar (2008), é importante salientar que a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, criada em 1892, transitou por outras secretarias ao decorrer de sua biografia, passando em 1920 para a Secretaria Geral do Estado e em 1928, com a Lei nº 2.502, a Secretaria Geral foi dividida em três secretarias: Secretaria de Estado de Interior, Justiça e Instrução Pública, Secretaria de Estado de Fazenda, Indústrias e Comércio, e Secretaria de Estado de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Em 1930 “a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública é unificada com as Secretarias da Fazenda, Indústria e Comércio e da Agricultura, Viação e Obras Públicas, passando a se denominar Secretaria Geral do Estado”. Em dezembro de 1930 com o Decreto nº 758, essa mesma secretária desdobra-se na Secretaria da Fazenda e Indústria e Secretaria do Interior, Justiça e Obras Públicas. Finalmente “a partir do Decreto nº 320, de 9 de fevereiro de 1932, voltou a denominar-se Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública” (DEAP, 2020, p. 17).

Essas informações são importantes justamente para acompanhar os desdobramentos e fusões da Secretária da Instrução Pública em outras secretarias, de modo a poder encontrar vestígios sobre a instrução pública em outros fundos como o “PB 034 - Secretaria Geral do Estado”, com dados sobre a correspondência educacional e dados estatísticos relacionados a população

escolar; o fundo “PB 035 - Secretaria de Estado dos Negócios do Governo” com fontes sobre as relações comerciais atreladas a escola; o fundo “PB 013 - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio” sobre a possibilidade de alguma referência de fornecedores e fabricantes de material escolar; o fundo “PB 026 - Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura” trazendo informações sobre a construção de edifícios escolares; entre outros fundos que podem ser potentes para o cotejamento de fontes para a construção da história da educação e da escola.

Embora a correspondência governamental por nós consultadas - no fundo da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública - esteja organizada por remetente, os recibos comerciais encontrados não seguem o mesmo padrão, essa documentação aparece no final da coletânea de correspondências após a menção de contratos, requerimentos ou pagamentos escritos em relatórios de professores ou inspetores. Nesse sentido, quando algum professor menciona a necessidade de alguma mobília, livro, ou material de higiene, o recibo não aparece anexo ao relatório, mas ao final de todos os pedidos compilados e organizados pelos inspetores.

No bojo dessas questões, é possível vislumbrar como é composto o acervo que reúne as fontes sobre a instrução pública do Paraná no DEAP: “da acumulação, folha sobre folha, de queixas, processos, interrogatórios, informações e sentenças” (FARGE, 2010, p. 10). Embora os recibos comerciais não nasçam como fontes próprias da educação, uma vez que representam a relação com o comércio e com a economia do período, ao ajustar as lentes o pesquisador o desloca de sua função original para testemunhar contextos educacionais, por isso é válido lembrar que em história “tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho do historiador” (CERTEAU, 2015, p. 69). Desse modo, iremos apresentar alguns recibos comerciais, a título de exemplaridade, para o exercício interpretativo dessa documentação.

### *3. Possibilidades interpretativas com os Recibos Comerciais para a História da Educação e da Cultura Material Escolar*

Nessa segunda parte do texto temos como objetivo analisar dois recibos comerciais referentes ao contexto do jardim da infância e da instrução primária situados na primeira década do século XX. O exercício de decomposição ao longo dessa seção sugere o aprofundamento do tema da cultura material escolar por meio dos elementos que os recibos possuem.

As pesquisas sobre a cultura material dos jardins de infância públicos do Paraná, no início do século XX, foram iniciadas por Gizele de Souza em sua tese de doutorado (2004), prosseguida por outros trabalhos da pesquisadora, bem como pelos estudos de Iniciação Científica de Virgínia Lourençon a partir de 2021. Neste período, as investigações de Lourençon estavam alinhadas ao projeto “Grupos de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escolar”<sup>7</sup>.

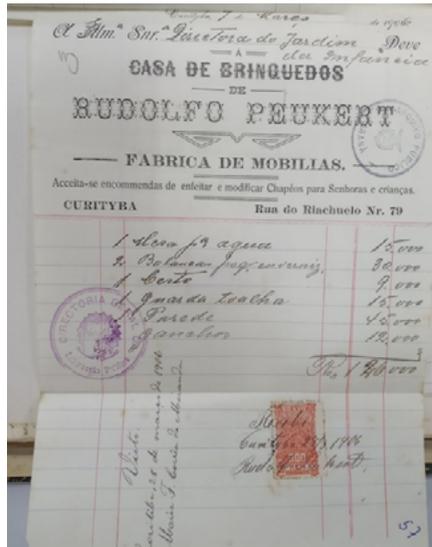
As incursões na seção de pesquisa do Arquivo Público do Paraná permitiram a “escavação” nos livros APs que abrigam as documentações governamentais, incluindo as correspondências entre a diretora do primeiro jardim de infância, Maria Francisca Corrêa de Miranda, e Bento José Lamenha Lins, o então dirigente da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública<sup>8</sup>. Em uma delas, datada de março de 1906, a diretora informou o secretário sobre a importância de certos objetos para o funcionamento da instituição de atendimento infantil e comprovava as aquisições através de alguns recibos anexados. Um deles foi este destacado abaixo, referente à Casa de Brinquedos de Rudolfo Peukert:

---

7 - O projeto se encontra em sua terceira edição e é coordenado pela Professora Dra. Gizele de Souza, Professora Dra. Andréa Cordeiro e o Professor Dr. Marcus Levy Bencostta. O objetivo geral do projeto é incentivar pesquisas sobre a cultura material escolar nos diferentes grupos de pesquisas nacionais e internacionais que dele participam, bem como fortalecer a rede de pesquisadores por meio do compartilhamento dos resultados em reuniões, materiais e eventos promovidos pelo projeto. Para saber mais sobre as atividades coletivas e os resultados frutíferos dessa parceria, acesse o e-book “A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede” no seguinte link: <https://nepie.ufpr.br/e-book-a-teia-das-coisas-cultura-material-escolar-e-pesquisa-em-rede/>.

8 - De acordo com as investigações de Gizele de Souza (2004, p.22 e 23), “no período de 1904 e 1907, na gestão como presidentes do estado de Vicente Machado da Silva Lima, com Bento José Lamenha Lins na Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública e tendo como diretores da instrução Pública Reinaldo de Machado (no período 1904-1905) e Arthur Pedreira de Cerqueira (que se manteve no cargo até anos adiante), deu-se à reorganização da Escola Normal em 1904, à implantação dos primeiros grupos escolares em 1905 e à inauguração do primeiro jardim de infância público em 1906”.

**Figura 1** – Recibo da casa de brinquedos, de Rudolfo Peukert (1906)



**Fonte:** DEAP, AP1244, 1906, p.57.

Atentando-se aos elementos presentes no recibo, é possível traçar alguns caminhos interpretativos. O primeiro deles se refere ao tipo de fonte: trata-se de um recibo previamente impresso ao estabelecimento da relação comercial entre a diretora do jardim de infância e o comerciante Rudolfo Peukert. Esse indício se dá pelo preparo do documento antes de receber o preenchimento manual das partes envolvidas no contrato, vislumbrados por meio da composição do cabeçalho e das linhas avermelhadas. Provavelmente, a formulação prévia da estrutura do recibo já colocava no horizonte as possíveis relações de compra e venda que ali seriam registradas pelo comerciante.

O recibo, como destacado anteriormente, compreende ao mesmo tempo o seu significante e o seu significado: sua representação visual enquanto documento de compra e venda deixa imbricado a relação que ali será posta, ou seja, a relação comercial. O significado ganha mais substância

quando observamos o seu preenchimento através das quantidades, materiais negociados e sujeitos envolvidos.

Destaca-se também que o recibo é uma evidência da relação comercial e do tipo de documento que circula. Ele não é propriedade da Maria de Miranda, mas uma declaração vinculada a outros documentos que demonstram aos dirigentes da Instrução Pública o que foi comprado e quanto foi o investimento do Estado em materiais. Nesse sentido, o recibo documenta a ação de compra àqueles que subsidiam e administram a esfera pública, bem como aponta os objetos que devem constar na lista de materiais pertencentes ao jardim de infância. Mesmo que Maria de Miranda tenha assinado o recibo, ela é representante da instrução pública no processo de prover e deve dar vistas a esse cumprimento, fazendo o comprovante circular entre as autoridades. As relações sobre o processo de composição da materialidade do jardim de infância demonstram sobre a realização das atividades de instrução das crianças e como a economia da cultura material escolar constitui-se em tema importante. A economia da escola, de acordo com Polanyi (2012) e Cynthia Greive Veiga (2018), é orientada pela produção de meios para a satisfação das necessidades criadas pelos diferentes grupos sociais, como é o caso da escolaridade.

O conjunto de materiais listados no recibo, observados conjuntamente, são indiciários das práticas higiênicas e de cuidado com o corpo infantil presentes nesta instituição de atendimento infantil. De acordo com Moysés Kuhlmann Jr. (2010), os jardins de infância possuíam rotinas diárias, com horários demarcados para o desenvolvimento das atividades. Dessa fora, “nos três períodos vão estar presentes atividades cotidianas que se referem aos hábitos de higiene e alimentação, a socialização e a disciplina. Há uma constante ritualização das atividades” (KUHLMANN JR., 2010, p.123).

No Jardim [da Caetano de Campos], as atividades cotidianas já estavam previamente organizadas em sequências fixas. As atividades repetidas diariamente instituíam tanto para as crianças como para os adultos uma regularidade. As atitudes formais auxiliavam a construção da pertinência a um grupo social organizado a partir de regras específicas. Faziam parte desses momentos rituais: a entrada (com

canto e saudações); o repouso; o recreio; a refeição; os pensamentos, méritos e cantos de despedida; saída. (KUHLMANN JR., 2010, p.121).

O jardim de infância da Caetano de Campos, orientado por pressupostos froebelianos, foi uma das referências para os trabalhos realizados junto às crianças em Curitiba. Por esta razão, a lista de material solicitada deveria compreender também materiais para cuidado infantil. As instituições de atendimento incorporavam, para além dos objetos para o desenvolvimento dos dons, objetos para o cuidado das crianças.

Voltando à decomposição do recibo, destaca-se que o período em que o documento foi preenchido também precisa ser analisado, já que demarca o momento em que a relação comercial ocorreu. Detendo-se apenas ao conteúdo deste recibo, observa-se que há o registro de duas datas: a primeira delas, 7 de março de 1906, na parte superior do documento, enquanto a segunda, 28 de março de 1906, foi repetida no canto inferior direito, logo acima da assinatura de Rudolfo Peukert, e no canto inferior esquerdo, acima do nome de Maria de Miranda.

O registro manual de ambas as datas dá o indício de que, possivelmente, houve pelo menos dois encontros entre o fornecedor e a diretora do jardim de infância: o primeiro no momento em que a relação comercial foi estabelecida, com a indicação de materiais necessários à instituição e, a segunda, apontaria o momento do pagamento e/ou recebimento dos materiais solicitados.

A observação das assinaturas e dos nomes completos possibilita compreender quais os indivíduos envolvidos na relação comercial e como ponto de partida para a investigação de outras que envolvam o provimento material da escola. A investigação através do nome foi discutida por Carlo Ginzburg (1991) através da operação historiográfica destacada por ele, conhecida como “fio do nome”. A potencialidade desta metodologia é informada pelo autor, que aponta que “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1991, p.175). Esse tecido de relações pode ser costurado, por exemplo, por meio de pesquisas nominais em outros acervos.

O estudo do recibo também permite compreender como os indivíduos partícipes da negociação podem ter sido reconhecidos por outros sujeitos para a tarefa de abastecer a escola materialmente. Rudolfo Peukert, proprietário de uma “casa de brinquedos”, “fábrica de mobílias” (PEUKERT, AP1244, 1906, p.57), pôde ser interpretado pela diretora, previamente a compra dos objetos, como comerciante potencial para o atendimento da materialidade do jardim de infância justamente pelos indicativos dados pelo nome da loja. Já o registro da função ocupada por Maria de Miranda dá pistas sobre como a diretora pode ter se apresentada ao comerciante ou como Peukert a definiu no ato de preencher o recibo. Extrapolando o universo de aplicação de “lugar social” por Michel de Certeau (2015), podemos interpretar que o reconhecimento da posição da diretora ou de seu “lugar social”, enquanto profissional dedicada à educação infantil por Peukert, o posicionava como fornecedor do provimento material que atendessem as necessidades do jardim de infância já em funcionamento.

Outro tipo de lugar indicado no recibo diz respeito ao assentamento espacial do estabelecimento dentro do município de Curitiba. A disposição no endereço no documento – “Rua Riachuelo Nr 79” (PEUKERT, AP1244, 1906, p.57) - dá pistas sobre a localização e auxilia na composição de parte da rede comercial, caso novos recibos sejam identificados. Ocasionalmente, a proximidade de um estabelecimento comercial de outro, acessado para o provimento material do jardim de infância em questão por Maria de Miranda, pode ter contribuído para suas compras numa mesma região. Em sua dissertação, Gecia Aline Garcia (2020) analisa os rastros de alguns comerciantes e aquilo que destinaram de mobília para as escolas primárias de Curitiba, entre 1883 e 1909. A recomposição dessa rede, por meio da pesquisa sistemática e entrecruzamento das fontes, possibilitou a elaboração pela autora de um mapa em que localizava alguns estabelecimentos, notando pontos da trama comercial da região central de Curitiba. A economia da cultura material escolar é resultante de uma rede de relações que possibilitaram a produção de meios para a realização do jardim, análise que entra em consonância com as de Gizele de Souza e Vera Gaspar da Silva (2019).

A diversidade de materiais ofertados pela loja de Peukert também ganha destaque no processo de interpretação do recibo: no cabeçalho dele é possível vislumbrar que o mesmo espaço comercial é, ao mesmo tempo, casa de brinquedos, fábrica de mobílias e lugar de reforma de chapéu. Contudo, ao observar a natureza do conjunto de materiais comprados por Maria de Miranda, identificou-se que as aquisições de objetos e utensílios estavam associadas mais às atividades de uma “fábrica de mobílias”. Os ganchos e o cesto, mesmo não sendo reconhecidos dentro da categoria de móveis, foram adquiridos junto naquele estabelecimento. Assim, a diversidade de materiais vendidos, em cruzamento com a lista de objetos adquiridos por Maria de Miranda, dá pistas sobre a riqueza de artefatos vendidos por Peukert.

Parece que essa diversidade de materiais vendidos não é uma característica excepcional deste comerciante: nas discussões realizadas por Wiara Rosa Rios Alcântara (2021), a autora aponta para os objetos variados comercializados pela Casa Lebre, na cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e início do século XX. Assim, a variabilidade dos materiais vendidos pelos estabelecimentos faz jus a maneira como se intitulavam ou se apresentavam através do cabeçalho do recibo.

Outra pista a ser considerada na análise dos recibos comerciais é a sua disposição estética. O recibo abaixo, Figura 2, corresponde a fábrica de móveis de Pedro Rispoli, conhecida como “Ao Mobiliário Artístico”. No cabeçalho da nota é possível perceber adornos decorativos como a presença de linhas sinuosas e arranjos florais. O contato com essa tipologia de fonte e a atenção voltada para os motivos decorativos, podem trazer indícios sobre as expressões artísticas que também impactaram na dimensão material da escola.

Segundo Solange Lima (2008) ao longo da segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX existiu o trânsito de ornamentos entre a Europa e o cenário brasileiro. A circulação de enciclopédias, catálogos comerciais e os guias de estilos e decorações “evidenciam uma ampliação das atividades envolvendo a transmissão e aprendizado de modelos e a produção e consumo de ornamentos” (LIMA, 2008, p. 154). Os adornos florais, sobretudo a presença

de lírios, em tons lilás e verde, podem estar sintonizados ao motivo da Art Nouveau. Segundo Lima (2008, p. 160), “o movimento Art Nouveau foi o que incorporou as discussões estéticas e políticas em torno das artes decorativas e do ornamento em particular”, esse estilo integrou o “projeto político de consolidação da República e a ambição de projeção internacional no contexto econômico francês”, além dessas características a presença de folhagens e de lírios é um dos traços marcantes atribuído ao estilo da Art Nouveau.

Essas informações são interessantes quando cotejadas com o cenário de atuação de Pedro Rispoli: um imigrante italiano que, exercia atividades liberais, e confeccionava móveis para as instituições escolares de destaque no cenário urbano do regime republicano. De acordo com Garcia (2020) a confecção de móveis por Pedro Rispoli endereçada a palacetes da instrução pública representava a assinatura do regime republicano, combinando o refinamento e o bom gosto na confecção dos móveis destinados aos grupos escolares. Ainda segundo Lima (2008, p. 163), no Rio de Janeiro, o Diretor do Pedagogium, Menezes Vieira, considerava os ornamentos como processos que qualificam esteticamente os objetos industrializados. Assim o valor de prestígio das peças era duplicado, “a razão desta tão necessária presença do ornamento é respondida na informação seguinte: é a ornamentação que dá ‘cunho artístico e elegância’ a esses objetos produzidos em escala industrial” (LIMA, 2008, 163).

Nesse sentido, o cabeçalho do recibo comercial pode ser uma das peças do quebra cabeça da rede política, estética, comercial e pedagógica que circunda a composição material da escola.

**Figura 2 - Recibo comercial da fábrica de Pedro Rispoli (1907)**



**Fonte:** DEAP, RISPOLI, AP1282, 1907, p. 62.

Um aspecto interessante a ser considerado na investigação do recibo comercial apresentado é entender quem foi Pedro Rispoli na trama que envolveu o fornecimento de móveis à instrução pública paranaense. Como dito anteriormente, a fábrica “Ao Mobiliário Artístico” pertence ao imigrante italiano Pedro Rispoli que, em 1895, atravessou o oceano atlântico para viver em terras brasileiras, mais especificamente nas terras das araucárias. Para chegarmos a essas informações, uma primeira operação já foi realizada por meio dos indícios contidos no recibo. O nome da fábrica a vapor e logo abaixo o nome do seu proprietário - Pedro Rispoli - são pistas indiciárias, como apontou Ginzburg (1989), para a busca de novos indícios as em outros acervos. Nesse caso, ao adentrarmos a Hemeroteca Digital Nacional Brasileira foi possível encontrar os rastros deixados por onde o “fio do nome” de Rispoli

passou. Desde dados civis, como sua procedência e composição familiar, a dados relacionados a sua trajetória profissional e empreendedora<sup>9</sup>.

Nessa primeira busca é possível saber que Rispoli não era um imigrante comum: ao invés de se dedicar às atividades rurais, como era de costume aos imigrantes recém chegados ao Brasil, Rispoli estava entre os “indivíduos que se instalaram no centro de Curitiba e ali desenvolveram o comércio, exercendo profissões liberais ou dedicando-se ao trabalho operariado” (MASCHIO, 2012, p. 19). Por meio do cotejamento das fontes sabe-se que Rispoli, para além da fábrica de móveis, era proprietário de um club de móveis, uma cooperativa de prédios e exercia atividade na fabricação de carros e na confecção de móveis de luxo (DIARIO DA TARDE, 1907).

Essas breves informações sobre a biografia do personagem que assina a gestão da fábrica revelam informações que, a partir do exame do recibo comercial e da investigação em paralelo, possibilitam compreender o perfil empreendedor e de prestígio do comerciante. Das informações mais explícitas, podemos citar algumas mensagens que o recibo emite para combinar referências de bom gosto e qualidade que refletem uma intencionalidade de distinção no circuito comercial. A primeira delas corresponde ao próprio nome da fábrica: o “Mobiliário Artístico” delimita um móvel confeccionado com cuidado, assim a mobília produzida por Rispoli possui um destaque diferencial, transitando entre uma produção de fábrica, mas também de cunho artístico e criativo. Um segundo elemento a ser examinado corresponde a informação contida do lado superior esquerdo do recibo, no qual se pode ler: “concerta-se instrumentos musicais”, para além da fabricação de móveis comuns e de luxo, essa informação sugere que Rispoli possui outro conhecimento da esfera artística: um saber musical<sup>10</sup>.

---

9 - Para mais informações sobre esse personagem é possível acessar a dissertação de Geicia Aline Garcia “Itinerário moveleiro: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense - anos finais do século XIX e início do século XX” disponível no acervo de teses e dissertações da UFPR no link: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66806>. E no artigo publicado pela Revista Educação e Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, pelas autoras Geicia Aline Garcia e Gizele de Souza, intitulado “Pelo fio do nome: relações transnacionais no processo de provimento material do Ginásio Paranaense (1892-1906)” disponível no seguinte link: <https://www.scielo.br/ep/a/hb3v9MbrMBMZqw8wVxXJRXs/abstract/?lang=pt>.

10 - Por meio da teia familiar de Rispoli foi possível descobrir que seu irmão, Paschoal Rispoli, além de ser professor de marcenaria da Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná, também lecionou como professor de violino, revelando o

O recibo também revela a transição comercial estabelecida pelo fornecedor -Pedro Rispoli - e o consumidor - o Governo do Estado do Paraná - para satisfazer as necessidades materiais dos Grupos Escolares do Batel e de Palmas, no qual Rispoli fornece os seguintes serviços:

2 mezinhas envernizadas, 2 cabides com 4 m. de comprimento para 20 lugares, carroto para conduzir mobília do Ginásio para o Batel. Concerto de 17 carteiras velhas e condução para diversas escolas. Concerto e tinta em 2 quadros negros e empalhação de 1 cadeira. Um armário de pinho envernizado de 3 portas. Condução de mobília até a estação (RISPOLI, AP1282, 1907, p. 62).

O cuidado com a materialidade fornecida, como as mesas a serem envernizadas, demonstram que esses artefatos ocupam um lugar de destaque no cenário das escolas da instrução pública. De acordo com Garcia (2020), as escolas isoladas não eram abastecidas, em sua maioria, por fábricas de grande prestígio, mas em grande medida as condições de funcionamento dessas escolas se davam por meio de bancos doados pela igreja da comunidade local, pelo fornecimento de um carpinteiro conhecido na vila, ou mesmo pela substituição da mobília mais gasta dos grupos escolares e repassada às escolas isoladas. Assim, o perfil do público consumidor dos móveis escolares, fabricados por Rispoli, representava um lugar para ser visto e apreciado. A mão de obra especializada, a rede de cumplicidade<sup>11</sup> a qual pertencia Pedro Rispoli pode evidenciar critérios de promoção do imigrante italiano para a prestação de serviços à instrução pública paranaense (GARCIA, 2020).

Diante desse quadro, podemos inferir que a operação sobre os recibos comerciais é potente para acessar as condições de funcionamento da escola pública em um dado período histórico, revelando as estratégias e ações mobilizadas para a satisfação das necessidades materiais da escola; demandas orientadas pelos objetos necessários à composição material do ensino, mas, também, gestadas por disputas políticas, sociais e culturais.

---

capital cultural que essa família possuía (A REPÚBLICA, 8/3/1910, p.1).

11 - Uma vez que esse era maçom e possuía laços estreitos com o diretor da instrução pública, Victor Ferreira do Amaral que, também era maçom e frequentava a mesma loja maçônica de Rispoli (GARCIA, 2020).

#### *4. À guisa de conclusão: desdobramentos e possibilidades de pesquisas através e com os recibos*

Por meio dos debates realizados, intentamos debater as potencialidades das investigações a partir dos recibos comerciais identificados nos livros “APs”, presentes no Arquivo Público do Paraná, concomitantemente à discussão de que este tipo de documento permite o desenvolvimento do tema da economia da cultura material escolar.

Outros desdobramentos podem resultar das investigações dos recibos, sendo um deles a seriação destes documentos e de como podem refletir sobre a economia da cultura material escolar de maneira mais ampla, observando os períodos de solicitação, as quantidades demandadas e a distribuição de materiais nos contextos analisados. Deste modo, a seriação dos recibos aprofunda a investigação em mais uma dimensão, porque a decomposição individual deles ganha novos desdobramentos com o cruzamento da fonte.

O recibo também é ferramenta de leitura e fio condutor para a pesquisa em novos acervos, como é o caso das Associações Comerciais dos estados. Outra possibilidade seria a pesquisa pelo nome desses comerciantes em acervos de arquivos públicos e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, já que se trata de uma plataforma que requer a utilização de palavras-chave na busca. Esse tipo de investigação abre espaço para que os comerciantes sejam observados em outras circunstâncias sociais, de modo a compreender outros aspectos que podem envolver o desenvolvimento da economia da cultura material escolar.

Pensar o recibo, para além de fonte que informa à pesquisa, mas como escopo de análise que abre possibilidades de identificar e estabelecer relações entre texto e contexto, entre formas e práticas, constituiu uma das finalidades deste texto. Outro aspecto relevante, que aqui foi destacado, é o lugar que a materialidade ocupa no estudo da história da instrução pública, considerando por exemplo que a “imagem, no frontispício ou na página do título, na orla do texto ou na sua última página, classifica o texto, sugere uma leitura, constrói um significado. Ela é protocolo de leitura, indício identificador” (CHARTIER,

2022, p.133). Nessa direção, situamos o recibo como ferramenta – simbólica e material – na leitura das lutas de representação acerca do provimento material da escola.

## *Fontes*

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

PEUKERT, Rudolfo. **Recibo comercial da Casa de Brinquedos**. AP1244, 1906, p.57.

RISPOLI, Pedro. **Nota de pagamento**. AP1282, 1907, p. 62.

Departamento Estadual de Arquivo Público (PR). **Guia de fundos do Arquivo Público do Paraná. / Departamento Estadual de Arquivo Público (PR)**. – 2. ed. rev. e ampl. – Curitiba: Imprensa Oficial, 2020. 154 p.

VASCONCELLOS, Zacarias Goes. **Relatório do Presidente da Província do Paraná o Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854**. Curitiba: Tip. Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854. Departamento do Arquivo Público do Paraná.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

A REPÚBLICA. **Escola de Aprendizes e Artífices**. Curitiba, 8 de março de 1910, p. 02.

DIARIO DA TARDE. **Anúncios**. Curitiba, 24 de abril de 1907, p. 02.

DIÁRIO DA TARDE. **Anúncios**. Curitiba, 6 de março de 1909, p. 3.

## *Referências*

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. Cultura material escolar e comércio local: uma abordagem da história econômica sobre a escola urbana (São Paulo, 1894-1902). **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 7, p. 1-24, e021021, 2021.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. Produção e distribuição do mobiliário escolar: uma história econômica do investimento na escola pública paulista (1854-1895). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, p. e008, 2018.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

CASTRO, César Augusto (org.). **Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. São Luís do Maranhão: Edufma/Café&Lápis, 2011.

CERTEAU, Michel de. Primeira Parte: As produções do lugar. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes e revisão de Arno Vogel. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 11 (5), 1991, p.173-191.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª Ed. Portugal: DIFEL, 2002.

CORDEIRO, Andréa Bezerra; GARCIA, Gecia Aline; KINCHESCKI, Ana Paula de Souza; KANAZAWA, Júlia Naomi (Org). **A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**. Curitiba: CRV – Coedição: Curitiba: UFPR, 2021.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2010.

GARCIA, Gecia Aline. **Itinerário moveleiro: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense – anos finais do Século XIX e início do Século XX**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

GASPARDA SILVA, Vera Lucia. SOUZA, Gizele de. CASTRO, César Augusto, organizadores. **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A microhistória e outros ensaios**. Lisboa: EDIFEL, 1991.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo: Autores Associados/SBHE, n. 1, p. 9-43, 2001.

KUHLMANN JR., Moysés. Pedagogia e rotinas no “Jardim da Infância”. In: \_\_\_\_\_. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LIMA, Solange Ferraz de. O trânsito dos ornatos: modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 16, n. 1, p. 151–199, jan. 2008.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de Italianitá e Brasilitá (1875-1930)**. Tese (Doutorado em Educação) – UFPR, Paraná, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11- 36, 2003.

POLANYI, Karl. A subsistência do homem. *In*: LEVITT, Kari Polanyi (Org.). **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOUZA, Gizele de. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929**. Tese (Doutorado em História, Política, Sociedade) – PUCSP, São Paulo, 2004.

SOUZA, Gizele de; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. O arquivo público paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial. **Educ. Pesqui**, v. 39, n. 3, p. 627-643, 2013.

SOUZA, Gizele de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Negócios Combinados: modos de prover a escola pública primária (em fins do século XIX e início do XX). **Educar em Revista**, v. 35, n. 76, p. 31–50, jul. 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. A história da escola como fenômeno econômico: diálogos com história da cultura material, sociologia econômica e história social. *In*: GASPARD DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele; CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

## *Explorando os acervos de congregações religiosas: possibilidades e desafios para a história da educação*

*Mara Francieli Motin<sup>1</sup>*

### *Introdução*

A pesquisa histórica é uma prática em constante evolução. Esse progresso é impulsionado pelos esforços dos pesquisadores a explorarem novos arquivos, descobrirem fontes inéditas e adotarem novas perspectivas em relação aos trabalhos já realizados. Nesse caminho, para atender aos questionamentos e aos objetivos propostos nas pesquisas, a busca pelos vestígios do passado torna-se importante na elaboração da narrativa histórica, mas nem sempre é uma tarefa simples. Muitas vezes, dentro do campo de pesquisa da História da Educação, as vias para se chegar às fontes e aos arquivos perpassam os acervos das escolas, dos arquivos públicos, das bibliotecas e dos materiais salvaguardados por famílias. Porém, de acordo com Bacellar (2018, p. 41), em uma análise abrangente sobre as fontes e os arquivos direcionados às pesquisas históricas, destaca-se que “as ordens religiosas regulares também geraram, ao longo de cinco séculos, uma documentação notavelmente abastada, embora frequentemente de acesso complexo”.

Essa documentação rica – porém, frequentemente não convencional e de acesso restrito – possui o potencial de contribuir para diversas áreas de investigação da história, incluindo tanto aquelas mais evidentes, como a religiosa, quanto a História da Educação, da infância e da juventude. Essas evidências tangenciais, regularmente originárias de documentos produzidos por adultos e/ou preservados por instituições religiosas, podem abrir portas para novas perspectivas em pesquisas.

---

1 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: maramotin@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4407320175355628>.

Na minha trajetória para a escrita da dissertação<sup>2</sup> e da tese<sup>3</sup> – que versam sobre a História da Educação, da infância e da juventude, principalmente pelas ações dos Padres e Irmãs Passionistas, congregações religiosas italianas que atuaram na cidade de Colombo-PR –, consultei acervos de alguns institutos religiosos. Dentre esses, destaco: o arquivo histórico dos Padres Passionistas<sup>4</sup>, em São Paulo-SP e em Colombo-PR; dos Padres Scalabrinianos<sup>5</sup>, em Curitiba-PR; das Irmãs Passionistas<sup>6</sup>, em Curitiba-PR e em São Paulo-PR; das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus<sup>7</sup>, em Curitiba-PR.

A vivência de explorar esses espaços revela certos padrões distintivos. Em primeiro lugar, o acesso a esses arquivos não se mostrou uma tarefa simples. Muitos deles não estão prontamente acessíveis ao público e demandam

---

2 - MOTIN, Mara Francieli. *Entre Igreja, escola e sociedade: as Irmãs Passionistas na construção de uma representação identitária em Colombo/PR*, (1927 - 1978). 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

3 - MOTIN, Mara Francieli. *Spazi allargati per l'infanzia e la gioventù: processi di socializzazione e de educação católica dos Passionistas em Colombo/PR (1915-1955)*. 2022. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

4 - Os Padres Passionistas têm sua origem na Itália e desembarcaram no Paraná, em 1911, a pedido de Dom João Francisco Braga, iniciando o atendimento no litoral do estado. Atuaram em missões nas localidades do Umará, Santa Felicidade, Rondinha, Colombo e Água Verde, além de dirigirem por um período paróquias em Antonina, Guaratuba e Guaraqueçaba, Bocaíuva, Piraquara e Campina Grande do Sul, todas essas cidades do estado do Paraná. Em Colombo, chegaram no ano de 1915 e estão presentes até hoje. A história da congregação não é marcada desde os seus primórdios para o atendimento aos imigrantes italianos, mas o Livro das Crônicas do Convento do Calvário (1911 – 1952), de São Paulo/SP, traz que a chegada deles a esta cidade se deu por um pedido do Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva para que “abrissem um Convento deles em São Paulo para a assistência religiosa da numerosa Colônia Italiana que ali reside” (PASSIONISTAS-CRÔNICAS, 1911).

5 - Uma das primeiras entidades de atendimento aos imigrantes italianos, na segunda metade do século XIX, teve origem com a Sociedade dos Missionários de São Carlos (Padres Scalabrinianos), fundada em 1887, pelo bispo de Piacenza, João Batista Scalabrini. Como a sua criação foi justamente para o atendimento desses sujeitos pela via da Igreja Católica e assistência, logo a congregação começou a expansão, principalmente pelas Américas que recebiam nesse período um contingente expressivo dessa imigração. Em 1890, os Padres desembarcaram em Curitiba.

6 - As Irmãs Passionistas também têm sua origem na Itália, pelas ações sociais de Maria Madalena Frescobaldi Capponi, voltadas para a educação feminina, em uma assistência social às prostitutas, nas primeiras décadas de 1800. Mas foi somente nas primeiras décadas do século XX que temos a expansão do Instituto para outros países, iniciando com o Brasil, em 1919, a convite dos Padres Passionistas para atender a um instituto de órfãos, no estado de São Paulo. Desde os primórdios, o projeto das Passionistas tem relação com a caridade e a assistência religiosa, em um atendimento voltado para mulheres marginalizadas, e adentram ao Brasil ainda na seara da assistência social, incluindo Curitiba na lista, em 1926. Todavia, quando chegam a Colombo, em 1927, passam a atender à educação da infância de uma antiga colônia italiana.

7 - Para colocar em prática um dos propósitos que era a educação dos imigrantes e seus descendentes, ainda na seara do catolicismo, os Scalabrinianos trabalharam em conjunto com as Irmãs do Sagrado Coração. Essa congregação surge com o apoio de Scalabrini, quando a fundadora, Madre Clélia, “no dia 20 de setembro de 1899, recebeu a visita de D. Scalabrini que as abençoou e definiu o compromisso de darem assistência aos imigrantes italianos em terra estrangeira” (WERNET; SBRÍSSIA; SIMÕES, 1999, p. 48). Chegaram ao Brasil em 1900 e atuaram na escola católica da cidade de Colombo, entre as décadas de 1910 e 1920.

uma aprovação prévia para consulta. Como os documentos pertencentes a congregações religiosas não são de domínio público, geralmente se exige uma etapa inicial de contato direto com a congregação. Nesse contato, é necessário identificar o responsável pelo acervo, expor os interesses de pesquisas envolvidos e, possivelmente, obter a aprovação dos encarregados, permitir a entrada nas congregações e o acesso aos documentos. Em algumas situações, a manipulação dos materiais salvaguardados é concedida de forma livre, enquanto em outras ocorre sob supervisão, com um responsável presente ao lado do pesquisador, atento ao que é lido ou fotografado.

Nesses locais, na busca por fontes, ao converter em um documento uma folha de papel resguardada em um canto oculto de uma casa paroquial, capaz de compor elementos para responder às questões da pesquisa, relembro a assertiva de Certeau (2017), que afirma que “na história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos dispostos de outra maneira” (CERTEAU, 2017, p. 69). Esse ato constitui em “[...] ‘isolar’ um corpo, como se faz em física, e em ‘desfigurar’ as coisas para constitui-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto proposto a priori” (CERTEAU, 2017, p. 69). No ato de separar, reunir e isolar a documentação dos diversos materiais que tive acesso nos arquivos das congregações, as peças que iluminaram minha trajetória acadêmica quanto ao preenchimento dessas lacunas acerca das questões sobre a História da Educação foram: as correspondências recebidas pelas congregações; os documentos e as publicações elaborados pelos institutos; os registros diários de eventos ocorridos nas igrejas, como Livros Tombo e outros registros em atas, além de fotografias. De maneira pontual, em alguns locais, foi possível também encontrar documentos íntimos, como diários e cartas.

A partir dessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é trazer à tona as distintas tipologias de fontes que emergem dos arquivos mantidos pelas congregações religiosas. Nesse empenho, busca-se tanto delinear as oportunidades quanto destacar os desafios inerentes ao manuseio desses materiais, bem como explorar seu potencial de contribuição para a pesquisa no campo da História da Educação.

## *A produção documental e impressa das congregações religiosas*

A exploração dos acervos de congregações religiosas revelou uma variedade de documentos impressos que oferecem resquícios do passado. Nessa direção, um dos primeiros materiais desses institutos que tive contato ao adentrar nos acervos foram as correspondências e circulares “oficiais” dessas organizações. Mesmo não sabendo como reverberaram nos locais a que chegavam, esses materiais revelam conexões entre as sedes das congregações no Brasil e na Itália, bem como as relações entre os membros da congregação e da comunidade. Documentos organizados pelos institutos fornecem *insights* sobre a administração, as normas e os valores que orientavam a educação da infância e da juventude, por exemplo. Além disso, em consonância com a observação de Lawn (2014), é essencial considerar que essa articulação é influenciada pelo ambiente, ultrapassando as fronteiras físicas do local. O espaço em questão é definido por interconexões intrincadas, que, no contexto dos arquivos das congregações sob análise, estabelecem uma relação significativa entre o Brasil e a Itália.

Ao se pensar acerca da relação transnacional, o texto de Lawn (2014), na pesquisa de um projeto “escocês”, demarca que alguns dos pesquisadores escoceses eram bem cosmopolitas e pertenciam a uma comunidade mais ampla que a imediata e física da Escócia. Esse pertencimento contribuía em seus trabalhos e pensamentos. Nessa linha, Lawn (2014) faz uma crítica de que a História da Educação, às vezes, trata os objetos de estudo como algo naturalmente nacional, com fronteiras impermeáveis. As nossas pesquisas estão inevitavelmente associadas a um lugar que “[...] têm objetivos locais, com culturas e economias próprias, no entanto elas produzem e existem em um espaço material e imaginativo [...]” (LAWN, 2014, p. 140). O autor, amparado em Livingstone, demarca esse espaço social como facilitador e condicionador para um espaço discursivo em que as ideias são produzidas e moldadas pelo ambiente, porém determinado por interconexões. Para isso, ao refletir sobre o contexto das congregações, sujeitos desses institutos viajam e levam ideias nascentes na Itália, muitas vezes em forma de circulares e de

materiais impressos, que sofrem reconfigurações postas pelo novo local. Isso ocorre em uma via de mão dupla, já que “a circulação de bens e mercadorias, informações e dados significa que o local é persistentemente reconfigurado por influências distantes, por agentes, ferramentas e medidas padronizadas, e esclarecimentos conceituais” (LAWN, 2014, p. 141).

Os fundadores e/ou superiores gerais das congregações italianas consultadas que atuaram no Brasil não vieram de forma permanente à nova localidade para trabalhar próximos à comunidade, com as crianças e os jovens. Fizeram algumas visitas pontuais e deixaram seus escritos e suas recomendações a outros padres e freiras dos seus institutos, responsáveis pelo trabalho braçal, muitos deles de origem italiana. Lembrando que, no caso da cidade de Colombo e de outras localidades que se originaram de antigas colônias italianas no sul do Brasil, muitas dessas comunidades também eram lugares formados por indivíduos, em sua maioria de um vêneto carola. Eles traziam características de identificação com determinadas práticas do catolicismo e esperavam que essas fossem reproduzidas pelo atendimento dos religiosos no novo continente.

As circulares emitidas pelas congregações desempenhavam um papel importante ao disseminar as premissas desses institutos para todas as casas espalhadas por continentes distintos. Um exemplo notório dessas diretrizes e orientações transoceânicas, que exerceram impacto nos métodos educativos voltados à infância e à juventude, pode ser observado nas ações propostas para o contexto brasileiro, conforme delineado por Scalabrini. Essas ações não somente almejavam a promoção e a cooperação por meio de contribuições, como também incluíam a fundação de seminários para a formação do clero. Mesmo nos primórdios da criação do instituto, destaca-se a percepção do fundador: “[...] não parece difícil descobrir vocações quando sabemos que em 1885, como já vimos, emigraram 15.642 crianças italianas” (SCALABRINI, 1979, p. 33). Ou seja, para Scalabrini, as crianças imigrantes representavam uma potente fonte de vocações. Para além das orientações provenientes das Dioceses/Arquidioceses, enraizadas na caridade e nos princípios da Igreja Católica, assim como das instruções de Scalabrini, as congregações

estrangeiras presentes no Paraná percebiam nesses jovens e crianças uma via para o crescimento de seus institutos. Tal perspectiva se reflete de maneira destacada em diversas fontes históricas impressas dos respectivos institutos, que, em suas potencialidades, fornecem indícios para refletir sobre determinadas propostas. No entanto, exigem de nós, pesquisadores, a procura pelo aprofundamento, seja por meio do entrecruzamento de outros registros, seja pela reverberação na prática; em outras palavras, como esses institutos organizaram suas ações locais para a educação das infâncias e da juventude.

Essas fontes históricas, das quais podemos extrair vestígios para discutir e refletir sobre a História da Educação, assumem a forma de produções elaboradas por adultos, que, por sua vez, mantêm uma relação intrínseca com a esfera da infância. Isso inclui as mencionadas recomendações italianas, escritas por fundadores e outros líderes religiosos, destinadas às congregações, bem como os relatórios detalhados das atividades e a assistência nas paróquias, registrados nos Livros Tombo. Embora sejam documentos redigidos a partir da perspectiva dos adultos, eles desempenham um papel de suma importância e oferecem uma valiosa contribuição para a compreensão da história da infância. Como ressaltado por Becchi e Julia (1997, p. XII, tradução minha), “[...] é por meio desses traços indiretos que devemos tentar reconstruir como poderia ter sido a vivência da infância em épocas passadas”.

Mesmo que as normativas tenham sido escritas por adultos, essa tipologia de fontes nos permite discutir o que se pensava sobre as práticas educativas que seriam condizentes com a infância e a juventude nas novas terras. Longe de padrões e regras pré-estabelecidas, na seara da história da infância, a respeito das fontes para a sua escrita, Maria Cristina Gouvêa (2008, p. 105) disserta:

assim é que, ao contrário dos demais sujeitos históricos investigados pela Nova História que, através de suportes variados, deixaram um registro de sua experiência coletiva, a criança não se fez propriamente autora da própria história, mas destinatária de discursos e práticas destinados à sua formação para a vida adulta. Tal questão singulariza o campo e impõe uma reflexão diferenciada na análise das fontes na escrita da história da infância e da criança.

Trabalhar com a história da infância é adentrar em fontes que muitas vezes não foram produzidas pelos sujeitos que estamos estudando. Dentro dessas experiências e estratégias adultas, outra tipologia de fonte presentes nos acervos das congregações são as revistas. Um exemplo é a revista *Calvário*, produzida pelos Padres Passionistas, na cidade de São Paulo, com a primeira publicação no mês de janeiro de 1922. Ela se manteve de forma ininterrupta até o mês de fevereiro de 1964, quando os Padres encerraram a atividade. A maior parte de suas edições era mensal e circulava em diversos estados do Brasil. Possivelmente, era uma revista organizada majoritariamente pelos religiosos, porém, nas matérias escritas, não havia a assinatura de quem era o responsável por ela.

Ao longo das décadas do século XX, ao analisar a revista *Calvário*, deparei-me com variados discursos provenientes de representantes dos Passionistas. Esses discursos eram dirigidos à formação e à atração de indivíduos desde a infância para a vida religiosa, ou para atividades dentro da Igreja, alinhados com os valores de uma educação católica.

Ao considerar-se essa categoria de fonte para a História da Educação, Bastos (2005, p. 246), na análise da *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul*, coloca que, “no intuito de auxiliar o professor no desempenho de suas tarefas, além de divulgar as orientações emanadas da Sesp/RS, a revista publicaria uma série de artigos, trazendo sugestões metodológicas e traduzindo os novos enfoques teóricos”.

Em outros termos, as revistas podem ser fontes na indicação de sugestões metodológicas ou, até mesmo, educacionais. Dessa forma, pensando nos impressos católicos, mais especificamente na revista *Calvário*, percebo que ela tinha como propósito divulgar às famílias católicas não apenas textos religiosos, como também escritos com indicações para a formação, alguns até dedicados à infância e/ou à juventude. Mesmo não encontrando traços de como era o consumo desse impresso, entendo que essa é uma fonte importante por colocar em relevância a externalização das discussões dessas instituições religiosas para a educabilidade da infância e da juventude. Como Certeau (2014, p. 204) aponta: “designo por escritura a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto

que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado. Neste nível elementar há três elementos decisivos”. Desses elementos, a página em branco possibilita um lugar para a produção marcada por interesses próprios; já o texto, por sua vez, produz uma ordem para as palavras e as ideias, que, no fazer historiográfico, podemos nos atentar às reflexões que os religiosos propõem na escrita desses impressos. Por fim, o jogo escriturístico, que é um espaço de formalização, o qual atua na exterioridade, como ocorria na revista *Calvário*, tem como objetivo uma eficácia social, vinculando representações e discutindo a educação para crianças e jovens.

Assim como Tania Regina de Luca (2004, p. 144) pontua, a *Revista do Brasil* “ocupou posição estratégica na rede gerida por Lobato, funcionando como excelente vitrine para seus livros, idéias e campanhas”, penso que a revista *Calvário* também foi uma vitrine dos Padres Passionistas em suas representações da infância e da juventude, pois contribuía com a circulação de ideais de uma educação católica, da mesma forma que convocava as vocações e buscava pelo apoio financeiro para as suas obras.

As fontes impressas, produzidas pelas congregações católicas, desempenham um papel importante na análise e na produção da História da Educação. Ao revelar as perspectivas e as estratégias delineadas por essas congregações, essas fontes oferecem uma visão sobre como a educação, a religião, as congregações, a infância e a juventude estavam intrinsecamente entrelaçadas ao longo do tempo. Logicamente, não são documentos para serem analisados por si só; assim, como qualquer fonte, requerem uma abordagem investigativa a partir das questões de pesquisa e do entrecruzamento de outros documentos e registros históricos.

Além desses materiais impressos, os acervos de congregações podem revelar também documentos mais íntimos e sobre a realidade local.

### *Registros Locais: diários, fotografias e atas como fontes históricas*

Uma grande parte dos materiais impressos gerados pelas congregações provém de suas sedes na Itália ou de algumas localidades no Brasil, ou ainda

são documentos com intenção de circulação entre as diversas casas. Contudo, para além desses impressos, ao explorar os arquivos, é possível encontrar outras tipologias de fontes com um carácter mais regional, tais como fotografias, diários e atas (ou Livros Tombo). Esses materiais desempenham um papel de importância inestimável ao enriquecer as reflexões sobre práticas educativas e a vida cotidiana local da época.

A respeito das fotografias, Burke (2004, p. 17) sustenta que as “[...] imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular”. Nos arquivos examinados, deparei-me com algumas fotos que registraram momentos festivos ou situações importantes para esses institutos junto às crianças e à juventude. Penso nessas fontes não como ilustrações do que já foi dito, mas fotos que me permitem “‘imaginar’ o passado de forma mais vívida” (BURKE, 2004, p. 17), as quais compõem o quebra-cabeça das ações e das instruções que se fizeram presentes na formação educacional das crianças e dos jovens, descendentes de imigrantes italianos.

Sobre as imagens:

as fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou (KOSSOY, 2014, p. 36).

Boris Kossoy (2014) comenta que esses registros têm suas origens a partir de um desejo. Por isso, é preciso questionar os sentidos que foram propostos e divulgados no material, apresentando questões para a decifração dos conteúdos trazidos pelas fotografias. Como Kossoy (2014) demarca, as fotografias são testemunhas de uma criação, mas que, por trás de si, existe uma história. Os elementos essenciais para a produção desse material passam pelo assunto, pelo fotógrafo e pela tecnologia; em seguida, trazem o produto, que é a fotografia, coordenada pela situação espaço e tempo, representando a interrupção de um momento em um material bidimensional, por isso “[...] a imagem não pode ser entendida apenas como registro mecânico da realidade dita factual” (KOSSOY, 2014, p. 53).

Por meio das fotografias, somos habilitados a vislumbrar fragmentos do passado de uma forma visualmente tangível. No entanto, como acontece com qualquer fonte histórica, é preciso adotar uma postura questionadora em relação a ela. Examinando as imagens contidas nos acervos investigados, pude identificar traços reveladores, que vão desde as vestimentas das crianças nas festas de primeira comunhão até os adultos que as rodeiam em cerimônias formais, assim como celebrações, símbolos religiosos e outros elementos que compõem o cenário. Essas imagens, capturadas pelo olhar da câmera, proporcionam *insights* singulares e um acesso visual das circunstâncias e dos contextos da época, que as tornam, portanto, uma fonte para a reflexão e a discussão sobre a vida e as práticas educacionais daquela época.

Por exemplo, na fotografia da 1ª comunhão da cidade de Colombo (Figura 1), de 1922, está ao centro a imagem de São Gabriel. Interessante que esse mesmo santo já havia recebido destaques na revista *Calvário* como um santo italiano, que era relacionado com a juventude. Embora seja identificado como parte do acervo iconográfico da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia, vale ressaltar que muitas das fotografias contidas nesse acervo pertencem à igreja de Colombo. A igreja concedeu permissão para a Associação fazer cópias desses materiais, visando a sua salvaguarda.

**Figura 1** – 1ª Comunhão em Colombo, 1922



**Fonte:** Acervo iconográfico da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia.

A fonte visual também abre caminho para uma série de questionamentos abrangentes: a análise das roupas usadas pelas crianças, a forma como foram arranjadas para a fotografia, os possíveis significados dos símbolos presentes e a identificação dos adultos que acompanham a cena. Embora nem sempre seja possível obter respostas definitivas para essas indagações, sua consideração é de suma importância para a reflexão crítica e a construção do texto histórico.

Outros materiais bastante interessantes que me proporcionaram adentrar na vida ordinária da comunidade foram os diários/as memórias de um religioso Passionista, Pe. Candido Ghiandoni<sup>8</sup>. Seus escritos, em letra cursiva e em italiano, rememoram a década de 1910, durante sua passagem por Colombo, o que traz indícios das práticas dessa congregação, que incluíam o atendimento às crianças e aos jovens.

Nessa direção, no trabalho com os escritos ordinários de uma jovem, do período entre 1967 e 1969, sobre o curso para ser professora primária, que utilizou de cadernetas e diários, Cunha (2019, p. 135) ressalta:

Esses registros escritos, de caráter ainda exploratórios, buscam colocar em cena materiais considerados ego-documentos, que aqui serão trabalhados como textos em que um autor ou autora escreve, por si mesmo ou por intermédio de outro, sobre suas vivências (diretas ou conhecidas), sentimentos pensamentos. Eles guardam e constroem memórias de um tempo pessoal e escolar, e comportam narrativas escritas daquele cotidiano expressas sob forma de descrições de atividades realizadas na escola.

Pe. Candido transcreveu alguns diários contando sobre a sua rotina com reflexões póstumas de sua passagem pela cidade de Colombo e por outros locais. São quatro livros de memórias, que cobrem os anos de 1910 a 1919, da sua passagem pela Argentina até chegar ao Brasil e estabelecer-se em Colombo. Existe a indicação, em alguns desses materiais, de que foram passados a

---

8 - Leandro Ghiandoni, conhecido como Pe. Candido, nasceu em 26 de dezembro de 1881, em Fano, Pesaro, Itália. Foi um dos primeiros religiosos Passionistas a trabalhar na cidade de Colombo. Faleceu em 16 de janeiro de 1960, aos 79 anos, deixando diversos manuscritos sobre seus primeiros anos na América, incluindo Brasil e Colombo.

limpo na década de 1950. Por isso, quando recorda sobre as atividades que fez em determinado dia, ao citar um nome, às vezes comenta outros fatos que aconteceram depois. Por exemplo, ao falar que realizou um casamento no Capivari, ele conta que, mais tarde, uma das filhas daquela família se tornou religiosa pela congregação das Irmãs de São José. Ou até mesmo acrescenta, no diário, reflexões sobre as ações que colocava em prática, além da catequese com as crianças. Em alguns momentos, complementa, na escrita, sobre o trabalho Passionista que foi feito posteriormente a sua passagem pela cidade, citando outros párocos da congregação e as suas ações na comunidade.

Todo o material produzido por Pe. Candido é escrito em italiano, sua língua materna, em letra cursiva e à caneta. Ao abordar o estudo de congregações católicas com raízes em territórios estrangeiros, a diversidade linguística das fontes emerge como uma outra faceta, demandando atenção criteriosa. No contexto dos arquivos analisados, que pertencem a congregações italianas, a presença de documentos redigidos tanto em português quanto em italiano exige proficiência em tradução e compreensão, garantindo a extração de informações substanciais. Além disso, a interpretação das fontes é um processo complexo, e, muitas vezes, as práticas e ideias presentes nos documentos não estão explicitamente declaradas, o que exige do pesquisador a capacidade de decifrar entrelinhas e contextos.

A maior parte do conjunto das memórias presentes nos diários de Pe. Candido foi sobre Colombo. Além desse tipo de fonte já chamar a atenção sobre as práticas ordinárias como padre na comunidade, com informações do cotidiano de alguns sujeitos da cidade, outras questões sobre a produção de seus escritos incitam algumas perguntas e reflexões.

Uma das primeiras questões que me chamou a atenção nos documentos foi o registro em italiano das suas memórias sobre o Brasil. Principalmente por essas memórias terem sido passadas a limpo, quando ele já estava há mais de 40 anos em terras brasileiras. Inclusive, no Livro Tombo da Igreja Matriz, em 1915, escreveu os registros em português, ou seja, ele já sabia escrever nessa língua. Pensando em algumas respostas, conjecturo que talvez fosse mais fácil para ele escrever na sua língua materna, mas não deixo de imaginar para quem

ele estava pensando em deixar o acesso desses materiais enquanto escrevia suas reminiscências. Seria para os seus pares, os padres italianos?

Enfim, “documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender a necessidades específicas do momento” (BACELLAR, 2018, p. 69). Nas reflexões e hipóteses levantadas, talvez o diário fosse uma forma de marcar os primeiros anos dos Passionistas no Brasil, que, com Pe. Candido, abarcaram principalmente as ações em Colombo.

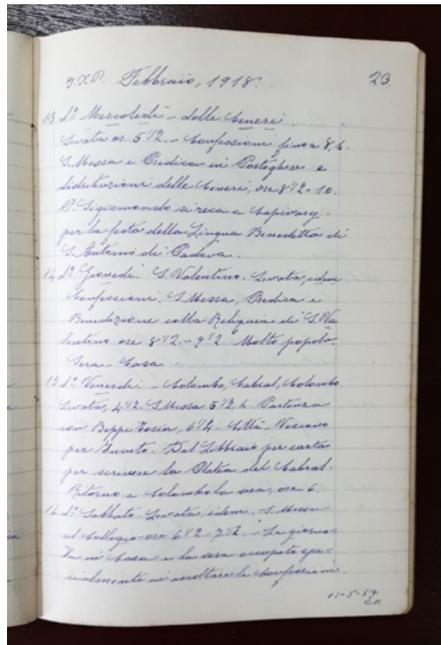
Outro ponto que reflito é que passar seus documentos a limpo, na década de 1950, quando Pe. Candido já estava com mais de 70 anos, talvez fosse um desejo seu de que essas memórias não se perdessem, além de ser um novo momento para que os escritos fossem revistos ou alterados. Mas por que as memórias se estenderam apenas até o ano de 1919? E o restante de sua vida até o ano de 1960 (data de sua morte)? Os últimos registros datam que a reescrita aconteceu no ano de 1958. Será então que não deu tempo de passar a limpo os outros diários e estes se perderam e/ou não foram enviados ao Arquivo Histórico da Congregação?

O passar a limpo e o guardar pela instituição têm suas intenções, mas também constituiu um proteger e um partilhar das folhas escritas amareladas, um material “ordinário” que traz traços do cotidiano e das construções da cidade, nomes e redes de sociabilidade desse religioso no início do trabalho dos Passionistas. Cunha (2019), com base em Fabre, remonta a escrita ordinária como aquela realizada por pessoas comuns, sem ter como objetivo específico o de produzir uma obra para ser impressa. “Os acervos pessoais, via de regra, contêm documentos de naturezas diversas que resultam de diferentes estações da vida, expressando tanto a vontade de forjar uma glória como um desejo de guardar os momentos mais significativos” (CUNHA, 2019, p. 28). Como Cunha (2019) destaca, este tipo de documento permite não só dimensionar as ações e os empreendimentos do autor, mas também de seus contemporâneos.

Após essas primeiras reflexões, para compreender as práticas e fatos descritos pelo Padre, foi preciso adentrar na leitura em italiano e acostumar-me com algumas formas de escrita desse sujeito, como o ponto do “i”, que não fica logo acima da letra, ou o “f”, que se assemelha a uma linha na vertical com

uma pequena volta na parte inferior. Trago um exemplo dessa escrita na Figura 2 a seguir, em que Pe. Candido conta sobre sua rotina entre os dias 13 e 16 de fevereiro de 1918, na cidade de Colombo, com algumas idas ao bairro Cabral, em Curitiba.

**Figura 2** – Extrato de uma página de um dos diários de pe. Candido



**Fonte:** Ghiandoni (1953-1955).

Contudo, como alerta Bacellar (2018, p. 55), “[...] para o documento manuscrito é preciso, antes de tudo, acostumar-se com a caligrafia”. Depois desse exercício, comecei a perceber alguns indicativos de práticas e de situações da época que me ajudaram a compor a história da infância e da juventude católica de Colombo.

Na classificação que Viñao (2004) traz, apoiado em Manuel Alberca, é possível classificar os diários em dois tipos: I) os “dietários”, voltados mais

aos acontecimentos externos, de caracteres social, político e intelectual; II) os “diários”, em um sentido mais estrito e íntimo, com aflições e inquietações pessoais. Nessa classificação, penso que a escrita de Pe. Candido recaia mais na primeira classificação, já que ele contará sobre sua rotina na paróquia. Ademais, suas inquietações pessoais estarão mais voltadas às ações para valorizar e expandir o catolicismo. Mas, independentemente de sua classificação, esses relatos trazem indícios da vida cotidiana e das práticas sociais.

Sobre as práticas sociais, Chartier (1990, p. 135-136), tendo como base os textos, os impressos e as leituras, defende que “a história das práticas culturais deve considerar necessariamente essas intricações e reconstituir trajetórias complexas, da palavra proferida ao texto escrito, da escrita lida aos gestos feitos, do livro impresso à palavra leitora”. Ou seja, as práticas culturais nem sempre estão explícitas nos textos, mas nas mais diversas reverberações da sua circulação em uma sociedade. Das práticas culturais, penso nas práticas educativas para a infância e a juventude de descendentes de italianos, visando uma formação dada por diversos planos entre Igreja, congregações, descendentes, crianças, jovens, catequese, seminários, conventos, entre outros. Tomando as ponderações de Lopes e Galvão (2010), é possível ter essas práticas educativas em outros locais voltados às crianças e aos jovens, e não apenas nas escolas, já que

[...] a educação nunca se restringiu à escola. Práticas educativas ocorrem também fora dessa instituição, às vezes com maior força do que se considera. A cidade, o trabalho, o lazer, os movimentos sociais, a família e as igrejas tinham – e continuam tendo – um enorme poder de inserir as pessoas em mundos culturais específicos (LOPES; GALVÃO, 2010, p. 19).

Toda essa produção se dará em um lugar. Certeau (2017, p. 63) comenta que “apesar de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela”. A função do lugar onde a pesquisa se coloca é na conexão de tornar possível conjunturas e problemáticas do historiador, ou tornar impossível algumas dessas, mas Certeau (2017, p. 56) ressalta: “[...]”

substitui a essas pretensões subjetivas ou a essas generalidades edificantes a positividade de um lugar onde o discurso se articula sem, entretanto, reduzir-se a ele”. As perguntas de pesquisas e os acessos a esses acervos religiosos se dão pela relação da posição do pesquisador em um lugar. Todavia é importante ressaltar que, mais do que essa relação, o cenário que se encontra, ao adentrar nas produções das congregações religiosas, é um lugar onde se olha e se produz, que participam os padres, as freiras e os descendentes de italianos, que pensam de sua maneira em uma infância e juventude, que se comunicam com a Itália, que alimentam representações e que produzem práticas educativas por meio de sujeitos particulares ligados a instituições e ideias.

Esses sujeitos, ao proporem e produzirem práticas educativas junto à infância, precisam articular um mundo que atravessa os escritos e as ideias para tornar as ações possíveis. Nesse sentido, esse panorama se abre para a compreensão dos processos educacionais que envolvem a infância e a juventude por meio de diferentes perspectivas, lançando luz sobre uma multiplicidade de interações, tais como a religião e a etnicidade. A abordagem engloba a utilização de um conjunto diversificado de fontes, algumas das quais já foram amplamente exploradas em pesquisas da área, enquanto outras, notadamente os documentos oriundos das congregações e da Igreja, permanecem pouco exploradas no contexto da História da Educação. Esses arquivos e registros, apesar de demandarem uma abordagem minuciosa para acessá-los, assim como um cuidado especial em suas interpretações, desvelam oportunidades que transcendem os registros tradicionais das investigações históricas. Desse modo, convidam a uma exploração, proporcionando *insights* inéditos e renovados para a compreensão dos contextos educativos da infância e da juventude, ampliando a tapeçaria da nossa compreensão histórica da educação para além dos muros escolares.

## *Considerações finais*

Na busca pela compreensão da História da Educação, é essencial reconhecer que os documentos não podem ser tomados como fontes isoladas. Cada resquício encontrado no passado é uma versão particular de um dado momento que sobreviveu ao longo do tempo. Além disso, é importante lembrar-se de que esses documentos que nos deparamos nos processos de pesquisa são carregados de intencionalidades que devem ser questionadas e refletidas.

Ao adentrar nos acervos de congregações religiosas, é evidenciado que as fontes que contribuem para a narrativa da História da Educação não se restringem apenas a arquivos explicitamente educacionais.

Este capítulo explorou algumas dimensões dos acervos de congregações religiosas como fontes para a compreensão da história da infância e da juventude em comunidades de descendentes de imigrantes italianos. As possibilidades de acesso a uma diversidade de documentos revelam um cenário rico para pesquisas, mas também trazem desafios relacionados à disponibilidade e ao processo de autorização. As fontes, que variam desde circulares da casa geral a fotografias locais, de escritos pessoais e registros diários, permitem a análise multifacetada e a reconstrução de práticas educativas e culturais.

As fontes destacadas neste capítulo trazem como potencialidades as propostas e as práticas educativas que não se limitavam ao ambiente escolar, mas permeavam diversos aspectos da vida das crianças e dos jovens. As congregações religiosas estabeleceram uma rede de relações que se estendia além das fronteiras geográficas. Ideias e práticas educativas eram transmitidas entre a Itália e o Brasil, que se adaptavam aos contextos locais e culturais.

Como assevera Certeau (2017, p. 37): “toda produção de sentido reconhece um evento que aconteceu e que a permitiu”. Mesmo que não haja um acesso totalmente livre, ao refletir sobre a produção, a potencialidade e os desafios, destaco a relevância dos acervos das congregações católicas

como um local de salvaguarda que oferece a nós, pesquisadores da História da Educação, possibilidades para novas produções e reflexões.

## Referências

- ACERVO ICONOGRÁFICO DA ASSOCIAÇÃO ITALIANA PADRE ALBERTO CASAVECCHIA. Colombo, Paraná. Parte do acervo digitalizado está disponível em: <https://associacaoitaliana.org.br/acervo-iconografico/>.
- BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 23-80.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939 – 1942): o novo e o nacional em revista**. Pelotas: Seiva, 2005.
- BECCHI, Egle; JULIA, Dominique. *Storia dell'infanzia, storia senza parole?* In: BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (org.). **Storia dell'infanzia: dall'antichità al seicento**. Roma: Euroclub, 1997. v. 1.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. **(Des)arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente**. 1. ed. São Paulo: Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.
- GHIANDONI, Candido. **Memorie del Brasile**. V. III – An. 1918. Manuscrito. 1953 - 1955.
- GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. São Paulo: Vozes, 2008. p. 97-118.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5. ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- LAWN, Martin. Um conhecimento complexo: o historiador da educação e as circulações transfronteiriças. **Revista brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 14, n. 1 (34), p. 127-144, jan./abr. 2014.
- LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Território plural: a pesquisa em História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

LUCA, Tania Regina de. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n'A barca de Gleyre. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 139-162.

MOTIN, Mara Francieli. **Entre Igreja, escola e sociedade**: as Irmãs Passionistas na construção de uma representação identitária em Colombo/PR, (1927 - 1978). 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

MOTIN, Mara Francieli. **Spazi allargati per l'infanzia e la gioventù**: processos de socialização e de educação católica dos Passionistas em Colombo/PR (1915-1955). 2022. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

PASSIONISTAS. **Livro das Crônicas do Convento do Calvário (1911 – 1952)**. Acervo da Paróquia do Calvário, 1911.

SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Porto Alegre: EST Edições, 1979.

VIÑAO, Antonio. Relatos e relações autobiográficas de professores e mestres. In: MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, Memória, História**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 333-373.

WERNET, Augustin; SBRÍSSIA, Fernanda; SIMÕES, Cleamaria. **Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus**: 100 anos a serviço do amor. Bauru, SP: EDUSC: 1999.

## *Manuais de práticas da enosa, artefatos preservados no Centro de Memória Etec Cônego José Bento: breve descrição e suas potencialidades como fonte de estudos e pesquisas em cultura material escolar*

*Júlia Naomi Kanazawa<sup>1</sup>*

### *Introdução*

O Centro de Memória Etec Cônego José Bento (Figura 1) localiza-se em Jacareí, SP, e se encontra instalado em umas edificações da Etec Cônego José Bento, na antiga casa do diretor, que foi construída na década de 1940 para servir de moradia dos diretores, pois alguns deles eram provenientes de outras localidades. Originalmente, a casa era constituída de uma ampla sala, três quartos, um banheiro, uma copa, uma cozinha e uma varanda que rodeava a edificação.

---

1 - UNICAMP, Campinas, SP, Brasil. E-mail: juliankanazawa@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1717468973703821>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6512-7534>.

**Figura 1** – Centro de Memória Etec Cônego José Bento



**Fonte:** Acervo da pesquisadora. Fotografia registrada por Renato Fraccari, em 2023.

Posteriormente, quando a escola fora administrada pela Secretaria da Educação do estado de São Paulo, ali funcionou a Delegacia de Ensino de Jacaré e a Oficina Pedagógica, sendo o seu espaço readequado para atender às necessidades dos novos órgãos que ali funcionariam.

Em 2000, dentro das ações do Projeto Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais Mais Antigas do Estado de São Paulo<sup>2</sup>, coordenado pelas professoras Dra. Carmen Lúcia Vidigal Moraes, da Faculdade de Educação da USP, e Júlia Falivene Moraes, do Centro Paula Souza, e com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, o Centro de Memória Etec Cônego José Bento foi organizado.

Os espaços da casa foram reestruturados para atender à nova finalidade e passaram a contemplar: sala de higienização de documentos, sala de arquivos, sala de exposição de mobiliários, sala de pesquisa e de

---

2 - O projeto Historiografia foi concebido em razão da “precária situação dos acervos documentais das escolas técnicas (...) e que exigia providências urgentes (...)” e visava “promover o encontro entre pesquisa e atividade pedagógica, através da integração dos diferentes agentes das práticas escolares na produção do conhecimento histórico (MORAES; ALVES, 2002, p.13).

visita, reserva técnica, biblioteca, hall de exposições temporárias, escritório, sala da rádio escolar, salas de exposições de objetos de ensino e corredor de exposição de instrumentos, equipamentos e mobiliários.

Sua organização, na época, demandou esforços e contou com o auxílio dos alunos do curso Técnico em Agropecuária, docentes e servidores da instituição, que ajudaram na limpeza, reforma e pintura do prédio, logo após a desocupação da Oficina Pedagógica<sup>3</sup>.

Inaugurado no dia 20 de dezembro de 2000, o Centro de Memória constitui-se como lugar de memória, sobretudo com base na leitura da obra de Pierre Nora (1993), que concebe os lugares de memória como lugares materiais, funcionais e simbólicos. O Centro representa um lugar carregado de uma vontade de memória e longe de ser um produto espontâneo e natural é uma construção histórica.

Os alunos também auxiliaram na coleta, seleção, higienização e acondicionamento de documentos e artefatos e, desde então, sob a orientação dos professores<sup>4</sup>, têm colaborado na organização, realizado pesquisas e estudos sobre a história da instituição, dos cursos oferecidos, das disciplinas, dos espaços, dos mobiliários e dos objetos de ensino, dentre outros aspectos da cultura escolar, e produzido ações educativas, apesar das limitações de recursos humanos, materiais e financeiros.

Quantidade considerável de documentos e artefatos produzidos e ou adquiridos pela escola, criada na década de 1930 pelo Governo do Estado de São Paulo, com a denominação de Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí, encontram-se preservados no Centro de Memória. São livros de matrículas, atas de exames finais, atas de reuniões, livros ponto, prontuários de funcionários e professores, notas fiscais, fichas de patrimônio, inventários, requisições ao almoxarifado, fotografias, mobiliários, objetos de

---

3 - O local foi solicitado pela diretora da Escola Técnica, na época, pela Dra. Carmen Lúcia Vidigal Moraes e pelos professores que atuavam no projeto Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais Mais Antigas do Estado de São Paulo à Delegada de Ensino, em 2000, para viabilizar a instalação do Centro de Memória.

4 - Os professores responsáveis desenvolvem projetos de horas atividades específicas junto ao Centro Paula Souza e realizam, dentre outras atividades, estudos e pesquisas com o acervo escolar preservado no/pelo Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

ensino, livros, apostilas, mapas, diários de classe, trabalhos de alunos, planos de trabalho docente, entre outros documentos.

Os documentos e artefatos abrangem as diferentes fases da trajetória da escola, que foi administrada por distintas secretarias – Secretaria da Educação e Saúde Pública, Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Ciência e Tecnologia, Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação - e alterou a sua denominação ao longo dos anos<sup>5</sup>. Atualmente, é administrada pelo Centro Paula Souza<sup>6</sup>, uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Dentre os artefatos preservados se encontram os manuais de práticas de diversas disciplinas produzidos pela Empresa Nacional de Óptica S.A. – ENOSA, na década de 1970, objetos que serão abordados no presente texto. Os objetivos consistem em tecer algumas considerações sobre o conceito de manual escolar e o manual como artefato da cultura material escolar; apresentar uma breve descrição dos manuais, os conteúdos tratados nas obras, a responsável pela produção dos manuais, e as potencialidades destes manuais como fonte de estudos e pesquisas em cultura material escolar.

---

5 - As denominações que foram atribuídas à escola ao longo de sua trajetória foram: Escola Profissional Agrícola Industrial Mista, Escola Profissional Agrícola Industrial Mista Cônego José Bento, Escola Agrotécnica Cônego José Bento, Ginásio Agrícola Estadual Cônego José Bento, Colégio Técnico Agrícola Estadual Cônego José Bento, Escola Técnica Agrícola Estadual de Segundo Grau Cônego José Bento, Escola Estadual de Segundo Grau Cônego José Bento, Escola Técnica Agrícola Estadual Cônego José Bento, Escola Técnica Estadual Cônego José Bento. Em 19 de novembro de 1940, pelo decreto n. 11.588, passou a denominar-se Escola Profissional Agrícola Industrial Mista Cônego José Bento, em homenagem ao religioso, natural de Jacaréi e fundador do Colégio São Miguel, o “Coleginho”, local onde acolheu meninos órfãos e abandonados que viviam nas ruas de Jacaréi e forneceu abrigo, alimento e ensino religioso, da leitura e da escrita.

6 - O Centro Paula Souza foi idealizado em 1963 e iniciou suas atividades na gestão do governador Abreu Sodré, com o objetivo de gerir os primeiros cursos de tecnologia: Construção Civil e Construção Mecânica. O Centro só foi firmado como órgão mantenedor, depois que a Faculdade de Tecnologia de São Paulo e a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba começaram a administrar os dois cursos. Entre 1981 e 1982, o órgão incorporou mais doze unidades de ensino técnico, denominadas Escolas Técnicas Estaduais. Em 1994, mais 82 unidades escolares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo foram integradas à Secretaria da Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e da Ciência. Desde então, além dessas escolas, outras foram sendo criadas e instaladas em vários municípios paulistas.

## *Considerações sobre o conceito de manual escolar e o manual como artefato da cultura material escolar*

O conceito de manual escolar foi tratado por Choppin (2009) no seu artigo *O manual escolar: uma falsa evidência histórica*. Nele o autor discorre, dentre vários aspectos, sobre a diversidade léxica refletida na terminologia, que acabou gerando uma questão: o que é um manual escolar? Para o autor, o manual é um livro impresso e,

Em última instância, o manual, sob suas diversas denominações, é progressivamente um objeto planetário: ele se impôs no mundo, pelo viés da evangelização e da colonização, adotado pela maior parte dos países de sistemas educacionais e de métodos de ensino inspirados no modelo ocidental. (CHOPPIN, 2009, p. 25)

Para Choppin, citando Annie Bruter, os manuais se diferenciam dos denominados livros de vulgarização por possuírem

[...] certa organização do ensino [...], mas também um modo determinado de estruturação dos saberes, um determinado estado de desenvolvimento técnico e comercial e, mais extensamente, um tipo definido de cultura, no sentido do conjunto de valores fundadores: respeito ao saber, especialmente sob sua forma impressa, fiel à forma escolar de educação, concepção da especificidade das idades da vida etc. (CHOPPIN, 2009, p.33)

Nessa perspectiva, os manuais escolares se inserem na categoria de livros escolares, pois foram produzidos com determinada intencionalidade dos autores que, ao escreverem as obras, visavam o uso escolar e seus pressupostos metodológicos, sendo ou não efetivamente usados. (CHOPPIN, 2009)

Os manuais não se constituem, no entanto, em “um produto fixo, imutável: sua existência, funções, forma, seus usos dependem de múltiplos fatores nos quais os contextos geográfico, histórico e cultural têm, apesar de outros, um papel determinante” (CHOPPIN, 2009, p. 67).

No Brasil, por exemplo, a produção de manuais escolares envolve disputas nos campos político, científico e cultural. É no campo político que são negociadas

[...] a estrutura curricular, as disciplinas e programas, livros e manuais escolares, produzidos em conformidade com as regras do campo científico, por qual a universidade tem peso considerável já que o Estado exige a planificação de determinados conteúdos e sentidos produzidos a partir do campo cultural, da qual se reconhece a cultura legítima, isto é, a melhor a ser mantida e preservada. (CIGALES; OLIVEIRA, 2020, p. 7)

Algumas características são próprias de um manual, segundo Choppin (1993): é um produto de consumo, um suporte de conhecimentos escolares, um veículo transmissor de um sistema de valores de uma ideologia, de uma cultura, por último, um instrumento pedagógico.

Ao se tornarem objetos e fontes de estudo e pesquisas na produção historiográfica, assim como na historiografia da educação, os manuais escolares são considerados objeto significativo da cultura escolar, tornando-se elemento material para uso de professores e alunos (CUNHA, 2011). Do ponto de vista dos estudos sobre a cultura escolar (JULIA, 2001), os manuais são apresentados como um artefato que se relaciona com a construção das tradições que dizem respeito aos modos de ensinar.

Os manuais têm participado de estudos que envolvem desde aspectos formais, conteúdos, pedagogias, políticas de aquisição, edição e distribuição de obras didáticas até a circulação e repercussão na formação docente.

Como artefato da cultura material da escola, “o manual está, efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico” (CHOPPIN, 2002, p. 14). Nessa perspectiva, “os manuais podem igualmente constituir um indicador precioso da atividade dos alunos” (CHOPPIN, 2002, p. 16).

Diante das considerações abordadas sobre o conceito de manual e de suas características, os manuais da ENOSA, salvaguardados no Centro

de Memória, se identificam como livros impressos, produtos de consumo, transmissores de saberes, objetos de ensino e indicadores de atividades de alunos.

Sem ter a pretensão de analisar os manuais, serão apresentadas, a seguir, uma breve descrição das obras, suas características, os conteúdos tratados e a ENOSA, com a finalidade de chamar a atenção para as possibilidades deste material como fonte e objeto de estudo nas pesquisas em História da Educação.

### *Os manuais da ENOSA: descrição, características, conteúdos e autoria*

Os manuais produzidos pela ENOSA, preservados pelo/no Centro de Memória Etec Cônego José Bento, abrangem experiências de eletricidades, experiências de mecânica, experiências de ótica, experiências de calor, morfologia e anatomia, práticas de microscopia, práticas de química e o enlace químico.

Na introdução de um dos manuais, Manual de práticas de microscopia, Alvaro Garcia Velasquez, enaltece o conjunto de microscopia preparada pela ENOSA, de acordo com as tendências da metodologia moderna. (ENOSA, 1975)

Velasquez, recomenda ao aluno, na qualidade de professor, que o equipamento que ele está recebendo é para que se possa realizar melhor os estudos, pois a fabricação do material foi minuciosamente estudada e ensaiada antes de ser colocado nas mãos dele. Além disso, coloca que a sua apresentação é interessante e as suas formas são agradáveis e coloridas. Desse modo, sugere cuidados, bom uso, mantido sempre limpo e em perfeito estado de conservação. (ENOSA, 1975)

No Quadro 1 expõem-se as capas dos manuais, suas características e os conteúdos tratados em cada uma das obras. Na capa da maioria dos livros, além do título, encontra-se inscrita o logo da empresa, conforme representada na Figura 2. Em outros, o logo se localiza na contracapa.

**Figura 2** – Logomarca da ENOSA



Fonte: [https://www.radiomuseum.org/dsp\\_hersteller\\_detail.cfm?company\\_id=18394](https://www.radiomuseum.org/dsp_hersteller_detail.cfm?company_id=18394).

**Quadro 1** – Capas, descrição, características e índices dos manuais

	<p>Título: <b>Manual de experiências de mecânica</b> Número de páginas: 260 Medida: 16,5 cm x 23,5 cm Ano da publicação: 1975 Autor: ENOSA Índice: Experiências sobre a medida de comprimentos, superfícies e ângulos; Experiências sobre mecânica de sólidos; Experiências sobre hidrostática; Experiências sobre medida de volumes e pesos específicos</p>
---	--



**Título: Manual de experiências de ótica**

Número de páginas: 118

Medida: 16,5 cm x 23,5 cm

Ano da publicação: 1975

Autor: ENOSA

Índice: Propagação da luz, Reflexão, Refração e reflexão total, Lentes, Instrumentos óticos



**Título: Manual de experiências de eletricidade**

Número de páginas: 279

Medida: 16,5 cm x 23,5 cm

Ano da publicação: década de 1970

Autor: ENOSA

Impressão: Gráficas Lasgon

Índice: Eletrostática, Magnetismo, Corrente e circuitos elétricos, Eletromagnetismo, Eletrólises – aplicações, Instrumentos de medidas, Geradores eletromagnéticos, Motores elétricos, Díodo de vácuo.



Título: **Manual de experiências de calor**

Número de páginas: 139

Medida: 16,5 cm x 23,5 cm

Ano da publicação: 1975

Autor: ENOSA

Índice: Termometria, Calorimetria, Mudanças de estado; Leis de evaporação, Propagação do calor, Dilatação dos corpos



Título: **Manual de práticas química**

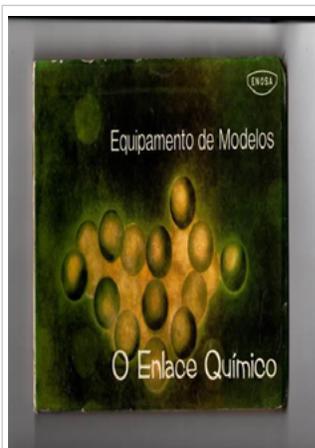
Número de páginas: 256

Medida: 16,5 cm x 23,5 cm

Ano da publicação: 1975

Autor: ENOSA

Índice das práticas: Generalidades; Misturas e combinações; Estudo da água, Hidrogênio; Oxigênio; Nitrogênio; Estudo do ar; Cloro e ácido clorídrico; Neutralização; Enxofre e seus compostos; Amoníaco e ácido nítrico; Anidrido carbônico, ácido carbônico e carbonatos; Química orgânica



**Título: O enlace químico**

Número de páginas: 139

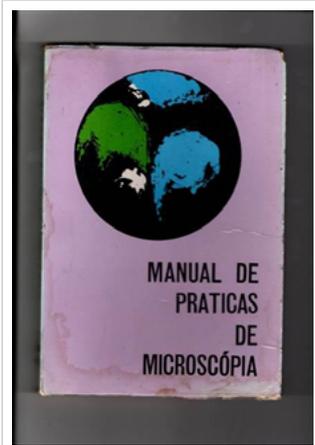
Medida: 24 x 16,8 cm

Ano da publicação: 1975

Autor: ENOSA

Impressão: Gráficas Lasgon

Índice: O enlace covalente, O enlace metálico, O enlace iônico



**Título: Manual de práticas de microscopia**

Número de páginas: 207

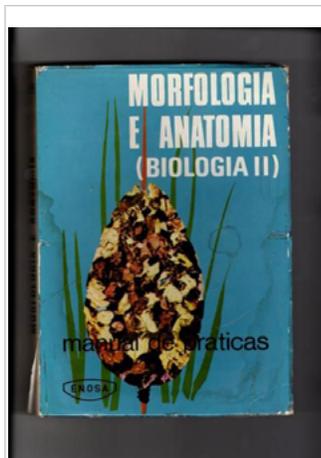
Medida: 16,5 cm x 23,5 cm

Ano da publicação: 1975

Autor: ENOSA

Impressão: Gráficas Lasgon

Índice: O mundo das células e dos tecidos, O mundo microaquático, As bactérias e tábua taxonômica



Título: **Morfologia e anatomia (Biologia II)**

Número de páginas: 263

Medida: 16,5 cm x 23,5 cm

Ano da publicação: 1975

Autor: ENOSA

Impressão: Gráficas Lasgon

Índice: Morfologia e anatomia animal,  
Morfologia e anatomia vegetal

**Fonte:** acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

A ENOSA, Empresa Nacional de Óptica, foi a responsável pela produção dos manuais. Segundo Penálba (2022), a ENOSA pertence ao Instituto Nacional de Indústria, órgão organizado em 1941 durante a ditadura franquista com o objetivo de promover a industrialização e modificar a estrutura produtiva da Espanha, marcada, predominantemente, pela atividade agrária.

Com vistas a produzir lentes e instrumentos de precisão necessários para a navegação marítima e aérea, artilharia, infantaria e espionagem, a ENOSA foi fundada em 1950, em Madri. A finalidade era, com a produção destes artefatos, apresentar uma imagem moderna e tecnológica do exército franquista, assim como diminuir a dependência de importação, fato que não foi possível de ocorrer por falta de tecnologia e pessoal qualificado. Foi necessário firmar um contrato com a empresa alemã Carlos Zeiss para facilitar o licenciamento de alguns produtos, mas que foi liquidado em 1961. (PENÁLBA, 2022)

Posteriormente, diversificou sua produção no campo científico e educativo, produzindo materiais didáticos para o ensino médio (professores e alunos), ensino primário, iniciação à formação profissional e educação de adultos, educação pré-escolar e jardins de infância: equipamentos de

experiências de Física (Mecânica, Ótica e Eletricidade) para professores, equipamentos de experiências de Física (Mecânica, Ótica, Eletricidade e Calor), equipamento de práticas de Química, equipamento de práticas de Biologia e equipamentos de campo para as Ciências Naturais, para alunos, equipamentos de Metrologia Escolar, equipamento de iniciação às Ciências Naturais, conjunto de jogos infantis, projetor de slides (Figura 3), enoscop, enofon, laboratório de idiomas, diapositivos para projetor de slides, dispositivos para enoscop, maquetas com movimento para enoscop, micrótomos e equipamentos de dissecação, etereomicroscópios e lupas binoculares, microscópios escolares de investigação, bombas rotatórias de vácuo, modelos anatômicos e biológicos, esqueleto humano, coleções de Ciências Naturais, museus de Ciências Naturais, balanças, preparações microscópicas, material diverso de laboratório, instalações de laboratórios e mobília escolar e de laboratório. (ENOSA, 1975)

Na Espanha, os materiais foram fornecidos para centros educativos, alcançando a marca, em 1967, de mais de 90 colégios, 32 institutos de ensino médio e 13 universidades. (PENÁLBA, 2022)

**Figura 3** – Projetor da ENOSA

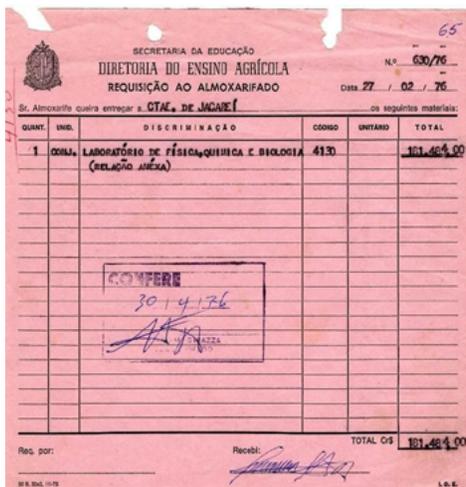


Fonte: <https://www.todocoleccion.net/antiguedades-tecnicas/proyector-diapositivas-escolar-anos-70~x29888243>.

Os materiais didáticos foram numerosos e variados com alto nível de sofisticação e metodologia. Os que hoje se encontram no Centro de Memória, provavelmente, correspondem a essa fase de produção da ENOSA.

Os manuais da ENOSA, encaminhados para o Colégio Técnico Agrícola Estadual Cônego José Bento, faziam parte de um conjunto de laboratório de Física, Química e Biologia (Figura 4) e foram direcionados pela Diretoria de Ensino Agrícola para a escola na década de 1970<sup>7</sup>. Além dos manuais, integravam o laboratório caixas metálicas que continham aparelhos de precisão e diversas peças, como suportes universais, buretas, presilhas duplas, pinças de buretas, pipetas e termômetros.

**Figura 4** – Requisição ao almoxarifado n. 630/76



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DO ENSINO AGRÍCOLA  
REQUISIÇÃO AO ALMOXARIFADO

N.º 630/76  
Data 27 / 02 / 76

Sr. Almoxarife entregar a: **CTAE. DE JACAREÍ** os seguintes materiais:

QUANT.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO	CODIGO	UNITARIO	TOTAL
1	CAIXA	LABORATÓRIO DE FÍSICA, QUÍMICA E BIOLOGIA (RELAÇÃO JÚRICA)	413		101.464,00
				TOTAL G\$	101.464,00

Recebi: *[Assinatura]* 30/4/76

Recebi: *[Assinatura]*

**Fonte:** Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

7 - Nessa época, a escola era administrada pela Secretaria da Educação do governo do Estado de São Paulo e oferecia o curso Técnico em Agricultura, cujo currículo constava de duas partes: a primeira parte, Formação Geral (Núcleo Comum), era constituída de disciplinas como Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Educação Artística, História, História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira, Matemática, Física, Química, Biologia, Programas de Saúde, Educação Física e Ensino Religioso (facultativo), e a segunda parte, Formação Geral, constava de disciplinas como Indústria Agropecuária, Mecânica Agrícola, Biologia, Técnica de Redação em Língua Portuguesa, Inglês, Física Aplicada, Química Aplicada, Matemática Aplicada, Agricultura (teoria), Topografia (teoria), Topografia (prática-projeto), Irrigação e Drenagem (prática-projeto), Construções e Instalações (prática-projeto), Agricultura Prática, Construções e Instalações (teoria), Irrigação e Drenagem (teoria), Culturas Prática-Projeto, Criações (teoria), Criações (prática-projeto), Culturas (teoria), Desenho (teoria), Administração e Economia Rural (teoria), Administração e Economia Rural (prática-projeto), Zootecnia (prática) e Zootecnia (teoria).

Indícios dos usos do conjunto de laboratório na unidade escolar não foram encontrados. Também não foi possível averiguar como ocorreu a introdução dos equipamentos e dos manuais da ENOSA nas instituições escolares brasileiras. Como a empresa, na década de 1960, marcou sua presença nos países hispano-americanos por meio de exposições e eventos, inclusive no Brasil (PENÁLBA, 2022), uma das hipóteses levantadas é que esses materiais chamaram a atenção dos representantes do governo brasileiro, foram adquiridos pelo Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted), em colaboração com a Aliança para o Progresso, depois distribuídos nas escolas públicas brasileiras.

Grande parte dos materiais que acompanharam o conjunto desse laboratório não existe mais na escola; sobraram apenas os manuais e caixas vazias, bem como alguns equipamentos.

### *Os manuais e suas potencialidades como fonte de estudos e pesquisas em cultura material escolar*

Os vários manuais e caixas vazias, alguns microscópios e suportes universais (Figuras 5, 6, 7, 8) que restaram se encontram, atualmente, salvaguardados pelo/no Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

**Figura 5** – Manuais da ENOSA



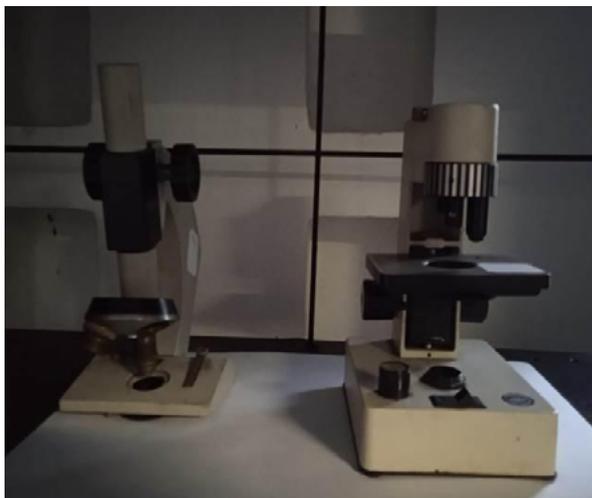
**Fonte:** acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

**Figura 6** – Caixa que continha os materiais didáticos da ENOSA



**Fonte:** Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

**Figura 7** – Microscópios da ENOSA



**Fonte:** Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

**Figura 8** - Suporte universal da ENOSA



**Fonte:** Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

Certamente, pela existência de um centro de memória escolar e de sua finalidade, foi necessário preservar o que restou, pois são exemplares de um patrimônio histórico-educativo “depositário da memória a ser preservada” (MUNAKATA, 2016, p. 133).

A necessidade de salvaguardar os manuais da ENOSA foi reforçada pela colocação efetuada por Rosa e Teive.

Faz-se importante destacar a necessidade de salvaguardar, também, os manuais didáticos, artefatos escolares, constituintes e constituidores de culturas escolares e exemplares do patrimônio histórico-

educativo. Diante do avanço contínuo da História Cultural em todas as áreas, inclusive na História da Educação, os manuais didáticos passaram a ser vistos pelos pesquisadores desse subcampo sob outras perspectivas, especialmente pelas suas características materiais. Enquanto o conceito de cultura escolar era elaborado, tornava-se evidente que esses manuais, em todas as suas formas, constituíam partes não somente integrantes dessa cultura, mas também elementos fundamentais para sua distinção. A junção fatal dessas pesquisas com o desenvolvimento simultâneo da história das disciplinas escolares e dos currículos tornou possível o realce da importância do manual didático como objeto de investigação histórica da escolarização em geral. (ROSA; TEIVE, 2016, p. 410)

Como vestígios, acredita-se que os manuais oferecem variadas possibilidades investigativas como fonte e objeto de pesquisa, dentre elas, estudos do provimento de material didático da instituição e das demais escolas da rede estadual em uma determinada época, dos indícios de como foram efetivados o seu uso, das prescrições e do método de ensino presentes nos livros, das práticas escolares desenvolvidas com base nesses manuais, dos currículos, do vínculo com as políticas públicas e da relação corporal que se estabeleceu entre os manuais e o público escolar.

Uma vez abordados no campo da cultura material escolar, importa desnaturalizar estes artefatos e recuperar a sua historicidade, compreendê-los como produtos humanos e como objetos culturais com função e uso escolar.

Metodologicamente, os manuais escolares, por serem considerados objetos complexos, necessitam de uma abordagem que contemple diversos elementos presentes na sua produção, circulação e utilização e ser cruzados com outros documentos que permitam avançar nas análises.

### *Considerações finais*

Os manuais de práticas de diversas disciplinas produzidos pela Empresa Nacional de Óptica S.A. – ENOSA, na década de 1970, preservados

no Centro de Memória Etec Cônego José Bento e selecionados para este artigo, foram apresentados e descritos, com a finalidade de chamar a atenção para as suas potencialidades como fonte de estudos e pesquisas em cultura material escolar. Como vestígios da materialidade escolar de uma determinada época, oferecem variadas possibilidades investigativas no campo da História da Educação e, assim, ampliar a compreensão da realidade escolar no passado.

## *Referências*

CHOPPIN, Alain. L'Histoire des manuels scolaires: un bilan bibliométrique de la recherche française. *In: História de l'éducation*, n. 58, p. 165-185, 1993. Disponível em: [L'histoire des manuels scolaires. Un bilan bibliométrique de la recherche française \(persee.fr\)](http://persee.fr). Acesso em 10 mar. 2023.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, n. 11, p. 5-24, abr. 2002. Disponível em: O historiador e o livro escolar | Revista História da Educação (ufrgs.br). Acesso em: 10 mar. 2023.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução de Maria Helena C. Bastos. **Revista História da Educação**, v. 13, n. 27, p. 9-75, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29026>. Acesso em: 22 jun. 2023.

CIGALES, Marcelo; OLIVEIRA, Amurabi. Aspectos metodológicos na análise de manuais escolares: uma perspectiva relacional. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, p. 1-18, 2020. Disponível em: [scielo.br/j/rbhe/a/f4sjCDGxMgqpdhLDrSWvQ6z/?format=pdf&lang=pt](http://scielo.br/j/rbhe/a/f4sjCDGxMgqpdhLDrSWvQ6z/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 10 mar. 2023.

CUNHA, Maria. Das mãos do autor aos olhos do leitor. Um estudo sobre livros escolares: A Série de Leitura Graduada Pedrinho de Lourenço Filho (1950/1970). **História** (São Paulo), v. 30, n. 2, p. 81-99, ago./dez. 2011. Disponível em: Microsoft Word - 4- Maria Teresa Santos CUNHA.doc (scielo.br). Acesso em: 10 mar. 2023.

ENOSA. **Manual de experiências de eletricidade**. Madri, Espanha: Gráficas Lasgon, 1975.

ENOSA. **Manual de práticas de microscopia**. Madri, Espanha: Gráficas Lasgon, 1975.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, p. 9-44, 2001. Disponível em: [www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281](http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281). Acesso em: 10 mar. 2023.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (orgs.). **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação**. (Online) Porto Alegre, v. 20, n. 50, set./dez., p. 119-138, 2016. Disponível em: [scielo.br/j/heduc/a/cwYpSWdmxxpLjK7ZRgFhxhmc/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/heduc/a/cwYpSWdmxxpLjK7ZRgFhxhmc/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 10 mar. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Houry. **Projeto História / Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <file:///F:/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2014.

PEÑALBA, Josué Llull. Los materiales didácticos de ENOSA, un instrumento de la tecnocracia para la innovación educativa en el Segundo Franquismo. **Pulso Revista de Educación**, v. 45, p. 73-100, 2022. Disponível em: Vista de Los materiales didácticos de ENOSA, un instrumento de la tecnocracia para la innovación educativa en el Segundo Franquismo ([cardenalcisneros.es](http://cardenalcisneros.es)). Acesso em: 10 mar. 2023.

ROSA, Maristela da; VEIGA, Gladys Mary Ghizoni. Manuais didáticos como patrimônio histórico-educativo: artefatos da cultura material escolar. **Roteiro**, v. 41, n. 2, p. 407-430, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/9859>. Acesso em: 10 mar. 2023.

# Os manuais da coleção *atualidades pedagógicas* presentes na formação de professores do Paraná e de Santa Catarina/ Brasil (1930-1940)

*Roberlayne de Oliveira Borges Roballo*<sup>1</sup>  
*Leziany Silveira Daniel*<sup>2</sup>

## *Introdução*

Um manual não é um livro que lemos, mas um instrumento que usamos (Choppin, 2002, p. 22).

Com Alain Choppin temos aprendido que, historicamente, os manuais escolares são instrumentos sempre destinados a uma disciplina e a uma série ou a um grau de ensino, se referindo a um programa (currículo) e apresentando o conteúdo deste, segundo uma progressão claramente definida na forma de lições. Lajolo e Zilberman (1996) ressaltam que o livro escolar se tornou o texto impresso de maior circulação a partir da segunda metade do século XIX no Brasil, e sua utilização tem sido inevitável em todas as etapas de escolarização, sendo “cartilha” quando dos processos de alfabetização e “manual” quando da profissionalização adulta (Lajolo; Zilberman, 1996, p. 121).

Destarte, o presente capítulo é resultado da pesquisa que vem sendo realizada sobre os manuais escolares que serviram de suporte para os processos de formação de professoras normalistas, a partir da década de 1930, no Brasil. No caso do Paraná, a pesquisa pôde ser realizada mediante a catalogação de manuais para formação de professores presentes na biblioteca

1 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: roberlayne@ufpr.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9036582414582276>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9545-611X>.

2 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: leziany.daniel@ufpr.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4884383771522219>.

do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto e na Biblioteca Pública do Paraná; e em Santa Catarina, através de documentações oficiais emitidas pelo estado, bem como da revista *Estudos Educacionais*, publicada pelo Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis, na década de 1940.

Os manuais em questão são pertencentes à Coleção Atualidades Pedagógicas (CAP) do projeto editorial denominado Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), dirigido por Fernando de Azevedo de 1931 a 1949, um dos principais intelectuais ligados aos ideais de renovação pretendidos com o ideário da Escola Nova, e publicado pela Companhia Editora Nacional. Logo, o objetivo central é apresentar a pesquisa sobre os manuais da CAP que subsidiaram os cursos de formação de professores nos estados do Paraná e Santa Catarina, entre 1930 e 1940, especialmente adotados a partir das reformas educacionais desse período.

A partir de 1930, sob um contexto de reformas, as reformulações empreendidas nos currículos dos cursos de formação de professores provocaram mudanças significativas no campo editorial brasileiro. As editoras comerciais passaram a investir em literatura educacional, abrindo frentes de produção de livros voltados para o currículo de formação do professorado, com obras sobre didática, psicologia, biologia educacional, sociologia educacional, história da educação e filosofia da educação, entre outras.

Nesse cenário, ocorre o lançamento da BPB, em 1931, organizada por Fernando de Azevedo. Dentro da BPB são criadas cinco séries: 1 - Literatura Infantil; 2 - Livros Didáticos; 3 - Atualidades Pedagógicas (CAP); 4 - Iniciação Científica; 5 - Brasileira. Especialmente a CAP, também dirigida por Azevedo de 1931 a 1945, tinha por objetivo aperfeiçoar cultural e profissionalmente o professorado, através da circulação de vários livros principalmente nas escolas de formação de professores. A coleção, além de propagadora das ideias da Escola Nova e de modernidade, também representou um lugar destinado à divulgação de saberes pedagógicos. O grande número de obras que faziam parte dessa coleção, totalizando 185 títulos, compreendia questões sobre

a escola e a educação, sendo em sua maioria de larga circulação durante décadas.

Em 1945, a direção da CAP passa de Azevedo para Damasco Penna, sendo possível observar uma mudança na dinâmica de publicações. No período de Azevedo, as publicações da CAP se davam em sua maioria a partir de novos títulos, prezando pelos autores nacionais. Já com Penna há uma onda de reimpressões e de publicações de obras estrangeiras. Portanto, há a existência de dois períodos diferenciados da CAP: o primeiro de 1931 a 1939, em que a coleção se destina às novidades; e o segundo, de 1940 a 1981, em que se dedica a reimprimir os livros de sucesso, conjugando-os a um pequeno número de novidades (Toledo, 2001, p. 78).

Desse modo, dentro do recorte temporal estabelecido para esse trabalho, identifica-se aproximadamente quarenta obras publicadas pela CAP, entre títulos nacionais e estrangeiros, que ampararam os cursos de magistério e superiores de Pedagogia. Dentre as obras elencadas, destacam-se no quadro 1:

**Quadro 1** – Obras da coleção atualidades pedagógicas publicadas entre 1930-1940.

Nº	Autor	Título	1ª ed.
1	Azevedo, Fernando de	Novos Caminhos e Novos Fins	1931
2	Dewey, John	Como Pensamos	1933
3	Teixeira, Anísio	Educação Progressiva	1933
4	Claparède, Ed.	A Educação Funcional	1933
5	Peixoto, Afrânio	Noções de História da Educação	1933
6	Carvalho, Delgado de	Sociologia Educacional	1933
7	Ramos, Arthur	Educação e pychanalyse	1934
8	Czeny, Adalbert	O médico e a Educação da Criança	1934
9	Almeida Júnior, A.	A Escola pitoresca e outros trabalhos	1934
10	Kelly, Celso	Educação Social	1934

11	Piéron, Henri	Psicologia do comportamento	1935
12	Wallon, Henri	Princípios de Psicologia Aplicada	1935
13	Menezes, Djacir	Dicionário Psico-pedagógico	1935
14	Rabello, Sylvio	Psicologia do Desenho infantil	1935
15	Aguayo, A. M.	Didática da Escola Nova	1935
16	Leão, A. Carneiro	O ensino das línguas vivas - seu valor e sua orientação científica	1935
17	Carvalho, Delgado de	Sociologia Aplicada	1935
18	Aguayo, A. M.	Pedagogia Científica, Psicologia e direção da Aprendizagem	1936
19	Ricardo, Aristides	Biologia Aplicada à educação	1936
20	Ricardo, Aristides	Noções de Higiene escolar	1936
21	Dewey, John	Democracia e Educação	1936
22	Azevedo, Fernando de	A educação e seus problemas	1937
23	Rabello, Sylvio	Psychologia da infância	1937
24	Melo Teixeira, J. e outros	Aspectos Fundamentais da Educação	1937
25	Roxo, Euclides	A matemática na educação secundária	1937
26	Rabello, Sylvio	A representação do tempo na criança	1938
27	Peixoto, Afrânio	Ensinar a ensinar	1937
28	Espinheiro, Ariosto	Arte popular e educação	1938
29	Penteado Jr., Onofre de Arruda	Fundamentos do Methodo	1938
30	Rudolfer, Noemy da Silveira	Introdução à psicologia educacional	1938
31	Rodrigues, Milton C. da Silva	Educação comparada	1938
32	Casassanta, Guerino	Jornais Escolares	1938
33	Leão, A. Carneiro	Introdução à administração escolar	1939
34	Monroe, Paul	História da Educação	1939
35	Almeida Jr, A.	Biologia educacional	1939
36	Guillaume, Paul	A formação dos hábitos	1939
37	Ramos, Arthur	A criança problema	1939
38	Venâncio Filho, Francisco	A educação e seu aparelhamento moderno	1941

39	Jones, Arthur J.	A educação dos líderes	1942
40	Azevedo, Fernando de	Velha e nova política	1943
41	Moreira, J. Roberto	Os sistemas ideais de educação	1945
42	Santos, Theobaldo Miranda	Noções de psicologia educacional	1945
43	Santos, Theobaldo Miranda	Noções de história da educação	1945
44	Nihard, René	O método dos testes	1946
45	Lex, Ary	Biologia Educacional	1946
46	Azevedo, Fernando de	Seguindo o meu caminho	1946
47	Santos, Theobaldo Miranda	Noções de filosofia da Educação	1947
48	Almeida, José de	Noções de psicologia aplicada à educação	1947
49	Kandel, I. L.	Educação comparada	1947
50	Santos, Theobaldo Miranda	Noções de Sociologia Educacional	1947
51	Azevedo, Fernando de	As universidades no mundo de amanhã	1948

**Fonte:** Toledo (2001).

Metodologicamente, por meio da catalogação e estudo da materialidade dos livros da CAP presentes em diferentes bibliotecas de Educação do Paraná e em Santa Catarina, propõe-se uma análise da circulação dessas obras que são enunciadoras de marcas culturais que vinculam concepções *pedagógicas, saberes e sentidos*. Além dos manuais escolares, foram considerados leis, decretos e relatórios de governo como fontes documentais. No âmbito dos estudos sobre a materialidade, compreendemos a partir de Roger Chartier que investir no estudo da materialidade dos manuais significa não dispensar o cuidado aos “sentidos das formas”, entendendo que “não existe texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor” (1990, p. 127).

A partir dessas análises, busca-se entender que os manuais da CAP, em circulação nos estados do sul do Brasil, são artefatos que proporcionam uma rede de significados produzidos em relação à sociedade, à época e à educação,

além de contribuírem para a memória educacional existente na cultura da formação docente.

### *Sobre a conjuntura nacional das reformas educacionais e a publicação de manuais escolares e coleções*

Com o fortalecimento do Estado brasileiro após 1930 e com a ampliação do mercado de bens culturais, associada ao desenvolvimento econômico, algumas camadas cultas da sociedade passaram a reconhecer que era preciso profissionalizar-se para não perder status. Assim, surgiram novos intelectuais que, segundo Pécaut (1990), possuíam como triunfo suas opiniões ideológicas que serviam de estratégia para preservar suas carreiras e posições entre as elites dirigentes.

Nesse contexto, a produção cultural constitui-se num dos principais instrumentos de superação do atraso nacional rumo à modernidade. O programa cultural do Estado, de alcance pedagógico, tinha como finalidade construir a identidade nacional. Neste sentido, “a luta de classes foi substituída pela batalha de ideias, a modernização, sucedâneo da industrialização, surgia como uma tarefa intelectual” (Monarcha, 1989, p. 20).

Nessa conjuntura, com o propósito de promover a modernização do ensino, vários estados brasileiros tiveram seu ensino reformado com base no modelo paulista, constituindo, então, o que se denominou de movimento do “bandeirismo pedagógico”. Em São Paulo, a reforma foi empreendida por Sampaio Dória (1920), no Ceará por Lourenço Filho (1922), no Distrito Federal por Carneiro Leão (1922), na Bahia por Anísio Teixeira (1924), entre outros. Os novos intelectuais, agregados à elite dirigente e ao Estado, revestiram-se de um novo caráter como *intelectuais-educadores*. De acordo com Buffa e Nosella (1996 p. 61), “este processo de modernização geral da sociedade brasileira envolveu, profundamente, educadores que, ao se organizarem, discutirem e formularem propostas pedagógicas, pela primeira vez se constituíram em categoria profissional autônoma”. As primeiras reformas no ensino prenderam-se às iniciativas regionais, mas refletiam os anseios

do Estado por uma organização nacional. Esta não tardaria a ocorrer: em 1930, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que teve como seu primeiro ministro Francisco Campos, integrante desse grupo de *intelectuais-educadores*, representou um marco importante na reestruturação do ensino no país.

Formando-se como uma *nova classe*, esses intelectuais-educadores dependiam da abertura da sociedade científica para divulgar suas ideologias e contribuir para a cultura do país. O caminho de que dispunham para o ingresso no seletor meio intelectual era a publicação de revistas acadêmicas ou mesmo de obras em coleções de caráter acadêmico-científico. Essas coleções eram muitas vezes organizadas pelos próprios educadores, como, por exemplo, por Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Lembrando que na década de 1930 o Brasil vivia a expansão do mercado de livros, marcada pelo estabelecimento de inúmeras editoras (Pontes, 1989).

Criadas com o objetivo de formar a consciência nacional e de traçar os contornos da identidade nacional, as coleções, na realidade, tornaram-se objeto de difusão da ideologia do Estado, como lugar de privilégio e de status para quem as dirigia e as editava. Assim, no período compreendido entre os anos 30 e 40 do século XX destacam-se as coleções organizadas por Fernando de Azevedo, como a CAP, e as organizadas por Lourenço Filho, cujas obras foram distribuídas em várias partes do país, alcançando também Santa Catarina e Paraná.

Lourenço Filho organizou, em 1927, a coleção pedagógica “Bibliotheca de Educação”, considerada a primeira série de textos de divulgação pedagógica no Brasil. A coleção teve o livro de Durkheim, *Educação e Sociologia*, como um dos primeiros publicados em 1928, alcançando uma das maiores tiragens da coleção (Monarcha, 1997).

Tanto Fernando de Azevedo como Lourenço Filho tiveram grande influência, à época, como intelectuais envolvidos na discussão a respeito do papel dos professores e de quais conteúdos seriam necessários para a formação deles. Dentre os conteúdos discutidos como necessários à formação dos professores destacavam-se os de Sociologia. Essa disciplina, juntamente

com a Biologia, Psicologia, História e a Filosofia da Educação, veio a formar o que posteriormente se denominou “Ciências Fontes da Educação”.

Nesse contexto, as escolas de formação de professores em vários estados brasileiros, entre as décadas de 20 e 30 do século XX, acumularam experiências, das quais Lourenço Filho, Francisco Campos, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira seriam precursores. É o caso da reforma da instrução pública na Bahia promovida por Anísio Teixeira (1924-1928), que pela primeira vez salientou que as disciplinas escolares passariam a ser consideradas “instrumentos para o alcance de determinados fins, ao invés de fins em si mesmas, sendo-lhes atribuído o objetivo de capacitar os indivíduos a viver em sociedade” (Moreira, 2004, p. 88).

Portanto, há um movimento de reorganização dos currículos e programas de ensino das escolas normais *à luz* do pensamento do movimento pela *Escola Nova*<sup>3</sup>, como as reformas organizadas por Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais, como também as do antigo Distrito Federal, elaboradas por Fernando de Azevedo em 1927. Essas reformas apontam para o rompimento com uma escola tradicional, por sua tentativa de modernizar métodos de ensino, sua preocupação em renovar o currículo, entre outras iniciativas.

As reformas curriculares<sup>4</sup> promovidas nas escolas de formação de professores, para além das decisões políticas, foram promovidas principalmente pelo estabelecimento da relação entre as disciplinas e os manuais escolares utilizados para subsidiá-las. Como destaca Bittencourt (2008), os programas curriculares e os livros didáticos foram sendo produzidos concomitantemente, numa espécie de auxílio mútuo, na elaboração de conteúdo das diversas disciplinas a serem transmitidas na educação formal. Há, portanto, na composição de novas estratégias anunciadas pelos

---

3 - Ao utilizar a expressão *movimento pela Escola Nova* nos referimos ao movimento cultural que a partir de 1920 mobilizou intelectuais brasileiros em torno de um projeto que, nas palavras de Lourenço Filho, visava a organização nacional através da organização da cultura.

4 - São várias reformas da escola primária e da escola normal realizadas no país, como: São Paulo em 1920 e 1930; Ceará em 1923; Bahia em 1925; Minas Gerais em 1927; Distrito Federal em 1928; Pernambuco em 1929; Paraná em 1920 e 1928.

precursores da Escola Nova, discursos que valorizam o livro escolar (manual escolar), que segundo o próprio Azevedo se configura como um instrumento de ensino, “um instrumento de trabalho da escola” (Vidal, 1999, p. 343).

Nesse cenário ocorre o fortalecimento e expansão das editoras, com o crescimento da literatura nacional impressa em forma de livro, provavelmente delineada:

(...) com o aparecimento de novos autores e novos títulos, novos gêneros literários - ensaios, sínteses históricas, trabalhos científicos ou de divulgação, traduções etc. [...]. É neste movimento de expansão do mercado editorial que se intensifica a estratégia de publicar os novos autores, títulos e gêneros em forma de coleções recortadas e identificadas com o público leitor (Toledo, 2001, p. 28).

Nessa perspectiva, a circulação de manuais e coleções de livros voltados para os cursos de formação docente acompanhou as mudanças que se intensificaram no cenário educacional brasileiro: de uma escola que, a partir de 1930, passou a necessitar de futuros professores com formação profissional e instrumental (*didático-pedagógica*).

É nesse âmbito, na tentativa de perceber como se deu a circulação e utilização dos manuais e coleções pedagógicas, especialmente na formação dos professores catarinenses e paranaenses, que refletimos a seguir sobre os vestígios da circulação dos manuais da CAP.

### *Vestígios da circulação dos manuais escolares da CAP nas terras catarinenses e paranaenses*

Nas primeiras décadas do século XX, em Santa Catarina, a questão da nacionalização do ensino se intensificou, reformando, mediante a presença do paulista Orestes Guimarães, a estrutura, os métodos e os procedimentos pedagógicos da escola catarinense. Em sua reforma, em 1911, Guimarães criou um novo tipo de escola, o chamado Grupo Escolar, já existente no estado de São Paulo. Segundo Nóbrega (2003), os grupos escolares são

considerados as primeiras escolas públicas primárias brasileiras, baseados numa organização administrativa, programática, metodológica e espacial que atendia às concepções educacionais do tipo moderno, já em vigor nas escolas particulares de São Paulo.

Nesse momento o currículo das Escolas Normais estava baseado em disciplinas de caráter instrutivo (Português e Aritmética, entre outras), de caráter educativo (Geografia e Ginástica, entre outras) e de caráter pedagógico (Pedagogia e Psicologia), contudo as disciplinas que compuseram este último caráter, “tal como foram ordenadas na grade curricular (...) parecem não constituir-se no ponto forte do novo currículo, mais preocupado com as disciplinas ditas ‘instrutivas e com as ‘educativas’” (Teive, 2003, p. 250). No entanto, essas disciplinas pedagógicas só iriam ser introduzidas e ocupar lugar privilegiado nos currículos de formação de professores a partir dos anos 30 do século XX.

Somente durante o governo de Nereu Ramos (1930-1945) houve, de fato, nova reforma educacional, priorizando-se, contudo, a reestruturação dos cursos de formação de professores, que procurava evidenciar o esforço de direcionar-se e adequar-se aos principais pressupostos filosóficos, sociológicos e pedagógicos, integradores do chamado Movimento pela Escola Nova.

O governo catarinense promoveu na década de 1930 uma intensa reforma no seu sistema de ensino. Destaca-se, assim, a reforma no ensino catarinense realizada em 1935, a chamada *Reforma Trindade* (Decreto 713, de 8 de janeiro de 1935), feita por Luiz Bezerra da Trindade, então diretor da Instrução Pública do Estado. Nessa reforma, as Escolas Normais transformaram-se em Instituto de Educação, um em Florianópolis e outro em Lages, comportando: Jardim de Infância; Escola Isolada; Grupo Escolar; Escola Normal Primária, de três anos, que substituiu a antiga Escola Complementar, tendo como tarefa preparar professores para a zona rural; Escola Normal Secundária, também de três anos, que preparava os que saíam da Escola Normal Primária e que pretendiam se dedicar ao magistério; e Escola Normal

Superior Vocacional, de dois anos, que habilitava para o magistério nos grupos escolares e Escola Normal Primária.

Já no ano de 1938, a Escola Normal Primária, pelo Decreto-lei n. 224, de 8 de dezembro, voltou a ser Curso Complementar de dois anos e, em 1939, ocorreu a reorganização dos Institutos de Educação Catarinenses, sob a égide do Decreto-lei n. 306, de 2 de março. A partir disso, os Institutos de Educação de Santa Catarina organizaram-se da seguinte forma: Pré-primário, de três anos; Primário, de quatro anos; Fundamental, de cinco anos; e Normal, de dois anos. A Escola Normal Superior Vocacional extinguiu-se e, em seu lugar, surgiu o Curso Normal de dois anos.

Assim, em Santa Catarina, no período analisado, destacamos o Instituto de Educação de Florianópolis (IEF)<sup>5</sup>, considerado instituição modelo na formação de professores. No IEF se evidenciou claramente a forte ligação dessa instituição com as principais figuras intelectuais do período, como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Donald Pierson e Roger Bastide. Esse entrosamento, bem como o contato de alunos e professores com as principais produções pedagógicas do período, configura-se como *locus* privilegiado de intercâmbio de ideias e concepções científicas envolvidas na formação de professores (Daniel, 2003).

No interior do Curso Normal do IEF foi fundada, em 1941, sob a direção de João Roberto Moreira, a revista *Estudos Educacionais*, caracterizando-se como um veículo de divulgação da produção intelectual dos seus educadores e alunos. A revista recebeu o apoio do Secretário do Departamento de Educação do Estado, Ivo D'Aquino, que, como um dos idealizadores da publicação, estava interessado em oferecer ao Instituto meios de estudo e expansão cultural, capacitando os alunos para os “reais” e “mais importantes” problemas da técnica pedagógica. Nessa revista, no artigo intitulado “Visitas

---

5 - No ano letivo de 1935, existiam em Santa Catarina duas Escolas Normais Secundárias oficiais, transformadas em Instituto de Educação, uma em Florianópolis e outra em Lages, além de quatro particulares equiparadas às oficiais: uma em Florianópolis, anexa ao Colégio Coração de Jesus, outra anexa ao Colégio Santos Anjos, em Porto União, a terceira, anexa ao Colégio Aurora, em Caçador, e a quarta, anexa ao Colégio Coração de Jesus, em Canoinhas. *In*: SANTA CATARINA. Educação Popular. Movimento do ano letivo de 1935. Da mensagem do Exmo sr. dr. Nerêu Ramos, Governador do Estado, apresentada à Assembleia Legislativa em 16 de julho de 1936. Departamento de Educação, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1936.

Ilustres”, pode-se perceber a preocupação do governo do estado em propiciar as condições necessárias à formação de um “verdadeiro espírito científico” no Instituto, conforme o trecho abaixo:

O trabalho que realizam no curso normal, por meio de problemas a resolver – as teses – já não os obriga ao simples e monótono ouvir e reproduzir do que foi ouvido. Por isso, quer na Biblioteca do próprio Instituto, quer na Biblioteca Pública, entram diariamente em contato com os grandes mestres que estudam, por meio de livros e revistas científicas. Não só assim, mas ainda e mediante a observação direta de instituições, na cadeira de Sociologia, e de laboratórios, centros de saúde e de higiene, na cadeira de Biologia, vêem [sic] a aula teórica associar-se aos processos de verificação objetiva. Tudo isso devemos, em grande parte, aos responsáveis pela Educação no Estado. Graças às verbas de que dispomos para excursões escolares e para a publicação desta revista, para a aquisição de livros e para a organização de laboratórios, temos conseguido dar um cunho experimental e indutivo aos nossos trabalhos (Visitas Ilustres, p. 3, 1942).

Ainda no ano de 1935, já é possível verificar o interesse do governo de propiciar o contato dos professores com as principais obras e autores da área educacional no país e, conseqüentemente, com as principais coleções pedagógicas do período. Isso fica evidenciado por uma circular da Secretaria de Interior e Justiça, que recomendava às escolas a compra de livros da CAP, dirigida por Fernando de Azevedo, a seguir:

**Circular n. 32. Florianópolis, 26 de setembro de 1935.**

Sr. Diretor: Recomendo-vos os seguintes livros para uso da biblioteca desse [sic] Grupo, que poderão ser adquiridos na Companhia Editora Nacional - São Paulo sob a direção de Fernando de Azevedo – Série III – Atualidades Pedagógicas.

1. Fernando de Azevedo: Novos caminhos e novos fins
2. John Dewey: Como pensamos: Como formar e educar o pensamento
3. Anísio Teixeira: Progressiva: uma introdução à filosofia da educação
4. Ed. Claparède: A educação funcional: Traduções e notas de Jaime Graiborn
5. Afrânio Peixoto: Noções de História da educação

6. Delgado de Carvalho: Sociologia educacional
7. Artur Ramos: Educação e psicanálise
8. Adalberto Czerny: O médico e a educação
9. A. Almeida Jr: A escola pitoresca
10. Celso Kelly: Educação social
11. Henri Pieron: Psicologia do comportamento
12. Henri Wallon: Princípios da Psicologia aplicada
13. Djacir Menezes: Dicionário psico-pedagógico
14. Sílvia Rabelo: Psicologia do desenho infantil
15. A. M. Aguayo: Didática da Escola Nova
16. A. Carneiro Leão: O ensino das Línguas vivas  
*Luiz Sanches Bezerra da Trindade* – Diretor do Departamento de Educação.  
(Santa Catarina, 1935).

Essa circular, da década de 1930, mostrava que o governo catarinense indicava a aquisição dos livros da CAP para os grupos escolares, local de trabalho dos professores. No ano de 1942 encontramos uma outra circular que mantinha essa perspectiva, incentivando a criação de uma “biblioteca para o docente” nos estabelecimentos de ensino catarinenses, na qual o Diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, entendia como “aconselhável que seja organizada em cada grupo escolar uma biblioteca pedagógica dos professores, a fim de facilitar a elaboração de planos de aula, comunicados e realizações das reuniões pedagógicas” (Santa Catarina, 1942). Para tanto, na mesma circular, apontava-se “que o Departamento de Educação dê, de vez em quando, aos grupos, relações de obras aconselháveis”, tal como mostra a circular de 1935. Contudo, o custo da aquisição das obras deveria ser de responsabilidade dos professores, descontando “de seus vencimentos 2 a 3 cruzeiros mensalmente” (Santa Catarina, 1942).

Também, em outro documento do estado que indica os programas das disciplinas de Sociologia e Sociologia Educacional a serem adotados nas Escolas Normais de Santa Catarina, há a indicação de que “é recomendável que bons livros de Sociologia estejam ao alcance de estudantes para a preparação das argumentações. Dissertações sobre pontos do programa deverão ser feitas também com livros de referenciais” (Santa Catarina, 1937). Nesse mesmo

documento, ao explicitar o programa de Sociologia Educacional a ser adotado no 2º ano da Escola Normal, foram colocados como livros recomendados para a disciplina a obra *Lições de Sociologia* de Aquiles Archéro e o manual *Sociologia Educacional*, de Delgado de Carvalho, este último integrante da coleção organizada por Fernando de Azevedo.

No livro publicado no ano de 1945, intitulado *Os sistemas ideais de educação*, João Roberto Moreira enfatiza a sua relação, bem como a do próprio Instituto, com o importante intelectual Fernando de Azevedo<sup>6</sup>. A citação abaixo mostra que eram fortes esses vínculos estabelecidos por afinidades intelectuais:

(...) ainda em 1941, o interventor Nereu Ramos mostrou-me interesse em levar a Santa Catarina, para uma visita e em missão de cultura, o autor de ‘Novos caminhos e novos fins’. Fiz o convite que, aceito, não pôde ser atendido na época desejada, por motivos extraordinários. Foi quando meus alunos, no Instituto de Educação, sugeriram-me fazê-lo seu paraninfo de formatura, naquele ano. Em certo sentido, Fernando de Azevedo lhes servira de professor, também. – Não eram os ‘Princípios de Sociologia’, os ‘Novos caminhos e novos fins’, livros de consulta diária no cumprimento dos cursos que faziam? (Moreira, 1945, p. 188).

João Roberto Moreira, diretor e professor do Instituto nesse período, mostra forte ligação com Fernando de Azevedo (Daniel, 2003) e tem seu primeiro livro, intitulado *Os sistemas ideais de educação*, de 1945, publicado na Biblioteca Pedagógica Brasileira (Daniel, 2009). Evidencia-se, assim, estreita sintonia entre as ideias debatidas no Instituto de Educação de Florianópolis e as ideias sobre educação e função dos professores propagadas no Brasil naquele momento. Mostra também a aproximação dessa instituição formadora de professores às principais instituições de formação de professores do país. Esse fato é enfatizado por Azevedo em seu discurso como paraninfo da turma de normalistas do Instituto de 1941, ao indicar que

---

6 - Sobre essa relação estabelecida entre Moreira e Azevedo ver: DANIEL, Leziany S. O Intelectual João Roberto Moreira e sua Obra “Os Sistemas Ideais de Educação”: um Estudo sobre o Campo Científico Educacional. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 16, n. 44, p. 62-81 set./dez. 2021.

o Instituto estava ao lado das “mais importantes instituições destinadas no país, à educação dos educadores. Tendo as suas raízes embebidas no solo da nação (...) respira este Instituto o ar vivo de seu tempo” (Azevedo, 1942, p. 12).

O Instituto de Educação de Florianópolis se configura como *locus* de produção e discussão científica do período, contribuindo com inúmeros debates quanto ao papel do professor, aos conhecimentos necessários para sua formação, constituindo-se como instância preocupada com a ampliação dos conhecimentos científicos necessários para respaldar e legitimar a prática pedagógica. A presença em Santa Catarina, no início do século XX, de inúmeras obras de Sociologia, bem como das principais coleções pedagógicas (“Bibliotheca de Educação” e “Biblioteca Pedagógica Brasileira”) do período, é uma evidência da sintonia existente no estado com as principais discussões educacionais ocorridas à época. Esse fato expõe a preocupação, por parte dos responsáveis, de proporcionar uma formação de professores pautada em conhecimentos e concepções que refletissem a dinâmica da sociedade brasileira na constituição de uma nova realidade ancorada pelo Movimento da Escola Nova.

No Paraná, assim como em todo o país, durante os anos de 1920 ocorre uma expansão de escolas de formação de professores, com as seguintes instituições: Instituto de Educação de Paranaguá (1926), que atendia o litoral; Instituto de Educação de Ponta Grossa (1927), na região dos Campos Gerais; e Instituto de Educação do Paraná, que passaria a ter sede própria a partir de 1922<sup>7</sup>. Importante destacar que anteriormente, em 1903, são criados os grupos escolares em Curitiba, oferecendo um maior nível de escolarização ao povo paranaense. Com isso, as Escolas Normais são difundidas pelo estado, sanando demandas por maior escolarização e por profissionais qualificados. Destaca-se também a criação, em 1912, da Universidade do Paraná, que se ampliaria e seria federalizada em meados da década de 1950, como a Universidade Federal do Paraná.

---

7 - O Instituto de Educação do Paraná teve diferentes denominações ao longo de sua história: em 1876 – Escola Normal; em 1923 – Escola Normal Secundária; em 1938 – Escola de Professores; em 1946 – Instituto de Educação do Paraná; em 1992 – Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto; e, em 1993 – Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto.

Para Cesar Prieto Martinez, Inspetor de Ensino no Paraná em 1920, a criação e expansão das Escolas Normais organizariam a “carreira do professor das escolas primárias em três categorias: normalistas, efetivos e subvencionados federais e estaduais” (Correia, 2013, p. 266). Para Martinez, a única forma de ensino que atenderia às reais necessidades da escola era a categoria “normalista”, porque formando os professores nas escolas normais se prepararia “o bom educador, o educador completo, aquele que tem mais probabilidade de vencer é o que alia ambos os elementos: a ciência e o gosto de ensinar” (Paraná, 1923 p. 21). Contudo, fazia-se necessário ampliar a criação das escolas de formação de professores para atender as demandas dos grupos escolares:

Considerando ainda que uma Escola Normal na capital é insuficiente, pois que do interior dificilmente se encaminham candidatos; e mais ainda que os professores aqui formados não deixam a capital, preferindo permanecer na expectativa de uma colocação no centro, ou desistindo, em busca de outro rumo; ficando, como consequência, sem professores a zona afastada do litoral e do interior, servida exclusivamente por pessoal leigo, com graves prejuízos para o ensino, alvitrei a criação de mais duas escolas: uma em Ponta Grossa e outra em Paranaguá (Paraná, 1923, p. 24).

Sob inspiração das ideias da Escola Nova, as reformas ocorridas no Paraná se fizeram em três fases, segundo Miguel (1992): início (1920-1938), consolidação (1938-1946) e expansão (1946-1960). Em 1923, pelo Decreto n. 274, a Escola Normal do Paraná foi transformada em Escola Normal Secundária de Curitiba, sendo que o Professor Lysimaco Ferreira da Costa, então diretor da instituição, redigiu as “Bases Educativas para a organização da nova Escola Normal”<sup>8</sup>, que estabelecia a divisão do Curso Normal em Geral e Especial.

Com relação ao Curso Geral, que a princípio teria duração de três anos, o professor Lysimaco relatava que quanto mais completa fosse a cultura

---

8 - As “Bases Educativas para a organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná” traçam normas de organização da Escola Normal Secundária, assinadas em 23 de janeiro de 1923 pelo professor Lysimaco Ferreira da Costa.

geral, mais erudito seria o professor primário e mais apto se tornaria para enfrentar o curso profissional e para exercer suas funções na escola. Para o Curso Especial ou Profissional, ficava estabelecido que as matérias deveriam ser ministradas em três semestres, devendo oferecer ao futuro professor boa técnica metodológica, apoiada nos princípios gerais da Pedagogia e nas noções fundamentais da Psicologia da Educação, de modo a transmitir com eficiência aos futuros professores os conhecimentos necessários. O Plano de Estudos foi organizado da seguinte maneira:

No 1º semestre: Psicologia, Metodologia Geral, Metodologia da Leitura e Escrita, Metodologia do Desenho, Hygiene [sic] e Agronomia; no 2º semestre: Moral e Educação Cívica: sua Metodologia, Noções de Direito Pátrio e de Legislação Escolar, Metodologia do Idioma Vernáculo, Metodologia da Aritmética, Metodologia do Ensino Intuitivo, Metodologia das Ciências Naturais e Metodologia da Geografia; no 3º semestre: Puericultura, Metodologia da História, Metodologia da Geometria e Metodologia da Música (Costa, 1923, p. 20).

Ao observar as bases educativas estabelecidas para o Curso Normal, percebe-se a importância de um conjunto de saberes escolares destinados à formação de professores, revelando ações refletidas e compartilhadas por diferentes orientações/grupos que demarcaram sua relação com a sociedade em uma determinada época e em determinado contexto cultural.

A partir de 1930, as reformas que alteraram os cursos de formação de professores no Paraná acompanham as mudanças ocorridas em cenário nacional. Especialmente, em 1938, a Escola Normal Secundária do Paraná passa a ser chamada Escola de Professores de Curitiba e novas normas são estabelecidas. O Decreto n. 6.597, de 1938, estabelece dois anos de duração para o curso, sendo organizado em quatro seções, cada uma com duração de um semestre, buscando o aperfeiçoamento cultural do magistério público do estado (Paraná, 1938). Assim sendo, as matérias foram distribuídas da seguinte forma:

1ª Seção: (1º semestre): Psicologia geral e infantil, Pedagogia geral, Metodologia e Prática de ensino, História da Educação; 2ª Seção: Metodologia e Prática do Ensino, Biologia aplicada à Educação, Puericultura, Higiene escolar; 3ª Seção: Metodologia e Prática do Ensino, Sociologia Geral, Sociologia Educacional; 4ª Seção: Metodologia e Prática do Ensino; Desenho, modelagem e Caligrafia, Trabalhos manuais, Música e canto orfeônico. Ainda, Aulas: Noções fundamentais de Agronomia, Educação Física e Educação Doméstica (Paraná, 1938).

Essas matérias de ensino elencadas em 1938 demonstram que toma corpo significativo a trajetória histórica dos saberes para a formação de professores normalistas em Curitiba, indicando um conjunto de práticas que estavam atreladas aos discursos sobre formas de conduzir a aprendizagem das moças, sendo os “livros, bibliotecas e leituras” dispositivos que auxiliariam nesses processos de formação. Dessa forma, é revelado o anseio por renovação educacional, aliado aos ideais de aprimoramento profissional das futuras professoras (Vidal, 2000, p. 12).

Lembramos com Toledo (2001) que o currículo específico de formação profissional dos professores ampliaria o mercado editorial. Nessa perspectiva, a CAP se destaca, pois, segundo Fernando de Azevedo, era constituída de uma série de obras sobre “biologia educacional, higiene escolar, psicologia aplicada à educação, filosofia e história de educação, sociologia educacional, didática, administração escolar” e sobre os problemas gerais e particulares da educação (Toledo, 2001, p. 75). Uma coleção de obras especiais destinadas aos futuros professores e aos seus educadores.

Nesse cenário, é possível observar que o acervo de manuais voltados ao professorado paranaense se amplia e é ressignificado. Ao serem realizadas pesquisas na Biblioteca Pública do Paraná (BPP) e na Biblioteca do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (BIEPPEP), constatou-se a presença de variadas obras da CAP, que passam a compor uma literatura pedagógica. Entre o período estudado (1930 a 1940), foram localizadas quinze (15) obras da CAP na BIEPPEP, em suas primeiras edições, conforme quadro 2:

**Quadro 2 – Obras da CAP localizadas na BIEPEP<sup>9</sup>**

Volume	Autor	Título	Edição	Ano
1	Azevedo, Fernando de	Novos caminhos e novos fins	2. ed.	1934
2	Dewey, John	Como pensamos	1. ed.	1933
7	Ramos, Arthur	Educação e <i>psychanalyse</i>	1. ed.	1934
11	Piéron, Henri	Psicologia do comportamento	1. ed.	1935
12	Wallon, Henri	Princípios de Psicologia Aplicada	1. ed.	1935
17	Carvalho, Delgado de	Sociologia aplicada	1. ed.	1935
19	Ricardo, Aristides	Biologia aplicada à educação	1. ed.	1937
20	Ricardo, Aristides	Noções de higiene escolar	1. ed.	1936
21	Dewey, John	Democracia e educação	1. ed.	1936
22	Azevedo, Fernando de	A educação e seus problemas	1. ed.	1937
25	Roxo, Euclides	A matemática na educação secundária	1. ed.	1937
28	Espinheiro, Ariosto	Arte popular e educação	1. ed.	1938
31	Rodrigues, Milton C. da Silva	Educação comparada	1. ed.	1938
34	Monroe, Paul	História da Educação	1. ed.	1939
37	Ramos, Arthur	A criança problema	2. ed.	1949

**Fonte:** As autoras (2023).

Com relação à BPP, foram localizadas apenas cinco (5) primeiras e/ou segundas edições de obras voltadas à formação docente publicadas pela CAP entre 1930-1940, como é possível verificar no quadro 3, a seguir:

**Quadro 3 – Obras da CAP localizadas na BPP**

Volume	Autor	Título	Edição	Ano
21	Dewey, John	Democracia e educação	1. ed.	1936
26	Rabello, Sylvio	A representação do tempo na criança	1. ed.	1938
32	Casassanta, Guerino	Jornais escolares	s. ed.	1939

9 - Não encontramos registros sobre o ano de aquisição desses livros. No quadro apontamos especialmente as primeiras edições das obras, pois, a título de análise, priorizamos as edições conforme os primeiros anos da sua publicação.

40	Azevedo, Fernando de	Velha e nova política	1. ed.	1943
42	Santos, Theobaldo Miranda	Noções de psicologia educacional	3. ed.	1949

**Fonte:** As autoras (2023).

Cumprir destacar que da totalidade dos 185 volumes publicados pela CAP entre os anos de 1930 a 1980, foram localizadas 56 obras na BIEPPEP, representando aproximadamente 30% dos títulos publicados pela coleção, e na BPP foram localizadas as primeiras edições de 46 obras. Por meio dessa amostra é possível afirmar que a circulação dos manuais da CAP se tornou um importante subsídio para a formação de professores do estado. Com relação ao período de 1930 a 1940, a presença das primeiras edições das obras da CAP na BIEPPEP possibilita identificar um processo de diversificação de estudos voltados à formação do professorado e de autores (nacionais e estrangeiros). Diferentemente da BIEPPEP, o acervo da BPP é menor com relação a essas décadas, mas observa-se, por exemplo, que a obra de John Dewey *Democracia e educação* (1936) está presente nas duas bibliotecas.

Especialmente, a obra *Como pensamos* de Dewey – considerado como fonte de inspiração da reforma, assim como os próprios agentes da mesma, como Fernando de Azevedo, Arthur Ramos, entre outros –, recomendada para o Instituto de Educação de Santa Catarina e presente na BIEPEP, se tornou uma das mais utilizadas em cursos de formação de professoras:

A leitura dos Programas de Ensino da Escola de Educação [Distrito Federal] apontava para alguns *best-sellers*. Dos nove programas acompanhados de bibliografia, publicados pela *Arquivos do Instituto de Educação*<sup>10</sup>, sete indicavam como leitura obrigatória e recomendável, *Como pensamos*, de John Dewey, e *Introdução ao estudo da Escola Nova*, de Lourenço Filho [...] (Vidal, 2001, p. 193, grifos da autora).

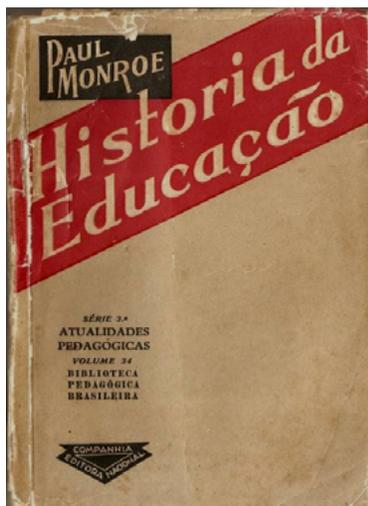
Destacamos também a presença da obra do estadunidense Paul Monroe, *História da Educação*, na BIEPPEP, reeditada dezessete vezes até 1987 pela CAP, somando a maior tiragem (86.961 livros) entre os manuais de História da

10 - Arquivos do Instituto de Educação, Distrito Federal, 1 (3): 295-359, mar. 137.

Educação da coleção, assim como a recomendação da obra *Noções de História da Educação* de Afrânio Peixoto, primeiro manual de História da Educação da coleção, para uso no Instituto de Educação de Santa Catarina e, como aponta Vidal (2001, p. 194), indicada no resumo das aulas de “Leitura e linguagem”, nas “Leituras recomendáveis para alargamento da cultura geral”, bem como nos programas de ensino de Filosofia da Educação da Escola de Professores do Instituto de Educação do Distrito Federal.

Dessa maneira, a circulação dos manuais nos cursos de formação de professores se ajusta aos programas e currículos, sendo mediadores das aulas e enunciadores de marcas culturais que vinculam concepções pedagógicas, saberes e dimensões simbólicas. Ou seja, se por um lado cumpriam função de mediadores do conhecimento a ser ensinado e aprendido, por outro mediavam discursos pedagógicos. De forma geral, os manuais publicados entre 1930 e 1940 eram apresentados para as futuras professoras num formato 14x20 cm, sendo característica da CEN apresentar capas coloridas em cores contrastantes, com uma faixa (5 cm) em cores variadas que cruzava obliquamente a capa destacando o título da obra, para despertar a atenção dos leitores. O nome do autor ficava em destaque no canto esquerdo dentro de um retângulo preto (5x2,5 cm). Do lado esquerdo (7,5 cm de baixo para cima) aparecia o nome da coleção, volume, série e nome da biblioteca (BPB). E, abaixo da descrição da coleção, encontrava-se o logotipo da editora, como é possível observar na obra de Paul Monroe (figura 1):

**Figura 1** - Capa do manual de Paul Monroe.



**Fonte:** Monroe (1939).

As capas chamam a atenção do público-alvo para o projeto editorial voltado à formação de professores. Também divulgam a coleção, a editora, o autor do manual, o volume, em alguns casos os tradutores e apresentam o produto à venda. Segundo Toledo (2001, p. 105), as capas representam “a identidade da Coleção e sua afirmação como tal, dentro do mercado de livros que, a partir dos anos 1930, começa a ser cada vez mais competitivo”.

Destarte, os manuais estabeleciam um *protocolo de leitura*, nos valendo do termo utilizado por Batista e Galvão (2009). Nesse protocolo reuniam-se as intenções do autor e editor ao provável leitor(a), a fim de conduzi-lo(a) à leitura do livro. Dos elementos externos aos internos, como as capas, orelhas, os índices, os sumários, capítulos, sugestões de leituras, referências, entre outros elementos como as imagens, os manuais sugerem uma leitura e constroem significados. Significados relacionados à educação, à escola e ao ensino.

Os manuais, em sua *efetividade* anunciada como qualidade da CAP e enquanto capacidade de permanência e de continuidade, tornam-se objetos

em circulação – *circulação de ideias*, que implicam em manifestação de valores e comportamentos, como enfatiza Chartier (1990). Nada se tornou “mais significativo que a criação e organização de uma vasta literatura pedagógica para ocupar os espaços escolares” (Roballo, 2012, p. 330).

### *Considerações finais*

A construção deste texto foi um desafio, um trabalho de tessitura coletivo, pois buscou reunir análises e esforços de pesquisas realizadas ao longo de anos, mas que até este momento realizavam-se de forma específica em cada estado.

A formação de professores e seus manuais foram nosso mote de pesquisa e mostraram, mediante fontes variadas, como se construíram concepções e se forjaram projetos formativos comuns no interior do movimento pela Escola Nova, na primeira metade do século XX. Seja mediante documentos de Estado (decretos, circulares etc.) ou através da presença de manuais em bibliotecas, nossa pesquisa mostra a riqueza das fontes e as problemáticas comuns que podem ser compartilhadas. O que se observa na história das leituras para os professores em Santa Catarina e no Paraná, retratadas neste trabalho, é que prevalece a presença de livros com temas variados, como: Educação, Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Democracia e Escola Nova, Arte, Matemática, História da Educação e da Pedagogia, Educação Comparada, Higiene, entre outros, que tornam esses artefatos produtores de sentidos para a formação docente.

Assim sendo, é possível vislumbrar que os processos de formação de professores privilegiaram, ao longo de sua história, ensinar a ser professor e professora mediante a apropriação de conhecimentos de toda a natureza, analogamente a outras profissões. Por meio dos manuais, ensinava-se para que quando formado(a), o professor e a professora alcançassem sua atuação profissional no espaço escolar.

Com as análises realizadas sobre a presença dos manuais da CAP em Santa Catarina e no Paraná, conclui-se que eles passaram a compor uma

vasta literatura pedagógica voltada para a formação docente. São obras que ofereciam a complementaridade entre dimensões científicas e curriculares e, na sua diversidade, “tornaram-se instrumentos didáticos – *mediadores* – no processo de leitura e de aprendizagem” (Roballo, 2022, p. 182), sendo importantes objetos em circulação, mantendo viva a memória da formação docente e representando um testemunho sobre um modo de se pensar a educação e de se tornar professora e professor.

### *Fontes*

AZEVEDO, Fernando de. Entre as angústias do presente. **Estudos Educacionais**. Publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis, ano I, n. 3, p. 8-18, nov. 1942.

COSTA, Lysimaco Ferreira. **Bases Educativas para a organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná**. Curitiba: s/n. 1923.

MONROE, Paul. **História da Educação**. Tradução de: Nelson Cunha de Azevedo. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v. 34).

MOREIRA, João Roberto. **Os Sistemas Ideais de Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PARANÁ. **Relatório do diretor geral da Instrução Pública Cesar Prieto Martinez, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Marins Alves de Camargo sobre o ano de 1922**. Curitiba: Typ. d'A República, 1923.

PARANÁ. **Decreto 6597 de 1938**. Regulamenta a escola de professores. Curitiba: DEAP, 1938.

SANTA CATARINA. **Circular n. 32**. Florianópolis, 26 de setembro de 1935. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. Florianópolis/SC: Imprensa Oficial, 1935.

SANTA CATARINA. Decreto-lei n. 217, de 09 de março de 1937. Organização dos programas, a título provisório, das disciplinas ministradas na Escola Normal Superior Vocacional. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, ano IV, n. 877, mar. 1937.

SANTA CATARINA. Circular n. 126. Florianópolis, de 26 de dezembro de 1942. **Circulares de 1942**. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. Florianópolis/SC: Imprensa Oficial, 1942.

SANTA CATARINA. **Educação Popular. Movimento do ano letivo de 1935.** Da mensagem do Exmo sr. dr. Nerêu Ramos, Governador do Estado, apresentada à Assembléia Legislativa em 16 de julho de 1936. Departamento de Educação, Florianópolis/SC: Imprensa Oficial, 1936.

VISITAS ILUSTRES. **Estudos Educacionais.** Florianópolis/SC: Imprensa Oficial, n. 3, nov. 1942.

## *Referências*

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil:** elementos para uma história. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810-1910).** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CORREIA, Ana Paula Pupo. Escolas Normais: contribuição para a modernização do Estado do Paraná (1904 a 1927). **Educar em Revista**, n. 49, jul./set. 2013, p. 245-273.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural - entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação.** v. 6, n. 11, 2002, p. 5-24. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>. Acesso em: 10 set. 2023.

DANIEL, Leziany Silveira. **Por uma psico-sociologia educacional:** a contribuição de João Roberto Moreira para o processo de constituição científica da pedagogia nos cursos de formação de professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

DANIEL, Leziany Silveira. **João Roberto Moreira (1912-1967):** itinerários para uma racionalidade ativa. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DANIEL, Leziany S. O Intelectual João Roberto Moreira e sua Obra “Os Sistemas Ideais de Educação”: um Estudo sobre o Campo Científico Educacional. **Cadernos de Pesquisa:** Pensamento Educacional, Curitiba, v. 16, n. 44, p. 62-81, set./dez. 2021.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1996.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A Pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento.** Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão:** Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez, 1989

MONARCHA, Carlos. As três fontes da Pedagogia científica: A psicologia, a sociologia e a biologia. **Didática.** São Paulo, n. 28, 1997, p. 41- 49.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil.** 11.ed. Campinas: Papirus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

NÓBREGA, Paulo. **Grupos Escolares:** Modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (org.) *Mosaico de escolas:* Modos e educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidadã Futura, 2003, p.253-280.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Shola Mater:** a antiga Escola Normal de São Carlos. São Carlos: Edufscar, 1996.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil.** São Paulo: Ática, 1990.

PONTES, Heloísa. **Retratos do Brasil:** editores, editoras e “Coleções Brasilianas” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil.* São Paulo: IDESP, 1989, p.56-89.

ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges. **Manuais de história da educação da coleção atualidades pedagógicas (1933-1977):** verba volant, scripta manent. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges Uma história de leituras para a formação de professoras e professores paranaenses (1900-1980). **Revista Linhas,** v. 23, n. 53, set./dez. 2022, p. 161-185.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **A escola normal catarinense sob a batuta do professor Orestes Gimarães.** In: DALLABRIDA, Norberto (org.) *Mosaico de escolas:* Modos e educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p.221-252.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas:** do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Livros por toda parte:** o ensino ativo e a racionalização da leitura nos anos 1920 e 1930 no Brasil. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 335-358.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Uma biblioteca escolar:** práticas de formação docente no Rio de Janeiro, 1927-1935. In: CARVALHO, Martha Maria Chagas de.; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs). *Biblioteca e formação docente: percursos de leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.11-36.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar:** livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

## *Manuais pedagógicos como objeto e fonte de pesquisa histórica: possibilidades de investigação*

Carolina Ribeiro Cardoso<sup>1</sup>  
Natália Fortunato<sup>2</sup>



### *Introdução*

Este texto tem por objetivo apresentar possibilidades teórico-metodológicas de investigação de manuais pedagógicos como objeto e fonte de pesquisa histórica, especialmente no que tange às contribuições de obras dessa natureza para a história e historiografia da educação e, de forma mais específica, para estudos sobre cultura material escolar. Além disso, apresentam-se alguns exercícios de análise de manuais pedagógicos com base em pesquisas que desenvolvemos durante o mestrado<sup>3</sup> e o doutorado<sup>4</sup>, considerando dois manuais produzidos na segunda metade do século XIX que compuseram o corpus documental de nossas pesquisas, a saber: *Curso Prático de Pedagogia*, de Jean Baptiste Daligault (1870), e *Pedagogia e Methodologia: teoria e pratica*, de Camillo Passalacqua (1887)<sup>5</sup>.

A expressão manuais pedagógicos refere-se a um conjunto abrangente de “livros escolares que versam sobre questões de ensino e são escritos para formar professores e/ou para auxiliá-los no aperfeiçoamento de seu trabalho” (CATANI; SILVA, 2010, p. 4). Feitos para “ensinar a ensinar” e

---

1 - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: carolina.r.cardoso@ufsc.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1007042424241782>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2389-9931>.

2 - UDESC, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: natipedago@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2868653024112190>.

3 - FORTUNATO, Natália. *Ensinar a ler e a escrever: saberes inscritos em manuais pedagógicos* (Santa Catarina / 1856-1892), 2017.

4 - CARDOSO DA SILVA, Carolina Ribeiro. “A justa medida do progresso dos alunos”: avaliação escolar em manuais de Pedagogia (segunda metade do século XIX), 2018.

5 - Utilizaremos a grafia original do título das obras.

com função peculiar na formação de professores, os manuais pedagógicos são documentos históricos preciosos para a historiografia da educação. Nas palavras de Catani & Silva (2010, p. 1), o estudo das particularidades desses livros permite “ampliar o que se sabe sobre a formação e o exercício do magistério, sobre a profissão e as ciências da educação, uma vez que eles traduzem o que se considera, em cada momento, ‘o que há de melhor’ a ser feito pelos professores”.

O texto foi organizado em duas seções. Na primeira, os manuais pedagógicos são entendidos como objeto de pesquisa em relação à história do livro; neste sentido, apresentam-se quatro possibilidades de análise: 1) conhecer a identidade ou biografia dos livros; 2) interpretar os sentidos sociais dessas obras; 3) articular diferentes campos do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar; 4) observar aspectos materiais do objeto livro. Destacam-se, ainda, algumas contribuições do domínio científico da manualística e apresenta-se um exercício de análise de manuais pedagógicos como objeto de pesquisa considerando aspectos como: a quem se destinam, contexto de produção, autoria, circulação e materialidade.

Na segunda seção, os manuais são discutidos como fonte de pesquisa em relação à história cultural; desta vez, apresentam-se três possibilidades de análise: 1) considerar o conteúdo das obras como representação do passado; 2) trabalhar no entrecruzamento de fontes; 3) pensar os saberes pedagógicos na interface com as noções de cultura escolar e cultura material escolar. Apresenta-se, ainda, um exercício de análise de manuais pedagógicos como fonte de pesquisa considerando o levantamento de objetos recomendados para as escolas e que se relacionam com duas importantes ações do trabalho docente, mormente no contexto da chamada “escola primária”, quais sejam: alfabetizar e avaliar.

### *1. Manuais pedagógicos como objeto de pesquisa*

Para analisarmos os manuais pedagógicos como objeto de pesquisa consideramos fundamental pensá-los em relação à história do livro.

Segundo o historiador Robert Darnton (2010), a história do livro vem sendo reconhecida internacionalmente como um campo de estudo rico e diversificado. Para o autor, até se poderia falar em “história social e cultural da comunicação impressa” uma vez que “sua finalidade é entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento da humanidade nos últimos quinhentos anos” (DARNTON, 2010, p. 122).

Enquanto obras voltadas para a formação de professores, os manuais pedagógicos estão inscritos no quadro da cultura escrita, assim como outros suportes de leitura, tais como jornais, periódicos e manuscritos. Portanto, eles podem ser analisados como formas de comunicação impressa que tinham a finalidade de transmitir determinadas ideias, neste caso, ideias pedagógicas.

A história do livro aponta diferentes possibilidades metodológicas que podem servir de referência para a análise dos manuais pedagógicos como objeto de pesquisa. Destacamos quatro delas. A primeira é analisarmos a biografia dos livros (DARNTON, 2010). Darnton utiliza essa expressão ao afirmar que, de modo geral, os livros impressos passam por um “ciclo de vida” bastante similar, que pode ser descrito como “um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é um livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor” (DARNTON, 2010, p. 125). Conforme o autor, a história do livro se interessa “por cada fase desse processo e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante” (p. 126).

Uma segunda possibilidade é considerarmos os sentidos sociais que sustentam a produção e a leitura dos manuais pedagógicos, conforme apontamento feito por Darnton: “As perguntas sobre quem lê, em que condições, em que momento, com que resultados, ligam os estudos da leitura à sociologia” (p. 147). Neste sentido, os manuais pedagógicos – assim como as obras analisadas pelo referido autor – podem ser lidos como livros que “se abrem para o problema mais amplo de como o contato com a palavra impressa afeta a maneira de pensar dos homens” e de “como a palavra

impressa moldou as tentativas dos homens de compreender a condição humana” (p. 148).

A terceira possibilidade é operar analiticamente de forma interdisciplinar. Para Darnton, os livros, quando tratados como objeto de estudo, “se recusam a ficar confinados dentro dos limites de uma única disciplina” (DARNTON, 2010, p. 149). Assim, articular saberes advindos de diferentes campos do conhecimento, como história, economia, sociologia, psicologia e pedagogia, por exemplo, pode ser uma forma de “fazer justiça a todos os aspectos da vida de um livro”.

Por fim, destacamos a possibilidade de análise dos manuais a partir da própria materialidade do suporte. É especialmente aqui que nos aproximamos da perspectiva da cultura material que, em boa medida, se articula com as demais possibilidades analíticas que indicamos anteriormente. Não se trata, portanto, da mera descrição material do livro, ainda que esse aspecto possa estar presente na análise, mas da interpretação dos sentidos que essa materialidade assume em uma determinada cultura.

Passamos agora a destacar, de forma mais específica, alguns elementos de análise dos manuais pedagógicos na articulação com o domínio científico da manualística. Para este campo de estudos, os livros ou manuais escolares (dentre eles aqueles destinados à formação de professores) são entendidos como uma classe específica de texto, podendo-se afirmar, inclusive, como um gênero textual com atributos próprios, ligados a uma estrutura editorial-didática que a diferencia de outros (ESCOLANO BENITO, 2012).

O pesquisador português Justino Magalhães (2006) também destacou que, em sua configuração mais geral, a história do manual escolar comporta percursos semelhantes aos da história do livro, como já indicamos anteriormente. Assim, questões como inscrição do livro no quadro da cultura escrita, materialidade do livro e o suporte que a comporta, configurações tipográficas, planos autorais e editoriais, por exemplo, perpassam tanto pesquisas sobre a história do livro de modo geral quanto dos manuais escolares/pedagógicos em particular.

O interesse em pesquisar livros escolares fez emergir projetos de investigação em grande escala e em diferentes países, permitindo abordagens comparativas. Nesse contexto, podemos destacar o projeto *Emmanuelle*, na historiografia francesa; o projeto *Manes*, na historiografia ibero-americana; o projeto *EME*, em Portugal (MAGALHÃES, 2006); o projeto *Les Manuels scolaires québécoises*, no Canadá; o projeto *Edisco*, na Itália; o projeto *Livres*, no Brasil<sup>6</sup> e o programa *HISTELEA*, sobre manuais de leitura e escrita na Argentina (ROCHA E SOMOZA, 2012). Também foram criados, segundo Rocha e Somoza (2012), grupos internacionais de pesquisa, como a *IARTEM - International Association for research on textbooks and educational media* (Associação Internacional para Pesquisa em Livros Didáticos e Mídia Educacional) e a *Internationale Gessellschaft für historische und systematische Schulbuchforschung* (Sociedade Internacional para a Investigação Histórica e Sistemática de Livros Escolares).

Segundo Magalhães (2008), a historiografia do livro escolar tem sido organizada em três linhas de investigação: a) inventariação/seriação; b) estudos específicos do conhecimento científico e didático, articulados com a história das disciplinas e da cultura escolar; c) comparação. Muitas pesquisas também têm se dedicado ao que o autor chama de “etno-historiografia do livro e do manual escolar”, um conceito centrado em fatores de natureza econômica e social que visa compreender, através da constituição de grandes listagens e séries, a especificidade da natureza e da história do livro como produto cultural e bem comerciável.

Devido aos limites e objetivos deste trabalho, não seria possível aprofundar essas questões. Entretanto, acreditamos que a história do livro e a manualística são campos de estudos ricos para quem pretende tomar os manuais escolares/pedagógicos como objeto de investigação.

---

6 - O *Livres* é um banco de dados de livros escolares brasileiros vinculado à Biblioteca do Livro Didático e Acervos Especiais da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Destacamos aqui também o grupo e projeto de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (Hisales), em desenvolvimento desde junho de 2006 na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, coordenado pelas profas. dras. Eliane Peres, Vania Grim Thies e Chris de Azevedo Ramil, que, além de envolver a investigação na área da alfabetização, leitura e escrita, também tem como um de seus objetivos fundamentais constituir acervos para a manutenção da história e da memória da alfabetização. Ainda, o Acervo Histórico do Livro Escolar (Ahle), localizado na Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Interessa-nos, agora, apresentar um exercício de análise de manuais pedagógicos como objeto de pesquisa, mobilizando os estudos que realizamos durante o mestrado e doutorado. Para tanto, consideramos duas obras que compuseram o corpus documental de nossas pesquisas, conforme indicado na introdução deste capítulo, são elas: Curso Pratico de Pedagogia, de Jean Baptiste Daligault (1870), e Pedagogia e Methodologia: teoria e pratica, de Camillo Passalacqua (1887).

### *1.1 Exercício de análise dos manuais como objeto de pesquisa*

Partimos da compreensão defendida por Escolano Benito (2012) de que “todo manual é um texto com identidade”. Assim, para mostrar ao leitor alguns elementos que constituem a identidade das obras selecionadas, buscamos responder os seguintes questionamentos: A quem se destinam esses livros? Qual o contexto de produção? Quem foram seus autores? Por onde eles circularam? Que características materiais assumiram?

Os manuais pedagógicos de Daligault e Passalacqua, assim como outros da mesma natureza produzidos na segunda metade do século XIX, tinham como prováveis leitores alunos das escolas normais, aspirantes ao magistério ou professores em exercício. Com uma estrutura editorial/organizacional bastante similar, essas obras tratam de diferentes questões do ensino primário e se propõem a ensinar elementos teóricos e práticos sobre a pedagogia tanto no que diz respeito à organização geral da escola quanto à “arte de ensinar” em particular.

Escritas por professores de escolas normais, com base em “modernos sistemas de ensino”, tais obras tinham como objetivo subsidiar didaticamente as aulas ministradas na cadeira de pedagogia, mas também serviram de referência para quem desejava prestar concurso para o magistério. Apresentaremos, a seguir, os manuais selecionados levando em consideração os seguintes aspectos: contexto de produção, autoria, circulação e materialidade do livro<sup>7</sup>.

---

7 - As informações apresentadas nos itens 1.1.1 e 1.1.2 foram fruto das pesquisas que realizamos em jornais do período analisado, levantamentos bibliográficos, arquivos públicos e nos próprios manuais analisados. Para um maior

### 1.1.1 *Curso Pratico de Pedagogia, de Jean Baptiste Daligault*

A obra foi publicada originalmente na França em 1851 pela editora parisiense Dezobry et E. Magdeleine. A primeira edição teria sido bem recebida pelo ministro da Instrução Pública e pelos “especialistas na arte”, sendo recomendada tanto para servir de base aos professores em exercício quanto para chegar às mãos dos alunos das escolas normais. Em 11 de março de 1852, o Conselho Acadêmico de Orne aprovou a obra e, no ano seguinte, uma segunda edição foi publicada devido ao esgotamento da primeira. Uma terceira edição foi publicada em 1864. Finalmente, uma quarta edição seria publicada, mas, devido à Guerra Franco-Prussiana, de 1870 a 1871, esse projeto foi abandonado (SURVILLE, 1908). A obra foi reeditada pela Biblioteca Nacional da França, sendo lançada em 2017 pela Editora Hachette Livre.

Seu autor, Jean Baptiste Daligault, nasceu em La Chapelle-Biche, uma comuna na região administrativa da Baixa-Normandia, departamento de Orne, na França, em 2 de março de 1811, da união de Julien Daligault e Marie Jenvrin. Em 1831, iniciou o trabalho como preceptor particular; em 24 de setembro de 1833, foi diplomado em Letras, assumindo a função de regente no Collège de Bayeux, onde atuou até 21 de setembro de 1834. Depois disso, trabalhou como professor no Collège Royal ocupando essa função por três anos. De 1837 a 1849, Daligault assumiu a função de inspetor das Escolas Primárias de Calvados. Em 20 de junho de 1849, foi chamado a assumir a direção da Escola Normal de Alençon para substituir o então diretor Sr. Valette.

Além de atuar na direção da escola normal, Daligault também passou a ministrar os cursos de gramática, pedagogia e estilo (relativos à língua francesa). Dois anos depois, publicou o *Cours pratique de pédagogie* de modo a sistematizar as lições que ministrava na escola normal. Daligault também teria elaborado um curso de horticultura a partir de suas experiências de trabalho na escola normal, obra que permaneceu manuscrita, assim como poesias. Exerceu a função de diretor na Escola Normal de Alençon até 1º de

julho de 1871, quando uma ordem do então ministro da Instrução Pública Jules Simon conferiu-lhe a aposentadoria. Em 3 de agosto de 1894, Daligault faleceu aos 83 anos.

Para além dos territórios franceses, localizamos indícios de circulação do manual em bibliotecas de Portugal (SOUZA, 2013) e no Brasil poucos anos após sua publicação na França, sendo considerado um dos manuais pedagógicos mais antigos em terras brasileiras (SILVA, 2006). No caso de Santa Catarina, por exemplo, localizamos informações de que a obra teria composto a Biblioteca Pública provincial em 1856, sendo traduzida no mesmo ano (integral ou parcialmente)<sup>8</sup> por Francisco de Paula Marques de Carvalho, também conhecido como Franc de Paulicéia. Em 1865, ela foi traduzida por Joaquim Pires Machado Portella e publicada em Recife pela Typographia Universal. Em 1870, uma segunda edição, traduzida por Franc de Paulicéia, foi publicada em Santa Catarina pela Typographia de Ribeiro & Caminha. Quatro anos depois, em 1874, uma nova edição, com tradução de Portella, foi publicada no Rio de Janeiro pela A. A. da Cruz Coutinho.

Durante a realização de nossas pesquisas, por meio da análise de jornais e referenciais bibliográficos, foi possível localizar indícios de circulação desse manual nas províncias de Santa Catarina, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, Paraná, Maranhão, Paraíba e Bahia. Segundo Marta Carvalho (2007), o livro ainda teria sido exibido como um dos itens da Exposição Universal de 1867, em Paris.

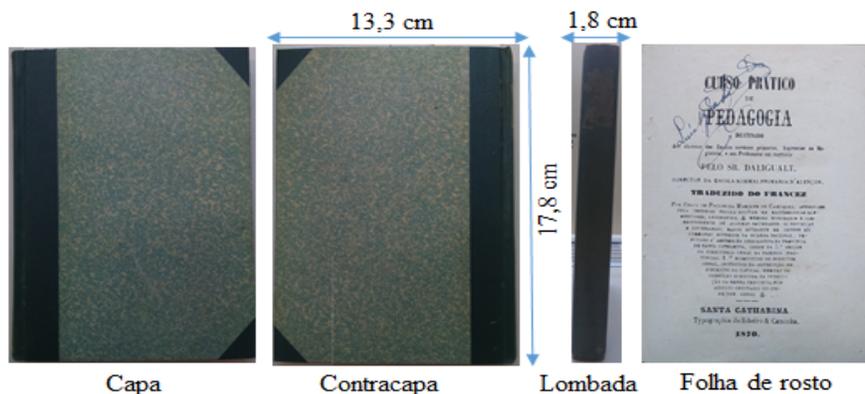
Quanto à materialidade da obra, consideramos as características da 2ª edição traduzida para o português em Santa Catarina, embora produzida originalmente na França. Trata-se de um livro com 286 páginas com encadernação em capa dura<sup>9</sup>. As medidas, bem como imagens da capa, contracapa, lombada e folha de rosto, podem ser observadas na figura 1.

---

8 - Não localizamos nenhum exemplar da primeira edição completa da obra traduzida em Santa Catarina, embora haja registros de aprovação orçamentária para o pagamento de tradução e impressão do manual em 1856. De todo modo, o primeiro capítulo do manual, que tem como título «As dignidades das funções do professor primário», foi publicado no jornal O Mensageiro em maio de 1856, com tradução de Franc de Paulicéia.

9 - O exemplar de Daligault utilizado neste artigo se encontra no setor de Obras Raras da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina. Não foi possível saber se a encadernação é original ou fruto de processo de restauro. Um exemplar em francês, com datação de 1853, foi localizado em um sebo virtual de Niterói/RJ, sendo comercializado pelo valor de R\$50,00.

**Figura 1** - Dimensões da obra e imagens de capa, contracapa, lombada e folha de rosto



**Fonte:** DALIGAULT (1870). Disponível no acervo de Obras Raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Figura organizada por Natalia Fortunato (FORTUNATO, 2017).

### 1.1.2 *Pedagogia e Methodologia: teoria e pratica, de Camillo Passalacqua*

Esta obra foi publicada em 1887 no Brasil pela Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp. Aprovada em 1º de março de 1887 pela congregação de professores da Escola Normal de São Paulo, foi destinada aos alunos da referida escola e anunciada na árvore sinótica da contracapa como Curso Completo de Pedagogia e Methodologia.

Seu autor, Camillo Passalacqua, nasceu em Scaléa, Província de Cozenza, na Itália, em 7 de maio de 1858, filho de João Cristómo Passalacqua e Raphaela Bello Passalacqua. Ainda criança, por volta dos sete anos, mudou-se com a família para o Brasil, instalando-se em São Paulo. Camillo Passalacqua fez seus estudos primários e secundários no Seminário Episcopal de São Paulo. Estudou filosofia e teologia no referido seminário, recebendo as ordens do presbiterato em 16 de junho de 1881. Além de padre e professor da

Escola Normal de São Paulo, Passalacqua foi reitor do Seminário Episcopal. Participou de comissões encarregadas de examinar alunos da escola pública de primeiras letras e candidatos ao professorado público de primeiras letras.

Em 1885, foi nomeado para reger interinamente a quarta cadeira da Escola Normal de São Paulo, Pedagogia e Metodologia, que dois anos depois daria título ao seu manual, escrito para subsidiar as aulas que ministrava na referida escola. No mesmo ano, prestou concurso para assumir a referida cadeira e foi considerado habilitado. O padre Passalacqua fundou várias associações religiosas e estabelecimentos de ensino, como o Colégio Sion e o Ginásio N. S. do Carmo. Com a proclamação da República, a Escola Normal foi reestruturada e a reforma de 1890 determinou a supressão da cadeira de pedagogia e, devido a isso, Passalacqua passou a reger a cadeira de português e literatura. Tempos depois, aposentou-se do cargo alegando motivos de saúde. A obra de Camillo Passalacqua, italiano naturalizado brasileiro, é uma das poucas obras de pedagogia escritas em língua vernácula no século XIX. Passalacqua também publicou *O homem do século*, livro de ensino de religião, além de conferências e discursos, e faleceu em 12 de junho de 1920.

Quanto à circulação, além da presença da obra na Escola Normal de São Paulo (TREVISAN, 2011; PEREIRA, 2013), o manual foi indicado para a cadeira de Pedagogia da Escola Normal do Atheneu Sergipense em 1888 (SOUZA, 2014). Em Santa Catarina, o livro de Passalacqua foi citado no jornal *República* de 15 de dezembro de 1891, quando a divulgação de que “pelo cidadão Joaquim de Oliveira Costa foram remetidos ao diretor desta casa [Liceu de Artes e Ofícios] os seguintes livros: *Pedagogia e Methodologia* (teórica e prática) de Passalacqua [...]”<sup>10</sup> foi publicada. Entretanto, foi no Regulamento da Escola Normal Catharinense de 1897 que localizamos o programa de ensino em que consta a indicação do manual de Camillo Passalacqua para adoção na referida escola. Não foi possível averiguar se a obra foi recomendada ou adotada em outras escolas normais do país, mas sabe-se que foi enviada para a imprensa das províncias de Sergipe e Rio de Janeiro, segundo notas de jornais divulgadas no próprio manual.

---

10 - Grafia do original.

Para apresentação de sua materialidade, consideramos o exemplar de 1887, mesmo ano de sua produção. Trata-se de um livro com 179 páginas com encadernação em capa dura<sup>11</sup>. A obra foi escrita em língua portuguesa. As medidas do livro, bem como imagens da capa, contracapa, lombada e folha de rosto, podem ser observadas na figura 2.

**Figura 2** - Dimensões da obra e imagens de capa, contracapa, lombada e folha de rosto



**Fonte:** Passalacqua (1887). Acervo pessoal de Carolina Ribeiro Cardoso. Figura organizada por Natalia Fortunato (FORTUNATO, 2017).

Tanto o manual de Daligault quanto o de Passalacqua têm características editoriais bastante similares: são livros pequenos, de fácil manuseio, concebidos para servir de curso de pedagogia e que articulam elementos teóricos e práticos. Nesse sentido, eles se diferenciam de manuais do tipo “tratado de pedagogia” que são, em geral, maiores e se fundamentam essencialmente em pressupostos científicos, não tendo uma preocupação tão direta com a recomendação de elementos práticos.

11 - A obra aqui apresentada foi localizada em um sebo online em Niterói/RJ em setembro de 2015 e adquirida pelo valor de R\$99,00. Pelo que podemos observar, trata-se da encadernação original. Outro exemplar impresso se encontra no Laboratório de Ensino e Material Didático, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

## *2. Manuais pedagógicos como fonte de pesquisa*

Nesta seção, nos propomos a pensar os manuais pedagógicos como fonte de pesquisa em relação à história cultural. De acordo com a historiadora Sandra Pesavento, a perspectiva da História Cultural – também chamada de Nova História Cultural –, trata, antes de tudo, “de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelo homem como forma de explicar o mundo” (PESAVENTO, 2008, p. 15). Nesse contexto, a cultura é entendida como “uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa” (PESAVENTO, 2008, p. 15).

A história cultural se desenvolveu no quadro de uma renovação historiográfica, especialmente a partir dos anos 80 do século XX, apontando para a construção de novos objetos epistêmicos e abordagens teórico-metodológicas. Nesse sentido, destacamos três possibilidades de análise que acreditamos servir de referência para aqueles que desejam tomar os manuais pedagógicos como fonte de pesquisa.

A primeira delas é considerar o conteúdo dos livros escolares/pedagógicos como representação. A categoria de representação, que acompanhou o redirecionamento da história cultural, proporcionou uma mudança tanto na maneira de entender o passado quanto no modo de pensar as marcas deixadas por ele sob a forma de fontes, sendo elas próprias entendidas como representações do passado (CHARTIER, 2011).

Partilhamos o entendimento de que o passado não pode ser acessado pelo presente senão por meio de representações. Neste sentido, os conteúdos dos manuais pedagógicos não devem ser lidos como verdades “imediatas” e “transparentes” uma vez que não nos permitem acessar, de fato, o que foi vivido nas escolas do século XIX. Contudo, nos permitem acessar representações do acontecido “que o historiador visualiza como fontes ou documentos para sua pesquisa, porque os vê como registros de significado para as questões que levanta” (PESAVENTO, 2008, p. 42).

A segunda possibilidade de análise refere-se ao entrecruzamento de fontes. Thais Nívia de Lima e Fonseca, em um artigo publicado em 2004, destacou a relevância do trabalho de investigação de manuais escolares como fonte no entrecruzamento com outros documentos, como sugere a perspectiva metodológica da história cultural. Nesse campo de investigação, os manuais didáticos, os livros de literatura, as cartilhas e os manuais pedagógicos são apontados pela autora como as fontes mais utilizadas nas pesquisas, frequentemente entrecruzadas com obras de literatura, legislação e documentos escolares (FONSECA, 2004).

A terceira possibilidade, articulada com as anteriores, é analisar os saberes pedagógicos inscritos nos manuais na interface com as noções de cultura escolar e cultura material escolar. Compartilhamos, com Escolano Benito (2009), o entendimento de que todo manual é um espaço de memória. Assim, assumimos como pressuposto teórico a compreensão de que essas obras portam tanto representações sobre o passado da escola primária quanto da profissão docente e, portanto, auxiliam na construção de uma narrativa acerca da configuração histórica de práticas escolares que são, antes de tudo, práticas sociais/culturais.

Os manuais pedagógicos são obras que ressaltam o valor da experiência, da atividade pragmática, da constituição de ritos escolares, permitindo-nos olhar a escola como cultura, como propôs Escolano Benito (2017). Destacamos, aqui, uma dimensão específica da cultura que é aquela que envolve um conjunto de materialidades que adentram as escolas em diferentes momentos históricos e que podem ser analisadas na perspectiva da cultura material escolar, campo de estudos que veio a se desenvolver consideravelmente entre as décadas de 1980 e 1990, motivado, em boa medida, pelos desdobramentos da História Cultural. Para o pesquisador espanhol Agustín Escolano Benito (2010):

La cultura material de la escuela es una especie de registro objetivo de la cultura empírica de las instituciones educativas, distinta de la académica y de la política. Élla puede ser valorada como es el expoente visible, y tras su lectura el efecto interpretado, de los signos y de los

significados que exhiben los llamados objetos-huella, así como también las representaciones que los replican o acompañan, fuentes intuitivas y manejables que há quedado materializada la tradición pedagógica (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 14).

Ainda segundo Escolano Benito, a dimensão material da escola carrega uma memória. Os manuais escolares, dentre eles os pedagógicos, são artefatos onde se inscrevem diferentes elementos da cultura profissional docente e da cultura das escolas, constituindo-se como parte do patrimônio histórico-educativo. Em perspectiva analítica, a interpretação histórica se volta para o estudo da relação entre o mundo dos objetos e o estudo das representações e das práticas escolares; dessa maneira, “o recurso analítico que interpela a materialidade das práticas faz emergir necessariamente os artefatos tomados como vestígios do passado e como documentos submetidos à crítica do historiador” (SOUZA, 2007, p. 170).

Apresentamos, a seguir, um exercício de análise de manuais pedagógicos como fonte de pesquisa, com foco na perspectiva da cultura material escolar, considerando a identificação de objetos recomendados para escolas do século XIX que se relacionam com duas importantes ações do trabalho docente, quais sejam: alfabetizar e avaliar.

### *2.1 Exercício de análise dos manuais como objeto de pesquisa*

Partimos do entendimento apresentado por Gaspar da Silva (2013, p. 211) de que os manuais pedagógicos “são fontes que ampliam o leque de recursos interpretativos acerca da dimensão material sugerida (ou prescrita) às escolas e de seus usos”. Analisados na perspectiva da cultura material da escola, eles favorecem a compreensão de “cenários de igualdade x desigualdade; diferentes ritmos de aprendizagem; diferentes sentidos atribuídos ao trabalho docente e à escola, além da relação desses objetos com o progresso econômico e industrial” (GASPAR DA SILVA, 2013, p. 2013).

Para este capítulo, buscamos identificar nos manuais de Daligault e Passalacqua um conjunto de objetos prescritos para a escola primária no que

tange a práticas de alfabetização e avaliação de modo a dá-los a conhecer ao leitor. Importante destacar que as palavras *alfabetização* e *avaliação* não compunham o léxico ou vocabulário educativo do século XIX, ao menos na perspectiva que assumem atualmente. Os termos recorrentes no período eram, especialmente, *ensino da leitura e da escrita* e *exame*, respectivamente.

### *2.1.1 Objetos recomendados para o ensino da leitura e da escrita*

Ler, escrever e conhecer a gramática portuguesa (ou da língua nacional), formou a base do “currículo” das escolas de primeiras letras durante um grande período de tempo, com predominância em relação a outras áreas do conhecimento. O aprendizado da leitura e da escrita no século XIX era considerado elementar para a formação moral e intelectual do cidadão moderno e para sua adequação ao mundo do trabalho. Entretanto, como ensinar as crianças a ler e escrever? De que forma a leitura e a escrita eram representadas nos manuais? Quais os saberes docentes e as ideias pedagógicas que circulavam nas obras sobre esse tema?

No caso dos manuais analisados, o ensino da leitura aparece associado a recomendações dos métodos sintéticos e/ou analíticos. Daligault faz a exposição de métodos de leitura (nova soletração, sem soletração e antiga soletração), a comparação desses métodos e os princípios que se deveriam seguir no ensino da leitura. Quanto à escrita, apresenta métodos, os meios de ensino e a demonstração de princípios, associando esses saberes à utilização de objetos, explicando como e quando deveriam ser utilizados. Passalacqua defende a memória e o raciocínio, considerando-os aspectos facilitadores das ações de análise e síntese na aprendizagem da criança, indicando ser o processo repetitório o único possível para ensinar quem não sabia ler. Além disso, o autor também valida o método intuitivo difundido no Brasil por Norman Alisson Calkins e ressalta a importância de conhecer seus princípios.

No quadro que segue, apresentamos os objetos indicados nos manuais para o ensino da leitura e da escrita.

**Quadro 1** - Materialidades ligadas às práticas de leitura e de escrita

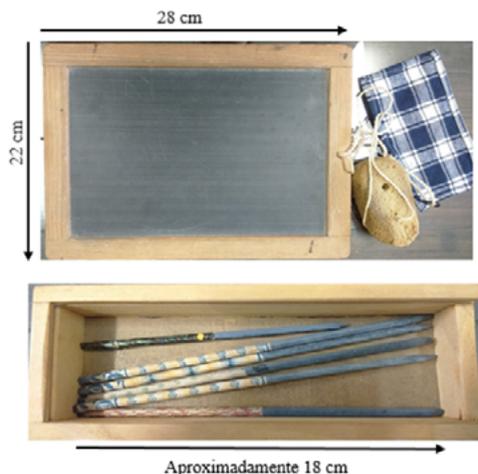
Instrumentos de leitura	Quadros de leitura e silabários.
Instrumentos de escrita	Cadernos, penas, pautas ou transparentes, regras e lápis, modelos ou traslados, ardósias, papel e tinta.
Mobiliário	Banco, mesa, escrivaninha, banco-mesa, banco-escrivaninha e classe.

**Fonte:** Daligault (1870); Passalacqua (1887). Quadro organizado pelas autoras.

Os instrumentos de leitura e escrita citados no quadro 1 estão presentes, em sua maioria, no manual de Daligault. Passalacqua não se atém à indicação desses objetos, nem a recomendações de seus usos, mas destaca a importância de que mobiliários, como bancos e mesas, fossem fabricados com base em prescrições higienistas, tendo em vista técnicas de aquisição da escrita que considerassem a correta posição do corpo, do papel e da pena.

Em ambos os manuais é possível encontrar imagens de modelos de bancos e mesas cuja produção e utilização se relacionam, em boa medida, ao ato de escrever. Contudo, não apresentam imagens de instrumentos específicos de leitura e escrita. Pesquisando em outros acervos é possível localizar alguns desses objetos em sua materialidade, como é o caso da ardósia – um suporte de escrita para uso individual nas escolas de primeiras letras no século XIX – e do lápis de pedra, utilizado para escrever na ardósia.

Na figura a seguir apresentamos imagens desses dois objetos localizados no Museu Histórico de Blumenau (SC).

**Figura 3** - Ardósia e lápis de pedra

**Fonte:** Museu Histórico de Blumenau. (FORTUNATO, 2017).

### *2.1.1 Objetos recomendados para avaliar o progresso dos alunos*

A avaliação escolar no século XIX ultrapassava a mera verificação do conhecimento dos alunos sobre conteúdos do programa de ensino. Neste sentido, duas funções da avaliação ficaram evidentes na análise dos manuais: a função disciplinar (que diz respeito ao controle de elementos como frequência, comportamento e aplicação) e a função classificatória (relativa à classificação dos alunos pelo nível de adiantamento nos estudos).

Não localizamos referências diretas a objetos associados à função classificatória da avaliação, nem mesmo quando são descritos rituais ligados ao momento dos exames, mas é possível inferir que houvessem folhas específicas para as provas escritas e, possivelmente, urnas para sorteio dos pontos (conteúdos) dos exames orais. Há, em alguns trechos dos manuais, referências a correções de exercícios feitos nos cadernos, ou seja, além de servir como suporte para a escrita, os cadernos também eram objetos de avaliação pelos professores.

A maior parte dos objetos citados nos manuais diz respeito à função disciplinar da avaliação. No quadro a seguir, apresentamos algumas materialidades citadas.

**Quadro 2** - Materialidades ligadas às práticas avaliativas de disciplinarização e classificação

Escrituração escolar	Livro de chamadas e notas, boletins e livro de composições.
Objetos de premiação	Notas e cédulas de pontos bons ou de boas notas, cruzes ou insígnias honoríficas, medalhas, títulos/bilhetes ou cartões de satisfação, quadro ou livro de honra, prêmios.
Objetos de punição	Perda de cédulas de pontos bons, perda de cruzes de distinção, eliminação do quadro de honra, lugar de castigo ou isolamento.

**Fonte:** Daligault (1870); Passalacqua (1887). Quadro organizado pelas autoras.

Tanto os documentos de escrituração quanto os prêmios e castigos eram frequentemente apresentados em capítulos destinados a tratar de meios disciplinares. Os documentos de escrituração, por exemplo, evidenciam a necessidade de registro de diferentes aspectos da vida escolar – como frequência, comportamento e progressos dos alunos – os quais deveriam ser periodicamente avaliados e registrados. Neste sentido, a escrituração escolar era considerada um precioso meio de assegurar a ordem e a disciplina nas escolas.

Entretanto, é especialmente no que tange aos prêmios e castigos/punições que os objetos apresentados no quadro 2 aparecem com força nos manuais, como meios de incitar ao estudo e ao bom comportamento. Para premiar ou punir o desempenho dos alunos, os professores deveriam mobilizar uma série de ações de avaliação das condutas e progressos, premiando-os ou punindo-os conforme seus “méritos”. Na imagem a seguir, há um modelo de objeto de premiação recomendado tanto no manual de Daligault quanto no de Passalacqua: as cédulas de boas notas ou notas de pontos bons.

**Figura 4** - Modelo de cédulas de Boas Notas, de Passalacqua (usuais e coletivas)



**Fonte:** Pedagogia e Metodologia, de Passalacqua (1887, p. 172).

Os “pontos bons” ou cédulas de “boas notas” deveriam funcionar como uma espécie de moeda de troca por outros prêmios. Cabe destacar que a recomendação de premiação do mérito não estava inscrita apenas em manuais de pedagogia, mas também se fazia presente em documentos ligados à legislação do ensino. A título de exemplo, apresentamos um excerto do Regimento Interno para as Escolas Publicas de Instrução Primaria do Município da Côrte, de 1855:

Art. 57. Os cinco alumnos que melhores exames tiverem feito, e que durante o tempo de seus estudos mais se tiverem distinguido pelo seu bom procedimento, applicação e intelligencia, além de terem o attestado de approvação, serão premiados; e dentre os cinco o que for julgado mais distincto por huma votação de preferencia entre elles

terá o premio de honra. Art. 58. Consistirão os premios em livros de religião, de moral e de literatura nacional, que serão escolhidos pelo Conselho Director. O premio de honra consistirá em uma medalha de prata, tendo de hum lado a effigie de Sua Magestade o Imperador com a seguinte legenda em redor – A’intelligencia, ao zelo e á applicação; e do outro a seguinte inscripção – Escola publica da Freguezia de ... [...] (RIO DE JANEIRO, 1855; grafia do original).

Como se vê, as recomendações de uso de objetos de premiação e/ou punição estavam presentes em diferentes impressos, tanto aqueles produzidos por professores de escolas normais, como é o caso dos manuais pedagógicos analisados, quanto aqueles ligados ao aparelho burocrático do Estado. Realizar o entrecruzamento dessas fontes pode potencializar a compreensão sobre as ideias pedagógicas em circulação, bem como perceber as tensões e dissonâncias acerca de um determinado tema de estudo.

### *Considerações finais*

De forma sintética, buscamos apresentar possibilidades teórico-metodológicas de investigação de manuais pedagógicos como objeto e fonte de pesquisa histórica no cotejamento com exercícios de análise que realizamos em pesquisas anteriores, buscando contribuir com aqueles que desejam desenvolver pesquisas sobre/com manuais pedagógicos, especialmente na interface de estudos sobre cultura material escolar.

Como possibilidades de análise dos manuais como objeto de pesquisa, no diálogo com os campos da história do livro e da manualística, destacamos: conhecer a identidade ou biografia dos livros, interpretar os sentidos sociais dessas obras, articular diferentes campos do conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar e observar aspectos materiais do objeto livro. Como possibilidades de análise dos manuais como fonte, no diálogo com o campo da nova história cultural, destacamos: considerar o conteúdo das obras como representação do passado, trabalhar no entrecruzamento de fontes, pensar os saberes pedagógicos na interface entre as noções de cultura escolar e cultura material escolar.

Não foi nosso objetivo apresentar uma discussão aprofundada da diferença entre “objeto” e “fonte” de pesquisa. A organização do texto em seções separadas teve uma finalidade essencialmente didática, relacionada ao foco dado em cada uma. Isso não significa, entretanto, uma compreensão de objeto e fonte como categorias excludentes, pelo contrário, entendemos que os manuais pedagógicos podem ser analisados dialeticamente como objeto e fonte.

Acreditamos que, ao lançarmos perguntas sobre/para os manuais pedagógicos, podemos problematizar tanto a cultura da comunicação impressa de modo geral quanto a cultura da escola e da profissão docente de forma mais específica, interpretando sentidos culturais, políticos e pedagógicos de discursos, práticas, ritos e materialidades que formam/transformam o pensamento e o comportamento humano. Afinal, como afirmou Darnton (2010, p. 149), os livros – dentre eles os pedagógicos – “não se limitam a relatar a história: eles a fazem”.

## Referências

CARDOSO DA SILVA, Carolina Ribeiro. *A justa medida do progresso dos alunos: avaliação escolar em manuais de Pedagogia (segunda metade do século XIX)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Disponível em: <<https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000058/00005810.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Manuales de pedagogía, materialidade de lo impreso y circulación de modelos pedagógicos en el Brasil. *Revista Colombiana de Educación*, n. 52, p. 92-113, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4136/413635246006.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): Livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, Marcus

L. A. (Org.) *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 17-40.

CATANI, Denice Barbara; SILVA, Vivian Batista da. Manuais pedagógicos. In: OLIVEIRA, Dalila Andrea; DUARTE, Adriana Maria Cancelli.; VIEIRA, Livia Maria Fraga (Orgs.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=109>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. In: \_\_\_\_\_. **A palavra impressa**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 122-201.

ESCOLANO BENITO, Agustín. El manual escolar y la cultura profesional de los docentes. **Revista Tendencias Pedagógicas**, Universidad Autonoma de Madrid, n. 14, p. 169-180, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Jess%C3%A9/Downloads/Dialnet-ElManualEscolarYLaCulturaProfesionalDeLosDocentes-3002740.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. Patrimônio material de la escuela e historia cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125/1628>>. Acesso em: 27 de ago. 2023.

\_\_\_\_\_. El manual como texto. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n 3, p. 33-50, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/03.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Tradução: Heloisa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História Cultural e História da Educação: diversidade e entrecruzamento de fontes. In: Congresso Brasileiro de Educação, 3., Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: COEB, 2004. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1Mq9tTIPz5jQMxpQEIL709PH66xzVFf>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

GASPAR da SILVA, Vera Lúcia. Objetos em viagem: discursos pedagógicos do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870 – 1920. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.13, n.3(33), p. 207-233, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40806>>. Acesso em: 8 set. 2023.

FORTUNATO, Natalia. **Ensinar a ler e a escrever**: saberes inscritos em manuais pedagógicos (Santa Catarina / 1856-1892). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000038/00003897.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MAGALHÃES, Justino. O Manual Escolar no Quadro da História Cultural. Para uma historiografia do manual escolar em Portugal. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, n. 1, p. 514, 2006. Disponível em: <<http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/35>>. Acesso em: 21 ago. 23

\_\_\_\_\_. O manual como fonte historiográfica. In: COSTA, Jorge Vale; FELGUEIRAS, Margarida; CORREIA, Luís Grosso. **Manuais escolares da biblioteca pública municipal do Porto**. Porto, p. 11-15, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5958>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

PEREIRA, Bárbara Cortella. **Prescrições para ensinar a ensinar leitura e escrita na Escola Normal de São Paulo**: circulação de saberes pedagógicos Brasil/França (1874-1889). 2013. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104807>>. Acesso em: 8 set. 2023.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; SOMOZA, Miguel. Apresentação do Dossiê Manuais Escolares: múltiplas facetas de um objeto cultural. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3, set./dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072012000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000300002)>. Acesso em: 8 set. 2023.

SILVA, Vivian Batista da. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30012013-135022/pt-br.php>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SOUZA, Katiussia da Silva Costa. **Os compêndios adotados na cadeira de Pedagogia no Curso Normal do Atheneu Sergipense (1870-1901)**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=812424&key=8fd45db27942a6cfd75b594c292fd57b>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SOUZA, Rosa Fátima de. A formação do cidadão moderno: a seleção cultural para a escola primária nos manuais de Pedagogia (Brasil e Portugal, 1870 – 1920). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 13, n. 3 (33), [set./dez.], 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/125114>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SOUZA, Rosa Fátima. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

TREVISAN, Thabatha Aline. **História da disciplina Pedagogia nas escolas normais do estado de São Paulo (1874-1959)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104802>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

## Fontes

DALIGAUT, Jean Baptiste. **Curso Pratico de Pedagogia**. Tradução: Franc de Paulicéia Marques de Carvalho. 2. ed. Desterro: Typografia Ribeiro & Caminha1870. Disponível em: <<http://pergamum.ufsc.br/acervo/37894>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PASSALACQUA, Camillo. **Pedagogia e Methodologia: theorica e pratica**. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887. Disponível em: <<https://lemad.filch.usp.br/node/696>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Regimento Interno para as Escolas Publicas de Instrução Primaria do Municipio da Côte**, Rio de Janeiro: de 20 de outubro de 1855. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SANTA CATHARINA. **O Mensageiro**, Desterro: anno I, n. 65, p. 3-4, de 3 de maio de 1856. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=767158&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=251>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SANTA CATHARINA. **República**, n. 612, de 15 de dezembro de 1891. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

REPUBLICA. Florianópolis: Typographia Republica. Anno V, n. 195. 15 de dezembro de 1894.

SANTA CATHARINA. **Regulamento da Escola Normal Catharinense**. Desterro: 1897. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SURVILLE, Auguste. Notice sur la vie et les euvres de M. Jean-Baptiste Daligault. In: **Société historique et archéologique de l'Orne**. Tome XXVII. Alençon: Imprimerie Alençonnaise, 1908, p. 283-330.



# EIXO 2

---

## VESTÍGIOS DA INFÂNCIA E MEMÓRIAS DOCENTES

## *Creche: Infância e experiência educativa - aproximações teóricas- metodológicas por intermédio da cultura material*

*Carla de Oliveira<sup>1</sup>  
Maria do Carmo Martins<sup>2</sup>*

---

O fazer histórico com foco na cultura material, abordando a história das instituições educativas, ganhou corpo em pesquisas modernas que, atentas ao giro epistemológico culturalista, deslocaram práticas de investigação buscando fontes que abarcam a materialidade da educação em suas distintas possibilidades de leitura e compreensão. Edificações, objetos e artefatos pedagógicos, mobiliário, vestimentas, impressos, apontam para significativas possibilidades de compreensão da experiência educacional e a identificação da escola como espaço de cultura peculiar.

Destarte, se por um lado o trabalho com a materialidade tem se aprofundado na etapa da escolarização, que se fez universal em virtude de sua expansão, como nos coloca Escolano Benito (2018), ainda são escassos os trabalhos que visam olhar historicamente para as práticas e experiências de uma determinada etapa da educação da infância, em especial a creche, assim como para os sujeitos envolvidos na experiência coletiva neste espaço específico. O objetivo deste capítulo é abordar o percurso metodológico de uma pesquisa realizada em arquivo e em um pequeno espaço expositivo, como um micro museu, de uma creche fundada no início do século XX, na cidade de São Paulo. Relatórios, informes, objetos tridimensionais, fotografias e, sobretudo, o diálogo teórico metodológico sobre a materialidade encontrada nessa instituição, iluminado por autores como Escolano Benito (2017); Martins (2019); Souza, Gaspar da Silva & Rocha (2015), que contribuem para

---

1 - UNICAMP, Campinas, SP, Brasil. E-mail: [carladeoliveira365@gmail.com](mailto:carladeoliveira365@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2709347989815835>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3520-7258>.

2 - UNICAMP, Campinas, SP, Brasil. E-mail: [carminhapousa@gmail.com](mailto:carminhapousa@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2144348173140794>.

pensar como essa instituição se inscreveu na história da educação brasileira, e de que forma a construção de novos sujeitos passa a compor o discurso pedagógico sobre a infância.

Como já foi bastante difundido na literatura histórica sobre a educação infantil brasileira, o atendimento aos bebês e crianças pequenas no país surgiu ao final do século XIX, no Rio de Janeiro, inserido no contexto de uma fábrica, com o intuito de atender filhos de mulheres operárias (KUHLMANN JR., 1990). Sob influência de instituições semelhantes que já existiam na Europa, a creche emergiu como uma solução para abrigar as crianças cujas mães precisavam trabalhar, mas seu público-alvo acabou se expandindo devido a várias outras demandas sociais do período, especialmente nos grandes centros urbanos, onde o aumento populacional, a falta de infraestrutura sanitária das cidades e, sobretudo, as altas taxas de mortalidade infantil impulsionaram a criação de inúmeras instituições de atendimento à infância.

Foi nesse contexto que a “Creche Baroneza de Limeira” (CBL) foi fundada, no ano de 1911, com o objetivo de atender crianças na cidade de São Paulo<sup>3</sup>. Em seu início, o foco para atendimento eram os filhos e as filhas de mulheres trabalhadoras, porém, as demandas sociais acabaram alterando sua modalidade de atendimento e a creche passou a atuar em um formato de internato, iniciando, portanto, um outro tipo de atuação junto às crianças residentes na instituição.

Dona Paulina de Souza Queiroz, fundadora e diretora da instituição, era filha do Barão de Limeira, influente nome na sociedade paulista na ocasião da ascensão da oligarquia cafeeira no final do século XIX e início do século XX. Naquele momento, os barões do café exerciam forte influência e atuavam como agentes sociais e políticos, responsáveis pela criação de uma série de iniciativas que visavam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico e a manutenção da organização social. Faziam parte do grupo que articulava dimensões jurídicas, econômicas, médicas, pedagógicas, religiosas, pertencentes a uma rede constituinte de uma sociedade capitalista em ampla expansão e urbanização, como podemos ver na obra de Kuhlmann Júnior

---

3 - O nome da creche é ainda escrito como na grafia da época de sua criação e será mantido deste modo em todo o texto

(2015). Paulina de Souza Queiróz, além de fundar a referida creche, fundou também a Sociedade Feminina de Puericultura de São Paulo, além de deixar recursos para a criação da escola para o atendimento de “crianças débeis” nos anos de 1930<sup>4</sup>.

O encontro com a Creche Baroneza de Limeira ocorreu no escopo de uma pesquisa de doutorado (OLIVEIRA, 2020), na qual o interesse foi investigar a materialidade produzida para a educação de crianças em contextos institucionais. Ao percebermos que a creche em questão possuía mais de um século de existência, continuando em atividade até os dias atuais, e dispendo de um acervo documental ainda não organizado como um arquivo histórico, mas com potencial para buscarmos as fontes que favorecessem a pesquisa, adentramos os espaços da creche e travamos contato com sua história, seus agentes e muitos dos documentos que permitiram um olhar mais acurado sobre sua materialidade.

Compreender a trajetória desses artefatos, não produzindo um inventário dos objetos, tarefa reconhecida como necessária para o trabalho histórico, mas buscando ressignificá-los em relação aos sujeitos históricos, foi o movimento que possibilitou pensar na história que se constrói com o foco na cultura material. Como nos alerta Ulpiano Bezerra de Meneses (1998), os artefatos estão em permanente transformação, porém sua condição para tornar-se um documento histórico requer algumas operações que favoreçam compreendê-lo nos significados de uso, suas condições de produção, atributos que informam sobre sua matéria prima ou mesmo sobre os grupos sociais que com ele se apresentam. Assim,

Os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. [...]. Para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los ‘em situação’, nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social (MENESES, 1998, p.92).

---

4 - Em seu testamento, a casa em que residia na Rua Brigadeiro Luís Antônio, na cidade de São Paulo, deveria servir para essa finalidade. A referida instituição foi fundada em 1939, três anos após o falecimento de Dona Paulina. A terminologia “crianças débeis” é usada no documento, reproduzido parcialmente na página da Fundação Dona Paulina de Souza Queiróz. <https://www.fdpiq.org.br/historico/>

No caso do acervo da creche em questão, foram destacados três elementos distintos quanto à sua função, estrutura e suportes materiais, que permitissem uma adequada abordagem metodológica na pesquisa: documentos escritos referentes ao funcionamento da creche e seu cotidiano educativo, que permitissem compreender quais produtos e quais necessidades eram elencadas para esse trabalho com as crianças; artefatos de uso cotidiano no cuidado e educação das crianças, algumas vezes encontrados como objetos tridimensionais que pertenciam a um pequeno espaço expositivo no interior da creche e, por fim, material iconográfico, coletado no conjunto das fotografias presentes nos registros da instituição e outros produzidos no decorrer da pesquisa. Assim, procurou-se compreender cada um deles à luz de suas interações, em seus contextos de uso e de produção, instaurando histórias peculiares que, juntas, compõem percursos pelos quais a educação infantil, nessa instituição, foi construída.

### *História da educação e possibilidades de pesquisa com e sobre a cultura material*

Como já declarado, o trabalho com a materialidade da educação ocorre não apenas como um modo de diversificar temas, mas com o giro epistemológico promovido pelos estudos da história cultural, que procuram redimensionar o saber histórico educativo. Neste giro, sem dúvida alguma, as buscas por outras fontes ocuparam e ainda ocupam, um lugar essencial. Documentos prescritivos cedem lugar aos objetos e artefatos, embora enfatizemos que os objetos e artefatos não são investigados meramente em suas dimensões técnicas ou de apropriação, mas como um modo de fazer a história da educação com ênfase na experiência, na memória e nos sentidos de uma educação formal. Mobiliários, cadernos escolares, quadros parietais, arquitetura escolar, uniformes, ocupam espaço na narrativa histórica, na busca por compreender como se instituem novos sujeitos, outras práticas e discursos, outros (às vezes novos) significados à educação, mas sempre

atentos ao modo como essa experiência educativa se insere em um contexto social, econômico e cultural.

Identifica-se nesse giro uma ênfase na operação de construir elementos para que a instituição escolar, referência para a forma da educação instituída em ambiente diferente do âmbito doméstico ou estritamente religioso, passe também a configurar seu elenco de patrimônio. De acordo com Mogarro & Namora (2015):

Este interesse pelo patrimônio cultural da educação insere-se nas novas perspectivas sobre a cultura escolar e a materialidade, que olham os materiais didáticos e os objetos de uso cotidiano como artefatos que iluminam as inovações tecnológicas e sua aplicação às realidades educativas. Em si, esses objetos permanecem inertes (lápiz, carteira, livros, material didático, computadores), mas colocados no contexto dos usos que deles fizeram professores e alunos, passam a constituir poderosos instrumentos para iluminar as práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula e das rotinas cotidianas (MOGARRO & NAMORA, 2015, p.9).

Os autores apontam para a especificidade de uma materialidade que é entendida em nossa sociedade como escolar, cujos elementos que fazem parte do cotidiano das instituições e permeiam as relações que ali ocorrem, especialmente entre professores e alunos, ocupam lugar preponderante na ordem social.

Nesta concepção antes citada, a busca por repercutir os materiais em seus significados e com atribuição de valor simbólico, em referência ao patrimônio cultural da educação, destaca os elementos da identidade, a singularidade dessa forma de transmissão da cultura, que é escolar, passa a ter uma importância e uma grandeza que requer políticas específicas até mesmo para sua conservação.

Vidal (2009) já havia destacado um incremento nas pesquisas que enfatizam espaços, corpos, objetos e relações orais entre os sujeitos, como substantivas das investigações que buscam compreender a materialidade no sentido indiciário das práticas escolares.

As relações orais produzem-se na escola, também, a partir do contato dos sujeitos escolares com objetos – móveis, estrados, relógios, globos, crucifixo dentre muitos outros – e da frequência a espaços – sala de aula, pátio, corredor, biblioteca. Este conjunto que poderíamos chamar difusamente de cultura material escolar, se considerado em sua seriação, permite-nos conhecer as estratégias de conformação da corporeidade dos sujeitos imposta pelos mecanismos do poder. (...) É a percepção de que a cultura escolar se efetiva por práticas escriturais e não-escriturais (oral ou corpórea), em que se acionam os vários dispositivos constituintes dos fazeres da escola, no que concerne às lições e aos usos da materialidade posta em circulação no espaço e no tempo escolares, que permite tomar a cultura material escolar com importante indício das práticas escolares (VIDAL, 2009, p.32).

Escolano Benito (2020) vem em nosso auxílio para destacar que o acurado olhar que se instaurou por ocasião do incremento das pesquisas sobre e com a materialidade escolar deve ser relativizado em relação ao seu caráter de inovação historiográfica, em que pese, em tempos recentes, ter ocorrido uma maior qualificação das pesquisas dedicadas e relacionadas com os materiais. O autor, que já havia destacado o elemento arquitetônico da escola, que se dedica a compreender a cultura impressa na educação escolar e que já nos alertara sobre a referência da musealização da educação, nos aponta, neste ensaio, que devemos colocar atenção aos nexos e às relações construídas entre a história intelectual e a materialidade, uma vez que é com ela, e por meio dela, que se permite uma abordagem semiológica e hermenêutica da história da educação.

Deste modo, Escolano Benito (2020) nos esclarece que, para além de transformar os objetos em fonte de pesquisa, e destacando o perigo de um retorno convicto à empiria, é na interpretação e na possibilidade de encontrar outros sentidos para a experiência dos sujeitos na educação que o giro atento à materialidade se constitui como um importante elemento para a história.

O conjunto de autores aqui destacados que contribuem grandemente para a discussão sobre a educação pelo viés histórico, deram destaque à materialidade, reconhecidamente difusa e dispersa, que se encontra na

dinâmica da escolarização, e voltaram-se à importância das pesquisas para compreensão da cultura escolar. A creche, embora se inscreva na dinâmica das instituições educativas, não pode, entretanto, ser tomada com as mesmas características da escola e, por isso, requer ainda um trabalho sistemático para compreensão de sua materialidade, com vistas a compreender os elementos que a constituem em espaço e lugar onde ocorre a educação dos sujeitos infantis.

Creches e pré-escolas têm sua trajetória marcada por um início de assistência, vinculadas aos movimentos higienistas, com iniciativas diversas de atendimento, promovidas por ordens religiosas, trabalhos caritativos, vinculados à assistência e à saúde, deslocando-se, posteriormente, para o viés educativo que, muitas vezes, considerava as formas da educação escolar como referência para sua identificação social. E hoje temos um outro modelo que questiona qualquer antecipação de práticas escolarizantes, mas reconhece e enfatiza a importância das atividades pedagógicas em sua configuração. Esta fase da educação busca uma identidade de atuação centrada nas experiências e valorização da infância, considerando as interações e brincadeiras como eixos norteadores de seu currículo. Ainda assim, marcadas as distinções entre instituições de educação infantil e instituições escolares, é fato que todas elas derivam de práticas permeadas por uma materialidade. E, no início do século XX, as práticas associadas à proteção à criança pobre e desvalida, a ideia de nutrição e assistência, atravessavam a constituição das creches e educandários e direcionavam para a composição de seus materiais.

Por isso, embora a discussão acerca da metodologia de análise da cultura material seja essencial a partir dos autores já citados e que voltaram seus olhares para a instituição escolar, os objetos e artefatos encontrados na instituição de educação infantil não são os mesmos encontrados nas escolas, e requerem apresentação e análise que permitam desvelar seus sentidos e significados históricos na educação.

Diversos e dispersos, artefatos muitas vezes adaptados artesanalmente para o exercício de atendimento a vários bebês simultaneamente,

encontramos nos arquivos da creche listas de compras de tecidos para a confecção de roupas padronizadas, porém não identificamos nelas a mesmas funções cívicas dos uniformes escolares; percebemos os esforços para a configuração de um pequeno ambulatório, no qual o crescimento dos bebês era cotidianamente acompanhado, com instrumentos de medição de peso e altura, porém, por mais que se assemelhassem a um consultório pediátrico, os registros permitem observar que havia um interesse em adaptar o lugar e os registros sobre as crianças para que a instituição pudesse melhor definir suas ações no sentido de tornar-se um espaço adequado para a infância.

No acervo da creche foram encontrados, por exemplo, artefatos relacionados à questão da alimentação, como mamadeiras e pratos de porcelana. No que se refere ao mobiliário, berços, camas, cadeirinhas, apontam para necessidades específicas da infância e ocupam grande parte dos registros sobre a adequação dos materiais, tendo em vista o atendimento aos bebês e toda a questão de segurança física que eles demandariam. Já os documentos escritos, diferentemente daqueles comumente encontrados nas escolas, como cadernos, diários de classe, foram encontrados relatórios de atividades com informações peculiares àquele espaço, direcionado especialmente à orientação dos adultos que nele exercem suas funções pedagógicas, assistenciais ou sanitárias.

Pensar a história da creche a partir de seus materiais possibilitou ainda a compreensão de que, embora o viés assistencial tenha marcado fortemente as práticas, impulsionadas pelas questões sociais do período, havia uma concepção de educação imbuída no trabalho junto às crianças. Dessa forma, a aproximação com as práticas do passado, em certa medida, desmistifica a ideia de que uma instituição de atendimento voltada à assistência não teria também um viés educativo. Um espaço coletivo requer regras, organizações mínimas de funcionamento, horários de atividades, e elas estão presentes na creche. Um exemplo deste viés foi possível perceber ao encontrarmos uma série de fotografias, nas quais as crianças são retratadas brincando em um pátio externo da creche. A análise iconográfica sugere que havia um horário

pré-determinado para brincar, em que as crianças estariam juntas e sob supervisão dos adultos.

No mesmo sentido, listas de compras e doações de alimentos indicam regularidade na oferta de frutas e legumes, em consonância com uma discussão alimentar da época, conforme destacou Rodrigues (2007):

A primeira metade da década de 1920 foi uma época de adensamento das discussões sobre a alimentação. No caso de São Paulo, esse também foi o período em que o Instituto de Higiene passou a desempenhar um protagonismo na implementação de métodos de pesquisa e propostas de políticas públicas acerca das questões alimentares (RODRIGUES, 2007, p.225).

A alimentação passou a ter um significado maior do que nutrir o corpo, e as práticas de cuidado com a seleção dos alimentos a serem oferecidos para as crianças na creche, além de repercutir hábitos saudáveis, ajusta-se aos discursos sobre sua importância para o desenvolvimento pleno dos sujeitos, indicando a atenção a discursos educativos. Nesse sentido, reitera-se a importância de evitar a dissociação entre assistência e educação, uma vez que tal dissociação dificulta pensar a creche como uma instituição que se atentava aos componentes da educação dos sujeitos. Trabalhar com a materialidade da creche produz uma concepção de simultaneidade e congruência entre estes dois aspectos, o que nos favoreceu compreender a creche na dinâmica da produção de uma infância educada.

Diante do exposto e da gama de artefatos encontrados, optamos por destacar três objetos significativos da materialidade da creche, visando com eles apontar o percurso metodológico adotado na pesquisa e apresentar processos de análises pelas quais essas fontes passaram, permitindo destacar a creche em questão como uma instituição educativa representativa de uma dinâmica social do período. Assim, selecionamos um caderno produzido por um médico (documento prescritivo), uma mamadeira e uma fotografia (material iconográfico). São três materiais que se conectam pela presença nos acervos da creche e, como veremos, pelos sentidos que atribuem à infância e seus cuidados.

## *Atas de reuniões como documentos indiciários*

Os documentos encontrados na creche narram um pouco sobre seu cotidiano, mas tratam também de temas correlatos à sua finalidade, que se relacionam à instituição e nos alertam sobre o modo como ela foi criada. Atas de reuniões, relatórios anuais, livros de matrículas possibilitam aproximação com o funcionamento dessa instituição centenária. Alguns deles nos permitem complementar informações de outras fontes, como as fotografias, por exemplo. Podem, ainda, a partir das análises do pesquisador, trazer referências de uma época, de uma concepção de trabalho e de infância. Os documentos trazem os sujeitos da história, conforme destacado por Escolano Benito (2017), quando trata da relação entre memória e arqueologia para a produção do saber histórico da educação. Para ele, “o novo sujeito, que nasce da conjunção entre memória e arqueologia, é sob esse ponto de vista o elemento estruturante de toda a cultura da escola, que adquire, assim, uma dimensão antropológica” (BENITO, 2017, p. 224).

Esquinsani (2007) também colabora para a reflexão sobre o uso dos documentos escritos enquanto fontes da pesquisa histórica. Com foco em atas de reuniões como fontes de pesquisa, a autora aponta que:

Um documento não é, portanto, neutro. Ele foi construído para atender a uma determinada finalidade, dentro de uma dada prática (entendida como ação, momento) histórica e pertenceu/e a um determinado grupo, o grupo que o forjou, que o legitimou (ESQUINSANI, 2007, p.104).

Na creche Baroneza de Limeira eram realizadas reuniões mensais, nas quais eram tratados assuntos relacionados ao seu cotidiano de trabalho com as crianças, às dificuldades encontradas para sua manutenção, às matrículas de novas crianças, além de demais assuntos que favorecessem a sua configuração como instituição. Dona Paulina de Souza Queiroz presidia os encontros, que contavam com a participação de membros da Diretoria, tesoureiro, médico responsável pelo atendimento às crianças. Um deles nos chamou a atenção, pela forma como a sua fundadora e diretora percebia

a necessidade de uma profissional que atendesse às especificidades das crianças maiores, do ponto de vista cognitivo. Registra-se na Ata da reunião do mês de abril de 1918,

A Sra. Presidente officiou ao Sr. Dr. Secretario do Interior, pedindo uma professora do Jardim de Infância para lecionar às creanças da creche que contam mais de cinco annos, e que sendo já em grande numero precisam ser dirigidas por uma pessoa que lhes desenvolva intelligentemente o espirito (CBL, ATA DE REUNIÃO, abril de 1918).

Verificou-se no documento, certa preocupação com relação aos processos de desenvolvimento de práticas educativas para as crianças um pouco mais velhas (a partir de cinco anos) e que permaneciam na creche. Em que pese o caráter de acolhimento a elas, o fragmento explicita a necessidade de uma profissional específica, a professora, que era voltada ao desenvolvimento das atividades do espírito, ou seja, da inteligência, do intelecto. Registrava-se na referida creche, a preocupação com o fato de que a instituição já não seria adequada para atender às necessidades de crianças que passavam dos cinco anos de idade. Tal registro era indicativo de que os dirigentes compreendiam a importância social de acolher as crianças desvalidas mas, também, pensavam sobre formas de educá-las e acabavam por redefinir parte de suas funções sociais, ao solicitar a presença de uma professora de jardim da infância.

Além deste fragmento destacado, outras atas trouxeram detalhes sobre a construção de uma sede própria, a divisão de crianças por idades, listas de doações de brinquedos e livros e a contratação de um professor de ginástica. Fotografias demonstram crianças brincando no pátio, e foi observado o uso do termo “recreios” para descrever tais momentos da rotina da creche. Discursos e ações pautadas em práticas escolares que indicam uma conexão entre as diversas instituições que foram se configurando no período, além da dificuldade de orientar a creche ao atendimento exclusivo de crianças menores.

## *Objetos e Artefatos: materialidade e função simbólica*

Inúmeros artefatos foram encontrados na Creche Baroneza. Eles estão presentes tanto em espaço fechado, destinado ao pequeno museu ali instalado, quanto nos corredores e locais de maior fluxo de passagem, assumindo a função de peças decorativas daquele espaço. Há poucas informações sobre data de fabricação, período de compra e tempo de uso, ou seja, os materiais ficam expostos aos olhos dos frequentadores da creche com a função simbólica de representar a longa duração de existência da creche (especialmente por serem objetos antigos), ao mesmo tempo em que remetem à memória de sua existência como uma instituição voltada à infância, filantrópica, atenta às questões médicas e sanitárias. Apesar de reconhecermos que tais informações seriam importantes para compor a narrativa histórica sobre os objetos e artefatos, a falta delas não impossibilitou a pesquisa, uma vez que, conforme anunciado, o objetivo não seria construir uma história dos artefatos, mas sim a história das práticas no contato com esses objetos e artefatos. Dessa forma, estão em Ulpiano Bezerra de Meneses (1998) as primeiras reflexões que contribuíram para que fosse possível pensarmos a partir dos objetos e na presença deles:

A exterioridade, a concretude, a opacidade, em suma, a natureza física dos objetos materiais traz marcas específicas à memória (...). Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente (MENESES, 1998, p.90).

Assim, mesmo que não tenhamos todos os dados sobre a fabricação dos objetos expostos nos espaços desta creche, ao relacioná-los com outros elementos, como as atas de reuniões, os jornais e as fotografias, estima-se que haja ali, não apenas objetos centenários, mas objetos que assumem a função de significar aquele espaço. Há ainda objetos com 50 ou 60 anos de duração, e que se misturam aos objetos mais antigos e aos contemporâneos, sem a preocupação de construir cronologia. O que faz deles artefatos tão perenes,

além do cuidado e da preservação por parte dos profissionais da instituição, são seus atributos intrínsecos, o tipo de material escolhido, a forma, o peso, a cor, enfim, suas propriedades físicas que foram pensadas para que o material tivesse certa durabilidade e sua exposição, configura-se em uma tarefa memorialista.

Ulpiano Bezerra de Meneses (1998) ressalta que tais atributos “são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo” (p. 91). Essas informações precisam ser levadas em consideração. Quando se pensa, por exemplo, na produção de um frasco de vidro para o fornecimento de leite às crianças, o material de fabricação é elencado pelo fato de que o alimento necessitava de fervura em um período social em que a alimentação dos bebês era precária e o leite entendido como causador de morte, devido à sua má manipulação, ocasionando a proliferação de bactérias. Esterilizar o vidro e garantir a fervura do alimento dentro do próprio frasco poderia salvar crianças da morte.

**Imagem 1** - Fotografia de uma mamadeira de vidro da marca *Pyrex*



**Fonte:** Oliveira (2017)

A mamadeira de vidro, da marca *Pyrex*, da Companhia Santa Marina, é um modelo produzido na década de 1950 e encontra-se no museu da creche. Está alocada dentro de um armário confeccionado com base em madeira, laterais e frente todas em vidro, que possibilitam a visualização de tudo o que está armazenado. Junto à mamadeira, uma série de outros utensílios, também em vidro, voltados à área da saúde e laboratório. Por ora, nos deteremos ao artefato utilizado para alimentar os bebês que, embora seja de um passado mais recente, remete à discussão sobre a importância que a alimentação dos bebês teve ao final do século XIX e início do XX.

A má alimentação era compreendida pelos médicos como uma das causas de mortalidade infantil que assolava as cidades. Ao final dos anos mil e novecentos se fortalecia a discussão de que o aleitamento materno seria a melhor opção para o desenvolvimento dos bebês. Aqui, a nutrição vinha acompanhada de todo um arcabouço de razões morais que diziam sobre o papel da mulher na sociedade, sendo a maternidade sua maior e mais gloriosa condição. Folhetins, jornais, palestras proferidas pelos médicos e orientações nas consultas garantiam a disseminação de tal conhecimento. Às mulheres da alta sociedade cabia, além de conduzir a criação de seus bebês de acordo com os preceitos científicos, levar as informações às camadas populares cujas mulheres trabalhavam, em geral, nos serviços domésticos.

Para os médicos, não haveria desculpas para uma mulher de posses não amamentar seus filhos, e condenavam, veementemente, a prática da contratação de amas de leite, comuns no período. Sob o nome de “aleitamento mercenário”, muitas mulheres, dentre elas as que haviam estado sob a condição escrava, que sobreviviam às custas desse tipo de serviço, por vezes alimentando seu filho e mais um bebê, ou até mesmo não amamentando seu próprio filho, deixando o leite para nutrir o bebê de outra mulher, recebendo salário por isso.

Por sua vez, o aleitamento artificial fora condenado pela maioria dos cientistas, que alegavam as péssimas condições em que o leite era distribuído e manipulado nas grandes cidades, sendo contaminado e responsável pela propagação de inúmeras doenças de trato gastrointestinal nas crianças,

causando-lhes a morte. No entanto, ressaltavam que, no caso das mulheres pobres que necessitavam trabalhar, o leite artificial (que poderia ser de vaca - o mais barato -, de cabra e até de jumenta, considerado por alguns como o mais próximo do leite humano) seria tolerado, mas que o aleitamento fosse de preferência misto, alternando o artificial com o da mãe.

Nos arquivos da Creche Baroneza de Limeira, foram encontrados também muitos elementos que permitiram perceber a importância deste objeto (a mamadeira de vidro), para compreender a história desta creche em São Paulo. Alguns dos documentos remontam à época em que a creche esteve associada à Sociedade Feminina de Puericultura e à Associação Gotta de Leite, um serviço sanitário que funcionava, a partir de 1911, em prédio anexo à creche. Nesse serviço, o elemento principal era o processo de pasteurização do leite que deveria ser servido às crianças e distribuído a outros bebês e crianças acompanhados pelos médicos na Policlínica.

A Gotta de Leite paulista, criada em 1905 pelo Dr. Sergio de Paiva Meira, seguia as prescrições sanitárias que a puericultura elencava para o tratamento dos bebês<sup>5</sup>. Este médico já havia entrado em contato com o conhecimento produzido pelas ciências médicas e biológicas com relação à teoria dos micro-organismos, que tratava, dentre outros, da fervura dos alimentos e de todo o seu processo para evitar a contaminação e proliferação dos micróbios e bactérias, fazendo do leite animal, então, um alimento passível de ser ingerido pelo bebê humano sem prejuízo de sua saúde. Ao que tudo indica, no espaço em que funcionava a Gotta de Leite, era realizada a fervura e a esterilização das mamadeiras de vidro, obtendo resultados positivos com relação aos bebês que alimentava, visto que os relatórios destacam sempre o aumento da demanda e a boa saúde das crianças atendidas pelo serviço.

A sala de esterilização é actualmente acanhada para o serviço, consideravelmente aumentado, e bem assim já se faz sentir a necessidade de uma outra estufa, afim de ser possível a esterilização de maior numero de vidros de leite. Em construção o edificio destinado

---

5 - Trata-se do Dr Sérgio Florentino de Paiva Meira, que foi Inspetor Geral de Higiene de São Paulo, criador do Laboratório de Bacteriologia, da Policlínica na capital, do Programa Gotta de Leite. Foi membro da Comissão Permanente do Instituto Pasteur. Faleceu em 1917.

à creche Baroneza de Limeira, onde existirá uma dependência destinada ao serviço de esterilização do leite, ampla e dotada de bons aparelhos esterilizadores, não se deve pensar em modificar o que nos vae prestando beneficio e satisfaz plenamente as nossas exigencias atuaes (CBL, RELATÓRIO GOTTA DE LEITE, 1912, p.3).

A Gotta de Leite conseguia manter seus serviços por meio de recursos como a venda do próprio leite para as famílias que poderiam pagar, subvenções do Estado e doações. No relatório que vai de 1915 a 1920, fora pontuado que a distribuição do alimento não enfrentava dificuldade alguma pelo fato de que Dona Alzira Braga Costa, uma das damas da sociedade paulista, doava todos os vidros de mamadeira, enquanto o proprietário da indústria Progresso Artigos de Borracha, o Sr. Jorge Casseb, fornecia as rodela de vedação dos frascos, necessárias à esterilização.

Se ao final do século XIX, como descreve Carula (2016), os médicos apontavam que o leite artificial seria o último recurso na alimentação dos bebês, considerado desastroso o resultado deste modo de aleitamento”, ou ainda, a alimentação “mais infiel de todas”, ao nos depararmos com os documentos da Gotta de Leite e os registros sobre mamadeiras e vedadores de borracha na creche, percebe-se que esse dilema sobre a alimentação artificial já não mais orientava o trabalho nela realizada.

Com a criação das Gottas de Leite no país, as descobertas das ciências biológicas e a eficácia do processo de esterilização, comprovado a partir do crescimento sadio das crianças, no início do século XX, ao menos a discussão sobre oferecer ou não o leite artificial parece ter sido superada, embora a questão moral que relacionava a boa mãe ao aleitamento materno ainda se fizesse presente, assim como o trabalho das amas de leite, que também perdurou até aproximadamente os anos 30, quando a descoberta do leite em pó chegou ao Brasil e modificou novamente a concepção de qualidade desse tipo de alimento. A utilização do leite industrializado na CBL foi registrada em ata de reunião exatamente nesse período e, embora não haja um documento formal informando sobre o fim do trabalho das amas, nenhuma contratação ou informação sobre tais mulheres foi encontrada a partir de então.

Voltando, então, à mamadeira que se destacou entre os artefatos guardados no pequeno museu na Creche Baroneza de Limeira, sabemos que, apesar de ser um objeto produzido a partir dos anos de 1950, tendo em vista a capacidade daquele tipo de vidro suportar o processo de esterilização, o que ela representa é justamente o uso das mamadeiras que poderiam ser lavadas e higienizadas. E, mesmo que não se tenha encontrado um modelo das mamadeiras de vidro usadas na creche na primeira metade do século XX, percebemos que esse exemplar tardio, guardado com demais vidrarias utilizadas na Gotta de Leite, faz alusão ao trabalho realizado na creche. Além disso, sabemos por registros e imagens, que a referida creche seguia os preceitos de higienização dos frascos de armazenamento de leite e das próprias mamadeiras, uma vez que, como vimos, o edifício de creche foi construído com um espaço específico para tal finalidade. Como apontado por Oliveira (2020), é possível perceber que esta creche acompanhava as discussões referentes aos modos de alimentar e nutrir de forma saudável as crianças sob seus cuidados, assumindo a concepção em relação ao aleitamento artificial em um curto período de tempo.

### *Fotografias: testemunhos da história que se pretende perene*

No início de seu texto *Testemunha Ocular, História e Imagem*, Peter Burke (2004) indica que a expressão “fotografia documental” data da década de 1930, nos Estados Unidos, logo após o surgimento de outra expressão: filme documental. O caráter documental de tais produções estaria na possibilidade de contextualizá-las, partindo desde a identidade do fotógrafo, o ato da produção, pessoas envolvidas, lugares, etc., o que, para ele, era um grande desafio, haja vista a dificuldade de identificar tantos elementos, especialmente quando há certa distância temporal que separa os protagonistas das imagens daquele que as investiga.

Outro ponto importante é a consideração de Burke (2004) de que as fotografias, muitas vezes, não seriam o reflexo fiel de uma determinada realidade, já que, dependendo dos objetivos de quem as produziu, poderiam

distorcer tal realidade. O autor, contudo, resolve esse problema de maneira a refletir sobre o fato de que a própria distorção pode trazer evidências para os estudos, de determinadas mentalidades e atuações de certos períodos.

Trabalhar com as fotografias, portanto, implica extrapolar as imagens no sentido de conhecer todo um contexto de criação e de circulação de ideias. Tal premissa pode ser utilizada também quando o olhar se volta para os objetos antigos e para tantos outros documentos que foram produzidos em determinada época, não ao acaso.

Dando continuidade à discussão, Peter Burke faz referência a Panofsky (BURKE, 2004), quando disserta sobre três níveis essenciais para a interpretação das imagens. Diferencia entre os níveis os conceitos de iconografia e iconologia. O primeiro nível, denominado “descrição pré-iconográfica”, consiste na identificação primária dos elementos da fotografia. Objetos, pessoas, animais, eventos são descritos nesse primeiro passo de investigação. O segundo consiste no que Panofsky chamou de “análise iconográfica”, como sendo um momento em que se buscam significados convencionais daquilo que pode ser visto na imagem. O terceiro passo, “interpretação iconológica”, é o conceito chave para que as imagens possam se tornar fontes de pesquisa no âmbito da história cultural, pois aqui, o pesquisador busca significados intrínsecos, ou seja, aquilo que serve como subsídio de um período, uma classe social, uma localidade, que possibilitaram a produção de determinado material.

Assim, descrição, análise e interpretação foram os três passos de investigação das fotografias encontradas na Creche Baroneza de Limeira. Na descrição, buscou-se identificar tudo aquilo que estava visível na fotografia. Quantas pessoas, onde estavam, quais objetos presentes, tipo de vestuário etc. Na análise, a tentativa foi identificar quem seriam as pessoas fotografadas e o intuito de determinadas produções. Aqui, a data da fotografia e o fotógrafo também seriam passíveis de análise, mas há pouca informação sobre tais aspectos. Cabe registrar que na creche em questão, foram encontrados registros fotográficos que se encontravam soltos, sem referência aos motivos de sua produção, e outros que serviam como ilustração das atividades que na creche

se realizavam. Há fotografias de diferentes períodos de funcionamento dela e com imagens de atividades variadas: atendimento à saúde, brincadeiras das crianças supervisionadas por adultos, imagens de crianças arrumadas para festejos, imagens da construção do edifício, imagens do trabalho realizado na lavadeira e da oficina de costura que funcionava na creche etc.

As análises e interpretações foram elaboradas no decorrer da escrita, buscando a reflexão necessária para que aquilo que se pretendia com o material iconográfico tivesse também sua dimensão iconológica, gerando, assim, tal etapa fundamental para a investigação historiográfica, buscando o estabelecimento de relações com o contexto da época.

Tratar as fotografias como importantes fontes que expressam a materialidade histórica da creche remete, ainda, ao conceito de documento/monumento presente no clássico verbete de Jacques Le Goff (apud Mauad, 1996), para o qual todo documento é monumento, na medida em que é fruto de intenções e escolhas de quem o elabora. Mauad (1996), ao abordar a conceituação proposta por Le Goff, destaca que:

Há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo (MAUAD, 1996, p.8).

A compreensão à luz do que nos indica a autora, complementa as indicações de Burke (2004) no sentido de que análise e descrição trazem dados importantes sobre a fotografia/documento, e a interpretação possibilita que a mesma imagem englobe a concepção de monumento, uma vez que houve uma intenção em registrar determinado momento, pessoa, local ou acontecimento, mas que necessita da interpretação para que haja a aproximação com aquilo

que se pretendeu demarcar como importante em uma época por meio do registro iconográfico. Destaca-se neste caso, a importante concepção da fotografia como elemento simbólico, que nos diz também sobre como as visões de mundo estão nelas amalgamadas.

No caso da creche que pesquisamos, um dos registros que chamou a atenção, e que dialoga com um dos objetos que se encontra no pequeno espaço expositivo da creche é a fotografia que se apresenta abaixo:

**Imagem 2** - Fotografia da Pesagem de um bebê



**Fonte:** Acervo da CBL (s/d).

**Imagem 3** - Balança para pesagem de bebês



**Fonte:** Oliveira (2017)

Não ao acaso, a imagem da pesagem dos bebês foi escolhida para demonstrar o trabalho realizado no ambulatório da creche. Dos materiais, tem destaque a balança de marca Filizola, empresa fundada em 1886, por Vicente Filizola. O modelo utilizado na creche era composto por uma base em ferro, régua de aferição e um compartimento em vime para colocar os bebês. Embora o compartimento em vime fosse um produto artesanal, a base já seria elaborada por algum maquinário específico que, segundo o histórico da empresa, passou a contar com cortadores de metais manuais a partir de 1936, fato que sugere que o aparelho de medidas deve ter sido produzido ao final dos anos 30. A pesquisa nos permitiu ainda saber que esse instrumento para pesagem dos bebês, produzido no Brasil, esteve relacionado ao avanço da produção das balanças em outras localidades, uma vez que pudemos aferir que o modelo adotado na creche, no entanto, já existia desde o início

do século XX, ao menos nos Estados Unidos, produzido pela Indústria Jacobs Bros já em 1900, como mostra a imagem a seguir,

**Imagem 4 - Balança *Jacob Bros* para pesagem de bebês**



**Fonte:** Oliveira (2017)<sup>6</sup>.

O registro sobre a pesagem dos bebês que ocorria na creche não é perceptível apenas pelas fotografias. Havia registros escritos sobre o crescimento das crianças, e a preocupação com a nutrição já foi antes demonstrada. Entretanto, além da balança permanecer no acervo da creche e de podermos perceber que a fotografia encontrada em seu álbum fotográfico mostra uma atividade desenvolvida naquele espaço, a antiga balança alude ainda aos demais elementos da história da instituição. Hoje as crianças não são mais pesadas e medidas pelos educadores da creche com vistas a informar sobre suas condições de saúde. As creches também não recebem a visita de uma enfermeira para isso. O desenvolvimento físico das crianças, o informe sobre a adequação ou não de um bebê aos padrões médicos de peso e altura

6 - O anúncio do objeto pode ser consultado em: <https://www.worthpoint.com/worthopedia/antique-wicker-jacobs-bros-detecto-baby-scale>. Acesso: 12 out. 2023.

são dados que eventualmente chegam às creches para que se possa promover algum atendimento específico em caso de necessidades também específicas. Mas a CBL, como já anunciado, foi também um local de moradia para muitas crianças. O cotidiano delas era circunscrito à essa instituição, de modo que podemos perceber a existência e a permanência deste objeto no local, como um dos registros dessa finalidade assumida pela creche.

### *Considerações finais*

Documentos, objetos e fotografias conduzem a uma história que entrecruza a história dos objetos, seus usos e as experiências de configuração das instituições educativas para a infância. O presente trabalho contribui para a reflexão acerca do escopo metodológico da cultura material, considerando os desafios de lidar com fontes diversas e dispersas, mas também com a premissa de perceber os objetos e artefatos na dinâmica de sua produção, circulação, formas de uso e apropriação cultural. Perpassar tais caminhos não é tarefa fácil, exigindo do pesquisador ir além do artefato em si mesmo. Martins (2019, p.58) reitera o fato de que a materialidade em si não assegura um percurso de pesquisa, para o caso de compreender os sentidos e significados da educação, e retoma a necessidade de compreender a analisar os artefatos em seus contextos (de produção e de uso).

O mesmo ocorre com as imagens e documentos, que contam histórias em conexão com demais fontes de um acervo, com o período de produção, do entendimento de quem produziu. Gaspar da Silva, Souza & Rocha (2015), assim como Martins (2019) problematizam a questão metodológica quando tratam sobre a importância de uma investigação historiográfica compreender a procedência documental, finalidades de elaboração, temporalidade, dentre outros elementos que precisam ser considerados em pesquisas com e sobre a materialidade. Em meio a desafios e premissas do ofício de historiar, compreender a educação infantil por meio de sua materialidade tem sido um trabalho motivador.

## Referências

- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: História e Imagem. Bauru: Educs, 2004.
- CARULA, Karoline. **Alimentação na Primeira Infância**: médicos, imprensa e aleitamento no fim do século XIX. In: SANGLARD, Gisele. *Amamentação e Políticas para a Infância no Brasil*. A atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016 (p. 31-56).
- ESCOLANO BENITO, Agustín. **Patrimonio material de la escuela e historia cultural**. Revista Linhas, v. 11, n. 02, p. 13 – 28, 2010. Disponível em <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125/1628>. Acesso em: 10 Mai. 2018.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**. Experiência, Memória e Arqueologia. Campinas: Alínea, 2017.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. **Cultura material da escola e história intelectual**. ETD - Educação Temática Digital, v. 22, n. 4, p. 793–811, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8660176>. Acesso em: 12 set. 2023.
- ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **As atas de reuniões enquanto fontes para a história da Educação**: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. Educação Unisinos, v. 11, n.2, 2007.
- SOUZA, Gizele; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. **Modos de fazer pesquisa no “entrenós!”**. In: *História da Educação, infância e Cultura Material*: estudos produzidos pelo grupo de pesquisa da UDESC, UFPR e UNICAMP. Editora: Cidade, 2015, (p.71-82).
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Educação pré-escolar no Brasil (1899-1922)** - exposições e congressos patrocinando a “assistência científica”. Dissertação em Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**. Uma abordagem histórica. 7ª Edição, Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.
- MARTINS, Maria do Carmo. **Percepção e Sensibilidade**: a escola e a educação pelas coisas e objetos. In: ARATA, Nicolas; PINEAU, Pablo (coords). *Latinoamérica: la educación y su historia*. Nuevos enfoques para su debate y enseñanza. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2019. (p. 57-76)
- MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem**: fotografia e história – interfaces. Tempo, v.1, n 2, 1996.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Memória e cultura material:** documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, v.11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MOGARRO, Maria João; NAMORA, Alda. **Educação e patrimônio cultural:** escolas, objetos e práticas, perspectivas multidisciplinares sobre a cultura material. In: MOGARRO, Maria João (org.). *Educação e Patrimônio Cultural. Escolas, Objetos e Práticas*. Lisboa: Edições Colibri e Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2015.

OLIVEIRA, Carla de. **Infância e educação no início do século XX:** materialidades, práticas e representações. O acervo da Creche Baroneza de Limeira. 2020 Tese em inserir a área – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641235>. Acesso em: 11 set. 2023.

RODRIGUES, Jaime. **Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950)** – políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. *Anais do Museu Paulista*, v. 15, n. 2, p. inicial – final, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142007000200019](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200019). Acesso em: 11 set. 2023.

VIDAL, Diana Gonçalves. **No interior da sala de aula:** ensaio sobre a cultura e as práticas escolares. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n.1, p.25-41, 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf> Acesso em: 11 set. 2023.

## *Os boletins da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná (1951 a 1953): Fontes e referências para a história da educação nos jardins de infância paranaenses*

*Alessandra Giacomiti<sup>1</sup>*

### *Nas páginas dos boletins: vestígios de uma educação para a infância paranaense*

No Paraná, no início da década de 1950, como uma das formas de disseminar aos professores, especificações sobre a organização do ensino paranaense e possibilidades pedagógicas de atuar com as crianças, foram publicados artigos nos Boletins da Secretaria de Educação e Cultura, entre os anos de 1951 a 1953. Esse periódico proposto pela imprensa pedagógica oficial, sob a responsabilidade da Assessoria de Imprensa da Secretaria de Estado da Educação e Assessoria de Comunicação Social da Fundação Educacional do Paraná, com autorização do Conselho de Comunicação Social do Estado do Paraná. (BOLETIM INFORMATIVO, 1979, p.02), apresentava em suas páginas artigos, que muitas vezes eram acompanhados com fotografias sobre a educação das diversas etapas educativas.

Pode-se dizer, que este documento, endereçado aos professores, inspetores e a outros profissionais, ocupava um importante papel na orientação e prescrição sobre o cotidiano educacional. São escritos compostos por ideias pedagógicas que circulavam a respeito do que os dirigentes do estado do Paraná pretendiam sublinhar sobre a educação paranaense, a partir de prescrições das tendências educacionais e de orientações à época. Os Boletins chegavam às mãos dos profissionais<sup>2</sup>, especialmente dos professores,

---

1 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: [alegiacomiti@yahoo.com.br](mailto:alegiacomiti@yahoo.com.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3151811989212957>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1232-6759>.

2 - É possível identificar que os Boletins chegavam nas mãos dos professores, a partir da leitura da edição de número 8 de

que, muitas vezes, sem a formação<sup>3</sup> para atuar com as crianças em idade pré-escolar, possivelmente liam seus prescritos e poderiam acessar as teorias em trânsito no período.

Sobre esses documentos, férteis em ideias e finalidades, António Nóvoa (NÓVOA, 1997, p.30), destaca, em seus estudos, a imprensa como uma fonte importante para o pesquisador compreender o contexto educacional.

[...] Na verdade, é difícil encontrar outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as decepções e as utopias que tem marcado o projeto educativo nos dois últimos séculos. Todos os Actores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os professores, os pais, os políticos, as comunidades... As suas páginas revelam, quase sempre “a quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época. [...] (NÓVOA, 1997, p.30)

Nota-se, a partir dos impressos (Boletins), aspectos relevantes das práticas educativas, das proposições e orientações referentes à Educação Pré-escolar no estado do Paraná. Essas fontes contam sobre os sentidos e as referências que os sujeitos aspiravam para essa etapa, quase sempre ancorados em experiências estrangeiras. Para Le Goff (1966), uma escolha historiográfica é feita de trajetos e fontes que se extraem de um conjunto de dados do passado, atribuindo-lhes o valor do testemunho (LE GOFF, 1996, p. 547). De acordo com o próprio documento, a elaboração dos Boletins destinava a estabelecer “[...] uma ligação mais estreita entre os professores, inspetores, delegados e demais funcionários entre si e com a Secretaria de Educação e Cultura [...]”, num esforço de fazerem-se conhecidas por estes “[...] as normas, resoluções, despachos, instruções, e atos atinentes ao ensino nos aconselhamos a criação de um Boletim Periódico” [...], remetido para todos os estabelecimentos de ensino e repartições públicas a ele vinculadas” (PARANÁ, 1951, p. 114).

---

jul/agos de 1952, a qual trazia um questionamento de uma professora sobre os materiais montessorianos utilizados, bem como uma resposta da professora Eny Caldeira. Assim questionava a professora; “como poderemos realizar as atividades da vida prática sem material?” (PARANÁ, Boletim da SEC nº8, julho-agosto, 1952, p.370).

3 - Sobre a formação dos professores, o capítulo III vai aprofundar a temática.

Entende-se que o Boletim da Secretaria de Educação e Cultura, destacava e buscava divulgar uma educação considerada moderna e de qualidade, acompanhando os discursos pedagógicos que circulavam à época, especialmente sobre os ideais montessorianos. Organizado e elaborado no interior da Secretaria de Educação e Cultura, possuía, por vezes, em sua escrita, a presença dos membros do próprio Departamento de Educação ou de professores que ocupavam cargos diversos no Estado, como no caso da professora Eny Caldeira, diretora do Instituto de Educação do Paraná, a época, ou da professora Joana Falce Scalco. Pode-se considerar que as ideias produzidas pelos sujeitos e impressas nos Boletins<sup>4</sup>, engendravam sobre a formação dos professores para as crianças em idade pré-escolar e contribuíam com a organização e difusão das propostas pedagógicas referentes a esta etapa educativa. É possível perceber que os discursos impressos nestas fontes, são representações e artefatos simbólicos produzidos por pessoas que representavam a realidade e tinham efeito sobre a vida dos sujeitos (KUHLMANN JR, 2010, p.87), como no caso dos professores e crianças que frequentavam os espaços educativos no início da década de 1950. Para Silva (2018), os boletins divulgavam aos profissionais “[...] que os jardins de infância paranaenses trabalhavam ou deveriam trabalhar na perspectiva montessoriana” e eram considerados como “um meio de comunicação sobre as diretrizes da secretaria, bem como de fixação de algumas interpretações e leituras da realidade” (SILVA, 2018, p.96).

Sobre a circulação de saberes e, especialmente, a presença do método montessoriano em solo paranaense, verifica-se uma intensificação dos discursos nos anos de 1950, fruto dos debates que aconteciam tanto no Estado quanto no país, e eram proclamados aos profissionais que trabalhavam com a educação nos jardins de infância. No entanto, observa-se, assim como demarca Campos (2017), que as proposições de Maria Montessori já compareciam

---

4 - Nunca é demais lembrar que no início dos anos de 1950, a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 (Decreto de 2 de janeiro), as perspectivas governamentais, figuravam para a necessidade de ampliação do ensino primário, além de alavancar iniciativas para a formação de seus professores. Diante disso, promover a circulação dos ideais pedagógicos da época, conteúdos importantes para o ensino e demais orientações pedagógicas, fez do Boletim da Secretaria de Educação e Cultura uma das estratégias de aperfeiçoamento do magistério paranaense

no cenário educacional brasileiro durante a Primeira República, “época em que nosso país almejava renovações no ensino”. Além disso, as ideias de Montessori<sup>5</sup> “se consolidaram no Brasil e no mundo como expoentes do movimento escolanovista” (CAMPOS, 2017, p.53).

No quadro nº4, foram elencados os artigos publicados nos Boletins que se remetem à educação da criança em idade pré-escolar.

**Quadro 4** - Assuntos sobre e para a Educação Pré-Primária escritos nos boletins de educação e cultura do Estado do Paraná

BOLETIM DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO PARANÁ			
Ano/Data/Edição	Autor	Título	Observações
Ano I Jul./out. 1951 nº 3	Nada constava	Nada constava	Nenhum artigo sobre atendimento pré-primário
Ano I Nov./dez. 1951 nº4	Nada constava	Nada constava	Nenhum artigo sobre atendimento pré-primário
Ano II Jan./fev. 1952 nº 5	Sem autoria Eny Caldeira	Programa de Ed. Física e Higiénica para escolas pré-primárias e primárias Panorama Psicológico Europeu	O primeiro artigo não menciona o autor, somente o título Panorama Psicológico registra o nome de Eny Caldeira
Ano II Mar./abr. 1952 nº6	Eny Caldeira	Maria Montessori Programa Psico pedagógico Europeu	Capa do Jardim de Infância Júlia Wanderley
Ano II Mai./jun. 1952 nº7	Eny Caldeira	Material de vida prática - Orientação Montessoriana - Seção pré-primária	
Ano II Jul./ago. 1952 nº 8	Eny Caldeira	Programa psicologia europeu Seção de educação pré-primária	
Ano II Set./dez. 1952 nº9	Eny Caldeira	Panorama Psicológico Europeu Serviço de Orientação Infantil	
Ano III Jan./fev. 1953 nº10	Nada constava	Nada constava	Nenhum artigo sobre atendimento pré-primário

5 -Para saber mais ler a tese de doutorado intitulada: A institucionalização do Método Montessori no campo educacional brasileiro (1914-1952) - Simone Baltman Campos.

Ano III Mar./abril 1953 nº11	Nada constava	Nada constava	Nenhum artigo sobre atendimento pré-primário
Ano III Mai./dez. 1953 nº 12	Joana Scalco	Instituto de Educação - Secção de Ed. Pré-primária Orientação Pedagógica	Sugestões de trabalho com material sensorial

**Fonte:** Quadro elaborado pela pesquisadora de acordo com os dados localizados nos Boletins da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná (1951 a 1953)

Foram localizados 10 números dos Boletins, escritos entre os anos de 1951 a 1953, no entanto, ao efetuar o levantamento sobre os artigos endereçados à Educação Pré-primária, destacam-se seis trabalhos. Importante salientar que, discutir as representações expressas sobre a educação para as crianças em idade pré-escolar, delineadas nas páginas desse periódico, torna-se relevante pois, possivelmente, os escritos, em suas páginas, influenciaram nas práticas pedagógicas desenvolvidas nos jardins de infância paranaenses. Neste universo, compreende-se que a história dos Boletins está estreitamente articulada aos debates do período, especificamente porque visualiza-se a intencionalidade pedagógica de disseminar teorias e práticas para a educação no período.

Ao selecionar os artigos referentes à Educação Pré-primária, buscou-se realizar um levantamento para perceber, além das questões pedagógicas, os responsáveis por seus escritos, pois são deles as vozes que ecoam nos Boletins. Nesta procura, é possível compreender que a professora Eny Caldeira foi autora da maior parte dos artigos endereçados à educação da criança em idade pré-escolar. Silva (2018) chama a atenção ao afirmar que, por meio do Boletim, Eny Caldeira escrevia textos proclamando princípios da pedagogia italiana para os professores. De acordo com a pesquisa do autor, Eny Caldeira considerava o movimento italiano como a base para “construção harmônica da personalidade humana”, defendendo a “necessidade da atividade motora para o desenvolvimento da inteligência infantil”, [...] e “entendia que a criança deveria aprender fazendo, e não apenas olhando. Tratava da compreensão da importância do movimento como exigência da educação moderna” (SILVA, 2018, p. 83).

Eny Caldeira utilizou das páginas desse documento para narrar e propagar a sua viagem pela Europa, principalmente na seção em que relata sobre os saberes adquiridos da observação do pré-primário montessoriano na Itália - ou como nos bem aponta Jürgen Schriewer (2000), dos saberes das “sociedades de referência”. Com isso, tornava ainda mais conhecida as ideias de Maria Montessori. Em vários trechos, destacava sua passagem por escolas que traziam para dentro do seu espaço formas de ensinar a partir do contexto de vida, pois, “antes de iniciar o ensino sistemático da matemática, geometria, ciências, geografia, procura desenvolver múltiplos exercícios de cozinha, jardinagem, horta e passeios (CALDEIRA, p.368). Tais destaques serviriam de baliza para os professores de jardins de infância. São escritos elaborados para servir de referência para as professoras de jardim de infância. De acordo com Roger Chartier (2002):

Contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstracto. Estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das invenções do autor, e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras. (CHARTIER, 2002, p.126).

Vale a pena destacar que nas linhas dos boletins, anunciava-se o desejo, por parte da Secretaria de Educação e de Cultura, de aparelhar os jardins de infância dentro dos modernos moldes da Pedagogia. Pode-se dizer que este documento assumia o papel de prospecção e divulgação da formação dos professores no Estado para a educação da primeira infância, por meio do desejo de modernidade. Evidencia-se, ainda, que, nessa tarefa, a professora Eny Caldeira, não estava sozinha, mas acompanhada de sujeitos que também defendiam ideais pedagógicos sobre a educação nos jardins de infância, como a professora Joana Falce Scalco.

Ambas as professoras tinham uma ligação direta com a Secretaria de Educação e Cultura, eram envolvidas com as discussões referentes à educação da criança em idade pré-escolar, possuíam cargos no governo e trabalhavam com a formação de professores para esta etapa educativa. Além disso, circulavam em outros espaços, como no caso da professora Eny Caldeira que representava o Estado em Congressos, até mesmo em cursos fora do país, observando outras metodologias, o que possivelmente a impulsionou na escrita de artigos expressos nos Boletins, carimbando sua experiência em suas páginas, como estratégia de apoio na tarefa da retórica e da proposta de modernização da educação paranaense. Observa-se, neste conjunto de documentos (Boletins), que os assuntos referentes à Educação Pré-primária começaram a aparecer, no periódico, no ano de 1952, permanecendo no ano posterior com maior detalhamento, em uma seção específica, denominada Pré-primária.

Sobre a inauguração de um espaço referente à educação pré-primária, Botelho (2009) informa que esta Seção inicia no boletim de número 7, com o título Material de vida prática, orientações montessorianas - Seção pré-primária, sem nenhuma justificativa sobre suas intenções. Somente no segundo boletim, comparecem os objetivos e finalidades dos artigos escritos para a educação das crianças menores de 7 anos.

O Boletim da Secretaria de Educação e Cultura, cumprindo suas finalidades inaugurou a seção de educação pré-primária, a fim de mobilizar os trabalhos que se realizam nos jardins de infância e atender as solicitações feitas por pessoas interessadas no problema. A seção não tem caráter individual entregue a incumbência de um só professor, mas receberá colaborações de pessoas especializadas no assunto. (CALDEIRA, 1952, p.370).

Como é possível observar, a Seção de Educação Pré-primária pretendia mobilizar os trabalhos realizados nos Jardins de Infância, onde, até onde as fontes permitiram vislumbrar, encontravam-se em circulação os ideais montessorianos, que a partir de diversas estratégias anunciadas no periódico,

difundiram saberes sobre a escolarização das crianças em idade pré-escolar no período.

Interessante perceber que, além das duas seções anteriores citadas, localizou-se apenas mais um artigo escrito na Seção Pré-primária, este localizado no Boletim III (maio/dez de 1953), quase um ano após a inauguração da primeira edição, somando apenas três seções pré-primárias ao longo do periódico<sup>6</sup>.

Da análise dos artigos publicados nos Boletins, endereçados à escolarização da infância, percebe-se o quanto os programas psicopedagógicos europeus ocuparam um lugar na escrita dos Boletins, refletindo, por exemplo, o fato de Eny Caldeira ter “[...] sido aluna de Maria Montessori em Perugia, conferia as ações baseadas na pedagogia montessoriana uma aura de legitimidade ao seu discurso” (SILVA, 2013, p. 89).

Considerando a circulação de Eny Caldeira na Itália e a “[...] complexa rede de relações, a multiplicidade de espaços dos tempos nos quais se inscreve” (REVEL, 2000, p.17), a partir do contato com outros lugares e sujeitos, pode-se observar que a professora escreveu, no Boletim, sobre suas vivências no referido país, além de propagar as ideias montessorianas no estado do Paraná. Cita, em seus artigos, diversas passagens pelo solo italiano, além de enaltecer essa concepção com entusiasmo e reverência aos docentes. Por meio de seus artigos, proclamava uma concepção ativa de educação. O Boletim de nº 7, de maio a junho de 1952, com artigo intitulado Material de Vida Prática – Orientação Montessoriana, discute a teoria de Montessori a partir de inúmeras atividades de “vida prática”: cuidar do corpo, arrumar a casa, os modos de saudar entre outros, conforme observa-se no trecho abaixo:

Quando o menino tem vontade de varrer poderá a mestra jogar no chão pedacinhos de papel que lhe deem a feliz oportunidade de usar a vassoura; em seguida a criança sente a necessidade de varrer e vê que seu trabalho é útil. A primeira vez a mestra mostra como se faz. [...] os exercícios de vida prática dão oportunidades à criança de fazer o que fazem os adultos. (CALDEIRA, 1952, p. 246).

---

6 - Boletins: número 7 (maio/junho de 1952), 8 (julho-agosto de 1952) e 12 (maio-dezembro de 1953).

Sobre a proposta italiana, Campos (2017) afirma que, ao observar o desenvolvimento infantil, Montessori instituiu um formato escolar diferente, pautado na liberdade, atividade e na individualidade do aluno. “Com a expansão de seu projeto, a médica italiana concebeu um lugar social a preservar” (CAMPOS, 2017, p.45). Ao referir-se ao espaço escolar na perspectiva montessoriana, Campos (2017) sinaliza que

[...] o ambiente deveria ser convidativo à aprendizagem; um local organizado, acolhedor, científico e colaborativo. A criança deveria interagir e aprender a aprender; conforme o seu ritmo, vontade e individualidade desenvolveria a autonomia, a criatividade, a responsabilidade e a civilidade. Já o professor, como observador atento em um ambiente científico, harmônico, preparado para favorecer e deixar fluir as oportunidades e interesses de aprendizagem, teria que facilitar tal processo realizando intervenções na dinâmica de atividade do aluno somente quando necessário (CAMPOS, 2017, p. 47).

Para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, o ambiente deveria ser convidativo e proporcionar interação, liberdade e criatividade. Os professores, como observadores, deveriam favorecer e facilitar os interesses infantis, recorrendo a intervenções somente quando necessário, de forma a estimular a autonomia e, com isso, a aprendizagem. Nesse sentido, na edição nº 8, de jul/ago de 1952, apresenta uma importante observação sobre o papel do professor frente à teoria italiana, especialmente sobre a organização do espaço e o enaltecimento de mudanças no mobiliário, a fim de estimular as crianças.

Convém lembrar que nos jardins de infância modernos a professora não terá mais sua mesa individual grande, colocada na sala como nas classes primárias. Ela se servirá das próprias mesinhas infantis, atendendo o trabalho individual de cada um. (BOLETIM, 1952, p. 371).

Neste artigo constavam orientações para os fazeres docentes, a partir de uma reorganização do espaço, articulado ao uso dos objetos escolares. Neste caso, o mobiliário citado seriam as mesas de uso individual do professor, que deixariam de existir para atender aos moldes de uma

pedagogia nomeada como moderna, desvinculando-se das organizações daquilo que se chamava de ensino tradicional. Para as análises do campo da História da Educação, estas questões se aproximam das discussões sobre a cultura material escolar. Para Rosa Fátima de Souza (2007), “o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas” (SOUZA, 2007, p. 177). Assim, os modos de reorganizar o cotidiano revelam como deveria ser o ofício de ser professor nos Jardins de Infância, no início da década de 1950, no estado do Paraná. A organização do espaço, a disposição do mobiliário e a ação do professor revelam projetos sociais e pedagógicos (SOUZA, PERES, 2011).

A título de exemplificar, a fotografia abaixo, localizada no Boletim da SEC, nº 6, do ano de 1952, se caracteriza como uma representação desta circulação de ideias, propagadas no estado do Paraná.

**Figura 01** - Crianças em uma sala de jardim de infância do Júlia Wanderley em 1952.



**Fonte:** Boletim da SEC (nº 6, março-abril de 1952, p.110).  
Jardim de Infância da Escola Júlia Wanderley.

Segundo o que consta no documento, seriam crianças que frequentavam o Jardim de Infância da Escola Júlia Wanderley, dirigidos pela professora

Isolda Schmid. Junto à imagem, uma frase que endossava a didática da referida docente, “com verdadeiro entusiasmo que lhe é peculiar, aplica o método montessoriano”. (PARANÁ, 1952, p.101). A fotografia corrobora com os escritos sobre a teoria italiana: crianças sentadas em grupo e interagindo nas propostas. O espaço está organizado com carteiras e cadeiras adequadas para faixa etária, percebe-se, assim, um mobiliário e experiências pedagógicas próximos ao qual preconizava o método, refletindo “para além de sua materialidade, determinados discursos” (ESCOLANO, 2001, p. 26). Agustin Escolano Benito (2001) reforça que “[...] o espaço-escola é, além disso, um mediador cultural em relação à gênese e formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizagem (ESCOLANO, 2001, p.26). Percebe-se também a presença de adultos nas mesas das crianças

Botelho (2011), ao analisar a mesma imagem, também afirma, em seu estudo, a proximidade dela com os ideais de Maria Montessori. Para ela, “o fato de a professora estar sentada com o grupo, demonstra observância do que preconizaria o método montessoriano” (BOTELHO, 2011, p.151). No entanto, a autora também faz uma observação importante para pensar o “quão dinâmica pode se fazer a cultura escolar”, ao analisar a organização do Grupo Escolar Julia Wanderley a partir da organização de Montessori, no ano em que Erasmo Pilotto (Secretário da Educação) não recomendava a utilização do referido método para jardins de infância e anunciava o seu Programa de Experiências (BOTELHO, 2011, p. 154).

Não é possível saber se o método italiano era desenvolvido de forma consoante na prática, ou se todos os jardins de infância do Estado estavam adeptos a tal concepção, ou ainda se seguiam as orientações do Programa de Experiências de Pilotto, pois entre o proclamado e a prática realizada pelos professores, há uma grande caminhada. Não há como dimensionar ao certo, o que é possível constatar nos Boletins observados, a forte circulação das ideias pedagógicas de Maria Montessori em solo paranaense, ocupando um lugar estratégico para disseminá-la entre os profissionais.

Para Botelho (2011), a professora Eny Caldeira demarcava nestes documentos os métodos e orientações para os professores, com uma base forte na teoria italiana. Silva (2018) complementa e pontua que o entendimento, por parte da Secretaria de Educação e Cultura, era de que os jardins de infância “trabalhariam” ou “deveriam trabalhar” na perspectiva desta autora italiana. E nessa perspectiva, torna-se importante destacar que nada constava, nos Boletins, sobre o Programa de Experiências de 1950<sup>7</sup> no documento oficial da Secretaria.

Entre as várias temáticas localizadas no periódico, pode-se dizer, que a intitulada “Seção Pré-Primária”, ocupava um espaço destacado no documento. Reserva-se neste momento, a análise do artigo publicado de maio a dez de 1953, intitulado Instituto de Educação - Secção de Ed. Pré-primária Orientação Pedagógica. Observa-se que a publicação realizada por Joana Scalco, dá ênfase logo no título, sobre orientações didáticas aos docentes, ressaltando seu caráter de instrução. Tais recomendações pautavam-se em sugestões sensoriais de práticas, “(...) destacando certa relevância para as atividades com “impressões tácteis”, as quais reforçavam uma educação, cujos os vários exercícios de mãos, constituem indireta e longínqua preparação para a escrita” (PARANÁ, 1953, p.232). Botelho (2009) pontua, que o referido artigo embora sem referência bibliográfica, foi apropriado de Maria Montessori, especificamente do seu livro *Pedagogia Científica*, “por isso tamanho foi o detalhismo na descrição das peças” (BOTELHO, 2011, p. 142). O exemplo de indicação para a construção de material fixo, exemplifica esta questão ao sugerir para os professores detalhadamente a construção a partir de “um retângulo muito longo de madeira, dividido em dois retângulos iguais encoberto com papel muito liso, ou a própria madeira lixada e envernizada e outro de papel de lixa” (PARANÁ, 1953, p.232).

Além destas questões, torna-se oportuno destacar que Joana Scalco orientava, detalhadamente, os materiais que deveriam ser usados, ao mesmo tempo em que alertava para a possibilidade de improvisação dos mesmos, como alerta Botelho (2011).

---

7 - Sobre este programa, ler a Dissertação de Jordana Botelho (2009).

Joana procurou oferecer às professoras opções de materiais improvisados caso não dispusessem dos “pequenos recipientes de metal fechados” previstos no material montessoriano. Para suprir esta falta, sugere tigelinhas de metal ou de louça (BOTELHO, 2011, p. 142).

Possivelmente Joana Scalco, enquanto professora do Estado, conhecia a realidade das escolas e por compreender a falta de recursos educacionais do período, sugeria materiais similares como opção para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Estes indícios apontam para o desejo de que as práticas nos Jardins de Infância acontecessem a partir dos ideais montessorianos, mesmo que isso custasse o imprevisto dos recursos materiais. O importante era seguir as orientações didático-pedagógicas dos métodos italianos.

É importante ressaltar que não foram localizados documentos que permitissem observar o uso na prática das orientações pedagógicas estampadas nos boletins, exceto algumas reportagens de jornais, conforme se visualizou anteriormente e algumas imagens divulgadas no próprio Boletim. As linhas marcadas e delineadas por professoras, como Eny Caldeira e Joana Scalco Falce, na escrita dos Boletins da Secretaria de Educação do Paraná, entre os anos de 1951 a 1953, abarcaram ideias, prescrições e modelos pedagógicos como forma de disseminar saberes e fazeres importantes aos sujeitos envolvidos com a Educação da Infância no período. Para Silva (2018), especialmente Eny Caldeira promoveu suas ideias pedagógicas a partir dos Boletins, assim, como na função de diretora do IEP. É possível por meio desta fonte perceber o que circulava na imprensa oficial do Estado, a partir das acepções políticas dos sujeitos que imprimiam e atuavam com a educação no estado paranaense. Assim,

[...] com o intuito de expor “a modernidade” do mundo desenvolvido, foram publicados cinco textos a respeito do Panorama Psicopedagógico Europeu, escritos por Eny Caldeira, ao longo de cinco edições dos Boletins de 1952. Neles, a autora relatou sobre os jardins de infância montessorianos, a cidade dos meninos de Santa Marinella (Itália), a Escola-cidade Pestalozzi, a organização do Ensino Primário, Médio e Superior italiano, bem como os estudos de Psicologia Infantil

concretizados na Itália e no Instituto Jean Jacques Rousseau, em Genebra, sob a orientação de Jean Piaget. (SILVA, 2018, p.84).

Como se observa, Eny Caldeira visava apresentar, aos professores dos jardins de infância, teorias e práticas de um mundo que se almejava e projetava como desenvolvido e moderno encontrado, em destaque, nos países europeus. Conferia, em seus artigos, centralidade aos autores que tratavam das questões relacionadas às crianças em idade pré-escolar, tais como Pestalozzi, Rousseau, Montessori e Piaget. Além disso, descrevia com euforia a organização dos jardins de infância montessorianos, visando interferir na realidade educativa paranaense.

Importante frisar que tratar das questões relacionadas ao Boletim é também chegar próximo do lugar pedagógico, do lugar da formação dos professores, e ao mesmo tempo do que esperava a política vigente para educação com as crianças pequenas no Estado. Além disso, o fato de Eny Caldeira figurar na escrita da maior parte do periódico, na parte da Seção Pré-Primária, demarcava o seu destaque no cenário educacional, sua posição e experiências educativas (SILVA, 2018). Para, João Paulo de Silva “(...) o Boletim colaborou também para a construção de uma memória e representação da professora” Eny Caldeira (SILVA, 2018, p.85).

Apoiado em Chartier (1990), pode-se afirmar que são as representações de um dado momento histórico que apresentam sentido à realidade. Assim, alerta o autor que embora as representações “[...] aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p.17). Ao analisar os Boletins como uma fonte importante, observa-se os modos como os dirigentes tentavam prescrever a educação para crianças pequenas ou, até mesmo a difusão de ideias a partir das escolhas que eram feitas à época. Olhar as questões pedagógicas pelo prisma da representação indica que os ideais pedagógicos, que circulavam, não estavam desprendidos, mas sim articulados a um cenário maior, de intensa discussão com o movimento renovador da Educação.

Compreende-se que tanto a professora Scalco como a professora Caldeira contribuíram, por meio dos Boletins, para a divulgação e circulação

de ideias para a escolarização das crianças em idade pré-escolar, serviram como referência para que as professoras que atuavam com essa faixa etária seguissem a concepção pedagógica apreciada por ambas.

São os sujeitos que a história quer revelar, pois “por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar” (BLOCH, 2001, p.54). Sujeitos estes, que à frente dos departamentos e da gestão administrativa estadual, assim como os professores, crianças, diretores e outros que de forma singular participavam dos percursos educativos que fazem parte da história da educação daquele dado momento histórico.

### *Considerações finais*

Para concluir este texto, reafirma-se, os Boletins da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, como uma fonte importante e ainda pouco explorada, que permitiu uma aproximação com o lugar pedagógico e de cunho metodológico, dos jardins de infância paranaense, no início dos anos de 1950. É possível afirmar que estes periódicos, constituíram-se como um documento fundamental, para a divulgação do que se considerava essencial trabalhar com as crianças em idade pré-escolar naquele período, especialmente a partir do método montessoriano. Além disso, nas linhas dos Boletins, localiza-se uma trama de relações que articulava determinados profissionais dos campos político e educacional paranaenses – como a professora Eny Caldeira e a professora Joana Scalco, que defendiam saberes específicos para atuar com as turmas de jardins de infância. Tais profissionais ajudavam a fazer circular nas páginas destes periódicos, um repertório sobre pedagogia moderna para a educação do estado do Paraná.

As questões pautadas no Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, podem ser compreendidas, como uma estratégia para fazer chegar as professoras os saberes considerados importantes para a prática diária e, mais do que isso, podem se constituir como ferramenta discursiva, formativa,

na qual há centralidade nos modos de se pensar e fazer a educação da infância em meios às representações de uma educação ativa.

## *Referências*

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOTELHO, Jordana Stella. **Jardins de infância paranaenses: do Programa de Experiências de 1950 ao Regimento e Planejamento de Atividades de 1963**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2011

CAMPOS, Baltman, Simone. **A institucionalização do método Montessori no campo deducional brasileiro (1914-1950)**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Ciências da educação pós-graduação em educação.2017

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, n. 11(5), São Paulo, jan./abr. 1991, p. 173-191

ESCOLANO, Augustin Benito. **Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo**. In: VINÃO FRAGO, A. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

KUHLMANN JR, Moyses. **Relações sociais, intelectuais e educação da infância na História**. In: SOUZA, Gizele (org.). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010.

NÓVOA, Antonio. **A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório portugueses**. In: CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Educação em Revista. A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 11-31

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná**. Curitiba, ano I, v. 3, jul./out. 1951.

\_\_\_\_\_. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná**. Curitiba, ano I, v. 4, nov./dez. 1951.

\_\_\_\_\_. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná**. Curitiba, ano II, v. 5, jan./fev. 1952.

\_\_\_\_\_. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná**. Curitiba, ano II, v. 6, mar./abr. 1952

. \_\_\_\_\_. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná**. Curitiba, ano II, v. 7, maio./jun. 1952.

\_\_\_\_\_. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná**. Curitiba, ano II, v. 8, jul./ago. 1952.

\_\_\_\_\_. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná**. Curitiba, ano II, v. 9, set./dez. 1952.

\_\_\_\_\_. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná**. Curitiba, ano III, v. 10, jan./fev. 1953

\_\_\_\_\_. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná**. Curitiba, ano III, v. 11, mar./abr. 1953.

\_\_\_\_\_. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná**. Curitiba, ano III, v. 12, maio./dez. 1953.

SILVA S, João Paulo de. **Percurso entre modernidades: trajetória intelectual da educadora Eny Caldeira (1912-1955)**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós Graduação em Educação. 2018.

SOUZA, G. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929**. 299 páginas. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP, São Paulo, 2004.

SOUZA, Gizele d; PERES, Eliane T. **Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação**. In: CASTRO, César Augusto (org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos**. São Luís: EDUFMA/Café com Lápis, 2011, p. 43-68.

## *Coleções para a infância: enredos e possibilidades para se pensar história da educação e cultura material escolar*

*Juliana Calixto Bartsch<sup>1</sup>*



### *Introdução*

Com o objetivo de contribuir para as pesquisas em História e Historiografia da Educação e Cultura Material Escolar, este estudo tem como proposta apresentar as diferentes possibilidades de pesquisa que as coleções de livros para a infância podem proporcionar quando utilizadas como fonte e objeto de análise. A pergunta que direciona este trabalho se volta em compreender o que os livros e coleções para infância nos revelam, tanto por meio de seus textos e ilustrações, como também por sua estrutura material. Para isso, serão propostas análises acerca do conteúdo, contexto, circulação e materialidade de coleções e livros para a infância.

Considerando que a discussão em questão se volta aos impressos, este artigo se referencia principalmente em Roger Chartier e seus debates a respeito da história dos livros, materialidade e representação. Para o autor, “o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação” (CHARTIER, 1994, p. 08). Sendo assim, os impressos não são objetos neutros, mas sim intencionais que se articulam com o contexto e lugar ao qual se inserem, logo são repletos de representações. Ainda de acordo com Chartier, representações são percepções sociais e produções de sentido tanto no aspecto social, cultural e econômico e que se revelam por meio de objetos,

---

1 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: julianacalixtob@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5089698206031649>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6758-1140>.

como por exemplo, os impressos.

As representações se manifestam tanto por meio de textos e imagens, como também pela forma e materialidade do objeto. Sobre o estudo e análise da materialidade dos impressos, Roger Chartier (1994) afirma que não existe um texto escrito isolado de seu suporte, ou seja, um livro não é composto apenas por textos e conteúdos. Ele também se forma a partir de uma determinada diagramação, impressão e circulação (CHARTIER, 1994, p. 17). Sendo assim, considerar a materialidade dos objetos é pensar justamente nas questões físicas e estéticas que compõe esses artefatos, reconhecendo as escolhas que foram feitas, pelo autor, diagramador, editora, etc., e o público ao qual tais obras irão se destinar.

De acordo com Escolano Benito (2001, p. 35), cada vez mais os livros e manuais escolares tornam-se fontes de investigação de pesquisas que se inserem no campo da História e Historiografia da Educação. Isso acontece, pois, esses objetos trazem consigo elementos pertencentes a cultura da escola por meio de seus aspectos materiais e de conteúdo. Ainda de acordo com o autor, na linha da História e Historiografia, trabalhar com a materialidade significa perceber as relações que um determinado objeto traz com seu contexto de produção e uso (ESCOLANO BENITO, 2018, p. 109).

Partindo dessa premissa, este estudo pretende em um primeiro momento tratar sobre os livros e coleções para infância, dando um destaque aos debates sobre infância que surgiram a partir do século XX e a criação de uma literatura voltada especificamente as crianças. Posteriormente a discussão irá girar em torno da circulação e crescimento da literatura infantil no Brasil por meio de autores brasileiros como Monteiro Lobato e Olavo Bilac, mas também a partir de obras traduzidas e adaptadas de outras línguas, como é o caso das coleções *O Mundo da Criança*, *O Caminho de Ouro*, *Enciclopédia Juvenil* e *O Tesouro da Juventude*.

Por fim, serão colocadas em pauta algumas possibilidades de análise a partir de coleções de livros para a infância. Para ilustrar tais possibilidades foram utilizados alguns exemplos de estudos já finalizados e outros em andamento que se voltam a coletânea *O Mundo da Criança*.

## *Coleções para a infância: As representações de infância por meio das coleções de livros para crianças e jovens*

Embora os debates a respeito da infância ganhem maior destaque no início do século XX, a produção de textos para crianças e jovens de fato acontece no decorrer do século XVII, período em que a infância começa a ser vista como ferramenta de educação para o progresso. Maria Nikolajeva (1996) afirma que a literatura infantil desde o princípio esteve atrelada à ideais pedagógicos e educativos. Segundo a autora,

A principal diferença entre a investigação da literatura infantil e a crítica literária geral – e este fator reflete-se na forma como a história da literatura é escrita – é que a literatura infantil esteve desde o início relacionada com a pedagogia. O próprio surgimento da literatura infantil em grande escala se deve ao fato de que, em algum momento do século XVII, a sociedade tornou-se consciente da infância como um período especial da vida e de que as crianças tinham suas próprias necessidades especiais. As noções de infância e os aspectos educativos da leitura influenciaram crucialmente a evolução da literatura infantil e caminhavam de mãos dadas com visões pedagógicas da literatura como um meio poderoso para educar as crianças (NIKOLAJEVA, 1996, p. 3, *Tradução minha*).

Reforçando a ideia de que a literatura infantil esteve desde seu princípio vinculada a pedagogia e que esse pensamento é decorrente das novas perspectivas que se deram à infância, Rodrigues *et al.* (2013), afirma que apesar de já existirem manuscritos voltados a esse público, a literatura para crianças surge na Europa “a partir de transformações sociais”, sendo Charles Perrault<sup>2</sup> considerado um dos primeiros autores deste gênero literário (RODRIGUES *et. al.*, 2013, p. 3).

Como já indicado, um dos motivadores para se pensar em uma literatura para crianças, foram as novas perspectivas que surgiram sobre a

---

2 - Escritor francês do século XVII que escreveu diferentes contos baseados nas histórias cotidianas que ouvia. Dentre os contos que escreveu estão *Cinderela e Barba Azul* (MARTINS, 2021).

infância já no século XVII, mas que ganharam destaque a partir do século XIX e início do século XX. Conforme Bartsch (2021), “a infância neste período passa a ocupar os holofotes de pesquisas e interesses da educação, saúde e sociedade” (BARTSCH, 2021, p. 45). Sendo pauta de conferências, debates e exposições nacionais e internacionais, foram discutidos temas sobre educação, saúde, trabalho infantil, literatura, etc. Estes debates acarretaram também na produção e aperfeiçoamento de diferentes produtos que se voltavam ao público infantil, como móveis, brinquedos e os próprios livros destinados a crianças e jovens. Isso se deu, pois, o campo da publicidade também passou a se voltar à infância, visto que as possibilidades de divertir e alegrar as crianças estavam diretamente ligadas a ideia de consumo (SOSENSKI, 2012).

Sobre o mercado editorial brasileiro de livros para a infância, é possível afirmar que houve um maior desenvolvimento deste setor a partir do século XX. No Brasil o surgimento da literatura infantil também esteve vinculado à pedagogia, podendo ser os professores considerados os primeiros a escreverem livros para crianças em território nacional, visto que a literatura era encarada como uma importante ferramenta de educação pela infância (CORDEIRO, 2005, p. 26).

A partir de debates e conferências que aconteceram no final do século XIX e início do século XX, passou-se a enxergar na infância uma ferramenta de progresso. Nesse sentido, o mercado editorial de livros para este público passa a crescer aos poucos e escritores como Olavo Bilac e Monteiro Lobato passam a escrever alguns textos para crianças (UKAN, 2015, p. 17).

Monteiro Lobato, por exemplo, teve importante papel tanto em relação ao mercado editorial brasileiro, como também na produção de livros para a infância. De acordo com Ukan (2015), o escritor encarava os livros infanto-juvenis como uma forma de expandir pensamentos a respeito de ideias de trabalho, progresso e desenvolvimento nacional (UKAN, 2015, p. 15-16).

Apesar de haver um grande desenvolvimento do mercado editorial brasileiro a partir de 1930, o crescimento e uso de mídias como a televisão e rádio trouxeram impactos na venda e produção de livros. Nesse contexto, o mercado literário e grupos editoriais sentiram a necessidade de criar novas

estratégias para aumentar a venda de livros, como por exemplo a venda de livros e coleções a prestação (HALLEWELL, 2005, p. 579). Nesse momento, passam a surgir no mercado editorial de livros, editoras especializadas no comércio de livros, coleções e enciclopédias vendidas a prestação.

A Editora Delta, por exemplo, foi criada em 1950 e era responsável unicamente por esse tipo de venda. Para isso, contava com vendedores domiciliares e anúncios e propagandas em jornais e revistas, como forma de divulgação de seus produtos. Dentre os produtos vendidos pela editora Delta estava a coleção *O Mundo da Criança* que se voltava à infância. Traduzida e adaptada da obra *Childcraft* de origem estadunidense, a coleção *O Mundo da Criança*, era formada por 15 volumes ilustrados desde sua capa ao seu conteúdo, que tratavam de temas variados. A escolha por se trabalhar com diferentes assuntos, estava diretamente ligada a função da coletânea de ser uma espécie de guia de formação para a infância, contendo textos para crianças, pais e professores (PARA TODOS, 1956, p. 12).

Assim, como a coleção *O Mundo da Criança*, outras obras destinadas à infância foram produzidas, sendo muitas delas traduções e adaptações de coleções estrangeiras. Por meio de buscas em sebos e bibliotecas, por exemplo, é possível localizar obras como *O Tesouro da Juventude*, *Enciclopédia Juvenil*, *O Caminho de Ouro* e *O Mundo da Criança*. Interessante observar que muitas dessas obras trazem características semelhantes, sendo compostas por temas variados com a finalidade de educar crianças e jovens. Nesse sentido, é possível identificar nesses livros, diferentes representações e ideais de infância.

### Imagem 1 – Poema *de que são feitos?*



**Fonte:** Coleção *O Mundo da Criança*, v.1 (1954, p. 42).

Na coleção *O Mundo da Criança*, por exemplo, por meio de textos e imagens, são impostos padrões de comportamento, educação, de valores e representações do que seria considerado uma infância e criança ideal. No poema *De que são feitos* presente no volume 1 da coleção, é possível identificar representações de infâncias femininas e masculinas (Imagem 1). Bartsch (2021), ao analisar as representações de infância presentes neste poema afirma que

de acordo com o texto e as imagens, as meninas são relacionadas a perfumes e doces, o que leva a interpretá-las como doces e delicadas, precisando estar sempre arrumadas e cheirosas. Na imagem, a menina representada está apoiada sobre a mesa observando e tentando alcançar um dos doces. Em relação aos meninos, no texto são representados por animais e insetos, indicando serem como exploradores, aventureiros, sujeitos a experiências e descobertas, podendo ser comparados a seres gosmentos, como os caracóis e sapos.

Na imagem também aparecem dois cachorrinhos comendo algo, o que simboliza que estão sendo cuidados por alguém, provavelmente pelo menino. Estão ao lado dos caracóis e sapos, mas não pertencem ao mesmo grupo deles. Eles não são mencionados no texto com todas as letras, a não ser por uma pequena referência dos “rabinhos pequeninos”. Em suas mãos, o menino segura um objeto que aparenta ser uma bola, o que pode indicar uma espécie de brincadeira com os próprios cãesinhos, visto que estes quando aparecem nas ilustrações da Coleção, muitas vezes simbolizam o brincar (BARTSCH, 2021, p. 163-164).

Já em relação a educação, os livros trazem temáticas e formatos que se assimilam a uma educação pautada no movimento da Escola Nova, valorizando assuntos como a experimentação infantil, psicologia educacional e desenvolvimento da criança (BARTSCH, 2021). O volume 14 da coleção *O Mundo da Criança* em sua edição de 1959, por exemplo, tem como o título, *Caminhos que levam a aprendizagem*, tratando de assuntos, portanto vinculados a aprendizagem escolar. Conforme Bartsch (2021),

trazendo a ideia de uma “Escola Moderna” que rompe alguns padrões de “Escola Tradicional”, no décimo quarto volume da Coleção, em sua primeira edição, ao serem apresentados os “caminhos que levam à aprendizagem”, a escola é descrita como lugar que, juntamente com a família, é responsável pela formação das crianças, sendo necessário respeitar as faixas etárias e o desenvolvimento individual de cada sujeito (BARTSCH, 2021, p. 176).

Tendo em vista as possibilidades de análises de representações de infância, criança e outras tantas representações, livros e coleções para infância são objetos interessantes de análise para uma pesquisa em História e Historiografia da Educação. Observando a bibliografia já existente, é possível identificar diferentes trabalhos, que tem como fonte e objeto de análise coleções para a infância.

Por meio de diferentes buscas, identificou-se que as principais coletâneas utilizadas como objetos de estudo são: *O Mundo da Criança* e *O tesouro da Juventude*. Muitos desses trabalhos se voltam as representações de

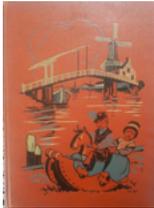
infância, moral e bons costumes, representações de padrões higienistas, ou temáticas específicas como ciência, história, etc. Bartsch (2021), por exemplo, possui a maioria das pesquisas realizadas acerca da coleção *O Mundo da Criança*, tendo foco principalmente nas materialidades e representações de infância presentes nos primeiros volumes da Coleção, bem como análises do processo de tradução e circulação desses livros. Atualmente está sendo desenvolvida uma pesquisa de doutoramento sobre o mercado editorial de livros para infância, a partir de análises das coleções *O Mundo da Criança* e *O Caminho de Ouro*. Aline Roland de Jesus (2006), por sua vez realizou pesquisas em nível de Iniciação Científica com foco nas representações dos bons modos presentes na coleção *O Mundo da Criança*. Já Cristiane Gioppo (1996), possui estudos sobre a “Higiene como estratégia de segregação” em que analisa características higienistas em textos presentes na coleção *O Mundo da Criança*. Apesar de já se terem pesquisas sobre coleções para infância, nota-se que muitos campos e coletâneas foram pouco exploradas, possibilitando novas frentes de pesquisa.

O acesso a fontes como coleções e livros para a infância, podem ser realizados por meio de buscas em sebos, livrarias e bibliotecas públicas, particulares e escolares. Além disso, existem alguns acervos digitais como é o caso da biblioteca *Internet Archive* e outros acervos de bibliotecas de universidades nacionais e internacionais, possibilitando o acesso parcial ou integral de diferentes livros.

No caso da coleção *O Mundo da Criança*, foi possível encontrar informações em bibliotecas escolares e sebos da cidade de Curitiba, como também por meio de buscas em jornais e revistas disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital Nacional. Também foram realizadas buscas por outras edições desta coletânea em línguas como inglês, francês, espanhol, italiano, alemão, etc. O acesso a sua versão em outros idiomas, se deu por meio de pesquisas em acervos de bibliotecas internacionais, como é o caso do site *Internet Archive*; e por meio da compra de volumes físicos da coleção *O Mundo da Criança* em suas edições em inglês, espanhol e italiano, em sebos e sites de compras de países como México, Estados Unidos e Itália.

Por meio dessas buscas, foi possível localizar que a coleção *O Mundo da Criança*, foi editada originalmente em inglês na cidade de Chicago nos Estados Unidos, passando por diferentes editoras e edições durante sua trajetória. Em 1949, ela passa a ser impressa em outras línguas, tais como o português, espanhol, italiano e francês (Quadro 1).

**Quadro 1** – Edições em outras línguas da coleção *O mundo da criança*

Edições em outras línguas da coleção O mundo da criança					
Título	Childcraft	O Mundo da Criança	El Mundo de Los Niños	I Quindici	
Idioma	Inglês	Português	Espanhol	Italiano	Francês
Capa					
Ano de publicação	1935	1954-1959	1958	1968	1973

**Fonte:** Quadro organizado pela autora a partir das edições em outras línguas da coleção *O Mundo da Criança*<sup>3</sup>.

Ao se trabalhar com livros e coleções, também é necessário entender sobre sua circulação. Para isso, uma das possibilidades de pesquisa é a busca por informações em publicações, anúncios, propagandas e comentários em jornais, revistas e outros periódicos. As pesquisas podem ser realizadas em arquivos públicos, bibliotecas, como também em acervos digitais, como por exemplo a Hemeroteca Digital Nacional e outras Hemerotecas Digitais.

3 - O MUNDO DA CRIANÇA. Rio de Janeiro: Delta, 1959. 15 v.

CHILDCRAFT: Story of life and lands, v. 3 Chicago: W.F. Quarrie & Company, 1935.

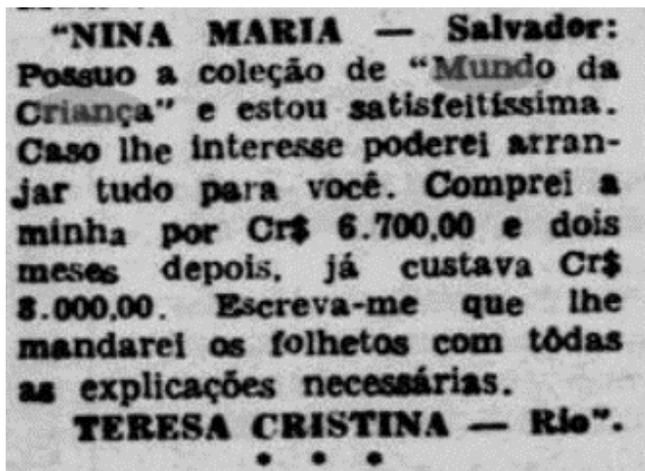
EL MUNDO DE LOS NIÑOS, v. 8. Barcelona: Salvat Editores S.A.,1960.

ENCICLOPÉDIA JUVENIL Rio de Janeiro: Record de Serviços de Imprensa, 1964. 38 vol.

I QUINDICI, v. 15 Roma: Field Enterprises Educational Corporation, 1968.

JE VEUX SAVOIR, Paris: Le Livre du Monde, 1973. 15v.Disponível em < <https://www.le-livre.fr/livres/fiche-ro80181037.html>> Acesso em agosto de 2023.

**Imagem 2** – Sessão correspondências (O Jornal, 1957)

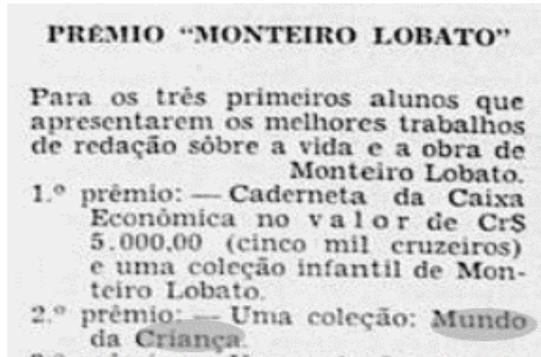


**"NINA MARIA — Salvador:**  
**Possuo a coleção de "Mundo da**  
**Criança" e estou satisfeitiíssima.**  
**Caso lhe interesse poderei arran-**  
**jar tudo para você. Comprei a**  
**minha por Cr\$ 6.700,00 e dois**  
**meses depois, já custava Cr\$**  
**8.000,00. Escreva-me que lhe**  
**mandarei os folhetos com tôdas**  
**as explicações necessárias.**  
**TERESA CRISTINA — Rio".**  
• • •

**Fonte:** O Jornal (1957, p. 22).

Se voltando novamente à coleção *O Mundo da Criança*, por meio de pesquisas em jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Nacional, por exemplo, foi possível identificar que esta coletânea chegou a custar na década de 1950 em média C\$5.000 a C\$ 8.000. Vendida a prestação por meio de um carnê de compras, era divulgada e comercializada por vendedores independentes que batiam de porta em porta a fim de encontrar compradores para esse produto. No periódico *O Jornal* de 1957, na sessão *Correspondências*, podemos encontrar o comentário de uma consumidora sobre a coleção *O Mundo da Criança*, na qual são expressos os valores deste produto e a satisfação do cliente (Imagem 2). Nessa mesma correspondência é possível identificar a valorização da coleção ao decorrer do tempo o que acarretou no aumento de C\$3.000 em relação ao seu custo inicial (O JORNAL, 1957, p. 22). Considerando que o valor do salário mínimo da década de 1950 chegou a custar C\$6.000, pode-se constatar que a coleção *O Mundo da Criança* era um produto caro, visto que custou mais do que o valor de um salário mínimo.

**Imagem 3 – Prêmio Monteiro Lobato (1959)**



**Fonte:** Jornal do Brasil (1959)

A partir da análise de jornais e revistas também disponíveis na Hemeroteca Digital Nacional, foi verificado que a coleção *O Mundo da Criança* circulou em algumas bibliotecas e clubes. Encontrou-se também divulgações e propagandas de concursos, nos quais a coleção era colocada como um dos prêmios aos vencedores, é o caso do *Prêmio Monteiro Lobato* que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1958, e premiava os estudantes que apresentassem os melhores textos sobre o escritor Monteiro Lobato<sup>4</sup> (Imagem 3). Dentre os prêmios oferecidos estavam as coleções *O Mundo da Criança* e *O Tesouro da Juventude* (JORNAL DO BRASIL, 1959).

**Imagem 4 – Concurso Congraçamento (1961)**



**Fonte:** O Dia (1961).

4 - Novamente reforça-se aqui a importância deste escritor no campo da literatura infantil brasileira.

Em 1961, houve também o *Concurso Congraçamento Inter Clubes* realizado no Clube Curitibano (Imagem 4), ambiente da elite da cidade de Curitiba, em que os vencedores iriam adquirir diferentes produtos e entre eles estavam os livros da coleção *O Mundo da Criança* (*O DIA*, 1961, p.5).

O Custo da coleção, bem como seus ambientes de circulação, seja em clubes ou concursos, estão diretamente ligados à sua materialidade. Retomando os conceitos trazidos por Chartier, um livro não se dá fora de seu suporte, logo trabalhar com obras literárias demanda também a análise de seu formato, número de páginas, diagramação, tipografia, escolhas estéticas e textuais, grupo de organizadores, projetos de edição e impressão, etc.

Considerando a materialidade da coleção *O Mundo da Criança*, por exemplo, por meio da Imagem 5, verifica-se que se tratavam de 15 livros em capa dura vermelha, coberta com tecido similar ao couro e com impressões coloridas sobre ela. Sendo os livros compostos por 200 a 300 páginas contendo textos e imagens, o papel utilizado possuía uma gramatura considerável. Os livros com um maior número de textos e ilustrações, sejam elas coloridas ou monocromáticas, possuíam papel fosco, diferente daqueles com um grande número de fotografias, no qual a escolha do papel, foi por um com aparência acetinada. Essa variação da escolha do tipo de papel, está diretamente ligada ao custo para a produção da coletânea, como também para o tipo e qualidade de impressão das imagens presentes nos livros. Araújo (1986) ao estudar os processos de edição e composição dos livros afirma que “[...] embora a leitura seja mais confortável sobre um papel áspero e fosco, quando se trata de imprimir cores e meios-tons, recomenda-se papel liso e brilhante, onde aparecerão mais vivos e definidos” (ARAÚJO, 1986, p. 373).

**Imagem 5** – Capas da coleção *O Mundo da Criança* (1959)



**Fonte:** Arquivo pessoal da autora.

Composta por imagens desde sua capa ao seu conteúdo, por meio da análise dos 15 volumes da coleção *O Mundo da Criança*, afirma-se que as ilustrações e fotografias guiam as narrativas. Tratando de assuntos variados, as imagens das capas já revelam ao leitor possíveis assuntos a serem tratados no decorrer dos volumes. Nesse sentido, por se tratar de uma coletânea ilustrada, é essencial decifrar as mensagens visuais presentes em toda coleção.

Araújo (1986) ao estudar a estrutura e composição dos livros, classifica a presença da iconografia nos impressos como “imagens de natureza vária”

podendo ser ilustrações, fotografias, gráficos, diagramas, etc. No caso da coleção *O Mundo da Criança*, identificou-se a presença de diferentes tipos de imagem, com finalidades variadas. Divididas em dois grandes grupos, ilustrações e fotografias, é possível encontrar imagens que acompanham contos, poemas, textos informativos e partituras musicais; ilustrações e fotografias esquemáticas auxiliando na compreensão de brincadeiras, trabalhos manuais ou informações de assuntos relacionados à ciência e a indústria, e por fim fotografias de produções artísticas de crianças e adultos (Quadro 2).

**Quadro 2** - categorias de imagens na coleção *O mundo da criança*

CATEGORIAS DE IMAGENS NA COLEÇÃO O MUNDO DA CRIANÇA	
ILUSTRAÇÕES	FOTOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Acompanham contos e poemas</li> <li>-Acompanham partituras musicais</li> <li>- Ilustrações esquemáticas</li> <li>- Ilustrações realizadas por crianças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Acompanham textos informativos</li> <li>-Acompanham sugestões de atividades e brincadeiras</li> <li>- Fotografias ilustrativas</li> <li>- Fotografias esquemáticas</li> <li>- Fotografias de produções artísticas</li> </ul>

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora.

A qualidade do papel, o número elevado de imagens em policromia e monocromia, bem como a presença de volumes em capa dura cobertos com tecido similar ao couro, são elementos que indicam um produto de luxo, destinado provavelmente a camadas mais abastadas da sociedade. Nesse sentido, o custo da coletânea indicado em anúncios e correspondências em jornais e revistas, se justifica na medida em tratava-se de uma coleção de 15 volumes em capa dura, que continham textos e imagens em todo o seu conteúdo. Compreende-se então, que ao se tratar da análise de coleções e livros para a infância, as escolhas editoriais, tipográficas e materiais, são capazes de revelar e justificar o público alvo, valor de custo e ambientes de circulação dessas obras.

## *Considerações finais*

Diante do exposto é possível inferir que o trabalho com coleções e livros para a infância propicia variadas possibilidades de pesquisa na área de História e Historiografia da Educação. O acesso a coleções e livros para a infância, pode ser feito por meio de buscas em sebos, bibliotecas públicas e particulares e acervos digitais. Além do acesso aos materiais, sugere-se a busca por propagandas de divulgação, anúncios, reportagens e críticas sobre esses volumes, com a finalidade de compreender seu processo de circulação e adesão da sociedade. Para isso, recomenda-se o uso de plataformas digitais como a Hemeroteca Digital Nacional que contempla diferentes revistas e jornais, sendo possível a busca por anúncios e divulgações dessas obras.

Partindo do pressuposto de que se trabalhar com impressos exige não apenas considerar seu conteúdo, mas também sua materialidade, este trabalho debateu sobre a importância de analisar as escolhas estéticas, tipográficas e editoriais presentes em uma coleção para a infância. Considerando que a literatura infantil surge num contexto de maior discussão e visibilidade da infância, por meio dos livros que se destinam a crianças e jovens, encontram-se neles diferentes representações de infância, educação, família, valores e moral. Compostas geralmente por textos e imagens, ao analisar coleções, é imprescindível identificar as escolhas textuais e iconográficas realizadas pelos autores e grupo editorial, a fim de entender sua intencionalidade, público e relação com contexto em que foram produzidas.

## *Fontes*

### *Coleções e Enciclopédias*

O MUNDO DA CRIANÇA, v. 1, Rio de Janeiro: Delta, 1954.

O MUNDO DA CRIANÇA. Rio de Janeiro: Delta, 1959. 15 v.

CHILDCRAFT: Story of life and lands, v. 3 Chicago: W.F. Quarrie & Company, 1935.

EL MUNDO DE LOS NIÑOS, v. 8. Barcelona: Salvat Editores S.A.,1960.

ENCICLOPÉDIA JUVENIL Rio de Janeiro: Record de Serviços de Imprensa, 1964. 38 vol.

I QUINDICI – I libri del come e del perché: voi e vostro bambino, v. 15 Roma: Field Enterprises Educational Corporation, 1968.

JE VEUX SAVOIR, Paris: Le Livre du Monde, 1973. 15v. Disponível em < <https://www.le-livre.fr/livres/fiche-ro80181037.html>> Acesso em agosto de 2023.

MADEIRA, Marcos Almir (coord.). *O Caminho de Ouro*, Rio de Janeiro: Editora Alfa, 1957. 6 v.

O TESOURO DA JUVENTUDE, 2. ed., São Paulo: Editora Brasileira, 1961. 18 v.

### *Jornais e revistas*

LIVROS: mercado interno. **Jornal do Brasil**, ed.00089, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1959.

NINA MARIA – Salvador. **O Jornal**, ed.11362, 22 de setembro de 1957, p. 22.

CONCURSO “Congraçamento”. **O Dia**, ed. 11724, Curitiba, 29 abr. 1961, p.5.

O FUTURO de seu filho depende de você e desta obra! **Para Todos**, Ed. 0012, Rio de Janeiro, 1956. p. 12.

### *Referências*

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BARTSCH, Juliana Calixto. **A criança aprende através da literatura: materialidades e representações da infância na coleção *O Mundo da Criança***. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 2021.

\_\_\_\_\_. SOUZA, Gizele de. **Coleção “O Mundo Da Criança”: Materialidade e Circulação**. In: XII COLUBHE, Cuiabá, 2021.

\_\_\_\_\_. **Coleção O Mundo da Criança: uma análise material e visual de suas edições em português e espanhol**. In. CORDEIRO, Andréa Bezerra; GARCIA, Gecia Aline; KINCHESCKI, Ana Paula de Souza; KANAZAWA, Júlia Naomi. *A teia das coisas*, Curitiba: NEPIE/UFPR, 2021. p. 134-144.

\_\_\_\_\_. **O brincar e as representações de infância na Coleção “O Mundo da Criança” (1949).** In. EDUCERE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2019.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros - Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII,** Brasília: UNB, 1994.

CORDEIRO, Andréa Bezerra. **Dando vida a uma raiz: o ideário pedagógico da Primeira República na poesia infantil de Olavo Bilac.** Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

ESCOLANO BENITO, Augustin. **El libro escolar como espacio de memoria.** In: OSSEMBACH, Gabriela. SOMOSA, Miguel. Los manuales escolares como fuente para la Historia de da Educación en America Latina, Madrid: Universidade Nacional de Educacion a Distancia, 2001. p. 35-46.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **Etnohistória e cultura material da escola: a educação nas exposições universais.** In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar da, SOUZA., Gizele de, CASTRO. César Augusto Cultura Material Escolar e, perspectiva histórica: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018, p.93-118.

GIOPPO, Christiane. **Eugenia:** a higiene como estratégia de segregação. In. Educar em Revista, Curitiba, n.12, p. 167-180, 1996.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil:** sua história. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

JESUS, Aline Roland de. **Guia dos pais e professores:** civilidade, higiene e bons modos na Coleção Mundo da Criança. In. XVII Salão de Iniciação Científica: Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, p. 818, 2005.

\_\_\_\_\_. **Bons modos na Coleção Mundo da Criança:** regras que se dão a ler. In. XVIII Salão de Iniciação Científica: Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, p. 902, 2006.

MARTINS, Hortência de Oliveira Leão. **A maldade além das bruxas:** a personificação do mal no conto “Barba Azul”, de Charles Perrault . Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Letras, Universidade Federal de Alagoas, 2021. Disponível em < <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/3761>> Acesso em setembro de 2023.

NIKOLAJEVA, Maria, **Childrens Literature Comes of Age – Toward a New Aesthetic.** New York and London: Gerland Punlishing, 1996.

RODRIGUES, Scheila Leal; ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares ; SOUZA, Antonio Escandiel de; LAUXEN, Sirlei de Lourdes ; BASSO, Berenice Geschwind. **Literatura infantil:** origens e tendências. In: XV Seminário de Educação do Mercou, Rio Grande do Sul, UNICRUZ, 7 a 13 de maio de 2013.

SOSENSKI, Susana. **Producciones culturales para la infancia mexicana los juguetes (1950-1960)**. In: Relaciones: Estudios de historia y sociedade, v. XXXIII, n. 132, 2012. p. 95-126

UKAN, Carla. **Trabalho e progresso nas obras de Monteiro Lobato consideradas paradidáticas (1933-1937)**. Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

## *Ofereço-te este como recompensa de tua aplicação: santinhos de incentivo ao bom aluno (1950-1960)*

*Joseane Cruz Monks<sup>1</sup>  
Vanía Grim Thies<sup>2</sup>*

### *Introdução*

Este capítulo tem o objetivo de exemplificar e problematizar um conjunto de 30 *santinhos* pertencentes a dois alunos que frequentaram escolas multisseriadas da zona rural de dois municípios localizados na região sul do Rio Grande do Sul. Essa coletânea, que compõe o *corpus* documental principal, é formada por dois conjuntos de artefatos. O primeiro, com 24 artefatos, foi encontrado entre as folhas de uma coleção de cadernos escolares; o segundo, com 6 artefatos, estava junto da coleção de boletins do curso primário. Este estudo foi desenvolvido no âmbito do centro de memória e pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (Hisales/FaE/UFPel)<sup>3</sup>, na interlocução entre alguns dos diferentes acervos do referido centro: o acervo dos cadernos escolares, o das escritas pessoais e familiares e ainda o dos manuais didáticos.

---

1 - UFPel, Pelotas, RS, Brasil. E-mail: joseanemonks@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1590251507955019>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6662-4834>.

2 - UFPel, Pelotas, RS, Brasil. E-mail: vaniagrimg@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2559006899606199>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6169-067X>.

3 - O História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (Hisales) é um centro de memória e pesquisa, constituído como órgão complementar da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que contempla ações de ensino, pesquisa e extensão. Sua política principal é fazer a guarda e a preservação da memória e da história da escola e realizar pesquisas. Trata-se de um arquivo especializado nas temáticas da alfabetização, leitura, escrita e dos livros escolares, constituído de diferentes acervos. O Hisales é também um grupo de pesquisa cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq desde 2006. Está localizado no *Campus* II da UFPel, na Rua Almirante Barroso, 1202 – Sala 101 H, CEP 96.010-280 – Pelotas/RS. Mais informações sobre os acervos e as ações de ensino, pesquisa e extensão podem ser conferidas via internet, no *site* [www.ufpel.edu.br/fae/hisales/](http://www.ufpel.edu.br/fae/hisales/), nas redes sociais Facebook e Instagram (@hisales.ufpel) e pelo *e-mail* [grupohisales@gmail.com](mailto:grupohisales@gmail.com).

Os *santinhos* são impressos religiosos, em formato de cartões, com imagens de santos, da Virgem Maria, de Jesus Cristo. Muitas imagens apresentam a figura da criança, e em algumas é configurado um formato angelical. Esses impressos circularam e ainda circulam com certa intensidade no espaço social religioso e, como se constata pelas fontes, circularam também no espaço escolar. Esses artefatos permitiram, sob alguns aspectos, a difusão da cultura escrita entre diferentes instâncias sociais, como a circulação no binômio escola e família, assim como nos contextos religioso e familiar. Possivelmente disseminaram nessas esferas sociais ideais de comportamento culturais, escolares e de devoção religiosa. Os panoramas relativos à circulação desses artefatos provocam indagações que motivam a investigação: por que as crianças recebiam *santinhos* na escola pública? Por que foram salvaguardados? O que esses artefatos não escolares podem informar sobre a cultura material escolar?

Nesta problematização, o foco está direcionado ao contexto escolar público da segunda metade do século XX, e não ao contexto religioso. Entretanto, compreende-se que esses contextos institucionais – escolares e religiosos – integraram interfaces conflituosas na constituição da história da educação brasileira durante os séculos XIX e XX (DALLABRIDA, 2011).

Ao verificar as aproximações entre os artefatos, *santinhos*, e a escola, atenta-se à compreensão de que a cultura da escola é constituída nas/pelas relações culturais amplas e de que essa perspectiva interfere nas práticas que os sujeitos desenvolvem nesse contexto, demarcando, segundo Viñao Frago (1995), estratégias e pautas que podem ser desenvolvidas nas aulas e fora delas, elaborando práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos.

Nesse sentido, busca-se exemplificar e problematizar a presença dos *santinhos* no contexto escolar, pois se observou que, no verso de alguns, há o registro impresso de orações e salmos; em outros, o espaço do verso permite o registro manuscrito de dedicatória realizado pelas professoras, como é o caso aqui analisado.

Os *santinhos*, esses artefatos efêmeros, investigados neste estudo como fonte e também como objeto, são analisados pela composição da materialidade estruturada entre o objeto material (cartão de papel), os textos (manuscritos e impressos) e as imagens, pois

[...] é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor (CHARTIER, 1988, p. 127).

Assim, os artefatos expõem vestígios das práticas da escolarização primária pública da segunda metade do século XX, mais especificamente dos anos iniciais da década de 1960.

Considerando os *santinhos* como fonte e objeto, lançam-se muitos questionamentos acerca dos artefatos selecionados para a investigação, pois, tal como afirmou Escolano Benito (2021a), os objetos e as imagens são os testemunhos que o historiador há de decifrar. No entanto, para o caso apresentado, talvez muitos questionamentos ainda ficarão à espera de respostas, ainda que algumas reflexões possam e devam ser lançadas, na intenção de contribuir para a historiografia da educação brasileira a partir dessa fonte documental.

Problematizam-se esses artefatos fundamentando-se no campo da cultura material escolar, que nos desafia a olhar as materialidades que circulam/circularam na escola, bem como as materialidades que circundam as práticas e os rituais escolares. Compreende-se que “nesse lugar de produção de cultura ou, melhor dizendo, de culturas produziram-se as materialidades relacionadas aos processos de escolarização, mas, sobretudo, produziram-se sensibilidades” (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p. 40), que podem ser representadas nos e pelos *santinhos*.

Presentes no contexto religioso católico, os *santinhos* fazem parte dos rituais religiosos, tal como apresentado por Domínguez e Vasconcelos (2021), que investigaram a primeira comunhão feminina nos contextos da Espanha e do Brasil na primeira metade do século XX. A distribuição desses artefatos se dava na primeira comunhão, no batismo ou em outros ritos da Igreja Católica. Segundo Carvalho (2022, p. 223), “os santinhos, como artefatos religiosos com sua função educativa, operam como uma prática de incitação a um modo de ser a partir de valores morais para se conquistar as almas infantis”.

O estudo de Grazziotin e Bastos (2016) sobre a produção gráfica dos *santinhos* localizados em álbuns no Memorial Jesuíta da Universidade do Vale do Rio dos Sinos<sup>4</sup> indicou que os *santinhos* já estavam presentes na escola. No entanto, o contexto original desse material era o de uma escola católica, e, dessa forma, poderíamos afirmar que a presença seria comum nesse ambiente escolar. As autoras afirmam que o “estudo de um dos objetos da cultura material relacionada ao ideário cristão católico – os *santinhos* – permite-nos compreender o comportamento e as ideias de uma determinada época quanto às expressões de religiosidade” (GRAZZIOTIN; BASTOS, 2016, p. 817). Ainda sobre esse aspecto, as autoras afirmam, em estudo posterior:

No que diz respeito ao processo de escolarização, no Brasil, os ideais republicanos que postulavam, na legislação, uma escola pública e laica não se efetivaram no cotidiano da escola, uma vez que, por inúmeras razões, presenciamos, desde a criação dos grupos escolares, no final do século XIX e no início do século XX, a escola pública ser espaço de formação religiosa católica (GRAZZIOTIN; BASTOS, 2017, p. 577).

Ainda no contexto atual (século XXI), algumas práticas podem ser observadas no ambiente escolar público como resquícios da formação religiosa na escola, a exemplo das orações no início das aulas e da presença de símbolos religiosos, como crucifixos e imagens.

Realizada a primeira apresentação referente à temática, passamos para a descrição das fontes: os *santinhos*, investigados como fonte e objeto principal, e, como fontes complementares, os cadernos escolares, os boletins do aluno do ensino primário e os manuais didáticos-pedagógicos.

### *“Uma recordação de tua professora”: a caracterização das fontes*

Os *santinhos*, fontes e objetos principais deste estudo, há algum tempo despertam indagações nas autoras, uma vez que, em determinadas doações

---

4 - Para saber mais sobre o memorial, conferir: <https://unisinis.br/biblioteca/memorial-jesuita>. Acesso em: 3 out. 2023. Os álbuns de *santinhos* eram originalmente da Biblioteca Máximo, Cristo Rei, Província do Brasil Meridional S. J. São Leopoldo, a qual deu origem à Unisinis (GRAZZIOTIN; BASTOS, 2016).

recebidas pelo centro de memória e pesquisa Hisales, observou-se, durante os procedimentos de higienização, a presença desses artefatos guardados em meio às folhas dos cadernos, dos livros, entre outras documentações escolares. Após observar esses artefatos e focalizar os indícios de circulação no contexto escolar, pensou-se em investigar essa que se verifica ser uma prática da cultura escolar no período dos anos finais da década de 1950 e do início da década de 1960, como indicado pelas fontes.

Sobre as fontes documentais, os *santinhos*, cabe mencionar que a organização desses artefatos no contexto do centro de memória e pesquisa Hisales é realizada considerando as práticas de catalogação e armazenamento vigentes no centro. Os *santinhos* foram higienizados, catalogados e salvaguardados no acervo de escritas pessoais e familiares, identificando-se, sempre que possível, o nome do doador ou do usuário, e também quais materialidades acompanhavam as doações. Entre outras possibilidades, esse formato de organização é um dos que permite a interlocução de dados.

Ao selecionar esses artefatos como fontes e objetos de investigação, tem-se a premissa da importância da materialidade para desencadear as problematizações e reflexões. No conjunto analisado, os *santinhos* têm medidas diferentes, que variam do 3,5 x 2,6 cm a 6 x 10,5 cm, alguns apresentam bordas e são impressos, em sua maioria, com tinta colorida em papel-cartão de menor gramatura. Eles contemplam as duas possibilidades já mencionadas de registros escritos: alguns são impressos no verso, e outros apresentam manuscritos; ambos os registros fornecem indícios e pistas dos âmbitos de circulação.

Os *santinhos* que apresentam os manuscritos de professoras dedicados aos alunos são entendidos como dispositivos, podendo ser interpretados como: um dispositivo de controle, que reitera uma forma adequada de se comportar e agir; e um dispositivo de ordem afetiva, que demonstra o reconhecimento por algum feito, parabenizando o bom estudante pelas aprovações nas sabatinas, e/ou celebra datas comemorativas.

Para operacionalizar essas fontes documentais, o primeiro procedimento metodológico foi a organização do conjunto de artefatos em

um quadro descritivo, no qual se contemplaram: a) identificação; b) imagens dos *santinhos* frente e verso; c) registro dos textos escritos; d) dimensões dos *santinhos*; e) observações. Essas informações podem ser visualizadas no Quadro 1.

**Quadro 1** – Quadro descritivo dos *santinhos*.

Identificação	1
Imagem (frente x verso)	
Registro escrito	Ao Homero, uma recordação de tua professora pelas boas notas Nely Tillman Santo Amor
Medidas	5 x 7,5 cm
Observações	Apresenta materialidade levemente danificada, com indicativos de dobras e manchas.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2023).

Para a elaboração do quadro, foi necessário, primeiramente, realizar a digitalização dos *santinhos*, para que a materialidade das fontes, já um tanto frágeis pelas ações do tempo, não fosse agravada no processo de manipulação e de coleta dos dados. Em um segundo momento, optou-se por buscar a interlocução analítica com as fontes complementares (manuais didáticos), que será descrita na sequência do texto.

Sobre os dados dos dois conjuntos que foram descritos em quadro organizativo (exemplificado no Quadro 1) e compõem o *corpus* documental do estudo, destaca-se que o primeiro estava em meio a folhas da coleção de cadernos escolares, composta por um total de 51 cadernos da escola primária

que compreendem o período entre 1960 e 1964. Nessa coleção, identificaram-se nomenclaturas distintas para denominar os cadernos, como, por exemplo, cadernos de cópia, cadernos de desenho e cadernos de sabatina. Há registros de correções da professora em praticamente todos os cadernos; inclusive, verificou-se em um deles a colagem de uma imagem como a dos *santinhos*, mas não há como saber se ela foi colada pela professora ou pelo aluno.

No caderno de sabatina (1961), com data registrada referente ao mês de setembro, foi possível verificar as tarefas, a correção e as notas nas sabinas de setembro. Assim, entende-se que esse foi o período em que o aluno foi premiado, recebendo como recompensa o *santinho*, visto que esse é o caderno de sabatina que contempla a data referenciada pela professora no registro do *santinho*, com a afetiva dedicatória: “Ofereço-te êste, como recompensa de tua aplicação e 2º lugar nas sabinas de setembro”. Para essa inferência, considerou-se o cruzamento dos dados do caderno de sabatina com o registro manuscrito pela professora no *santinho*, visto que não há nele o registro da data.

O segundo conjunto de *santinhos* (6), guardado em meio aos boletins do curso primário (7) que compreende os anos de 1961 a 1967, foi também doado ao Hisales pelo próprio aluno, juntamente com um caderno escolar. Nesse conjunto de artefatos, verifica-se a assinatura de duas professoras diferentes, o que indica que a prática era realizada na escola por mais de uma professora. Pelo registro manuscrito e pela assinatura da professora nos *santinhos* dedicados ao aluno Homero, observa-se certa recorrência na premiação – “boas notas de junho”, “ótimas notas de agosto” e “ótimas notas de outubro”. Nesse conjunto, os *santinhos* pertenceram a um mesmo aluno e a seus irmãos, fato possível de verificar pelos nomes escritos no próprio material e por indicação no momento da doação.

Observa-se, nos artefatos que compõem a coletânea em análise, a presença de alguns que são representativos de outras ocasiões religiosas, como, por exemplo, Lembrança da Festa de Nossa Senhora da Luz (1959), Lembrança da minha primeira comunhão realizada Matriz Nossa Senhora da Luz Pelotas (1956) e Lembrança do Cinquentenário da Diocese de Pelotas

(1960). Além desses, há os que estão apenas com o nome da professora e ou do aluno, o que representa indícios de circulação por diferentes âmbitos e permite vislumbrar o indicativo de que os santinhos configuravam artefatos colecionáveis entre os alunos da escola e, como tal, um objeto-relíquia guardado para si (RANUM, 2009).

Os boletins, entendidos como fontes complementares, contribuíram com informações que permitiram verificar e confirmar a datação dos *santinhos* e também a compreensão dos registros que mencionam as notas escolares como “ótimas notas”. Nesse sentido, foi por meio dos boletins escolares que se tornou possível a conferência da datação, bem como dos dados relativos ao nome da professora que assinou os *santinhos*, e, exclusivamente, o boletim escolar da 1ª série do ano de 1961. Em referência às “boas e ótimas notas”, atentou-se para os registros relativos à valorização do aproveitamento de 0 a 100, escritos à caneta pela professora nos espaços dos meses de abril, maio, junho, agosto, setembro e outubro. As “ótimas notas de agosto”, por exemplo, referem-se às seguintes disciplinas: Linguagem (92), Matemática (88), Estudos Sociais e Naturais (80), obtendo-se como média geral o valor de 86 pontos. Observa-se ainda, nesse mesmo boletim, o registro à caneta realizado pela professora quanto à classificação do aluno ao final do ano letivo – 3º lugar.

Na interlocução com as fontes principais, os *santinhos*, realizou-se também a busca nos manuais didáticos que compõem o acervo do Hisales, com o intuito de verificar se havia alguma indicação de utilização de incentivos e prêmios aos alunos. A opção pelos manuais como fontes complementares ocorreu por considerar que eles, historicamente, divulgavam preceitos, ideais e técnicas para a transformação da educação brasileira. Segundo Silva e Alves (2015), no Brasil das décadas de 1920 e 1940, a ênfase dos manuais recaía sobre a preocupação com a criança, o que era um impacto dos preceitos da Escola Nova. Já nas décadas de 1950 e 1960, “a ênfase passa a recair sobre métodos de ensino, o planejamento e uma série de orientações sobre como proceder com sucesso em sala de aula” (SILVA; ALVES, 2015, p. 375). Esses elementos, entre outros, foram considerados, na intenção de interpretar as fontes principais em contextos ampliados.

Todavia, compreende-se, primeiramente, que não há uma correspondência linear entre o que os manuais indicam e a distribuição dos artefatos na escola; em segundo lugar, verifica-se que os manuais selecionados podem não ter circulado entre os contextos de produção da prática. Logo, entende-se que a circulação dos saberes dos profissionais da educação ocorre por diferentes meios, nos momentos de formação inicial, possivelmente por cursos de aperfeiçoamento, e pelas trocas entre os pares. Outro ponto a considerar é que algumas professoras tendem a reproduzir práticas que vivenciaram enquanto alunas, ou até mesmo a reproduzir práticas de outros contextos no espaço educativo escolar; uma possibilidade bem plausível quando se trata de recordações e lembranças do âmbito religioso. Faz-se necessário lembrar também que, no período analisado, uma prática ainda comum correspondia à utilização dos prédios de igrejas como ambiente escolar, elemento que pode ter influenciado a integração da prática no contexto escolar.

Nesse sentido, selecionaram-se os manuais pela temporalidade, tomando como base a temporalidade dos *santinhos* que compreendem o período entre os anos da década de 1950 até 1961. Optou-se por considerar a busca pelos manuais das duas décadas anteriores (1940 e 1950). Foi verificado, de maneira exploratória, um total de dez manuais, nos quais foram examinadas inicialmente as descrições dos índices e, logo em seguida, os capítulos ou as seções que indicavam as questões relacionadas ao perfil do professor, as orientações de procedimentos em sala de aula, à disciplina e/ou à motivação dos alunos. Assim, após a verificação, foram selecionados apenas cinco manuais, com os quais se cotejou a interlocução. São eles: *Manual de Pedagogia Moderna – teoria e prática*, de Everardo Backheuser (1942), edição da Livraria do Globo; *Pedagogía*, de Alfredo M. Aguayo (1950); *Escolas maternas e jardins de infância*, de Celina Airlie Nina (1954); *Introdução ao estudo do currículo da escola primária*, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) (1955); e o manual *Educação moderna – seus métodos e objetivos*, de T. Raymont (1958).

Os manuais foram consultados a fim de estruturar um breve panorama sobre as questões de condutas, disciplinas, práticas de premiação que eram divulgadas no período. Entende-se que se poderia construir um estudo apenas focalizando essas temáticas nesses materiais. Assim, foram verificados como fontes complementares para subsidiar as possíveis aproximações, reflexões e problematizações.

No manual *Pedagogía*, de Aguayo (1950), em um dos capítulos intitulado *Disciplina escolar*, o autor apresenta o conceito geral de disciplina e os fundamentos para um bom governo escolar. Também destaca os prêmios e castigos que estão a serviço da disciplina escolar: *“El premio y el castigo sirven para reforzar los motivos de conducta. El primero es un bien que se concede como recompensa de una acción laudable”* (AGUAYO, 1950, p. 383). O autor menciona, na sequência, que pela premiação se constitui a associação entre o mérito e o prazer da recompensa:

*[...] los premios o dádivas son producto del amor y con ellos el maestro manifiesta la satisfacción que la conducta del educando le produce. Con ellos no se compra la obediencia del discípulo. Su fin inmediato y psicológico es hacer que el niño experimente los resultados favorables de la acción moral* (AGUAYO, 1950, p. 383).

As orientações presentes no manual didático de Aguayo (1950) permitem certa aproximação interpretativa com os artefatos investigados, principalmente ao relacionar essas orientações com a escrita registrada pela professora nos *santinhos*. Nos dois conjuntos analisados, verifica-se uma forma de afirmar “os prêmios como produtos do amor” manifestado pela professora, tal como a “satisfação que a conduta moral do educando lhe produz”. Para isso, registram-se os exemplos: “Ao aplicado aluno” (17/12/1961) e “Ao Homero, uma recordação de tua professora pelas ótimas notas de outubro – Nely Tillmam” (1961). Esse último pode ser observado na Figura 1, a seguir:

**Figura 1** – *Santinho* com a mensagem da professora para o aluno



**Fonte:** Acervo Hisales (1961).

Dessa forma, ganhar os *santinhos* estabelecia um ritual para os bons alunos, dimensionava ao estudante a satisfação do professor em perceber o bom comportamento, a boa conduta na elaboração de tarefas e as boas ações morais.

Durante a ação metodológica de busca pelas informações nos manuais, identificaram-se, no manual de Celina Airlie Nina (1954), intitulado *Escolas maternas e jardins de infância*, em meio às páginas, dois *santinhos* de modelo muito semelhante aos que são analisados neste estudo. No verso de um deles foi impressa uma lista de “Professorandas do Colégio São José”, datada de agosto de 1960. Compreende-se, com base nesse indício, que os *santinhos* circulavam pelos diferentes níveis educacionais; logo, há de considerar que o colégio identificado é de ordem religiosa e formava professoras no Curso Normal.

Na obra *Introdução ao estudo do currículo da escola primária* (INEP, 1955, p. 164), há uma seção que aborda “A função do mestre e o comportamento dos alunos”, mencionando a exigência de silêncio e imobilidade corporal, enfatizando que o aluno deve ficar sentado durante as lições. Em relação ao professor, destaca, entre outras possibilidades, que ele deve agir “punindo muitas vezes e premiando raramente” (INEP, 1955,

p. 164). Pelos dados analisados nos *santinhos*, que se referem aos meses de junho, agosto, outubro e dezembro, por exemplo, pode-se inferir que a premiação ocorria com certa constância, pelo menos uma vez ao mês. Essa ótica de contraposição entre o que indica o manual e o que é observado nos dados é compreensível, primeiramente, pelo aspecto da não linearidade e propagação de informações no campo educacional. E, em segundo lugar, porque não havia, à época, entre as correntes teóricas vigentes, uma postura única com relação a orientações e procedimentos educacionais relativos à disciplina e aos comportamentos. Nesse sentido, verifica-se que as professoras desempenhavam um comportamento contrário à indicação apresentada nesse manual em específico, pelo menos no que diz respeito à intensidade de premiação. As posições controversas sobre disciplina, premiações e castigos são amplamente perceptíveis nos manuais e renderiam excelentes problematizações; no entanto, esse não é o foco do capítulo.

No *Manual de pedagogia moderna*, de Everardo Backheuser (1942), há um capítulo no qual o autor apresenta e problematiza “o interesse como técnica de ensino”. O autor também destaca o prêmio e o castigo “como estimuladores do interesse” e exemplifica:

A conquista de uma recompensa valiosa, um brinquedo, um doce, uma roupa, um passeio, ou, ao menos o prazer vanglorioso de ser o primeiro, isto é, o prêmio, é indubitavelmente um estimulante que pais e professores conhecem. Não lhe vemos inconvenientes reais, de vez que não seja o prêmio o único estimulante do interesse, mas um deles, utilizado em combinação com outros porque, do contrário, o interesse seria apenas o que proviesse da vaidade ou da cupidez (BACKHEUSER, 1942, p. 139).

Na sequência o autor apresenta uma classificação entre os prêmios, destacando três modelos: os econômicos, os políticos e os religiosos. Ele, além disso, justifica a utilização dos prêmios pela psicologia.

O prêmio tem, sem dúvida, inegável razão de ser, por estar baseado na psicologia. Os tipos “econômicos” emprestarão maior valor às

recompensas materiais; os “políticos”, às fitinhas e medalhas; “os religiosos”, às de conforto espiritual (BACKHEUSER, 1942, p. 139).

Nesse sentido, estariam os *santinhos* englobados nos prêmios de caráter religioso ou econômico? Talvez em ambos, se considerarmos o conjunto representativo entre o objeto, a simbologia de cada imagem e o enunciado do registro escrito, os *santinhos* configurariam um prêmio de caráter religioso capaz de proporcionar “conforto espiritual” e construção de moral apropriada. Os textos sempre valorizam um bom resultado, um comportamento adequado; nas imagens, como se observa, há a presença de muitas crianças realizando tarefas, sempre muito atentas, aplicadas e cordiais, havendo uma representação central (na figura de um anjo) que as conduz. Isso poderia ser interpretado como uma representação da relação entre professora e alunos, como se observa na Figura 2.

**Figura 2** – Santinhos e representações de crianças



**Fonte:** Acervo Hisales (1961).

Por outro lado, poderiam ser analisados também pelo prisma econômico, uma vez que, quando se consideram os múltiplos contextos da cultura material escolar, faz-se necessária a reflexão quanto aos fatores relativos à aquisição desses materiais. Possivelmente os *santinhos* geravam

um custo às professoras, que realizavam a sua aquisição para distribuir como premiação ou recordação aos alunos – tendo em vista que esses artefatos poderiam ser de difícil aquisição pelos alunos, em se tratando de objetos colecionáveis, como os objetos-relíquias.

Quanto a esse aspecto, seria necessária uma investigação mais detalhada sobre como acontecia o acesso a esses artefatos, visto que, de certa forma, eles compunham determinado material de trabalho das professoras. Assim, nossa tarefa na historiografia da educação é, tal como afirmou Escolano Benito (2017, p. 62), “refletir sobre esses fatos, que são constitutivamente históricos, e contribuir para a valorização da cultura experiencial da escola e dos modos de fazer que pertencem ao patrimônio profissional dos docentes”.

Ao mencionar os enfoques relativos à disciplina, T. Raymont (1958, p. 208), no manual *Educação moderna – seus métodos e objetivos*, afirma “ser a ordem a primeira lei do céu, e o adepto duma disciplina frouxa cita em resposta tôdas as belas coisas ditas em defesa da sagrada liberdade do indivíduo”. Nesse sentido, observou-se com atenção o discurso, pontualmente demarcado pelas palavras “lei do céu” e “sagrada liberdade”; palavras essas que remetem a uma ordem pautada pelos aspectos de afirmação religiosa. Assim, os *santinhos*, compreendidos por sua materialidade (objeto, texto e imagem), como exposto anteriormente, seriam dispositivos capazes de elaborar e reafirmar, pela premiação, esse discurso de salvação? Compreende-se que sim, uma vez que eles afirmariam ao aluno premiado com o artefato que ele estaria salvo de um comportamento inadequado e passível de punição, servindo como uma referência para seus colegas e diante de seus familiares.

Também se acredita que os *santinhos* poderiam ser reaproveitados da distribuição dos diferentes rituais da Igreja Católica, pois há indícios de que essa era uma prática comum, segundo dados dos estudos de Grazziotin e Bastos (2017) e de Domínguez e Vasconcelos (2021). Esses artefatos poderiam ser adquiridos por compra, ou então recebidos como lembranças em celebrações do ambiente religioso, como no momento da 1ª Comunhão (1956) e no Cinquentenário da Diocese de Pelotas (1910-1960). Logo, é difícil

realizar uma afirmação pontual quanto à forma como se dava a aquisição dos artefatos; no entanto, não há como negar a sua presença no contexto escolar rural de escolas multisseriadas no início da década de 1960.

### *Santinhos: uma prática de representação do modelo de bom aluno*

Souza (2007, p. 169), ao mencionar a cultura material escolar, afirma que “é preciso ter em vista que os artefatos são produtos do trabalho humano e apresentam duas facetas: eles têm uma função primária (uma utilidade prática) e exercem funções secundárias, isto é, simbólicas”. É neste sentido que percebermos a circulação dos *santinhos* na escola: a partir da sua utilidade prática, que é a de dar o *santinho* para o aluno com a prescrição escrita pela professora no verso do material; e a partir de sua utilidade simbólica, que é a de presentear o bom aluno e dimensionar para a família a boa participação do estudante no contexto escolar, indicando e estimulando que ele prossiga dessa maneira. Ou seja, “os artefatos são indicadores de relações sociais e como parte da cultura material atuam como direcionadores e mediadores das atividades humanas” (SOUZA, 2007, p. 169), elaborando e/ou recriando determinadas práticas culturais.

Os *santinhos*, como artefatos que marcam um determinado ritual no espaço religioso, cumprirão também na escola um ritual: o de premiar, parabenizar, incentivar, sensibilizar e destacar o bom aluno. Inferimos, pelos escritos das professoras no verso de alguns *santinhos*, que esses artefatos eram dados como um afeto, um carinho, um incentivo, uma forma de parabenizar pela aprovação do ano escolar, pelas boas notas, pelo melhor diário<sup>5</sup>, pela realização com êxito de alguma tarefa ou em outra ocasião especial. Carvalho (2022) afirma que há uma força enunciativa nos *santinhos*, estimulando uma vontade de ser. Assim, além da imagem trazida pelo material, os espaços em

---

5 - Conforme Manke (2006, p. 95), o caderno diário era utilizado como instrumento de vigilância e controle da prática docente, em especial nas escolas menores da zona rural, servindo de comprovação, para a secretaria de educação, do trabalho realizado em sala de aula. Era “um caderno em que o conteúdo trabalhado pela professora deveria ser registrado pelo aluno. Assim, todos os dias um aluno, além de copiar em seu próprio caderno, era encarregado de copiar as atividades desenvolvidas em aula no ‘caderno diário’, para que, dessa forma, o trabalho da professora fosse efetivamente comprovado”.

branco servem ainda para a escrita da professora, como ocorre na Figura 3: “ofereço-te este como recompensa de tua aplicação e 2º lugar nas sabatinas de setembro. A professora que muito te quer” (196?). A imagem suscita a figura de Jesus Cristo sendo exaltado. Haveria uma ligação com a criança, que também recebe o artefato como o aluno que se destaca?

**Figura 3** – *Santinho* com registro manuscrito pela professora



**Fonte:** Acervo Hisales (196?).

Ao refletir sobre a construção histórica da educação emocional, Escolano Benito (2021b) apresenta argumentos que integram o contexto educativo ao emocional. Assim, vislumbra-se, pela obra do autor, mais uma possibilidade interpretativa, uma vez que:

A imersão na escola é um fato que afeta o mundo emocional. Desde a saída do nicho ecológico da família, e ao longo de todo o processo da segunda socialização oferecida pela escola, a criança – que se metamorfoseia, convertendo-se em aluno – se vê submetida ao jogo exercido sobre ela pelos diversos climas e dispositivos de controle afetivo postos em ação pelo biopoder pedagógico (ESCOLANO BENITO, 2021b, p. 18).

Nesse sentido, seriam os *santinhos* um dos “dispositivos de controle afetivo” produzidos na e pela cultura escolar? Infere-se que sim, já que, como dispositivos de premiação, os artefatos assumem o poder simbólico de um modo de ser o bom aluno, de ter bom aproveitamento nas avaliações, de cuidar bem do seu caderno, entre outros aspectos. Escolano Benito (2021b, p. 19) afirma ainda que a “a cultura da escola é um conjunto holístico de cognições e emoções em interação”. Assim, o bom aluno pode ser premiado também como uma forma de incentivo para continuar como bom aluno no restante do período escolar.

Podemos pensar ainda que os *santinhos*, como forma de premiação, assumem a representação do que é ser o bom aluno na escola, uma identidade a ser construída (CHARTIER, 2002) pelo biopoder, na expressão de Benito Escolano (2021b), diante da escola e de suas práticas. Na interpretação do material, verifica-se, no conjunto de 30 *santinhos*, que, em 19 deles, há a presença da imagem das crianças entre os símbolos católicos, como Jesus Cristo e Virgem Maria. As crianças estão presentes como figuras dóceis e obedientes, aquelas que escutam, são afáveis e capazes de corresponder às ordens – algo como uma ação civilizadora para criar bons adultos.

Os *santinhos* com as imagens infantis seriam uma escolha das professoras (ou da escola) como uma forma de conduzir o estudante para o modelo do bom aluno? Estaria a professora realizando o ritual simbólico na escola, a exemplo do que ocorre na igreja? Segundo Escolano Benito (2017, p. 86), “os rituais são executados mediante cerimônias ditadas pela tradição, as quais devem ser realizadas corretamente”.

A respeito da análise de documentos, Le Goff (2013, p. 497) afirma que “importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte”, ou seja, é importante não isolar os documentos do ambiente que o produziu. É possível pensar novamente na ritualização da escola e da igreja no sentido de cumprir um ritual: na igreja, ocorre a distribuição dos *santinhos* em determinados dias de celebração; na escola, pelos manuscritos da professora, infere-se que o ritual de entregar o *santinho* ao aluno insere-se também na dimensão de celebrar o que o estudante conseguiu conquistar (as

boas notas, a estima ao aluno, a lembrança pelo dia das crianças, entre outros). Na elaboração da representação como uma identidade a ser construída, Chartier (2002, p. 11) afirma que “a história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações sociais de força”. Nesse rito de dar um destaque para a criança que recebe o artefato como uma premiação, é possível que a professora não percebesse as relações de força presentes nesse ato de dar *santinhos* aos alunos, porque, construída de maneira simbólica, essa era uma prática mais ampla, socialmente realizada no ambiente religioso e que, pelos *santinhos*, chegava também ao ambiente escolar com o ritual de premiação ao bom aluno.

Contudo, a presença dos *santinhos* no contexto escolar como dispositivos que compõem determinados rituais realizados e consolidados em práticas escolares, além da própria existência desses artefatos como colecionáveis, indica que muito ainda precisa ser investigado sobre as materialidades e práticas escolares.

### *Considerações finais*

Ao eleger os *santinhos* como fonte e objeto de estudos, tinha-se a noção de que se elaboraria um estudo de resultados parciais, pois as relações podem ser adensadas em face de diferentes temáticas. Pode-se destacar que, ao analisar os *santinhos* como representativos de uma prática escolar, com base nos estudos da cultura material escolar, esses artefatos são compreendidos como dispositivos afetivos e de controle, que circularam em escolas da zona rural de municípios do interior do Rio Grande do Sul; dispositivos esses que são demonstrativos de rituais de premiação, conferidos aos alunos pelas professoras.

Os artefatos portam indícios de comportamentos desejáveis relacionados ao desempenho escolar, seja por conquistar “boas notas”, seja por ser “aplicado”, seja por elaborar “o melhor diário”. Também são representativos da afetividade entre as professoras e os alunos, o que é observado quando se menciona “uma recordação de tua professora” ou

“lembança da professora que muito o estima”. Esses materiais constituem, de fato, pelos dados apresentados, uma prática do âmbito escolar. Percebeu-se também que, nos dois conjuntos, há certo padrão de premiação, seja pelas notas e pelo desempenho, seja pelo comportamento apresentado, destacando de maneira simbólica e ritual o bom aluno perante a sociedade, tal como é feito no contexto religioso cerimonialmente ao longo dos anos.

Os *santinhos* também foram nomeados como artefatos colecionáveis justamente por terem sido salvaguardados com zelo pelos alunos que os receberam na infância, pois remetem a boas memórias e reforçam a lembrança de bom aluno, que cumpriu com êxito suas tarefas.

Por fim, há o limite da fonte. Mesmo cotejando os *santinhos* com materiais complementares (os cadernos escolares, os manuais didáticos e os boletins escolares) para a interpretação, trabalhou-se com certas limitações, pois não se pode dimensionar como se dava a aquisição desses artefatos, quais eram os critérios de escolha, quem indicava a sua utilização no contexto escolar, entre outras questões que podem ser mais bem exploradas e aprofundadas.

## *Referências*

CARVALHO, Rosângela Tenório de. A alma feminina em santinhos católicos. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 27, n. 61, p. 205-226, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DOMÍNGUEZ, Pablo Álvarez; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A primeira comunhão feminina entre dois lados do oceano (Brasil e Espanha): imagens arquivadas de educação e religião. **Cadernos de História da Educação**, v. 20, p. 1-22, e044, 2021.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.v. 3. p. 77-86.

ESCOLANO BENITO, Agustín. De las cosas a las palabras. Tramas y redes en las materialidades de la escuela. Prefácio. *In*: CORDEIRO, Andréa Bezerreiro *et al.* (org.). **A teia das coisas**: cultura material escolar e pesquisa em rede. Curitiba: CRV; UFPR, 2021a. p. 13-20.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **Emoções e educação**: a construção histórica da educação emocional. São Paulo: Mercado de Letras, 2021b.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Tradução: Heloísa Pimenta Rocha; Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Histórias das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos *In*: SOUZA, Rosa Fátima. VALDEMARIN, Vera Teresa (org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 2005. p. 31-57.

GRAZZIOTIN, Luciane; BASTOS, Maria Helena Camara. Imagem e formação religiosa: a prática de distribuir santinhos nos rituais católicos (século XX). *In*: Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores de História da Educação, 22., 2016. **Anais [...]**. Bagé: ASPHE, 2016. p. 812-829.

GRAZZIOTIN, Luciane; BASTOS, Maria Helena Camara. To civilize for devotion The cultural practice of holy cards in christian formation rituals (XX<sup>th</sup> century). **History of Education & Children's Literature (Online)**, v. XII, p. 575-592, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

MANKE, Lisiane Sias. **Docência leiga**: história de vida de professoras primárias (Pelotas, 1960-1980). 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. *In*: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 211-262.

SILVA, Vivian Batista da; ALVES, Caio Augusto Carvalho. Entre a sala de aula e a escola: construções da excelência docente nos livros de formação pedagógica. *In*: CATANI, Denice Barbara; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **O que a escola faz?** Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 376-403.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, p. 63-82, 1995.

### *Fontes consultadas*

AGUAYO, Alfredo M. **Pedagogía**. 6. ed. Habana: Cultural, 1950.

BACKHEUSER, Everardo. **Manual de pedagogia moderna: teoria e prática**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO, LEITURA, ESCRITA E DOS LIVROS ESCOLARES (HISALES). Disponível em: [www.ufpel.edu.br/fae/hisales](http://www.ufpel.edu.br/fae/hisales). Acesso em: 3 out. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (INEP). **Introdução ao estudo do currículo da escola primária**. Rio de Janeiro: INEP, 1955.

NINA, Celina Airlie. **Escolas maternas e jardins de infância**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1954.

T. RAYMONT, M. A. **Educação moderna: objetivos e métodos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

## *Livros de registros como materialidades da indisciplina, do horror, das visitas, das inspeções, dos elogios: memória docente (Santa Catarina – 1950-1999)*

Solange Aparecida de Oliveira Hoeller<sup>1</sup>  
Ione Ribeiro Valle<sup>2</sup>

### *Introdução*

Trata-se de uma pesquisa sócio-histórico-documental que se constitui por uma abordagem qualitativa de suas análises, a partir da aproximação com os conceitos de *história* e *memória*, *memória docente*, *materialidades*. Apresenta como objetivo central investigar os livros de registros – de visitas, atas, honra, negro – nos vestígios do passado, por meio de memórias de professoras e professores aposentados. A questão central consiste em responder: Como os livros de registros estiveram situados nas escolas catarinenses na segunda metade do século XX e que impactos podem ser percebidos, tendo como perspectiva de análise as memórias de professores aposentados?

Quanto às fontes e ao contexto de pesquisa<sup>3</sup>, assinala-se que esta produção é originária de uma intensa e extensa pesquisa realizada com mais de 1.000 professores que vivenciaram sua carreira profissional na rede pública

---

1 - IFC, Rio do Sul, SC, Brasil. E-mail: [solange.hoeller@ifc.edu.br](mailto:solange.hoeller@ifc.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6507966351170581>

2 - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil: E-mail: [ione.valle@ufsc.br](mailto:ione.valle@ufsc.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4490226468776272>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7496-3959>.

3 - As fontes são derivadas das ações desenvolvidas pelo projeto *Memória Docente e Justiça Escolar: os movimentos de escolarização e de profissionalização do Magistério em Santa Catarina*, que dentre seus objetivos estava recuperar e registrar a memória de docentes catarinenses aposentados. Trata-se de uma pesquisa vinculada ao projeto matriz “Educação escolar e justiça social: figuras das (in)justiças e das desigualdades escolares de Santa Catarina” que teve sua primeira edição entre 2009-2012 e a última renovação desse projeto foi de março de 2018 até fevereiro de 2022, sendo todas as edições liderado e coordenado pela professora Dra. Ione Ribeiro Valle (UFSC). O projeto contou com diversos pesquisadores em nível de doutorado, mestrado, graduação e, atualmente, com estudos pós-doutoral de uma das autoras deste texto; além de uma pessoa que não fazia parte do universo acadêmico.

de educação do Estado de Santa Catarina e que rememoram suas trajetórias na condição de aposentados. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário semiestruturado, e aplicado em todas as regiões do Estado de Santa Catarina. Um fato a ser evidenciado refere-se aos procedimentos de coleta das fontes, não realizada por “mala direta” – via correio, *internet* ou outros recursos similares. Foi efetivada diretamente e, em grande proporção, por uma única pessoa<sup>4</sup> não ligada ao meio acadêmico – por um representante comercial –, de casa em casa, pessoalmente, e o resultado do retorno de quase 900 questionários respondidos merece ser destacado.

Em definitivo, teve-se como resultado a devolutiva de 894 questionários, que foram digitalizados e catalogados do número 1 ao 894. Ressalta-se que a escolha foi aleatória quanto à catalogação, seguindo a ordem de recebimento dos questionários, o que nem sempre situa os participantes em um mesmo contexto geográfico (região, cidade, escola) ou tempo histórico, variando sua identidade no espaço e tempo, podendo também se diferenciar tanto pela faixa etária quanto pelo tempo de atuação profissional e/ou de aposentadoria. A amostra inicial tomada neste texto foi representada pelos 300 primeiros questionários que foram catalogados e, para estes, foram adotados os seguintes critérios para a seleção final dos participantes: que tivessem nascido na década de 1950; que estivessem aposentados até o ano de 1999; que tiveram sua formação escolar e atuação profissional ao longo da segunda metade do século XX. Nessas condições, foram identificados 81 respondentes, sendo estes os sujeitos, cujo perfil do grupo será exposto adiante.

O questionário aplicado, considerado um tanto longo (sete laudas), abrange diferentes dimensões da vida pessoal, trajetória escolar, carreira profissional e experiência pedagógica. Havia ainda a observação de que o respondente não precisava se limitar às questões, podendo desenvolver suas considerações e relatar fatos não contemplados, nas quatro dimensões que seguem: dados pessoais; trajetória escolar; carreira profissional; experiência pedagógica. Este último investigou aspectos relacionados aos livros de

---

4 - Trata-se do Sr. Nelcir Marques Vieira, residente em Rio do Sul (SC).

registros, vivenciados ou percebidos pelos sujeitos da pesquisa, a partir das memórias narradas.

Problematizar aspectos da memória docente, numa perspectiva histórica, requer a retomada de aspectos das vivências dos sujeitos que rememoram. A memória, segundo Le Goff (2003, p. 469), é “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje na febre e na angústia”. A memória coletiva, continua o autor, “faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (LE GOFF, 2003, p. 469).

O presente texto está organizado de modo a apresentar, além desta introdução e das considerações finais, dois tópicos analíticos: o primeiro procura situar os livros de registros no contexto mais geral da pesquisa; o segundo, apresenta aspectos mais particularizados dos tipos de livros de registros e de seus usos identificados nas análises mais pormenorizadas, relacionadas às memórias dos participantes.

### *Livros, registros e memórias*

O perfil do grupo pesquisado para as análises, refere-se a 81 docentes nascidos na década de 1950, que atuaram na rede pública estadual de ensino de Santa Catarina (Brasil) e que se encontravam até o ano de 1999, na condição de aposentados. Optou-se por não identificar os dados pessoais dos participantes e as transcrições das declarações contidas nas memórias, retiradas dos questionários, estarão indicadas entre aspas e pelo número da catalogação do questionário, entre parênteses.

Dos 81 selecionados, 3 se identificaram como do sexo masculino; 75 do feminino; e 3 não responderam. Quanto à formação profissional, 34 docentes tiveram a formação somente em nível médio: 20 cursaram escola ou curso normal; 11 deles, o magistério; 2 professores cursaram o Ensino Médio; e 1

deles, o supletivo e Logo II<sup>5</sup>. Os outros 37, registraram que possuem curso superior, em sua maioria, normal superior, apenas 1 respondeu pedagogia e, ainda, 12 deles indicaram ter cursado “pós-graduação”, possivelmente, em nível de especialização, uma vez que mestrado e doutorado não foram anunciados e que se percebe o hábito recorrente de os cursos de especialização *lato sensu*, por vezes, serem mencionados como sinônimo de *pós* ou de *pós-graduação*.

Destaca-se que os professores investigados exerceram sua profissão em contextos políticos e educacionais diversos, vivenciando a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 4.024, de 1961 (BRASIL, 1961), as reformas e medidas educacionais do regime militar, os movimentos de democratização da educação, os avanços jurídicos da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394, de 1996 (BRASIL, 1996), dentre outros movimentos correlatos ocorridos no campo educacional brasileiro em nível nacional, estadual e local.

Para os aspectos diretos e centrais da abordagem metodológica foi tomada a indagação presente no próprio questionário da pesquisa, a saber: “Sua escola adotava livros de registro (livro de honra, livro negro, livro de visitas...)? ( ) Sim ( ) Não. Comente:”. Por intermédio dessa questão, temos a realidade de grande parte dos 81 docentes participantes que responderam afirmativamente, sendo este número de 57: 12 responderam somente “sim” e 45 responderam “sim”, com algum comentário. Do restante, 21 responderam negativamente e 3 não responderam à questão.

Os 45 docentes que responderam sim, com algum comentário, foram organizados em três categorias pelas aproximações de uso dos livros de registros ou por alguma similaridade nas respostas, conforme o quadro que segue:

---

5 - O Logos II se constituiu em um curso para formar professores que eram leigos e habilitá-los, em nível de segundo grau, para o exercício do magistério nas quatro primeiras séries do antigo 1º Grau (hoje Ensino Fundamental), entre as décadas de 1970 e 1990. O Projeto Logos II caracterizava-se por utilizar o sistema modular e possuía um plano de atividades no qual o aluno estabelecia seu próprio ritmo de aprendizagem. Foi implantado em diversos entes da federação (...). <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1057>

**Quadro 1** - Categorias de análise, tipo de livros, natureza dos registros, frequência das respostas dos docentes aposentados

Categorias de análises	Tipos de livros	Frequência das respostas	Natureza dos registros
Categoria 1: Das advertências, dos castigo, das punições e do horror	Livro negro	24	Registros de atos considerados como indisciplina, anotação de castigos e punições aos alunos
	Livro de visitas	15	Registros de visitas: autoridades, pais, inspetores
Categoria 2: Registros de ordem mais geral: demarcar presenças e ações, supervisionar e vigiar.	Livro ponto	09	Demarcação da presença dos professores na escola: entrada e saída dos professores
	Livro de atas	03	Registros de reuniões e outros similares
	Livro de registros	02	Matrículas de alunos, registros de visitas, reuniões e outros similares
Categoria 3: Dos registros do bom aluno	Livro de honra	10	Registros de elogios e honorarias dispensadas aos considerados bons alunos.
	Livro de ouro	01	

**Fonte:** Quadro elaborado pelas autoras.

Sobre o quadro acima, observa-se quanto à frequência das respostas, que grande parte dos docentes mencionou mais de um tipo de livro de registros, teve também quem relatou a existência de livros de registros nas três categorias, como observaram alguns respondentes nos comentários: “Tinha que haver alguns requisitos para se dar valor a tudo o que se tinha, vivia e fazíamos” (nº 257); “Livro negro aos alunos que não respeitassem as normas, livro de honra aos alunos bons, e também o de visitas” (nº 196). “Livro de honra (muito pouco usado), livro negro (muito usado por alguns), livro de visitas” (nº 293). Quanto aos demais respondentes, em certos casos, os comentários confluíram e, em outros, divergiram ou se complementaram, como se verá com mais detalhamento ao longo deste texto.

Quanto aqueles que responderam negativamente acerca da existência desses livros, pode-se conjecturar que seja possível que tenham feito parte do cotidiano das escolas nas quais os docentes transitaram. Isto parece provável pelo período histórico vivenciado por eles, por ser uma prática adotada em

grande parte das escolas brasileiras em tempo histórico aproximado, ou mesmo pelas respostas de alguns dos respondentes que oscilaram nas suas declarações, quando apresentam certa imprecisão nas suas respostas: “Não. Eu não lembro destes livros” (nº 87); “Não recordo” (nº 284); “E o livro negro eu nunca o via, mas se falava que existia” (nº 131). “Sim. Lembro do livro de visitas” (nº 168).

Os que não responderam, mesmo sendo um percentual pequeno (3 respondentes), ficam para além da imprecisão, poderão se situar no âmbito das ausências e ao encontro de um comentário de quem disse ter existido na sua escola: “Sim. Nada a comentar” (nº 252). Ou seja, é considerável que não se trate apenas de esquecimento ou de ausência de resposta, sobretudo, pode se tratar de uma ausência de memórias.

Pollack (1989) ao discutir “memória, esquecimento e silêncio”, analisa o enquadramento da memória coletiva, como se processa e suas implicações no campo da história e da memória, destacando:

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que parte [...] das memórias individuais, faz aparecer os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais. (POLLACK, 1989, p. 10).

Nesse sentido, também podem ser lidos os comentários de menor especificidade, que apresentam alguma justificativa ou se colocam de modo mais geral, diante da questão: “Sim. Numa época tínhamos” (nº 100); “Os registros eram feitos conforme o ocorrido” (nº 175); “Sim. Nunca fiz uso deles” (nº 267); “Sim. Alguns anos” (nº 271). Cabe considerar, quando se trata de rememorar o vivenciado, as nuances se compõem e se entrecruzam pelas memórias e presenças quanto pelos esquecimentos e ausências.

Quando se ultrapassa os aspectos do quadro apresentado (quadro 1) e busca-se um maior detalhamento e outras aproximações, a partir dos

comentários registrados pelos docentes na questão proposta neste texto, temos alguns indicativos da frequência de expressões utilizadas pelos depoentes, conforme as *nuvens de palavras* que seguem.

**Figura 1** - Nuvem de palavras considerando as respostas em sua integralidade



**Fonte:** Figura elaborada pelas autoras com recursos do *Pro Word Cloud*.

A questão problematiza neste texto, evoca com centralidade o termo *livro*, assim era esperado que este seria o de maior destaque na primeira nuvem de palavras apresentada – comparecendo 124 vezes nas respostas – que foi composta pelos comentários retirados integralmente das respostas dos sujeitos da pesquisa. Concorrente a esse, tem-se o termo *sim*, citado 57 vezes, sendo o de segunda maior frequência, devido ao número mais exponencial de docentes que responderam afirmativamente ao fato de haver livros de registros nas escolas nas quais perpassaram.

Entretanto, a próxima figura (figura 2) procura apresentar outras nuances que tornam possível um certo distanciamento do que simplificaria e se justificaria por uma polaridade entre alguns que responderam *sim* e outros que responderam *não*, evocando outros aspectos das respostas recebidas.

**Figura 2** - Nuvem de palavras excluindo os termos *livro*, *sim*, e *não*



**Fonte:** Figura elaborada pelas autoras com recursos do *Pro Word Cloud*.

A segunda figura, quando eliminadas as palavras *livro*, *sim* e *não*, desponta outros detalhamentos que encontramos nas observações ou comentários feitos acerca da questão proposta. Os elementos advindos desses comentários, representam o material que impõe o tom da abordagem qualitativa das análises pretendidas, propondo diálogos diretamente com o quadro apresentado (quadro 1), destacando os termos que adjetivam os livros de registros: no primeiro plano tem-se o livro *negro*, seguido do livro de *visitas* e do livro de *honra*. Outrossim, foram expressivos os termos *aluno* ou *alunos* e *indisciplinados*, demarcando que tais indicações se dirigem aos sujeitos para os quais os registros eram direcionados em sua maior proporção.

### *Livros de registros como materialidades de muitas memórias*

Em projeção ao conceito de *materialidades*, este não se vincula, propriamente, a materialidade dos livros de registros no sentido de sua concretude em termos de análise da estrutura material – espécie de capa, número de páginas, presença ou ausência de ilustrações, cores e formas, etc.

–, deveras relevante para os estudos e pesquisas acerca da cultura material escolar, como pontuam diversos trabalhos na área da história da educação. A materialidade que se discute neste texto, refere-se à memória de certos objetos escolares – neste caso, os livros de registros – que comparecem nas reminiscências do grupo de 81 docentes aposentados que são os sujeitos desta pesquisa.

De acordo com Souza (2007, p. 170), a expressão *cultura material escolar* e seus usos na área da História da Educação nos últimos anos, foi influenciada pelos estudos em torno da Cultura Escolar, sobretudo “[...] pela renovação na área provocada pela Nova História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação”. Nesse sentido, evidencia a necessidade de considerar

[...] funções e usos, produção, tecnologia e comercialização, aparecimento, transformação e desaparecimento, saberes pedagógicos constituídos, as políticas educacionais voltadas para a introdução de novos materiais, tecnologias de ensino e suprimento material para as escolas, as representações dos profissionais da educação em relação a importância e uso dos materiais escolares, a relação entre materiais escolares, currículo (disciplinas) e método de ensino, a interdependência de ensino, a interdependência existente entre diversas tecnologias gerais e aquelas de uso escolar, invariantes tecnomateriais e modelos didáticos historicamente constituídos (SOUZA, 2007, p. 181).

No que se refere ao caráter relacional da cultura material escolar, Peres e Souza (2011, p. 55-56) afirmam: “A análise da cultura material escolar não pode se esgotar no estudo do próprio artefato, ou seja, é necessário entender que os significados não estão nos objetos apenas, mas nas condutas, valores e sentidos que são atribuídos pelos sujeitos que deles fazem uso”. A perspectiva das condutas, valores e sentidos, qualificam as análises que se pretende neste texto, por meio das memórias docentes acerca dos livros de registros.

Gaspar da Silva e Schüeroff (2010, p. 25) em pesquisa realizada sobre memória docente e histórias de professores catarinenses, entre os anos de

1890-1950, avaliam que “[...] o testemunho de professores acerca de aspectos que compõem a História da Educação é um importante e singular recurso para a historiografia, tanto da educação como da história da profissão docente”, afirmação que dialoga com as concepções propostas neste texto, a partir dos testemunhos dos 81 docentes aposentados acerca dos livros de registros.

Vale observar, no tocante às memórias desses professores, que se percebeu que ora eles se referiram ao vivenciado na condição de alunos, ora na função de professores ou ainda em um sentido de complementariedade, entrecruzamento ou de ajustes para representar o que foi rememorado sobre os suportes materiais – livros – e formas de registrar comportamentos e ações nos tempos e espaços escolares percorridos. Assim, as memórias foram tomadas nesses e desses percursos, sem distinguir o que era próprio do vivenciado no percurso de aluno ou de professor, ainda que esta seja uma perspectiva interessante de análise, aqui não será realizada.

Grosso modo, as nuvens de palavras (figuras 1 e 2) auxiliam na compreensão e evidenciam aspectos que permeiam as memórias docentes do grupo de participantes, como será possível acompanhar nas especificidades citadas acerca dos livros de registros que serão apresentados nos três próximos subtítulos, seguindo a ordem daquele de maior para a menor recorrência nas memórias dos docentes.

### **Advertir, aterrorizar, punir e registrar: o “*livro negro – terror da piaçada*”<sup>6</sup>**

O livro negro, em alguns casos, era identificado por nomenclaturas distintas, porém com significados e sentidos equivalentes: livro de punições, livro preto, livro de penas. Este último foi analisado por Gaspar da Silva e Schüeroff (2017), sob o título “*Não obedeceu, pode punir*”: *castigos escolares no ensino público primário catarinense (1910-1940)*. Em relação aos registros, as autoras observam que “O Livro de Penas servia para registrar o nome dos

---

6 - Expressão registrada pelo respondente do questionário catalogado como nº 277.

piores alunos, ou seja, reprimir o aluno com a aplicação de penalizações. Portanto, os alunos que não tinham um comportamento adequado, que não seguiam as regras da escola, sofriam penalizações de acordo com o erro cometido” (GASPAR DA SILVA E SCHÜEROFF, 2017, p. 199). As autoras ilustram a produção com a imagem de uma das páginas do Livro de Penas do Grupo escolar Professor Venceslau Bueno do município de Palhoça, cidade da região da Grande Florianópolis:

**Figura 3** - Nomes dos alunos registrados no livro de penas



Nº	Nome do Aluno	Penas	Ass. do	Ass. do
1	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
2	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
3	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
4	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
5	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
6	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
7	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
8	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
9	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
10	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
11	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
12	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
13	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
14	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
15	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
16	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
17	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
18	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
19	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
20	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
21	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
22	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
23	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10
24	Paulo Manoel de Souza	10 dias	10/10	10/10

**Fonte:** Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina. In. Gaspar da Silva e Schüeroff (2017, p. 202).

Demarcado na primeira categoria eleita para este texto – Das advertências, dos castigos, das punições e do horror – e mencionado como existente por 24 docentes, o livro negro foi o de maior incidência frente aos demais, acompanhando o mencionado por um docente: “Ah, esses nunca faltavam. Imagina na hora do pai assinar” (nº 243). Nos demais comentários das respostas têm-se expressões como advertir ou advertência, indisciplina, indisciplinado, corrigir, problema, para distinguir o livro negro dos demais.

Todavia, no interior desses comentários, pode-se ainda refletir que o livro negro foi citado com finalidades múltiplas como forma de advertência ou de conscientização, a exemplo do que foi citado por alguns dos docentes: “Livro negro para advertências” (244); “Livro negro. Quando um aluno rebelde fazia várias vezes o mesmo erro, como querer agredir o professor ou quebrava uma coisa por querer. Era mais uma conscientização para corrigir” (nº 78); “Advertir os alunos maus com castigos, assinando o ‘livro negro’, como o próprio nome diz. Mas, não estou bem lembrada se alguma vez o aluno foi ‘destacado’ em algum livro” (nº 224).

Outros usos do livro negro se dirigiam à solução ou reparo de situações concretas que envolviam indisciplina ou outra forma de ação considerada de má conduta ou comportamento, indicando que o mesmo era pertinente “[...] para quem não obedecia o professor” (nº 191). Que o “Aluno indisciplinado tinha seu nome registrado no livro negro” (nº 103); ou “O livro negro para registrar as ocorrências por indisciplina e outras situações mais graves” (nº 297). E ainda recebeu-se como resposta, o livro “negro, aos indisciplinados” (nº 68); Livro negro: alunos rebeldes ou indisciplinados assinavam o livro negro” (nº 95); “Livro negro ainda era usado para registrar problemas de alunos” (nº 48); “O pior aluno, (assinava) o livro negro” (nº 105); “Livro negro para alunos indisciplinados” (nº 134); “Livro negro para aluno mal educado” (nº 291); “Livro negro aos alunos que não respeitassem as normas” (nº 196). Ainda, dentre as observações, um dos participantes mencionou que “O Livro negro fortalecia o racismo, uma vez que, nele, só eram registradas conotações negativas e punitivas” (nº 11).

Houve quem declarou que “Se fazia de tudo para não acabar no livro negro” (nº 189) e que “O livro negro era usado para manter a disciplina de alguns alunos quando estes apresentavam problemas de desrespeito com a direção ou professor ou com outro colega. Funcionava, ninguém queria ter o seu nome nesse livro, mas quando precisava...” (nº 27). Registrou-se também quem afirmou ter tido “Terror do livro negro como aluna [...]”, mas que chegou a “[...] adota-lo como diretora” (nº 42) e quem asseverou que fez

uso do mesmo, na condição de aluna: “Livro negro, até eu inclusive assinei, porque fui pega fumando no banheiro” (nº 229).

Gaspar da Silva e Schüeroff (2017, p. 199) acerca dessa multiplicidade de usos e funções do livro negro ou no caso da pesquisa daquelas autoras, do Livro de Penas: “O objetivo era corrigir a falta depois de cometido o erro, para evitar reincidência, entre 1951 a 1961 [...]. Neste período, foram inscritas 72 penalidades, dentre elas, admoestação, repreensão, advertência e três casos de suspensão”.

No sentido mais contemporâneo da realidade escolar, um respondente observou: “Com a criação do Conselho Tutelar, a APP criou um livro de ocorrência. Justificando as punições aos alunos” (nº 13).

Em certa perspectiva, se pode atribuir ao livro negro ou ao livro de penas, o caráter disciplinar de corpos e mentes, como afirmou Foucault (1987, p. 119): “[...] a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo, (em termos econômicos de utilidade), e diminui essas mesmas forças, (em termos políticos de obediência)”, de modo a corresponder a um corpo dócil, entendendo que “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

### *Registros de ordem mais geral: demarcar presenças e ações, supervisionar e vigiar*

Também revestido de certa vigilância, na concepção *foucaultiana*, (FOUCAULT, 1987), com fins inspeção e fiscalização ou como forma de registrar situações específicas, ou pessoas ilustres que compareciam nas escolas, o livro de visitas foi mencionado por 15 dos respondentes, sendo este o segundo mais citado.

Michel Foucault (1987) esclarece sobre formas de dominação e vigilância, percorrendo historicamente aspectos da *sociedade disciplinar* e seus mecanismos de poder. Segundo ele,

A ‘disciplina’ não se identifica nem com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, comportando todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 1987, p. 217).

Foucault (1987) distingue a sociedade moderna, cuja formação se refere a certos processos históricos como o econômico, o jurídico-político, o científico etc., de sociedades mais antigas, pelas formas disciplinares de controle mais sutis, por vezes até imperceptíveis, que têm lugar na sociedade moderna – cuja figura emblemática utilizada pelo autor é a do panóptico de Jeremy Bentham, de modo que

[...] o exercício do poder não seja exercido a partir do exterior, como um constrangimento rígido ou como um peso, sobre as funções que ele investe, mas que ele esteja nelas tão sutilmente presente, de maneira a acrescentar sua eficácia, aumentando, também, sua influência. O dispositivo panóptico não é simplesmente uma dobradiça, um permutador entre um mecanismo de poder e uma função, é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função por essas relações de poder. O panoptismo é capaz de reformar a moral, preservar a saúde, revigorar a indústria, difundir a instrução, aliviar os encargos públicos, estabelecer a economia como sobre uma rocha, destravar, em vez de cortar, o nó górdio das leis sobre os pobres, tudo isso por uma simples ideia arquitetural (FOUCAULT, 1975, p. 208).

Em certa analogia, pode-se considerar os livros de registros – livro ponto, visitas de pessoas ilustres ou de inspetores da escola, atas de reuniões de professores e ou com pais e familiares – como materialidade e mecanismo de vigilância e controle, em especial os destinados ao registro de frequência do professor no espaço profissional da escola e o que registrava as visitas dos inspetores e suas percepções sobre as condições físicas e das atividades pedagógicas.

Esses tipos livros foram mencionados como existentes e dialogam com a segunda categorização eleita – Categoria 2: Registros de ordem mais geral: demarcar presenças e ações, supervisionar e vigiar – com usos, por vezes, diversos, e outros com fins idênticos ou aproximados. No sentido de controle e

vigilância, o livro ponto foi citado como existente por alguns dos participantes da pesquisa: “Sim. Tínhamos livro de registros, cartão ponto. São os que me lembro” (nº 8); “Tínhamos o livro ponto de entrada e saída” (nº 27).

Em termos do livro de visitas para fins de registros da presença de pessoas em situações mais cotidianas ou promovidas diretamente pelas escolas – feiras e exposições escolares, reuniões de pais, etc. –, pode-se tomar os seguintes comentários: “O Livro de visitas era limitado a ‘visitas importantes’” (nº 11); “visitas importantes” (nº 238); “Para visitantes” (nº 191); “Livro de visitas” (nº 196); “Livro de atas para alunos, pais, professores”. (nº 247); “Apenas assinaturas de pais (visitas) em reuniões (assembleias), atas” (nº 251); “O livro de visita era para os pais dos alunos que chegavam visitar à escola ou nas reuniões” (nº 291).

Como interpretação da fiscalização, vigilância e controle é possível recorrer aos seguintes depoimentos: “visitas, para inspeções e autoridades” (nº 68); “Os inspetores, (assinavam) o livro de visitas” (nº 105); “Livro de visitas onde eram registrados os pareceres dos alunos e professores, limpeza e organização da escola (pela supervisora escolar” (nº 204); “Somente de visita da supervisora e atas das reuniões com os pais” (nº 272).

Vale destacar que a presença e atividades advindas de ações dos inspetores escolares no Estado de Santa Catarina se constitui em realidade em boa parte do período indicado nesta investigação – especialmente, até a década de 1980 –, motivo este que levou alguns dos professores aposentados a recordarem destes aspectos e do livro destinado especificamente para estes fins.

Em Santa Catarina, no ano de 1914, o inspetor escolar, considerado em cargo de comissão, era nomeado pelo Governador, por meio de decreto. Em decorrência da reforma educacional de 1913, a lei n. 1030 de 26 de outubro de 1914, foi suprimido o cargo de inspetor escolar e criado o cargo de inspetor escolar técnico. Aos inspetores escolares técnicos era delegada uma série de incumbências, desde prestarem contas aos seus superiores, a imprimirem êxito nas visitas administrativas que realizavam às escolas que eram da sua competência inspecionar. As visitas administrativas realizadas pelos inspetores, poderiam consistir em estadas breves para procederem

num apanhado geral da escola inspecionada ou de acordo com o que o inspetor julgasse necessário deixar descrito e registrado, porém, sem retirar o detalhamento técnico das suas observações. Estas deveriam versar desde as questões legais, administrativas e pedagógicas e, até mesmo, assistir às aulas ministradas pelo corpo docente, caso o inspetor julgasse necessário.

Na década de 1960, a lei n. 3122, de 18 de setembro de 1962, instituiu o regime de cotas de produção para a inspeção escolar e indicou outras providências para os profissionais que assumiriam esta função. Nos anos de 1970, outras reorganizações ocorrem, por meio da lei n. 4441, de 21 de maio, que reformulou o quadro geral do poder executivo do estado de Santa Catarina, classificando cargos, reestruturando carreiras, alterando tabelas de vencimentos, dentre outras observâncias. Atualmente, sob a regência de outras legislações, a função de inspetor escolar técnico está extinta e outros profissionais redefinem as necessidades e especificidades da realidade escolar contemporânea do Brasil e de Santa Catarina.

### **Destacar, elogiar e homenagear: “*Quem tirava em 1º lugar assinava o livro de honra*”**

Livro de honra ou também identificado como livro de ouro, compõe – conjuntamente com outras práticas e objetos, a exemplo do quadro de honra ou das medalhas de destaque, etc. – o universo escolar catarinense e fez parte dos objetos da escola que tinha por objetivo central destacar, elogiar e homenagear os alunos. Teixeira e Souza (2017) trataram de “[...] reconhecer pela materialidade escolar – “Livro de Honra” do Grupo Escolar Lauro Müller de Florianópolis/SC, datado de 1914 a 1972 (também denominado Livro) – a produção do sentido de honra através dos dispositivos históricos e sociais”. Da investigação que fizeram do conteúdo do referido Livro de Honra, as autoras descrevem o mesmo como objeto, parte ou fragmento da memória que representa e materializa um sentido educativo vinculado às práticas honrosas.

---

7 - Expressão registrada pelo respondente do questionário catalogado como nº 6.

Gaspar da Silva e Schüeroff (2017, p. 198-199), apresentam uma investigação, traçando uma linha cronológica acerca dos registros presentes no Livro de Honra de uma escola catarinense:

Acompanha a maioria das assinaturas, o registro da série na qual o aluno estava matriculado naquele ano. O ano de 1918 apresenta o registro de apenas um aluno do 3º ano. o ano seguinte não apresenta nenhum registro. Em 1920, estão inscritos 14 alunos de 1ª a 4ª séries. Até 1927, não há registros de nomes. em 1928, reiniciou-se a inscrição, apresentando o nome de três alunos. No ano seguinte, há a inscrição de 19 nomes. entre 1930 e 1941, o número de alunos inscritos a cada ano não ultrapassa 11. A partir de 1942, esse número aumentou: em 1943, há 37 nomes. Em 1945, são 42 alunos. este índice se mantém até 1952. E, a partir deste ano, o número de nomes decresce, não ultrapassando nove inscritos. em 1958 e 1959, não há registros. A partir de 1960, o número de inscritos cresce novamente, mantendo-se uma média de 20 alunos por ano, até 1972.

As autoras (GASPAR DA SILVA; SCHÜEROFF, 2017) observam que 1972 representa o último ano de registro de alunos que mereciam ter seu nome inscrito no Livro de Honra. De modo ilustrativo, apresentam a imagem de uma das páginas do Livro de Honra, sobre a qual estão inscritos os nomes de alunos que foram homenageados:



elogiosas, ou seja, honrosas. Foi este, dos três livros propostos – negro, visitas, honra – na questão discutida neste texto, o de menor percentual de citação, sendo mencionado como existente por 11 participantes. Entrementes, faz-se importante refletir acerca da participação dos mesmos nas escolas catarinenses das últimas décadas do século XX, pois nos permitem avaliar outras perspectivas de memórias docentes que projetam a escola como espaço de acolhimento, no qual era possível se sentir envolto por situações que valorizavam os sujeitos, como observou um dos participantes: “O livro de honra era o mais democrático, uma vez que incentivava o aluno a se destacar, em alguma atividade pedagógica. Por exemplo, no esporte, no teatro, na dança, as gincanas, entre outras atividades” (nº 11) e “Era orgulho estar registrado no livro de honra” (nº 189).

Todavia, mesmo com tais observações, não se pode tomar com ponto unificador de que a escola assim se caracterizava com espaço de acolhimento de modo generalizado, uma vez que a presença do livro de honra nem sempre era demarcador de bem-estar para todos os sujeitos, pois, se existiam, eram consonantes aos seguintes casos: “Sim. Quem tirava em 1º lugar assinava o livro de honra” (nº 6); “O de honra ou o de ouro para o aluno com conceitos altos” (nº 68); “Quem tirava o 1º lugar ia para o livro de honra, quem não tinha faltas também” (nº 131); “O melhor aluno assinava o livro de honra” (nº 105); “Para alunos estudiosos” (nº 191); “Livro de honra aos alunos bons” (nº 196); “Homenagem ao melhor aluno” (nº 238); “Livro de honra sempre usado, bem como visitas. Livro negro não existia” (nº 266).

Nessas reflexões, é possível considerar que se ambos os livros existiam – negro e de honra –, é porque tanto os tidos como bons alunos quando os julgados como maus, eram assim percebidos, descritos e entendidos nos tempos e espaços das escolas catarinenses na segunda metade do século XX, justificando, *pari passu*, a presença desses sujeitos, e a coexistência dos livros de registros e as devidas ocorrências – numa espécie de retroalimentação – que foram rememoradas pelos participantes da pesquisa.

## *Conclusões*

O que são as memórias? O que são as memórias docentes? O que são as materialidades/objetos da escola nas memórias docentes? Responder a essas questões implica em se deparar, por vezes, com a complexidade e sutileza que envolve problematizar as memórias, buscando alguma materialidade nos enredos e narrativas.

Quanto ao grupo dos 81 professores que se encontravam aposentados quando responderam ao questionário, tem-se em conta que não se tratam de memórias cristalinas (como se não fossem perpassadas ou transpassadas por diversos aspectos e elementos) tampouco cristalizadas (no sentido de que são desprovidas de influências do tempo presente).

O rememorado não corresponde exatamente ao vivido, não somente por haver um afastamento temporal entre este e aquele tempo, mas também porque as memórias dialogam com outros sentimentos que emergem do que se foi e do que se é no momento em que são evocadas as lembranças e também pelo motivo de que as dificuldades podem ser minimizadas ou acentuadas. Ainda sob a influência de outros fatores: a perspectiva do futuro, muitas vezes, se não sempre, se apresenta no presente de modo distinto do outro tempo; as perspectivas do presente se mesclam com as memórias do passado; e ainda, os esquecimentos, ausências e presenças podem ser distintos – acredita-se que sempre o são – entre participantes de um grupo investigado quando se procura vestígios de uma memória coletiva.

Entrementes, às observações acima, as memórias possibilitam interpretar traços de percursos, práticas, ações, condutas e elementos que compuseram a materialidade de um determinado tempo e espaço históricos. As memórias dos 81 professores aposentados acerca dos objetos da escola eleitos para a problematização deste texto, permitem apreender aspectos dos livros de registros por meio de interpretações das narrativas de como os mesmos estiveram situados e alguns modos que impactaram a vivência dos sujeitos – alunos e professores – na segunda metade do século XX nas escolas catarinenses, como foi possível de perceber, a partir das três categorias eleitas.

Tem-se que os livros de registros – livro negro, livro de honra, livro de visitas e outros – podem ser percebidos, como objetos da escola e materialidade de memórias individuais e coletiva, pelas aproximações e, de igual forma, pelas distinções dos enredos e narrativas das memórias. Pode-se recorrer aos livros de registros, enquanto objetos e materialidades, e produtores de sentidos, de práticas e condutas, outrossim, de natureza simbólica, sendo consideradas aceitáveis ou não, dependendo da natureza dos comportamentos e dos livros destinados aos registros.

No caso do presente texto, os livros de registros são tanto memórias das vivências dos professores aposentados do seu tempo de aluno quanto do tempo em que estavam ativos na profissão. São objetos do passado – o que foi vivenciado enquanto aluno e professor – e são objetos do presente, quando incitam e possibilitam a produção de memórias docentes de professores que no tempo da pesquisa estavam aposentados. São recursos – livros de registros – que permitem a reconstrução de trajetórias e processos educativos que constituíram a história da educação catarinense, na segunda metade do século XX, a partir das memórias docentes como fios condutores enquanto fonte e percurso teórico-metodológico.

## *Referências*

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SCHÜEROFF, Dilce (org.). **Memória Docente**: história de professores catarinenses (1890-1950). Florianópolis: UDESC editora, 2010

\_\_\_\_\_. “**Não obedeceu, pode punir**”: castigos escolares no ensino público primário catarinense (1910-1940). *Revista Pedagógica*.v.19, n.41, maio./ago., p.194-208, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

PERES, Eliane; SOUZA, Gizele de. **Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar (im)possibilidades de investigação**. In: CASTRO, César Augusto (org.). *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870- 1925)*. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2011, v. 1, p. 43-68.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da cultura material escolar**: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

TEIXEIRA, Lisley Canola Treis; SOUZA, Luani de Liz. **A honra escolar: memória material da escola**. Hist. Educ. (Online). Porto Alegre, v. 21, n. 53 set./dez., p. 219-238, 2017.

## Fontes

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)**. Programa de Pós-graduação em Educação. Acervo de questionários (01 ao 300) do Projeto de pesquisa “Memória Docente e Justiça Escolar: os movimentos de escolarização e de profissionalização do Magistério em Santa Catarina”. Florianópolis, 2022.

**SANTA CATARINA**. Lei n.1030, de 26 de Outubro de 1914. Supprimindo os cargos de Inspectores Escolares e criando o Inspector Escolar Technico.

\_\_\_\_\_. Lei n. 3122, de 18 de setembro de 1962. Institui o regime de cotas de produção para a inspeção escolar e da outras providências. ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-3122-1962-santa-catarina-institui-o-regime-de-cotas-de-producao-para-a-inspecao-escolar-e-da-outras-providencias> Acesso em: 08/10/5023.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4441, de 21 de maio de 1970. Reformula o quadro geral do poder executivo, classifica cargos, reestrutura carreiras, altera tabelas de vencimentos e dá outras providências. ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Disponível em:

<https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-4441-1970-santa-catarina-reformula-o-quadro-geral-do-poder-executivo-classifica-cargos-reestrutura-carreiras-altera-tabelas-de-vencimentos-e-da-outras-providencias> Acesso em: 08/10/5023.

*Cultura material da escola de educação infantil menino Jesus como patrimônio histórico educativo: possibilidades e contribuições para a pesquisa em história e historiografia da educação rio-branquense*

Mariana Batista da Silva<sup>1</sup>  
Giane Lucélia Grotti<sup>2</sup>

---

*Cultura, historicidade e educação: considerações iniciais*

Os seres humanos são formados culturalmente e imbuídos de historicidade. É de história que somos constituídos. Histórias que se criam a partir de práticas, de lugares, de objetos, de ícones e de vivências. A partir desta compreensão, percebemos que a mudança e a ampliação da noção de fontes, permitiu que essas materialidades culturais e históricas que nos constituem e integram nossas instituições, sejam estudadas e utilizadas como fontes por pesquisadores e historiadores.

Ao escolhermos o museu escolar como objeto fonte para a pesquisa, não deixamos de considerarmos aquilo que Escolano Benito (2010, p. 26) salienta sobre ser “um bem a ser exposto publicamente e ser visto por todos. Construir e comunicar os valores da memória é certamente uma responsabilidade pública”. Nós pesquisadores temos a tarefa de construir e de comunicar as memórias construídas em nossas instituições escolares, tendo que exercitar o nosso olhar, a fim de desnaturalizá-lo e ver o que já esteve lá.

Paulilo (2019, p. 3) enfatiza esse olhar atual e sensível para “à materialidade dos suportes que dão um texto à leitura e aos artifícios de construção das fontes, quer elas sejam textos escritos, depoimentos orais,

---

1 - UFAC, Rio Branco, AC, Brasil. E-mail: marianabatista185@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0726285837821382>.

2 - UFAC, Rio Branco, AC, Brasil. E-mail: giane.grotti@ufac.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7304681363616095>.

imagens ou artefatos, tem contribuído para desnaturalização da instituição escolar”.

Ecolano Benito (2010, p. 25) destaca que “entre os jogos de escrita e arquivamento, sempre salvamos as mercadorias que consideramos inalienável, que se tornam nossa herança cultural”. É essa mercadoria inalienável que nos possibilita pesquisar e preservar as memórias. A Sala Memorial da escola Menino Jesus ilustra a fala do autor, uma vez que, este espaço, guarda a história cultural e as materialidades da escola.

Com o intuito de preservação, de resgate e de divulgação das memórias, é que esse estudo de caráter bibliográfico parte, tendo como objetivo apresentar algumas reflexões acerca da pesquisa documental em história da educação e do caminho teórico metodológico por ela adotada, além de, brevemente, refletir sobre a utilização dos acervos escolares como fonte de informações históricas indispensáveis as pesquisas na área da História da Educação e História das Instituições Educativas.

Foi realizada uma pesquisa de campo na escola de educação infantil Menino Jesus, instituição na qual uma das autoras atua como professora, o que facilitou o acesso à sala memorial e, com a devida autorização da gestão escolar, pode-se coletar imagens dos objetos que compõem o pequeno acervo museológico que guarda as materialidades e a história cultural da instituição.

No primeiro momento, mostramos alguns aspectos relacionados aos caminhos do pesquisador em historiografia da educação. Em seguida, trazemos para o debate um olhar sobre a cultura escolar e suas materialidades que mudou a direção para uma nova forma de olhar as fontes e de fazer pesquisa em história da educação. Por fim, apresentamos os resultados deste estudo, destacando a Sala Memorial da Escola Menino Jesus e seus artefatos/objetos históricos, como possibilidades de fontes consideradas não tratadas que podem possibilitar ao pesquisador resgatar as memórias, desvendar as culturas e preservar a historicidade das relações que se constituíram naquele lugar.

## *A pesquisa em história da educação: Caminhos e possibilidades metodológicas*

Entre os anos de 1994 e 2010 houveram expressivas mudanças no campo da pesquisa em educação, especialmente no que diz respeito ao processo teórico-metodológico adotado pelos pesquisadores, devendo-se, a inclusão e a valorização de novas categorias de análise e fontes de pesquisa. De acordo com Bica (2012), as pesquisas em História da Educação passaram a abranger estudos mais localizados, delimitados e regionalizados, fazendo com que seus pesquisadores mergulhem mais profundamente nos recortes temporais, tendo um contato mais próximo com as fontes e, desse modo, podendo fazer um estudo mais crítico do acontecimento ou do objeto pesquisado. O autor ressalta também, que ainda é preciso ter um cuidado e uma maior atenção com essas novas categorias e novas formas de olhar o objeto estudado, para que não se torne uma pesquisa que somente narre, celebre e elogie um acontecimento da história. Bica (2012) destaca:

O historiador da educação que se propunha a trabalhar com estudos mais focalizados em história e em educação, deve ter um rigor metodológico muito firme para que os objetos em estudo possam ser revelados e revividos sobre uma perspectiva historiográfica privilegiada da história e não sejam apenas inquéritos laudatórios, narrativas de fatos e acontecimentos históricos (BICA, 2012, p. 8).

Assim, conforme este autor, partindo de um rigor metodológico, o primeiro passo a ser dado na pesquisa em historiografia é delimitar a fase inicial da pesquisa, e depois, realizar um levantamento das fontes e documentos existentes, pesquisar em fontes e, em momentos diferentes, mapear e decodificar os dados, construindo um esboço de dados empíricos.

A segunda parte, consiste em narrar e contextualizar as particularidades dos dados e dos documentos coletados. A fonte deve ser bem analisada, tomando cuidado com o contexto e com os interesses políticos, sociais e culturais do momento pesquisado. Como destaca Bica (2012), o pesquisador faz uma releitura do passado, com os olhos do presente. Portanto, não

podemos e não devemos olhar um acontecimento de uma época passada tentando entendê-lo com o olhar e o entendimento que temos hoje.

Bloch (1993) alerta para o fato de que um historiador deve ser imparcial, não devendo julgar segundo as suas inclinações. É claro que ao escrever uma história, ao analisar uma fonte, um acontecimento passado, o pesquisador coloca um pouco de sua subjetividade. Contudo, é importante não julgar o passado com os olhos do presente, tendendo somente para um lado e distorcendo a narração dos fatos, sem antes problematizar a fonte e entender como, quando e por que se faziam determinadas práticas ou ocorreu determinado acontecimento. O autor também chama atenção para a nomenclatura ao apontar que é necessário que o historiador use de uma linguagem precisa dos fatos sem cometer o equívoco de trocar o sentido do que foi dito pela fonte, inventando outra palavra ou atribuindo um significado diferente e totalmente contrário ao que foi dito na época, pois, “o historiador escreve sobre uma época diferente, mas pensa segundo sua época”.

Torna-se necessário também, problematizar e criticar o vocabulário dos documentos, analisando quando, como, por que, e por quem foi escrito, tendo a cautela de não atribuir a uma época, ou a um personagem, ideias e sentimentos que são de outra época, ou em interpretar nas fontes, costumes e objetos de uma época a que não pertencem.

Os acervos documentais podem revelar outros olhares para o historiador, sendo preciso um olhar mais atento, no qual o historiador vai dialogar com sua fonte, analisar nas suas entrelinhas, para procurar desvelar como se formulou tal acontecimento histórico, quem, como, e por que participou, o porquê se deu de determinada forma e não de outra, quem produziu determinada fonte, com que propósito, quais as intenções e os sentidos, sempre com um olhar apurado. Quanto a isso, Bica (2012) acrescenta que o olhar acurado para os documentos pesquisados, nos possibilita a descoberta do passado silencioso das fontes historiográficas.

Os documentos, as fontes não falam por si só, é preciso que o pesquisador as analise e reescreva a história escondida nas suas entrelinhas com um método que melhor se adegue para ele. A história não está pronta

como verdade absoluta, é necessário problematizar a fonte, o documento, a imagem.

Para Bica (2012), os documentos-fontes são um caleidoscópio, registros particulares e particularizados que mudam e são variados “permeados de várias matizes escritos do passado, ancorados na tênue linha da história”. Logo, isso implica ao pesquisador a necessidade de ter uma postura investigativa, de procurar a verdade por meio da oposição e da conciliação, e ainda, “reconhecer os fenômenos educativos sempre como resultados e/ou efeitos de seu tempo e institucionalizados pelo passado”.

O problema das fontes é que, diante da ampliação, temos que ter um método eficaz para podermos interpretá-las, ficar atentos a confiabilidade e a veracidade de cada fonte, ter o cuidado de não olhar um fato passado com o olhar do presente, pois são práticas que se dão de formas distintas. Se torna importante lembrar, que nem para todos os fatos se dá a mesma explicação. São muitas as explicações para um determinado acontecimento histórico, e o historiador pode acabar na berlinda, pois, corre o risco de faltar contra a cronologia, errando a data dos acontecimentos e atribuindo a uma época ou a um personagem da história, sentimentos, costumes que não são de sua época, como afirma Burke (1992).

Os historiadores estão diante de um dilema. Se explicarem as diferenças no comportamento social nos diferentes períodos pelas diferenças nas atitudes conscientes ou nas convenções sociais, correm o risco da superficialidade. Por outro lado, se explicarem as diferenças no comportamento pelas diferenças na profunda estrutura do caráter social, correm o risco de negar a liberdade e a flexibilidade dos atores individuais no passado. (BURKE, 1992, p. 12.).

A pesquisa documental em fontes jornalísticas e acervos escolares vem ganhando espaço, principalmente em pesquisas na área da História da Educação. Com isso, os percursos teóricos metodológicos, opções e tratamento das fontes se alargam, de maneira a ampliar as possibilidades de descobertas do passado, como destacam Pasquini e Toledo:

[...] pode-se dizer que a pesquisa histórica com fontes documentais tem se constituído em um rico instrumento para a investigação em história da educação, principalmente porque fornece elementos que clarificam os debates realizados na esfera social, e que nem sempre estão próximos dos setores formais da prática escolar. No entanto, o ato de pensar a educação por meio de fontes históricas e documentais é às vezes obstaculizado pelo desconhecimento e pela inadequada catalogação e conservação dos acervos, fato que muitas vezes inviabiliza o trabalho de se guardar a memória histórica do país. (PASQUINI; TOLEDO, 2014, p. 268)

As pesquisas em historiografia da educação pressupõem múltiplas possibilidades de fontes e materiais de análise. Nas últimas décadas, os acervos jornalísticos, os museus escolares, os objetos da escola, os uniformes, os documentos e os edifícios escolares têm se destacado como fontes privilegiadas de investigações, por permitir dar um rico sentido histórico cultural à investigação da cultura, da história e das práticas escolares.

Com a expansão da história, com o surgimento de novos campos investigativos e com o processo de ligação entre as histórias que falam a mesma língua e dividem praticamente o mesmo objeto, ficou difícil estabelecer uma comunicação com os profissionais destes campos históricos diversos, conseqüentemente, dificultando a construção de uma “História total” defendida pelos Annales. Como destaca Burke (1992), seria irrealista acreditar que esse objetivo poderia ser alcançado, embora, alguns passos a mais foram dados em sua direção. O tópico seguinte ensaia a apresentação de alguns passos dados em direção a essa nova forma de fazer pesquisa em historiografia da educação, olhando para a cultura escolar e suas materialidades.

### *Cultura escolar e suas materialidades: possibilidades de pesquisa*

A noção de fonte e de documento histórico depende diretamente da abordagem adotada pelo pesquisador. Cellard (2008) exprime que definir documento é um desafio, sua definição evolui ao passo em que as teorias metodológicas também evoluem, dessa forma:

Privilegiando uma abordagem mais globalizante, a história social ampliou consideravelmente a noção de documento. De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”, como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. No limite, poder-se-ia até qualificar de “documento” um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação, etc. (CELLARD, 2008, p. 296-297)

É pensando na noção do alargamento, da concepção de fontes e de documentos que a cultura material se insere. Entendemos cultura material escolar como tudo aquilo que compõe o cotidiano da escola. Ciavatta (2009, p. 41) destaca que a cultura material escolar trata de “edifícios e seus espaços escolares, mobiliários, utensílios, materiais pedagógicos, manuais didáticos, troféus, entre outros”. A cultura escolar é tudo aquilo que determina e define a incorporação de valores e práticas no cotidiano da escola, seja por meios de objetos ou de práticas materiais e imateriais. De acordo com Bezerra; Grotti e Silva (2021)

A cultura escolar tornou-se uma ferramenta teórica necessária aos estudos das relações entre escola e cultura. Esse termo, cultura escolar, em perspectivas diversas, vem sendo utilizado por diferentes autores, proporcionando abordagens investigativas para a escola, na perspectiva da cultura. Isso tem tornado plausível o estudo da cotidianidade escolar, considerando: disciplinas, normas, práticas, currículo, arquitetura, tempo e espaço escolar, entre outros aspectos que muito diz sobre o viver e conviver das instituições escolares. (BEZERRA; GROTTI E SILVA 2021, p. 375).

Desta maneira, observar a escola pelo viés da cultura escolar é entender que os objetos e os recursos educacionais, que vão desde o piso, até os registros dos professores e sua evolução no processo de ensino, constituem-se em elementos da cultura material escolar que contam histórias e guardam memórias, sejam elas políticas, sociais ou culturais.

Como salienta Paulilo (2019, p. 6), assim como “os edifícios e a sua arquitetura, os objetos escolares têm provocado questionamentos em relação à compreensão da história da escolarização e da constituição de uma memória social desse processo”. Estudiosos já se debruçam sobre a maneira de como objetos simples do cotidiano escolar como a mesa, o quadro, a ardósia, o lápis de pedra, a pena metálica, o lápis de grafite, o papel e o caderno, recriaram a aprendizagem dentro do espaço da escola. Vidal (2005) aponta que:

Os estudiosos desse movimento têm-se entretido, mais recentemente, a preocupação com a preservação de acervos e a atenção aos primados da arquivística e da museologia, enredando os historiadores da educação na discussão sobre a cultura material, o exercício do arquivamento e do descarte e as técnicas específicas de conservação de cada suporte ou objeto (VIDAL, 2005, p. 71).

As tessituras dessas histórias precisam ser asseguradas não só por pesquisadores da área da educação, mas também, pela comunidade que compõe a escola. Os objetos e as memórias devem ser preservados, os documentos devem ser guardados de forma cautelosa, olhados não como lixo, mas como fontes inesgotáveis de conhecimento e historicidade.

De acordo com Certeau (1982, p. 81, *grifos de Paulilo*), “[...] tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. É assim que a escola Menino Jesus vê os objetos que guardam a história dessa instituição. Olhando de outra maneira para a primeira sala construída para o ensino, na década de 1940, a gestão da escola preservou e transformou-a em Sala Memorial, compondo um pequeno acervo museológico da escola, que possibilita aos pesquisadores em historiografia da educação, resgatar memórias e práticas que se constituíram nesse espaço.

## *Centros de memória da educação: um breve ensaio sobre a “sala memorial” da Escola de Educação Infantil Menino Jesus*

Um prédio escolar não se faz sozinho, se constrói pelas mãos de pessoas que o projetaram, pautando-se nas suas convicções, pré-julgamentos e ideias de mundo, sejam elas políticas ou culturais. Isto posto, a construção da escola de educação infantil Menino Jesus, (primeira escola de atendimento à infância na cidade de Rio Branco, Acre), não foi diferente. Depois de mais de 70 anos de sua inauguração, o seu edifício é permeado de historicidade. História essa que nos permite, pelo olhar da cultura material, analisar as convicções e os valores que os constituíram. De acordo com Souza:

[...] o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente (SOUZA, 1998, p. 123).

Para suprir as necessidades de atendimento educacional em um local adequado, com mobiliário e um regime de ensino harmonioso, que atendesse as especificidades das crianças abaixo dos 7 anos de idade, construiu-se a “Escola Menino Jesus”, em 1949, no mandato do governador Guiomard Santos. Sobre ele, Grotti e Carvalho (2021, p. 425) destacam:

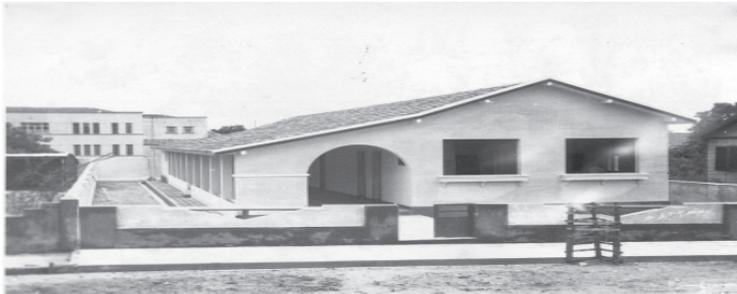
Nomeado pelo presidente da República Eurico Gaspar Dutra, Guiomard Santos teve sob sua administração (14/02/1946 a 30/05/1950) um grande desafio para promover mudanças na melhoria das condições de vida da população do Acre. Liberal e defensor do ideal democrático, acreditava que o progresso e a modernização do Território, somente ocorreriam por meio da participação massiva da população. Quanto ao projeto educacional de Guiomard Santos, constava a criação de um local próprio para atender as crianças pré-escolares. Esse projeto ficou a cargo da Diretora do Departamento de Cultura, a professora Maria Angélica de Castro e sua concretização se deu no ano de 1949,

com a inauguração da Jardim de Infância Menino Jesus. Os princípios pedagógicos do Jardim de Infância Menino Jesus pautavam-se nos fundamentos frobelianos e montessorianos.

A escola Menino Jesus cresceu junto com a cidade de Rio Branco e foi construída assentada em uma promessa de modernização do estado do Acre. Todos os seus mobiliários e sua construção foi pensada com o que havia de mais moderno na época. Quanto aos princípios modernos dos novos jardins de infância do estado, Grotti e Carvalho (2021) salientam que o espaço escolar, enquanto o templo do saber, representam, em sua arquitetura palaciana, o legítimo, o papel do Estado como agente do bem comum. Evidencia-se a nova cultura escolar atrelada aos princípios nacionalistas de civilidade, de progresso e de higienismo, o que resultava em uma educação moralizante.

Na figura 1, podemos observar, em sua fase inicial de construção, a arquitetura do prédio desta instituição, Jardim de Infância Menino Jesus, que em breve atenderia as crianças menores de 7 anos, com os mais modernos preceitos escolares da época.

**Figura 1** - Prédio do jardim de infância Menino Jesus – 1949



**Fonte:** Patrimônio Histórico/AC

Ao adentrar na escola, pode-se observar, na materialidade de seu edifício, que o piso ainda é o original, conservado até os dias atuais, apesar de ter sido reinaugurado em 2017. Tal piso não pode ser encontrado em

nenhum outro ambiente escolar, pois, na época de construção da obra, foi encomendado especialmente para a escola, cumprindo a exigência de modernização do governo.

**Figura 2** - Piso original da década de 1940



**Fonte:** Acervo Pessoal

Nos corredores da escola podemos visitar um projeto de resgate das memórias e da historicidade que compõem o lugar. Sob coordenação Geral de Diana Dantas, e supervisão de Gicélia Aguiar, Sérgio Carvalho, Andréia Forneck e Adalvani Carvalho, a pesquisadora Aretuza Bandeira mergulhou nos arquivos da escola, e fez um trabalho de seleção e resgate de fontes e documentos históricos. Parte desse trabalho de resgate da historicidade pode ser visitado nos corredores da escola Menino Jesus, onde encontra-se uma série de painéis que contam a história da escola que acompanhou o crescimento e a modernização do estado do Acre.

Figura 3 - Painéis que contam a história do desenvolvimento da Escola Menino Jesus



Fonte: Acervo da escola Menino Jesus

Os painéis mostrados nas imagens acima contam a história antes e depois da existência da escola Menino Jesus. O primeiro painel conta como era o nosso Estado antes de existir a escola, enquanto ele ainda era um território pequeno e pouco desenvolvido. Em seguida, apresenta a história das mudanças que passaram a ocorrer na cidade, com a modernização e a construção de novos prédios e pontes, chegando na história da construção da escola, um dos espaços símbolos de modernidade e desenvolvimento para nosso território na época. Vale ressaltar como esses painéis se tornam um bem material importante para a história. Mesmo trabalhando a anos na instituição, sinto-me surpresa e nostálgica com as leituras e experiências históricas que eles nos proporcionam.

Toda a comunidade escolar tem acesso aos painéis e as memórias que eles carregam. As crianças são inseridas na cultura material da escola, por meio de visitas com as professoras aos quadros e à Sala Memorial. Sobre a participação de todos nos arquivos e nas materialidades das escolas, Vidal (2005) acrescenta:

Ao lidar com os arquivos mortos de escolas, os investigadores têm sido instados a mobilizar a comunidade escolar e atentar para seus anseios. A literatura vem demonstrando a importância em associar alunos, professores e funcionários à organização e manutenção dos acervos escolares, na certeza de que a perenidade dessas iniciativas repousa no seu acolhimento pelo efetivo da escola. (VIDAL, 2005, p. 72).

Na Sala Memorial da escola Menino Jesus é ensinado as crianças e à comunidade escolar sobre a importância da história da escola e do cuidado com os objetos que a compõem. A própria sala em si é um objeto que representa a cultura material da escola, pois, esta é a primeira sala de aula que foi construída, sendo lócus das práticas escolares e das aprendizagens da primeira turma da escola, na década de 1940, permanecendo exatamente igual.

Além do piso da sala, como já mostrado, temos como destaque um painel iconográfico que representa a fotografia da primeira turma da escola. No painel podemos observar a vestimenta das crianças, a organização

do mobiliário da sala, dentre outros aspectos que podem servir de fontes a pesquisadores da área da historiografia da educação e da história das instituições escolares.

Vejam a figura 4, que congrega três imagens: a primeira é a porta de entrada da Sala Memorial, que divide espaço com a biblioteca. A segunda mostra o painel de fotografia da primeira turma da escola. Por fim, na terceira imagem, vemos a conservação do quadro negro, ou quadro de giz, como também quadros fotográficos com as imagens das diretoras que já passaram pela história da instituição desde sua inauguração. Tudo isso se constitui como fontes materiais que fazem o resgate das memórias e da cultura escolar presentes na Sala Memorial.

**Figura 4** - Sala memorial da Escola Menino Jesus



**Fonte:** Acervo da escola Menino Jesus

No acervo, a escola dispõe de um documento importante e inédito para pesquisadores da cultura material escolar. Tal documento, trata-se do

Livro de Registro Escolar dos Alunos dos anos de 1968 a 1974, um dos únicos documentos que foram resgatados do “arquivo morto” escolar. Ele registra o regimento da escola, como também, os dados de matrícula dos alunos oriundos da época. Nele consta o nome de figuras importantes do Estado do Acre, dentre elas, destacam-se políticos como, por exemplo, Jorge Viana e Binho Marques, que cursaram a Pré-Escola na instituição nas décadas de 1960 e 1970. A Figura 5 apresenta imagens deste documento que fica exposto na Sala Memorial, para que assim a comunidade escolar possa apreciar, já que não podem ser manuseados constantemente, por se encontrarem em estado de deterioração.

**Figura 5** - Livro de registro escolar da década de 1960 a 1974



**Fonte:** Acervo da Escola Menino Jesus

Conservar os documentos históricos é um dos desafios que pesquisadores e historiadores encontram ao lidar com esse tipo de fonte. Por isso, destacamos o excelente trabalho de conservação que foi executado na Sala Memorial da escola Menino Jesus. Todos os objetos e documentos históricos ficam protegidos em uma estante, com uma tampa acrílica

transparente, para que assim, os alunos e a comunidade escolar possam visitá-los. Dentre os documentos resgatados e protegidos, também se encontra uma placa comemorativa em alusão aos 50 anos da escola, datada do ano de 1999. (Figura 6).

**Figura 6** - Conservação dos objetos históricos da escola e placa comemorativa datada de 1999



**Fonte:** Acervo da escola Menino Jesus

No seu pequeno acervo museológico, a escola também conta com duas revistas que relatam a cultura escolar e as práticas desenvolvidas pela comunidade da instituição. A primeira edição da revista foi publicada quando a escola completou 50 anos. A segunda edição foi repaginada no aniversário de 70 anos da escola Menino Jesus. As capas das duas revistas trazem uma simbologia de uma antiga e de uma nova arquitetura, das antigas e das novas práticas, revivendo memórias de uma cultura material escolar que é histórica e atual. (Figura 7).

**Figura 7** - Sala memorial da Escola Menino Jesus e as revistas da escola pioneira em educação infantil do Acre



**Fonte:** Acervo da escola Menino Jesus

A cultura escolar envolve um sentido amplo e deve ser compreendida a partir da sua amplitude, tecendo como objetos de pesquisa que contam uma história, o mobiliário escolar, a arquitetura, os documentos de registros, sendo tudo aquilo que perpassa a vida e o cotidiano dos sujeitos da instituição.

Dentre essas materialidades, Bezerra; Grotti e Silva (2021) destacam objetos como livros, fichários, mapas, cartas geográficas, estampas, publicações científicas e tecnológicas, entre tantos outros materiais que como podemos perceber, foram conservados pela instituição. Dessa forma, a iniciativa de conservação da Sala Memorial da escola Menino Jesus é um passo significativo capaz de contribuir com o enriquecimento de pesquisas locais na área da historiografia da educação rio-branquense.

## *Considerações finais*

Esse estudo de caráter bibliográfico e descritivo aconteceu com o objetivo de apresentar um ensaio, pensando na importância da preservação das fontes e dos objetos escolares, como também, no resgate das memórias das instituições através dos centros de memórias e museus escolares. Buscamos apresentar algumas reflexões acerca da pesquisa documental em história da educação e do caminho teórico metodológico adotado pelo pesquisador desse campo, refletindo a partir da cultura material, sobre a contribuição dos acervos escolares, como fonte de informações históricas indispensáveis as pesquisas na área da História da Educação e História das Instituições Educativas.

Destaca-se o valor patrimonial da “Sala Memorial” da escola Menino Jesus e a sua importância como fonte cultural e material, que pode servir como objeto historiográfico para pesquisas voltadas para a educação acreana. Este acervo, ainda pouco visitado, possui um potente conteúdo a ser pesquisado e divulgado. A pesquisa voltada para a cultura material escolar, exige do pesquisador uma postura aberta, atenta e paciente, visto que seu trabalho depende de um material que ainda não recebeu um rigoroso tratamento analítico, guardando múltiplas possibilidades de interpretação.

Pesquisar em acervos escolares pressupõe também um método próprio, uma ritualística em relação à seleção e tratamento das fontes, sejam elas a arquitetura da escola, os registros escolares, o piso, o quadro, os mobiliários, os documentos impressos, as fotografias, ou a sala de aula como um todo. Guarda também inúmeras vantagens e desvantagens. Apesar de muitas vezes essas fontes serem de difícil acesso ao pesquisador e quase sempre deterioradas pelo tempo, essas podem ser também a única possibilidade de descoberta do real e do histórico. Pode-se inferir, portanto, que a utilização dos objetos e acervos escolares tem cada vez mais ajudado os pesquisadores a darem um sentido histórico, social e político as suas investigações e as práticas educativas de cada época.

## Referências

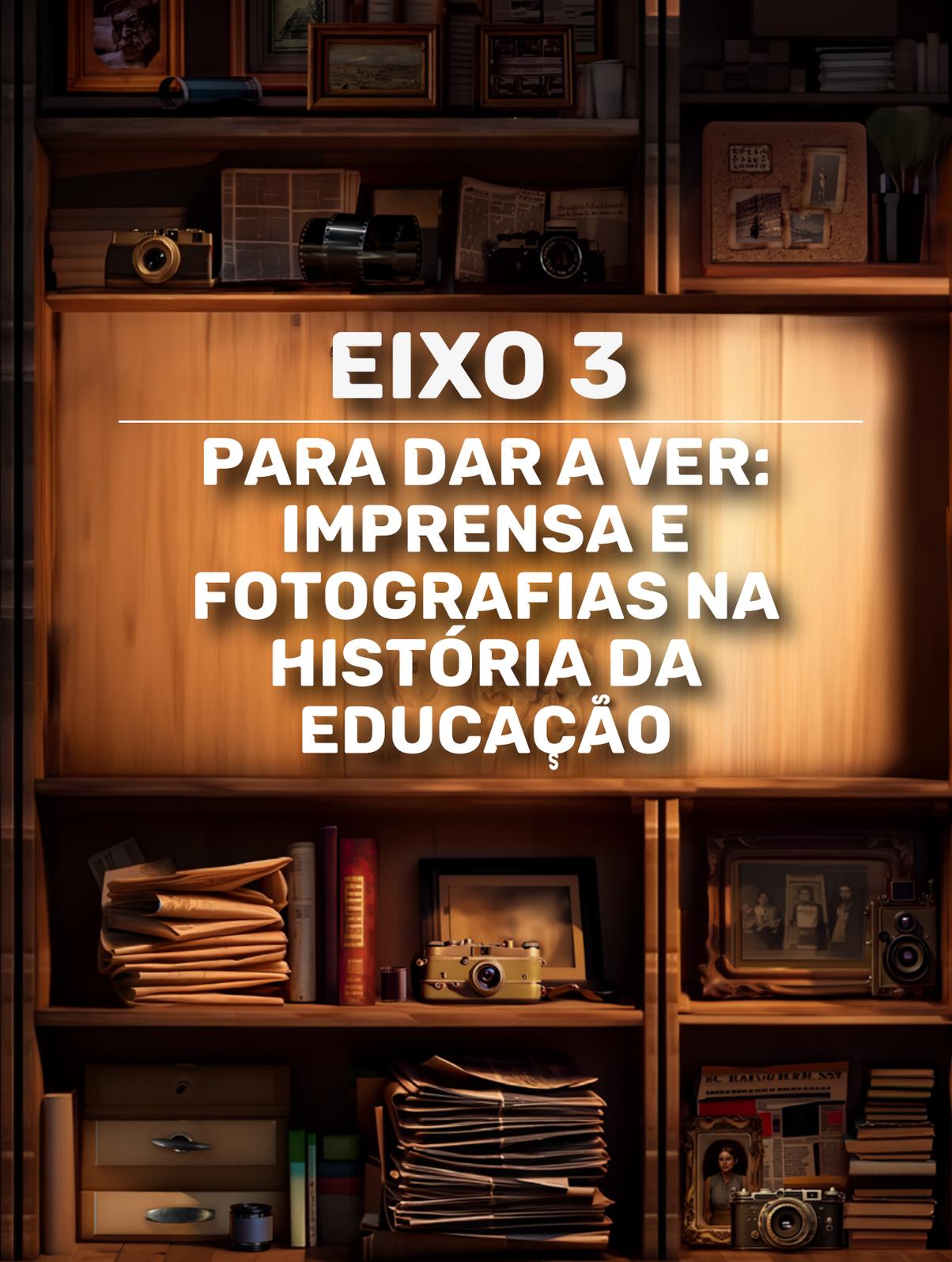
- BEZERRA, Maria Irinilda da Silva; GROTTI, Giane Lucélia; SILVA, Melrilyn Rayline Marques. **Cultura e material escolar no Acre: início da discussão**. In: A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede. Curitiba. CRV, 2021.
- BICA, Alessandro Carvalho. A pesquisa em História da Educação: caminhos, etapas e escolhas no trabalho do historiador. **IX ANPED SUL**, 2012.
- BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Jorge Zahar Editor. **Editora UFRJ**, 1993.
- BURKE, Peter. (org). Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CIAVATTA, Maria. A cultura material escolar em trabalho e educação. A memória fotográfica de sua transformação. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 23, n. 46, p. 37-72, jul./dez. 2009.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimônio Material de La Escuela e História Cultural. **Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 13 – 28, jul. / dez. 2010.
- GROTTI, Giane Lucélia; CARVALHO, Mark Clark Assen. Gênese e demarcações históricas sobre a escola/ patrimônio da educação infantil em Rio Branco. **Revista Humanidades e Inovação**. V.8, n.32, 2021.
- PASQUINI, Adriana Salvaterra; TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. Historiografia da educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. In: **Revista Interfaces Científicas - Educação**. Aracaju: vol. 2, nº 3, p. 257-267, jun, 2010.
- PAULILO, André Luiz. A cultura material da escola: apontamentos a partir da história da educação. **Rev. Bras. Hist. Educ**, v.19, 2019.
- SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: **Cortez**, 2007. p. 163-189.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História de Educação**, vol. 5, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares**. In: Currículo sem Fronteiras, v. 9, n. 1, p. 25-41, jan/jun. 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas de leitura na escola brasileira dos anos de 1920 e 1930. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VINAO Frago, A. (1998). **Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões**. In A. Viñao Frago & A. Escolano. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa (p. 59-151). Rio de Janeiro, RJ: DP&A.



# EIXO 3

---

## PARA DAR A VER: IMPRENSA E FOTOGRAFIAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

## *A fotografia como fonte para a reconstrução do museu histórico escolar: o caso do Instituto de Educação do Paraná*

*Rochele Allgayer<sup>1</sup>*  
*Francesca Davida Pizzigoni<sup>2</sup>*

### *Introdução*

**Figura 1** – Sala de aula do Instituto de Educação do Paraná<sup>3</sup>



**Fonte:** Instituto de Educação do Paraná entre 1930 e 1950

1 - UFPR. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: allgayer.rochele@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1311956616701827>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2728-1370>

2 - UNITO. Torino, Itália. E-mail: francescadavida.pizzigoni@unito.it. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6475373068487239>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9117-4027>.

3 - Não há informações precisas sobre o ano em que imagens do acervo foram feitas, mas segundo o Instituto de Educação do Paraná (IEP) seria entre os anos 1930 e 1950. Agradecemos a profissional Marli Freitas, funcionária da escola por mais de 30 anos, que nos acompanhou em uma visita ao acervo fotográfico, bem como às demais dependências do IEP.

A imagem acima é do acervo de fotos do Instituto de Educação do Paraná e provoca reflexões voltadas a pensar o interior da escola, de uma sala de aula e seus artefatos como lousas, mesas, carteiras, equipamentos, brinquedos entre outros que se inserem no âmbito da cultura material escolar. Também sugere a ideia de um museu escolar localizado no interior da própria sala. Na memória das escolas, as fotos registram os alunos, os professores, o prédio escolar, os gabinetes, as atividades práticas, os objetos de ensino, as datas importantes e vão compondo álbuns em pequenos ou grandes acervos de imagens que se configuram em memórias daquela instituição. Tais imagens representam potentes fontes que podem ser reveladoras das práticas escolares, da organização do espaço e dos objetos utilizados em sala.

A composição material escolar ganhou mais espaço no final do século XIX. Importante ressaltar que este foi um tempo marcado por algumas transformações como a urbanização das cidades, o crescimento demográfico, caracterizado também pela construção de novos prédios escolares, o surgimento de novos materiais escolares, o desenvolvimento da pedagogia moderna e, não menos importante, o estabelecimento de um mercado industrial. Na obra *Cultura Material Escolar: Fontes para a História da Escola e da Escolarização Elementar (MA, SP, PR, SC e RS 1870-1925)* os autores fornecem elementos importantes sobre o tema.

Dos museus escolares do século XIX à lousa eletrônica do século XXI, uma ampla gama de materiais invadiu o universo da escola e nela passou a ter assento. Testemunham concepções pedagógicas concorrentes, assim como diferentes expectativas sobre o lugar social da escola e da escolarização, partilhadas por distintos grupos e construídas a partir dos interesses mais diversos que se estendem das reivindicações de camadas sociais a demandas estatais e de grandes conglomerados comerciais e industriais. Ao mesmo tempo, essa materialidade é apropriada diferentemente pelos sujeitos escolares em seus vários níveis hierárquicos e posições institucionais; e produz efeitos, por vezes inesperados. Captar esses movimentos possibilita, no estudo da escola, manifestar a complexidade das relações sociais (CASTRO, VIDAL, PERES, SOUZA, SILVA, p.25).

O termo cultura material refere-se à relação dos homens com os objetos. Rosa Fátima de Souza (2007, p.169) amplia esta lente e lembra que “é preciso ter em vista que os artefatos são produtos do trabalho humano e apresentam duas facetas: eles têm uma função primária (uma utilidade prática) e exercem funções secundárias, isto é, simbólicas.” Nesse sentido pode-se inferir que os artefatos inseridos, devidamente representados pela sua materialidade na educação, funcionariam como mediadores das atividades humanas e do ensino e aprendizagem.

O uso dos objetos de ensino no espaço escolar ocorre desde o século XIX e pode ajudar a pensar sobre os projetos modernizadores da educação brasileira. Conforme Katya Braghini (2017) “a ideia de obtenção do conhecimento por meio da experiência direta com a chamada “realidade” passou a elencar o objeto, ou as “coisas” como recursos imediatos e meios profícuos para que fosse executado o ato de ensinar” (p.67, grifos da autora). Ainda no decorrer do XIX, difundiu-se a ideia de que a escola era um equipamento social que poderia ser utilizado para alavancar o progresso, para modernizar e propor mudanças sociais.

### *Ler e decifrar as imagens: um desafio para o historiador*

A foto propõe um novo tipo de ver as coisas, a partir do olhar do outro. Ela é uma representação da realidade daquele momento. Ao pensar nas fotografias como fonte recorreremos a Burke que as considera como uma testemunha ocular valiosa com potencialidade para o estudo da cultura material porque “elas podem revelar artefatos do passado e como tais objetos eram usados”, (BURKE, 2004, p. 121 e 122). Boris Kossoy (2014) afirma que toda a fotografia representa uma interrupção do tempo e, portanto, da vida”. Para Jacques Aumont (1995) o olhar não é simplesmente ver, apreender, pelo sentido da visão, a realidade. Olhar é interpretar. É, a partir de uma fotografia, compreender a conjunção de olhares que a construiu. Investigar no visível tudo o que é aparente e tudo o que é invisível. Na mesma linha, Vilém Flusser (1985, 2007) nos atenta que “o deciframento de fotografias

é possível, porque, embora inseparáveis, as intenções do fotógrafo e do aparelho (...) as fotografias são imagens técnicas que transcodificam conceitos em superfícies”.

Sobre o mundo-imagem, Susan Sontag (p.172) afirma “a fotografia é de certa forma uma aquisição...temos numa foto uma posse vicária sobre pessoas e objetos”. Sontag aponta a interação entre fotografia e cotidiano como uma relação estabelecida. Para a autora, a fotografia tornou-se parte fundamental dos ritos sociais. Nesse sentido destacam-se os estudos de Rosa Fátima de Souza (2001) e Rachel Abdala (2013) entre outros. Souza (2001) apresenta uma leitura de fotografias escolares, explorando um acervo de 55 fotografias, analisando 4 categorias denominadas arquitetura escolar, classes de alunos, corpo docente e atividades escolares. Rachel Abdala, investigou a Reforma Educacional de Fernando de Azevedo no Distrito Federal (anos 20 e 30) e evidencia como as imagens produzidas pelos fotógrafos oficiais Augusto Malta e Nicolas Alagemovits, podem ter contribuído para a representação da chamada Escola Nova no período republicano.

Ao escrever sobre imagens como fontes, Burke sustenta que elas são como uma testemunha ocular valiosa com potencialidade para o estudo da cultura material porque “elas podem revelar artefatos do passado e como tais objetos eram usados”, (BURKE, 2004, p. 121 e 122). Depreendem-se dessas leituras, a potencialidade do uso das fotografias no estudo da história. Ainda, segundo Ulpiano de Meneses o objeto age como mediador da memória e a peça física não é autônoma, não conta sua história apenas pela sua condição material.

As imagens não têm sentido em si, imanentes. Elas contam apenas — já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas — com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar. Daí não se pode limitar a tarefa à procura do sentido essencial de uma imagem ou de seus sentidos originais, subordinados às motivações subjetivas do autor, e assim por

diante. É necessário tomar a imagem como um enunciado, que só se apreende na fala, em situação. Daí também a importância de retrair a biografia, a carreira, a trajetória das imagens. (MENESES, 2003, p.28)

Nessa esteira, tentamos aqui refletir sobre que sinais a biografia de um objeto documento poderia trazer para a pesquisa da memória e cultura material na esfera da educação? Caberia aos pesquisadores buscarem nos artefatos os sentidos e significados, os sujeitos que os produziram e as narrativas e discursos produzidos sobre o objeto. “Para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los ‘em situação’, nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social”, (MENESES, 1998, p. 92). A partir disso, o que as fotos de um acervo escolar podem revelar?

*Escola Normal, Instituto de Educação do Paraná, Palácio da Instrução... tantos nomes em mais de um século de história*

**Figura 2** – Escola Normal de Curitiba



**Fonte:** Acervo Lysimaco Ferreira da Costa

A instituição foi criada em 12 de abril de 1876, com o nome de Escola Normal<sup>4</sup> pela Lei n.º 456, que criou a Escola Normal e o Instituto Paranaense (antigo Liceu e, posteriormente, Ginásio Paranaense), durante o governo de Adolpho Lamenha Lins. “Ambos os cursos funcionavam na rua Ébano Pereira, entre as ruas Saldanha Marinho e Cruz Machado. Em 1922, a Escola Normal<sup>5</sup> passa a ter instalações próprias. O governador Dr. Caetano Munhoz da Rocha entrega o prédio do atual Instituto de Educação do Paraná, que recebeu o nome de Palácio da Instrução” (IWAYA, 2000, p.7). As instalações foram inauguradas no dia 7 de setembro de 1922, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. Em 1923, depois de inaugurado o novo prédio da Escola Normal, “Lysimaco Ferreira da Costa atuou como diretor, transformando-a em Escola Normal Secundária dando continuidade ao plano da reforma da instrução pública, iniciada em 1920” (MIGUEL, 1997, p.34).

Durante este mesmo período, a figura do educador Lysimaco Ferreira da Costa<sup>6</sup> (1883-1943) destaca-se na área da educação quando dirigiu o Ginásio Paranaense e a Escola Normal de Curitiba. Como Inspetor Geral da Instrução

---

4 - A escola passou por várias denominações: Escola Normal (1876); Escola Normal Secundária (1923); e Escola de Professores (1936). O nome de Instituto de Educação do Paraná viria se tornar oficial apenas em 1946. Tornou-se posteriormente Instituto de Educação Prof. Erasmo Piloto, em 1992, e Instituto de Educação do Paraná Prof. Erasmo Piloto no ano seguinte. Fonte: [patrimoniocultural.pr.gov.br](http://patrimoniocultural.pr.gov.br)

5 - A Escola Normal foi a principal referência em termos de formação de professores de séries iniciais do Paraná. O Instituto de Educação, mesmo oferecendo vários outros cursos como pré-escolar, curso primário, curso ginásial, curso de administração escolar e mais tarde os cursos adicionais, tornou-se sinônimo de escola de magistério. Diante de uma instituição com uma longa trajetória histórica e com um significado não somente social e cultural, mas também afetivo para várias gerações de mulheres e homens que por ali passaram como discentes e/ou docentes, torna-se difícil não reconhecer a importância do I.E.P. no contexto educacional do Estado. Ao longo de mais de um século de existência, imprimiu sua marca em milhares de professores, sendo que importantes nomes da educação paranaense tiveram passagem por esta instituição. Durante muito tempo, a maioria dos professores das escolas primárias do Estado foram formados por este estabelecimento de ensino, seja de forma direta ou indireta, pois a rede de Escolas Normais (Regionais e/ou Secundárias) que aos poucos foi se estendendo por vários municípios paranaenses constituía se em desdobramento dela própria, através dos professores que ali se formaram. Fonte: Ver o trabalho de Marilda Iwaya denominado Palácio da Instrução: Representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940 – 1960), 2000.

6 - Lysimaco Ferreira da Costa foi educador, reformador e político no cenário educacional, no final do século XIX e início do século XX. Pertenceu a várias sociedades relacionadas à Educação: Instituto Brasileiro de Filologia (RJ); Associação Brasileira de Educação-ABE(RJ), Associação Paranaense de Educação (PR), Sociedade Brasileira de Educação (RJ), Liga Pedagógica do Ensino Secundário(RJ), Instituto Nacional de Ciência Política (RJ), Instituto Científico de Estudos Corporativos (RJ), Sociedade Amigos de Alberto Torres (RJ), Centro Dom Vital (RJ), Instituto de Engenharia do Paraná (PR), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústria Rurais (Niterói- RJ), Bureau Internacional de Educação – Instituto Jean Jaques Rousseau (Genebra-Suíça), Academia de Letras do Paraná (PR) Sociedade Magnética da França (Paris) segundo (Costa, 1987).

Pública foi responsável pela criação de uma nova organização e estrutura da Escola Normal, que passou a se chamar Escola Normal Secundária. Ainda foi responsável por realizar em Curitiba, a I Conferência Nacional de Educação, trazendo para o evento educadores de todo o país.

O cenário é a Curitiba dos anos de 1920. O governo do Paraná, representado por Caetano Munhoz da Rocha, propagandeou o progresso que ocorria no estado. Um exemplar dessa tentativa é o filme “*Pelo Paraná maior*” (1927)<sup>7</sup>, que publicizou o estado como grande exemplo de civilização e de desenvolvimento social. Era a retórica do ideal de progresso exibido na tela. Esse filme foi produzido para ser exibido na Exposição do Segundo Centenário Cafeeiro do Brasil, na cidade de São Paulo, em 1927. Um dos temas exibidos na película foi a construção de novos prédios públicos e documentou ampliação de novas estradas. Na área da educação, as imagens da infraestrutura escolar destacaram o cotidiano dos grupos escolares e das Escolas Normais de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa. Apesar do filme documentário Pelo Paraná Maior ter sido exibido oficialmente, em sua primeira sessão, no dia 5 de novembro de 1927, às 20hs, no salão de projeções da Exposição do Café de Rezende, em São Paulo, nada impede que partes dele possam ter sido exibidas anteriormente como material para mostrar o Paraná (ALLGAYER, 2020).

Segundo o jornal Diário da Tarde datado de 27 de agosto de 1927, Lysimaco Ferreira da Costa, então inspetor geral do ensino no Paraná e Delegado do Estado no Congresso do Café, a pedido da Associação Brasileira de Educação (ABE) realizou uma conferência sobre os “Aspectos do ensino paranaense”. Nesta apresentação Lysimaco exibiu o filme que mostrava entre outras coisas as Escolas Normais de Curitiba, Ponta Grossa e de Paranaguá “causando especial sensação na assistência o aspecto das crianças paranaenses e o museu escolar da Escola Normal Secundária” (Diário da Tarde<sup>8</sup>, 27/08/1927). Lysimaco tratou do

---

7 - Alguns outros trabalhos que investigaram o filme Pelo Paraná Maior: CORREIA PUPPO (2015); ALLGAYER (2020) e VIEIRA D.M.; ALLGAYER, R. (2023).

8 - Diário da Tarde – A instrução pública no Paraná disponível na Hemeroteca Nacional Digital no link: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/32653>

ensino secundário, das funções dos lentes professores das escolas normais, dos cursos geral e especial e seus magníficos resultados; do ensino de psicologia e pedologia: do ambiente educativo da Escola Normal Secundária; da metodização da lição segundo o regime herbaciano, suas vantagens no ensino secundário e seus inconvenientes no primário: do método funcional de educação e dos passos formais da lição sob este aspecto educativo definiu de modo especial o interesse infantil, citando para este fim interessantes experiências feitas no Paraná de Pedagogia experimental do método de projetos segundo Kilpatrick e Woodhull: da função social da escola, depois dos trabalhos de Decroly e dos irmãos Dewey e Aguayo (DIÁRIO DA TARDE, 27/08/1927).

Segundo Lysimaco, no Paraná, a vida na escola girava em torno do aluno falando sobre métodos e processos atraentes e eficazes no ensino e na vida na escola. Em documentos intitulados Mensagens de Governo<sup>9</sup>, assinados pelo presidente do estado Caetano Munhoz da Rocha, entre os anos de 1927 e 1928, encontram-se descritos os investimentos realizados na Instrução Pública do estado. No texto de 1927, o governo aponta que atendeu amplamente à difusão do ensino no estado.

Foram devidamente providas de excelente mobiliário e material de ensino os jardins de infância, os grupos e as casas escolares, as escolas isoladas e as complementares, que necessitavam desse aparelhamento. Encomendaram-se na Europa os laboratórios de física, química e história natural, destinados às três escolas normais do Estado. O museu da Escola Normal da Capital foi consideravelmente melhorado com a organização de uma secção de preparação e enriquecido de numerosas espécies paranaenses. Providenciou-se a aquisição de duplicadores para a Escola Normal Secundária, a fim de serem impressas as lições de psicologia, pedagogia, metodologia de todas as matérias e disciplinas do curso especial, as de puericultura, de prática e crítica pedagógicas, fazendo-se distribuir gratuitamente os folhetos entre os alunos, à vista da grande dificuldade em obter livros adequados ao curso modo. (PARANÁ, 1927, p. 190 e 191).

---

9 - As Mensagens de Governo são relatórios do presidente do ano findo, apresentados na Assembleia Legislativa e disponíveis nos arquivos públicos. Tais documentos descrevem as ações realizadas pelo governo.

O mesmo documento indica a aquisição de material registrando que o Ginásio Paranaense e a Escola Normal receberam novo mobiliário adequado para o ensino do desenho e aguardam a chegada dos novos gabinetes e laboratórios de física, química e História Natural encomendados da França (Paraná, 1927, p.214). Aqui nos interessa pensar sobre o Museu Escolar da Escola Normal Secundária. A que tipo de museu se referiu Lysimaco? Como ele era? Qual sua proporção? Que tipo de objetos? Era uma sala separada para o museu? Ou era uma sala de aula em que também havia um espaço para o museu?

A ideia de museu escolar e/ou pedagógico insere-se na representação da modernidade intelectual brasileira, decorrente da participação da Exposições Universais, do contato com as publicações e de visitas aos estabelecimentos estrangeiros” (BASTOS, 2005, p. 123-124). Um extrato do relatório que tratava da Instrução Pública do Império, com data de 1879, publicado na imprensa do Rio de Janeiro<sup>10</sup> já sinalizava que

nos lugares onde houver escolas normais deverão ser instituídas bibliotecas e museus pedagógicos, onde os alunos-mestres possam ver e familiarizar-se com todos os livros, quadros, móveis e mais objetos destinados aos estabelecimentos de instrução, conforme os diferentes sistemas e métodos (O APÓSTOLO, 4/04/1879).

Uma correspondência<sup>11</sup> vinda de Paris para o Governo de Curitiba, com data de 9 de fevereiro de 1927, confirma que “as encomendas feitas pelo Sr. Frederico Perracini de Curitiba são já preparadas e enfiadas em 37 caixas repartidas entre as três escolas normais e o Ginásio Paranaense”. No papel timbrado da carta encontram-se dados do emissor nominado por *SCIENCES PHYSIQUES & NATURELLES - ANATOMIE LIBRAIRIE-MOBILIER & MATÉRIEL SCOLAIRES-LES FILS D'ÉMILE DEYROLLE*. A casa comercial Maison Deyrolle, criada em 1831, em Paris/França, por Jean-Baptiste Deyrolle, produzia

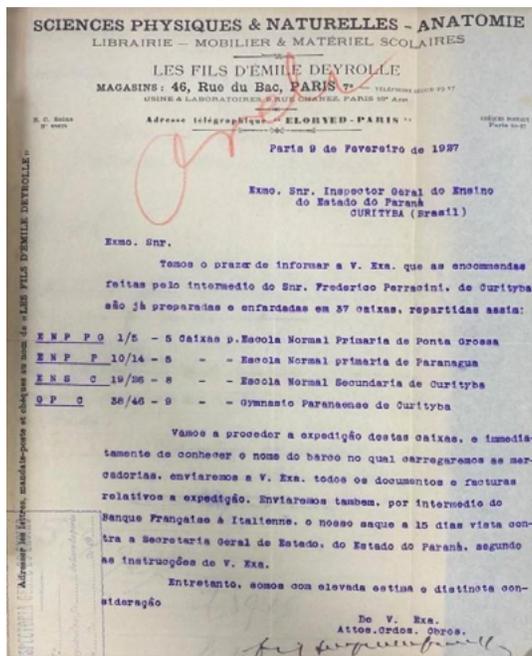
---

10 - Ver O Apóstolo. Texto do Ministério do Império com o Extrato do Relatório que trata da Instrução Primária em 1879, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/5973>

11 - Embora tenha sido realizada uma minuciosa pesquisa no Arquivo Público do Paraná (DEAP), ainda não foi encontrada a documentação referente à chegada do material via barco conforme relata a carta.

materiais e coleções pedagógicas. Deyrolle comercializou o seu material educativo no final do século XIX não apenas na França, mas em 120 países diferentes<sup>12</sup>. A casa era especializada em taxidermia e na venda de coleções para o ensino de História Natural. A empresa francesa Maison Deyrolle, começou a editar suas pranchas escolares, o Musée Scolaire Deyrolle, em 1861, sob a administração do naturalista Emile Deyrolle. O governo tornou-se o principal comprador desse material. Na década de 1890, as pranchas chegaram ao Brasil. (VIDAL, 2009, p. 10-11)

**Figura 3** - Correspondência da casa comercial Maison Deyrolle para o inspetor geral de ensino do Paraná



Fonte: AP 2235, 1927. DEAP

12 - Deyrolle. Disponível em: <https://www.deyrolle.com/histoire/historique-de-la-maisondeyrolle/naissance-la-famille-deyrolle>.

Quem era o professor Frederico Perracini citado na correspondência que confirma a compra e envio de materiais da Deyrolle para Lysimaco Ferreira da Costa, então inspetor geral do ensino no Paraná? O jornal *A República do Paraná*<sup>13</sup> (1920) nos conta que Perracini havia retornado a Curitiba em fevereiro de 1920 para completar o corpo docente da Escola Agrônômica do Paraná<sup>14</sup>, ministrando as aulas de Química Analítica, Química Agrícola e Microbiologia Química. Frederico Perracini nasceu no Distrito de Santa Felicidade (1894), em Curitiba, mudando-se para a Itália aos 9 anos, permanecendo naquele país até os anos de 1920. Ele é diplomado pelo Curso Superior da Escola Real de Viticultura Humberto I, laureado na Régia Escola Superior de Agricultura de Milão. Trabalhou em Alba, no Consorzio Antifillosserico. Era professor de Física, Ciências Naturais e Química, no Instituto Commercial di Cunco. Foi diretor do jornal de agricultura prática chamado *L'Agricoltore Albeze* e publicou vários livros. Além de atuar na educação como professor, Perracini, segundo o *Jornal Correio Paulistano*<sup>15</sup> (1928), era cessionário da *Société Anonime Brevetti Beccari*, com sede em Firenze, com tratativas relacionadas à patente de um sistema de lixo para a cidade de São Paulo e municípios limítrofes. Perracini e Lysimaco atuam no mesmo período na Escola Agrônômica do Paraná e pode-se pensar que Lysimaco interessado em fazer uma compra de materiais para 4 escolas, tenha solicitado a Perracini que fizesse a mediação entre a Deyrolle e a direção da Instrução Pública do Paraná. É interessante perceber que a entrada do material e das coleções pedagógicas Deyrolle tenha sido intermediada por meio de um brasileiro/italiano.

---

13 - República, PR, 03 de fevereiro de 1920. "Regressa da Itália um patricio ilustre", disponível em <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Frederico%20Perracini%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=35178>

14 - A Escola Agrônômica do Paraná, organizada e fundada em 1918 por Lysimaco Ferreira da Costa, também atuou como o primeiro Diretor.

15 - Correio Paulistano. Câmara Municipal, 2ª. Parte – Ordem do Dia - Parecer N.39/1928 – assinatura de contrato da Prefeitura com Frederico Perracini, relativo ao sistema Beccari, para produzir a depuração biológico do lixo, disponível em [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&pesq=%22Frederico%20Perracini%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=29794](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=%22Frederico%20Perracini%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=29794)

## *Nascimento e características do museu escolar*

O museu escolar é uma expressão direta do pensamento pedagógico positivista. Como se sabe, constitui uma mudança profunda em relação ao método tradicional de aprendizagem transmissiva e atribui um novo papel ao aluno, que se torna protagonista ativo das aulas. A didática objetiva, o uso dos cinco sentidos e lições de “coisas” tornam-se, portanto, o método de trabalho que entra na sala de aula a partir da segunda metade do século XIX e que é expressão desse novo pensamento pedagógico (Meda, 2010; Gramado, 2013); Brunelli, 2020). Já que as aulas diárias nesta nova concepção são baseadas na relação direta do aluno com os objetos de aprendizagem, estes objetos devem “entrar na escola”: assim são criadas coleções que são chamadas de “museu escolar”. Este museu é, portanto, um conjunto de objetos destinados a apoiar as aulas, permitindo ver, tocar e entrar em contacto com a representação iconográfica ou tridimensional do conceito que está sendo aprendido. Nesse sentido, como bem definiu Marta Brunelli recentemente em seu volume dedicado ao museu escolar (2020), trata-se de um “dispositivo educativo”. As origens desta ideia de coleção remontam às “lições de coisas” promovidas por Pape Carpentier (1868), mas na realidade o princípio do uso da observação e do contato direto com os objetos têm suas raízes no pensamento pedagógico de Comenius, Pestalozzi, Rousseau, como bem reconstrói Ferdinand Buisson em seu *Dictionnaire de pédagogie et d’instruction primaire* (1887), no qual nos oferece um panorama histórico do nascimento do museu escolar. Em outras palavras, o museu escolar foi por excelência o instrumento que permitiu a aplicação concreta do método objetivo, também denominado intuitivo ou experimental, que exigia que o aluno fosse colocado em relação direta com o objeto fulcro do tópico da aula. Através da observação e da reflexão, o aluno se tornava “professor de si mesmo”.

Parafraseando Vecchia (1882), a “ferramenta do museu escolar” era simplesmente o dispositivo necessário para substituir o antigo método mnemônico pelo método da observação. Em outras palavras, como afirmou Buzzetti (1913): “É o museu que substitui o verbalismo pela realidade [...],

é o museu que transforma a pobre e sombria escolinha do formalismo na escola moderna do realismo experimental”. Se quiséssemos tentar sintetizar de alguma forma as definições dos pensadores-educadores coevos ao desenvolvimento e à afirmação do museu escolar, poderíamos dizer sem medo de contradição que é o instrumento tridimensional que acompanha, aliás, de alguma forma reifica, a mudança de paradigma metodológico que é um espelho do paradigma teórico-pedagógico da época. É um emblema disso, mas é também uma recaída operacional.

Esta coleção foi alojada diretamente nas escolas e consistia em espécimes naturais e artificiais dos três Reinos da Natureza. A esta conformação inicial - que também poderia ser realizada individualmente pelos professores de forma autônoma, por meio da coleta de amostras (sementes, cascas, madeiras, folhas, pedaços de vidro, tecidos, materiais de construção e assim por diante) - logo vão ser acrescentadas ferramentas didáticas e modelos em miniatura produzidos por uma indústria escolar cada vez mais atenta ao nascimento e ao desenvolvimento do museu escolar (VIDAL, 2009; MOEGLIN, 2010; MEDA, 2016; MORANDINI & PIZZIGONI, 2023). A coleção foi planejada para apoiar todas as disciplinas ensinadas na escola, da matemática à história, do desenho às ciências, da linguagem à religião. Por esse motivo não existe uma conformação padrão da coleção que constitui o museu escolar, mas ela baseia-se nas necessidades de cada professor e na sua sensibilidade. Contudo, desde a década de 1880 temos assistido ao desenvolvimento de uma série de publicações dedicadas ao tema do museu escolar e mais especificamente a inventários de museus já realizados ou a guias para professores que pretendam realizar um (SENET, 1896; PIZZIGONI, 2023). Estas publicações nos permitem hoje conhecer algumas coleções e assim reconstruir o aspecto e a composição de alguns destes museus. Em particular, eles testemunham-nos como - ao contrário do que o termo “museu” nos leva a pensar hoje - não se trata de salas inteiras onde os objetos didáticos são expostos, mas de armários onde são guardados ou até mesmo de caixas didáticas com amostras e com objetos em miniatura, como nos mostram, por exemplo, os museus escolares propostos pelas empresas Durignon, Paravia, Vallardi, Delagrave, Nathan, Garcet e Sistus.

Uma vez esclarecido que o termo “museu escolar” significa uma coleção didática que pode ter uma conformação diferente e, também, uma “forma” diferente (armário, caixa, vitrines...) é também oportuno sublinhar a profunda diferença entre um museu escolar e um museu pedagógico. Embora se desenvolvam no mesmo período, a sua função (e consequentemente a sua coleção e a sua localização) é profundamente diferente. De fato, o museu pedagógico não foi concebido para o ensino diário em sala de aula, mas para a formação dos professores: era um local de recolha e estudo de materiais de apoio, manuais, modelos de mobiliário e normas de todo o mundo, disponíveis para a formação em serviço da classe docente e gestora ligada ao mundo da escola, visando mostrar inovações no campo dos estudos pedagógicos, didáticos e normativos relacionados ao tema da educação e da educação como um todo.

Durante muitos anos houve uma certa confusão terminológica entre museu pedagógico e museu escolar (este último também denominado museu educativo ou museu escolar), o que não tem facilitado a transmissão da identidade clara do próprio museu escolar (NITSH, 2001; BERRIO, 2002; PETRY & GASPAS, 2013).

Como já mencionado, apresenta-se como uma coleção de amostras naturais e artificiais e de ferramentas e objetos didáticos que visam, como já citado a colocar concretamente sob o olhar dos alunos os conceitos tratados nas aulas diárias. Os objetos podiam, portanto, ser retirados dos armários e mostrados diretamente aos alunos que também podiam tocá-los, manipulá-los, desmontá-los e, principalmente, observá-los de perto.

A adoção destes museus escolares em escolas de diferentes níveis escolares (do ensino fundamental ao médio) torna-se habitual em todos os países<sup>16</sup> e desenvolve-se por mais de cinquenta anos, indo nas décadas de vinte e trinta do século XX viver um segundo momento de forte crescimento

---

16 - É oportuno recordar como a difusão internacional do museu escolar também se dá graças às Exposições Universais nas quais os representantes dos vários países puderam entrar em contacto com conhecimentos educativos e pedagógicos, inovações e observar os produtos apresentados pelas diversas empresas da nova indústria escolar. Essas ocasiões tornam-se um momento em que se criam trocas, relações recíprocas e “importações” entre um país e outro, capazes de influenciar a divulgação de acervos educacionais em diferentes países (GROSVENOR, 2005; LAWN, 2009; LAWN & GROSVENOR, 2009; VIDAL, 2009; ESCOLANO, 2012; ALCANTARA, 2023; GASPAS DA SILVA, DE SOUZA 2018).

e difusão (BOYER, 2011). Em particular, vale a pena especificar que o museu escolar passou a assumir um papel especial - ou melhor, duplo - nas Escolas Normais destinadas à formação de professores: não era apenas utilizado nas aulas diárias dos alunos, mas também para lhes ensinar como utilizar o museu escolar como ferramenta de trabalho no seu futuro profissional. Um tipo de abordagem aos objetos didáticos para conhecê-los a fundo e saber utilizá-los durante uma aula que futuramente os alunos da escola Normal, ao se tornarem professores, utilizarão com seus alunos. Devido a esta dupla função, muitas vezes os museus escolares presentes nas Escolas Normais são também chamados museus pedagógicos que se destinam precisamente à sua função de formação de futuros professores: esse é o caso, por exemplo, do museu da escola Normal masculina de Caserta (CHIAIA, 1879) ou do museu pedagógico e escolar de Gênova (PIZZI, 1883).

É evidente que o caso do museu escolar presente numa escola Normal e que, portanto, também desempenha de alguma forma o papel do museu pedagógico, contribui para criar mais um motivo de confusão com relação aos limites claros das características e definições de cada uma das duas categorias de museu, o escolar e o pedagógico. Se, como já foi bem identificado (NUZZACI, 2002; BOYER, 2009; LINARES, 2012) o museu pedagógico também possui uma seção dedicada à biblioteca pedagógica internacional, coleciona leis e revistas educacionais de outros países, publica um “jornal” do próprio museu e realiza uma série de conferências, muitas vezes até mesmo criando comitês de trabalho temáticos, então podemos afirmar que no caso das coleções das escolas Normais nas quais geralmente faltam todas estas características identitárias, então a sua coleção pode ser considerada muito mais próxima do museu escolar do que do museu pedagógico.

### *O museu escolar do Instituto de Educação do Paraná reconstruído por meio de fontes fotográficas*

A documentação fotográfica histórica atualmente conservada no Instituto de Educação do Paraná nos permite reconstruir - pelo menos em

parte - a coleção didática original deste Instituto das primeiras décadas do século XX. Esta é uma oportunidade muito significativa no que diz respeito à investigação histórico-educativa, pois é raro ter fotografias de museus escolares: estas imagens eram geralmente produzidas apenas em Institutos de certo prestígio, muito históricos, com um papel central no sistema educacional de uma cidade ou um país. Ou por ocasião de aniversários especiais da vida escolar, de visitas institucionais muito importantes ou mesmo por ocasião da criação de álbuns para participação em Exposições nacionais ou internacionais. No caso do Instituto de Educação do Paraná, essas fotografias são atualmente mantidas como parte da iniciativa do Centro de Memória que a escola criou para preservar e valorizar sua história, mas não são datadas ou atribuíveis com certeza a nenhum evento específico. Conforme reconstruído pelos representantes do Centro de Memória, as fotos foram tiradas por volta das décadas de 1930 e 1950.

No geral, são apenas algumas imagens, cinco ao todo, que nos oferecem um corte transversal de algumas salas de aula onde se encontravam os materiais do museu escolar e permitem-nos assim reconstruir a modalidade expositiva. No entanto, importa sublinhar que aquilo que podemos apreciar nas fotografias e que podemos, portanto, tentar reconstruir, não coincide com o museu escolar inteiro, mas presumivelmente apenas com uma parte dele, fruto das escolhas do enquadramento do fotógrafo que selecionou algumas partes. Da mesma forma, não podemos sequer afirmar com certeza, que outras fotos de outras partes do material não foram perdidas. Por esse motivo, vale ter em mente que o que vamos tentar reconstruir por meio das fotos não coincide com o patrimônio real que a escola possui num determinado período histórico, mas com a parte dele que pode ser identificada por meio de fotografias e, além disso, por meio daquelas fotografias que chegaram até nós. Há, portanto, dois tipos de filtros que se intercalam entre o verdadeiro patrimônio educativo da escola na década de 1930/1950 e o que hoje podemos reconstruir por meio das fotografias: o olhar subjetivo do fotógrafo e a ação do tempo que selecionou quais imagens chegaram até nós (lacuna à qual se acrescenta a ausência de um arquivo histórico escolar que nos forneça um

inventário preciso dos objetos possuídos no passado ou documente a sua presença).

O enquadramento das fotografias à nossa disposição não nos permite apreciar nem as vitrines individualmente, nem os objetos específicos, mas apenas oferece-nos uma visão geral. Consequentemente, não é possível extrapolar dados sobre o fabricante ou o vendedor dos diversos materiais educativos retratados nas imagens apenas com base nas fotografias. Ao mesmo tempo, justamente pela observação do mesmo dado relativo ao ângulo escolhido, entendemos que o propósito original dessas imagens não era documentar a coleção escolar ou uma atenção específica nela, mas sim uma celebração geral da escola, da qual simplesmente a coleção didática representava uma parte de sua dotação. As fotografias permitem-nos apreciar como o Instituto foi equipado com várias salas disciplinares organizadas em forma de salas de laboratório nas quais em torno de uma parte central ocupada por carteiras, havia vitrines expositivas dispostas na parede com objetos contidos dentro e fora delas.

**Figura 4** – Sala de aula Instituto de Educação do Paraná



**Fonte:** Instituto de Educação do Paraná

A sala de aula dedicada à aprendizagem de geografia e astronomia era equipada com globos terrestres de diferentes tamanhos, incluindo, como parece ser evidente na foto, até alguns em relevo. Nas paredes estavam pendurados mapas geográficos representando os vários continentes e um globo, mas a coleção de cartas geográficas de parede era muito mais numerosa do que os pendurados, como pode ser visto pelos suportes portamapas enrolados e encostados na parede (neste caso é a conformação mais tradicional desse suporte e não, por exemplo, o rolo automático feito de acordo com o sistema Weekes que permite pendurar várias cartas de parede ao mesmo tempo, para serem desenrolados conforme a necessidade, que já estava disponível no mercado desde o início do século XX). Existe também um telúrio, utilizado para a demonstração e a explicação de fenômenos astronômicos terrestres e lunares e suas relações em referência ao sol. Dentro das vitrines parece ser possível ver maquetes de barcos e preparações histológicas de crânios humanos.

**Figura 05** – Laboratório de zoologia no Instituto de Educação do Paraná



**Fonte:** Instituto de Educação do Paraná

A seção do acervo dedicada à ciência parece estar dividida em uma sala de aula de anatomia humana e animal e uma segunda dedicada ao “laboratório de zoologia”, conforme legenda escrita a lápis na parte inferior da imagem.

**Figura 6** – Laboratório de zoologia do Instituto de Educação do Paraná



**Fonte:** Instituto de Educação do Paraná

**Figura 7** – Laboratório de zoologia do Instituto de Educação do Paraná



**Fonte:** Instituto de Educação do Paraná

A seção da coleção dedicada à ciência parece estar dividida em uma sala de aula de anatomia humana e animal e uma segunda dedicada ao “laboratório de zoologia” (conforme legenda escrita a lápis na parte inferior da imagem). Na realidade, existem duas fotografias diferentes desta última que, em conjunto, permitem-nos observar a quase totalidade das vitrines desta seção, além de observar que foi organizada como um verdadeiro museu e não como uma sala de aula de laboratório. De qualquer forma, esta parte da coleção classificada como a de zoologia, continha animais taxidermizados, preparações osteológicas e preparações em líquido. Não faltam caixas com preparados entomológicos, modelos de anatomia vegetal e amostras de peles secas.

Na aula de anatomia, por outro lado, são observadas várias preparações osteológicas, incluindo crânios e um esqueleto humano inteiro acompanhado de outras seções de osteologia humana, mas mesmo aqui não faltam preparações em líquidos e animais taxidermizados. Conforme mencionado, o nível de definição das fotografias históricas não nos permite identificar as empresas fornecedoras dos materiais. No entanto, se cruzarmos as referências do que pode ser visto na fotografia com os objetos educacionais históricos ainda preservados no Instituto atualmente, parece que o esqueleto humano e a relativa vitrine visível nas imagens foram preservados até hoje. Se esse for o caso, a presença da placa original neste material didático identifica o nome do fornecedor no Instituto Auxiliar Científico de Curitiba. Por outro lado, não existem mais etiquetas com o nome do fabricante de objetos educacionais históricos, como os modelos tridimensionais de células e um modelo modular de mandíbula cuja datação é compatível com a das fotografias.

**Figura 8** – Objetos de estudo do Instituto de Educação do Paraná



**Fonte:** Acervo pessoal das autoras.

### *Apontamentos finais*

O uso da fotografia como fonte de pesquisa histórico-educativa certamente representa uma chave interpretativa potencializada pela representação visual do objeto de pesquisa. De fato, ela permite “ver” o próprio objeto, mas também a sua localização, ajudando assim a fundamentar teorias sobre o seu papel, a sua utilização, a sua correlação com outros elementos do mesmo contexto e assim por diante. Ao mesmo tempo, quando se utiliza a fotografia, é sempre necessário lembrar que se trata de uma mediação, ou seja, de uma fonte realizada por um sujeito que, através de seus próprios cânones subjetivos e, às vezes, por mandatos institucionais (fotografias que recebem uma tarefa para fins específicos) e que, portanto, o que a “fonte-fotografia” pode nos oferecer é sempre uma representação do patrimônio histórico-educativo de uma escola e não do patrimônio em si. O artigo também confirma como, onde há integração entre diferentes tipos de fontes (neste caso documentos de arquivo), a capacidade “reveladora” da fotografia

umenta consideravelmente, pois por um lado oferece uma vantagem e, por outro, tira proveito de fontes diferentes, potencializando a capacidade de trazer à luz elementos úteis para a pesquisa.

Este artigo, em seu específico caso de estudo que abordou, o Instituto de Educação do Paraná, procurou trazer à luz uma parte até então desconhecida do patrimônio histórico-educativo das escolas de Curitiba, reconstruindo parte da história de um museu escolar rico e articulado e da sua presença em uma das instituições históricas da cidade. Este exemplo contribui para enfatizar as inúmeras possibilidades de descoberta e de aprofundamento que oferecem o tema do museu escolar e as coleções históricas educacionais, permitindo - tanto através de pesquisas diretamente nos institutos individuais, quanto por meio de pesquisas nos arquivos municipais ou estaduais - agregar conhecimentos sobre esse tema ainda relativamente pouco investigado. Contribuir para um tema tão atual é direcionar o olhar para potenciais pesquisas futuras.

### *Referências bibliográficas*

ABDALA, Rachel Duarte. **Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966)**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04112013-113939/pt-br.php>. Acesso em 10/06/2020

ALCANTARA, W. R. (2023). Por terras e mares. **Revista Brasileira De História Da Educação**, 23(1), e268. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e268>

ALLGAYER, Rochele. **As Exposições e Eventos nas Conferências Nacionais de Educação: um repertório pedagógico para se dar a ver (1927 - 1956)**. Dissertação de Mestrado. PPGE/UFPR. Curitiba, 2020.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Tradução Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro, 2a. ed., Campinas, SP, Papirus, 1995 (Coleção ofício de arte e forma).

BERRIO, Julio Ruiz. Pasado, presente i porvenir de los museos de educación. In: ESCOLANO BENITO, Augustin; HERNANDEZ DIAZ, José Maria (eds.), **La memoria y el deseo. Cultura de la escuela y educación deseada**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2002, pp. 43-65.

BOYER, Myriam. **Les collections et les muséographies des musées de l'école et de l'éducation en Europe. Étude comparative a partir d'exemples significatifs.** Doctorat spécialité Histoire des techniques - Muséologie du Conservatoire national des Arts et Métiers, 2009.

BOYER, Myriam. Les musées de l'école et de l'éducation: un champ muséal quantitativement significatif mais difficile à cerner. **Muséologies**, v. 52, p. 104-129, 2011.

BRAGHINI, Katya. O que os instrumentos científicos nos contam sobre a educação dos sentidos, na passagem do século XIX para o século XX?" IN: BRAGHINI, Katya, MUNAKA Kazumi e OLIVEIRA, T.A Marcus (organizadores) **Diálogos sobre a história da educação dos sentidos e das sensibilidades.** Curitiba: ED.UFPR, 2017.

BRUNELLI, Marita. **Alle origini del museo scolastico. Storia di un dispositivo didattico al servizio della scuola primaria e popolare tra Otto e Novecento.** Macerata: EUM, 2020.

BUISSON, Ferdinand. **Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire.** Paris: Hachette, 1887.

Burke, P. (2004). **Testemunha ocular: história e imagem** (Vera Maria Xavier dos Santos, trad.). Bauru, SP: Educs.

BUZZETTI, Dino. **Il Museo scolastico. Le raccolte didattiche nelle scuole del Comune di Monselice.** Minerbio: Tipografia Bevilacqua, 1913.

CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos** (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). São Luis: EDUFMA, Café & Lápis, 2011

CHIAIA, Giuseppe. **Notizie, catalogo e regolamento del Museo pedagogico provinciale Salvatore Pizzi.** Caserta: G. Nobile, 1879.

CORREIA, A. P. P. (2015). **"Pelo Paraná maior" - as representações da arquitetura nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, segundo os documentários do início do século.** In Anais do 1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade (p. 60-75). Porto Alegre, RS.

COSTA, Maria José Franco Ferreira da. **Lysimaco Ferreira da Costa (a dimensão de um homem)** Curitiba: UFPR, 1987.

ESCOLANO, Antonio Benito. La Educación en las Exposiciones Universales. Cuestiones Pedagógicas, v. 21, p. 149-170, 2012. The material turn in the History of Education della rivista «Educató i història: Revista d'història de l'educació», n. 38, 2021.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia.** São Paulo: Hucitec, 1985.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. Organizado por Rafael Cardoso.** Trad. Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

GASPAR DA SILVA Vera Lucia, DE SOUZA Gizele, Oggetti di utilità pratica per la scuola elementare: musei pedagogici e scolastici in dibattito, in GASPAR DA SILVA Vera Lucia, DE SOUZA Gizele, CASTRO Cesar Augusto (eds.), **Cultura materiale della scuola in prospettiva storica: scritture e possibilità**, tomo II, São Luís, EDUFMA, 2023, pp. 173-203

Historiografia da Educação) - Universidade Federal do Paraná

INNOCENTI GHINI, Francesco. **Il civico museo pedagogico e scolastico di Genova diretto dal prof. F. Innocenti-Ghini.** Genova: tipo-litografia dei fratelli Pagano, 1883

IWAYA, Marilda. **Palácio da Instrução: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940 – 1960)**, 2000.

KAHN, Pierre. **La leçon de choses: Naissance de l'enseignement des sciences à l'école primaire.** Villeneuve d'Ascq cedex: Presses Universitaires du Septentrion, 2020.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História.* 5.ed. São Paulo. Ateliê Editorial, 2014

LAWN, Martin, GROSVENOR, Iam (eds.). **Materialities of Schooling: Design, Technology, Objects, Routines.** Oxford: Symposium Books, 2005.

LAWN, Martin (ed.). **Modelling the Future: exhibitions and the materiality of education.** Oxford: Symposium Book, 2009.

LAWN, Martin, GROSVENOR, Iam (eds.), **The Making of School Modernities. Education in World Exhibitions.** Oxford: Symposium Books, 2009.

LAWN, Martin. Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 222–243, 2013.

LINARES, Maria Cristina. Educar con los objetos. Museos pedagógicos en la historia de la educación argentina (1880-2009). **Tesi di Dottorato in Orientación en Cs. Soc.** - Universidad Nacional de Luján. Departamento de Ciencias Sociales, 2012.

MEDA, Juri. Musei della scuola e dell'educazione. Ipotesi progettuale per una sistematizzazione delle iniziative di raccolta, conservazione e valorizzazione dei beni culturali delle scuole. **History of Education & Children's Literature**, v. 2, p. 489-501, 2010.

MEDA, Juri. **Mezzi di educazione di massa. Saggi di storia della cultura materiale della scuola tra XIX e XX secolo.** Milano: FrancoAngeli, 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, medidas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº45, p.11-36, 2003. p.28. Grifo do autor.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 89-103.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba.Ed. da UFPR, 1997.

MOEGLIN, Pierre. **Les industries éducatives**. Paris: Presse Universitaire de France, 2010.

MORANDINI, Maria Cristina; PIZZIGONI, Francesca Davida (eds.). **Looking for the first «educational technologies»**. Commercial catalogues as sources for the study of the birth of school materialities. Macerata: EUM, 2023

NITSH, Ulla. **Schule wandert ins Museum. Eine kritische Rekonstruktion der Musealisierung von Schul- und Pädagogikgeschichte 1977-1997**. Berlin: Weidler Buchverlag, 2001.

NUZZACI, Antonella. **I musei pedagogici**. Roma: Edizioni Kappa, 2002.

PAPE CARPANTIER, Marie. **Conférences pédagogiques faites à la Sorbonne aux instituteurs primaires venus à Paris pour l'Exposition Universelle de 1867**. Paris: Librairie de L. Hachette, 1868.

PETRY, Marília Gabriela; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Museu Escolar: Sentidos, propostas e projetos para a escola primária (Séculos 19 e 20). **Revista História da Educação** [Online], v. 17, n. 41, p. 79-101, 2013.

PIZZIGONI, Francesca Davida. **Tracce di patrimonio. Fonti per lo studio della materialità scolastica nell'Italia del secondo Ottocento**. Lecce: Pensa Multimedia, 2023.

SENET, Honorio J. **Museos escolares: como se pueden formar**. La Plata: Talleres-Solá, Sesé y Cia, 1896, p. 3-30;

SONTAG, Susan. (1981). **Ensaio sobre fotografia**. Rio de Janeiro, RJ: Arbor.

SONTAG, Susan. **Na caverna de Platão**. In: SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 13-35.

SONTAG, Susan. **O mundo-imagem**. In: SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 167-196.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: leitura de imagens na história da escola primária. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 18, p. 75-102, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a07.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). Culturas escolares, saberes e Práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil. 3 volumes. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. SENET, Honório J. **Museos escolares: como se pueden formar**. La Plata: Talleres-Solá, Sesé y Cia, 1896, p. 3-30.

VECCHIA, Paolo. La nuova scienza dell'educazione applicata all'insegnamento primario, per uso delle scuole normali e per gli esami di abilitazione all'Ispezzionato scolastico. Vol. II (**metodica particolare**). Torino: Stamp. Reale Della Ditta G. B. Paravia e C., 1887.

VIDAL, Diana Gonçalves. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler, MARIANO, Serioja (eds.), **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, p. 39-58.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX in VIDAL, Diana Gonçalves. SOUZA, Maria Cecília Cortez de Souza. **A memória e a sombra A escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves. As viagens, os viajantes, tantas espécies deles! Os desafios da pesquisa em história comparada da educação. **VII Seminário Temático A Matemática Moderna nas Escolas do Brasil e de Portugal: estudos históricos comparativos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2009 Disponível em [http://www.smmfloripa.ufsc.br/pesquisa\\_historia\\_da\\_educacao.pdf](http://www.smmfloripa.ufsc.br/pesquisa_historia_da_educacao.pdf) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2009

Vieira, D. M., & Allgayer, R. (2023). "Pelo Paraná Maior". **Revista Brasileira De História Da Educação**, 23(1), e278. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e278>

## *Fontes e acervos*

Hemeroteca Nacional Digital - notas de jornais inseridas em notas de rodapé

Instituto de Educação do Paraná - fotografias dos laboratórios

Acervo Lysimaco Ferreira da Costa - foto panorâmica da Escola Normal

Foto do esqueleto – acervo pessoal das autoras

## *Arquivo Público do Paraná*

### Mensagens de Governo

Paraná. (1927). *Mensagem Presidencial do Estado do Paraná. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª. Sessão da 18ª Legislatura, em 1 fev. 1927.* Curitiba, PR. Recuperado de: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Mensagens-de-Governo>

Paraná. (1928). *Mensagem Presidencial do Estado do Paraná. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª. Sessão da 19ª Legislatura, em 1 fev. 1928.* Curitiba, PR. Recuperado de: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Mensagens-de-Governo>

Instrução Pública do Paraná - Correspondência da Deyrolle para o Governo do Estado do Paraná - AP 2235, s/p 1927.

*“Da luz do saber e do labor das oficinas depende a felicidade da família, da sociedade e da pátria”<sup>1</sup>: as fotografias da oficina de marcenaria da escola de artes e ofícios dos ferroviários (1933-1940)*

Fátima Branco Godinho de Castro<sup>2</sup>  
Vânia Mara Pereira Machado<sup>3</sup>

## *Introdução*

O objetivo deste artigo é analisar as imagens da oficina e dos artefatos do curso de marcenaria, produzidas pelo fotógrafo Arthur Wischral, na perspectiva de entender o projeto educacional de formação para o trabalho infantil ensinados nos anos iniciais da República.

Experimentamos verdadeiro deleite ao nos depararmos com as fotografias da Escola de Artes e Ofícios dos Ferroviários, seja pela dimensão estética como pela dimensão histórica que as imagens nos suscitam. Elas nos permitem também adentrar no universo do processo da escolarização profissional primária do início do século XX.

A formação da mão de obra como projeto educacional de consolidação, do ainda incipiente, regime republicano é uma das tônicas dessa nova ordem política. Para tanto, a produção imagética da representação da criança laboriosa, da preparação do novo cidadão foi um recurso muito utilizado para divulgação dessa nova política. Nesse sentido, as fotografias não foram

---

1 - Essa frase era utilizada nos materiais de divulgação da Escola de Artes e Ofícios dos Ferroviários, mais precisamente no impresso denominado “Correio dos Ferroviários”. Optamos por recuperá-la, pois ela sintetiza os objetivos do projeto de formação profissional que englobava as ações da Cooperativa de União de Socorros e de Consumo dos Ferroviários. Fonte: Correios dos Ferroviários, março de 1934, acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

2 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: fatima.abgc@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3827762461607142>.

3 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: vmarapmachado@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1169765903062478>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5501-2709>.

meros artefatos neutros de representação da realidade, nas palavras de Diana Vidal e Rachel Abdala (2005, p.180), “a fotografia é um artefato humano e uma mensagem. Ao mesmo tempo que resulta da incorporação de um ponto de vista social e de uma apropriação tecnológica, como trabalho humano, possui um caráter conotativo.”

Para dar conta dessa empreitada, organizamos este artigo em duas partes. A primeira trata da importância da fotografia na narrativa histórica e os elementos que devem ser considerados para proceder a leitura das imagens. Também, destacaremos o produtor dessas imagens, o fotógrafo Arthur Júlio Wischral (1894-1982). Na segunda parte, nos detivemos na caracterização da Escola de Artes e Ofícios da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários, principalmente da oficina do curso de marcenaria.

### *“A recuperação da cena passada”<sup>4</sup>*

Muitos pesquisadores têm demonstrado a potencialidade para a história em relação ao uso de fotografias como fonte, dentre eles: Boris Kossoy (1989), Diana Vidal e Rachel Abdala (2005), Mirian Moreira Leite (1992), Annateresa Frabris (1991) e Rosa Fátima de Souza (2001). Segundo esses autores, é preciso “alfabetizar o olhar”, considerando vários fatores, dentre eles, a tecnologia empregada na produção da fotografia e o objeto registrado. Deste modo, para análise das imagens consideramos as contribuições de Boris Kossoy (1989), quando aponta duas dimensões analíticas possíveis para o historiador no trabalho com as fotografias como fonte, ou seja, a análise técnica e a análise iconográfica. A primeira diz respeito ao processo gerador da fotografia e seus elementos constituintes, a segunda, refere-se aos elementos icônicos que compõem o registro visual. Quanto à análise técnica e um de seus elementos constituintes foi possível identificar o fotógrafo responsável pelas imagens, Arthur Júlio Wischral (1894-1982). Essas dimensões imagéticas, associadas a outras fontes propiciam a ampliação das análises no âmbito da historiografia.

---

4 - Tomamos emprestado de Boris Kossoy do livro intitulado *Fotografia e História*, publicado pela editora Ática no ano de 1989, p. 42.

### O referido fotógrafo (1894-1982) nasceu em Curitiba e

Ainda jovem, Wischral foi um dos primeiros repórteres fotográficos de Curitiba, fato que definiu a postura profissional ao longo de sua carreira, interferindo, inclusive, no seu olhar de fotógrafo. A experiência como repórter abriria portas para novos trabalhos. A fotografia como documento nortearia, assim, duas fases importantes de sua produção: o registro oficial das obras da Estrada de Ferro Paraná-Santa Catarina e a urbanização da capital, entre as décadas de 1940 e 1960. (BARACHO; SUTIL, 2007, p. 12).

Arthur Wischral deixou um grande acervo fotográfico. No Boletim produzido pela Fundação Cultural de Curitiba, publicado em 2007, os autores mencionam que “encontra-se preservada no acervo aproximadamente 6.000 imagens em chapas de vidro” (BARACHO; SUTIL, 2007, p. 12-13). Foram realizados registros, não só da capital paranaense como de outras cidades do estado e de outros estados da federação. É considerado um dos pioneiros da fotografia documental, que se deu em duas fases: o registro oficial das obras da Estrada de Ferro Paraná – Santa Catarina e a urbanização da capital paranaense entre as décadas de 1940 e 1960.

Filho de imigrantes alemães, nascido em 1894, Wischral obteve os primeiros ensinamentos sobre as técnicas da fotografia do alemão Germano Fleury (1873-1945), no ano de 1910. Em 1913 foi contratado pelo jornal “A República”, quando passou a registrar manobras militares do Regimento de Segurança, além de outras atividades. Neste mesmo ano, também prestou serviços à revista ilustrada, denominada “A Bomba”. Nesse período, Wischral desenvolveu registros diferenciados. A natureza do material jornalístico/imagético produzido nos diferentes jornais, de acordo com Larissa Busnardo, é decorrente da

contradição presente entre as charges e as fotos na publicação da revista “A Bomba” provavelmente se deu porque, além de terem sido registradas para o jornal “A República”, elas foram construídas com o objetivo de denotarem o caráter trágico da cena, evidenciando todos os detalhes mais intensos, melancólicos e heroicos daquele momento

enquanto elementos centrais da narrativa – incluindo a força do corpo de bombeiros, o sofrimento das vítimas e as ruínas da estação. (BUSNARDO, 2016, p. 09.)

Esses fatos, demonstram a versatilidade do fotógrafo. E ainda, segundo Larissa Busnardo (2016, p. 12), “para construir fotografias do cotidiano, Arthur Wischral não se contentava com os ‘protocolos’ do registro documental.”

No ano seguinte, em 1914, por influência dos pais, mudou-se para a Alemanha quando amplia suas técnicas em fotografia. Em 1921, já em Curitiba, foi contratado pelo governo o que lhe proporcionou registrar a Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro.<sup>5</sup>

Em 1928, Wischral foi contratado para registrar as obras de manutenção da Estrada de Ferro do litoral paranaense, Curitiba - Paranaguá. As imagens produzidas pelo fotógrafo estão eternizadas na publicação, editada pelo próprio fotógrafo e por J.J. Wischral, denominada “Photographias da Estrada de Ferro de Curityba a Paranaguá”. Ainda, nos intervalos do seu trabalho, Wischral captou as paisagens do litoral paranaense e catarinense, fotografou os modos de vida, as construções dos moradores dessas regiões, o que lhe permitiu aguçar seu olhar para registrar o homem e as obras de engenharia (BARRACHO; SUTIL, 2007). Além dessa atividade, Wischral também fotografou as demais atividades da Rede, assim como as cenas do cotidiano da chamada “família dos ferroviários”. Nesse conjunto, a Escola de Artes e Ofícios da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários, instalada no bairro do Cajuru da capital paranaense, foi amplamente objeto das lentes do fotógrafo.

Ainda sobre a fotografia, Raquel Duarte Abdala, em sua tese de Doutorado, intitulada “Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966)”, destaca:

O fotógrafo lê as imagens de sua autoria ao produzir, pelo registro fotográfico, representações da realidade. Desse modo, antes de ler imagens fotográficas, ele lê a realidade. Por outro

---

5 - Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=arthur-wischral>

lado, para ler a realidade ele precisa ter sensibilizado seu olhar, lendo outros registros fotográficos. Além disso, essa observação indica que o fotógrafo não produz registros simplesmente de modo mecanizado, mas estuda a realidade e suas referências objetivas e subjetivas antes de efetuarlos. Consciente ou não, esse processo está no cerne da fotografia. (ABDALA, 2013, p. 43).

Desta forma, “(...) assim como os historiadores não apresentam reflexos da realidade, mas representações da realidade” (BURKE, 2011, p. 27), os fotógrafos, de certa forma, também realizam representações da realidade. Nesse sentido, as fotografias, assim como qualquer documento, devem ser analisadas como representações a partir das indagações que são colocadas pelo historiador.

### *A Escola de Artes e Ofícios da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários: a oficina do curso de marcenaria*

A Escola de Artes e Ofícios da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários funcionou por sete anos, iniciando suas atividades em 1933 e encerrando em 1940. O prédio para sua instalação foi cedido pela Cooperativa da União de Socorros e de Consumo dos Ferroviários, que também administrou a oferta da escolarização profissional aos filhos da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, nesse período. O prédio, construído no bairro do Cajuru na cidade de Curitiba, em que foi instalada a Escola, foi utilizado pelo Hospital da Caixa de Socorros da Cooperativa, cuja área compreendia 36.300m<sup>2</sup>. (Relatório da USFC, 1928, p. 19-20). Segundo esse mesmo Relatório, a iniciativa de instalação da Escola foi considerada relevante pelos membros da Cooperativa. Os ecos ensejados pelo contexto social e político corroboravam para tal iniciativa, uma vez que o projeto educacional colocado em curso pelos republicanos no início do século XX, propagava o chamado “poder” da educação na transformação dos indivíduos e da sociedade, elegendo, dessa forma, a escola primária como um espaço privilegiado para operar os mecanismos de regeneração moral

na formação do “novo” cidadão, com vistas à consolidação do novo regime, a República.

As instalações da Escola de Artes e Ofícios da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários, desta forma, não foram idealizadas para o funcionamento de uma instituição escolar com vistas à formação para o trabalho. Para seu funcionamento, ou melhor, para a instalação das oficinas dos cursos de mecânica, serralheria, ferraria, marcenaria, sapataria, corte e costura, bordado e confecção de flores, assim como, as salas de instrução primária, foram adaptadas e construído, a posteriori, galpão externo, que oportunizaram a instalação das oficinas dos cursos de mecânica, serralheria, ferraria, marcenaria e sapataria, destinadas à preparação para o trabalho dos meninos. As oficinas dos cursos de corte e costura, bordado e confecção de flores frequentadas pelas meninas, foram adaptadas no prédio principal. De acordo com o Demonstrativo da Revista da Cooperativa União de Socorros dos Ferroviários, o

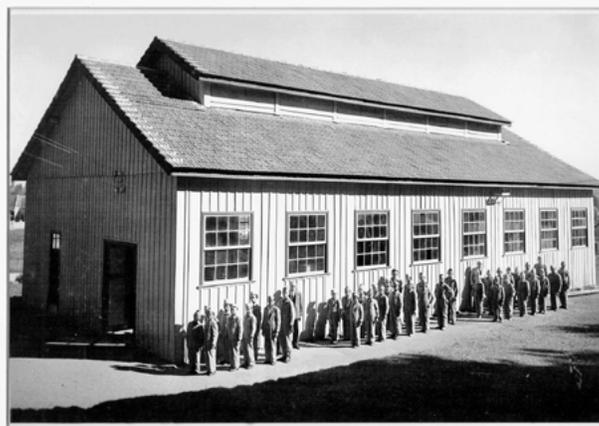
Prédio construído de alvenaria, situado no Cajuru, onde funciona a Escola de Artes e Ofícios desta Sociedade, com um terreno medindo a área de 36.300 m<sup>2</sup> (Lotes 35, 36 e 37 de planta Guilherme Schulz Capanema) em cujo terreno também estão construídos um pavilhão de madeira onde se acham instaladas as oficinas da Escola, e uma casa de madeira para moradia do zelador, (Nota: na reforma do prédio principal, construção dos dois de madeira e outros melhoramentos, foi dispendida a importância de Rs. 26:312\$750, a qual não foi computada no valor a margem). (REVISTA DA COOPERATIVA DA UNIÃO DE SOCORROS DOS FERROVIÁRIOS, 1935, s/p.)

A Figura 1 apresenta o prédio principal e o galpão de instalação das oficinas.

**Figura 1** – Prédio e galpão da escola de artes e ofícios dos ferroviários



Prédio próprio destinado a instalação da escola de Artes-Ofícios e Profissional de Trabalhos



**Fonte:** Relatório União de Socorros e de Consumo dos Ferroviários – 1928.  
Acervo do Museu Ferroviário de Curitiba

As melhorias no edifício escolar e nas oficinas dos cursos profissionalizantes constam nos relatórios, informando para a União de Socorros e de Consumo dos Ferroviários quando tais procedimentos eram

realizados e os resultados no desempenho da produção realizada pelos alunos na escola-oficina. Em 1933, um galpão de madeira, foi construído, para a instalação das oficinas de marcenaria, serralheria, ferraria e sapataria, destinadas ao aprendizado dos ofícios masculinos. Já as oficinas ofertadas às meninas foram instaladas no prédio de alvenaria, embora produção de ruídos seja praticamente inexpressiva nas oficinas de Trabalho de Agulhas e Bordado, Flores e Costura. Esse fato, possivelmente tenha sido decisivo na instalação principal do edifício de alvenaria e não pelo grau de importância destinado às meninas.

A imagem produzida por Wischral, do galpão, nos dá ideia do espaço de funcionamento das oficinas uma vez que os alunos ficaram dispostos na parte externa da construção, além da perspectiva da imagem ao representar a dimensão do local. A utilização da luminosidade natural e do enquadramento do imóvel valorizam o espaço de aprendizagem dos alunos. Outro elemento que merece destaque é a relação entre o espaço e as pessoas. O fotógrafo poderia utilizar somente a imagem do galpão, no entanto, em primeiro plano estão dispostos os alunos e seus respectivos mestres, o que exalta a atividade educativa desenvolvida naquele local.

Os documentos e fotos, ora mencionados, foram localizados no Museu Ferroviário de Curitiba, localizado na Av. Sete de Setembro nº 2775, na antiga Estação Ferroviária da cidade, sendo responsável pela guarda e a preservação do acervo da Rede Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC), inaugurado em 1982, funcionando até o seu fechamento em 1994, decorrente do projeto de restauro e adaptação do imóvel, que a partir de fevereiro de 1996, é retomado com os trabalhos de reimplantação do Museu dentro do complexo Estação Plaza Show.

Em consulta ao acervo do Museu Ferroviário de Curitiba, Vânia Machado (2022), tendo em vista a elaboração de sua tese de doutoramento referente à Escola de Artes e Ofícios da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários, explicita não terem sido encontrados os Relatórios Anuais dos dois primeiros anos de funcionamento da Escola, ou seja, os Relatórios dos anos de 1933 e 1934 (MACHADO, 2022, p.54). Contudo, o Museu Ferroviário

possui um amplo acervo das atividades realizadas pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina, e em se tratando do acervo da Escola de Artes e Ofícios dos Ferroviários se constitui de um rico material ainda pouco explorado pela historiografia, sobretudo no âmbito da História da Educação. Os Relatórios Anuais sobre a Escola de Artes e Ofícios da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários dos anos de 1935, 1936, 1937, 1938 e 1939 ressaltam elementos de uma formação escolar ferroviária, que contemplam ações realizadas pela instituição de ensino primário e profissional na formação dos filhos dos ferroviários, sob a responsabilidade da cooperativa União de Socorros e Consumo dos Ferroviários. Também indicam os motivos que levaram ao fechamento da instituição escolar, em 1940, em razão das questões financeiras da cooperativa.

Os Relatórios Anuais apresentavam a mesma lógica de elaboração, ou seja, nomeação da Direção, relação dos funcionários da instituição de ensino, com os respectivos cargos ocupados pelo Curso Primário, relacionando com seus respectivos professores das seções masculina e feminina, assim como no Curso Profissional, tanto do masculino quanto do feminino. A cooperativa da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários era composta pelo diretor-gerente, Sr. Manoel Claro Alves, pelo diretor da instituição de ensino que, durante os anos de 1933 a 1936, ficou a cargo do Prof. Nelson Estrella e no período de 1937 a 1939, sob a direção do Prof. Oswaldo Monteiro.

A Escola de Artes e Ofícios da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários iniciou suas atividades em 1933, como mencionamos, com três turmas de ensino primário. Os meninos distribuídos em: uma turma de 1ª série com 53 alunos e uma turma de 2ª série com 15 alunos; as meninas com uma turma de 1ª série com 14 alunas; perfazendo um total de 68 meninos e 14 meninas. Em 1934, a escola já havia ampliado para nove turmas entre 1ª, 2ª e 3ª classes primárias masculinas e três da primeira série e uma da segunda série, destinadas às classes femininas. Durante o período letivo de 1935, o movimento do curso primário da instituição escolar contava com 12 turmas, sendo 6 turmas de 1ª a 4ª classes masculinas e 1ª a 4ª classes femininas, totalizando 240 alunos matriculados, sendo 233 aprovados em

exame, 31 reprovados e 27 eliminados. Já em 1936, constavam 11 turmas, sem a 4ª classe, totalizando 204 alunos matriculados, 172 aprovados em exame, 4 reprovados, 28 eliminados. É possível perceber que as matrículas foram progressivamente aumentando no decorrer do ano, resultado das iniciativas de divulgação realizado por meio do Correio Ferroviário e das inúmeras festividades realizadas pela Escola. Também vale ressaltar a qualidade dos artefatos produzidos pelos alunos e comercializados para manutenção das oficinas, bem como as Exposições Escolares, realizadas no final do período letivo, que tinham por finalidade divulgar as ações desenvolvidas no espaço escolar.

A escolha por analisar as imagens da oficina do curso de marcenaria decorre do número de alunos matriculados, conforme podemos observar no Quadro 1.

**Quadro 1** – Número de alunos(as) matriculados (as) nas oficinas (1934 a 1936)

	MECÂNICA	SERRALHEIRO	FERRARIA	MARCENARIA	SAPATARIA	TRABALHO DE AGULHA E BORDADO	FLORES	COSTURA	CANTO
1934 – Alunos matriculados	8	4	6	23	14	48	15	23	48
1935 – Alunos matriculados	15	10	8	35	26	86	42	35	86
1936 – Alunos matriculados	14	8	3	23	10	83	83	83	83

**Fonte:** Relatório da Escola de Artes e Ofícios 1936. Acervo: Museu Ferroviário de Curitiba.

Apesar do elevado número de matrículas nas oficinas de “Trabalhos de Agulha e Bordado”, “Flores”, “Costura” e “Canto”, destinadas às meninas, não foram identificados relatos e fotos sobre essa oferta. No entanto, os registros

nos Relatórios da Escola evidenciam as práticas escolares e fotografias das oficinas ofertadas aos meninos. Deste modo, nos detivemos na análise das fotografias da Oficina de Marcenaria. A figura 2 demonstra os alunos da Escola de Artes e Ofícios na oficina do curso de marcenaria da seção masculina.

**Figura 2** - Oficina de marcenaria da escola de artes e ofícios dos ferroviários – 1935



**Fonte:** Escola de Artes e Ofícios, 1935. Acervo do Museu Ferroviário de Curitiba. Foto: Arthur Wischral

Na oficina, os artífices trabalhavam com madeira na produção de móveis para cozinha, mobília esmaltada para copa, mobília de quarto de casal, quarto para criança etc. Mobiliário esse, conforme veremos no item dedicado às exposições escolares, de extrema utilidade para a Cooperativa dos Ferroviários e seus associados. Em primeiro plano, Wischral enfatiza a atuação dos alunos no manejo com a madeira e a ferramenta de corte e ao fundo do lado direito, o mestre, Fernando Savi. É interessante notar que o mestre ocupa uma posição estratégica na oficina para justamente demonstrar o caráter de supervisão das atividades dos alunos, no entanto, não ocupa

uma posição de destaque na imagem. A imagem procura destacar o espaço (oficina), as máquinas e a atuação dos alunos no processo de construção dos artefatos. A oficina é um espaço amplo e iluminado e a construção foi realizada com madeiras, o que pressupõe que ela não funcionava no prédio principal, de alvenaria e sim num galpão anexo, conforme observamos na fotografia produzida por Wischral, figura 1.

Identificamos as seguintes ferramentas: Em primeiro plano, do lado esquerdo da imagem, uma *serra circular* para sarrafear<sup>6</sup> e esquadrear<sup>7</sup>. Do lado direito, uma *tupia*<sup>8</sup>. Ao fundo, do lado esquerdo, uma *serra fita* que faz cortes arredondados. Do lado esquerdo um *torno*<sup>9</sup> que serve, como o próprio nome diz, para torneirar a madeira, dar acabamento. Os alunos, devidamente uniformizados demonstram que a cena foi organizada pelo fotógrafo, pois em primeiro plano (à esquerda da imagem) é possível observar que a *serra circular*, na mesa, não está em movimento e a madeira não está sendo cortada. A utilização de tal ferramenta, pelo risco que apresenta, deve ser realizada com o auxílio do mestre/professor. Além do destaque das atividades realizadas na oficina, é possível observar o cuidado com o “jogo” de sombra e luz no cenário da oficina de marcenaria. Assim como o enquadramento dos alunos na oficina. Observamos que Wischral quis dar destaque aos alunos em processo de aprendizagem em detrimento da figura do mestre/professor, que ficou representado num plano secundário. Todos esses aspectos foram escolhas realizadas pelo fotógrafo, resta, no entanto, saber se foram decisões próprias ou encomendadas pela Rede Viação Paraná Santa Catarina. Qual o objetivo da Rede Viação Paraná Santa Catarina em divulgar esse cenário, de crianças aprendendo/trabalhando? A fotografia descortinou a possibilidade de tornar mais familiares certas ações e a ter acesso a visões, cenários e

---

6 - Sarrafeir: “Cortar em sarrafos.” Sarrafo: “Pedaço estreito e comprido de madeira; ripa.” Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sarrafo/> Acesso: 25 jul. 2023.

7 - Esquadrear: “Cortar em esquadria, talhar seguindo ângulos retos; esquadrar: o sistema de corte permite esquadrear rapidamente as tiras de madeira.” Disponível em: <https://www.dicio.com.br/esquadrear/> Acesso em: 25 jul. 2023.

8 - Tupia: “Máquina para fazer molduras e entalhes.” Disponível em: <https://www.dicio.com.br/tupia/> Acesso em: 25 jul. 2023.

9 - Torno: “Mecânica. Máquina, que possui a capacidade de girar, dotada de um eixo estendido na horizontal, utilizado para dar acabamento em peças.” Disponível em: <https://www.dicio.com.br/torno/> Acesso em: 25 jul. 2023.

transformações de locais distantes, que anteriormente só tinham ciência pela oralidade e pelas escritas das cartas, livros e jornais. O cenário, porém, decorre do olhar do fotógrafo e das intencionalidades impostas pelos contratantes, os ferroviários, deste modo, o cenário de representação da criança laboriosa, e principalmente os objetivos da Cooperativa dos Ferroviários de estar proporcionando formação para o trabalho aos seus filhos.

O espaço de formação para o trabalho, nesse sentido, conforme representa a fotografia de Wischral, é aseado, organizado e com alunos manejando ferramentas adequadas para a aprendizagem do ofício. O projeto educacional da Rede Viação Paraná Santa Catarina foi colocado em prática pela Cooperativa União de Socorros e de Consumo dos Ferroviários.

Os alunos da oficina de marcenaria, sob a supervisão do mestre Fernando Savio, produziram variados artefatos que eram expostos para exibição dos resultados obtidos na escola e, sobretudo, para comercialização. No Relatório Anual da Cooperativa do ano de 1938, constam os variados artefatos produzidos, assim como os valores dos objetos e quantidade, conforme demonstrado no Quadro 2.

**Quadro 2 – Artefatos da oficina de marcenaria**

Quantidade	Artefatos	Valores
05	Caixotes	3\$600
110	Tábuas – lavar roupas	183\$800
04	Sanefas <sup>10</sup>	8\$300
01	Cama infantil	39\$850
02	Escrivaninhas	71\$800
01	Cristaleira	266\$500
01	Armário para Rádio	34\$250
01	Chapeleira	57\$400
03	Prateleiras	3\$000

10 - Sanefa: “Tira ou estrutura larga, de tecido, de madeira ou de outro material, que se dispõe transversalmente na parte superior de uma cortina, para ornamento ou para esconder a calha ou varão onde correm as cortinas.” Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sanefa>. Acesso em: 2 ago. 2023.

01	Polia	8\$600
08	Quadros	29\$000
50	Caixas para mantimentos	178\$300
01	Carrinho de mão	8\$600
02	Portas toalhas com espelho	19\$400
10	Bancos para desenho	28\$400
10	Pranchetas de cedro para desenho	115\$900
01	Cozinha laqueada com 5 peças	127\$500
01	Cozinha laqueada com 6 peças	153\$700
01	Copa laqueada com 8 peças	163\$750
	Total	1:521\$650

**Fonte:** Quadro elaborado pelas autoras com base no Relatório Anual da Cooperativa dos Ferroviários, 1938, p. 14 e 15. Acervo do Museu Ferroviário de Curitiba

Os artefatos citados se destinavam à comercialização, conforme mencionado anteriormente, seja durante o ano letivo ou ao final dele, nas Exposições Escolares.

As Exposições Escolares, de acordo com Fátima Castro (2020, p.41), “eram um ritual que repunha o gesto instaurador da República com vistas a reafirmar a importância da instrução pública na instauração do processo civilizatório, colocado em curso pelos republicanos no final dos oitocentos e início dos novecentos.” Esse ritual se insere num conjunto mais amplo de ações, tais como, nos rituais de inauguração dos edifícios escolares e demais festas comemorativas. Ainda, as exposições dos artefatos produzidos pelos alunos “eram oferecidos como um ritual, um espetáculo que demonstrava que a ação pedagógica poderia ser colocada para visitação.” (CASTRO, 2020, p.41).

A Figura 4 nos permite compreender as características das Exposições Escolares dos artefatos da oficina de marcenaria da Escola de Artes e Ofícios dos Ferroviários.

**Figura 4** – As exposições dos artefatos da oficina de marcenaria



**Fonte:** Relatório da União de Socorros e de Consumo dos Ferroviários, 1935, 1936, 1937 e 1938. Acervo da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

A primeira imagem superior do lado esquerdo apresenta os artefatos de mobiliário de uma cozinha. A legenda da imagem: “Exposição escolar: Modelo de mobília para cozinha construída na seção de marcenaria”, nos permite compreender que a finalidade da Exposição, além dos aspectos anteriormente mencionados de divulgação das práticas escolares e de constituição de um ritual do processo civilizatório colocado em curso pelo novo regime republicano, também destinava-se à comercialização dos objetos de marcenaria. O conjunto de mobília apresentado se constitui em: mesa, cadeiras, armário, banco baú, e um pequeno conjunto de gavetas afixado na parede.

A imagem superior do lado esquerdo apresenta uma “sala de jantar, de pinho, envernizada”, composta pelos seguintes objetos: mesa, quatro cadeiras, e duas cristaleiras, sendo uma na vertical e outra na horizontal. A imagem na posição inferior esquerda apresenta os objetos para serem utilizados em um quarto e compõe de duas camas de solteiro, duas banquetas e duas mesinhas de cabeceira. Todos os objetos das três imagens foram produzidos em tamanho proporcional para o uso de adultos. Outro fato que merece destaque recaí nos objetos de ornamentação, como almofadas, colchas, enfeites e bordados. Tais artefatos foram produzidos pelas alunas nas oficinas de bordado e confecção de flores, no entanto, tal fato não é mencionado nas legendas das fotos.

A imagem inferior à direita é um quadro das ferramentas da oficina de marcenaria utilizadas na confecção dos artefatos. São ferramentas variadas e em miniatura. Esse tipo de demonstração era usual nas Exposições Escolares, pois dava dimensão dos recursos didáticos utilizados para o ensino, os chamados quadros parietais, pois atendiam a perspectiva do “método intuitivo”. A utilização e difusão desses objetos para o ensino e outros vai promover um avanço significativo na industrialização e comercialização. De acordo com Vera Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2018, p. 131), “os objetos com essas funções materializaram progressos tecnológicos importantes que irão estabelecer um vínculo nada desprezível entre a escola, a indústria e a inovação tecnológica”. Por fim, também podemos afirmar que “as Exposições Escolares também assumem um caráter de difusão de hábitos citadinos ao realizarem a exposição de artefatos produzidos pelos alunos num flagrante culto ao trabalho, à produção de mercadorias e no desenvolvimento do hábito do consumo.” (CASTRO, 2020, p. 41).

No tocante às fotografias produzidas por Wischral sobre as Exposições da Escola de Artes e Ofícios dos Ferroviários, é possível observar que as imagens nos dão a dimensão do “olhar” do fotógrafo, da empresa contratante, pois os objetos estão representados num cenário cuidadosamente elaborado que permitem ao receptor da imagem vislumbrar as inúmeras possibilidades de utilização dos objetos, dentre eles podemos destacar a disposição dos objetos, a preocupação com o enquadramento e o jogo de luz e sombra.

Ainda, “a imagem não é uma simples representação da realidade, mas um sistema simbólico” (BENCOSTTA, 2006, p. 315). Deste modo, a tônica dos republicanos era propagar os benefícios oriundos do trabalho, da disciplina e do nacionalismo. De acordo com Marcus Taborda de Oliveira (2019, p. 386), “a relação entre educação escolar e trabalho pressupunha a mobilização dos sentidos para o desenvolvimento de sensibilidades apropriadas para um ‘novo mundo’ que pretendia estimular a ação (...)” E, segundo Souza (2008, p. 64), “(...) a introdução de saberes profissionais no ensino primário foi vista como parte imprescindível da formação integral do cidadão”.

### *Considerações finais*

A partir da análise das imagens da oficina de marcenaria produzidas pelo fotógrafo Arthur Wischral, nos anos de 1930 a 1940, foi possível, por esse legado iconográfico, adentrar nos principais aspectos da formação profissional ensejada no bojo de um projeto mais amplo de formação da classe ferroviária, tal qual demonstra a frase para divulgação da Escola, ou seja, “da luz do saber e do labor das oficinas depende a felicidade da família, da sociedade e da pátria”. Essa tríade estava na base do projeto educação da Cooperativa, ou melhor dizendo, no projeto civilizatório nos anos iniciais da República. Os ferroviários ao ofertarem instrução primária e a formação para o exercício de um ofício, ou dito como os ferroviários “luz do saber e labor das oficinas” buscavam enaltecer a importância do conhecimento e do trabalho, assim esses elementos eram constituidores desse projeto. Da mesma forma, a “família, a sociedade e a pátria”, elementos dos quais se forjava a classe ferroviária, tão necessária à época para a construção do almejado desenvolvimento industrial. As imagens da oficina de marcenaria representam esse projeto.

Também é possível perceber que a formação para o trabalho desenvolvida na Escola era de excelência, pois as imagens nos revelam a qualidade dos artefatos, bem como a atuação do mestre Fernando Savio na

preparação dos alunos. Vislumbramos que há muito a ser pesquisado sobre o mestre da oficina de marcenaria da Escola de Artes e Ofícios dos Ferroviários.

## *Referências*

ABDALA, Raquel Duarte. **Fotografias escolares**: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966). Tese: USP, 2013.

BARRACHO, Maria Luiza Gonçalves; SUTIL, Marcelo Saldanha. O Acervo Arthur Wischral: documentos de um olhar. In: **Boletim Casa Romário Martins**. Fundação Cultural de Curitiba, v.31, n. 134, abr. 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1883-1971). Campinas/SP: Mercado das Letras, 2006.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e se futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BUSNARDO, Larissa. A linguagem fotográfica em Arthur Wischral: entre o trágico e o cômico na vida cotidiana de Curitiba (1913-1950). In: **Anais do XV Encontro Regional de História**. Curitiba, UFPR, 2016, p. 1-13. Disponível em: [http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468204848\\_ARQUIVO\\_BUSNARDO,Larissa.Anpuh2016.pdf](http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468204848_ARQUIVO_BUSNARDO,Larissa.Anpuh2016.pdf).

CASTRO, Fátima Branco Godinho de. **Ritos e artefatos escolares**: as exposições das escolas primárias do Paraná – 1912 a 1927. Dissertação: UFPR, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/70037/R%20-%20D%20-%20FATIMA%20BRANCO%20GODINHO%20DE%20CASTRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia**: usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 1991.

FABRIS, Annateresa. **Identidades virtuais**: uma leitura do retrato fotográfico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FABRIS, Annateresa. **O desafio do olhar**: Fotografia e artes visuais no período das vanguardas históricas. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2011.

FABRIS: Annateresa; KERN, Maria Lúcia Bastos (orgs.). **Imagem e conhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GASPAR da SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto de. Por uma Apresentação: A Materialidade Escolar entre Caminhos, Pesquisas e Diálogos. In: GASPAR da SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto de (orgs.). **Cultura Material Escolar em Perspectiva Histórica**: Escritas e Possibilidades. 1 ed. Vitória - Espírito Santo: EDUFES, 2018, v. 14, p. 13-28.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

KOSSOY, Boris. **Origens e expansão da fotografia no Brasil**: Século XIX. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. Cotia, SP: Atelier Editorial, 2007.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Atelier editorial, 2009.

LEITE, Miriam Moreira. **História e fotografia**. Cultura Vozes, n. 3, mai-jun. 1992.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**. São Paulo: Edusp, 1993.

MACHADO, Vânia Mara Pereira. **A formação educacional no caminho dos trilhos ao som do apito do trem**: as escolas profissionais ferroviárias na Rede Viação Paraná Santa Catarina (1933-1973). Tese: UFPR, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/83519>

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. O ethos do trabalho nas páginas de periódicos educacionais brasileiros: trabalhos manuais como signo da modernização pedagógica (1906 – 1934). **Cadernos de História da Educação**, v.18, n.2, p.386-405, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v18n2-2019-7>.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da história da educação brasileira, v.2).

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias Escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 18, p. 75-101, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a história da educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 177-194, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/3745/2149>.

## *Fontes*

**Relatório Anual da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários** - Ano 1928. Acervo do Museu dos Ferroviários.

**Relatório Anual da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários** – Ano de 1935. Acervo da Biblioteca Paranista Júlio Moreira. Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR).

**Relatório Anual da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários** – Ano de 1936. Acervo da Biblioteca Paranista Júlio Moreira. Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR).

**Relatório Anual da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários** – Ano de 1937. Acervo da Biblioteca Paranista Júlio Moreira. Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR).

**Relatório Anual da União de Socorros e Consumo dos Ferroviários** – Ano de 1938. Acervo da Biblioteca Paranista Júlio Moreira. Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR).

**Fotografias da Escola de Artes e Ofícios dos Ferroviários** – diversos, 1935. Acervo do Museu dos Ferroviários.

## *As fotografias como fonte de pesquisa para entender o processo de escolarização nas escolas de colônias de São José dos Pinhais*

*Adriana Mileski<sup>1</sup>*

### *Introdução*

As transformações políticas e econômicas ocorridas no final do século XIX e início do século XX, especialmente com a constituição de uma nova forma de governo, trouxeram uma série de mudanças que afetaram a organização social do país. Esta ruptura entre a esfera pública e religiosa, juntamente com o desenvolvimento das sociedades industrializadas, alterou o modo de vida do homem, tendo grandemente reflexos na estrutura escolar e nas práticas sociais.

A disseminação de uma imagem de escola ideal, também se tornou imprescindível para a difusão do projeto republicano. Vale ressaltar, que no período de transição do século XIX para o XX, diferentes tipos de instituições escolares surgiram buscando atender a demanda tão diversificada da população. “Escolas preliminares, provisórias, ambulantes, isoladas, as escolas estrangeiras, as escolas anarquistas, os grupos escolares, escolas isoladas rurais”, entre outras passaram a constituir o panorama da educação no país (SOUZA, 2019, p. 7).

A contribuição dos estudos para o avanço do conhecimento da trajetória da escola pública no país, nos mais diversos espaços, permite lançar um novo olhar sobre a história da escolarização, especialmente nas escolas das colônias, ou escolas étnico-comunitárias como cita Elaine Maschio (2014, p. 182), nas pesquisas sobre as escolas italianas da cidade de Curitiba.

Maschio (2014), aponta a importância destes espaços quando diz que.

---

1 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: mileski.adriana@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7150257207261182>.

Tais iniciativas caracterizavam a contribuição dos imigrantes na constituição de um sistema de ensino público nas colônias a partir do entendimento e anseios que tinham em relação à escola. De tal modo, o movimento de organizar uma escola étnico-comunitária revelava-se como uma tática. Se por um lado não deixava que as crianças das colônias ficassem sem escolas, por outro, buscava convencer e sensibilizar o governo da necessidade de criá-las. Os colonos desejavam escolas gratuitas, mas as queriam com professores italianos, pois buscavam também por meio do ensino escolar perpetuar os traços culturais de origem, acionados como símbolos da identidade étnica. (MASCHIO, 2014, p. 182).

Assim, pensar como esses espaços escolares eram importantes para as famílias de imigrantes, bem como o valor simbólico atribuído ao processo de escolarização visto como uma forma de manter as raízes e a permanência da cultura destes povos junto aos seus descendentes, era o anseio que os diferentes grupos étnicos esperavam conquistar na nova pátria.

Tal sentido nos possibilita, por meio desta perspectiva, compreender que o início da história da fotografia, como novo meio de comunicação serviu como suporte e auxílio para contemplar a história. O maior problema, no entanto, para os historiadores é saber até que ponto se pode confiar nestas imagens, em parte porque nem sempre são utilizadas de forma sistematizada ou por não serem utilizadas metodologias adequadas de análise.

Ainda assim o uso de imagens fotográficas tem se tornado uma importante fonte nas diversas pesquisas historiográficas, pois de certa forma oferecem evidências concretas de que um fato ocorreu em determinado momento da história, revelando detalhes da cultura material que as pessoas de uma época vivenciaram ou produziram. Ou seja, o testemunho das imagens é ainda mais valioso porque revelam não apenas artefatos do passado, mas também a forma como eram organizados (BURKE, 2004).

Com base neste enfoque, o presente artigo pretende refletir algumas questões acerca do uso da fotografia na investigação histórica a partir da experiência de pesquisa que tem utilizado esta documentação como fonte de estudo acerca do processo de escolarização da escola primária no Paraná,

assim utilizamos o exemplo das escolas de colônias do município de São José dos Pinhais, no Paraná, entre o final do século XIX e início do século XX, como exercício desse olhar que procura na leitura da imagem fotográfica vestígios de uma realidade guardada e por vezes esquecida. O acervo iconográfico utilizado para pesquisa pertence ao Museu Municipal Atílio Rocco<sup>2</sup> São José dos Pinhais.

Este texto está organizado em dois momentos. No primeiro será abordado o contexto da formação das colônias de São José dos Pinhais, vinculado a formação das escolas que permearam as terras ocupadas pelos imigrantes. Num segundo momento, com base nas fontes empíricas produzidas sobre a temática das fotografias, como os trabalhos de Boris Kossoy (1998) e Susan Sontag (1933) entre outros autores, lançaremos nosso olhar sobre as escolas de colônias, como exercício inicial para se compreender a cultura escolar que permeia estes espaços.

### *A imigração e a formação das colônias em São José dos Pinhais*

O crescimento da Província do Paraná, teve forte influência do processo migratório que ocorreu no Brasil a partir de 1870. Embora a chegada de muitas famílias de imigrantes já estavam se dando desde 1850, foi somente em 1870 com a crise econômica que atingiu parte da Europa que ela acabou se intensificando.

---

2 - O Museu Municipal Atílio Rocco de São José dos Pinhais foi criado pela Lei nº. 34/77 de 19 de setembro de 1977, através dos esforços de Ernani Zétola e da ação conjunta do Lions Clube Aeroporto e da Prefeitura Municipal. Sua primeira sede localizava-se à Rua Mendes Leitão, 2571, onde permaneceu por quatro anos. O Palacete Ordini, através do Decreto nº. 35/81 de fevereiro de 1981, passou a abrigar o Museu Municipal Atílio Rocco, um edifício tombado pelo patrimônio histórico local. Construído na década de 1910, para servir de residência da família do ex prefeito de São José dos Pinhais, Luiz Victorino Ordine, o prédio foi vendido para a municipalidade em 1920, passando a abrigar, simultaneamente, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a Associação Comercial e Industrial, Agrícola e Prestadora de Serviços, até a década de 1980. Composto em sua maioria por doações da população, retrata, através dos espaços expositivos, temáticas educacionais, religiosas, culturais, esportivas, políticas e sociais. Composto em sua maioria por doações da população, o acervo do Museu Municipal Atílio Rocco salvaguarda, em sua reserva técnica, seus espaços expositivos, educacionais e culturais, a história e o patrimônio cultural de São José dos Pinhais. O acervo do arquivo histórico é composto por fotografias, documentos históricos, livros códice, esculturas, móveis, pinturas, periódicos como Correio de São José, Jornal Objetivo, Folha de São José, Tribuna de São José, Piaçã, pela biblioteca especializada e objetos museológicos relativos a região. O Museu Municipal possui 878 m<sup>2</sup> construído, destes 417 m<sup>2</sup> são espaços expositivos, totalizando 12 ambientes. O museu atualmente também conta com duas bases de dados, Tainacan e Pergamum, para pesquisas on-line. A coordenação é de Luciano Chinda Doarte, e a responsabilidade e manutenção do Arquivo Histórico é de Jonas Vieira. (Disponível no Museu Municipal Atílio Rocco).

A ideia inicial ao receber os imigrantes era de povoar o território paranaense, já que desde que havia se separado da Comarca de São Paulo, não contava com um número de habitantes necessário para desbravar este novo espaço e constituir-lo como um ponto forte de comércio. Esse crescimento impulsionado pela chegada dos imigrantes, não só foi importante para o estabelecimento do mercado local, como deu visibilidade a novas formas de organização social constituídas pelos diferentes grupos que se instalaram nesses novos espaços criando colônias.

Embora muitas dessas colônias tenham sido criadas quase ao mesmo tempo, tinham um ritmo social diferente, isso acontecia principalmente com as que se localizavam mais próximas a Curitiba, cujo crescimento foi muito maior e mais rápido, em comparação às que estavam mais afastadas da capital. Esta mesma situação se deu em relação ao aspecto cultural, algumas colônias mantiveram por mais tempo uma cultura ligada ao seu país de origem, enquanto outras foram incorporando costumes devido sua maior interação com a população paranaense.

Durante o século XIX, São José dos Pinhais atingiu um considerável crescimento econômico e populacional, não só pelas expedições realizadas ao longo dos séculos XVII e XVIII, mas também pelo intenso processo migratório que ocorreu no país, e que trouxe uma grande massa de estrangeiros para habitar o território brasileiro.

Essa grande massa começou a se instalar nas terras paranaenses, não somente na região de Curitiba, mas nas regiões adjacentes que ficavam próximas a ela, como era o caso de São José dos Pinhais. Esses imigrantes, em especial alemães, italianos e poloneses se instalaram na zona rural do município, organizando-se em colônias, se dedicavam principalmente na agricultura de subsistência, produzindo excedentes que eram comercializados na região de São José dos Pinhais e Curitiba.

O processo de aceleração da entrada de imigrantes no Paraná fomentou a criação de colônias agrícolas. Em 1878, foram criadas várias delas ao redor de Curitiba, sendo em São José dos Pinhais: Murici; Zacarias e Inspetor Carvalho.

Devido ao crescimento da diversidade das atividades econômicas na região como o comércio, a agricultura, a pecuária, a extração e o beneficiamento da erva-mate, São José deixou de ser uma vila pacata e tornou-se um município integrado à economia paranaense como um todo. Assim, no dia 5 de abril de 1877, pela Lei nº 474 a Villa de São José dos Pinhais foi então elevada à categoria de Comarca, e a 27 de dezembro de 1897, de acordo com a Lei provincial nº 250 esta vila recebeu a categoria de cidade, a sede do Município então passou a ser a “Cidade de São José dos Pinhais”.

Até 1908, foram criadas outras cinco colônias agrícolas em São José dos Pinhais: Tomás Coelho, Silveira da Motta, Tenente Coronel Accioli, Santo Andrade e Affonso Penna. Ao mesmo tempo em que elas se instalavam, outros grupos de imigrantes chegavam ao município. Com o estabelecimento dessas colônias, os aspectos social e econômico do município foram transformados.

Outro aspecto importante da vida na colônia era a religiosidade, para estes imigrantes a criação de igrejas e escolas representavam a manutenção das suas tradições e da sua cultura. Vale lembrar que a instrução pública, foi considerada, desde os anos iniciais do Império, como requisito de suma importância para o progresso do país, como expressa na Constituição Imperial de 11 de dezembro de 1823. Ela determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos sob a garantia de a instrução primária ser gratuita a todos os cidadãos (MELO; MACHADO, 2010).

No entanto, não houve no país uma oferta significativa de escolas para as classes populares, e mesmo no final do período imperial a situação continuava extremamente precária nesta área. Com o início do período republicano, se tornou imprescindível a mudança desse cenário, a educação passou a ser considerada novamente indispensável à instrução do povo, o que fortaleceu ainda mais o desejo dessa nova massa populacional que passou a ocupar o território brasileiro.

Segundo Marta Carvalho (1989).

A escola foi, em consequência, reafirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do Progresso, na nova ordem que se estruturava. Passa, no entanto, a ser

considerada” arma perigosa”, exigindo a redefinição de seu estatuto como instrumento de dominação (CARVALHO, 1989, p. 8).

Desta forma, à medida que se instalaram nas colônias, a preocupação em construir espaços para seus filhos serem ensinados, se tornou uma prerrogativa para os imigrantes. Esta era a situação também nas colônias de São José dos Pinhais, onde se estabeleceram as diversas famílias de imigrantes estrangeiros.

Por estarem longe do acesso aos recursos disponibilizados pela Província, eram os próprios imigrantes que construíam as escolas. Nestes espaços funcionavam classes mistas de crianças, com idades diferentes. O professor era escolhido pelos próprios moradores, normalmente era alguém que possuía um maior conhecimento, e se disponibilizou para dar as aulas.

O Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antonio Augusto de Carvalho Chaves, já apontava esta situação em relatório para o Dr. José Pereira Santos Andrade, Governador do Estado do Paraná, em 01 de setembro de 1896.

Existem n’esta capital diversos estabelecimentos particulares de ensino primario dirigidos por professores estrangeiros, notadamente alemães; é edificante, como tive occasião de observar, o menosprezo que n’esses estabelecimentos se ostenta pela lingua portugueza, aponto de se encontrar, mesmo nos allunos de mais idade, a ignorancia a mais completa e absoluta da nossa lingua. Para obviar esse inconveniente de desastradas consequencias, faz-se necessario que o poder Legislativo dote este Estado com uma Lei attinente a esse serviço, visando a obrigatoriedade do ensino da lingua official nos estabelecimentos de instrucção particular (RELATÓRIO, 1896, p. 10).<sup>3</sup>

Embora a solicitação sobre a obrigatoriedade do ensino da língua oficial nos estabelecimentos particulares tenha sido pleiteada, a situação não se concretizou por muitos anos. Em 1920, no Relatório feito pelo então Inspetor Geral do Ensino César Prieto Martinez, as escolas estrangeiras continuavam

---

3 - Optou-se por manter a escrita original do documento.

a falar no seu próprio idioma ignorando totalmente o português. Isto, porém não impediu que estas escolas no município de São José deixassem de funcionar, o pedido inclusive de professoras para atuarem nestas localidades eram feitas ocasionalmente pelos Inspetores Escolares.

Segundo o relatório feito por César Prieto Martinez, em 1920 o número de escolas que funcionavam em São José dos Pinhais, era de: 1 grupo escolar com 4 classes, 41 escolas isoladas, sendo 15 subvencionadas federais e 13 subvencionadas pelo Estado, todas funcionando nas colônias. Vale ressaltar, que este era o município que tinha o maior número de escolas no Paraná.

Em 5 de março de 1921, o Sub Inspetor de Ensino, Rubens Carvalho, redigiu um relatório sobre a situação das escolas em São José dos Pinhais, nas quais foi-lhe delegada a responsabilidade de inspecionar. Suas observações continham qual era o tipo de escola, onde estava localizada, quem era o professor dessa localidade, como eram formados os espaços, quantidade de alunos que frequentavam as escolas e não menos importante o tipo de ensino que era oferecido às crianças. Parte destas escolas funcionavam de forma organizada e atendia aos requisitos da Instrução Pública, outras no entanto estavam muito aquém desta realidade. Abaixo segue um quadro com a descrição das escolas que funcionavam nas áreas de colônias, no início da sua colonização.

**Quadro 1** - Descrição das escolas das áreas de colônias de São José dos Pinhais

Local	Escola (nº)	Tipo	Regente
Colégio Siveira da Motta	1	Grupo escolar	-
Colônia da Braga	1	Subvencionada	-
Colônia Zacharias	2	Subvencionada Federais	Profª Maria Alves de Brito Profª Lucy Cordeiro
Colônia Affonso Penna	1	-	Profª Maria Luiza Burtz
Colônia Affonso Penna	1	Particular	Profº Thadeu Yanposki
Colônia Murici	1	Subvencionada Federal	Irmã Philomena
Colônia Campina	1	-	-

Local	Escola (nº)	Tipo	Regente
Colônia Roseira	1	-	-
Colônia Mergulhão	1	Subvencionada Federal	Profª Dulcidia A. Oliveira
Colônia Barro Peto	1	-	-
Colônia Miringuava	1	-	Profª Olívia A. Machado
Corrego Fundo	1	Subvencionada Estadual	-
Ambrosias	1	Subvencionada Estadual	Profº João Chalkoski

**Fonte:** Informações do acervo digital do Museu Atílio Rocco - S.J.Pinhais<sup>4</sup>

A Escola da Silveira da Motta foi o primeiro grupo escolar construído em São José dos Pinhais, que seguia os critérios e padrão de construção das escolas do período republicano, assim como as da capital. A Casa escolar como inicialmente foi denominada, foi construída em 1912, no centro da cidade e da praça principal, abrigava 4 salas para atendimento às crianças em idade escolar.

**Figura 1 - Grupo Escolar Silveira Da Motta - 1912**



**Fonte:** Arquivo do Museu Atílio Rocco de S.J.Pinhais

4 - As informações utilizadas para organização do Quadro 1, foram retiradas de documentos do acervo digital do Museu Atílio Rocco. S.J.Pinhais.

Situado na praça central da cidade, o prédio representava o “progresso” e a imponência dos grupos escolares da capital. Construído dentro das condições de higiene, requerida pelas leis e códigos do período, o prédio possui 4 salas grandes e arejadas, onde em cada uma funcionaria uma escola que atenderia a demanda da localidade.

A escola (situada ao fundo na imagem acima), se destaca pela imponência da entrada principal e por estar acima do plano das ruas laterais, como um signo de destaque da região central da cidade, como uma forma de evidenciar a educação como redentora da humanidade. A frente estava a praça da cidade, com seu paisagismo impecável, pondo em evidência ao centro o Brasão do Governo Brasileiro símbolo de autoridade e respeito. Esses aspectos de construção eram requisitos fundamentais ditados pelo governo. As leis que obrigavam à modernização das construções, tinham em vista não só a segurança ou estabilidade, mas também o conforto ambiental decorrente dos agenciamentos ditados pelos novos conceitos de higiene (LEMOS, 1989).

A construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos Estados que tinham no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação, especialmente, nas capitais e cidades prósperas economicamente. Por regra, os edifícios escolares deveriam funcionar como ponto de destaque na cena urbana, enquanto sinal de um ideal republicano (BENCOSTTA, 2001).

Vale ressaltar, que embora os edifícios dos grupos escolares tenham sido construídos dentro de padrões do que havia de melhor, a realidade vivida pela grande maioria da população em idade escolar era muito diferente. Recursos escassos, falta de professores e locais inadequados de funcionamento, era o contexto da escola primária no país.

### *Um olhar investigativo sobre as escolas de colônia por meio das imagens fotográficas*

O que faremos a partir deste momento, será o de explorar por meio das imagens fotográficas a história vivida nestes espaços de escolarização.

Entendemos que a imagem fotográfica tem múltiplas faces e realidades. A primeira é a mais evidente, visível. É aquela que está diante dos nossos olhos, posta no documento, passível de ser identificada. A segunda realidade, permanece oculta, invisível, e requer um envolvimento mais profundo com nosso objeto de pesquisa e com os fatos históricos para que possamos nos aproximar o máximo possível de uma verdade, embora ainda esta não seja definitiva (KOSSOY, 1996).

Como suporte material da memória e testemunho da informação histórica, a imagem fotográfica se apresenta como representação de realidades imediatas, sendo assim o observador pode sentir a necessidade irresistível de procurar nessa imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora (BENJAMIN, 1985).

Segundo Bencostta (2011),

em certo sentido, podemos afirmar que tais registros são objetos culturais que guardam fortes vínculos entre a memória dos personagens da escola e a memória da própria instituição, visto que enquanto documentos, essas fotografias se consistem em testemunho e representação da escola primária em determinada época, pois revelam a um só tempo o modo de ser, mas também o de se conceber a escola; além de revelar formas determinadas de os sujeitos se comportarem e representarem seus papéis – professor, aluno, classe etc. Elas trazem informações sobre a cultura material escolar, como os arranjos espaciais (arquitetura), as relações sociais, os contextos humanos (professores, alunos, diretores e suas respectivas posturas) e sobre as práticas escolares (festas de encerramento do ano letivo, entrega de diplomas, desfiles e comemorações cívicas, solenidades, etc.). (BENCOSTTA, 2011, p. 400).

Apesar das fotografias escolares serem uma fonte histórica carregada de sentido, a compreensão de sua representação precisa estar relacionada ao contexto histórico no qual foram produzidas.

Vale lembrar, que as escolas da capital eram as mais procuradas pelos professores para lecionar, no entanto existiam 271 cadeiras de povoados que estavam vagas pela falta de profissionais. Na maior parte desses locais

funcionavam escolas particulares subvencionadas e não subvencionadas. Estando muito longe de o número de professores normalistas corresponder ao número de escolas, e sobretudo das normalistas recusarem a regência nas cadeiras de povoados no interior do Estado, a deficiência do ensino primário nessas localidades ficou evidente, não só pela falta de recursos, mas pela precariedade dos espaços que abrigavam as escolas.

Estes espaços, no entanto, contam uma história, são carregados de sentimentos, esperanças, alegrias, medos e angústias, que unem indivíduos e se constituem num “lugar social”, conceito definido por Michel de Certeau (1982).

Para o autor:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 1982, p. 56).

Quando se trata de explicar as formas específicas de representação que as imagens suscitam, é importante lembrar que quando algo é fotografado, torna-se parte de um sistema de informação, que envolvem não apenas uma cronologia de datas e fatos, mas que reproduzem uma realidade muitas vezes não compreendida, já que não existem palavras gravadas nelas que nos expliquem a sua realidade.

A imagem (Figura 2) abaixo, é um exemplo disso.

**Figura 2** - Festividades cívicas em frente ao Grupo Escolar Silveira Da Motta



**Fonte:** Acervo Digital do Museu Attilio Rocco - 07/09/1922

A foto traz a imagem das Festividades Cívicas realizadas em frente ao Grupo Escolar Silveira da Motta, situado na Praça Central de São José dos Pinhais, no dia 07 de setembro de 1922, em comemoração ao Centenário da Independência.

Na porta de entrada, é possível observar um grupo de pessoas bem vestidas, com certeza cidadãos proeminentes da cidade convidados para a cerimônia. No meio, um corredor leva até a porta de entrada, de cada lado estão fileiras de crianças, provavelmente alunos e alunas da escola que foram preparados por seus professores para este momento.

Pais, familiares e amigos engrossavam a entrada da escola, atentos aos discursos e as festividades, porém, ao fundo desta imagem, quase nem percebidos pela multidão que estava a frente, é possível observar algumas crianças em trajes simples, curiosas com o que estava acontecendo, talvez nem pertencessem a escola, talvez nem fizessem parte de qualquer escola, mas que

deslumbradas ou talvez desconfiadas queriam entender o que tudo aquilo significava. Em meio a este espetáculo, algo desperta a atenção, um garoto virado para trás observa o fotógrafo, posicionado no final do longo corredor registrando aquele momento histórico. Com certeza para este menino, aquele fotógrafo com seu objeto estranho era o que mais interessava, talvez na sua inocência de criança tinha a curiosidade de saber como aquilo funcionava, ou até mesmo para que servia aquele aparelho que o homem carregava com todo cuidado. Se este era o pensamento daquele menino, nunca saberemos, mas é possível pensar que a emoção daquele dia transformou de alguma forma a visão do mundo para ele.

Para Santaella (2012, p. 13), “a expressão linguística e visual são reinos distintos, com modos de representar e significar a realidade próprios de cada um”. Ou seja, eles muito mais se complementam, do que se substituem. Assim, quando utilizamos a linguagem verbal para falar, não impomos um modo que lhe é estranho, mas tentamos explicitar traços que caracterizam a natureza das imagens (SANTAELLA, 2012).

Analisemos a próxima imagem (Figura 3), de uma escola com seu professor e seus mais de 50 alunos, de origem polonesa que frequentavam a escola na Colônia Affonso Penna.

**Figura 3** - Escola da colônia Affonso Penna / Prof<sup>o</sup> Jorge Nascimento e seus alunos



**Fonte:** Acervo digital do Museu Attilio Rocco de S.J.Pinhais/ Fins da década de 30.

A foto tirada no final da década de 30, na escola da Colônia Affonso Penna, retrata o professor Jorge Nascimento, com seus alunos, organizados em filas, tendo ao fundo a casa que abriga a escola.

A imagem revela meninos e meninas, com suas cabecinhas loiras na sua maioria, dando evidência a sua descendência europeia, filhos de imigrantes poloneses que se instalaram nas colônias. Em filas, olhos atentos aos comandos do fotógrafo, que havia sido convocado para registrar aquele momento. As crianças menores estavam posicionadas a frente, vestidas em traje aparentemente de festa, algumas seguravam nas mãos pequenas bandeiras que ao longe nos lembram os traços da Bandeira Nacional, se eram de papéis ou tecidos, não nos é possível identificar, mas podemos pensar que se tratava de uma data comemorativa. Ao fundo estão as crianças maiores, isto nos dá a ideia de que esta era uma escola mista, que atendia crianças de diversas idades dentro do mesmo espaço, o que fica evidente em especial, pela figura de um único professor que faz parte da imagem fotográfica.

Ao fundo a escola, uma casa simples de madeira, com características da arquitetura europeia, muito longe de se comparar com as construções dos grupos escolares da capital que seguiam outros padrões.

No estudo feito por Gizele de Souza, Juarez José Tuchinski e Etienne Baldez Louzada Barbosa (2013), “O arquivo público paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial”, que trata da relação do historiador da educação com os arquivos, as possibilidades de pesquisa e as tensões que imbricam nesta relação. Os autores discorrem sobre os limites e as potencialidades das fontes ao expressarem baseados nas suas práticas, que os documentos buscados e interrogados, “transformados em fontes e testemunhas, são sempre escassos”, por serem produzidos em condições e situações diversas e peculiares, são apenas fatias de uma realidade capturadas por seus produtores (BARBOSA, 2013, p. 630).

Ao analisar essas potencialidades das fontes, assim como Burke (2004), ao falar das imagens, (Souza; Tuchinski; Barbosa, 2013), dizem que o problema vai além.

De tudo aquilo que uma sociedade, um grupo ou um indivíduo produz, só uma parte muito ínfima é legada aos pósteros como imagens que o mesmo grupo ou um de seus membros julgou oportuno de serem guardadas, preservadas e arquivadas. E por ser a partir de tais imagens que o historiador escreve a história é que terá sempre de se contentar em escrever uma história ou histórias no plural. (SOUZA; TUCHINSKI; BARBOSA, 2013, p. 630).

Nesta perspectiva, buscar compreender o que as fontes têm a revelar é estar disponível não somente a olhar, mas a ver além, é perceber os signos ou sinais que estão difundidos ou subscritos atrás do que nos parece óbvio. Isso fica muito claro quando nosso objeto de pesquisa são as fotografias.

As próximas imagens, retratam diversos espaços escolares usados para o ensino primário que foram construídos nas áreas de colônias de São José dos Pinhais. Em sua grande maioria, estes espaços eram casas simples, de madeira, algumas com características da arquitetura europeia, outras apenas simples construções, com apenas uma porta e janela e que abrigava as crianças da comunidade.

Essas propriedades, normalmente pertenciam às famílias de colonos, ou haviam sido doadas pela comunidade para serem usadas como escola. A precariedade dos espaços é evidente nas construções simples e no tamanho de cada escola. Longe da realidade dos grupos escolares da capital, que também tinham suas dificuldades, esses eram os únicos espaços que boa parte das crianças em idade escolar tinham para frequentar.

**Figura 4** - Escola colônia Zacarias



**Fonte:** Acervo Digital do Museu Attílio Rocco - S.J.Pinhais,s/data

**Figura 5** - Escola da colônia Taquaral



**Fonte:** Acervo Digital do Museu Attílio Rocco - S.J.Pinhais,s/data

Em relatório de inspeção feita em 1921, nas escolas das colônias de São José dos Pinhais, Rubens de Carvalho Subinspetor de ensino, diz que a escola da Colônia Zacarias (figura 4), estava situada em um local povoado, com grande número de matrícula e frequência assídua, porém a sala era pequena

e não havendo outra melhor nas imediações. As carteiras eram toscas e grandes, com um único quadro negro pequeno, os livros usados eram os recomendados pela Inspetoria, no entanto a dificuldade para o ensino ficava evidente já que a professora não disponibilizava de um quadro maior para expor as lições (Relatório, 1921, DEAP).

Em igual situação se encontrava a escola na Colônia Taquaral. Isso fica muito evidente quando analisamos as fotografias que retratam estes dois espaços. Casas simples, de madeira, com uma pequena janela e porta, que comportam poucas crianças. No entanto, eram nesses pequenos espaços com toda dificuldade, que os professores procuravam alfabetizar aos alunos, eram nesses locais que as transformações aconteciam, tocados pelas palavras do “mestre” que os ensinava, esses pequenos cidadãos descobriam um mundo novo, cheio de vida, de sonhos e esperanças.

Nas diversas colônias, a realidade não era diferente. As imagens singulares, retratam uma mesma gama de sentimentos que envolviam esses espaços, que tinham um objetivo tão altruísta, o de alfabetizar, de dar “luz” aos olhos obscurecidos e de tornar reais os sonhos daqueles que ainda mal entendiam o que era viver neste mundo cheio de desafios e expectativas.

As imagens abaixo (figura 6, 7 e 8), reproduzem a mesma situação. Marcadas pela simplicidade, ambas as escolas retratavam a escola “viva” nos espaços das colônias.

**Figura 6** - Escola da colônia Mergulhão



**Fonte:** Acervo Digital do Museu Attílio Rocco - S.J.Pinhais -s/data

**Figura 7** - Escola na colônia de Gamelas



**Fonte:** Acervo Digital do Museu Attílio Rocco - S.J.Pinhais -s/data

**Figura 8** - Escola isolada da campina dos furtados



**Fonte:** Acervo Digital do Museu Atílio Rocco - S.J.Pinhais. s/data

Segundo Samain (2012, p. 31), “sem chegar a ser um sujeito, a imagem é muito mais que um objeto: ela é o lugar de um processo vivo, ela participa de um sistema de pensamento. A imagem é pensante”.

De acordo com Kossoy (1998):

A reconstituição por meio da fotografia não se esgota na competente análise iconográfica. Esta é apenas a tarefa primeira do historiador que se utiliza das fontes plásticas. A reconstituição de um tema determinado do passado, por meio da fotografia ou de um conjunto de fotografias, requer uma sucessão de construções imaginárias. O contexto particular que resultou na materialização da fotografia, a história do momento daqueles personagens que vemos representados, o pensamento embutido em cada um dos fragmentos fotográficos, enfim, a vida do modelo referente - sua *realidade de interior* - é, todavia, invisível ao sistema óptico da câmara. Não deixa marcas na chapa fotossensível, não pode ser revelada pela química fotográfica, nem tampouco digitalizada pelo *scanner*. Apenas imaginada. (KOSSOY, 1998, p. 42-43).

Embora a imagem seja muito mais que um objeto, ela ainda não pode ser revelada na sua totalidade por aquele que a vê, pois ela traz carregada em seu interior uma realidade muito própria daqueles ou de algo que está impresso no papel. O que fazemos é construir hipóteses, imaginar e transcrever aquilo que em nosso íntimo pretendemos encontrar.

Ao pesquisar e analisar as imagens presentes neste trabalho, mesmo que não em sua totalidade, compreendemos a importância da imagem fotográfica como material de estudo histórico. Percebemos nos diversos registros fotográficos, o ponto de vista do fotógrafo e como isto incidiu na forma como captou o momento específico de retratar o tema escolhido. Embora as imagens tenham sido interpretadas dentro de um modo específico de ver, entendemos que possam ser observados ou apreciados de diferentes formas dependendo de cada um.

Somente através da sensibilidade e do constante esforço de compreensão dos documentos e do conhecimento do momento histórico é que podemos ultrapassar o plano iconográfico, e ir para o outro lado da imagem, além do registro fotográfico (Kossov, 1996).

### *Considerações finais*

A mais importante e decisiva contribuição da imagem fotográfica reside justamente na sua interpretação, numa análise metodológica de sua concepção que nos permita adentrar os seus limites e vislumbrar aquilo que nos é oculto. Este é um desafio que exige um mergulho no conhecimento não só do tema, mas do contexto e do período histórico onde tal imagem está inserida.

A fotografia funciona em nossa mente como uma espécie de passado preservado, a lembrança de um certo momento de uma certa situação, que ficou retido no tempo. Algumas destas imagens carregam um forte valor simbólico, que ativam certas emoções e sensações, que por vezes permeiam a forma como identificamos ou nos posicionamos frente a realidade.

Divulgar o mundo escolar por meio de imagens foi uma das formas encontradas pelo homem para entender e conceber o mundo a sua volta, bem como de preservar sua história, como um testemunho visual de uma realidade

própria. Assim a imagem fotográfica associa-se à memória e introduz uma nova dimensão no conhecimento histórico. No entanto, o maior desafio para o historiador que busca utilizar a fotografia como objeto de estudo reside justamente na sua interpretação. Enquanto receptor da imagem, ele não pode desconsiderar os mecanismos implicados em sua recepção (Bencostta, 2011).

Sobre a implantação dos grupos escolares, é importante destacar que, apesar dos esforços despendidos, a disseminação deste tipo de escola esteve longe de ser total no território brasileiro. No primeiro período republicano, antigas formas e práticas de escolarização, como as escolas isoladas e multi-seriadas, e a educação familiar e doméstica, mantiveram-se como presença incômoda, mas funcional em várias localidades do país. Também as escolas reunidas, representaram outra opção em vários estados brasileiros, em função dos gastos elevados de adesão aos grupos escolares. Tais modelos de escolas podem ser encontrados ainda hoje, nas periferias urbanas, nas áreas rurais, no interior, disseminadas no vasto território. Quanto à educação familiar e doméstica, por meio de formas diversas daquelas do passado, ainda se expressa em nossos dias, em diferentes ambientes sociais (Schueler; Magaldi, 2008).

Neste trabalho, procuramos compreender o valor das imagens fotográficas como fontes divulgadoras e promotoras do fazer educacional, dentro das escolas de colônia na região de São José dos Pinhais. Espaços revestidos de história, de memórias e de culturas singulares que perpassam a vida das inúmeras famílias vindas de longe, e que esperavam alcançar na nova terra uma vida melhor.

## *Referências*

BENCOSTTA, Marcus Levy. **Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba**. (São Paulo) v.30, n.1, p. 397-411, jan/jun 2011 ISSN 1980-4369

\_\_\_\_\_. **Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903- 1928)**. In: Educar em Revista. Editora da UFPR: Curitiba, n. 18, p. 103-141, 2001.

BENJAMIN, W. **Pequena história da fotografia**. In: Obras Escolhidas, v. I. (Trad. Sérgio Paulo Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 91-107.

- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. 1886-1944. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. - Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBROWEC, A.F.. **A Política em São José dos Pinhais**. Almanaque São José dos Pinhais: História e Política. v.1. Revista Pública, n. 7, ano IV. 2014. p. 36-92
- BOSCHILIA, Roseli. org. **Reconstruindo Memórias: os poloneses do Santo Inácio**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2004.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem** / Peter Burke; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho.- Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CARVALHO, Marta M.Chagas de. **A Escola e a República**. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história** / Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; \*revisão técnica [de] Arno Vogel. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**/Emília Viotti da Costa. - 6.ed. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. - (Biblioteca básica)
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia**. In: SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**/Etienne Samain-São Paulo:Hucitec,1998.
- LEMOS, Carlos A.C. **O quê Arquitetura**. 5ª ed. São Paulo: Editora Braziliense, 1989 - ISBN: 85-11-01016-5
- MAROCHI, Maria Angélica. **História & Memória: a busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais (2014)**. 2014
- \_\_\_\_\_. **Câmara Municipal de São José dos Pinhais: 150 anos: 1853-2003**. Câmara Municipal: São José dos Pinhais, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Imigrantes 1870-1950: Os Europeus em São José dos Pinhais**. Curitiba: Travessa dos Edirores, 2006
- MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **A cultura material das escolas coloniais italianas no Paraná: da precariedade à renovação**. In: Escolarização, culturas e instituições: escolas étnicas italianas em terras brasileiras / org. Terciane Ângela Luchese. - Caxias do Sul, RS: EducS, 2018

\_\_\_\_\_. **A constituição do processo de escolarização primária no Município de Colombo - Paraná (1882 - 1912)** / Elaine Cátia Falcade Maschio, 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875 - 1930)** / Elaine Cátia Falcade Maschio, 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná.

MELO, Cristiane Silva Melo. MACHADO, Maria Cristina Gomes Machado. **A organização da instrução pública no estado do Paraná no início da república: o decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 248-260, jun.2010 - ISSN: 1676-2584 25

OLIVEIRA, M. C. M. **O Grupo Escolar Dezenove de Dezembro: história e organização.** In: I Congresso Brasileiro de História da Educação/UFRJ, 2000, Rio de Janeiro. Educação no Brasil: História e Historiografia, 2000. v. 1. p. 210-212.

SAMAIN, Etienne. **Como pensam as imagens / organizador: Etienne Samain.** - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens / Lucia Santaella.** São Paulo: Editora Melhoramentos -2012. ISBN 978-85-06-00447-0

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Evolução da População.** Disponível em: <<<http://www.sjp.pr.gov.br/evolucao-da-populacao>>>. Acesso em: 11/08/2023

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa.**2008. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=54> > Acesso em 17/05/2017.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia/Susan Sontag; tradução Rubens Figueiredo.** - São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Título original: On photography

SOUZA, José Edimar de. **A pesquisa do ensino primário no Brasil :um modo de compreender o significado social do ensino - Entrevista com Rosa Fátima de Souza Chaloba.** Revista História da Educação (Online), 2019, v. 23: e93910 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/93910>

SOUZA, Gizele. TUCHINSKI, Juarez José. BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **O arquivo público paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 3, p. 627-643, jul./set. 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da escola primária.** In: SAVIANI, Dermeval (et.al.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. **Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo ( 1890-1910 )**. São Paulo: Ed.da UNESP, 1998.

## *Relatórios*

PARANÁ. **Relatório apresentado ao Governador do Estado**, pelo Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica, Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Curitiba, 1896. Acervo do DEAP-PR.

PARANÁ. **Relatório apresentado ao Governador do Estado**, pelo do Inspetor Geral da Instrução Pública Professor Cesar Prieto Martinez, Curitiba , 1920. Acervo do DEAP-PR.

PARANÁ. **Relatório apresentado ao Inspetor Geral de Ensino do Paraná**, pelo Sub Inspetor de Ensino, Rubens de Carvalho, Curitiba, 1921. Acervo do DEAP-PR.

QUADRO 1 - Descrição das escolas das áreas de colônias e São José dos Pinhais.

Fonte: Acervo digital do Museu Attilio Rocco - S.J.Pinhais.

## *Fontes iconográficas*

FIGURA 1 - **Grupo Escolar Silveira da Motta** - 1912 . Fonte: Arquivo do Museu Attilio Rocco de S.J.Pinhais.

FIGURA 2 - **Festividades Cívicas em frente ao Grupo Escolar Silveira da Motta**. Fonte: Acervo Digital do Museu Attilio Rocco - 07/09/1922.

FIGURA 3 - **Escola da Colônia Affonso Penna** / Prof<sup>o</sup> Jorge Nascimento e seus alunos. Fonte: Acervo digital do Museu Attilio Rocco de S.J.Pinhais/ Fins da década de 30.

FIGURA 4 - **Escola Colônia Zacarias** - s/data. Fonte: Arquivo do Museu Attilio Rocco de S.J.Pinhais.

FIGURA 5 - **Escola da Colônia Taquaral** - s/data.Fonte: Arquivo do Museu Attilio Rocco de S.J.Pinhais.

FIGURA 6 - **Escola da Colônia Mergulhão**. Fonte: Arquivo do Museu Attilio Rocco de S.J.Pinhais.

FIGURA 7 - **Escola Isolada da Colônia de Gamelas**. Fonte: Arquivo do Museu Attilio Rocco de S.J.Pinhais.

FIGURA 8 - **Escola Isolada da Campina dos Furtados**. Fonte: Arquivo do Museu Attilio Rocco de S.J.Pinhais.

## *“La escuela nueva en acción”: a materialidade escolar para a nova educação na América Latina em revistas para professores no primeiro terço do século XX*

Andréa Bezerra Cordeiro<sup>1</sup>  
Franciele F. França<sup>2</sup>

### *Introdução*

Uma nova educação, capaz de mudar o mundo através da transformação das sensibilidades em favor dos valores da simplicidade, da liberdade, da responsabilidade, do retorno à natureza e do cultivo da beleza, conhecimento e verdade. Esta sentença poderia estar na propaganda de quase toda escola que se deseje transformadora no século XXI. No entanto, trata-se aqui de uma formulação bastante geral e difundida de ideias-motor do movimento por uma nova educação, que ganha força na Europa logo após a Primeira Guerra Mundial, movimento conhecido pelo nome de Escola Nova.

A perpetuação e a atualidade destes anseios, muitas vezes convertidos em slogans<sup>3</sup>, por uma educação capaz de reverter mazelas que atingem à humanidade, nos instigam a compreender o fenômeno da difusão, circulação e apropriação destas ideias, que parecem ainda ter força, não obstante datarem de quase um século e terem assumido diferentes roupagens através de métodos e movimentos que se sucederam na história da educação do ocidente desde o século XX.

---

1 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: andreacordeiro@ufpr.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0023333537142389>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6963-5261>

2 - UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: fran.f.franca@outlook.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8629067764224429>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3161-6572>.

3 - A sloganização reduz as possibilidades de co-criação dialógica no fazer educativo, é uma tática a ser usada para dominar o discurso de maneira condutiva e prescritiva, e não praxiológica, sendo para Paulo Freire, o antidiálogo. (Freire, 1997)

Neste sentido, trazemos para debate no presente artigo a discussão que tais ideias, surgidas no Velho Mundo, ganharam força e espraiamento na América Latina através de um esforço racional de divulgação do ideário da escola nova a partir da década de 1920, entendendo que os educadores e as educadoras envolvidos no surgimento da escola nova, buscaram estrategicamente divulgar suas ideias, fazendo uso de uma mídia que tinha destaque e alcance naquele período: as revistas de caráter pedagógico.

A imprensa pedagógica tem se constituindo como um produtivo espaço para a análise histórico-educacional através de diversificadas abordagens, em um movimento reconhecido por Catani (2013) como intrínseco à profissionalização docente desde meados do século XIX, fortificando-se no século XX, publicizando, produzindo, formando e orientando o fazer de professores e professoras.

Em se tratando do movimento escolanovista, as revistas oficialmente ligadas à *New Education Fellowship* (Liga Internacional para a Educação Nova) assumiram um papel de autoridade e propaganda desse ideário educativo, trazendo (sob a forma de artigos majoritariamente de cunho científico, assinados por autoridades do movimento) discussões teóricas, modelos, propostas, narrativas de visitas a instituições, que destacaram a potência dos princípios escolanovistas a serem aplicados nas instituições que almejassem a renovação da educação, e com ela, a renovação do mundo.

Brasters e Andres (2018) destacam que os esforços de propaganda desse movimento se tornaram uma das principais estratégias de seus criadores e um elemento de extrema importância à expansão mundial do escolanovismo. Os autores afirmam que o movimento, desde seu nascimento, será marcado pela “*vocacion propagandística de sus primeras y más conocidas figuras*” (p. 100), citando como exemplo os inúmeros documentários produzidos por Maria Montessori, Decroly e outros educadores, e apresentados para grandes audiências na Europa e nos Estados Unidos, desde início dos anos de 1910 e por toda década de 1920.

Ainda de acordo com Brasters e Andres (2018), entendemos que:

A Escola Nova foi um movimento transnacional, impulsionado pela celebração do primeiro Congresso Internacional de Educação Nova, em Calais (1921), durante o qual ocorreu a criação do *New Education Fellowship* (NEF), rede na qual se integravam os educadores que acreditavam em uma educação centrada na personalidade da criança. Três figuras estiveram envolvidas em sua fundação, o suíço Adolphe Ferrière, a alemã Elizabeth Rotten e a britânica Beatrice Ensor. Esta última forneceu as raízes institucionais da NEF, a Fraternidade Teosófica em Educação que ela ajudou a estabelecer em 1915, em meio ao horror da Primeira Guerra Mundial, impulsionada pela ideia de que o conflito bélico poderia ter sido evitado com uma educação diferente. Ensor pensava que a nova educação poderia mudar o mundo, mas não com medidas legislativas, e sim «*changing public opinion and the hearts and minds of men and women*», ou seja com uma ação de propaganda tal e qual a entendiam os intelectuais do pós-guerra (Brasters; Andres, 2018, p. 100).<sup>4</sup>

Assim, o movimento escolanovista se desenvolveu mantendo muito ativas inúmeras iniciativas de espraiamento de suas matrizes teóricas, metodologias e aplicação, seja através de filmes, congressos ou revistas, focando na mudança das mentalidades em direção a uma melhoria da humanidade através da educação.

Beatrice Ensor, muito consciente do poder da propaganda foi também a responsável pela publicação da revista *The New Era*, que já existia desde janeiro de 1920 como veículo da Fraternidade Teosófica, e que se torna, a partir de julho de 1921, uma publicação oficial da NEF e a primeira revista de divulgação da Escola Nova nos países de língua inglesa, sendo seguida na Europa pela versão francesa *Pour l'Ère Nouvelle*, em janeiro de 1922, dirigida por Adolphe Ferrière, e pela versão alemã *Das Werdende Zeitalter*, inaugurada no mesmo ano de 1922, sob responsabilidade de Elisabeth Rotten (Brasters; Andres, 2018, p. 102).

Na América Latina o movimento de renovação da educação e a divulgação da escola nova acontecerá também por meio de revistas voltadas

---

4 - Optamos, para facilidade dos leitores, por traduzir para o português o referencial teórico e as citações de fontes que se encontram originalmente em espanhol.

aos professores. Diante do contexto exposto anteriormente, nos dedicaremos a pensar sobre a composição da materialidade escolar a partir de duas destas revistas, tomando por base sua vinculação com a *New Education Fellowship* (Liga Internacional para a Educação Nova) entre os anos de 1926 e 1928: o periódico **La Obra**, e seu apêndice *Nueva Era*, de publicação argentina, e o periódico **La Nueva Era: revista de la nueva educación**, publicação chilena.

É importante ressaltar que não se trata de uma análise concreta sobre um objeto ou outro da materialidade escolar presente nos discursos escolanovistas, ou mesmo de adentrar um campo de definições e perspectivas sobre a temática da escola nova. Nossa proposta consiste em apresentar, de forma ainda inicial, algumas possibilidades de análise destas publicações em relação ao contexto latino-americano, atentando sobretudo aos elementos indicativos de uma cultura material escolar que transparecem em relação ao ideário escolanovista no contexto da América do Sul, e explorar de que forma os discursos de renovação escolar abordam a materialidade que compõe a escola.

Nesse sentido, a abordagem que empregamos neste estudo considera os artefatos materiais, como objetos que “deixam entrever projetos pedagógicos de escolarização da infância, racionalidades pedagógicas, representações da escola; métodos de ensino, dispositivos educativos; intenções educacionais, dentre outros aspectos” (PERES; SOUZA, 2011, p. 54).

Voltar-se para as revistas pedagógicas a partir de uma perspectiva fundamentada numa cultura material escolar pode auxiliar na compreensão das propostas educacionais em diferentes contextos, bem como no entendimento de como movimentos de renovação escolar se traduzem em objetos, espaços escolares e práticas pedagógicas. Além disso, uma análise da cultura material escolar pode permitir um aprofundamento sobre as condições de ensino, as mudanças nas práticas educacionais e os impactos culturais sobre a educação.

Destaca-se ainda, que esse tipo de documento – periódicos pedagógicos – foi produzido com o intuito de levar aos professores saberes que estavam em circulação nacional e em países estrangeiros, eram produzidas por

professores para professores, que defendiam um projeto pedagógico específico em consonância ou não com as aspirações governamentais ou do professorado. Desta forma, essas revistas foram compostas de artigos advindos da prática, de traduções e recompilações de materiais específicos sobre o ensino e o ofício docente, de matérias divulgadoras de materiais para o professor e para a escola, de artigos legislativos e de notícias educacionais nacionais e de outros países, com o intuito principal de “aperfeiçoar” o exercício do magistério.

Na ótica dos professores leitores, pode-se afirmar que, na falta de materiais mais detalhados sobre as práticas do ofício, essas revistas preencheram esse espaço como suportes de orientação, informando principalmente sobre os modos de ensinar nas escolas.

### *La Obra e La Nueva Era: Argentina e Chile no circuito escolanovista*

A primeira edição do periódico **La Nueva Era: revista de la nueva educación** foi publicada em novembro de 1926, como órgão oficial da *Asociación de la Nueva Educación* chilena. Em seu editorial, a direção da revista afirmava que esta havia sido criada com o intuito de contribuir para a divulgação do movimento da nova educação, propondo-se a cientificar seus leitores sobre o movimento de reforma educacional que “agitava os principais centros culturais da Europa e América do Norte” (LA NUEVA ERA, 1926, p. 02).

Diante disso, a revista comprometia-se a informar sobre as publicações provenientes da Liga, traduzir os artigos mais interessantes de suas 3 revistas ou então publicar resumos mais extensos, indicar listas de obras sobre o tema e comunicar sobre estabelecimentos que teriam sido fundados de acordo com o novo sistema.

Já a revista **La Obra**<sup>5</sup> começou a ser publicada em 1921, na Argentina. Segundo Gvirtz e Barolo (2020), quando de sua fundação, a **La Obra** foi uma

---

5 - Para mais detalhes sobre a revista **La Obra** (história, forma e conteúdo), conferir: Frechtel, Ignacio. La construcción de una sociabilidad pedagógica renovadora en la primera mitad del siglo XX en la Argentina. Conflictos, disputas y negociaciones en la circulación de la Escuela Nueva a través de la revista La Obra. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Programa de doctorado de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. 2021.

das propostas mais relevantes de divulgação do movimento na Argentina. As autoras ainda evidenciam que sua particularidade e importância “residiam não apenas no fato de ser uma revista pedagógica escrita para professores, mas na estrutura particular que possuía e com a qual respondia às demandas de conhecimento prático e teórico de professores daquela época” (Gvirtz; Barolo, 2020, p. 137).

Em 1926, a revista passa a publicar um suplemento intitulado *Nueva Era*, devido a sua afiliação à *New Education Fellowship* (Liga Internacional para a Educação Nova). O editorial da publicação de número 09 de **La Obra**, de 20 de junho de 1926, apresenta um histórico do movimento de renovação escolar pela Europa e das ações da Liga, e faz uso disso para enfatizar que, desde sua criação (1921), vinha publicando matérias relativas à nova educação, portanto, indiretamente “incorporada ao movimento”.

Afirmando tratar-se de uma revista que representava o magistério argentino, não podia postergar por mais tempo sua adesão à Associação, deste modo, dirigia-se à NEF expressando sua concordância com os princípios propagados e colocava-se à disposição para colaborar com os educadores dos países vinculados à instituição (LA OBRA, 1926, n. 09, p. 386).

A disseminação de periódicos como estratégia de crescimento do movimento está expressa na abertura do primeiro número da revista chilena **La Nueva Era**, publicado em dezembro de 1926. Na primeira edição do Ano Um da revista, o texto de abertura, intitulado *Nossas primeiras palavras*, não será de fato o primeiro contato da revista com seus leitores. Ao texto de abertura se sobrepõe uma folha impressa de tamanho menor e sem paginação, que aparenta ter sido acrescentada à publicação depois de o periódico já ter sido preparado (fig. 1).

**Figura 1** - Carta aos leitores na revista **La Nueva Era**, número 1, ano 1. 1926, Chile.

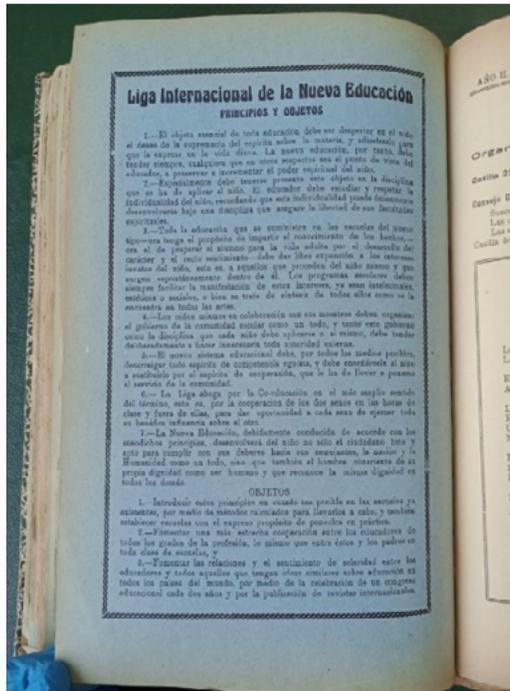


Se trata de uma carta da direção da revista aos seus leitores, explicando que, embora tenha sido anunciado o nascimento de uma revista intitulada *La Nueva Educación*, que seria veículo de divulgação dos trabalhos da *Liga Internacional de La Nueva Educación*, a revista estava sendo apresentada sob novo nome: **La Nueva Era**. Segundo os autores da carta, houve problemas para registrar o nome originalmente pensado para o periódico porque, após o anúncio do nome e alguns meses antes da publicação de fato do número um da revista, um grupo de professores da localidade de Chillan registrou e lançou uma revista pedagógica sob o nome *La Nueva Educación*, que também intencionava dedicar-se à escola nova. A carta frisa que a revista oficialmente ligada à Liga Internacional da Nova Educação era aquela que estava em suas mãos, sob o título agora registrado de *La Nueva Era*.

O tom da breve carta é de desambiguação para evitar que os leitores tomassem uma revista pela outra, com ênfase em destacar que a troca, embora tenha gerado aborrecimentos, resultou em motivo de orgulho, “pois agora a revista levaria o mesmo nome que os órgãos de que se valiam para levar as suas magníficas experiências educativas e apontar-nos rumos, Beatriz Ensor, Paul Fauconnet, Ovide Decroly, e Adolfo Ferrière” (LA NUEVA ERA, nº1, 1926).

A intencionalidade propagandística não será expressa apenas na primeira edição da revista. Diversas edições posteriores da chilena **La Nueva Era** que analisamos, entre os anos de 1927 e 1929, apresentaram um texto, localizado antes do sumário e folha de rosto da revista, intitulado *Liga Internacional de la Nueva Educación: Principios y Objectos*. Tal texto, sempre apresentado com diagramação idêntica nos diferentes números (fig. 2), traz, como denuncia o título, os princípios da educação nova, e dentre os três objetos apresentados está o compromisso de “fomentar as relações e o sentimento de solidariedade entre educadores e todos aqueles que tenham ideias similares sobre educação em todas as partes do mundo por meio da celebração de um Congresso educacional a cada 2 anos e através da publicação de revistas internacionais”.

**Figura 2 -** Exemplo da diagramação do texto com princípios e objetivos da *Liga Internacional da Educação Nova*, apresentada em diversas edições da revista chilena **La Nueva Era** entre os anos de 1927 e 1929.



**La Obra**, a revista Argentina, apresentará em sua edição de número 143, de 1928, um texto assinado por Ensor, Ferrier e Rotten no qual se expressam as condições para que uma revista possa se considerar um veículo da *Liga Internacional de la Nueva Educación*, sendo que o primeiro deles afirma que “cada fascículo reproduzirá em lugar visível os princípios e fins da Liga” (LA OBRA, 1928), mostrando que as revistas compunham um contexto de produção, no qual há o compromisso de que seus artigos e demais publicações coadunem com esses princípios. Apesar disso, percebemos que no caso da **La Obra**, ou mesmo no suplemento **Nueva Era**, o texto *Liga Internacional de la Nueva Educación: Principios y Objectos* não se fará presente em todas as

edições, e quando aparece apresenta cortes em relação à íntegra apresentada na revista **La Nueva Era**, produzida no Chile.

O conteúdo das revistas apresentava traduções para o castelhano de diversos artigos antes publicados em francês, inglês ou alemão nas revistas europeias, e oferecia aos leitores alguns artigos inéditos que relatavam experiências de escolas locais envolvidas com as mudanças pedagógicas e filosóficas espelhadas nos princípios escolanovistas.

### “Despertando na criança a supremacia do Espírito sobre a Matéria”: cultura material para crianças nas páginas de *La Obra* e *La Nueva Era*

*O objeto essencial de toda a educação, deve ser despertar na criança o desejo da supremacia do espírito sobre a matéria e adestrá-la para que o expresse na vida diária. A Nova Educação, portanto, deve ter sempre, a despeito das diferenças do ponto de vista do educador, preservar e incrementar o poder da criança. (Liga Internacional da Nova Educação, Declaração de Princípios e Objetos, Princípio 1 – Revista La Nueva Era, Número 1- Chile, 1926).*

O primeiro princípio declarado no documento que estabelecia as bases de uma educação nova da Liga Internacional da Educação Nova, (delineado a partir do primeiro congresso da *New Educacion Folowship* em Calais, no ano de 1921), nos apresenta a ideia da superioridade do espírito sobre a matéria. Tal anseio estará presente em uma dimensão muito elaborada e transcendental, pois trata-se de sublinhar que os objetivos da educação não se restringiam à preparação para o trabalho, para a docilização das atitudes, nem apenas ao desenvolvimento da inteligência:

O que se propõe nessas escolas? A educação de nossos antepassados, e também a nossa, há consistido especialmente no cultivo da nossa inteligência. Porque não se há reconhecido ou levado em conta outro valor no indivíduo, do que o intelecto. Hoje, um poderoso núcleo de opiniões, estima errônea essa atitude e muito laudáveis e interessantes

estudos se estão efetuando para demonstrá-lo. Entre essa opinião figuram os diretores e professores das Escolas Novas, que desejam mostrar a bondade das teorias por meio da sua prática num laboratório-escola junto à criança, considerando seu triplo aspecto: a vontade, a inteligência e o coração, procurando manter o seu harmônico desenvolvimento. O primeiro aspecto se refere a convidá-lo a manter-se naquilo que é sua potência, acrescentando o seu domínio sobre si mesmo e sobre as circunstâncias. Enquanto ao segundo, esforçando-se para que a inteligência não represente a acumulação de teorias externas, se não um profundo e verdadeiro conhecimento das matérias estudadas. Quanto ao terceiro, procurando que cresça seu coração em compaixão e força para que suas emoções e sentimentos sejam dignos do homem que anseia melhorar a sua raça, enriquecendo-a com seu concurso (SELLAREES, LA NUEVA ERA, n. 3, Chile, 1927, p. 70).

No compasso destes ideais educacionais grandiloquentes, impactados sobretudo pela situação da Europa com seu trauma da Primeira Guerra Mundial, a questão da materialidade escolar será trazida aos textos selecionados para serem traduzidos a partir de revistas escolanovistas europeias ou em textos inéditos publicados nos primeiros anos de circulação nas revistas **La Nueva Era** e **La Obra** a partir de sua associação com os métodos de ensino (especialmente com o método de Maria Montessori) e também de um dos princípios mais caros à Escola Nova: o princípio de retorno à Natureza.

A centralidade do contato com a natureza aparecerá como o terceiro ponto dentre os trinta princípios escolanovistas elaborados por Adolphe Ferrière, que os publica pela primeira vez no prefácio do livro *Une école nouvelle en Belgique*, do educador Faria de Vasconcelos, fundador da Escola Nova de Bièrges, na Bélgica, e expoente do movimento escolanovista (Almeida Neto; Fortunato, 2023, p. 4):

A escola nova está situada no campo, sendo este o meio natural da criança. A influência da natureza, a possibilidade que oferece para se entregar aos divertimentos dos primitivos, os trabalhos dos campos que permitem realizar fazem dele o melhor auxiliar da cultura física e educação moral (Ferrière apud Alves, 2010).

A partir desta idealização da escola que se institui no campo, se difundem discursos sobre a necessidade de que a escola deixe a clausura das salas de aula e a rigidez dos mobiliários e materiais “tradicionais” e busque cada vez mais trazer as crianças para espaços abertos ou semiabertos, onde a luz do sol, o ar puro, o contato com os sons e pequenas criaturas da natureza possam ajudar na tarefa educativa, compreendida, segundo uma das educadoras publicadas, como um conjunto de “meios que facilitem a exteriorização do que já guarda em latência, a alma da criança” (Sellarees, *La Nueva Era*, 3, Chile, 1927).

“A escola deve estar localizada dentro do ambiente natural em um lugar onde a criança possa estar em íntimo contato com os fenômenos da natureza todos os dias, entre as manifestações da vida e os seres viventes em geral”, afirma Decroly, em outro artigo publicado na **La Nueva Era** chilena, de setembro de 1928. Luz, ar, água e terra se constituirão, segundo esta perspectiva, os principais materiais com os quais se deveria encaminhar as práticas educacionais renovadas.

Nesse sentido, encontraremos também nas páginas das revistas algumas descrições de visitas a escolas, com descrições dos espaços nas quais se enaltecem elementos da simplicidade e do engenho e produção artesã de professores e alunos.

É o caso da descrição, bastante bucólica, de uma visita a uma Escola Nova belga fundada na região de mineração de Marcinelle, que aparece no número 2, do ano de 1927, da revista **La Nueva Era**.

Um professor, empapado pelo Espírito Novo, decidiu dar-se de corpo e alma à realização da nova metodologia. E se essa é, essencialmente, inventiva e energética, nada mais conforme ao novo espírito que começar do nada sem pedir ajuda nem esforço a ninguém: sem local, sem livros, sem qualquer tipo de material de classe, sem tudo aquilo em que primariamente tendem a pensar a maioria dos professores: que se proporcionem tudo já feito, ou, ao menos, que se lhes deem os meios necessários para realizar a obra que se propõe. O bom professor de Marcinelle começou abrindo uma escola em um estábulo. Foi esse, limpo pelas próprias mãos do professor e de seus escassos e andrajosos

alunos da região que a ele vieram se juntar. (Juan Bardina, A NUEVA ERA, 1927, n. 2, p. 36).

Nesse texto a argumentação toda gira em torno do quanto seria simples produzir um espaço para uma boa Escola Nova desde que houvesse a dedicação e o conhecimento do professor, somado a sua maestria, e junto com os alunos transformar os elementos que estivessem em seu alcance, em verdadeiras obras de arte úteis, em favor da aprendizagem dos alunos e do provimento de elementos para a própria escola.

A singular mobília da escola ficou ao encargo dos próprios habitantes dela, constituía-se em várias mesas primitivamente acabadas e de alguns bancos de estilo robinsoniano, nos quais o prazer da obra própria fazia assentar alunos e professor com não dissimulado e nobre orgulho. Tinteiros feitos de garrafas, muito variados e primitivos e uns armários modestíssimos, nada mais. Se ia de um piso ao outro mediante uma escada de mão, cujo incômodo era superado com um pouco de habilidade e também com um pouco de bom humor. (Juan Bardina, LA NUEVA ERA, 1927, n. 2, p. 36).

O texto apresenta de maneira heroica e romantizada a precariedade sobre a qual o professor, que não é nomeado, ergue a escola. A tônica do relato pode ser lida como um estímulo à expansão da ideia de uma escola nova possível, e que exige quase nada em termos materiais. No entanto é também uma prescrição de como colocar o novo modo de educação em prática de maneira efetiva e simples, contando com dois elementos imprescindíveis: a destreza, criatividade, boa vontade e preparo do professor, e o ambiente suburbano, com áreas verdes e contato com a natureza.

No bojo deste discurso, entrevemos o esvaziamento do papel do Estado em prover as escolas públicas, a sobrecarga de atribuições sobre o professor e a recusa da pauperização da escola para as crianças pobres.

No contexto latino-americano discursos com teor aproximado irão se repetir, mas nas terras do novo continente outros elementos se somarão. É interessante a maneira pela qual, tanto a revista argentina como a chilena, encontrarão meios de discursivamente enaltecer as condições naturais

apresentadas no continente sul-americano para a implementação efetiva da Escola Nova.

No contexto das publicações escolanovistas estudadas é possível perceber esse raciocínio nas palavras do próprio Decroly, em seu texto “Una Escuela Nueva em Sud-américa: El Gimnasio Moderno de Bogotá, Colombia”, publicado em duas partes, na revista chilena **La Nueva Era**, edição 3 e 4 de 1927:

A 2.600 m de altura, há 12 dias no mar e há 30 dias das costas da França, como em um descomunal ninho de águia, encontra-se a capital da Colômbia, localizada em sua savana cercada por um cinturão de montanhas. (...) é nessa longínqua savana que se ergue o ginásio moderno. Uma espécie de milagre pedagógico. Do qual vou dar algumas palavras depois da viagem que empreendi durante 2 meses para estudar o seu funcionamento. E testemunhar o seu progresso. (...)

Ao situar a distância do mar e da França, Decroly salienta a interiorização e expansão do movimento pela nova educação, ao mesmo tempo em que introduz no leitor a ideia do pitoresco e da profundidade da natureza na qual o ginásio foi erguido. O elogio das terras sul-americanas, com seu clima, sua vegetação, suas águas, foi usado com certa recorrência no período durante e logo após a Primeira Guerra Mundial, por intelectuais latino-americanos que, aproveitando o ensejo da crise trazida pelo conflito europeu, construíram seus argumentos baseados no frescor e nas possibilidades das américas como alternativa à decadência do Velho Mundo (Cordeiro, 2015, p.26). Na continuação de seu relato de viagem e visita ao Ginásio Moderno de Bogotá, Decroly endossa esse tipo de discurso:

O Ginásio surgiu lá pelos anos de 1914; enquanto os povos da Europa se matavam entre si e as escolas morriam ou vegetavam, para além, nas lonjuras e nas alturas, nos confins da savana se desenvolvia e progredia uma obra vivificadora e progressista, tanto que antes do fim da guerra já se havia feito a adequação de um terreno de 10 hectares para a construção dos edifícios, empresa que pareceria quimérica alguns anos antes. Assim, em 1918, ao terminar o ginásio seu quarto ano de vida, se construiu sobre este vasto terreno, situado muito

longe da congestão urbana, todos os edifícios e anexos necessários a um ginásio com internato: salas de aula, salas de estudo, dormitórios, biblioteca, teatro, oficinas para trabalhos manuais de carpintaria, cartonagem, modelagem, uma piscina de natação, canchas de futebol, tênis e etc., terrenos para cultivo e experimentação.

As escolas parque, as escolas ao ar livre, e os acampamentos de verão também aparecem como alternativas inovadoras, higiênicas, pedagogicamente adequadas à perspectiva escolanovista de desenvolvimento da criança junto à natureza. Há na edição de setembro de 1927 da revista chilena um interessante texto sobre o projeto de criação de Parques Escolares suburbanos em Montevideu, escrito por Leonila Rocios. Nesse entusiasmado texto as vantagens do espaço verde em contraposição à cidade são destacadas:

Parques Escolares! Ou seja, parques para as crianças da cidade, que recebem no meio urbano um ensino inadequado, perturbador e deformador de muitas belas vocações desatendidas e maltratadas (...) não é só uma questão sobre edifícios é uma questão de saúde e vida de um povo. Questão de saúde pública essa é, de criar sãos e fortes nossos filhos (...). As cidades não são construídas nessa aspiração, são outros os motivos determinantes de suas características. É preciso buscar, pois, soluções que compensem ou atenuem os efeitos contrários dessas fatalidades que são consequência das aglomerações urbanas. (Leonila Rocios, *La Nueva Era*, set.1927, p.108)

No texto é desenvolvido o argumento eugenista de que além da herança dos progenitores a criança precisa de ar puro, natureza, sol, para poder cumprir o ideal de melhoramento da raça, e as escolas parque seriam a solução. A autora propõe que os governos das cidades da América do Sul adquiram terrenos afastados da cidade com o fim de reservar espaços arborizados para que as crianças possam se desenvolver longe do caos urbano, indo de ônibus para a escola pela manhã e voltando ao final da tarde. Quanto à questão do custo e provimento material ela argumenta:

O que necessita um Parque Escola? Uma terra arborizada, um edifício central, e logo salas de aula simplíssimas. Um campo e um bosque, quer

dizer, isso é tudo. As escolas dispersas de hoje? São todo um problema de complicada arquitetura, em cada caso são logo uma prisão, um claustro. O mesmo claustro de sempre. (Leonila Rocios, *La Nueva Era*, set.1927, p.110)

Na revista argentina, além dos artigos de autores estrangeiros sobre métodos ou experiências educacionais em outros países, havia o interesse em divulgar experiências locais com base nos preceitos da nova educação. No suplemento publicado pela **La Obra**, intitulado *Nueva Era*, publicava-se uma coluna denominada *Escuela Nueva en Acción*, na qual seriam divulgadas algumas dessas experiências realizadas nas escolas argentinas, ou apresentaria propostas de uma metodologia para a execução do ensino.

Em alguns desses artigos é possível encontrar menções a utilização de materiais específicos relacionados a um determinado tema que auxiliam e promovem o desenvolvimento do ensino, ou indicações de uma materialidade escolar que implicaria numa reorganização do espaço escolar. Apresentamos como exemplo desse último aspecto, dois artigos que destacam o trabalho realizado pela educadora Clotilde G. de Rezzano, diretora da Escola Normal n. 5.

Na edição de número 09, de 1926, de autoria da educadora, foi impresso um artigo sobre as suas propostas pedagógicas abordadas no curso de aplicação da Escola Normal n. 5, na organização do ciclo infantil.

Ambiente material: É necessário preparar o ambiente material da sala de aula. Deve conter todos os elementos ilustrativos relacionados ao centro. Não deve conter nada estranho a ele. Sempre que possível, é necessário retirar os bancos escolares, instrumentos que promovem o ócio e deformação física. Os bancos deverão ser substituídos por mesas baixas para 4, 6 ou 8 alunos e cadeiras. Deve haver também dois armários abertos; um pequeno para o museu do centro de interesse e outro com 30 ou 35 divisões para uso dos alunos. Nas paredes deverá haver ripas de madeira com ganchos para pendurar as ilustrações detalhadas no final do centro. (NUEVA ERA, n. 09, 1926, p. 72).

Já no ano seguinte, em 1927, em um informe na edição de número

7, da **Nueva Era**, ressalta-se o trabalho que Clotilde estava realizando na organização da escola experimental da Escola Normal n. 5, com distinção para o que a educadora havia implantado na escola.

Mudança de mobiliário: A Senhora Rezzano, convencida da necessidade de criar um ambiente especial para a criança, substituiu em sua escola o nosso atual banco escolar por cadeiras, as carteiras por mesas ovais, com capacidade para 5 ou 6 crianças pequenas, ambas proporcionais aos seus tamanhos. Nossos armários antigos foram substituídos por dois mais modernos, com altura não superior à altura normal de uma criança de 10 anos. Um aberto e dividido em tantos compartimentos quantos forem os números de matrícula em cada série; destina-se a crianças pequenas, que guardam o seu equipamento escolar no respetivo cacifo. E outro, destinado ao armazenamento de material didático e de uso exclusivo do professor, é dividido em estantes e fechada. Além disso, em cada série existe uma mesa de areia, onde as crianças podem trabalhar, o professor pode realizar suas experiências, ou transformá-la em *jardinera* se desejar; somam-se a isso decorações e brinquedos *ad-hoc* que ajudam a alegrar a sala de aula. Tudo isto acaba com o ambiente austero e desagradável das salas de aula atuais; tornando-os algo mais tranquilo, que tenha um clima familiar e torne a iniciação escolar menos abrupta para a criança. Tem ainda a vantagem de a mobilidade da criança ser mais fácil e o professor poder acompanhar de forma mais eficiente o trabalho individual de cada aluno, uma vez que rever o trabalho de 35 crianças sentadas em bancos diferentes, não é o mesmo que acompanhar o trabalho de seis grupos de cinco crianças trabalhando em torno de uma mesa. Este ambiente é tão amigável que é necessária sua adaptação, seja qual for a forma de ensino e o curso em questão. Além do acima exposto, existem estantes e caixas individuais, que fazem parte do equipamento infantil. (*Nueva Era*, n. 7, 1927, p. 111-112).

A Escola Normal n. 5, em Buenos Aires, dirigida por Clotilde tinha um caráter de experimentação e realizava ensaios com vistas a modificar ou aprimorar o ensino de acordo com as correntes de renovação pedagógica. Em outro artigo publicado na **Nueva Era**, os ensaios e análises eram realizados somente no ciclo infantil, com crianças de 6 a 9 anos, principalmente com as

que ingressavam na escola em condição de analfabetos. (Nueva Era, n. 15, 1927, p. 51-52). Segundo a educadora,

Sendo uma instituição oficial, portanto sujeita a requisitos regulamentares, a experiência teve que ser realizada num campo de atuação limitado pela regulamentação em vigor. Uma aplicação generalizada de qualquer um dos novos sistemas (Montessori, Decroly, Winetka, Dalton, etc.) teria exigido modificações essenciais no edifício e um período e horário escolar mais longos do que os atualmente em vigor nas nossas escolas. Portanto, não se trata de reproduzir um sistema, trata-se de vivificar o ambiente e, sobretudo, de canalizar a atividade docente em correntes modernas que partem do princípio da autonomia. (...) Em resumo, diremos que o ensaio se propôs a fazer o seguinte: garantir que a criança, livre de obstáculos, em constante atividade, descubra instintivamente as verdades que a sua personalidade necessita, num ambiente iluminado por um refletor gerido pelo professor. (La Obra, n. 1, 1928, p. 21).

Clotilde G. de Rezzano propõe uma reorganização do ambiente escolar com base em uma perspectiva renovadora que enfatiza a importância de criar um ambiente material específico na sala de aula. Nesse contexto, a educadora destaca a necessidade de eliminar elementos que não guardem relação com o contexto educacional, tais como os bancos escolares tradicionais e objetos que não contribuem diretamente para o processo de aprendizado. Em vez disso, sua proposta contempla a substituição desses elementos por mobiliário adequado às dimensões das crianças, a integração de armários destinados ao armazenamento de materiais didáticos, bem como áreas de armazenamento individual para os alunos e mesas ovais, reorganização esta que promove a interação entre grupos de crianças.

A introdução de novos recursos, como mesas de areia, decorações e brinquedos específicos, visa conferir ao ambiente da sala de aula um caráter mais acolhedor, contribuindo para tornar a experiência de aprendizado mais agradável e menos austera. Adicionalmente, essa proposta é projetada para facilitar a mobilidade das crianças no ambiente escolar, tornando mais fácil para elas se deslocarem pela sala de aula e se envolverem em atividades

variadas, além de proporcionar melhores condições de supervisão por parte dos professores, permitindo que eles tenham uma visão clara de todos os alunos e interajam de forma mais eficaz.

### *Considerações finais*

A imprensa pedagógica tem desempenhado um papel significativo na história da educação, aparecendo principalmente como fonte privilegiada sobre a circulação de saberes. No contexto do movimento da Escola Nova, as revistas oficialmente ligadas à *New Education Fellowship* (Liga Internacional para a Educação Nova) desempenharam um papel de autoridade e propaganda desse ideário educativo. Elas abordaram discussões teóricas, modelos, propostas e narrativas de visitas a instituições que destacaram a eficácia dos princípios escolanovistas na renovação da educação.

No intuito de pensar especificamente em como a cultura material escolar se apresentou nesses periódicos, concentramos nossos esforços em perceber as formas pelas quais a cultura material, vinculada aos preceitos da escola nova, apareceria nas páginas de **La Nueva Era** (Chile) e **La obra** e seu suplemento *Nueva Era* (Argentina).

A princípio construímos a hipótese de que, ao anunciar uma renovação educacional e indicar uma metodologia, a revista apresentaria uma grande quantidade de materiais, mobiliários e artefatos vinculados às novas teorias e práticas educacionais propagadas pela Liga. Tal hipótese se provou parcialmente correta, pois, se por um lado as revistas, especialmente a argentina **Nueva Era**, dedicou significativo espaço para a prescrição de materiais vinculados à educação nova tanto sob um viés montessoriano como decrolyano, percebemos que nas edições da chilena *La Nueva Era* a ênfase à propagação de uma ideia, romântica, de que a escola nova poderia prescindir de tantas preocupações materiais, desde que se localizasse a escola em áreas verdes e amplas, afastadas da cidade e que houvesse um intenso, abnegado e bem fundamentado trabalho do professor, ao criar condições de aprendizagens significativas a partir de poucos recursos.

Ao direcionar o olhar para as revistas pedagógicas a partir de uma perspectiva de cultura material escolar, nos é possível compreender as propostas educacionais em diferentes contextos, o desenvolvimento das práticas educacionais e os impactos culturais sobre a educação. Além disso, essa análise permite uma exploração mais aprofundada das condições de ensino e das mudanças nas práticas educacionais.

Para além da breve análise aqui apresentada, ao empreendermos o trabalho de pesquisa com as citadas revistas, levando em consideração o aspecto transnacional que as perpassa, conseguimos elencar uma série de possibilidades de recortes investigativos favorecidos por estas ricas fontes. Algumas destas possíveis entradas de pesquisa seriam a comparação entre as duas revistas no intuito de mapear quais os artigos serão traduzidos para ambos os periódicos, quem são os autores mais presentes nas publicações, qual a frequência de fotografias e outras imagens, que tipo de assunto se faz mais presente a partir de uma análise criteriosa de conteúdo, quem seriam os agentes no Chile e na Argentina da rede de sociabilidade de educadores escolanovistas nas américas, entre outros tantos instigantes questionamentos suscitados por um material tão profícuo quanto este.

### *Referências bibliográficas*

ALMEIDA NETO, Ari T.; FORTUNATO, Ivan. 30 pontos da educação nova de Adolphe Ferrière nas pesquisas nacionais: um estado do conhecimento. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 2, p. e12159, 2023. DOI: 10.22481/redupa.v2.12159. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redupa/article/view/12159>. Acesso em: 28 set. 2023.

ALVES, Luís Alberto Marques. República e educação: dos princípios da escola nova ao manifesto dos pioneiros da educação. **História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 11, p. 165-180, 2010. <http://aleph.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3654/3410>

BRASTER, Sjaak; ANDRES, Maria del Mar Pozo. La Escuela Nueva en Imágenes: Fotografía y Propaganda en *The New Era* (1920-1939). **Historia y Memoria de la Educación**, n. 8, p. 97-145, 2018. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/HMe/article/view/21310/18170>

BREHONY, Kevin J. “A new education for a new era: the contribution of the conferences of the New Education Fellowship to the disciplinary field of education 1921-1938”. **Paedagogica Historica**, 40, n. 5-6, p. 733-55, 2004.

CATANI, Denice. **Ensaios sobre a produção e circulação dos saberes pedagógicos**. Tese de livre docência. USP: São Paulo, 1994.

CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (org.). **Educação em revista**. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

CATANI, Denice. A imprensa periódica pedagógica e a história dos estudos educacionais no Brasil. In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria (org.). **Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo**: contribuciones desde la europa mediterránea e iberoamérica. 1. ed. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2013. p. 115-121.

GVIRTZ, Silvina; BAROLO, Gabriela. A Escola Nova na Argentina. Apontamentos locais de uma tradição pedagógica transnacional. In: VIDAL, Diana G.; RABELO, Rafaela S. (org.). **Movimento internacional da educação nova**. 2. ed. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2020. p. 133-152.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PERES, Eliane; SOUZA, Gizele. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, Cesar Augusto (org.). **Cultura Material Escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870-1925. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

SOUZA, Rosa F. de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 103-120, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000300007>

VIDAL, Diana G.; RABELO, Rafaela S. (org.). **Movimento internacional da educação nova**. 2. ed. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2020.

## Fontes

**La Nueva Era**. 1926 a 1929. Asociación de la Nueva Educación, Chile.

**La Obra**: revista de educación. 1926-1929. Buenos Aires, Argentina.

**La Nueva Era**. Carta aos leitores na Revista, Número 1, ano 1. 1926, Chile.

**Nueva Era**. 1926-1927. Buenos Aires, Argentina.

**La Nueva Era.** Liga Internacional de La Nueva Educación: principios y objetos. Apresentada em diversas edições da revista chilena entre os anos de 1927 e 1929.

**La Nueva Era.** Una hermosa escuela nueva. Chile, n. 2, p. 36, 1927.

DECROLY, Ovide. Una Escuela Nueva em Sud-américa: El Gimnasio Moderno de Bogotá, Colombia. **La Nueva Era**, n. 3 e 4, Chile, 1927.

La Escuela Nueva em acción. **Nueva Era**, Buenos Aires, n. 15, p. 51-52, 1927.

La Escuela Nueva em acción. **Nueva Era**, Buenos Aires, n. 7, p. 111-112, 1927.

REZZANO, Clotilde G. La Escuela Nueva em acción. **Nueva Era**, Buenos Aires, n. 09, p. 72, 1926.

REZZANO, Clotilde G. **La Obra**, Buenos Aires, n. 1, p. 21, 1928.

SELLAREES, María Sola. **La Nueva Era**, Chile, n. 3, p. 70, 1927.

## *Cultura escolar: o olhar dos jornais impressos para as instituições de educação*

*Maria Irinilda da Silva Bezerra<sup>1</sup>  
Antônio Cleonaldo Bento da Silva<sup>2</sup>*

### *Introdução*

No Acre, a imprensa surgiu muito antes do estado conquistar sua autonomia política, na década de 1960. Em Cruzeiro do Sul, segundo maior município do Acre, os jornais conquistaram grande circulação, de modo que ainda nas primeiras décadas de criação do município, registrou-se a existência de vários impressos, que se colocavam como os olhos e os ouvidos da população, noticiando e comunicando os principais eventos nos quais o município estava envolto.

Neste entorno, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a cultura escolar à luz dos jornais impressos que circularam no município de Cruzeiro do Sul/Acre, nas décadas de 1950 e 1960. Esperamos trazer para a pauta de discussão, como a cultura escolar era retratada nesses artefatos e assim, entender melhor como o poder público foi organizando as instituições de educação no município, abrangendo aspectos como: os tipos de instituições construídas no período da pesquisa, o modelo de construção arquitetônica que essas instituições apresentavam, os recursos materiais e didáticos que circulavam, entre outros.

Esta discussão será de relevância científico-acadêmica para o campo da história da educação brasileira e para o campo da cultura escolar, enriquecendo esses campos de estudos que prescindem por mais discussões

---

1 - UFAC. Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil. E-mail: maria.irinil@ufac.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7118170721092800>.

2 - UFAC. Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil. E-mail: antonio.cleonaldo@sou.ufac.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0449708501319489>

que retratem a diversidade regional existente no Brasil e os possíveis diálogos entre o local e o nacional.

O estudo de abordagem qualitativa, terá como procedimento a pesquisa documental realizada no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Selecionamos, para descrição e análise trechos dos jornais “O Rebate” e “O Juruá” que trazem matérias sobre a cultura escolar no município. Como referencial, utilizamos autores como: Alves (2010) Carvalho (2001), Capelato (1988), Escolano Benito (1998), Souza (2007), Vidal (2009) Viñao Frago (1998).

O trabalho encontra-se organizado a partir das seguintes seções: *Cultura escolar: discutindo conceitos*, que se propõe a apresentar a fundamentação teórica do estudo a partir de uma reflexão de autores que se debruçam sobre a temática; *A imprensa na região acreana e no município de Cruzeiro do Sul*, que contextualiza a criação e expansão dos jornais na região e no município de Cruzeiro do Sul, a partir de pesquisas de autores regionais; e, *A cultura escolar à luz dos impressos que circularam no município de Cruzeiro do Sul/Acre*, no qual apresenta e analisa trechos dos jornais buscando conhecer a cultura escolar das instituições de ensino do período estudado.

### *Cultura escolar: discutindo conceitos*

A arquitetura das escolas se modificou muito ao longo dos anos, e cada mudança representou também distinções nos comportamentos dos sujeitos e nos objetivos que cada espaço passou a apresentar. Os aspectos da arquitetura, bem como a distribuição dos espaços e utilização dos artefatos pedagógicos são elementos que constituem as culturas escolares. Porém, é visível que a estrutura escolar não é formada apenas pelos aspectos concretos, que representam a cultura material da instituição, mas carregam significados e representações culturais e históricas que indicam também aspectos da cultura imaterial.

Para Diana Vidal (2009) a cultura escolar tem se constituído como importante ferramenta teórica para o estudo das relações entre escola e cultura. O termo cultura escolar tem sido utilizado por uma diversidade

de teóricos e autores sob significados diversos, desencadeando um olhar investigativo para a escola através da perspectiva da cultura, o que torna possível discutir aspectos da cotidianidade, tais como: disciplinas escolares, normas, comportamentos e práticas, além de outros aspectos, como os tempos e os espaços escolares. Estes aspectos mais concretos englobam a cultura material da instituição escolar.

Agustín Escolano Benito (1998) em pesquisas sobre a relação entre o espaço escolar e o currículo, se voltou para a discussão da arquitetura e do tempo escolar, evidenciando a interação entre a corporeidade dos sujeitos e os aspectos materiais da escola. Nesta direção, o autor aponta que:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (ESCOLANO BENITO, 1998, p. 26).

Os estudos de Escolano Benito (1998) demonstram que não só o tempo, mas também o espaço escolar são artefatos não neutros, uma vez que são constitutivos da atividade educativa. Para o autor, o espaço escolar é um ambiente portador de significados que transmite uma variedade de valores, comportamentos e conteúdo, ao mesmo tempo em que comunica suas leis, como a organização disciplinar.

No conceito de Claudia Alves (2010, p. 104) a cultura material escolar, é “um conjunto de artefatos, cuja existência, uso e significado se ligam historicamente ao processo de escolarização e à consequente disseminação da forma escolar”. Neste entorno, a autora aponta que “os suportes e utensílios que, em diferentes tempos e espaços, foram inventados, mobilizados, transpostos, difundidos para e pela escola” (Alves, 2010, p. 105) e compõem a cultura material que cada instituição coloca em circulação no intuito de garantir o aprendizado dos estudantes.

Segundo a autora, esses artefatos abrangem várias facetas do processo educacional, desde os “diferentes instrumentos de ensino da leitura, do

cálculo, dos conceitos e os diversos suportes da escrita, assim como os ambientes pensados e construídos para abrigar as atividades da escola”. Nessa mesma direção, Rosa Fátima de Souza (2007, p. 169) ressalta que: “É preciso ter em vista que os artefatos são produtos do trabalho humano [...]. E como parte da cultura material atuam como direcionadores e mediadores das atividades humanas, o que confere aos objetos um significado humano”.

Sobre as questões que envolvem a espacialidade da escola, Vinão Frago (1998, p. 26) sugere que “o espaço, o tempo, a linguagem, ou seja, nossas vivências e representações das mesmas, constituem aspectos chaves para compreendermos o social, para organizar nossas vidas para viver e deixar viver”. Para o autor, a organização e os usos do espaço escolar, juntamente com outras variantes, tais como os discursos e as tecnologias, ajudam a compor a configuração da cultura escolar.

Mecanismos como a separação das salas de aula, a disposição das carteiras, do mobiliário, a escolha do uniforme e outros, com base nos quais o espaço escolar é organizado, ajudam no estabelecimento dos mecanismos disciplinares e mostram-se “coerentes com as teorias arquitetônicas modernas que sustentam que as pessoas e os objetos se relacionam precisamente através de sua separação no e pelo espaço” (Vinão Frago, 1998, p. 28). Deste modo, os espaços escolares foram organizados com base nessas visões, de forma que a disposição e a distribuição interna dos prédios escolares, tornam-se questões cada vez mais relevantes na imposição da disciplina e na condução dos escolares.

A percepção da escola como espaço de cuidar e educar ganhou maior contorno, quando esta passou a ser vista como o local mais indicado para que os educandos adquirissem hábitos de disciplina mental e corporal. Essa compreensão reafirmou a ideia de que a “construção de prédios específicos para a escola era imprescindível a uma ação eficaz com as crianças” e fundamental para a “superioridade e especificidade da educação escolar diante das outras estruturas sociais de formação e socialização como a família, a igreja e, mesmo, os grupos de convívio” (Vidal; Paulilo, 2003, p. 50). Desse modo, buscou-se reconfigurar a cultura escolar, na tentativa de tornar

homogênea as práticas e os saberes dos professores, e ao mesmo tempo, modificar os tempos e os espaços escolares, por meio da atuação de estruturas burocratizantes de controle dos vários sujeitos que compõem a instituição escolar (Carvalho, 2001).

Nesta direção, as instituições de ensino que não possuísem estrutura moderna e adequada, precisavam passar por um processo de reestruturação físico-espacial para se adequarem às novas orientações emanadas pelas autoridades do ensino. No entorno, estudar os aspectos relacionados a arquitetura escolar, nos ajudam a aprofundar a discussão sobre a cultura material dessas instituições e nos possibilitam entender como estes artefatos interferem nos aspectos pedagógicos e no sentido que a escola ocupa numa sociedade.

E foi nesse movimento de reconfiguração dos ambientes escolares que os jornais que circularam no município de Cruzeiro do Sul/Acre, nas décadas de 1950 e 1960, retratavam a questão da educação e se colocavam como porta-vozes do estado, enquanto propagavam um ideário de modernidade. Nesse entorno, o poder público foi organizando as instituições de educação, de modo a reconfigurar suas construções arquitetônicas e seus recursos materiais e didáticos, entre outros. Assim, os editoriais se tornaram meios de propaganda e de divulgação de um novo modelo de cultura escolar, vista como símbolo do progresso e do moderno que a sociedade cruzeirense sonhava em construir. No item a seguir, apresentamos a trajetória da criação e expansão da imprensa na região acreana e no município de Cruzeiro do Sul, com vistas a compreendermos o papel que esta desempenhou no município na configuração do modelo escolar.

### *A imprensa na Região Acreana e no município de Cruzeiro do Sul*

Podemos dizer que utilizar o jornal como fonte de pesquisa é uma forma de voltar ao passado e reviver momentos históricos marcantes. Como afirma Capelato (1988, p. 13) “é fascinante ler a história do Brasil através de jornais”. Voltando ao passado por meio destas fontes, pode-se compreender como a sociedade da época funcionava e o que era priorizado nos anúncios

e notícias dos editoriais, tanto no que diz respeito aos aspectos culturais de modo geral, quanto aos aspectos educacionais.

Os periódicos, que na historiografia tradicional eram considerados fontes pouco confiáveis, na contemporaneidade são reconhecidos como fonte de pesquisa valiosa para o estudo de determinados períodos e contextos históricos. Capelato (1988) destaca o papel desempenhado pela imprensa ao apontar que esta:

[...] registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes. [...] Desde seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais (CAPELATO, 1988, p. 13).

Exatamente por esse papel complexo e poderoso que a imprensa sempre desempenhou no registro e direcionamento dos fatos históricos e políticos, é que no Brasil ela surgiu atrelada a chegada e organização do estado português em terras brasileiras. Dessa forma, destacamos que no Brasil, o jornalismo surgiu com cunho político e visava, sobretudo divulgar a rotina da família real e da corte, e nestas circunstâncias, era acessível a um número reduzido da população. “Em seus primórdios, a atividade jornalística era uma iniciativa essencialmente individual, independente e estava relacionada, em termos de produção, à pequena parcela de literatos da sociedade” (Barros, 2013, p.15). Naquele contexto, o acesso à informação jornalística era destinado a apenas uma parcela pequena e específica da sociedade.

Segundo Spannenberg e Barros (2016) os primeiros editoriais que circularam no Brasil foram a Gazeta do Rio de Janeiro, que surgiu oficialmente em meados de 1808 e o Correio Braziliense, que data do mesmo ano. Seguindo a linha de raciocínio destes autores, no Brasil, a imprensa oficial foi instalada logo após a transferência da Corte Portuguesa para a colônia, em 1808. A partir desse período, além dos anteriormente citados, foram criados diversos outros jornais, que apresentavam finalidades e posicionamentos políticos, ideológicos e editoriais, igualmente diversos.

No que diz respeito aos impressos no início do século XX, estes foram um dos meios que permitiram aos leitores o acesso às propagandas de produtos a serem comercializados, bem como acesso a informações sobre economia, educação, política, etc. Com isso, “investigados como fonte, os anúncios demonstravam o que se pretendia que fosse valorizado culturalmente, e, por isso, merecia ser divulgado, publicizado para ser consumido” (Limeira, 2012, p. 378). Estas práticas continuam até os dias atuais através dos meios de comunicação de mídias como: a TV, redes sociais, jornais online e até mesmo em jornais impressos.

No que diz respeito a região acreana, a imprensa foi instalada no ano de 1901, no auge da produção da borracha e em meio a luta pela independência do Acre em relação a Bolívia. “O primeiro jornal a circular em território acreano foi o ‘El Acre’, editado e impresso em Puerto Alonso, hoje Porto Acre” (Lima, 2014, p. 02). De acordo com os estudos de Lima (2014), no ano de 1904, no seringal Capatará, surgiu o primeiro editorial essencialmente acreano, O Acre. Destacamos ainda, que a região acreana “presenciou o surgimento de sua imprensa antes mesmo de ser considerado território do Brasil. Oficialmente, a imprensa acriana existe há 117 anos, desde 1901, levando em consideração o fato de o Acre só ser anexado ao Brasil como território em 1904” (Nascimento, 2018, p. 27).

Para Leite (1993) o povo acreano nunca ficou sem jornal, sejam eles de cunho oficial, panfletário, cultural ou político, ligados ao governo ou independentes. Logo “após seu surgimento a imprensa acreana se expandiu e milhares de títulos começaram a circular não só pela capital Rio Branco, como também no interior” (Lima, 2014, p. 02).

Com isso, é importante ressaltar que a imprensa acreana se instaurou rapidamente em todo o território do Acre, “tornando-se o principal veículo para a divulgação dos atos do governo federal, desempenhando um importante papel na disseminação do discurso de modernidade que tomava conta do Brasil e, conseqüentemente, do Acre” (Nascimento, 2018, p. 25). No município de Cruzeiro do Sul, ainda de acordo com Nascimento (2018) os impressos chegaram antes mesmo da sua fundação oficial. O autor destaca um fato inusitado e que

demonstra a importância da imprensa no município de Cruzeiro do Sul: em sua ‘Ata de fundação’, foi enterrado uma urna, no local da cerimônia, na qual constam vários objetos, entre eles jornais de assuntos e regiões diversas.

Entre os anos de 1904 e 1922, em média, circularam vinte diferentes editoriais, no município de Cruzeiro do Sul, publicados simultaneamente, além de uma revista (O Rebate, 1971). Neste pequeno município, em termos populacionais, a imprensa se fazia presente, cumprindo as mais diversificadas funções: além de informar a população sobre eventos locais e acontecimentos relevantes, também era importante veículo de divulgação dos atos das autoridades políticas do estado.

No que diz respeito a produção e circulação desses artefatos, de acordo com Lima (2014), no Acre eles apresentavam diferentes tipos e tamanhos. “Modelos ‘in quarto’, folhas enormes compostas em corpo oito, impressos em papel de linha d’água ou papel de embrulho, e com circulação semanal, quinzenal, mensal ou até mesmo anual”. Quanto a sua produção, “esta era quase que artesanal. Eram impressos em máquinas de pedal que punham à prova a força física página por página” (Lima, 2014, p. 03).

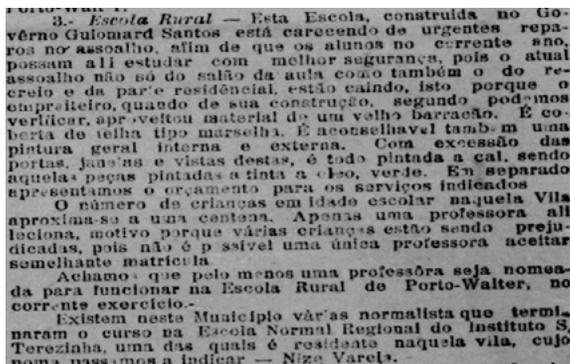
Como podemos notar, os impressos no Acre eram importantes divulgadores de informações, e como tal eram também produtores de cultura. Portanto, no item a seguir nos propomos a apresentar alguns trechos que tratam de matérias relacionadas a educação e ao ensino, que foram veiculadas nos Jornais “O Juruá” e “O Rebate”, dois importantes periódicos que circularam no município de Cruzeiro do Sul.

### *A cultura escolar a luz dos impressos que circularam no município de Cruzeiro do Sul/Acre*

Inicialmente, trazemos para a análise um trecho do Jornal “O Juruá”, de 1953, no qual este se posiciona sobre as condições arquitetônicas de uma Escola Rural, construída da Vila Porto Walter que naquele período pertencia ao município de Cruzeiro do Sul. A matéria critica a estrutura física da escola e aponta as alternativas necessárias para criar as condições pedagógicas para

o bom funcionamento da escola. Deste modo, faz um alerta sobre as condições físicas da escola que necessita, “urgentemente de reparos no assoalho, a fim de que os alunos consigam estudar no corrente ano”. No olhar do impresso, o assoalho do salão de aula, do recreio e da parte residencial da escola estava caindo, por terem sido construídos em madeiras reutilizadas de um velho barracão. Por isso, solicita que seja realizada uma pintura geral na parte interna e externa da escola, conforme figura 1.

**Figura 1 - Jornal O Juruá – Escola Rural**



**Fonte:** Jornal O Juruá. 15 de fevereiro de 1953. Ano I. N. 02. p. 03.

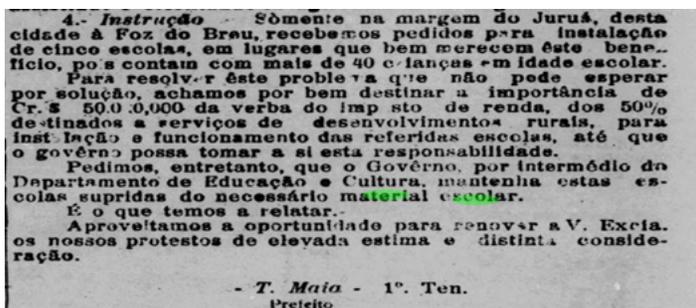
No que diz respeito às questões pedagógicas, a notícia aponta que naquela Vila havia aproximadamente uma centena de crianças em idade escolar e apenas uma professora lecionando no local. Essa defasagem no número de professores na escola, na visão do impresso, acabava prejudicando o desempenho das crianças, visto que uma única professora não conseguia aceitar todas as matrículas demandadas, deixando crianças em idade escolar, sem vagas. Nessas circunstâncias, pedia-se que fosse nomeada mais uma professora para a referida Escola rural.

Articula ainda que existe naquele município, se referindo ao município de Cruzeiro do Sul, várias normalistas que terminaram o curso na Escola Normal Regional do Instituto Santa Teresinha e que uma destas

normalistas é residente da Vila em questão. Inclusive chegou a indicar o nome da normalista. Não podemos aferir que a referida normalista tenha sido contratada para a Escola rural, como sugere “O Juruá”, mas podemos afirmar que a imprensa tinha um olhar atento para o professorado que se formava nas escolas do município, pois esta professora citada, se tornou um nome conhecido no magistério local, uma vez que hoje, dá nome a uma escola que funciona em Cruzeiro do Sul.

Na matéria a seguir, do prefeito do município de Cruzeiro do Sul no período de 1953, ao governo do estado, destacamos a grande demanda por escolas que foi se impondo, sendo que na oportunidade o prefeito destaca pedidos da população de instalação de cinco escolas na região do Juruá. O prefeito explicou que iria dispor um determinado valor do imposto de renda destinados aos serviços de desenvolvimento rural, para que fossem instaladas e postas em funcionamento as escolas demandadas pela população. E destacou que a responsabilidade da manutenção destas, era do governo do estado, que deveria, por intermédio do Departamento de Educação e cultura, manter “estas escolas supridas do necessário material escolar” (O JURUÁ, 1953, p. 02), conforme figura 2.

Figura 2 - Instrução



Fonte: Jornal O Juruá. 01 de março de 1953, Ano I, N. 03. p. 2.

A construção de escolas e compra de material escolar se vislumbrava na cultura escolar local, como uma necessidade didática e pedagógica que até então

não se fazia sentir. Nesse novo contexto, as escolas precisavam receber uma atenção especial por parte do poder público, municipal e estadual para que pudessem desenvolver suas funções de ensinar e de tirar a população do atraso cultural.

Na edição do “O Juruá” de 1959, localizamos uma notícia intitulada “A Escola São José”, na qual fala sobre a construção desta instituição, que se “tratava-se de um edifício modelar construído pela prelazia do Alto Juruá, de acordo com as mais modernas técnicas exigidas pela pedagogia”. O artigo exalta a qualidade da construção arquitetônica da instituição ao afirmar que, “terminado a construção deste prédio” [...] está a nossa cidade dotada de uma rede de prédios escolares que certamente causará inveja a muitas cidades do nosso interior (O JURUÁ, 1959, p. 03), como pode ser visto na figura 3.

Figura 3 - Escola São José



Jornal O Juruá, 31 de janeiro de 1959. Ano VI, Nº 101, p. 03

Fonte: Jornal O Juruá. 31 de janeiro de 1959. Ano VI. Nº 101. p. 03.

A matéria cita também outras instituições existentes no município, como o Colégio Santa Teresinha, que segundo a informação “pode-se dizer que é uma cidade dentro da cidade”. Isto indica que a arquitetura do Colégio Santa Teresinha, assim como da Escola São José “são atestados da operosidade da prelazia” (O JURUÁ, 1959, p. 03). Estas duas instituições eram mantidas pela

Prelazia do Alto Juruá, se constituindo em colégios privados, que contavam com o apoio e a parceria do poder público para a sua manutenção. Sobre estas, encontramos a seguinte informação:

Em Cruzeiro do Sul, verificamos, [...] a construção de duas escolas pela Prelazia do Alto Juruá, ambas confessionais, porém, com finalidades distintas: uma, o Instituto Santa Teresinha, criado em 1937 para atender estritamente o público feminino; outra, o Colégio São José, inaugurado em 1948, para seminaristas (BEZERRA, 2015, p. 196).

Dando continuidade, “O Juruá” faz referência também as escolas públicas que existiam no município, tais como: O Grupo Escolar Braz de Aguiar, que de acordo com a matéria era “um estabelecimento que poderia honrar qualquer outro centro de cultura”. Segundo a informação, o colégio começou a ser construído muitos antes, mas fora terminado e posto em funcionamento no governo de Guimard Santos, que assumiu a administração do Acre no ano de 1950; O “velho Grupo Escolar Barão do Rio Branco”, que na visão do impresso “embora seja uma construção antiga, é de sólida estrutura e amplas salas, tendo por ali passado milhares de crianças”; A escola Hugo Carneiro, situada na Avenida Boulevard Thaumaturgo é qualificada pelo noticiário como “uma das mais perfeitas construções em escolas isoladas do Território”. E para encerrar, afirma: “é justo que a mocidade desta terra saiba aproveitar a oportunidade que tão bem se apresenta aqui, tendo em vista que muitos dos nossos patriciozinhos em idade escolar nos interiores não encontram uma escola para frequentar” (O JURUÁ, 1959, p. 03), como apresentado na figura 3.

Ainda sobre as instituições existentes no município de Cruzeiro do Sul, encontramos em outra edição do “O Juruá” informações acerca de quais escolas estavam em funcionamento, o número de alunos atendidos, as despesas e receitas realizadas com a aquisição de materiais escolares. Intitulada “O balancete do movimento da Sociedade ‘Pestalozzi’ de Cruzeiro do Sul,” durante o ano letivo de 1952, descreve as receitas e despesas realizadas com material escolar para os alunos beneficiários da sociedade, como vemos na figura 4.

Figura 4 - Balancete do movimento da sociedade

**Balancete do movimento da So-  
ciedade "Pestalozzi" de Cruzeiro  
do Sul, durante o ano letivo de  
1952**

<b>RECEITA</b>		
Resultado líquido da Festa reali- zada em benefício, em 31/12/51	Cr\$ 11.900,00	
Recebido dos sócios p/contribuição	5.150,00	
Imp. em dep. no Banco do Brasil	1.669,50	17.819,50
<b>DESPESA</b>		
Pago por 6 peças mescla e 200mts. a Cr. \$	14,00	4.200,00
Idem por 6 peças Azul Co- legial 340 mts. a Cr. \$	12,00	4.080,00
Idem por 6 peças Tec. Branco 150 mts. a Cr. \$	12,00	1.908,00
Idem 3 peças Vira Linho 142 mts. a Cr. \$	15,00	2.130,00
10/meia Resmas papel almaço a Cr. \$	200,00	2.100,00
333 cadernos escolares a Cr. \$	2,00	639,00
5 Gramas de Lápis a Cr. \$	120,00	600,00
Pago por merendas na se- mana da Criança Cr. \$		601,00
		16.270,00
<b>Saldo para 1953</b>		1.549,50
	<b>Cr. \$</b>	<b>17.819,50</b>
<b>NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS POR ESCOLA, Em 1952</b>		
Grupo Escolar «Barão do Rio Branco»	250	
Grupo «Comandante Braz de Aguiar»	157	
Escola Rural «Hugo Carneiro»	51	
Escola «Acre Amazonas»	19	
Escola Rural «Coronel Contreiras»	12	
	<b>Total:</b>	<b>489</b>
<b>VISTO: Professora Zuleide Pinheiro</b> Presidente		
<b>Antônio de Barros</b> Tesoureiro		
<b>NÃO PERCAIS TEMPO! OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ESTÃO ESPERANDO A MATRÍCULA DOS VOSSOS FILHOS.</b>		

Fonte: Jornal O Juruá. 15 de fevereiro de 1953. Ano I. Nº 2. p. 02.

A redação mostra ainda o número de alunos atendidos por escola no ano de 1952, com as seguintes informações: O Grupo Escolar Barão do Rio Branco atendeu um total de 250 crianças; o Grupo Comandante Braz de Aguiar, um total de 157; a Escola Rural Hugo Carneiro, 51; a Escola Acre Amazonas, um quantitativo de 19; e a Escola Rural Coronel Contreiras atendeu um total de 12. Assim, o número de crianças alcançadas, no ano de 1952 foi de 489. E seguindo, apresenta um destaque em letras em caixa alta, com a seguinte propaganda: “NÃO PERCAIS TEMPO! OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ESTÃO ESPERANDO A MATRÍCULA DOS VOSSOS FILHOS” (O JURUÁ, 1953, p. 02).

No trecho do “O Juruá”, de 1951, tem como objeto da informação as “Escolas de Prendas Domésticas”, criadas especificamente para o público feminino. Estas instituições desempenhavam o papel de oferecer uma formação manual as mulheres, por meio de conhecimentos relacionados aos afazeres domésticos e artesanais voltados ao preparo da esposa e mãe do lar, como elucidado na figura 5.

Figura 5 - Escolas de prendas domésticas



Fonte: Jornal O Juruá. 01 de março de 1951. ANO I – N. 03, p. 2.

O anúncio que fala da possível volta do funcionamento da Escola de Prendas Domésticas em Cruzeiro do Sul, indica que este tipo de instituição que funcionou no município por alguns anos, havia trazido resultados positivos para a formação da juventude feminina. O anúncio explica que a volta desta escola poderia proporcionar as jovens uma oportunidade de se prepararem para enfrentar o futuro e ajudar seus esposos na manutenção da família. Outro ponto destacado é que essa escola ajudou as mulheres viúvas a conseguirem “o pão de cada dia para o sustento de seus filhos”. E para

aquelas que ainda não haviam encontrado o esposo, de acordo com o jornal, as agulhas e máquinas de costuras ajudariam a prover o sustento que lhe era necessário, para assim, não viverem à custa da família. A notícia fala por fim, que a escola de prendas domésticas que funcionava anteriormente aos cuidados de “esforçadas professoras” que trabalhavam com “três ou quatro máquinas”, encerrou suas atividades quando estas máquinas foram levadas para a capital Rio Branco, sob o pretexto de serem consertadas, mas nunca retornaram (O JURUÁ, 1951, p. 02).

Por este apontamento consideramos aspectos interessantes sobre a educação no município. Primeiramente, o fato de evidenciar que havia uma prioridade do poder público em investir nas instituições da capital. O noticiário não cita outros equipamentos ou recursos disponibilizados na escola prendas domésticas, por isso aludimos que estes espaços sofriam com falta de recursos e equipamentos para desenvolverem suas atividades pedagógicas.

Outro aspecto que nos chamou atenção foi a forma como o noticiário se posicionou em termos ideológicos, políticos e pedagógicos. Além de destacar a importância da Escola de Prendas domésticas para a formação das moças cidades, na oportunidade deixa evidente o papel passivo e de cunho doméstico das mulheres naquela conjuntura. No que diz respeito ao seu posicionamento político, “O Juruá”, exalta a figura do “Dr Diretor do Departamento de Educação”, Miguel Jeronimo Ferrante pela iniciativa que se anunciava e seu empenho político e pedagógico, de resgatar a “Escola de Prendas Domésticas”, no município de Cruzeiro do Sul (O JURUÁ, 1951, p. 02).

Outro fragmento que analisamos, trata da Escola de Iniciação Agrícola Valério Caldas, esta funcionava nas dependências do Educandário de Cruzeiro do Sul. Versa sobre a formação de mais uma turma do Curso de Operário Agrícola, e aponta que a cerimônia contou com uma missa de ação de graças seguida dos discursos do professor do curso, do orador da turma e do padre, que era representante do bispo da Prelazia do Alto Juruá, hoje Diocese de Cruzeiro do Sul. O professor, em seu discurso falou da importância do curso para a agricultura e a pecuária da região, conforme consta na figura 6.

Figura 6 - Escola de iniciação agrícola Valério Caldas

o dia 20 do mês passado, na cidade, numa das dependências do EDUCANDÁRIO CRUZEIRO DO SUL, funcionava a ESCOLA AGRÍCOLA "VALÉRIO CALDAS". Realizou-se a cerimônia da entrega do Certificado de habilitação, conforme programa divulgado e convites reais.

Participaram os seguintes convidados: Antonio Pereira, Carlos Peres Levi, Francisco Alves de Souza, José Maria da Costa, José Lebre de Castro, Luiz Rodrigues de e Olindo Braz de Melo. Foi o orador oficial da sessão.

Às 7,30 horas foi celebrada a cerimônia de entrega de graças, sendo o orador o Pe. Egon Engel, pároco da paróquia. Às 15,30 horas, ocorreu o comparecimento do docente do estabelecimento, a Diretoria do Educandário e pessoas convidadas, inclusive famílias dos diplomados.

## Escola de Iniciação Agrícola - Valério Caldas

TURMA - Dr. Costódio Freire

mandos, teve início a cerimônia, com a abertura da sessão pela Diretoria da escola e entregue a presidência dos trabalhos ao Padre Egon Engel, representando S. Alemanha, sua terra natal; Excmo. D. José Hascher, bispo prelado do Juruá.

Usou da palavra o professor, agrônomo João Cruz Santana, fazendo ver o que significa o curso de "Operário Agrícola" e a influência que tem o mesmo para agricultura e a pecuária. Aproveitou ainda o ensejo para saudar o Pe. Egon, que teria de, no dia seguinte, viajar em gozo de férias, até a Alemanha, sua terra natal; disse de situação desse incansável lutador em prol não só do setor religioso como do educacional. Falou em seguida o Sr. Joaquim Lopes da Cruz, reforçando as palavras do seu antecedente e ao mesmo tempo se congratulando com os diplomados e os seus mestres.

O orador da Turma, Olindo Braz de Melo fez um brilhante discurso, José Lebre de Costa, declamou a poesia de Olavo Bilac. -- Minha Pátria.

Em seguida, falou o Pe. Egon, agradecendo os elogios que lhe foram dirigidos e apresentando as suas despedidas.

Entre os presentes encontrava-se o Sr. Manoel Leite Damaceno, funcionário da Justiça em Tarauacá; as professoras Albertina Cruz e Raimunda Isalina de Castro.

Agradecendo a gentileza do convite que nos fora enviado, nos congratulamos com os recém-formados pelo êxito conseguido, graças ao esforço, competência e boa vontade dos professores e o atual Diretor Dr. Telêmaco Rebelo.

Fonte: Jornal O Juruá. 01 de janeiro de 1960. Ano VI. N. 107. p. 01.

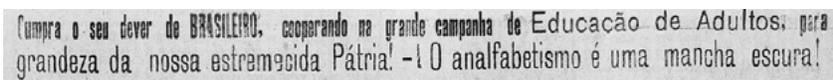
Acompanhando os dois últimos fragmentos trabalhados em nosso estudo, observamos iniciativas do estado em construir no município, instituições de caráter diversificado para atender aos diversos públicos com interesses educacionais igualmente diversos: ou seja, além das escolas de ensino regular, existiam espaços de formação profissionalizantes, a exemplo das escolas de prendas domésticas para o público feminino e a de Iniciação Agrícola para o público masculino.

Outra questão muito destacada por meio dos impressos do período analisado, diz respeito ao modelo de educação que se buscava construir naquele contexto, que via "nas letras do alfabeto, [...] o futuro do Brasil" (O JURUÁ, 1953, p. 01), ou seja, depositava na escola, a esperança de construir um país mais moderno e desenvolvido.

**Figura 7** - Nas letras do alfabeto “está o futuro do Brasil!”

**Fonte:** Jornal O Juruá. 15 de fevereiro de 1953. Ano I. N. 02. p. 01.

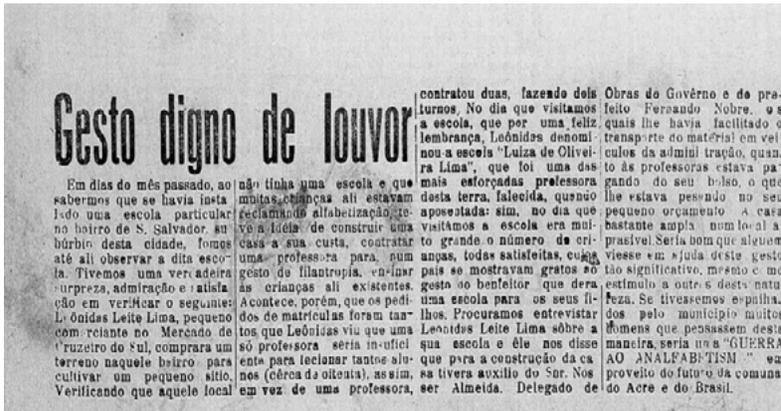
Em outro anúncio também do “O Juruá” encontramos mais uma campanha em prol da alfabetização. O anúncio convida a todos a cooperarem na “grande campanha de Educação de Adultos, para a grandeza de nossa estremecida pátria”. Assim, mostra a preocupação da sociedade, do governo e da imprensa com o analfabetismo e conclama que é um dever de todo brasileiro a cooperar com a campanha, pois “o analfabetismo é uma mancha escura” (O REBATE, 1959, p. 03).<sup>7</sup>

**Figura 8** - O analfabetismo é uma mancha escura!

**Fonte:** Jornal O Rebate. 19 de junho de 1959. Ano XXXIX. N. 1.124. p. 03.

Nessa mesma edição do jornal, localizamos uma notícia sobre a temática da alfabetização, na qual mostra como um “gesto digno de louvor”, a iniciativa de um comerciante local, chamado Leônidas que havia decidido comprar um terreno em um bairro do subúrbio para cultivar um pequeno sítio. No entanto, verificando que não tinha uma escola na localidade e que existiam muitas crianças que clamavam por alfabetização, o comerciante teve a ideia de construir uma escola com seus próprios recursos e contratar uma professora, num gesto de filantropia, para ensinar as crianças que ali viviam. De acordo com “O Rebate”, o que Leônidas não esperava era que as solicitações de matrículas fossem tão altas, cerca de oitenta alunos. Desta forma, percebeu que somente uma professora não seria suficiente, então contratou outra, fazendo a escola funcionar em dois turnos, como podemos ver na figura 9.

Figura 9 - Gesto digno de louvor



Fonte: Jornal O Rebate. 19 de junho de 1959. Ano XXXIX. N. 1.124. p. 04.

De acordo com “O Rebate”, a escola recebeu o nome de Luiza de Oliveira Lima, “uma das mais esforçadas professoras desta terra”, que havia falecido. Na mesma edição, traz uma fala do comerciante que afirma que recebeu auxílio do governo e do prefeito com o transporte do material para a construção do espaço e que as professoras eram pagas com recursos do próprio comerciante. A reportagem se posiciona afirmando que seria interessante alguém ajudar o senhor Leônidas “neste gesto tão generoso” e finaliza dizendo que se mais homens pensassem desta maneira, seria uma “guerra ao analfabetismo” em proveito do futuro da comuna do Acre e do Brasil (O REBATE, 1959, p. 04).

O fragmento seguinte, no embalo da importância da educação para o futuro do Brasil, traz uma reportagem intitulada “O Juruá circula hoje como homenagem as diplomandas de 1954, Instituto Santa Teresinha”. A edição de 12 de dezembro do ano de 1954, foi completamente dedicada a divulgar a formatura desta turma de normalista. Como observamos, era comum os noticiários do município de Cruzeiro do Sul, darem destaque as escolas e a forma de funcionamento destas. Esse olhar atento e informativo da imprensa se intensificava quando se dizia respeito a Escola Normal Regional, a única

escola de formação de professores existente no município, que funcionava no Instituto Santa Teresinha, como é mencionado na figura 10, em destaque.

**Figura 10** - As diplomadas de 1954



**O JURUA' circula hoje como homenagem**  
**As Diplomandas de 1954** INSTITUTO SANTA TERESINHA

Como nos anos anteriores, temos, hoje, a satisfação de registrar em nossas colunas a diplomação de mais uma turma de normalista do Instituto Santa Teresinha, desta cidade.

Mais cinco jovens se encontram aptas, nesta terra a difundir as letras do alfabeto. Que a sua missão seja um sacerdócio para arrancar das negras sombras do analfabetismo centenas e centenas de crianças para a grandeza da nossa Pátria.

Que as vigílias por que passaram essas jovens para verem no dia de hoje coroado o seu ideal se transformem em sementes fecundas como partículas da educação brasileira.

Que abençoado seja por Deus o caminho que vão trilhar e que os seus corações se revistam de fortaleza indestrutível contra os mil obstáculos que lhes aguardam no intrincado labirinto da profissão, e da vida.

São as seguintes as diplomandas:

Arthemio Clementino da Cruz  
 Georgeta da Silva Carvalho  
 Maria Barbara Lima  
 Divalda Florides de Sousa  
 Siméa Assis.

Iniciado com uma missa em ação de graças, será levado a efeito importante programa para o qual recebemos um convite que sinceramente agradecemos, e mandamos daqui as nossas felicitações as novas professoras e aos seus pais.

**O Juruá**  
 QUINZENÁRIO — ÓRGÃO INDEPENDENTE, NOTICIOSO E DEFENSOR DOS INTERESSES DA COLETIVIDADE. Rua. Nº 118-27/1-53 — CRUZEIRO DO SUL — ACRE. PROPRIEDADE E DIREÇÃO DE João Mariano da Silva  
 ANO 2 — N.º 3, C. DO SUL, 12 DE DEZEMBRO 1954

**AFECTUOSIDADE!...**

"Momento virá em que o perigo será grande, julgase-á tudo perdido, estarei calvo, não tenho confiança".

Hoje a Escola Normal do Instituto de Santa Teresinha, de Cruzeiro do Sul, diploma mais uma turma de cinco novas professoras.

A missão dessas jovens Normalistas deve ser eminentemente social, sem dívida, um grande passo dado, para a constituição de novas equipes de combatentes da luta contra o analfabetismo, superiormente, capazes o paracumprimento de sua nobre e utilíssima missão.

E' necessário, sem dívida, um alto grau de desapego e de abnegação para que essas jovens professoras, depois de formadas, em vez de se retirarem cecie logo à sacca de

**Fonte:** Jornal O Juruá. 12 de dezembro de 1954. Ano II. N. 034, p. 01.

Em estudo sobre a Escola Normal Regional do Instituto Santa Teresinha, Bezerra (2015) - por meio de uma informação retirado do "O Rebate", de 1951 - destaca a formatura da primeira turma de normalistas. De acordo com o estudo, o jornalista elucida a relevância daquela escola na formação do professorado do município de Cruzeiro do Sul. Nesse entorno, a autora acena,

Pelas páginas das Jornal O Rebate, percebemos que a cerimônia [...] contou com a participação das autoridades do município e do Estado, dos religiosos e da comunidade como um todo, que desejava prestigiar o evento e conhecer aquelas jovens, recém-formadas professoras. As autoridades presentes à cerimônia destacaram a importância do Curso Normal para a melhoria da qualidade do ensino, bem como o papel que aquelas professoras iriam desempenhar na educação das crianças (BEZERRA, 2015, p. 147).

Notamos que a imprensa se fazia presente em praticamente todos os eventos locais, especialmente aqueles voltados a educação. Na citação acima,

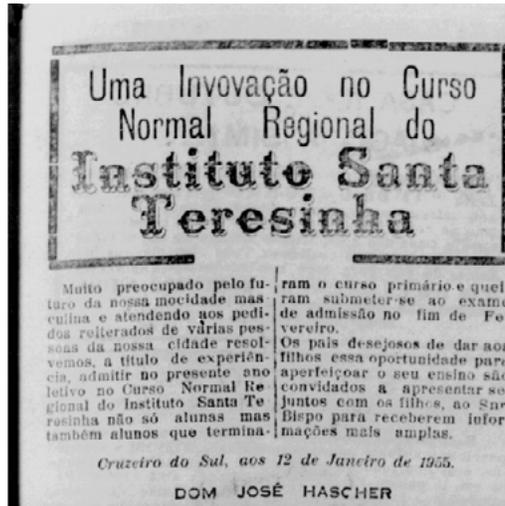
vemos que não só a imprensa, mas também as autoridades do estado se envolviam, pelo menos em termos de presença nas atividades desenvolvidas nas instituições de ensino, sobretudo, quando se referia a Escola Normal, por ser a responsável pela formação de professores para toda a região.

Retomando ao anúncio do “O Juruá”, de dezembro de 1954, que igualmente traz uma homenagem as novas diplomadas da turma de normalistas do Instituto Santa Teresinha daquele ano, destaca o seguinte: “mais cinco jovens que se encontram aptas nesta terra a difundir as letras do alfabeto”. Nessa direção, que compreendia o magistério como uma missão que beirava o divino, o impresso acrescenta: “sua missão seja um sacerdócio para arrancar das negras sombras do analfabetismo centenas de crianças para a grandeza da pátria”. Por fim, deseja que essas jovens “transformem seu ideal em sementes fecundas como partículas na educação brasileira, e que Deus abençoe os caminhos que estas jovens irão trilhar e sejam fortalecidas contra os mil obstáculos que encontraram no intrincado labirinto da profissão e da vida” (O JURUÁ, 1954, p. 01).

Como podemos ver, os impressos eram portadores de um modelo de educação que via na profissão de professora, uma vocação voltada para salvar o país do alarmante quadro de analfabetismo que o assolava. Mesmo reconhecendo que a profissão docente enfrentava muitos obstáculos, comungando com os ideais das autoridades do estado, depositavam na professora a missão de superar todos os percalços em nome da educação das crianças e do bem da pátria.

O próximo fragmento trazido para a análise, também se refere a Escola Normal Regional, que segundo Bezerra (2015) era uma instituição de formação docente que somente atendia ao público feminino. Esta Escola pertencia a Igreja católica e era dirigida pelas freiras Dominicanas. Porém, vemos no “O Juruá”, de janeiro de 1955 que o bispo, em caráter experimental, autoriza a matrícula de meninos no referido curso e a esta ação de cunho pedagógico, a matéria denomina de “Uma inovação no Curso Normal Regional do Instituto Santa Teresinha” (O JURUÁ, 1955, p. 01), como podemos ver na figura 11.

**Figura 11** - Uma inovação no curso normal regional do Instituto Santa Teresinha



**Fonte:** Jornal O Juruá. 16 de janeiro de 1955. Ano II. N. 036, p. 01.

A notícia mostra a preocupação do bispo da cidade com a mocidade masculina. Assim, “atendendo aos pedidos reiterados de várias pessoas da nossa cidade, resolvemos, a título de experiência, admitir no presente ano letivo, no Curso Normal Regional do Instituto Santa Teresinha não só alunas, mas também alunos que terminaram o curso primário”. Nesse intuito, por meio da matéria, o bispo convidou os “pais desejosos de dar aos filhos essa oportunidade para aperfeiçoar o ensino”, a se apresentem na escola a fim de receberem mais informações (O JURUÁ, 1955, p.01).

Estas informações ampliam o conhecimento sobre a interação existente entre a imprensa e as figuras do estado envolvidas com os aspectos educacionais da região. Ao mesmo tempo, demonstram aspectos interessantes sobre a cultura escolar que estava passando por um movimento de ressignificação em todo o país naquele contexto. O município de Cruzeiro do Sul não ficou de fora deste movimento e pelas páginas dos impressos, vemos a cultura escolar na pauta da discussão, numa tentativa de reorganização

das escolas, por meio da contratação de novos professores, construção de prédios modelares, ampliação no número de matrículas, compra de materiais didáticos e campanhas sobre a importância social da escola e das letras.

### *Considerações finais*

O estudo evidenciou que os jornais que circularam no município de Cruzeiro do Sul, entre as décadas de 1950 e 1960, davam grande importância para a educação, e viam nesta a esperança de acabar com o analfabetismo que assolava o Brasil, o estado do Acre e o município de Cruzeiro do Sul. Nessa direção, “O Rebate” e “O Juruá” em seus anúncios protagonizaram a educação e deram destaque a cultura escolar, em seus aspectos materiais e, por que não dizer, imateriais também.

Destacamos nos trechos analisados que a construção e funcionamento de escolas: sua arquitetura, a quantidade de alunos atendidos, o objetivo e suas finalidades formativas, ganhavam grandes contornos. A educação era uma preocupação constante da sociedade cruzeirense, como um todo: da população comum, como os comerciantes que organizavam e dirigiam escolas; das autoridades do estado que se lançavam na empreitada de modelar as instituições de ensino construindo uma nova cultura escolar; e da imprensa que buscava divulgar todas as informações pertinentes as escolas, se posicionando política e ideologicamente sobre a temática. A grande tentativa era combater o analfabetismo que avassalava o país e o município e, para isso os professores eram considerados os grandes executores de tal tarefa.

Concluimos que os editoriais priorizados neste estudo, noticiavam sobre as instituições escolares de modo geral, indo das escolas públicas de ensino regular mantidas pelo poder público, às escolas confessionais dirigidas pela Prelazia do Alto Juruá, além de destacarem também as escolas profissionais que se faziam presente do Território do Acre. Igualmente, encontramos noticiais que denunciavam as condições estruturais e pedagógicas de algumas das escolas existentes, demonstrando as fragilidades destas no que dizia respeito a sua arquitetura e recursos pedagógicos.

Portanto, essas notícias nos ajudaram a ampliar a discussão sobre o olhar dos impressos e seu importante papel na divulgação do cotidiano das instituições de educação e da cultura escolar no município de Cruzeiro do Sul. A imprensa local não apenas informava, denunciava, se posicionava, mas também era porta-voz de um modelo de educação que estava sendo vislumbrado a nível nacional, que depositava nas instituições de ensino a tarefa de formar os novos cidadãos, mas para isso, precisava dispor de condições arquitetônicas e pedagógicas para garantir uma formação eficiente aos seus alunos e assim, moldar uma nova cultura escolar.

Porém, o estudo da temática demanda ampliação e aprofundamento no sentido de elucidar outros tantos aspectos da cultura escolar que não foram possíveis de serem apresentados no âmbito deste artigo, mas que a pesquisa nos jornais vislumbrou, a saber as mudanças no currículo escolar, a construção de novos hábitos escolares, a imposição de uniformes e outros, indicados em anúncios de jornais.

### *Referências bibliográficas*

ALVES, Claudia Maria. **Educação, memória e identidade:** dimensões imateriais da cultura material escolar. Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, 2010. (p. 101-125). Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em 01 de ago de 2023.

BARROS, Cindhi Vieira Belafonte. **O Jornalismo no século XXI:** estudo de caso do Jornal do Brasil. 2013. 69 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social: habilitação Jornalismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2013.

BEZERRA, Maria Irinilda da Silva. **Formação docente institucionalizada na Amazônia acriana:** da Escola Normal Regional à escola Normal Padre Anchieta (1940-1970). Dissertação (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense/UFF: Rio de Janeiro, 2015.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Marta. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org). **Modos de ler, formas de escrever:** estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ESCOLANO BENITO, Agustín. A arquitetura como programa. Espaço escola e currículo. In: Viñao, Frago Antonio; Escolano, Benito Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad: Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 1998.

A IMPRENSA em Cruzeiro do Sul. **O Rebate**, Cruzeiro do Sul, 19 de julho de 1971.

LIMA, Tatyana Sá de. **Imprensa acreana: um estudo sobre a importância do jornal a tribuna para o jornalismo do Acre**. Revista Tropos, V1, n1. Rio Branco, AC, 2014.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Impressos: **Veículos de publicidades, fontes para História da Educação**. Cadernos de História da Educação – v. 11, nº 2, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/21702/11911>. Acesso em 05 de set de 2022

NASCIMENTO, Gesiel Holanda do. **O jornal “O Rebate”**: a organização político-administrativa e educacional da cidade de Cruzeiro do Sul (1921-1931). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós – Graduação em Mestrado de Políticas Públicas e Gestão Educacional, Rio Branco, 2018.

SPANNENBERG, Ana Cristina Manegotto; BARROS, Cindhi Vieira Belafonte. **Do impresso ao digital**: história do jornal O Brasil. Revista Observatório. Revista Observatório, Palmas, v. 2, n. Especial 1, p.230-250, maio. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/download/1693/8713/>. Acesso em 05 de set de 2022.

SOUZA, Rosa. Fátima. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: Bencosta, Marcus Levy. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

VIDAL, Diana. **No interior da sala de aula**: ensaio sobre cultura e prática escolares. In: Currículo sem Fronteiras, 9 (1), 25-41. 2009

VIDAL, Diana; PAULILO, André Luiz. Projetos de implementação da Escola Nova na capital do Brasil (1922-1935). In: Magaldi, Ana Maria; Alves, Claudia; Gondra, José Gonçalves. **Educação no Brasil**: história, cultura e política. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

VIÑAO, Frago Antonio. Do espaço e da escola como lugar: propostas e questões. In: Viñao Frago, Antonio; Escolano Benito, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad: Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 1998.

### *Fontes analisadas*

**O Juruá**. Escola de prendas domésticas. 01 de março de 1951. ANO I – N. 03, p. 2. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217\\_1953\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217_1953_00002.pdf). Acesso em 15/07/2023.

**O Juruá.** Escola Rural. 15 de fevereiro de 1953. Ano I. N. 02. p. 03. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217\\_1953\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217_1953_00002.pdf). Acesso em 15/07/2023.

**O Juruá.** Balancete do movimento da sociedade. 15 de fevereiro de 1953. Ano I. N.º 02. p. 02. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217\\_1953\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217_1953_00002.pdf). Acesso em 15/07/2023.

**O Juruá.** Nas letras do alfabeto “está o futuro do Brasil”. 15 de fevereiro de 1953. Ano I. N. 02. p. 01. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217\\_1953\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217_1953_00002.pdf). Acesso em 15/07/2023.

**O Juruá.** Instrução. 01 de março de 1953, Ano I, N. 03, p. 02. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217\\_1959\\_00101.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217_1959_00101.pdf). Acesso em 15/07/2023.

**O Juruá.** As diplomadas de 1954. 12 de dezembro de 1954. Ano II. N. 034, p. 01. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217\\_1954\\_00033.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217_1954_00033.pdf). Acesso em 15/07/2023.

**O Juruá.** Uma Inovação no Curso Normal Regional do Instituto Santa Teresinha. 16 de janeiro de 1955. Ano II. N. 036, p. 01. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217\\_1954\\_00036.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217_1954_00036.pdf). Acesso em 20/07/2023.

**O Juruá.** A escola São José. 31 de janeiro de 1959. Ano VI. N.º 101. p. 03. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217\\_1959\\_00101.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217_1959_00101.pdf). Acesso em 15/07/2023.

**O Rebate.** Gesto digno de louvor. 19 de junho de 1959. Ano XXXIX. N. 1.124. p. 04. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/783382/per783382\\_1959\\_01124.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/783382/per783382_1959_01124.pdf). Acesso em 22/07/2023.

**O Rebate.** O analfabetismo é uma mancha escura. 19 de junho de 1959. Ano XXXIX. N. 1.124. p. 03. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/783382/per783382\\_1959\\_01124.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/783382/per783382_1959_01124.pdf). Acesso em 20/07/2023.

**O Juruá.** Escola de iniciação agrícola Valério Caldas. 01 de janeiro de 1960. Ano VI. N. 107. p. 01. Cruzeiro do Sul. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217\\_1960\\_00107.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/844217/per844217_1960_00107.pdf). Acesso em 20/07/2023.

## Nas linhas do jornal estudantil *O necydalus* (1909-1911): pistas da cultura material escolar nos escritos de alunos do atheneu sergipense<sup>1</sup>

Luana de Jesus Santos<sup>2</sup>  
João Paulo Gama Oliveira<sup>3</sup>

Aracaju, 4 de julho de 1910.

Illm<sup>o</sup> Sr. Redactor:

Em qualquer ramo da actividade humana é indispensável o concurso valioso da Imprensa, e especialmente a imprensa periódica – lo Jornal – O livro do povo, na phrase de um distincto bibliographo, cujo nome me falha no momento.

E' atraz desse concurso de valor incontestável, que eu venho a essa redação, como peregrino à sombra da palmeira que verdeja no oásis. Assim peço a finez de divulgar, pellas columnas do vosso conceituado jornal, como um protesto de reconhecimento da administração desta Bibliotheca, os nomes das pessoas que se dignaram de fazer donativos à mesma, durante o primeiro semestre do ano corrente.

(...)

Aproveito o ensejo para apresentar-vos as minhas cordiaes saudações.

O Bibliotecário,

Epiphaneô da Fonseca Dória. (O NECYDALUS, n.º 37, p. 3, 1910).

A correspondência do bibliotecário para aquele grupo de alunos foi publicada no jornal estudantil *O Necydalus*. O periódico produzido por alunos secundaristas do Atheneu Sergipense circulou entre os anos de 1909

---

1 - O presente texto deriva das discussões empreendidas no Projeto “Os jornais estudantis em Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário”, que conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N.º 18/2021 – UNIVERSAL, coordenado pelo segundo autor.

2 - UFS, Aracaju, SE, Brasil. E-mail: luanafmsestrado@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1775536050089695>.

3 - UFS, Aracaju, SE, Brasil. E-mail: profjoaoapaulo.gama@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1683730358783754>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9683-5413>.

e 1911 em Aracaju/SE. Contemporaneamente suas 61 edições encontram-se salvaguardadas na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Epiphaneo Dória (BPED), instituição que homenageou o seu funcionário, décadas após a publicação assinada pelo bibliotecário Epiphaneo da Fonseca Dória.

Ao analisarmos aspectos da história desse “local de memória”, na acepção de Nora (1993), observa-se que a Biblioteca foi criada pela Lei número 233, de 16 de junho de 1848, que criou inicialmente a Biblioteca Pública Provincial na cidade de São Cristóvão, primeira capital de Sergipe. Sua implementação não foi imediata, tendo passado por diversas intempéries e ocupado diferentes espaços. Em 1890 foi reorganizada por Felisbello Freire. O primeiro local destinado, especificamente, para seu uso foi o Palácio da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, prédio onde funcionava o Atheneu Sergipense<sup>5</sup>. Depois ocupou o atual prédio do Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes) e desde 1974 a BPED funciona na Rua Vila Cristina, Bairro Treze de Julho, em Aracaju/SE (SANTOS, 2019).

Ainda conforme o citado autor, Epiphaneo Dória possui uma significativa contribuição para a Biblioteca do Estado de Sergipe, atuou como funcionário de 1908 até 1943, ano da sua aposentadoria. Foi secretário e depois diretor dessa instituição, com significativos serviços ao cultivo das letras e da cultura literária sergipana. Por meio dos seus pronunciamentos, evidenciados por Santos (2019), pode-se perceber que a sua vida estava intrinsecamente ligada à instituição, da qual é patrono.

Epiphaneo Dória, em seu discurso proferido na inauguração da nova seda da BP em 1936, ressalta que “[d]eve-lhe a Biblioteca, por donativos ininterruptos, através de anos seguidos, a posse de cerca de doze mil volumes, ou seja, quatro vezes, quase, o total de livros que possuía em 1908, quando

---

4 - Nasceu na Vila de Poço Verde, então pertencente à cidade de Campos, atual Tobias Barreto, em 1874 e faleceu em 1976, após décadas de dedicação às instituições culturais de Sergipe (MAYNARD, 2006). Campelo (2000, p. 17) assim o descreve: “Filho de proprietários de terras, Epifânio da Fonseca Dória e Menezes nasceu no ano de 1884 (...). Devido a intempéries na vida e nos negócios não teve grandes possibilidades de estudos, concluindo apenas o curso primário. (...) Dedicou-se com afinco à organização de arquivos por seis décadas reunindo documentos, angariando recursos e adquirindo fundos.”.

5 - Para saber mais sobre o Atheneu Sergipense, sugere-se a leitura, entre outros de: Alves (2005) e Alves, Oliveira e Costa (2022).

passsei a servi-la” (SANTOS, 2019, p. 162). Memória que podemos dialogar com a publicação em *O Necydalus*, onde localizamos seu esforço na arrecadação de obras, bem como as relações estabelecidas com outros sergipanos que residiam em diferentes estados do Brasil. Leiamos:

A Biblioteca pública recebeu do Rio de Janeiro dois caixões contendo os volumes de obras literárias e científicas que o nosso eminente conterraneo e discinto intelectual Dr. Laudelino Freire lhe havia oferecido por ocasião da sua ultima visita á terra natal. Oxalá que tão bello exemplo encontre emulação. Nosso Agradecimentos ao Exm. Sr. Dr. Laudelino. (*O NECYDALUS*, n.º 4, p. 2, 1910).

A contribuição e o destaque dado pelo discurso dos estudantes à doação das obras demarcam a relação da repartição pública com a prática de escrita e leitura dos secundaristas. Apontam também para problematizarmos desde as doações até a compra de acervos particulares para compor o acervo da Biblioteca. Dória, em uma das suas cartas, explorada por Santos (2019), ressalta que “[a] imprensa deve ser considerada como o braço forte das bibliotecas. Ambas trabalham para o mesmo fim: a perfeição espiritual do homem.” (SANTOS, 2019, p. 114), características presentes também nos debates sobre a instrução pública, como assevera Rosa Fátima de Souza:

Durante todo o século XIX, e parte do século XX, as disputas entre estudos literários e científicos em vários países ocidentais apoiaram-se em projetos distintos para a escola secundária. Mas esta não era uma discussão limitada ao campo educacional. Em realidade, os confrontos entre a cultura literária e a cultura científica perpassaram todos os caminhos da produção cultural no decurso do século XIX. O que se encontrava em questão não era apenas o modo de produção do conhecimento, mas essencialmente a forma de se conceber o mundo e a relação dos homens com o saber (SOUZA, 2008, p. 95, *grifo nosso*).

A disposição de obras para o acesso dos estudantes era tida como um fator significativo, tanto que é sinalizada nos discursos a necessidade de uma “biblioteca ao lado do Atheneu”. A veiculação de notícias sobre o recebimento de novos livros, destinada aos leitores de *O Necydalus*, colabora para a difusão

tanto do incentivo à leitura como também suscita a ideia de outros leitores realizarem doações. Um fator significativo para este trabalho é o recebimento de periódicos que compuseram o acervo da BPED.

Contemporaneamente, o espaço destinado à Hemeroteca possui um significativo número de jornais comerciais e estudantis, em suas 109 estantes constam 1.170 pacotilhas contendo periódicos do século XIX, XX e XXI, entre eles jornais produzidos por alunos do Atheneu Sergipense, como *O Porvir* (1874) e *O Necdalus* (1909-1911). Dos 61 números localizados de *O Necdalus*, o primeiro é datado de 05 de junho de 1909 e o último consta de 1º de janeiro de 1911. *O Necdalus* sobreviveu às intempéries do tempo, ao descaso com os documentos produzidos pelos alunos e resistiu às traças, de diferentes formas e tipos, que assolam o patrimônio educativo.

A partir da análise da materialidade tanto do espaço de salvaguarda como do próprio Jornal e dos conteúdos nele expostos, pode-se identificar a intrínseca relação entre o objeto (o jornal), sujeitos (alunos/redatores, professor, leitores) e as rotinas (a prática de escrita, cotidiano escolar, entrega de exemplares), que ocorria por meio de uma “rede de sociabilidade” (SIRINELLI, 1998) entre os redatores do impresso estudantil e a Biblioteca Pública de Sergipe. Por meio das marcas localizadas nos exemplares salvaguardados na BPED, entende-se que *O Necdalus* possui:

Componentes de uma cultura material escolar e trabalhadas na confluência da história da cultura escrita [...] a coleção de jornais constitui um acervo que marca um tempo e cria possibilidades para pensar em uma perspectiva ampliada de patrimônio cultural, capaz de sensibilizar estudiosos e instituições para a gestão e preservação desses materiais para a escrita da história da educação. (CUNHA, 2013, p. 264).

Somente por conta da salvaguarda da coleção de jornais de *O Necdalus* foi possível acessar esse passado da história da educação em Sergipe e problematizar este vestígio dos estudantes. Entendendo que “A noção de patrimônio pressupõe a guarda de algo herdado, cujo valor social demanda salvaguardá-lo do risco da ruína e do desaparecimento.” (SOUZA,

2013, p. 212). Tratando especificamente de *O Necdalud*, em alguns de seus exemplares consta a data de recebimento e a observação de “recebido grátis”. Como podemos ver na imagem a seguir:

**Imagem 1** - Anotações em *O Necdalud* na biblioteca pública (1910)



**Fonte:** Exemplares de *O Necdalud* disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphany Dória.

O escrito na primeira página do jornal, por vezes, é ladeado com o carimbo da instituição detentora da sua posse. A anotação pessoal, do bibliotecário, divide espaço com a institucionalização do público. As observações assinadas por Epiphany da Fonseca Dória indicam que a guarda e manutenção desses exemplares no acervo também tenha ocorrido por ele nos anos em que foi funcionário da repartição. Deste modo, *O Necdalud* distingue-se de tantos outros impressos que foram produzidos por estudantes e seus números ficaram em circulação com os discentes, docentes e demais integrantes da escola, sendo que pouco se guardou desse registro do passado educacional nos acervos escolares. Salienta-se que tais fontes são fundamentais para acessarmos a ótica dos estudantes do secundário, mesmo que com a presença vigilante do professor, acerca não só do Atheneu Sergipense, mas de elementos da sociedade sergipana daquele período histórico.

Frutos de uma produção coletiva, os jornais escritos pelos estudantes constituem-se como integrantes da cultura material escolar. Souza (2013), ao salientar sobre a conservação do patrimônio escolar no Brasil, aponta que

[...] estudos sobre cultura material escolar têm posto em discussão os sentidos da relação entre objetos, sujeitos e rotinas escolares, descortinando dimensões pouco exploradas do universo escolar, salientando como o olhar para as coisas comuns pode ser relevante para o conhecimento e a interpretação histórica da educação. (SOUZA, 2013, p. 205).

Nesta perspectiva, volta-se o olhar para as questões de conservação deste tipo de objeto/fonte, na qual o estudante é o principal protagonista do cenário educativo. Vidal e Paulilo (2020, p. 8) destacam também que “[t]omar a cultura material como elemento articulador de uma reflexão sobre a relação entre Arquivos e Educação supõe conceber tanto o documento quanto o local de guarda em sua dimensão material”. Neste caso, destacamos o próprio acervo da BPED e a singularidade da preservação do impresso produzido por alunos. Escolano Benito acentua que

O patrimônio material é, pois, o registro empírico e factual das práticas educativas de uma época, de cada época, de todas as épocas. Esquecimento ou destruição, desses referentes do passado poderia implicar em perda de energia na marcha da evolução e, inclusive, em uma ameaça que conduziria à regressão da humanidade. (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 271).

Assim, compreende-se que o periódico estudantil se constitui como elemento do “patrimônio material” da instituição educativa, aspecto explorado na pesquisa em desenvolvimento<sup>6</sup>. Deste modo, optamos por direcionar o foco do presente escrito para o jornal estudantil, também como fonte para estudos acerca de objetos pedagógicos.

Assim, no presente artigo temos como objetivo investigar a cultura material escolar secundarista, por meio das publicações dos alunos do Atheneu Sergipense no jornal estudantil *O Necdalus*. Para atingir tal finalidade, trataremos do impresso estudantil de maneira mais ampla, sobretudo acerca da sua materialidade, como também apresentaremos aspectos da cultura material escolar secundária a partir de *O Necdalus*, tendo-o como fonte.

---

6 - Tais debates integram a dissertação em desenvolvimento da primeira autora com o título: “A arma do estudante é a pena”: jornais estudantis secundaristas em Aracaju/SE (1874-1910).

## “Pequenos sirgos”: O Jornal *O Necdalus* – “Orgam dos estudantes de Sergipe” e a cultura material escolar

Com os avanços da imprensa, seu alcance na sociedade e a sua intrínseca relação com a instrução pública, surgiram os jornais de caráter estudantil como objeto de estratégia de escrita para estudantes que almejavam, por meio de suas publicações, alçar voos intelectuais. Tem-se notícias da publicação dos jornais estudantis no século XIX, como aponta a tese de Martineli (2020). No caso de Sergipe, os “pequenos sirgos”<sup>7</sup> construíram fios de seda com os quais é possível lançar outras perspectivas sobre a história da educação, sendo o primeiro impresso localizado, *O Porvir*, datado de 1874, décadas depois a mesma instituição educacional também abrigou a produção de *O Necdalus* (1909-1910).

Os alunos/redatores do Atheneu Sergipense que escreviam nas páginas do jornal *O Necdalus* (1909-1911) estiveram imersos em uma prática de cultura literária envolta nas discussões do ensino secundário no Brasil (SOUZA, 2008). *O Necdalus* caracterizava-se como um jornal de cunho literário e humorístico, cujo espaço era destinado não só à produção e divulgação de textos literários, mas também com notícias sobre intelectuais, aspectos da instrução pública – especificamente, do ensino secundário – e características da cidade de Aracaju/SE no início do século XX. Sua criação foi idealizada por estudantes sob a influência do professor Brício Cardoso<sup>8</sup>, Vidal assim descreve sua criação:

No início do século XX, surgiu no Atheneu Sergipense um periódico estudantil denominado *O Necdalus*, um jornal literário, humorístico e semanal pertencente ao órgão dos estudantes dessa instituição, o qual circulava aos domingos, sob a iniciativa dos alunos de preparatório,

---

7 - Fio ou cordão de seda produzido com os ovos do Bicho-da-seda.

8 - Brício Maurício de Azevedo Cardoso, Professor – Filho do advogado Joaquim Maurício Cardoso, professor de matemáticas e geografia no “Externato Provincial” da Estância e D. Joanna Batista de Azevedo Cardoso, nasceu nessa cidade no dia 9 de julho de 1844. [...] Por ato de 24 de outubro de 1870 foi nomeado professor público do ensino primário superior na sua cidade natal, removido em 1874 para a cadeira de retórica e poética do “Atheneu Sergipense”, em cujo estabelecimento regeu também a cadeira de gramática da língua vernácula, tendo anteriormente dado por algum tempo lições de história universal e especialmente de história de Sergipe. (GUARANÁ, 1925, p. 94).

Gentil Tavares da Motta e Clodomir de Souza e Silva, no período de 1909 a 1911. Contando com ajuda de professores e colegas, eles fizeram o jornal percorrer a sociedade sergipana, composto de noticiários, artigos, homenagens, nomeações, poesias críticas. (VIDAL, 2009, p. 19).

A partir do impresso podemos analisar os sentidos das produções textuais, as informações que circularam no jornal estudantil e as configurações, desde a materialidade ao conteúdo publicado. A investigação acerca de *O Nectyalus* auxilia no entendimento de que “[o]s estudantes, que viviam esse período de efervescência literária nos jornais, inseriram-se nesse processo fazendo dos seus jornais um espaço de publicação de seus próprios textos literários.” (MARTINELLI; MACHADO, 2021, p. 22). No caso desse periódico, teve a participação efêmera de alguns estudantes que passaram a redigir textos informativos e literários, além da influência de professores e disciplinas (VIDAL, 2009).

Santos (2010), ao tratar sobre o ensino da disciplina de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense, ressalta a figura do professor Brício Cardoso e sua posição destacada na produção literária, salientando que

O intelectual procurou marcar sua posição em defesa da qualidade do ensino em Sergipe, tema recorrente em seus escritos, pois remetia invariavelmente à importância da educação para o desenvolvimento humano. Brício acreditava que por meio de uma sólida formação gramatical e literária, os jovens sergipanos poderiam ter acesso ao ensino superior, preparando-se, assim, para o exercício de atividades políticas, jurídicas e jornalísticas. (SANTOS, 2010, p. 42).

As concepções empreendidas por Brício Cardoso repercutiram na produção de outros jornais estudantis. No periódico em tela, destacamos o seguinte trecho:

Nós sabemos avaliar o resultado da publicação de nosso jornal, tem sido um bom auxiliar dos professores do Atheneu, principalmente do de Português, o venerado Mestre Brício Cardoso, que com justificado orgulho tem visto os seus alunos, na gloriosa faina de escrever,

produzir verdadeiras joias literárias, que bem podiam ser assignadas por doutos. (O *NECYDALUS*, n.º 26, p. 1, 1909).

A figura do Professor Brício Cardoso é registrada pelos estudantes no primeiro número publicado em 05 de junho de 1909, sendo que a primeira página do jornal é preenchida com o discurso do Professor Brício, traçando elogios e desejando força aos redatores do novo “jornalzinho dos estudantes do Atheneu”.

O título *O Necdalus*, dado por Brício Cardoso, faz alusão ao terceiro estado do ciclo de vida de uma borboleta. Diversas questões podem ser suscitadas a partir desta analogia, tais como a ideia de que a liberdade de escrita dos alunos estava em processo de desenvolvimento e sob o controle de outros agentes institucionais do cenário educativo ou mesmo se os alunos só estariam prontos depois de finalizar o ensino secundário, alçar voos para o ensino superior e seguir com suas profissões. (VIDAL, 2009).

Pensando nas dimensões culturais que envolvem as instituições de ensino, torna-se necessário entender que “[a]s culturas afirmam sua identidade por meio de objetos simbólicos e de ações igualmente simbólicas, como ocorre com muitas materialidades e dos ritos que constituem o cotidiano das instituições educativas” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 42), assim, ao direcionarmos as lentes para os escritos de *O Necdalus*, nos deparamos com um “objeto simbólico” que possibilita um tecer de fios elaborado pelos “pequenos sirgos”, que fez parte de uma cultura própria dos estudantes secundaristas do Atheneu Sergipense, sendo a produção de jornais um dos ritos que marca o cotidiano da instituição educativa em diferentes temporalidades. Vejamos a seguir um trecho do impresso em foco:

Nós, pequenos sirgos d’O *NECYDALUS*, satisfeitos trabalharemos incessantemente para tecermos um véo de sêda do nosso cultivo, para com elle cobrirmos os nomes desses sergipanos, que se acham gravados no coração de Sergipe. (O *NECYDALUS*, n.º 22, Ano I, 1909, p. 3, *grifo nosso*).

No excerto exposto, um dos seus redatores escreve sobre intelectuais sergipanos que vieram antes deles, tidos como exemplo, como foi o caso das homenagens feitas ao professor Alfredo Montes. Os próprios estudantes intitulam-se de “pequenos sirgos”, que auxiliaram na construção da intelectualidade sergipana e na valorização de outros personagens que contribuíram para o desenvolvimento da instrução pública.

Em outros textos publicados em *O Necdalus*, são perceptíveis expressões de sentimentos como amor, amizade, tristeza, saudade, além de questões nacionalistas, como também o destaque dado a outros personagens que compuseram Sergipe na busca pela afirmação de uma identidade intelectual.

Por meio de textos literários produzidos pelos estudantes, os números de *O Necdalus* possuem características que tratam tanto das questões internas quanto externas da instituição, demarcando aspectos da cultura material escolar.

Entendida como conjunto de práticas e discursos que regularam ou regulam a vida das instituições de educação formal e a profissão docente. Tal perspectiva afeta, principalmente, a chamada cultura empírica da escola, que é em grande parte uma cultura baseada na experiência, mas que pode incluir também – e de fato inclui – conteúdos e modos transferidos, segundo processos históricos de recepção e acomodação, das culturas científica e normativa para o mundo da ação. (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 119).

*O Necdalus* constituiu-se como um objeto que disseminou esse “conjunto de práticas”, sobretudo a prática de escrita em diálogo com disciplinas e professores que apontam a para determinada cultura escolar. Dentro desta perspectiva, destacamos também a seção “Notas escolares”, que veiculou informações sobre o cotidiano do Atheneu Sergipense e de outras instituições educativas:

O delegado do governo junto ao Atheneu Sergipense, consultou ao sr. Ministro da justiça sobre está dispensado no corrente anno o exame de madureza. [...]. Domingo deu férias o acreditado collegio <<Boa

Esperança>> regido pela professora Marianna Braga (O *NECYDALUS*, n.º 57, anno II, p. 4).

A escrita desses estudantes revela questões que envolvem seus “conteúdos e modos”, por exemplo, podemos identificar as disciplinas ministradas, seus professores e os rituais da escola, tais como: as formaturas, os exames, concursos e as férias. A instrução pública, além de ser divulgada nos jornais comerciais, ganha por meio dos jornais estudantis um espaço específico, mediado por vozes de dentro da escola.

De maneira mais específica, ao tratar da materialidade de *O Necydalus*, torna-se necessário entender que “os elementos que compõem o suporte do impresso reverberam naquilo que se lê/vê e remete às condições de produção e de consumo disponíveis em determinado momento histórico” (MOREIRA; GALVÃO, 2022, p. 15). Deste modo, a soma de suas especificidades, auxilia a entender questões que fizeram parte de determinado impresso (tipo de letra, tipo de papel, conteúdo, estilo tipográfico etc.).

Os jornais em sua materialidade, fruto de uma produção intelectual de agentes institucionais do ensino secundário, apontam características tipológicas que demarcam uma padronização da imprensa estudantil de Sergipe no início do século XX. Em relação ao jornal *O Necydalus*, apresenta-se o quadro 1:

**Quadro 1** - Aspectos da materialidade do jornal *O Necdalus* (1909-1911)

Ano de circulação	Período	N.º de exemplares	Editores responsáveis	Instituição	Redação
1909 – Anno I	De 05 de junho a 01 de dezembro	Do 1.º ao 26.º	Gentil Tavares da Motta	Orgam dos Estudantes de Sergipe	Rua de Própria, n.º 12, Aracaju.
1910 – Anno II	De 01 de Maio a 23 de dezembro.	Do 27.º ao 60.º	Gentil Tavares da Motta (26.º ao 43.º), Clodomir Silva (43.º ao 61.º)	Orgam dos Estudantes de Sergipe	Rua de Própria, n.º 12, Aracaju. (n.º 26 ao 43); Rua do Arauá, n.º 21, Aracaju (n.º “43” ao 57) Rua de Maruim, n.º 25. (57 ao 60)
1911- Anno II	01 de janeiro	Nº 61	Clodomir Silva	Orgam dos Estudantes de Sergipe	Rua de Maruim, n.º 25, Aracaju. 61.

**Fonte:** Quadro elaborado pelos autores a partir dos exemplares de *O Necdalus* disponíveis na Biblioteca Pública Epiphania Dória.

Conforme indica o Quadro 1, podemos perceber elementos que compõem a periodicidade desse jornal e determinadas alterações no decorrer de sua circulação. Sobre a frequência das publicações periódicas, Barros (2019) nos diz que

Os jornais, por outro lado, já nascem como uma série que se estende ao longo do tempo. Podem ter uma existência menos ou mais extensa entre seu nascimento e seu desaparecimento, e pode ocorrer mesmo o caso de jornais que não ultrapassam as duas ou três edições; não obstante, a intenção de se criar um jornal, ou qualquer outro periódico, implica propor sua continuidade no tempo através de edições-exemplares que pretendem se suceder uma à outra de acordo com o ritmo ditado pelo seu padrão de periodicidade (o jornal diário, semanal ou mesmo anual). (BARROS, 2019, p. 185).

Diferente de outros jornais estudantis localizados entre o final do século XIX e início do XX, envolto no já citado Projeto acerca dos Jornais Estudantis em Sergipe, *O Necdalus* foi o que conseguimos acesso ao maior número

de exemplares, fato que auxilia a compreender de sua periodicidade<sup>9</sup>. Nos números analisados não consta nenhuma informação explícita referente às mudanças das redações, mas a hipótese é de uma relação entre seu espaço de produção e as relações estabelecidas pelos agentes envolvidos. Tais questões remetem à forma de organização, ao cuidado com as publicações, além das escolhas de quem poderia escrever e publicar nos referidos jornais.

Para além de suas publicações, destacamos também os aspectos visuais, que permeiam as concepções da tipologia de conteúdo, como os tipos de caracteres, organicidade do impresso e o estilo tipográfico que funcionavam como um convite para o leitor e para a fixação de sua identidade. Na tabela a seguir, podemos entender melhor sobre esses aspectos, os quais, segundo Moreira e Galvão (2022, p. 14), podem indicar ao historiador as características do “leitor visado e sobre a sua forma de uso”, além de apresentar a organicidade do texto e adequação do espaço disponível.

**Tabela 1** - Estilo tipográficos de *O Necdalus* (1909-1911)

Ano de circulação/ nº dos jornais	N.º de páginas	Tamanho das páginas	N.º de Colunas	Tamanho das colunas	Tamanho do Cabeçalho
Anos I e II – n.º 01 ao 61	4	28,5 x 19,5 cm	Variação entre 2 e 3	5,6 cm, com variações dependendo da seção	6,21 x 16,4cm

**Fonte:** Tabela elaborada pelos autores a partir dos exemplares de *O Necdalus* disponíveis na Biblioteca Pública Epiphânio Dória.

A tabela apresenta pontos acerca das dimensões e distribuição do espaço. Os números de *O Necdalus*, variam quanto ao número de páginas, tipo de letra utilizado (Cabeçalho, títulos, subtítulos, corpo das seções) e configuração das colunas que mudam de acordo com as seções. Como pode-se perceber, o número de páginas permanece o mesmo, bem como a padronização do seu tamanho, com exceção do exemplar de n.º 43, com dimensões de 27,4 x 20 cm

9 - O trabalho de Oliveira, Rodrigues e Santos (2023) analisa aspectos de jornais estudantis que circularam em Aracaju/SE no Oitocentos.

e suas colunas medem 5,5 cm. Suas páginas amareladas e quebradiças, hoje, ainda possuem marcas do processo de sua impressão.

Bourdieu e Chartier (2001), ao serem provocados sobre as diferenças entre os jornais e os livros em sua materialidade, ressaltam características acerca dos primeiros periódicos nos séculos XVII e XVIII, sendo que estes “mal se diferenciam dos livros”, destacam também seus avanços no século XIX e as relações que diferenciam estes suportes. Uma outra abordagem empreendida pelos autores demarca a análise da leitura como prática cultural, o que nos remete ao uso e objetivos da circulação dos jornais: “Esta análise pode ser mais rigorosa, mais interrogativa sobre o objeto, mobilizando o que se pode saber, seja das capacidades que se confrontam com esse objeto, seja de seus usos” (BOURDIEU; CHARTIER, 1996, p. 237), assertiva que nos auxilia no entendimento sobre os elementos de uma historicidade marcada pelos avanços da imprensa e a circulação dos impressos.

O tamanho de suas colunas varia com a seção, tanto na largura, quanto nos caracteres dos seus títulos. Como exemplo, os números do 1 ao 6 apresentam três colunas nas três primeiras páginas e duas colunas na quarta, onde consta a seção “Nossa Musa”. Esta mudança dá-se em relação ao aparecimento da seção “Musa Alheia”, que trata da “produção de 15 sonetos” (VIDAL, 2009, p. 44), a qual está localizada na página três e não publicada em todos os números.

As variações das seções tornam-se evidentes na passagem do ano I para o ano II do impresso, principalmente quanto aos títulos. Percebe-se uma diversidade de caracteres em sua composição tipográfica, como pode-se visualizar com mais precisão no cabeçalho exposto a seguir:

**Imagem 2** - Cabeçalho do ano I e ano II do jornal estudantil *O Necydalus* (1909 e 1910)



**Fonte:** Hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphanio Dória.

O título do jornal permanece o mesmo, com caracteres que indicam uma seriedade, onde “os tipos de letras se adequam à temática abordada” (ARAÚJO; SANTANA; SANTOS, 2020, p. 119), suas letras maiúsculas medem 2 cm e as minúsculas medem, aproximadamente, 0,3 cm. Com relação ao seu subtítulo, ocorrem algumas variações, principalmente nas publicações do ano II. Em alguns exemplares, além dos nomes dos redatores, aparece também o nome do diretor do jornal: Adherbal F. Cardoso.

Um outro elemento relevante, mediante a análise da materialidade do impresso, consiste que o n.º 32 foi publicado em cor azul em comemoração ao seu primeiro ano de existência, número que marca uma das primeiras mudanças nas letras/caracteres. Trata-se de uma edição especial, cujo modo impresso foge à realidade da época. O que nos leva a pensar se tal número foi impresso em Sergipe ou mesmo fora do estado.

Diversas são as temáticas abordadas pelos estudantes, tecidas nas linhas que compuseram o seu casulo de ideias, que desabrochou e alçou voos em terras sergipanas. Além do exposto, os números de *O Necydalus* apresentam informações referentes a objetos, práticas, ritualidades e sujeitos da instrução pública no início do século XX. Leiamos um trecho dos escritos do aluno Milton Carvalho no trato sobre o estudante do secundário em 1909:

O estudante prepara-se para reagir nas batalhas do porvir, com a luz que vem dos livros; enquanto o soldado age unicamente com a força física para alcançar a vitória da Patria, do ninho que lhe serviu de berço. A arma do estudante é a penna: a do soldado – a carabina. (MILTON CARVALHO, O NECYDALUS, 1909, n.º 7, p. 1, *grifo nosso*).

Como referenciado na citação de Milton Carvalho, redator do artigo denominado “O Estudante”, no cenário de lutas desses personagens a “penna” era a sua principal arma para o desenvolvimento da intelectualidade. Os livros, a pena e outros objetos escolares que circundavam o ambiente de ensino desses estudantes são evidenciados nas linhas de *O Necdalus*. Rosa Fátima de Souza assinala que:

Ao recortar o universo da cultura material especificando um domínio próprio, isto é, dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos com a problemática da produção e reprodução social (SOUZA, 2007, p. 170).

Dentro dessa discussão sobre a cultura material escolar, destacamos também o jornal *O Necdalus* como fonte que indica objetos pedagógicos nos escritos dos estudantes, como podemos ver no Quadro 2.

**Quadro 2** - Objetos pedagógicos citados em *O Necdalus* (1909-1911)

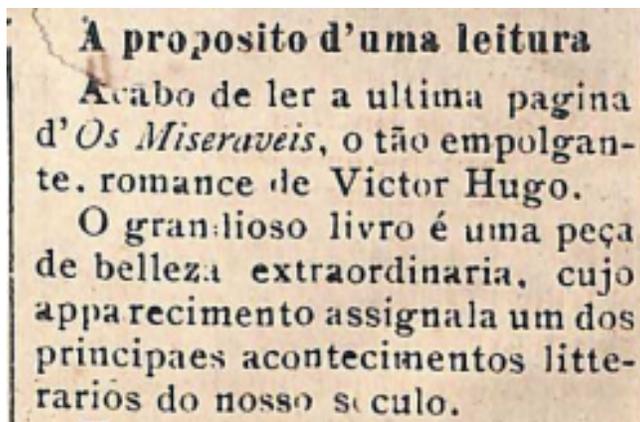
Ano	N.º	Objeto referenciado	Título da seção	Conteúdo da seção
1909	9 e 14	Obras de Victor Hugo e Lamartine	O Nosso concurso	Voto do aluno para o concurso da melhor disciplina.
1910	21	Gabinetes de Physica e Chimica, História Natural, Geographia, Mechanica e Astronomia.	Atheneu Sergipense	Notícia da chegada dos gabinetes vindos da Europa
1910	28, 29, 30 e 31	Quadro em Homenagem a Alfredo Fontes	Alfredo Montes; Honra ao Merito. Palestra.	Iniciativa da compra do quadro e contribuição dos estudantes

**Fonte:** Quadro elaborado pelos autores a partir dos exemplares de *O Necdalus* disponíveis na Biblioteca Pública Epiphânio Dória.

Voltando o olhar para esses objetos como vestígios, Margarida Felgueiras nos diz que “Os objetos possuem um pouco da nossa alma pois estruturam as nossas vidas e estão impregnados das significações e de afectos, que nos constituem como pessoas.” (FELGUEIRAS, 2010, p. 31). Assim, esses objetos são parte de uma identidade estudantil do início do século XX, formada por uma cultura escolar. Souza (2013b, p. 105) aponta que “ao privilegiarmos a relação entre os objetos escolares e a renovação do ensino, não estamos desconsiderando a rede complexa de relações em que a cultura material escolar se encontra imersa.” A relação com o currículo, os modelos pedagógicos difundidos em dada época e a formação do homem por meio da instrução pública, são elementos que compuseram essa identidade estudantil.

Um dos objetos localizados nos números em análise são as obras de Victor Hugo e Lamartine, como pode-se ler a seguir: “aqui estou a dizer qual a matéria que com mais gosto estudo. Esta bem podia ser a língua harmoniosa de Camões, a não menos deliciosa de Victor Hugo e de Lamartine, mas não” (C. SILVA, O NECYDALUS, 1909, n.º 09, p. 1). Seu discurso aponta para o uso dessas obras no cotidiano da escola secundária. No excerto do n.º 14 do jornal estudantil, destacamos a Imagem 3:

**Imagem 3** - Recorte do jornal *O Necydalus* (1909)



**Fonte:** Hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphanio Dória.

Na seção escrita por Arthur do Prado, o estudante expõe ao público leitor suas impressões da obra descrita como uma obra grandiosa. Contrapondo a fonte do jornal com as memórias de Edilberto Campos (1970), em suas recordações como aluno do preparatório na passagem do século XIX para o XX, este ressalta as obras que eram disponibilizadas na Biblioteca Pública, ainda quando funcionava no térreo do Palácio, uma de suas primeiras instalações na atual capital do estado, vejamos:

Por volta de 1895, no tempo em que a Biblioteca de Aracaju era no térreo do Palácio, com entrada pelo atual jardim feito em 1906 pelo prefeito Alcindo Barros, eu a frequentava facilitado pela benevolência do sr. Dario para com os preparatorianos da época. Lia muito romance de Júlio Verne, Alexandre Dumas, Victor Hugo, Lamartine, Ramalho Ortigão, Eça, Herculano, o grande Larousse para os que já liam em francês, escondendo Paulo de Kock e Bocage aos menores (CAMPOS, 1970, p. 51; 1965, p. 121, *grifos nossos*).

Alves (2005), ao analisar o Atheneu Sergipense no início do século XX, pontua que:

A circulação de livros evidencia a recepção francesa no desenvolvimento intelectual sergipano. Autores como Chateaubriand, Victor Hugo, Thiers, Balzac, Lamartine, Alexandre Dumas, e outros citados por Campos, eram anunciados constantemente nos jornais e à venda nas livrarias as obras recém-chegadas da França. (ALVES, 2005, p. 55, *grifo nosso*).

Tais acepções indicam vestígios da cultura europeia em terras sergipanas. Estes, por sua vez, precisavam de investimentos como a compra deste tipo de material para ser disponibilizado a estudantes. Tais indícios apontam para obras que circularam no ensino secundário sergipano, seu manuseio, leitura e exposição do livro na imprensa estudantil.

Um outro elemento que merece destaque ao tratar da relação entre o jornal estudantil e o acervo onde estão salvaguardados seus exemplares, consiste na visita realizada pelos estudantes à Biblioteca, sendo que em um de seus artigos consta o seguinte trecho:

Sons que passam

Eu, como todas as mais pessoas, tenho uma mania.

Uns têm a mania de cantar, outros de chorar, outros de sorrir, outros de andar de chapéu [...] a minha, porem, além do todas as mais, é a de folhear papeis, jornaes, revistas e almanachs e tudo quanto pertence os tempos por mim não alcançados. (FLORENTINO, O NECYDALUS, 1909, n.º 17, p. 2).

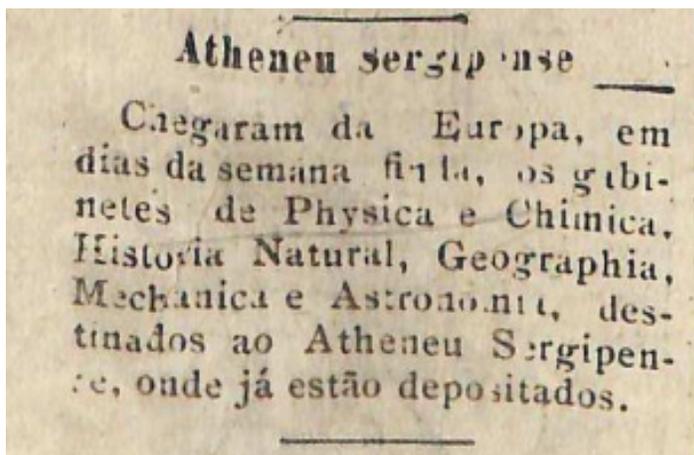
A descrição que o estudante secundarista faz da visita à instituição demonstra não só o que lá poderia se localizar, mas também o que o aluno optou por expor mediante a visita, focando na leitura dos almanaques e jornais da Biblioteca Pública. De modo que se nota, mais uma vez, a relação entre o Atheneu Sergipense e a Biblioteca, entre os alunos, seu jornal e o local de guarda dos seus escritos. Além disso, a prática de leitura dentro desses espaços e as publicações realizadas em *O Necdalus* poderiam servir também como incentivo para que os alunos frequentassem a Biblioteca.

De outro modo, como sinalizado no quadro 3, surgiu a notícia acerca da compra dos gabinetes na Europa, a qual, possivelmente, circulou nos corredores da escola e chamou atenção dos alunos, sendo exposta no impresso estudantil a notícia sobre a chegada dos Gabinetes<sup>10</sup>:

---

10 - Há estudos em desenvolvimento no Grupo de Pesquisa acerca dos gabinetes em uma perspectiva transnacional de circulação de objetos pedagógicos.

**Imagem 4** - Recorte do jornal *O Necdalus* (1909), chegada dos gabinetes



**Fonte:** Hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphania Dória.

A aquisição de tais objetos pedagógicos insere-se na busca por dotar o Atheneu Sergipense de um ensino prático aliado às modernas teorias pedagógicas em voga, como também necessário nos requisitos de equiparação, como apontou Alves (2005). Melloni (2009) explica que:

No caso, os Gabinetes eram o conjunto de materiais. Para a Física, os objetos eram basicamente instrumentos científicos capazes de reproduzir fenômenos naturais, enquanto que [sic], para a Química, as coleções eram formadas basicamente de vidrarias e reagentes necessários às transformações da matéria.

Tal como o termo “Museu”, o Gabinete também podia significar um lugar, que no caso poderia ser uma pequena sala anexa a uma habitação maior e que se destinaria ou à guarda de materiais ou, principalmente, à realização de trabalhos individuais, e também poderia ser entendido, ele mesmo, como um conjunto de instrumentos necessários à realização de experiências. (MELLONI, 2009, p. 107-108).

Os gabinetes e laboratórios comprados constituem-se como “suportes materiais do ensino, ou seja, os objetos utilizados por professores e alunos

nas escolas em situações de ensino e aprendizagem” (SOUZA, 2013, p. 105). Também podem ser considerados como:

[...] um condensador ou sintetizador semântico e como um objeto narrativo ou informador, que conta coisas acerca da instituição em que foi utilizado, das práticas postas em ação com ele nas escolas, por docentes e alunos, como também de teorias pedagógicas subjacentes às atividades didáticas, que se apoiavam na utilização do objeto ou documento em exame (BENITO ESCOLANO, 2017, p. 226).

Deste modo, entende-se que o jornal *O Necdalys* expõe notícias acerca desse objeto “condensador”, suas pistas indicam para sua chegada na instituição, outras fontes podem mostrar como ele foi instalado, utilizado ou mesmo reinventado no cotidiano das práticas educativas. Atentar para a imprensa estudantil para além de objeto, mas também como informante de objetos que estiveram presentes no cotidiano da instituição e dizem respeito ao ideário de uma época.

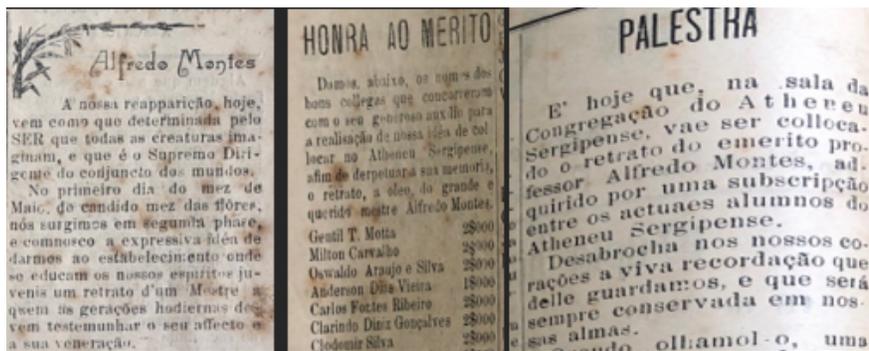
Um outro objeto fruto de um investimento dos estudantes é o quadro pintado a óleo em homenagem ao falecido professor Alfredo Montes. A prática de escrita que faz referência aos “grandes mortos” é recorrente em *O Necdalys*, outros personagens foram homenageados com notas sobre o seu trabalho, desempenho e influência em determinado campo político-social. Nos discursos empreendidos pelos alunos, na seção “simples homenagem”, que diz respeito a esse quadro, são utilizadas palavras como “grande mestre” e “educador severo e do homem recto e justo” ao tratar de Alfredo Montes (*O NECYDALUS*, 1910, n.º 29, p. 1).

Alfredo Montes, assumiu em julho de 1877 a cadeira de Inglês do Atheneu Sergipense. Também ocupou o cargo de diretor entre os anos de 1891-1895. Em 1907-1908, lecionou as disciplinas de Desenho, Geografia, Alemão e Inglês (ALVES, 2005). Amorim (2006), ao traçar a trajetória desse intelectual das letras em Sergipe sinaliza as homenagens feitas pelos estudantes do Atheneu Sergipense.

É válido salientar que esta iniciativa dos estudantes marca os primeiros números do segundo ano de sua publicação, algumas das suas seções pontuam

o início da ideia de compra do quadro, o dia que foi colocado com festividade solene e a presença da “autoridade máxima do estado” na exposição, além de publicizar a contribuição dada pelos estudantes. Vejamos a seguir páginas do jornal que tratam da homenagem transformada em quadro:

**Imagem 5** - Recortes de *O Necdalalus* (1910), tratando do quadro de Alfredo Montes



**Fonte:** Hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphanio Dória.

A obra foi produzida pelo artista Galdino Bicho<sup>11</sup>, artista sergipano citado em *O Necdalalus*, quando informa-se a sua partida “No *Iris*, segue hoje para o Rio de Janeiro, onde vai cursar a Eschola de Bellas Artes, o nosso distincto amigo Galdino Bicho. Feliz viagem” (*O NECYDALUS*, n.º 27, Ano II, 1910, p. 4).

Diante da análise do objeto, a seção “Honra ao merito” destaca a participação de 73 pessoas que contribuíram para a compra da pintura com “1\$000” ou “2\$000”. A ação dos estudantes e a mobilização feita pelos redatores por meio do convite aos “órgãos de publicidade: *O Estado de Sergipe*, *o Correio de Aracajú*, *A Folha de Sergipe*, *O Jornal de Sergipe*, *A Gazetinha* e *O Espião*” (*O*

11 - “Nascido na cidade serrana fluminense de Petrópolis, em 23 de novembro de 1888, Guttman Bicho passou sua infância em Sergipe, vivendo por mais de dez anos, na época em que seu pai era contra-mestre da fábrica de tecidos local. [...] Entre 1906 e 1910, Bicho cursou a ENBA como aluno livre, tendo sido aluno de Rodolfo Amoedo (1857-1941) e Zeferino da Costa (1840-1915), além de Belmiro de Almeida (1858-1935) e Eliseu Visconti (1866-1944), que o influenciaram mais de perto.” (KNAUS, 2015, p. 303).

NECYDALUS, n.º 29, Ano II, 1910, p. 1), demarcou essa iniciativa, na qual os alunos foram os atores desse evento simbólico.

O que nos chamou atenção por meio desse objeto, que tem uma perspectiva diferente dos demais, foi a iniciativa dos estudantes em homenagear o docente após o falecimento. Para os alunos, a figura do professor retratada em uma tela pontua uma cultura material da escola que foge da concepção de objetos pedagógicos, mas um objeto que remete aos sentidos afetivos dos alunos para com aquele personagem representado pelos traços de uma pintura. Nos escritos dos estudantes, torna-se evidente que o quadro como “objeto informador”, ao ser exposto no espaço do Atheneu Sergipense, cumpre o objetivo dos estudantes em ter aos seus olhos a representação do personagem professor Alfredo Montes.

Mediante o exercício de evidenciar os objetos nos escritos dos estudantes, é preciso entender que “A valorização da memória como fonte de conhecimento da cultura escolar nos convida a uma imersão arqueológica nas coisas, nos ícones e nas linguagens. [...]. Fazer falar as materialidades leva a abrir as memórias nela inseridas e a intuir ou explicar os discursos que as constituíram” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 225). Isso torna-se possível por intermédio da análise dos jornais estudantis.

Por meio dessa escrita, localiza-se nas linhas de *O Necydalus*, vestígios da cultura material escolar imbricada no cotidiano dos estudantes. São livros, gabinetes e quadros que fizeram parte do cotidiano do Atheneu Sergipense. São objetos que dizem respeito a uma época, a um grupo social, a dado passado da história de Sergipe que ainda precisa ser analisado.

### *No entrelaçar dos fios de seda surgem algumas considerações*

*O Necydalus* trata-se de um impresso estudantil, que teve uma periodicidade significativa, com quase dois anos de publicações ininterruptas. Felizmente, o trabalho realizado por Epiphaneu da Fonseca Dória durante décadas dedicadas a guardar obras, aliado às relações estabelecidas entre ele e os redatores de *O Necydalus*, demarca a salvaguarda de um jornal produzido

por alunos, que contemporaneamente nos auxilia a tecer os fios da História da Educação Sergipana assim como os “pequenos sirgos” do “jornalzinho” do Atheneu Sergipense.

Diante dos aspectos apresentados em *O Necdalys*, entende-se que o impresso integrou a cultura material escolar do Atheneu Sergipense, sendo utilizado como um espaço para o exercício da escrita de textos literários e informativos que contribuíram para forjar uma identidade estudantil. O *Necdalys* constitui-se também como fonte para investigarmos a cultura material escolar de uma instituição de ensino secundário criada em 1870 e que funciona ininterruptamente até contemporaneidade, a partir do olhar do aluno, mesmo que sob a vigilância de outros sujeitos, como docentes e diretores.

Analisar os escritos nas linhas do impresso estudantil possibilitou o entendimento sobre as finalidades do jornal, a discussão sobre a cultura escolar presente nas instituições de ensino secundário no Brasil e especificamente em Sergipe. O discurso dos estudantes, os objetos e a sua variedade de questões suscitam outros elementos a serem explorados em outras pesquisas. Por fim, pode-se afirmar que a relação entre o espaço de salvaguarda do periódico com o processo de circulação e preservação de *O Necdalys*, estão conectados por mais de um século, linhas que possibilitam conectar a outras histórias, ainda a serem escritas.

## Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese (Doutorado em Educação) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

AMORIM, Simone Silveira. *A Trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, SE, 2006.

ARAÚJO, Germânia Gonçalves de; SANTANA, Jeane de; SANTOS, Vicent Bernardo Alves. **A composição gráfica dos impressos informativos em Sergipe Imperial.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Volume 1: Dossiê Rememorar a Independência de Sergipe, n. 50, p. 122-122, 2020.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas:** introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ. Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **A leitura:** uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. CHARTIER, Roger. (org.). Práticas da leitura. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 231-253.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **O Legado documental de Epifâneo Dória:** por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

CAMPOS, Edilberto. **Crônicas da passagem do século.** 1970.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história:** conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Folhas voláteis, papéis manuscritos:** o pelotão de saúde no jornal infantil Pétalas (Colégio Coração de Jesus – Florianópolis/SC, 1945-1952). Hist. Educ (on line). Porto Alegre. V. 17, n° 40, p. 251-266. 2013

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura:** experiência, memória e arqueologia. Trad. Heloísa Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Cultura escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica.** In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (Eds.) Cultura escolar, migrações e cidadania. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e Autores, 2010. p. 17-32-33.

GUARANÃ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano.** Rio de Janeiro: Graphica Ed. 1925.

KNAUSS, Paulo. **O legado do Artista:** Arte Brasileira na Coleção Galdino Guttman Bicho. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. v. 2, n° 45, p. 301-321. 2015.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O beneditino pesquisado:** a contribuição de Epifâneo Dória à historiografia Sergipana. Revista TOMO, p. 131-142, 2006.

MARTINELLI, Laís Pacifico. **Pelos estudantes e para os estudantes: a instrução e a literatura nos periódicos estudantis brasileiros (1870-1880)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2020.

MARTINELLI, Laís Pacifico; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A virtual produção periódica estudantil oitocentista**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 59 n. 60, p. 1-29, abr./jun. 2021.

MELONI, Reginaldo Alberto; ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **Materiais didático-científicos e a história do ensino de ciências naturais em São Paulo (1880-1901)**. Educ.

Pesqui., São Paulo, v. 45, e207546, 2019.

MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Impressos estudantis secundaristas como fonte para a História da Educação: potencialidades e desafios nos processos de produção de um repertório sobre o Sul do Mato Grosso (Brasil). **Cadernos de História da Educação**, v. 21, on-line, p. 1-23, 2022.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do Repertório Português. In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Educação em Revista: a imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, p. 11-32, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, dez. 1993. p. 7-28.

MARTINELLI, Laís Pacifico; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A virtual produção periódica estudantil oitocentista. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59 n. 60, p. 1-29, abr./jun. 2021.

MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Impressos estudantis secundaristas como fonte para a História da Educação: potencialidades e desafios nos processos de produção de um repertório sobre o Sul do Mato Grosso (Brasil). **Cadernos de História da Educação**, v. 21, on-line, p. 1-23, 2022.

OLIVEIRA; João Paulo Gama; RODRIGUES, Simone Paixão; SANTOS, Vitória Lúcia S. **“O derramamento das sciencias deverá ser um dos sérios empenhos do governo do paiz”**: escritos em jornais estudantis em Aracaju/Sergipe (1874- 1888). Revista Cocar. Vol.18, nº 16. Belém/PA, 2013, pp. 1-19.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemeire Marcedo; ALVES, Eva Maria Siqueira. **Entre mapas, globos, sólidos, cadeiras e relógio: objetos para as aulas do Lyceu de Sergipe (1848-1851)**. Revista de História e Historiografia da Educação. V. 5, nº 11. Curitiba, 2022, p. 36-63.

O NECYDALUS. Aracaju: ano I, nº 7, 1909. Acervo da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória.

O NECYDALUS. Aracaju: ano I, nº 9, 1909. Acervo da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória.

O NECYDALUS. Aracaju: ano I, nº 14, 1909. Acervo da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória.

O NECYDALUS. Aracaju: ano I, nº 22, 1909. Acervo da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória.

O NECYDALUS. Aracaju: ano I, nº 26, 1909. Acervo da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória.

O NECYDALUS. Aracaju: ano II, nº 27, 1910. Acervo da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória.

O NECYDALUS. Aracaju: ano II, nº 29, 1910. Acervo da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória.

O NECYDALUS. Aracaju: ano II, nº 34, 1910. Acervo da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória.

O NECYDALUS. Aracaju: ano II, nº 37, 1910. Acervo da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória.

O NECYDALUS. Aracaju: ano II, nº 57, 1910. Acervo da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória.

SANTOS, Ana Márcia Barbosa dos. **Sob a lente do discurso:** aspectos do ensino de retórica e poética no Atheneu Sergipense (1874-1891). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SANTOS, Gilfrancisco do. **A Biblioteca Provincial de Sergipe.** Edise, 2019.

SIRINELLI, Jean-François. **As elites culturais.** In: RIUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998. p. 259-279.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da cultura material escolar:** um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (org.). Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, p. 163-189, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX:** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas de um debate. **Revista Linhas.** Florianópolis/SC, jan./jun., p. 199-221, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Objetos de ensino: a renovação pedagógica material da escola primária**. Educar em Revista, Curitiba/PR, p. 103-120, 2013b.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. **O Necydalus: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, SE, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves & PAULILO, André Luiz. Arquivos e educação: prática de arquivamento e memória. **Revista de Educação Pública**, 29, p. 1-17, disponível em: <https://doi.org/10.29286/rep.v29ijan/dez.2020>.

# *A cultura material escolar no Lyceu Maranhense pela imprensa local (1838-1886)*

Mateus de Araújo Souza<sup>1</sup>  
Cesar Augusto Castro<sup>2</sup>

## *1 Introdução*

O Império do Brasil passou, nas décadas de 1820 e 1830, por um movimento de reformulação administrativa que visava principalmente a descentralização das ações governamentais (FARIA FILHO, 2007). A implantação do Lyceu Maranhense na província junta a esse movimento, o interesse de autoridades locais de afastar a escola do recinto doméstico; herança negativa da escola praticada no Brasil colonial (CASTRO, 2017). Nesse sentido, compreender como a imprensa periódica local registrou a criação do Lyceu Maranhense no Oitocentos com foco nos aspectos referentes à cultura material escolar é o nosso objetivo.

O trabalho tem como fontes principais *O Publicador Oficial* (1831-1841) e o *Publicador Maranhense* (1842-1886) enquanto dispositivos privilegiados para capturar as ações do poder provincial na implantação de dito estabelecimento e também para perceber as relações de interesses entre indivíduos e instituições ligadas ao ensino secundário. Enquanto pressupostos teórico-metodológicos utilizamos a história cultural, auxiliando-nos em seus três eixos indissociáveis, para compreendermos as tensões instauradas entre autoridades locais com respeito ao Lyceu e as imposições externas quanto aos modelos de ensino e objetivos institucionais relativos à cultura material em uso.

---

1 - UFMA. São Luís. Maranhão. Brasil. E-mail: matt.araujo.souza@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3189377033559582>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6429-0631>.

2 -UFMA. São Luís. Maranhão. Brasil. E-mail: cesar.castro@ufma.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2060977814636465>

Na história do objeto na sua materialidade (como primeiro eixo de análise) captamos a forma como se apresentam as notícias relativas aos objetos escolares e à instituição, tendo em conta as permanências, ausências e intermitências do objeto nas fontes quando analisamos o item frequência; já a estrutura em pauta, refere-se à estilística da escrita presente nas formas dos registros e às intencionalidades implícitas nas matérias selecionadas; por fim, a avaliação do dispositivo em uso para referir-se à escola e às questões materiais tais como: colunas, seções, páginas ou lugares específicos na topografia do suporte é indispensável.

Na história das práticas nas suas diferenças (como segundo eixo), identificarmos as diversas apropriações dos sujeitos com relação às diversas imposições feitas em um determinado contexto, seja no interior das repartições ligadas à instrução pública, seja nos diversos espaços de salas-de-aulas do Lyceu Maranhense, ou mesmo nas páginas dos jornais que rendiam maior ou menor destaque a certos assuntos dependendo dos objetivos traçados e da diferenciação das posições e práticas é crucial. Por fim, avaliarmos no terceiro eixo, as configurações sociais/culturais em que os sujeitos atuantes estão inseridos no ensino secundário, as mudanças nas estruturas psíquicas ou nas formas de se pensar os objetos escolares segundo diferentes concepções, tendo em conta as armaduras conceituais da época ao respeito da cultura material escolar, analisadas aqui nas suas variações históricas, se faz necessário (CHARTIER, 1989; NUNES, CARVALHO, 1993; CASTELLANOS, 2022a, 2022b).

Destarte, este trabalho contribuirá com estudos referentes à História da educação maranhense no Oitocentos, por abordarmos aqui a principal instituição de ensino secundário da província no Império. Ao analisar-se a instrução pública local por intermédio dos discursos veiculados pela imprensa periódica, colocamos a cultura material da escola como fio condutor que nos ajuda a compreender os objetos escolares como vetores de relações sociais, a partir de uma forma escolar específica, na qual, cada sujeito exerce seu papel em um jogo de tensões entre forças distintas: de um lado, as estratégias de imposição advindas do governo que dirige a escola como instituição

portadora de valores que representam tal poder; do outro, as táticas de apropriação inventadas pelos atores sociais que compõe o ambiente escolar e as instituições que representam a instrução maranhense na época.

## 2 Imprensa periódica local e Lyceu Maranhense

Para abordar a imprensa periódica torna-se necessário o desenvolvimento de um *modus operandi* de exploração dos modos de ler-se os documentos e, por fim, do diálogo incessante relacionando teoria, dados e inquéritos (PERES; SOUZA, 2011). O processo de escolha das fontes levou em conta a metodologia da história cultural; jornais locais da imprensa maranhense oitocentista como *corpus* documental, selecionado junto ao *Catálogo de jornais maranhenses da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007*. Ao nos aproximarmos da documentação, levamos em consideração o tipo de publicação, a abrangência e os intervalos que oferecem maiores informações sobre o nosso objeto, notadamente o período de criação da escola – *O Publicador Oficial* (1831-1841), bem como toda sua ação na província do Maranhão – *Publicador Maranhense* (1842-1886).

A periodicidade das publicações também nos possibilitou, de acordo com a História Cultural, levar em conta o projeto conceitual da arquitetura das durações, ao entendermos que a dinâmica histórica ocorre e configura-se em durações distintas em função da multiplicidade de tempos históricos<sup>3</sup>. O projeto conceitual da arquitetura das durações metodologicamente tem relação direta com as fontes utilizadas, pois teoricamente implica no seu tratamento (BRAUDEL, 2011). Nessa lógica, aspectos da História Cultural foram relacionados com elementos da história serial no sentido de elaborarmos séries documentais; análise do objeto na longa duração que nos auxilia a identificar regularidades, variações, mudanças, tendências e discrepâncias (CASTRO; CASTELLANOS; SOUZA, 2023).

---

3 - A curta duração diz respeito a fatores políticos; a média duração contém eventos que impactam certa realidade modificando significativamente um contexto, e por fim, a longa duração contém fatores permanentes e quase imutáveis por extensos períodos (BRAUDEL, 2011).

Trabalhar com a imprensa maranhense local, segundo o primeiro eixo da História cultural, nos habilita a identificar os objetos da cultura material escolar do Lyceu Maranhense em sua materialidade quando são capturados enquanto forma, estrutura, dispositivo e frequência (CHARTIER, 1989; NUNES, CARVALHO, 1993; CASTELLANOS, 2022a, 2022b). Os espaços utilizados para tratar do *Lyceu Maranhense* nessas publicações eram as colunas destinadas à administração pública, no caso do *Publicador Oficial* (1831-1841), as notícias que abordavam a cultura material escolar da instituição apresentam-se em três formas distintas: a correspondência oficial, as cartas de lei e os relatórios.

Cada uma das formas identificadas estrutura-se de maneira distinta. As correspondências oficiais se constituem nos pedidos feitos entre as repartições públicas do poder provincial, que registram necessidades e problemas enfrentados por estes órgãos em linguagem direta e objetiva, trazendo a indicação do destinatário e do remetente. As cartas de lei tratavam de demandas estritamente ligadas aos objetivos das autoridades locais e davam mostras dos rumos e das concepções de ensino do poder político local, dividindo-se em artigos e parágrafos, iniciavam com a ementa e finalizavam com o responsável pela sanção da norma. Já os relatórios eram prestações de conta mais extensas, geralmente produzidos pelos chefes da repartição; registros que continham o estado em que a instituição se encontrava, bem como os principais problemas e ações que na prática estavam sendo realizadas para sua resolução.

Como dispositivo responsável pela veiculação da cultura material escolar liceísta, O *Publicador Oficial* (1831-1841), objetivava ser a voz do governo provincial criando uma imagem positiva do Lyceu. Jornal que na década de 1830 passa por uma série de mudanças nas tipografias responsáveis por sua impressão, sinalizando uma trajetória de dificuldades<sup>4</sup>. Sobre a frequência das publicações, percebemos um interesse maior de veicular notícias sobre o *Lyceu Maranhense* nos anos de 1838 e 1839, tratando-

---

4 - Em 1833, o jornal passa pela Typographia Liberal, a Typographia do Farol Maranhense e a Typografia de Abranches e Lisboa. Em 1834 muda para a Typografia Constitucional e em 1835 passa a ser impresso pela Typographia de Ricardo Antonio Roiz de Araújo. Já em 1836, volta para a Typografia Constitucional, passando a ser impresso definitivamente pela Typographia de I. J. Ferreira, em 1837.

se exclusivamente das ações referentes a sua instalação no Convento do Carmo, aos improvisos e ajustes em que os sujeitos envolvidos com o ensino secundário local estavam comprometidos para possibilitar o êxito da escola. Sobre os problemas enfrentados, a exemplo das aulas ministradas nas casas dos professores ou mesmo ao hiato de um ano entre a criação da escola em 1838 e sua efetiva inauguração em 1839, percebe-se o intencional desinteresse em tratar essas questões (SOUZA, 2022).

*O Publicador Maranhense* (1842-1886), foi fundado em 9 de julho de 1842 para substituir o *Jornal Maranhense*. Folha noticiosa que se encarregava, dentre outras coisas, do expediente do governo e dos debates da Assembleia Provincial, sendo publicada na tipografia de Ignácio José Ferreira, o dono do jornal (JORGE, 2008). Neste artefato abordaram-se temas externos à política provincial, tendo como motivação, o fato de os redatores serem homens envolvidos com as letras, muitos deles atuantes na própria instituição. Sotéro dos Reis, por exemplo, além de professor, foi influente nos espaços de poder locais e na imprensa. Funda importantes jornais como “[...] ‘*O Maranhense*’ [,] ‘*O observador*’ [1820-1879], ‘*O Publicador Maranhense*’ [1842-1886], [e atua na redação da] ‘*Revista*’ [1820-1879] (COELHO, 2017, p. 65, grifo nosso). A frente da instrução pública na província, assume a direção do Lyceu Maranhense logo em 1838 (data de sua criação) e também a presidência da Congregação dos Professores ficando encarregado de fiscalizar as escolas de primeiras letras e de aprovar os compêndios para o ensino (FARIAS, 2020). O periódico baseava-se em uma linha de prioridades que era inspirada em publicações do exterior e da corte. “Em primeiro lugar, as notícias políticas e comerciais, tanto nacionais como estrangeiras e depois a legislação e os atos do governo; e finalmente variedades que instruem, recreando, eis aí com que enche[m] o quadro deste jornal.” (PROSPECTO..., 1842. p. 1).

Acreditamos que a diversidade de locais para as notícias se deva à proposta de tratar assuntos importantes de interesse público, dentre eles, a educação considerada tema destacado para os letrados ludovicenses. Identificamos n’*O Publicador Maranhense*, três formas de mensagens referentes ao Lyceu: os Ofícios, as Atas de Reunião e os Relatórios. Obedecendo

uma estrutura particular própria das normas e regras do período para a redação de cada tipo de documento, os ofícios eram apresentados em parágrafo único e dirigidos a pessoas específicas, a estrutura deste tipo de publicação é a mais simples das três formas identificadas; já as atas de reunião, são mais extensas e separadas por parágrafos relatando os assuntos abordados durante a Congregação dos professores de dita instituição ou durante a sessão da Assembleia Provincial, sendo assinados pelos participantes e pelo respectivo secretário (SOUZA, 2022). Esse tipo de publicação é mais extensa e tem uma variedade significativa de assuntos em relação aos ofícios que são mais frequentes. As atas por tratarem de múltiplos aspectos nos fornecem além da identificação dos objetos da cultura material escolar, uma visão mais aproximada dos contextos que compunham a própria rotina do *Lyceu Maranhense* e da instrução pública.

Em função da frequência, foi possível perceber dois períodos distintos na publicação com respeito aos materiais escolares do Lyceu, em princípio por tratarem do início da institucionalização do ensino secundário. N<sup>o</sup> *Publicador Maranhense* (1842-1886), dentro do compute de notícias identificadas, se dá mais destaque àquelas que fazem referência à própria estruturação material da escola, às reformas impetradas pelos diretores, aos pedidos de materiais para subsidiar as aulas e às críticas do espaço ocupado pela escola — o Convento do Carmo<sup>5</sup>, entre outras. Por exemplo, entre 1844 e 1849, encontramos críticas às acomodações nas edições n. 196, 230, 234, 397 e 875; esta última afirmava que o “Lycêo não est[ava] bem estabelecido porque a parte inferior do Convento do Carmo onde elle se acha é além de pouco aceiada e indecente, tão acanhada, que não oferec[ia] as indispensáveis acomodações para aula de desenho [...]” (INSTRUCÇÃO..., 1849, p. 3).

A partir da década de 1860, inicia-se um movimento de publicações propondo mudanças mais significativas com respeito ao prédio, tais informes passaram a concentrar-se em levar o Lyceu para outro edifício; já as notícias

---

5 - O convento foi construído em 1627 na Colina de Santa Bárbara pelos frades carmelitas que receberam o terreno de Alexandre de Moura. No período imperial além de abrigar o Lyceu Maranhense, sediou diversas instituições ligadas à Instrução Pública: a cadeira de primeiras letras da Freguesia de N. S. da Vitória (1839), a Inspeção da Instrução Pública (1843) e a Escola Normal (1849).

que tratavam dos materiais escolares em paralelo, apresentavam pedidos de natureza distinta: ao invés das solicitações de materiais básicos para o ensino, surgem pedidos de materiais mais complexos tais como a máquina geocyclica para a aula de geografia<sup>6</sup>. Nos inícios de década de 1850, encontramos pedidos de materiais para seu aparelhamento. Na edição n. 951, pede-se a “quantia de setenta e três mil e duzentos reis, importância de um jogo de globos [...] comprados pelo Inspetor da instrução pública” (AO INSPECTOR..., 1850, p. 2); já no final da década de 1850 e início de 1860 encontramos pedidos mais complexos atrelados a ideais de modernidade e inovação: “A’vista da conta junta mande Vmc. Pagar ao Dr. Domingos Feliciano Marques Perdigão a quantia de 50\$000 reis, importância de uma máquina geocyclica para uso da aula de geografia do lycêo” (AO INSPECTOR..., 1858, p. 1).

Enquanto dispositivo, *O Publicador Maranhense* (1842-1886) utiliza diversas colunas para tratar da instrução provincial onde o Lyceu é abordado mais frequentemente na seção “Ao Inspector da Instrucção Publica”; lugar onde são apresentadas notícias sobre o ensino público, enquanto organização, sistematização e operacionalização. Neste espaço específico destinado à instrução, percebe-se que o interesse pela criação de uma imagem de instituição de ensino modelar e ideal, constituía uma das principais intenções das autoridades provinciais no Maranhão. A principal mostra das intenções do poder local se evidencia na relação estabelecida entre o *Lyceu Maranhense* e a imprensa periódica enquanto divulgadora das ações governamentais. Identifica-se em muitas ocasiões, o *Publicador Maranhense* (1842-1886) e *O Publicador Official* (1831-1841) tratando deste estabelecimento com destaque em suas páginas, seja noticiando as ações implementadas pelo governo para sua criação, seja criticando a escola e os problemas enfrentados pela instrução local.

---

6 - A máquina foi solicitada pelo professor de geografia do Lyceu, o senhor Tibério César de Lemos, justificando a sua necessidade prática na cadeira de geografia astronômica, já que possibilitara aos alunos melhor compreensão do movimento dos planetas em torno do sol. Ressalta-se a modernidade atrelada a esse equipamento de origem europeia, fabricado pela W. Harrison de Londres e vendida na casa de Marques Perdigão. Ver: CASTRO; CASTELLANOS; SOUZA, 2023).

Os objetos componentes da cultura material escolar, nesse contexto, funcionam como vetores das relações sociais, uma vez que, para além das funções pensadas para eles como materiais que subsidiassem o ensino, tais artefatos geram pontos de contato entre os sujeitos envolvidos com a instrução e demais espaços de poder, seja envolvendo o Lyceu e as casas de venda de objetos escolares em relações comerciais, seja envolvendo alunos e funcionários da escola em situações de tensão e disputas de poder (CASTRO; CASTELLANOS, SOUZA 2023). A seguir nos direcionamos a estes materiais na intenção de perceber de que maneira os modelos de instituição escolar impostos foram apropriados pelos diversos sujeitos e instituições? Qual papel a imprensa local exercia nos contextos ligados ao ensino secundário?

### *3 Cultura material escolar do Lyceu Maranhense nas páginas dos jornais*

A imprensa oitocentista como divulgadora das ações governamentais e da criação de uma imagem de Lyceu Maranhense para o público local, aponta para as relações estabelecidas entre instituições e para as diversas tensões e interações entre os sujeitos envolvidos nesses espaços que exprimem intencionalidades várias. Interessa-nos, para além do papel exercido pela imprensa local maranhense, perceber as formas pelas quais determinado modelo de escola foi imposto às autoridades provinciais, os modos pelos quais essas formações sociais apropriaram-se das imposições, ao mesmo tempo em que, planejam e idealizaram funções específicas para esta escola, não necessariamente ligadas às concepções externas. No cerne das relações de poder dos sujeitos enredados com o Lyceu, entender as intencionalidades presentes nesses diferentes espaços, permite uma ampliação do olhar proposto no segundo eixo da História cultural (a história das práticas nas suas diferenças) para tentar responder a o que fazem os diferentes sujeitos com os mesmos objetos que lhes são impostos? (CHARTIER, 1989; NUNES, CARVALHO, 1993; CASTELLANOS, 2022a, 2022b), tendo em conta que desde

seu início, esta instituição esteve envolta de imposições e apropriações que acabaram por moldar sua trajetória.

As notícias propagadas pelo *Publicador Oficial* (1831-1841), concentram-se, sobretudo, nos anos de 1838 e 1839, quando se explana sua criação e inauguração. Em 1838, dita instituição é assunto de destaque em 5 edições; frequência que pode estar relacionada à demanda de ações que o poder público precisou realizar para sua implementação e as necessidades materiais para seu aparelhamento. Pela importância dada a essas ações, mesmo antes de sua criação, este estabelecimento representava um espaço ideal e modelar que deveria exercer, além de seu papel como escola, uma função institucional, já que modernizava a província do Maranhão, elevava seu status e a retirava do atraso. Por isso, via imprensa, os leitores poderiam acompanhar todo o processo inicial de sua criação e acomodação, já que noticiavam constantemente qualquer ação neste sentido, em específico, o espaço designado para sua operacionalização:

[...] tem de ser estabelecido no Convento N. Sr.<sup>a</sup> do Carmo desta cidade, por ser o local mais conveniente para esse fim, tenho de exigir de V. S. a restituição de poco mais de quarenta palmos no armazem que no mesmo Convento já sérvio de quartel da polícia, espaço este [...] já ocupado por diversas cadeiras de ensino público apenas formão as necessárias dimensões para o estabelecimento criado [...] (MARANHÃO..., 1838, p. 3).

Enquanto relações institucionais a igreja católica no Maranhão teve um papel importante na estruturação da capital São Luís, sendo decisiva para a fixação do colono à terra, portadora e guardiã de valores morais que conformavam a sociedade imperial brasileira e dotavam o clero de poder e influência nesse contexto (LACROIX, 2012); na administração provincial, o espaço do Convento do Carmo foi constantemente utilizado para outros fins que não exclusivamente da missão católica, por exemplo, para armazenar peças de artilharia, sendo baluarte nas lutas para a expulsão dos holandeses em 1641, usado também como quartel de polícia da província, para abrigar a biblioteca pública e, ainda, como sede do Lyceu Maranhense (LACROIX, 2012).

O aparelhamento ao espaço escolar, recém escolhido e cedido pelo clero local auxiliou o governo da província a construir uma imagem de instituição escolar ideal e modelar para satisfazer, não apenas as necessidades de uma elite local; mas também para demonstrar as capacidades do poder público enquanto promotor da instrução e referencial da intelectualidade. No entanto, apesar de contar com um local, próprio as necessidades do ensino ainda não foram totalmente satisfeitas, uma vez que, em diversas ações o poder provincial objetivou modificar as acomodações do Convento Carmo e suprir as aulas de utensílios escolares foram executadas e divulgadas pela imprensa.

Tendo aprovado os Planos e orçamentos das obras, que se tem de fazer [...] para o estabelecimento do Liceo [...] d'esta Capital os quaes em virtude de minha ordem verbal forão organizados pelo capitão de Engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes, e por V. S. encarrego da administração e gerencia de ambas as obras, recomendando-lhe a maior brevidade no desempenho d'essa tarefa, pois bem conhece as causas, que urgem pelo seu prompto acabamento. (MARANHÃO..., 1838, p. 3).

Embora se expresse urgência na reforma, o Liceu só foi inaugurado ano após a data de sua criação, em 14 de fevereiro de 1839. Nesse íterim, as notícias tratavam sobre os professores que ministravam aulas nas casas dos alunos ou em suas próprias residências. Dessa forma, no que *O Publicador Official* (1831-1841) se eximia de tratar da reforma que acontecia no prédio, limitando-se apenas a noticiar sua inauguração em 1839; o *Publicador Maranhense* (1842-1886), na contramão, como órgão do comércio local, em diversas ocasiões tratara das dificuldades enfrentadas com relação às instalações do Convento do Carmo que não atendiam às demandas da instrução secundária.

Previno a V. S. que tendo designado o dia 14 do corrente para abertura do Lycêo, a qual terá lugar às 11 horas da manhã. Por essa mesma ocasião convido a V. S. e mais Lentes afim de serem presentes a dita abertura, e o encarrego de convidar as Autoridades, Corporações,

Chefes de Repartições Públicas, e pessoas gradas, para que se torne aquelle acto apparatuso, e brilhante. Deos Guarde a V. S. Palácio do Governo do Maranhão 7 de fevereiro de 1839 – Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo. – Snr. Francisco Sotéro do Reis, Director do Lycêo. (MARANHÃO..., 1839, p. 2).

Os relatos apontam para a insuficiência das acomodações oferecidas, quando afirmam que “não t[inha] uma sala apropriada para a Aula de Dezenho que pela sua estreitesa apenas cont[inha] 18 alumnos” (RELATORIO..., 1844, p. 2). Nesse sentido, a potencialidade idealizada sobre dita aula pela sociedade em geral para a escola se percebe, caso a mesma funcionasse em instalações melhores, uma vez que “[...] apenas se pod[ia]m admitir 18 alumnos, quando todos os annos mais de 60 dese[j]avam dedicar-se a [dito] estudo, sendo certo que os mesmos 18 não se instru[ia]m tanto como seria possível” (INSTRUCÇÃO..., 1849, p. 3). Deste modo, percebe-se aqui que, dependendo dos objetivos dos jornais e de sua relação com o poder provincial, as publicações ora decidiam informar sobre todas as ações que consideravam benéficas para o governo, ora omitiam os problemas enfrentados para a manutenção da imagem institucional da escola e do próprio poder instituído. Parece que estamos diante de uma luta de representações, onde a todo instante contrapõem-se discursos opostos e permeados por interesses de grupos na tentativa de forjar uma representação vencedora (BOURDIEU, 2007); isto é, a um só tempo, ideais impostos de uma elite letrada local, que instaurasse uma concepção específica de escola e ensino, e também exercesse um poder simbólico por meio de discursos distribuídos à população.

A cultura material escolar do Lyceu Maranhense fez parte dos assuntos tratados em um segundo momento na imprensa periódica local, onde a escola começa a exigir das autoridades uma demanda por materiais de ensino, como se registra no *Publicador Maranhense* (1842-1886) a partir de 1844. Destacam-se temas referentes a materiais visuais, sonoros e táteis, aos utensílios de escrita e ao mobiliário escolar, até assuntos em função da vestimenta, que indicam espaços nos quais os estudantes guardavam chapéus e outras peças do vestuário: “a necessidade de quatro cabides, que tenham quarenta tornos,

afim de n'elles collocarem os Estudantes do Lyceu os seus chapeos em quanto estão nas Aulas” (AO INSPECTOR..., 1844, p. 2).

Enquanto estratégias de imposição aplicadas pela organização escolar da instituição, haviam normas a cumprir pelos alunos para o pleno funcionamento, dentre elas, a proibição de circularem usando chapéu ou de permanecerem em seus espaços após o término das aulas; isto é, um local onde os alunos pudessem deixar suas peças de vestuário era necessário e, era imprescindível também que a instituição cuidasse dos pertences de seus pupilos. O próprio *Publicador Maranhense* (1842-1886), possibilitou identificar tanto o pedido de material ligado à regulação do uso de chapéus na instituição, como também a analisar situações referentes à aplicação do artigo 20º dos Estatutos do Lyceu Maranhense.

Havendo-me o Porteiro d'esta Casa, João Moraes Rego, dado parte na quarta-feira de que o Estudante da Aula de Commercio, Luiz Augusto dos Reys costumava a andar com **o chapéu na cabeça dentro do recinto d'este Lyceu**, e que sendo por elle Porteiro advertido não o quizera attender [...] fil-o vir a minha presença, para executar **o disposto no art. 20º dos Estatutos**- O Estudante [...] declarou que assim procedia, porque o Porteiro não merecia respeito algum, pois vinha negociar com os Estudantes, do que erão testemunhas alguns dos collegas, que elle nomeou e que estando presentes não o contrariarão [...] estive lastimando a miseria deste Empregado, que ficou interdito e confuso na occasião em que foi acusado [...] À vista de tudo isto entendi que era do meu rigoroso dever não demorar por um só momento a comunicação do exposto a V. Ex. afim de que haja V. Ex. de exonerar o mesmo Rego do logar que deshonra, não só por se deixar peitar com dadivas para não cumprir com seus deveres, mas porque é tão inepto, que é objecto de escarneo, e de desprezo aos Alumnos deste Estabelecimento, [...] Lyceu do Maranhão em 27 de Abril de 1849 (N.47..., 1849, p. 3, *grifo nosso*).

No informe do *Publicador Maranhense* (1831-1841) percebeu-se que as relações aliaram o descumprimento de norma disciplinar, característica da prática pedagógica da escola prevista em seus estatutos, ao vestuário apontado como uma das categorias da cultura material escolar (CASTRO, 2013). Por

diversas vezes surgem expressões como “não merece respeito algum”, “estive lastimando a miséria deste empregado”, “ficou interdito e confuso”, “logar que deshonra”, demonstrando-se o aspecto subjetivo da moralidade, da civilidade e do respeito; elementos cruciais característicos desta instituição que também contam e interferem nas tomadas de decisões (CABRAL, 1982). As sensações, emoções e os sentimentos são expressos claramente nas fontes. Neste âmbito, “o historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva” (PESAVENTO, 2012, p. 34). As sensibilidades, portanto, fazem parte da vida da sociedade e, mais do que isso, constitui as formas pelas quais os indivíduos se dão a perceber por meio de emoções e sentidos, fazendo parte da vida de cada pessoa, constituindo-se assim, num alicerce para classificações, em outras palavras, representações (CHARTIER, 1989).

A norma esconde, dentre outras coisas, os ideais de civilidade presentes no sec. XIX, o respeito às instituições e o controle do corpo dos cidadãos advindos das noções higienistas. Essa relação de ocultamento e exposição é utilizada por Pesavento (2012) ao tratar da representação como portadora de símbolos para expressar uma ideia incorporada, naturalizada e que não precisa de reflexão prévia. Seu objetivo é construir identidades e exclusões, tanto de formar sujeitos para o convívio interno e externo à escola, quanto de segregar os indivíduos que não obedecessem ou não estivessem aptos aos valores cultivados pelo estabelecimento. Paralelamente à prática educativa do Lyceu Maranhense enquanto inculcação de concepções e valores via normas instituídas, nos vemos diante de uma disputa interna, que nos coloca em situação de análises de acordo com o modelo polemológico de Certeau (2012), onde a tensão entre estratégias e táticas se materializa diante do poder como categoria central.

À primeira vista, a relação de poder que se estabelece nessa situação é exercida pelo servidor sobre os discípulos, em função dos estatutos enquanto estratégia de imposição; entretanto, a inversão de valores levada a cabo por parte dos alunos, advinda de outra esfera, que não a normativa é percebida –

as táticas desviacionistas ou de apropriação (DE CERTEAU, 2012). Nesse caso, poderíamos alertar sobre alguns fatores influentes na decisão do diretor pela exoneração, além das razões expressas na notícia, por exemplo: se os alunos por não serem pessoas desvalidas ou desprovidas de recursos e proteção, pertencentes a famílias abastadas e influentes junto à sociedade maranhense e aos conselhos da instrução pública, poderiam valer-se do status para criar embaraços e situações táticas desviantes para se auto justificar; por outro lado, não poderiam ser considerados desprovidos de conhecimento, já que não só eram aptos para o ingresso na instituição, como também considerados bons moços e com *status* diferenciado em relação aos demais, haja vista as representações fabricadas sobre a instituição (CASTELLANOS; CASTRO; SOUZA, 2023).

Nesta esteira, para Pesavento (2012, p. 22):

Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa supremacia conquistada em uma relação histórica de forças [...] vai impor à sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais.

É preciso esclarecer ainda, que os alunos do Liceu não eram detentores de poder algum sobre o porteiro ou qualquer dos outros funcionários da instituição e que a influência dos mesmos não era capaz de impor qualquer modo de vida social; entretanto, essa inversão de valores encabeçada pelos discípulos liceístas trouxe como agravante a conduta indevida do acusado: sua inferioridade financeira e sua limitada influência naquela configuração/formação social específica. Tal situação pode ser interpretada como um manifesto exercício da supremacia de um grupo determinado sobre um indivíduo pouco influente, onde estes “servi[r]am-se da autonomia relativa do simbólico para impor uma representação de si [...] associada a uma condição superior e garantir-lhe a adesão e o reconhecimento [de] uma representação legítima e objetiva” (BOURDIEU, 2007, p. 236), uma vez que, os alunos cientes das regras do jogo procuraram uma forma de subvertê-la e inverter a situação em favor próprio.

Não podemos, pois pensar em materialidade escolar dissociada do processo educativo, como apenas uma moldura ou um invólucro onde ele ocorre; a dimensão material da escola dialoga com os mais diversos seguimentos do cotidiano, sendo parte integrante deste e ocupando-se desde a organização do espaço escolar até o comportamento e aprendizagem dos alunos (PERES; SOUZA, 2011). A cultura material escolar é, portanto, produto de determinado contexto político, cultural, educacional e social, sendo influenciada e, ao mesmo tempo, promovendo diversas relações atinentes aos contextos educacionais, determinações do poder e interesses de indivíduos e grupos que, de diversas formas, apropriaram-se de imposições e modelos relativos ao ensino secundário e modificaram à sua maneira a realidade local na São Luís oitocentista (CASTRO; CASTELLANOS; SOUZA, 2023). Sendo assim, que visões de mundo pautavam as escolhas das autoridades locais sobre a escola? E quais concepções atreladas ao Lyceu Maranhense influenciaram a trajetória desta escola na Província do Maranhão?

#### *4 Lyceu Maranhense: imposições externas e concepções de ensino*

A lei de criação do Lyceu Maranhense de 24 de julho de 1838, sancionada pelo presidente de província Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo, constituiu-se na consolidação de um movimento iniciado nas décadas de 1820 e 1830, que modificou a estrutura administrativa do Brasil Império, tendo como principal ação o Ato Adicional de 1834: dispositivo normativo responsável por descentralizar a administração pública no país, possibilitando a criação das Assembleias Legislativas Provinciais (FARIA FILHO, 2007). A partir daqui o ensino primário e secundário passa a ser obrigação das províncias. As autoridades do ensino tomam certos modelos como referentes que correspondiam “não [apenas] a necessidades universais do homem que chegou a um certo grau de civilização, mas a causas definidas, a estados sociais muito particulares” (VICENTE; LAHIRE; THIN, 2001 p. 9). Tais modelos funcionam como armaduras conceituais e ditam as regras pelas quais se determina o permitido e o proibido, o ideal e o reprovável, em nosso caso no contexto de instituição escolar secundária.

Como afirmam Ferreira e Vechia (2004), o Collégio de Pedro II representava no Brasil imperial, uma escola ideal e guardiã dos próprios valores e conceitos que conformavam a sociedade no período oitocentista. Tal escola “tinha por objetivo principal conduzir o aluno ao ingresso nos cursos superiores e elevar os estudos de Humanidades, especialmente da Língua Latina no Brasil” (p. 7). Aqui, a intencionalidade do Lyceu Maranhense em desempenhar na província o papel exercido pela escola da Côrte se faz evidente, para isso seu plano de estudos compunha-se em grande parte do ensino de línguas e humanidades. Um dos objetivos pensados para escola maranhense era possibilitar o acesso ao ensino superior; ação legitimada pela Lei provincial Nº 93 de 16 de julho de 1840, que determinara que “[...] só os Bacharéis em Letras formados no Liceu Maranhense poder[iam] gozar do favor concedido pela Lei Provincial N. 10, [se não fossem] maiores de vinte e cinco anos, e [tivessem] os requisitos especificados no art. 1ª da referida Lei” (CASTRO, 2009, p. 53). Lei sancionada por Antonio Pedro da Costa, que autorizava o governo, por exemplo, a mandar três moços “de famílias pobres, estudiosos, de talentos e bons costumes” para a França a fim de que de[ss] em continuidade aos seus estudos em ciências naturais (CASTRO, 2009, p. 30).

Com essa norma o governo da província estabeleceu o Lyceu em um lugar de poder, enquanto único estabelecimento autorizado a enviar estudantes locais para as instituições de ensino superior fora do Maranhão e mesmo do Brasil. Tais objetivos institucionais compartilhados e planos de estudos semelhantes demarcam a existência de uma forma escolar de socialização comum que se desejava hegemônica, pressupondo sua aplicação por todo o país, compondo uma “forma social constitutiva do que se pode chamar uma relação escritural-escolar com a linguagem e com o mundo” (VICENT, LAHIRE, THIN, 2001, p. 35).

O surgimento do Lyceu Maranhense, nos moldes em que foi concebido, resulta de transformações na sociedade e de imposições, principalmente a respeito das concepções de instrução idealizadas pelas autoridades locais, bem como de modelos externos a serem adaptados localmente em contraposição às concepções até então empregadas no país. A primeira

mudança nas estruturas psíquicas no contexto do ensino secundário maranhense oitocentista ou nas formas de ser pensado e concebido, relaciona-se à transição de um ensino desorganizado que ocupava espaços variados, para um ensino sistematizado onde as ações dos sujeitos seriam previstas e vigiadas. Até então, as aulas avulsas eram a base do ensino secundário local, ministrado de forma desordenada como nos mostra *O Publicador Oficial (1831-1841)*: “Cumpra que V. S. faça constar aos Lentes das Cadeiras do Lycêo d’esta Capital, que em quanto não estiver promptificada a obra do dito Lycêo, devem eles dar as respectivas Lições em suas Casas” (MARANHÃO..., 1838, p. 3). Essa realidade era considerada prejudicial ao andamento da instrução, pois para a construção de um ensino modelo e moderno era essencial “afastar a escola do recinto doméstico, [e] das tradições culturais e políticas a partir das quais [este] espaço [...] organizava-se e [se] dava a ver” (FARIA FILHO, 2007, p. 146).

As concepções de ensino propagadas nos discursos das autoridades locais visavam essa mudança de ambiente, manifestando a vontade de criar na província uma instituição que equiparasse o ensino praticado localmente ao de outras províncias mais modernas do Império, considerando-se imprescindível a sanção de uma Lei “[...] que chamasse para um mesmo ponto todas as cadeiras de instrução secundária, e d’ellas [se] formasse um centro, de que as Aulas de primeiras Letras, e Latim de toda a Província fossem outras tantas filiaes” (MARANHÃO, 1839). Esse modelo ideal de escola centrava-se, principalmente no controle e disciplinamento dos alunos e na sistematização do ensino, ora via normas criadas para a organização da escola, ora pela ação governamental tanto na pessoa do diretor quanto do inspetor da instrução.

A interação entre governo, Inspetoria da Instrução, direção do Lyceu e até mesmo imprensa periódica local consistia em uma teia de relações sociais na qual, não apenas os indivíduos e instituições estavam envolvidos como também os próprios espaços destinados à instrução e mesmo os materiais utilizados no ensino. Acima de tudo era necessário colocar o ensino secundário

[...] de baixo da vigilância de um diretor nomeado pelo Governo, o qual informando o estado das aulas avulsas pelas Authoridades Policiaes, e

em immediato contacto com o Chefe da Administração, providenciasse ora por si, ora cumulativamente com a congregação dos lentes na conformidade dos Estatutos por elles organizados [e] aprovados pelo Presidente. (MARANHÃO, 1839).

Controlar e vigiar os estudantes bem como inculcá-los certos valores e ideais fazia parte das concepções de instrução secundária idealizadas não apenas pelos sujeitos que trabalhavam cotidianamente no Lyceu Maranhense, como também pelas próprias autoridades que primeiro pensaram a escola e planejaram suas funções e objetivos. Além dos requisitos exigidos dos estudantes na própria prática pedagógica no dia-a-dia liceísta, referentes aos períodos letivos, à temporalidade das aulas, às disciplinas cobradas nos preparatórios, também se exigiam outros critérios relativos às práticas educativas ou às “normas disciplinares e valores morais disseminados pela escola” (OLIVEIRA, 2019, p. 30).

O Lyceu Maranhense incluía diversos aspectos em sua gramática do ensino, dentre as quais encontrava-se a moral e o disciplinamento, tal como registram seus estatutos: “dentro do recinto [...] os alunos se portarão com toda a decência e circunspeção, tratando com o maior respeito, e civilidade aos lentes [...]” (CASTRO, 2009, p. 51). As funções idealizadas para a escola por seus interlocutores, as exigências quanto ao perfil de aluno que se desejava formar, a existência de um modelo de escola a ser adaptado à realidade local e a necessidade de divulgar-se e se propagar uma imagem de instituição de ensino ideal, fazem parte das armaduras conceituais que perpassam a instrução secundária local no período em tela.

As diversas ações percebidas na imprensa por parte dos núcleos de poder institucionais relativos ao Lyceu Maranhense, sejam eles professores, funcionários ou alunos liceístas, sejam a inspetoria da Instrução e até mesmo os presidentes de província como componentes das configurações sociais/culturais envolta de interesses múltiplos e distintos, acabam por modificar as estruturas psíquicas ou as formas de se pensar o ensino secundário no Maranhão oitocentista, que com a chegada do Lyceu muda os contextos, pretextos e textos relativos à instrução local, dos quais os materiais escolares e

a estrutura dos espaços de ensino são produtores e produtos (CASTELLANOS, CASTRO; SOUZA, 2023).

## 5 Conclusão

A imprensa maranhense constitui-se importante fonte para a história da educação. Especificamente *O Publicador Oficial* (1831-1841) e o *Publicador Maranhense* (1842-1886) possibilitaram compreender o processo de institucionalização do ensino secundário maranhense permeado por pressões externas, que intencionavam criar no Maranhão um liceu nos moldes de instituições da Côrte e de fora do país. O uso da metodologia da história cultural nos permitiu compreender não apenas a configuração textual do escrito, como também os imediatos contextos, pretextos e textos subjacentes aos materiais escolares e, ainda as configurações dos dispositivos que conformaram a própria criação da escola, segundo determinadas armaduras conceituais que influenciaram configurações sociais/culturais específicas ligadas à instituição e modificaram as estruturas psíquicas ou as formas de pensar-se o ensino secundário praticado no Maranhão oitocentista.

No *Publicador Oficial* (1831-1841) acompanhamos o processo de implantação do Lyceu na província, desde os discursos governamentais em defesa da criação até sua inauguração em 1839. Esse movimento expõe as inúmeras imposições que determinavam, desde as disciplinas a serem ensinadas, os objetivos institucionais da escola como formadora de intelectuais e a estrutura física que pudesse servir para a inculcação de valores e disciplinamento dos alunos, bem como a criação de regras materializadas nos estatutos e personificadas nos sujeitos que cuidariam da instituição. O *Publicador Maranhense* (1842-1886) e as notícias referentes ao Lyceu após sua criação e inauguração, por outro lado, nos permitiu compreender seu funcionamento, seus ritos e o *modus operandi* dos indivíduos que ali atuavam, além das relações de poder presentes no cotidiano escolar que envolveram, tanto a hierarquia estabelecida via funções dos sujeitos na gramática da escola, quanto os valores morais presentes na prática educativa.

Com relação à cultura material escolar percebemos que tanto os objetos escolares quanto a estrutura física, constituem importantes vetores de relações sociais entre indivíduos especificamente no contexto da prática pedagógica liceísta e também entre instituições, já que pois diversas ocasiões possibilitaram identificar a aproximação gerada pela cultura material escolar do estabelecimento, como por exemplo, as relações traçadas entre Lyceu e casas de venda de objetos que permitiram à escola buscar o que de mais moderno se tinha em termos de objetos escolares. Dessa forma, nas páginas da imprensa maranhense oitocentista foi possível perceber que os objetos da cultura material escolar do Lyceu Maranhense constituíam tema de destaque dando a ver não apenas a dinâmica do funcionamento da escola, mas de igual modo as diversas invenções e apropriações das autoridades do ensino para realizar na Província do Maranhão os modelos impostos de instituição escolar moderna e ideal.

## *Referências*

- AO INSPECTOR da Instrucção Publica. **Publicador Maranhense**, São Luís, ed. 162, p. 1, 28 fev. 1844.
- AO INSPECTOR do Thesouro Provincial. **Publicador Maranhense**, São Luís, N. 58, Ano XVI, p. 1, 7 maio. 1858.
- AO INSPECTOR do Thezouro Publico Provincial. **Publicador Maranhense**, São Luís, ed. 955, Ano VIII, p. 2, 7 maio. 1850.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28062019-175122/>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais: a Longa Duração**. NOVAIS, Fernando Antônio; SILVA, Rogério Forastieri da. (Org.). **Nova história em perspectiva**. Propostas e desdobramentos (v. 1). São Paulo: Cosac Naify, 2011. 560 p.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. As propostas educacionais maranhenses no Império (1834-1889). Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; CASTRO, César Augusto; SOUZA, Mateus de Araújo. Os livros escolares pela imprensa local (1844-1876). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 61, n. 67, p. 1-24, e31816, jan./mar.2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2023v61n67ID31816>. Acesso em: 09 out. 2023.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Childhood of the artificer apprentices in Maranhão Empire (1841-1899). **Paedagogica Historica**, v. 6, p. 1-17, 2022a.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Livros de leituras nos manuais de civildade como cultura material da escola maranhense para o ensino do ler e do vir-a-ser. **Cadernos de História Da Educação**, v. 21, p. 1-21, 2022b.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Leitores deslegitimados, leituras anônimas e livros de leituras de autores maranhenses na imprensa (1822-1889). **Revista Brasileira de Alfabetização**, N. 18, p. 1-17, 2022.

CASTRO, César Augusto. (Org.). **Leis e Regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889**. São Luís: EDUFMA, 2009, 464 p.

CASTRO, César Augusto. Controlar e disciplinar a vida escolar: a ação da inspetoria da instrução pública no Maranhão (1844-1889). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 96 - 120, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017096>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; SOUZA, Mateus de Araújo. O Lyceu Maranhense e a construção de uma cultura material escolar embasada por discursos modernizadores. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 48, e118077, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236118077vs01>. Acesso em: 09 out. 2023.

CHARTIER, Roger. **El Mundo como representación: estúdios sobre história cultural**. Barcelona: Gedisa editorial, 1989.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 18. ed., Petropólis: RJ, Vozes, 2012.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas, SP: Alínea, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Instrução Elementar no Século XIX**. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes.; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 135-150.

FARIAS, Cláudio Magno Pereira. **A cultura administrativa e a sua influência na instrução pública primária no maranhão império (1843-1870):** entre atos e fatos administrativos. 2020. 262 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

FERREIRA, Antonio Gomes Alves; VECHIA, Aricle. Um olhar sobre instituições de ensino secundário no século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collegio de Pedro II. **Cadernos de História da Educação**, nº3, jan. /dez., 2004.

INSTRUÇÃO Publica. **Publicador Maranhense**, São Luís, ed. 875, Ano VII, p. 3, 24 out. 1849.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão, Corpo e Alma**. São Luís: Edição da autora, 2020. 2. ed. Amp.

MARANHÃO. **Discurso que recitou o Exmo. Presidente da Província do Maranhão Manoel Felisardo Souza Mello na abertura da Assembleia Legislativa, na sessão de 3 maio 1839**. Maranhão: Tipografia de I. J. Ferreira, 1839, não paginado.

MARANHÃO. **O Publicador Oficial**, São Luís, ed. 641, p. 3, 9 out. 1838.

MARANHÃO. **O Publicador Oficial**, São Luís, ed. 642, p. 3, 10 out. 1838.

MARANHÃO. **O Publicador Oficial**, São Luís, ed. 649, p. 3, 7 nov. 1838.

MARANHÃO. **O Publicador Oficial**, São Luís, ed. 674, p. 3, 18 fev. 1838.

N. 47. **Publicador Maranhense**, São Luís, ed. 806, Ano VII, p. 3, 15 maio de 1849.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Maria Chagas de. **Historiografia da educação e fontes**. Caderno Anped. n. 5, 1993.

OLIVEIRA, Wilson Raimundo de. **Do palácio à periferia: a trajetória do Colégio Universitário da UFMA (1980-2006)**. 2019. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMA, São Luís, 2019.

PERES, Eliane; SOUZA, Gizele de. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In. CASTRO, César Augusto. (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013. p. 43-68.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **História & história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PROSPECTO. **Publicador Maranhense**, São Luís, ed. 196, p. 1, 9 jul. 1842.

RELATORIO que a Assembleia legislativa do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1844. **Publicador Maranhense**, São Luís, ed. 196, Ano II., p. 1, 3 jul. 1844.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo**: a imprensa no Maranhão. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

SOUZA, Mateus de Araújo. **A cultura material escolar no Lyceu Maranhense (1838-1889)**. 2022. 205 f. Dissertação (mestrado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMA, São Luís, 2022.

VICENTE, Guy; LAHIRE Bernard; THIN, Daniel. **Sobre a história e teoria da forma escolar**. Educação em revista, Belo horizonte, n° 33, jun/2001.

## *Entre a produção e a aquisição do uniforme escolar secundarista: a família, o mercado e a escola (1893-1930)*

*Andréia Monteiro Carvalho<sup>1</sup>  
Samuel Luis Velázquez Castellanos<sup>2</sup>*

### *1 Introdução*

Este capítulo é um recorte da dissertação *Vestir-se pela e para a escola: um estudo das representações da obrigatoriedade do uso do uniforme escolar no Liceu Maranhense (1894-1909)*, defendida em 2022. A inspiração surgiu nos primeiros levantamentos realizados para o projeto de pesquisa *O Liceu como instituição escolar de formação do pensamento intelectual e cultural do Maranhão no período imperial (1838 – 1889)*, iniciado em 2017 pelo Núcleo de Estudos em Documentação e História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL. Nos últimos anos o núcleo tem se dedicado ao estudo de formas de levantamento e tratamento de documentos, em especial, dos jornais maranhenses.

Em um primeiro momento, foram utilizados os catálogos históricos (MARANHÃO, 2007; VILANETO, 2008) como recursos auxiliares para a listagem dos materiais e a divisão das pesquisas seguindo o tema do projeto de cada discente. Com o foco na adequação para a pesquisa individual, expandimos o período de buscas para a Primeira República e nos debruçamos sobre os objetos escolares. Para isso, *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)* foi fundamental; trata-se de uma pesquisa coletiva organizada por Castro (2011), que teve como proposta identificar semelhanças e singularidades entre a produção e circularidade dos objetos

---

1 - UFMA. São Luís. Maranhão. Brasil. E-mail: andreia.monteiro.carvalho@gmail.com. Lattes:<http://lattes.cnpq.br/70993175405181810>

2 - UFMA. São Luis. Maranhão. Brasil. E-mail: samuel.velazquez@ufma.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5639830901440817>.

escolares em diversas regiões do Brasil, na qual se listaram 13 categorias de objetos<sup>3</sup>, sendo o uniforme, uma das que obteve maior destaque na nossa investigação, iniciada com o Jornal *Pacotilha* como fonte, em 2017.

Para entender melhor o posicionamento do jornal e o contexto local, iniciamos novas pesquisas nos acervos digitais da Biblioteca Nacional (BN) e da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), na tentativa de comparar a opinião do *Pacotilha* (1880-[1939?]) com a perspectiva de outras fontes. Assim, chegamos ao *Diário do Maranhão* (1855-[1911?]). Tanto para o *Pacotilha* (1880-[1939?]) quanto para o *Diário* (1855-[1911?]), foram aplicados os mesmos critérios de seleção: frequência de publicações, disponibilidade nos acervos físicos e virtuais e a periodicidade — ambos eram diários.

O *Pacotilha: Jornal da Tarde*, circulou no Maranhão por volta de 1880-[1939?], mudando de gestão algumas vezes. Alguns pesquisadores o classificam como um “[...] propagandista da abolição e da república [...]” (FERNANDES, 2015, p. 62), caracterizado pelo gênero opinativo, pois promovia críticas “[...] contra as autoridades, particulares e outros jornais, quando oportuno, e em benefício da comunidade” (JORGE, 2008, p. 329). No nosso levantamento, foram encontradas cerca de 48 notícias relacionadas ao uniforme liceiستا encontradas entre 1894 a 1925. Já o *Diário do Maranhão: Jornal do comércio, lavoura e indústria*, que circulara por volta de 1855-[1911?], foi classificado por Pereira (2006) como um periódico noticioso que disseminava informações da classe dominante. Neste artefato encontramos cerca de 11 notícias relacionadas ao uniforme escolar entre 1894 e 1909. Dos resultados obtidos, extraímos uma notícia que foi publicada em ambos e retrata de maneira mais precisa alguns aspectos para os quais a História Cultural chama a atenção: a luta de representações e o poder do uniforme como elemento simbólico.

Do levantamento à análise, nos fundamentamos nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural no estudo da cultura material escolar, a partir da compreensão de que o uniforme escolar, desde a sua

---

3 - 1) Móveis; 2) Utensílios da escrita; 3) Livros e revistas escolares; 4) Materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino; 5) Organização/escrituração da escola; 6) Prédios escolares; 7) Material de higiene; 8) Materiais de limpeza; 9) Trabalhos dos alunos; 10) Indumentária; 11) Ornamentos; 12) Honrarias; 13) Jogos e brinquedos. Categorias estas que fizemos uso de análise para aplicação nesta pesquisa (CASTRO, 2013).

idealização até o uso, está vinculado a variadas práticas e representações. Um processo não linear, que nem sempre se mantém na forma como foi pensado nas primeiras propostas, podendo se transformar, ou até mesmo ser dispensado antes de circular. Com base na proposta de Chartier (1991, p. 184), que sugere a análise da história cultural da sociedade, a partir da “[...] atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade”, nos apoiamos na tríade livro/ leitura/ leitor.

De acordo com os estudos realizados no NEDHEL, interpretamos a tríade como elementos vinculados aos três eixos da história cultural, indicados nas obras de Nunes e Carvalho (2005) e Castellanos (2022a; 2022b): 1) na *História do objeto na sua materialidade* (a análise do uniforme enquanto forma, frequência, dispositivo e estrutura); 2) na *História das práticas nas suas diferenças* (a problematização dos diferentes usos do uniforme que gera diferenciação nas práticas; e 3) na *História das configurações sociais/culturais* (investigar a atuação dos indivíduos que a conformam e as mudanças nas estruturas psíquicas ou nas formas de pensar o uniforme, tendo em conta as armaduras conceituais da época, analisados aqui nas suas variações históricas). Destarte, é nesse sentido que esperamos contribuir com os trabalhos acerca da cultura material escolar e dos uniformes escolares; apresentar o processo metodológico utilizado e a singularidade da análise na documentação maranhense, nos conduz a explorar a potencialidade da imprensa local na descoberta de novos caminhos para construir ou reconstruir a história da indumentária secundarista no período republicano.

## *2 A cultura material escolar na bagagem do viajante do tempo*

Para Castellanos (2020, p. 3) “[...] o conceito de cultura material da escola não poderia ser definido sem antes relacioná-lo com a cultura como produto humano”. Essa afirmação leva em consideração as práticas que conduzem à imposição e à apropriação dos objetos. Nessa perspectiva, não é possível analisar as normas escolares e a sua materialidade sem associá-

las à influência dos indivíduos ou grupos que elaboram e se apropriam desses recursos. Embora o Liceu Maranhense tenha sido equiparado ao Ginásio Nacional pela Lei n. 56 de 15 de maio de 1893 (MA. REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1893), a circunstância em que o uniforme surgiu foi bastante particular. A equiparação de inúmeras escolas brasileiras ao Ginásio Nacional era uma tentativa de uniformizar o ensino secundário no país; contudo, as condições de funcionamento de cada Liceu eram diferentes e a equiparação não era o suficiente para garantir a entrada e permanência dos discentes. No Maranhão, a ideia do uniforme secundarista surgiu em um período de transformações: compra de prédio, reorganização da instrução pública, dentre outras questões que podem ter influenciado tanto na idealização quanto na instabilidade do uso.

Barros (2019) usa aspectos metafóricos para conceituar fonte histórica como uma “[...] espécie de ‘máquina do tempo’ para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo’, se pudermos tomar de empréstimo estas imagens que no momento ainda fazem parte da literatura ou filmografia de ficção científica”. (BARROS, 2019, p. 7). A imprensa também oferece essa possibilidade, mas exige do pesquisador um cuidado quanto à análise da construção desses documentos. Ao tomarmos os jornais como fonte para o estudo dos uniformes, situamos nossa ação em um lugar distinto, em uma configuração social diferente daquela em que foram produzidos, entendendo que esses documentos trazem inúmeras representações sobre o uniforme, a partir de intencionalidades e contextos de um outro tempo, que podem ter influenciado na sua concepção, uso ou negação.

O poder de circulação da imprensa nas massas é um dos aspectos que revela a influência desse veículo de informação, utilizado como painel para a divulgação de decisões estatais importantes. As publicações sobre o uniforme escolar no *Diário do Maranhão*, assinadas pelo diretor S. A. Neves, por exemplo, tinham como propósito divulgar a decisão sobre a obrigatoriedade, provavelmente no intuito de alcançar alunos, familiares e demais responsáveis. Nesse espaço de escrita, os discursos tem propósitos específicos, comunicam valores, ideias, questões políticas, econômicas e “[...] projetos de agir sobre a sociedade” (BARROS, 2019, p. 183). Nesse sentido, o objetivo do

uniforme enquanto elemento simbólico se entrelaça com as representações que a imprensa elabora sobre ele. Não apenas o que a escola entende como significado, mas o que esse objeto pode representar socialmente, para além dos muros e da imagem institucional.

E é a história da cultura material escolar que será capaz de nos contar como esses dois universos (imprensa/uniforme liceísta) se encontram e expressam possibilidades interpretativas de uma realidade que não está mais em curso, mas que, como uma linha não fixa, chega ao presente sob uma nova roupagem. Como alerta Certeau (1982), nem mesmo a posição do historiador é estável, e aqui poderíamos acrescentar, que estamos em um lugar quase paradoxal: a escrita sobre discursos produzidos no passado, em outras configurações (econômicas, políticas, culturais e sociais) é também a criação de um novo discurso com intenções próprias; logo, eles são “o sintoma e não a fonte” (CERTEAU, 1982, p. 46). Premissa adequada ao tratamento dos uniformes, levando em consideração não termos acesso direto ao objeto, mas sim às descrições registradas.

A partir dessa compreensão prévia, concordamos com o conceito atribuído a cultura material escolar por Souza e Peres (2011, p. 56), que a definem como: “o conjunto de artefatos materiais em circulação e uso nas escolas, mediados pela relação pedagógica, que é intrinsecamente humana, reveladora da dimensão social”. Nessa concepção, o estudo não se restringe a listagem de objetos indicados e/ ou adotados pelas escolas, avançando para a problematização dos itens identificados mediante um contexto social mais amplo com o qual a escola se relaciona. No caso do uniforme escolar, analisá-lo sem ignorar as semelhanças e diferenças de posicionamentos dos sujeitos envolvidos com o objeto, tanto dos membros do setor administrativo (diretores, inspetores e outros) e docentes, quanto os discentes e seus respectivos responsáveis/ familiares é essencial.

Nessa lógica, Alcântara e Vidal (2023, p. 324), acrescentam que

O estudo dos objetos pode indiciar a projeção de conceitos e ideias, sendo [eles] tomados [...] como produtos da cultura, ou ainda, resultados dos elementos abstratos da cultura que se materializam.

A análise, entretanto, não se esgota nessa perspectiva. É fundamental compreender como as corporeidades se constroem a partir e, para além, dos limites e possibilidades oferecidos pela materialidade. Isso implica em reconhecer que a função social dos objetos se estabelece na relação imediata e direta com o corpo.

Essa afirmação reforça a compreensão do porquê a apropriação dos objetos escolares é tão diversa, pois eles próprios, os objetos, são produtos da cultura, que por si só é variada. Para Escolano Benito (2010, p. 20, *tradução nossa*) os historiadores do material tentam “construir uma espécie de arqueologia das coisas ajustada a sua genealogia”, isto é, trabalham no intuito de entender o contexto de criação e transformação dos objetos “[...] procurando analisar as sucessivas recepções e adaptações ou metamorfoses [dos mesmos] noutros ambientes em que foram utilizados”. (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 20, *tradução nossa*). É válido ressaltar que as fontes históricas podem revelar rupturas ou continuidades com o presente (BARROS, 2019); logo, devemos recordar que essa multiplicidade de acessos e formas de se escrever sobre a cultura material escolar não deve reduzir a vigilância sobre a responsabilidade da publicação de interpretações a respeito das relações humanas e sociais, afinal, esses estudos abordam a vida de pessoas e suas memórias.

Com a expansão do acesso às produções acadêmicas e o comprometimento em compartilhar ditos estudos, cabe ao pesquisador um olhar crítico sobre a escrita, vislumbrando o leitor e a leitura como uma ação cíclica, onde esses lugares são constantemente ocupados pelos mesmos sujeitos, como por exemplo, a posição do diretor nos editais, que embora assine a ordem que determina a obrigatoriedade do uniforme, publicada no *Diário* (1855-[1911?]), não se compromete com a decisão, colocando-se como um quase espectador do processo pensado pelos alunos, escrito pelo vice-governador e publicado pela inspetoria: “De ordem do **ilm. sr. dr. inspetor geral interno da instrução publica do Estado**, se faz publico para os devidos efeitos, que **havendo o exmo. sr dr. vice governador**, em virtude de **representação verbal dos estudantes do <<Lyceu Maranhense>>** [...]”

(DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, n. 6231, p. 2, *grifo nosso*) ou a posição do professor de desenho que elabora o modelo em conjunto com os discentes (PACOTILHA, 1894, ed. 127), sendo o mesmo docente que comanda a reorganização do Liceu no prédio recém comprado (TEIXEIRA, 1899); ou ainda, a posição dos estudantes que compõem a comissão responsável pela solicitação do vestuário oficial sob o argumento de tentar garantir a própria segurança (PACOTILHA, 1894, ed. 128, p. 3). Posições essas que nos fazem refletir sobre o poder simbólico que é capaz de “[...] constituir o dado pela enunciação, de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 14); poder de propor ideias em um terreno favorável, onde os gestores podem compreender o uniforme como um item necessário, mas que não é suficiente para nos indicar que a aquisição tenha sido efetivada na sua totalidade. Dessa forma, pensar a circulação dos objetos na escola requer entender que a sua idealização não pode ser diretamente associada aos processos de produção e uso.

Nesse viés, ao problematizarmos os jornais como fonte para dar acesso à história dos uniformes escolares, compreendemos que nessa *viagem histórica* também ocupamos um lugar de produção, onde embora o veículo seja o mesmo utilizado por outras pesquisas locais, a imprensa, os objetivos, a bagagem e as ferramentas utilizadas constituem o diferencial dos caminhos trilhados e das conclusões alcançadas. Mesmo porque “a história é um pensamento do passado e não uma lembrança” (RIOUX, 1998, p. 308); ou seja, o historiador cultural constrói uma representação sobre o passado, pois não é capaz de restaurá-lo nas mesmas condições em que os fatos ocorreram, e ainda que pudesse realmente viajar no tempo e visitá-lo, não apenas de forma metafórica como ilustrado por Barros (2019), o abordaria sob perspectiva da sua própria formação acadêmica, a partir das suas leituras e escolhas metodológicas. Nesse processo de tecer uma versão sobre a história dos uniformes liceístas, nos comprometemos com a responsabilidade do registro, revelando aspectos gerais e específicos que auxiliem o leitor a compreender nossos passos metodológicos, o tratamento e cruzamento de dados, assim como os caminhos dessa viagem pelas fontes.

### 3 *Quando o objeto encontra o viajante: uniforme do liceu na imprensa maranhense*

A escolha do uniforme como temática de estudo em cultura material escolar, já é alvo de inúmeros pesquisadores que investigam suas relações sob o olhar da moda, do corpo, da identidade e do pertencimento, como Dussel (2016), Ribeiro e Silva (2012) entre outros. Sem dúvidas, abordá-lo, evoca recordações imagéticas em quase todo indivíduo que tenha frequentado uma escola, e instiga a memória sobre a formação individual e coletiva da sociedade. Porém, quanto mais distantes do passado, mais complexo é encontrar dados sobre a indumentária, como ocorreu com o Liceu Maranhense. O levantamento inicial não foi especificamente para o uniforme, mas para a cultura material como um todo. Nesse cenário, poderíamos dizer que o objeto encontrou os viajantes do tempo e não o contrário.

Para seguir a proposta da História Cultural, atendendo ao primeiro eixo de análise – *a história do objeto na sua materialidade* (NUNES; CARVALHO, 2005; CASTELLANOS 2022a; 2022b), descrever as fontes ao máximo possível é essencial. Chartier (1988) trabalha com o livro e a leitura nas suas análises; portanto, a adaptação de suas reflexões para abordarmos o uniforme e os jornais, convém entender esses dois elementos como suporte. Nesse intuito, os primeiros trabalhos do NEDHEL<sup>4</sup> têm interpretado o primeiro eixo como a fase referente à garimpagem das fontes, visando organizar todos os seus dados gerais (título e subtítulo do jornal, data, número, fundador/proprietário/ gerente/ editor/ tipógrafo, endereço da tipografia, preço do jornal, quantidade de colunas de cada página e páginas totais do jornal; página, título e transcrição da notícia sobre uniforme escolar liceísta).

A caracterização é necessária para a compreensão do discurso no universo da imprensa, investigando a natureza dos discursos e suas configurações. Nesse ponto, é importante destacar o caminho duplo da pesquisa, dividido entre a caracterização da fonte e do objeto. Esse caminho justifica-se pela dinâmica conceitual de Chartier (1988), que valoriza a

---

4 - Ver: Castellanos (2012); Silva (2017); Furtado (2016); Santos (2018); Souza (2018); Cabral (2019); Farias (2020).

relação entre os suportes e o texto. Como veremos adiante nos recortes escolhidos, pequenas alterações (como um grifo ou o aumento de letra) além de direcionar o olhar de quem investiga (o leitor) dando ênfase ou mostrando o teor do escrito, também funcionam como forma de impor uma opinião para aqueles que viajam por esses conteúdos. Mais do que *o que contar*, é também *o como fazê-lo!* Le Goff (1994) explica que os documentos são construídos, montados, de forma consciente ou inconsciente; portanto, a problematização das imagens que eles elaboram sobre os acontecimentos do seu tempo é relevante, na medida em que os discursos se modelam para propósitos particulares.

Um exemplo de como a manipulação do discurso responde a uma intencionalidade pode ser observada nas notícias sobre o uniforme. A mesma publicação veiculada no *Diário do Maranhão* (1855-[1911?]), em 13 de junho de 1894, foi compartilhada no *Pacotilha* (1880-[1939?]) no dia seguinte, com pequenas, mas significativas alterações. Intitulada “Instrução Pública”, está inserida na coluna de Editais do *Diário*<sup>5</sup>:

De ordem do ilm. sr. dr. inspector geral interno da instrucção publica do Estado, se faz publico para os devidos effeitos, que havendo o exmo. sr dr. vice governador, em virtude de representação verbal dos estudantes do <<Lyceu Maranhense>>, resolvido, por acto de 8 do corrente, mandar adoptar oficialmente pelos mesmos estudantes **o uniforme pardo constante no modelo n. 1, permitindo, entretanto o uzo do uniforme n. 2 aos alumnos que por suas posses estiverem em condições de o preparar.** - modelos que se acham à disposição n’esta secretaria; fica aos mesmos estudantes marcado o dia 10 de julho vindouro para execução d’aquella ordem, não podendo mais os mesmos alumnos, d’aquella data em diante, apresentar-se ao estabelecimento, sem ser trajando o uniforme alludido. Secretaria da

---

5 - Características gerais da publicação n. 6231 do *Diário*: **1)** Agentes/produção: Proprietário: Frias Filho & C<sup>a</sup> Succs; Gerente e tipógrafo: Antonio Joaquim de Barros Lima. **2)** Endereço da tipografia: Typ. a vapor de Frias Filho & C<sup>a</sup> Succs. **3)** Preço: Para capital, 12\$000 (por anno); 6\$000 (por semestre); para o interior, 13\$000 (por anno); para o exterior, 17\$000 (por semestre). Pagamento adiantado em todos os casos. **4)** Dados da notícia: data: 13/06/1894, edição 6231, página 2 de 4, coluna: 2 de 6. Não há destaques tipográficos.

instrução publica do Maranhão, 11 de junho de 1894 O director, S. A. Neves (307-3). (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, n. 6231, p. 2, *grifo nosso*)<sup>6</sup>.

Alguns aspectos fundamentais dessa notícia demarcam o segundo eixo de análise e já podem ser indicados desde o levantamento de dados: a *história das práticas nas suas diferenças*. Para Peter Burke (2008) alguns estudos em história cultural se concentram nos significados, outros em práticas e representações, outros são mais descritivos e entendem a escrita histórica como um processo de criação de narrativas, sendo que “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações”. (BURKE, 2008, p. 10). Chartier (1988) tem contribuído nessa discussão com uma perspectiva que envolve práticas e representações como elementos indissociáveis, uma vez que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. (CHARTIER, 1988, p. 17). Por esse viés, é necessário identificar os atores desse palco de disputas, suas intenções e como essas particularidades podem influenciar nas práticas, sejam escolhas conscientes ou não.

A partir da notícia n. 6231, podemos destacar algumas indicações sobre as responsabilidades de cada sujeito ou grupo citados. Inicialmente, é importante informar que competia à Inspetoria publicar na imprensa os regulamentos das escolas primárias, Liceu e Escola Normal (MA. REGULAMENTO, 1894); logo, é provável que o edital sobre a obrigatoriedade do uniforme escolar tenha sido publicado seguindo o mesmo propósito: comunicar à sociedade as decisões sobre a instrução pública. A numeração ao final da notícia (307-3) é um indicador da frequência: o edital assinado pelo diretor S. A. Neves (Sebastião d’Aragão Neves) foi publicado com o mesmo texto 3 vezes no *Diário*, nos dias 13, 14 e 16 de junho de 1894. Apesar do envolvimento da inspetoria e da direção da escola, o texto indica que a ordem partiu do vice-governador, Casimiro Dias Vieira Junior (1892 a 1895), a partir de uma solicitação verbal dos estudantes do Liceu Maranhense. Sendo

---

6 - Todas as citações das notícias estão escritas na forma como se apresentam na fonte.

assim, não se comprometem com a obrigatoriedade nem o Estado, nem a administração da escola, que restringem-se à formalização do que seria um desejo dos próprios estudantes.

O argumento para o pedido teria sido, principalmente, segurança. Os alunos alegavam que um dos seus colegas havia sido vítima de um recrutamento forçado e o uniforme poderia contribuir para evitar esse constrangimento:

Procurou-nos hoje uma numerosa comissão de estudantes do Lyceu e disse-nos que fôra em vista de assentimento geral dos seus collegas que alguns d'elles havião pedido a decretação do uniforme de que hontem tratamos e encarregado em seguida ao professor de desenho do mesmo Lyceu de fazer o figurino. Occasionou essa deliberação, disserão-nos, o recrutamento que está sendo feito e de que já foi victima um dos membros da classe estudantal. Acreditão que, havendo um distinctivo que os dê a conhecer aos recrutadores, ficarão livres do receio de ser recrutados, e dos vexames que o recrutamento traz comsigo [...]. (PACOTILHA, 1894, n. 128, p. 3).

No Maranhão, por meio da imprensa é possível identificar o evento denunciado pelos discentes. Em 1893 o *Pacotilha* (1880-[1939?]) □ (ed. 131, p. 2) citou o recrutamento forçado como o responsável por abordagens policiais violentas, capturando crianças, jovens e homens adultos para o serviço militar. Nesse contexto, o uso do uniforme escolar cumpriria as duas funções simultâneas indicadas por Dussel (2016, p. 81, *tradução nossa*): “tanto padroniza quanto distingue”.

No dia seguinte da publicação do *Diário* (14 de junho de 1894), o *Pacotilha* (1880-[1939?]), compartilhou a mesma notícia com algumas alterações<sup>7</sup>:

Por edital da Secretaria da Instrucção Publica se fez publico que <<em virtude de representação verbal dos estudantes do Lyceu

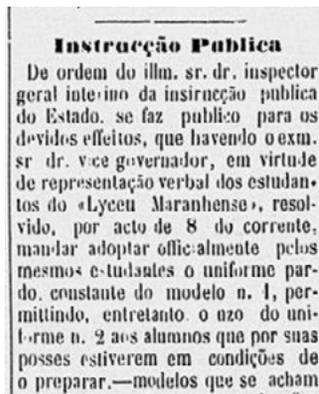
---

7 - Características gerais da publicação n. 140 do *Pacotilha*: 1) Tipógrafo: Antonio Auger da Silva; 2) Endereço da tipografia: Typographia da Pacotilha. Typographia, Redacção e Gerência, Largo do Carmo n. 16; 3) Preço: para capital (tiragem 2,000 exemplares), 40 rs (número do dia); 80 rs (número anterior); 40 rs (número avulso); para o interior, 13\$000 (pagamento adiantado).

Maranhense>> o governo resolveu, <<por acto de 8 do corrente *mandar adoptar oficialmente* pelos mesmos estudantes o uniforme pardo constante do modelo n. 1, permittindo entretanto o uso do uniforme n. 2 aos alumnos que por suas posses estiverem em condições de o preparar>> e acharem-se os ditos modelos na secretaria de palacio. (PACOTILHA, 1894, n. 140, p. 3, *grifo do autor*).

O grifo e o aumento da fonte no trecho “mandar adoptar oficialmente” tem como objetivo demarcar o alvo da crítica: a obrigatoriedade do uniforme. Na imagem a seguir é possível ver como o destaque foi materializado<sup>8</sup>. A alteração dos recursos tipográficos constitui a *forma* do discurso, analisado no primeiro eixo aqui proposto pela História Cultural. Essa alteração fala tanto do discurso quanto do próprio uniforme. Ao dar-se ênfase à obrigatoriedade, destaca-se também o que se espera da inserção desse objeto na escola, como um item comum a todos sem exceção. Na tentativa de que esse objetivo seja alcançado criam-se dois modelos, como observado nos recortes a seguir:

**Figura 1** – Publicação do Edital da obrigatoriedade do uniforme liceísta no Diário do Maranhão



**Fonte:** DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, n. 6231, p. 2.

8 - Devido ao tamanho da imagem, optamos por recortá-la, dando ênfase ao título das notícias e ao trecho citado. O leitor pode acessar as notícias na íntegra na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 3 set. 2023.

**Figura 2** – Apropriação do discurso do edital, segundo publicação feita no jornal Pacotilha



**Fonte:** PACOTILHA, 1894, n. 140, p. 3.

Dessa forma, o *Pacotilha* (1880-1939) informa a obrigatoriedade, acrescentando no próprio texto do edital, bem como no restante da notícia, seu posicionamento frente à imposição. Caracteriza-se como uma maneira de apropriar-se do discurso, na medida em que manifesta um poder simbólico obtido pela imprensa, o de construir “[...] uma forma transformada, quer dizer, reconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 1989, p. 15). Logo, se o Estado impõe o uniforme com prazo determinado para adequação sob a penalidade de “não [poderem] mais os mesmos alumnos, d’aquella data em diante, apresentar-se ao estabelecimento, sem ser trajando o uniforme alludido [...]”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, n. 6231, p. 2); o jornal *Pacotilha* (1880-[1939?]), como imprensa de oposição, utilizará seus recursos tipográficos e discursivos para expor um outro lado, na tentativa de convencer a sociedade da arbitrariedade do edital, levantando hipóteses, consequências prováveis e relatando condições econômicas dos alunos e familiares:

Segundo nos informam o **trajo pardo, que é o pobre**, decretado pelo sr. Casimiro, custa, pelo barato, 35\$000. Ora cada estudante deve ter pelo menos dois delles, para não deixar de ir ao Lyceo, emquanto estiver o facto na fonte ou na casa da gommadeira. Portanto, vem a ser de 70\$000 o presente que o governo faz aos paes pobres que têm seus filhos n’esse Instituto de ensino. Ou muito nos enganamos, ou o numero de estudantes decrescerá sensivelmente com a execução d’essa **reforma**. Esperemos os factos. (PACOTILHA, 1894, n. 140, p. 3, *grifo do autor*).

Tanto no *Diário* (1855-[1911?]), quanto no *Pacotilha* (1880-[1939?]), são citados dois uniformes, diferenciados pelo custo. Esse fator expõe uma diferença social presente na escola, apesar de que na época tenha sido conhecida como uma instituição predominantemente elitizada. Por essa razão é comum encontrar em produções sobre a história institucional do Liceu, ao citar seus egressos, a atribuição do título de elite intelectual, elite letrada ou elite maranhense<sup>9</sup>. De fato, é inegável que essa escola era um espaço almejado pelas oportunidades que oferecia aos seus egressos, cuja entrada e permanência não eram acessíveis.

O Colégio Pedro II (localizado no Rio de Janeiro) era referência para o Liceu Maranhense, por ter sido o primeiro modelo de escola secundária brasileira. A equiparação ao Colégio garantia aos alunos maranhenses o reconhecimento da formação secundarista em âmbito nacional, facilitando seu progresso acadêmico e profissional. (MA. REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1893). No Colégio, embora o ensino fosse público, não era gratuito (LONZA, 2005). De acordo com o site institucional, ativo atualmente “[...] algumas gratuidades eram concedidas utilizando os seguintes critérios: órfãos pobres, filhos de professores com 10 anos de serviços no magistério, alunos pobres que se destacaram no ensino primário e, posteriormente, filhos de militares mortos na Guerra do Paraguai”. (CEDOM, 2020, não paginado)<sup>10</sup>.

---

9 - Ver: A implantação do ensino secundário público maranhense: Liceu Maranhense (SOUZA, 2018).

10 - Informação disponível no site: [http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria\\_historica/index.html](http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html). Acesso em: 10 jul. 2020.

Contudo, o número de alunos matriculados nesses critérios para a gratuidade era sempre inferior aos pagantes (LONZA, 2005).

No caso maranhense, até o momento desta pesquisa, não encontramos dados sobre a possibilidade de matrícula para não pagantes nos regulamentos consultados. Contudo, o estudo da cultura material permite refletir sobre as diferenças existentes na escola e nos encaminhar para a necessidade de novos estudos. É visível como, silenciosamente, cada documento anuncia a existência de um outro e, em alguns casos, vazios documentais, carências de materiais produzidos pela ou para a escola. Nos estudos do *Diário* (1855-[1911?]), encontramos a indicação da Portaria de 8 de junho de 1894, publicada em 23 de julho de 1894 (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, n. 6264, p. 1), referente a oficialização da obrigatoriedade do uniforme escolar do Liceu. Até o momento desta pesquisa, os recortes das notícias são a principal fonte descritiva dessa indumentária. O objetivo é conseguirmos, futuramente, realizar um trabalho semelhante à obra das autoras Santos e Andrade (2016) em *Colégio Pedro II: pólo cultural da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade*, contribuindo com a exposição do histórico institucional maranhense.

Supomos que os modelos de uniforme liceísta citados na imprensa (Modelo nº 1, – mais barato, de brim pardo com alamares e botões amarelos e; Modelo nº 2, – expressamente mais caro, que continha blusa parda de botões pretos e um *bonet* de aba verniz luzido com um círculo na frente com um livro bordado em ouro) (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894; PACOTILHA, 1894; 1896; 1897; 1904), sejam os primeiros adotados nessa escola. A identificação do início de uma mudança material na escola contribui para compreender o processo de ajuste às normas novas: entre a divulgação da Portaria de 8 de junho de 1894 e a flexibilização do uso do uniforme, a data para adequação dos alunos foi alterada pelo menos 4 vezes. A primeira data foi até 16 de junho de 1894, estendida para 8 de julho do mesmo ano. Em seguida, foi alterada para o 10 de julho. Por último, o prazo foi prorrogado para o 31 de julho de 1894, dispensando-se a obrigação do seu uso aos alunos que comprovassem estar no último ano de curso. Somente em 1898, o uniforme se torna facultativo<sup>11</sup>,

---

11 - Expediente do dia 9 de dezembro de 1897.

decisão veiculada na coluna de Ofícios do jornal *Diário* (1855-[1911?]), em 5 de janeiro de 1898. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1898, n. 7302, p. 1).

De 1894 a 1898, o *Pacotilha* (1880-[1939?]) manteve a crítica à obrigatoriedade desse artefato. Em 17 de dezembro de 1897, antes da publicação na coluna oficial, já adiantara seus elogios ao novo representante, o vice-governador Cunha Martins<sup>12</sup>, pela decisão de tornar facultativo o uso do uniforme:

O sr. vice-governador, por acto d'um destes ultimos dias, modificou a portaria d'um dos seus antecessores sobre o uniforme que os estudantes devem trazer, para lhes ser permitido o ingresso nas aulas do Lyceu. Foi tornado facultativo o uso da farda, podendo por conseguinte os estudantes se apresentarem ás aulas com ella ou outra veste, [desde que se trajem com decencia. Nós que, em diferentes artigos, **combatemos a extravagancia da obrigatoriedade do fardamento que fazia um serio embaraço a muitos chefes da familia, alguns dos quaes, por falta de meios, se viram na contingencia de cortar o estudo de seus filhos n'aquelle estabelecimento**, folgamos em registrar hoje a medida acertada tomada pelo sr. Cunha Martins. O ensino publico deve ser facilitado o mais possivel, afim de que possa ser aproveitado por todos em idade e condições de se instruirem. Exigir-se, como estava sendo ha uns dois annos, para a entrada no Lyceu um vestuario dispendioso, era crear entraves aos pobres para o aproveitamento da instrucção ministrada n'esse instituto de ensino. Não fomos attendidos n'esse tempo, quando opinavamos que se tornasse facultativa a medida ordenada, conciliando-se assim a vaidade dos ricos com a deficiência de recurso dos pobres. Hoje vemos triumphante a causa que advogamos que era a causa da razão e do bom senso. O sr. Cunha Martins prestou um bom serviço com a resolução que tomou. (PACOTILHA, 1897, e. 296, p. 3, *grifo nosso*).

Assim como o tratamento da fonte e do objeto, a análise das práticas nas suas diferenças também é dupla. Em primeiro lugar é preciso recordar que cada jornal possui objetivos diferentes. Embora o *Diário* (1855-[1911?]) seja mais dedicado a publicações do Estado, da indústria e do mercado, não

---

12 - Foi vice-governador em: 1892-1893; 1895; 1897 e 1898.

está isento de publicar opiniões. Entretanto, nessa discussão em específico, se limita à função de publicar editais, ofícios, regulamentos e outros documentos liceístas. O *Pacotilha* (1880-[1939?]), pelo contrário, embora informe o necessário sobre a obrigatoriedade (prazos, portaria, editais), coloca em evidência seu caráter opinativo e uma declarada aversão à administração do vice-governador Casimiro Dias Vieira Junior (1892 a 1895) — político filiado ao partido liberal. (CPDOC, 2013). Sobre os posicionamentos de ambos, concordamos com Barros (2019) ao declarar que “[...] os jornais são instrumentos e campos de lutas, [...] [com] interesses políticos e sociais que podem ser desvelados através da análise do seu discurso [...]. Não há nada de neutro na mais simples escolha encaminhada pelo jornal acerca do que informar, de *quando* informar, de *como* informar”. (BARROS, 2019, p. 189).

Em segundo lugar, enquanto práticas diferenciadas que geram desigualdades, podemos destacar que a existência de dois modelos revela como “esta estratégia de padronização não se aplica por igual a todos os corpos” (DUSSEL, 2016, p. 81, *tradução nossa*). Essa diferenciação das práticas nos permite refletir sobre a interação entre grupos distintos economicamente e as tensões de equilíbrio nas decisões escolares. Se houve flexibilização da obrigatoriedade, como informam os editais da imprensa, algumas hipóteses podem ser sugeridas: 1) a aquisição do uniforme não foi como se esperava; 2) o modelo precisou ser repensado após a mudança do gestor político ou 3) as novas formas de organização da escola colocaram esse objeto em um segundo plano.

Finalizando com o terceiro eixo, a história das configurações sociais/culturais em que os sujeitos atuantes estiveram envolvidos, as mudanças nas estruturas psíquicas ou nas formas de pensar ou repensar essa indumentária em função das diversas posturas e decisões ao respeito, tendo em conta as armaduras conceituais em voga, analisados aqui nas suas variações históricas (NUNES; CARVALHO, 2005; CASTELLANOS, 2022a; 2022b), aponta para a necessidade de compreender a escola como um todo, sua sistematização e suas relações com a sociedade maranhense.

Em 1893, durante a administração de Cunha Martins (SILVA, 2017), o Liceu foi equiparado ao Ginásio Nacional, foi criado o Conselho Superior de Instrução Pública e o fundo escolar. Ainda no mesmo ano, foi realizada a primeira compra de um prédio específico para a escola, localizado na Rua Formosa, n. 26. O gerenciamento do orçamento e preparo do edifício para as aulas estava sob a responsabilidade de Luiz Ory (TEIXEIRA, 1899), professor de desenho, também designado para elaborar os dois modelos de uniforme. Portanto, o uniforme surge pelo argumento da segurança dos alunos, mas sobretudo em um contexto de transformações internas, favorável à recepção de novos objetos que representassem essa tentativa de reorganização e controle. Nesse sentido, Castellanos (2020, p. 2) compreende que as relações da escola com a sociedade também ocorrem de dentro para fora; ou seja, “[...] a escola como configuração singular também tem produzido e vem produzindo redes de significados a partir de táticas de apropriação que se refletem nas práticas diferenciadas dos sujeitos envolvidos num equilíbrio de tensões”. (CASTELLANOS, 2020, p. 2).

Apesar da compra, a precariedade do prédio do Liceu virou pauta nas reuniões do Congresso do Estado do Maranhão. Na fala de João Tolentino Guedelha Mourão ou Monsenhor Mourão (1842-1904), membro do Partido Católico que posteriormente se fundiu com o Partido Nacional e Republicado Constitucional (CPDOC, 2013), comenta que as péssimas condições do prédio eram prejudiciais ao desenvolvimento intelectual dos discentes. (MA. ANAIS, 1894). O texto do político expõe uma preocupação com a receptividade dos alunos, já que um prédio decente e bem organizado poderia gerar “estímulo” e “acatamento”; do contrário, apenas “[...] desgosto e repugnância [...]” a professores e alunos (MA. ANAIS, 1894, p. 71). Nesse sentido, fica claro como as representações podem contribuir para “[...] legitimar um projeto reformador ou para justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Porém, alguns fatores podem ter sido decisivos para a não fixação do uniforme liceísta nos primeiros anos de República. De 1894 a 1897, os relatórios da instrução pública registraram uma queda constante e uma

diferença significativa entre o número de matriculados no primeiro e no último ano de curso, refletindo o abandono das aulas (MA. RELATÓRIO, 1895; 1897). Em 1901, o redator do relatório João Nepomuceno de Souza Machado, apontou para as possíveis causas da diminuição das matrículas e da não permanência dos alunos: a possibilidade de fazer o exame e receber o diploma sem estar, necessariamente, matriculado no curso completo do Liceu; condição que colocava em questão as reais vantagens do ensino seriado, como funcionava no Colégio Pedro II, que se caracterizava pela “[...] organização e sistematização dos estudos; a formação de classes, às quais se destinariam matérias e conteúdos definidos”. (PESSANHA; BRITO, 2014, p. 240). Isto é, não é possível pensar a frequência escolar, sem refletir sobre uma dinâmica maior que é o cotidiano escolar, processos administrativos e modelos de gestão, condições que impactam diretamente no funcionamento desses espaços.

A frequência está intimamente ligada com a pertinência do uso de um uniforme. A medida em que o objeto é um elemento indispensável quando relacionado à necessidade de ir às aulas. Além disso, outras condições políticas, de saúde, culturais e sociais acompanham essas ações, como apontam Ribeiro e Silva (2012) sobre a regularidade de algumas práticas em contraponto com a dinamicidade da cultura escolar; ou seja, a escola é composta por aspectos que tanto mudam quanto se mantêm ao longo do tempo. Sendo assim, a crítica que surge na imprensa pode nos levar não apenas à discussão sobre as ferramentas de disputa política contidas nas representações da documentação, mas também a identificar cada vez mais elementos que nos permitam redesenhar as condições de funcionamento da configuração liceísta: “[...] a forma escolar de relações sociais [que] só se capta completamente no âmbito de uma configuração social de conjunto e, particularmente, na ligação com a transformação das formas de exercício do poder” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 17); lugar onde o uniforme encontra espaço, revela diferenças ocultas, mas não se fixa de imediato.

## 4 Conclusão

Concluimos que, na imprensa representada pelo jornal *Pacotilha* (1880-[1939?]), o uniforme escolar era apenas um dos inúmeros elementos utilizados como ferramenta de disputa política, para questionar a qualidade da administração pública de Casimiro Dias Vieira Junior. Todavia, a argumentação utilizada contém temas relevantes a serem refletidos, como a frequência escolar, o custo de permanência nas aulas, a diferença social existente no Liceu Maranhense, mesmo sendo uma instituição predominantemente ocupada pelas elites (SOUZA, 2018). Já com respeito ao *Diário do Maranhão* (1855-[1911?]), constatamos que as publicações partem de uma tarefa da inspetoria da instrução pública, que utiliza esse espaço como forma de comunicar à sociedade a obrigatoriedade do uniforme e o prazo de sua adequação. Embora o registro do *Diário* (1855-[1911?]), não seja escrito por seus próprios redatores, a frequência das publicações e o conteúdo dos editais permitem entender como o Estado dialogava publicamente com os discentes, que aspectos se repetem (como a responsabilidade pela decisão), a mudança dos prazos e das condições para se ajustarem às novas exigências. Se de um lado o *Pacotilha* (1880-[1939?]) levanta hipóteses, do outro, o *Diário* (1855-[1911?]), como um portal para o mural da escola, expõe o tema da discussão, -nos visualiza a partir de que a imprensa de oposição cria suas críticas e sugestões.

O que essa experiência nos acervos físicos e virtuais pode mostrar, é que, se o viajante no tempo escolhe investigar a cultura material escolar, deve estar preparado para não associar os objetos a uma totalidade, visto que as práticas discentes são tão múltiplas quanto a interpretação da intenção daqueles que impõem mais ou menos explicitamente, um elemento novo a esse cenário: um uniforme solicitado pelos alunos, idealizado por um professor, ordenado pelo vice-governador. De quem é, realmente, a intenção de vestir esses corpos da imagem institucional? Convergem-se como interesses comuns? Ainda não confiamos que seja possível responder a essas perguntas sem assumir o risco de cairmos em equívocos históricos, a ilusão de que ocupamos o lugar do não

dito na fonte e não a posição de sintoma, como alerta Certeau (1982), que conduz à necessidade constante de verticalizar novas pesquisas.

Por fim, entendemos que a materialização de um objeto, bem como a sua permanência, está relacionada a outras condições de funcionamento da instituição. Em 1898, uma nova gestão política foi iniciada, liderada pelo vice-governador Cunha Martins, que decidiu tornar o uso do uniforme facultativo para todos os discentes. Com a frequência e permanência dos alunos em decadência, quer seja por interesses políticos ou por problemas internos da escola, o uniforme também teve sua importância reduzida. Como indicado por Chartier (1991) os objetos e práticas se relacionam; logo, se a frequência escolar entra em questão, os objetos que compõem esse ambiente também são afetados. As práticas podem justificar os objetos, assim como os objetos orientam práticas escolares, já que não há salas de aula sem alunos e professores, assim como não há uniforme sem um lugar para assistir às aulas. Portanto, a configuração e a imagem escolar, bem como outras condições externas, são fatores que podem dar sentido à aquisição dessa indumentária, sem os quais a força da representação do objeto torna-se difusa, na medida em que, nas trocas simbólicas, a imposição não é suficiente para determinar a apropriação, que possui também o poder de reconhecimento, sem o qual não há materialização ou fixação de um dado imposto (BOURDIEU, 1989); neste caso, do uniforme escolar enquanto apropriação, circulação e uso.

## Referências

ALCÂNTARA, Wiara; VIDAL, Diana Gonçalves. **Corpo e matéria:** relações (im) previsíveis da cultura material escolar. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (org.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica [recurso eletrônico]:* escrita e possibilidades. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2023. p. 324-358.

BARROS, José D' Assunção. **Fontes históricas:** introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: DIFEL, 1989.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.



FARIAS, Cláudio Magno Pereira. **A cultura administrativa e a sua influência na instrução pública primária no Maranhão império (1843-1870):** entre atos e fatos administrativos. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

PERES, Eliane; SOUZA, Gizele de. Aspectos teóricos-metodológicos de pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos** (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013. p. 43–68.

FERNANDES, José. **A indústria gráfica no Maranhão (apontamentos para a história).** São Luís: Gráfica Minerva, 2015.

FURTADO, Luciana Nathalia Moraes. **A imprensa estudantil liceísta maranhense na Primeira República (1907-1930).** Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

JORGE, Sebastião. **A imprensa do Maranhão no séc. XIX (1821-1900).** São Luís: Lithograf, 2008.

LE GOFF, Jacques. **Documento/ Monumento.** In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

LONZA, Furio. **História do uniforme escolar no Brasil.** São Paulo: Rhodia: MEC, 2005.

MARANHÃO. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007.** São Luís: Edições SECMA, 2007.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Historiografia da educação e fontes.** In: GONDRA, José Gonçalves (ed.). *Pesquisa em história da educação no Brasil.* Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 49-62.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880.** Tese (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PERES, Eliane; SOUZA, Gizele de. **Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar:** (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, Cesar Augusto. (org). *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos* (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

PESSANHA, Eurize Caldas; BRITO, Silvia Helena Andrade de. **Ensino secundário ou educação secundária?** Controvérsias e singularidades na escrita de sua história. Série-Estudos — Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n. 38, p. 237–250, 2014.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. **Das materialidades da escola: o uniforme escolar.** Educação e Pesquisa, v. 38, n. 03, p. 575–588, 2012.

RIOUX, Jean-Pierre. **A memória colectiva.** In: RIOUX, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean-François. *Para uma História Cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: pólo cultural da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade.** Rio de Janeiro: MAUAD: FAPERJ, 2016.

SANTOS, Jarina Serra. **A representatividade dos livros de leitura de autores maranhenses no jornal O Paiz (1863-1889).** Monografia (Graduação em Biblioteconomia) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SILVA, Diana Rocha da. **As Casas de Ensino do Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912).** Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara, 2017.

SOUZA, Mateus de Araújo. **A cultura material na História do Lyceu Maranhense por meio d'O Publicador Oficial e Publicador Maranhense (1838-1885).** Monografia (Graduação em Biblioteconomia) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

TEIXEIRA, Gaspar. **Maranhão ilustrado.** São Luiz: Typ. da Alfaiataria Teixeira, 1899. v. 1.

VILANETO, Quincas. **Catálogo histórico da imprensa maranhense: do prelo ao prego. 1833-2007/ municípios.** São Luís: UEMA, 2008. v. 1.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. **Sobre a história e a teoria da forma escolar.** Educação em Revista, n. 33, p. 7–47, 2001.

### *Jornais, regulamentos e relatórios*

DIÁRIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Instrução Publica.** Publicado em 13 de junho de 1894. Ano XXV, ed. 6231. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C<sup>a</sup> Succs, 1894. p. 2. 4 p.

DIÁRIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Secção Official. Governo do Estado, Expediente do dia 8 de junho de 1894. Portaria.** Publicado em 23 de julho de 1894. Ano XXV, ed. 6264. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C<sup>a</sup> Succs, 1894. p. 1. 4 p.

DIÁRIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Secção Official**. Publicado em 05 de janeiro de 1898. Ano XXIX, ed. 7302. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C<sup>a</sup> Succs, 1898. p. 1. 4 p.

MARANHÃO. **Anais do Congresso do Estado do Maranhão, 1894**. Acta da sessão ordinária em 15 de junho de 1894. Presidência de Monsenhor Mourão. São Luís: [s. n.], 1894.

MARANHÃO. Mensagem com que o exm. sr. Manoel Ignacio Belfort Vieira apresentou ao Congresso do Estado em 18 de fevereiro de 1897. Maranhão: [s.n], 1897.

MARANHÃO. **Regulamento da Instrução Pública**. In: MARANHÃO. *Anais do Congresso do Estado do Maranhão*. Maranhão: [s. n.], 1894.

MARANHÃO. **Regulamento do Lyceu Maranhense**. In: MARANHÃO. *Regulamento da Instrução Pública do Maranhão*. Maranhão: Tipografia do Frias, 1893.

MARANHÃO. **Relatório apresentado ao exm. snr. Capitão-Tenente Manoel Ignacio Belfort Vieira pelo 1º Vice-Governador exm. snr. Dr. Casimiro Dias Vieira Junior em 2 de fevereiro de 1895**. Maranhão: [s. n.], 1895.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **O uniforme d\_s estudantes**. Publicado em 17 de setembro de 1897, ano XVII, ed. 296. São Luís: Typographia a vapor da Pacotilha, 1897, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **[Notícia sem título]**. Publicado em 31 de maio de 1894, ano XIV, ed. 128. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **O Manduca**. Publicado em 2 de janeiro de 1904, ano XXIV, ed. 2. São Luís: Typographia a vapor da Pacotilha, 1904, p. 1. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Pacotilha – Instrução Pública**. Publicado em 03 de junho de 1896, ano XVI, ed. 131. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1896, p. 2. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Pacotilha – Uniforme de Estudantes**. Publicado em 14 de junho de 1894, ano XIV, ed. 140. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Pacotilha - O uniforme dos estudantes**. Publicado em 30 de maio de 1894, ano XIV, n. 127. São Luís: Tipografia da Pacotilha, 1894. 4 p.

### *Sobre os organizadores:*

**Gizele de Souza** - É professora titular do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná e da Linha de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Realizou graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná, mestrado e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Estágio de Doutorado ‘Bolsa Sanduíche’/Capes em História da Infância na Università degli Studi di Pavia. Pós-Doutora pela Università degli Studi di Firenze, com bolsa Sênior/CAPES. Foi Editora Chefe da Educar em Revista/UFPR. Coordena o NEPIE - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil. Participa como parecerista de vários periódicos nacionais da área de educação e atua no Comitê Científico da Rivista Pedagogia delle differenze. Bollettino della Fondazione Nazionale Vito Fazio-Allmayer, no Comitê Científico da Coleção “Archivio Storico INDIRE”, Itália e na Coleção “Paths of learning objects” da Editora Pensa Multimedia. É associada da Società Italiana di Pedagogia (SIPED), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Membro do Comitê Científico Anped-GT07 Educação da Criança de 0 a 6 anos e integra a Comissão Editorial de Coleções e Livros da SBHE. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, História da Infância e Educação Infantil, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação primária, história da infância, história da assistência à infância, história da educação infantil, cultura escolar, cultura material escolar, congressos e exposições, educação infantil, política e avaliação de contexto na educação infantil.

E-mail: [gizelesouza@ufpr.br](mailto:gizelesouza@ufpr.br)

**Gecia Aline Garcia** – Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, na linha de História e Historiografia da Educação. Realizou Doutorado Sanduíche pelo Programa Institucional de Internacionalização CAPES - PrInt na Università degli Studi di Macerata (Itália), no departamento de educação, bens culturais e turismo, com enfoque nos estudos de História da Educação, sob a orientação do professor Dr. Juri Meda, no período de 2022 a 2023. É graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente se dedica integralmente a pesquisa, sendo bolsista CAPES. Pertence ao Núcleo de Estudos e Pesquisa da Infância e Educação Infantil (NEPIE) e do Grupo de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escolar. Tem como ênfase de pesquisa os estudos relacionados a produção e circulação de saberes em perspectiva histórica, História da Educação, História da Infância, Cultura Escolar e Cultura Material Escolar.

E-mail: [gecia.garcia@gmail.com](mailto:gecia.garcia@gmail.com)

**Andréa Bezerra Cordeiro** - Professora de História da Educação no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, da Universidade Federal do Paraná e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, na linha de História e Historiografia da Educação. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, tendo realizado estágio de pesquisa na Universidad de la Republica (UDELAR), em Montevideú, Uruguai. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE-UFPR) e Membro da Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina. Coordenadora do Projeto de Extensão Memórias e Histórias sobre Educação e do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação da UFPR. Parecerista ad hoc em periódicos científicos nacionais e internacionais nas áreas de Educação e História. Atualmente sua ênfase recai sobre a História da Educação, da Infância e da Cultura Material, principalmente nos seguintes temas: história da infância e da família na América latina, história da educação e movimentos femininos na América

latina, movimentos pan-americanos em prol da infância, impressos e cultura material escolar, arquivos escolares.

E-mail: andreacordeiroufpr@gmail.com

**Marcus Levy Bencostta** – Professor Titular em História da Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com Pós-doutorado pela École Nationale Supérieure d’Architecture de Versailles, França e especialização em Arquitetura Escolar pela Université du Québec à Montréal. Formado em História pela Universidade Estadual de Campinas, obteve os títulos de mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do CNPq desde 2001, é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C. Desempenha funções destacadas em diversas publicações acadêmicas e atualmente encontra-se como Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Além de sua contribuição acadêmica no Brasil, expandiu sua experiência internacional como professor pesquisador visitante do CNPq em instituições como a Universidade do Estado de Santa Catarina, Tel Aviv University (Israel), Hebrew University of Jerusalem (Israel), Centro de Investigación y de Estudios Avanzados (México) e Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Sua experiência de pesquisa abrange a área de História, com foco nos temas de Arquitetura Escolar, Culturas Escolares, Cultura Material Escolar e Fotografias Escolares.

E-mail: marcus@ufpr.br

**Virgínia Lourençon da Silva (Revisora Técnica)** – Cientista social e Pedagoga pela Universidade Federal do Paraná. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Linha de História e Historiografia da Educação. Integrante do “Grupos de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escola”, pesquisadora do NEPIE – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil/UFPR.

E-mail: virginialourencon@gmail.com.

Este livro é o resultado da terceira edição do projeto "Grupos de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escolar". Contando com a contribuição de mais de quarenta e dois autores de diversas regiões do Brasil e com a colaboração metodológica e empírica de outros países, como a Itália, "Fontes, enredos e acervos: cultura material escolar em pesquisa(s)" concentra-se na análise teórico-metodológica das fontes e do potencial dos acervos para a pesquisa em cultura material escolar, além de explorar a construção de investigações em história da educação. Neste trabalho, o tema do projeto é abordado sob uma nova perspectiva, com os autores discutindo os aspectos metodológicos relacionados aos acervos consultados, enredos explorados e fontes analisadas pelos grupos de pesquisa parceiros. Este volume representa também o esforço coletivo realizado ao longo dos três anos de duração do projeto.

À medida que avançam nas páginas, os leitores perceberão que os autores apresentam debates inéditos sobre acervos até então pouco explorados, oferecendo uma variedade rica de materiais que resultam em uma leitura envolvente e expandem os horizontes da compreensão da cultura material escolar. Desse modo, os organizadores desejam a todos uma agradável leitura!



ISBN 978-65-5458-280-3.